PAUL KRIWACZEK



BABILÔNIA

A Mesopotâmia e o nascimento da civilização



ZAHAR

Paul Kriwaczek

Babilônia

A Mesopotâmia e o nascimento da civilização

Tradução:
Vera Ribeiro

Consultoria:
Marlene Suano
Professora do Departamento de História – FFLCH/USP
Especialista em história e arqueologia do Mediterrâneo Antigo

ZAHAR

Sumário

Lista de mapas

1. Lições do passado: uma introdução

2. A realeza desce do céu: a Revolução Urbana
Antes de 4000 a.C.

3. A cidade de Gilgamesh: a regra do templo
Entre c.4000 e 3000 a.C.

4. O dilúvio: uma cesura na história

5. Homens grandes e reis: as cidades-Estado
c.3000 a 2300 a.C.

6. Soberanos dos quatro cantos da Terra: a heroica Idade do Bronze
c.2300 a 2200 a.C.

7. Ressurgimento sumério: o Estado dirigista
c.2100 a 2000 a.C.

8. Antiga Babilônia: o apogeu
c.1900 a 1600 a.C.

9**. Império de Assur: colosso do I milênio**
c.1800 a 700 a.C.

10. Passando o bastão: um fim e um começo
Depois de 700 a.C.

Leitura adicional

Notas bibliográficas

Créditos das imagens

Agradecimentos

Índice remissivo

Lista de mapas[a]

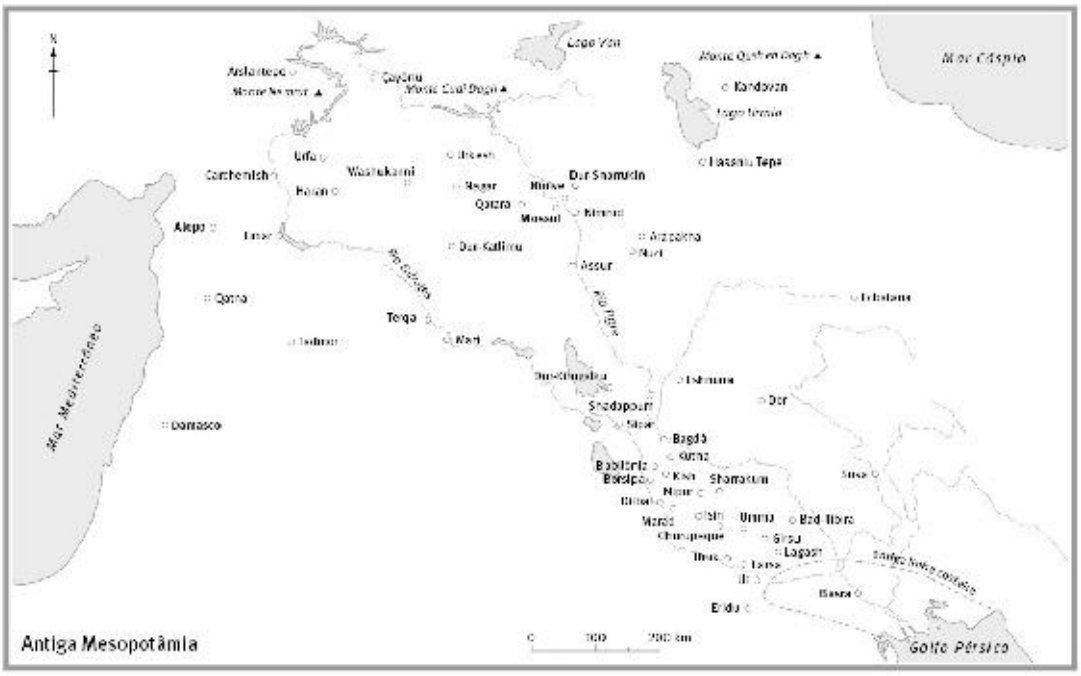
1. Antiga Mesopotâmia
2. O Crescente Fértil
3. As cidades-Estado sumérias
4. O Império de Acad
5. Terceira Dinastia de Ur
6. O Antigo Império Babilônico
7. O Império Assírio
8. O Império Neobabilônico

[a] Os mapas são puramente indicativos e omitem muitas linhas e marcos, a bem da clareza.

A história que não instrumenta as preocupações atuais equivale a pouco mais que um antiquarismo autogratificante.

QUENTIN SKINNER, professor emérito de história moderna da Universidade de Cambridge; aula inaugural, 1997

1. Lições do passado: uma introdução



ENFORCARAM SADDAM HUSSEIN no primeiro dia da Festa do Sacrifício, ’Eid ul-Adha, 30 de dezembro de 2006. Não foi uma execução digna. Ao ler as matérias jornalísticas sobre esse ato macabro – e grosseiro – de barbarismo, mais vingança que justiça, e ao ver as imagens de vídeos de telefones celulares distribuídas imediatamente em seguida, é impossível que eu tenha sido o único a achar que a linguagem do jornalismo cotidiano era insuficiente para abarcar acontecimentos tão extravagantes e de tamanha imponência.

Desmoronam os exércitos do cruel tirano. Ele próprio foge, desaparece de vista por algum tempo, mas acaba sendo descoberto, imundo e com a barba enorme, encolhido feito um bicho num buraco no chão. É levado preso, publicamente humilhado, mantido em confinamento solitário por mil dias e

submetido a julgamento perante um tribunal cujo veredicto é uma conclusão previsível. Ao enforcá-lo, seus carrascos exultantes quase lhe arrancam a cabeça.

Como nos tempos bíblicos, Deus passou a falar novamente com os homens, instruindo os fazedores da história. Numa reunião secreta entre oficiais de alta patente do Exército, no Kuwait, durante os preparativos para a Primeira Guerra do Golfo, Saddam havia explicado que invadira o Kuwait seguindo instruções expressas do céu: "Deus é testemunha de que foi o Senhor quem quis que acontecesse o que aconteceu. Nós recebemos essa decisão quase pronta de Deus… Nosso papel na decisão foi quase nulo."

Num documentário da BBC exibido em outubro de 2005, Nabil Sha'ath, ministro de Relações Exteriores da Autoridade Palestina, relembrou que "o presidente Bush disse a todos nós: 'Sou movido por uma missão divina. Deus dignou-se dizer-me: 'George, vá combater aqueles terroristas no Afeganistão.' E eu o fiz; e então Deus me disse: 'George, vá pôr fim à tirania no Iraque…' E eu o fiz. E agora, mais uma vez, sinto as palavras de Deus vindo até mim.'"

Não seria grande surpresa que o conflito começasse com uma voz trovejando nos céus, clamando "Ó presidente Saddam" e prosseguindo como no Livro de Daniel, 4:31: "A ti se diz: Passou de ti o reino. E serás tirado do convívio dos homens, e a tua morada será com os animais do campo." Faz-se necessária a linguagem do Velho Testamento, talvez do Livro dos Reis, para retratar os detalhes do fim de Saddam Hussein em toda a sua dimensão quase mítica. Assim:

> Era a manhã do sabá, antes do nascer do sol. E o levaram a entrar na cidade e o conduziram ao local da execução.
>
> E lhe ataram as mãos e os pés, como era seu costume no preparo da execução. E o vilipendiaram, dizendo: "Quão decaídos estão os poderosos, e que sejas amaldiçoado pelo Senhor."
>
> E puseram a corda em torno do seu pescoço e de novo o vilipendiaram, louvando os nomes e títulos dos seus inimigos, e disseram: "Que Deus te amaldiçoe e que desças às profundezas do inferno."
>
> E ele retrucou, dizendo: "É esta a vossa virilidade? Isto é um cadafalso da vergonha."
>
> E de novo eles lhe dirigiram a palavra, dizendo: "Prepara-te para ir ao encontro de Deus." E ele rezou a Deus, dizendo: "Não existe Deus senão o Senhor."

> E assim eles o enforcaram. E do local da execução ergueu-se um grande clamor, e das ruas e dos mercados. Era a manhã do sabá, e o sol se ergueu sobre as muralhas da Babilônia.

Ver a Guerra do Iraque de George W. Bush pela ótica bíblica não é apenas uma fantasia de escritor, a reação de alguém como eu, apresentado à história do Oriente Médio pela Bíblia, quando criança. Saddam também se via como sucessor dos soberanos da Antiguidade. Particularmente, tomou por modelo Nabucodonosor II (605-562 a.C.), conquistador e destruidor de Jerusalém e seu templo, descrevendo-o, num múltiplo anacronismo, como "um árabe do Iraque", que lutou, como o próprio Saddam, contra persas e judeus. (Nabucodonosor não era árabe, e sim caldeu, não haveria Iraque por mais dois milênios e meio, e o judaísmo, tal como o conhecemos, ainda não existia.) O emblema do Festival Internacional da Babilônia de 1988 mostrou o perfil de Saddam superposto ao de Nabucodonosor; segundo um jornalista do *New York Times*, o contorno de seu nariz foi alongado para torná-lo mais parecido com o rei mesopotâmico. Saddam também enaltecia Hamurabi (*c.*1795-1750 a.C.), o soberano do Antigo Império Babilônico que ficou famoso por seu código judicial do olho por olho, dente por dente, e deu à mais poderosa força de ataque do Exército iraquiano o nome de Divisão Blindada Hamurabi da Guarda Republicana; outra unidade era a Divisão de Infantaria Nabucodonosor.

O líder iraquiano, nas palavras de John Simpson, da BBC, era "um inveterado construtor de monumentos a si próprio" e realizou projetos grandiosos de construção, numa imitação consciente de seus ilustres predecessores. Imagens gigantescas do líder iraquiano mostravam-no, como um antigo monarca sumério, levando no ombro um cesto de operário da construção civil, embora os antigos fossem retratados segurando o primeiro punhado de argila para a feitura de tijolos, enquanto Saddam foi representado carregando uma tina de cimento. Ele iniciou uma reconstrução maciça do sítio em que se localizava a antiga Babilônia, embora a reconstrução que empreendeu, no dizer de um historiador da arquitetura, fosse "um pastiche de má qualidade e com erros frequentes de escala e nos detalhes…". Como os monarcas da Antiguidade, Saddam mandou gravar seu nome nos tijolos; milhares deles traziam a inscrição "A Babilônia de

Nabucodonosor foi reconstruída na era do líder presidente Saddam Hussein". Nunca dado a exibir um desnecessário bom gosto, mandou gravar o texto em árabe moderno, e não na escrita cuneiforme babilônica.

As razões políticas do interesse de Saddam Hussein de se ligar ao passado distante e pré-muçulmano de seu país são claras. Como no caso do xá do vizinho Irã, que fez em 1971 a famosa declaração de seu parentesco com Ciro, o Grande, fundador do primeiro Império Persa, da dinastia aquemênida, qualquer tentativa de chegar à liderança do Oriente Médio exige que, primeiramente, o aspirante neutralize as afirmações das sagradas Meca e Medina, na Arábia Saudita – as cidades do Profeta –, de serem elas a única fonte suprema da legitimidade islâmica.

Há muita ironia no fato de que a política anglo-americana no Oriente Médio, desde a Operação Ajax – a deposição do primeiro-ministro secularista, socialista e democraticamente eleito do Irã, Mohammed Mossadegh, em 1953 – até a Operação Liberdade do Iraque – a derrubada do ditador nacionalista secular Saddam Hussein, em 2003 –, tenha servido, na prática, se não na intenção, para assegurar a dominação contínua do islamismo sobre quase todos os países da região. E com isso promoveu, inevitavelmente, a afirmação do islamismo salafista – que recorre aos sucessores imediatos do Profeta na busca de seus modelos políticos – de fornecer os únicos princípios autênticos sobre os quais erigir um sistema político legítimo.

Talvez Saddam – o que quer que ele possa ter sido, não era burro nem desprovido de perspicácia – também tenha reconhecido outra verdade ainda maior da política de poder do Oriente Médio. Nosso estilo de vida e nossa compreensão do mundo podem ter mudado profundamente desde a Antiguidade, mas estaremos fazendo a nós mesmos um elogio indevido se acharmos que nosso comportamento é diferente em algum sentido ou que a natureza humana se alterou muito no correr dos milênios.

A história nos diz que a região que os gregos chamavam de Mesopotâmia, por se situar "entre os rios" Tigre e Eufrates, foi disputada por romanos e partas, bizantinos e sassânidas, muçulmanos e magos, até que perfeitos forasteiros

mongóis e turcos, conquistadores vindos da distante Ásia central e de locais ainda mais longínquos, criaram um deserto e lhe deram o nome de paz. Ninguém que tenha sequer um conhecimento passageiro da história dessa terra poderia surpreender-se com seu retorno à confusão depois que o pesado jugo otomano foi retirado dos ombros do Iraque, na década de 1920, ou com seu colapso no caos, após a deposição da moderna tirania do partido Baath, que mantinha unificadas as três ex-províncias otomanas, mutuamente antagônicas e aparentemente unidas pela Liga das Nações com o único intuito de permitir às grandes potências a extração de petróleo.

Mas as tentativas de obter o controle da fértil planície mesopotâmica remontam a épocas muito mais remotas, anteriores até aos tempos romanos. Ao dobro desse intervalo, na verdade. E, embora as antigas potências que disputavam a soberania tenham há muito desmoronado e se desfeito em pó, seus embates ainda ressoam vagamente no ar.

A MOVIMENTADA E PRÓSPERA cidade hoje chamada de Shush, no sudoeste do Irã, onde as encostas da cordilheira de Zagros descem na planície mesopotâmica, não dista mais de 55 quilômetros da fronteira iraquiana e outros setenta do Tigre. As ruas se estendem por ambos os lados de um tributário de águas mansas do rio Karkheh e o ar se tinge de azul-acinzentado devido ao escapamento dos carros de manutenção precária que disputam o espaço com multidões de pedestres, bicicletas e homens empurrando carrinhos muito carregados. Shush, a antiga Susa, é o cenário dos livros bíblicos de Neemias, Ester e Daniel: “Estava eu na cidadela de Susa”, diz o relato das visões do profeta em Daniel 8:2, “… e em minha visão eu vi que estava junto ao rio Ulai.” Se hoje você se postar na rua principal que corre paralela ao rio, não poderá fugir dos lembretes da enorme antiguidade do lugar.

À sua frente, entre a rua e a margem do rio, estará o túmulo supostamente antigo do próprio Daniel – que nada tem de hebraico, pois é uma construção islâmica sem maior destaque, encimada por um inusitado cone espiral de gesso branco. (A história de Daniel teria ocorrido em alguma época do século VI a.C.,

e esse sepulcro data de 1871.) Trata-se de um santuário imensamente honrado pelos muçulmanos xiitas locais; os visitantes entram no prédio num fluxo contínuo, prostram-se de joelhos, recitam orações e beijam a grade trabalhada de metal dourado que protege o sarcófago.

Do outro lado da rua ergue-se o cômoro gigantesco, que é o local da cidade antiga e que exibe no topo os fragmentados restos de pedra da capital de inverno dos soberanos aquemênidas persas. Se passear pelas ruínas, você ouvirá seus pés estalarem sobre cacos de tijolos e cerâmica que talvez cheguem a ter 5 mil anos, pois Susa é um dos povoamentos mais antigos e continuamente habitados de qualquer parte do mundo e foi provavelmente fundada não muito depois de 5000 a.C. A partir de meados do segundo milênio antes da era cristã, foi a capital de um Estado chamado Elam, senhor dessa região do Irã muito antes do advento dos persas e fundado por um povo que, possivelmente, a julgar pelos dados linguísticos, era aparentado com os falantes de línguas dravídicas como o canará e o malaiala, o tâmil e o télugo, línguas hoje encontradas quase exclusivamente no sul da Índia.

Bem a seu lado, se sua visita fosse como a que fiz em 2001, você encontraria erguida na calçada, ao pé do cômoro, uma construção temporária comprida, de apenas um andar. Ela abrigava uma exposição horripilante, que detalhava os sofrimentos da cidade no decorrer da Guerra Irã-Iraque, a longa luta que tivera início com um ataque lançado contra o Irã por Saddam Hussein, em 1980, e terminara com a aceitação relutante de um cessar-fogo pelo aiatolá Khomeini, em 1988, num ato que ele equiparou a “tomar veneno”. O *New York Times* informou que a última troca de prisioneiros de guerra só ocorreu em 17 de março de 2003 – meros seis dias antes da catástrofe seguinte: o ataque da “coalizão dos voluntários” a Saddam Hussein. Imagine a experiência dos ex-prisioneiros, libertados após tantos anos de sofrido encarceramento, ao se verem tendo de enfrentar imediatamente o “choque e pavor” dos Estados Unidos.

Embora nunca tomada pelas forças iraquianas, Shush esteve, em certo momento, a pouco mais de três quilômetros da linha de frente do brutal conflito Irã-Iraque, que pareceu repetir os piores e mais cruéis excessos da guerra

europeia de 1914-18: guerra de trincheiras, cargas de baioneta, ataques suicidas e uso indiscriminado de armas químicas por um dos lados – aos quais foram acrescentadas novas especialidades grotescas: os ataques por ondas humanas do Irã e seu uso de jovens mártires voluntários como caça-minas vivos. Houve mais de 1 milhão de baixas militares e dezenas de milhares de civis feridos ou mortos.

A cultura iraniana tem uma queda pela celebração do espírito de martírio sagrado. A exposição na rua principal de Shush preservou uma das trincheiras defensivas escavadas na ocasião em que se temeu que a cidade sucumbisse às forças de Saddam. Em 2001, ela ainda estava coberta pelos detritos abandonados ao ser atingida pelo impacto direto de um projétil de artilharia: um capacete de aço grotescamente retorcido, uma bota esfrangalhada e manchada de sangue e um fuzil de assalto amassado e torto. Uma mostra de fotografias indizivelmente chocantes de baixas de nativos da cidade lembrava aos visitantes ocidentais as diferenças culturais em matéria dos horrores considerados aceitáveis para exibição pública. As exposições que procuram recriar as realidades da Primeira Guerra Mundial no Museu Imperial de Guerra de Londres já são suficientemente pavorosas, mas não se podem comparar ao caráter macabro dessa exposição temporária, com suas representações da repugnante sanguinolência ocorrida ali pouco mais de dez anos antes. Na saída havia uma descrição do conflito, explicando que Saddam havia tentado conquistar as províncias de Khuzestan, Ilam e Kermanshah para incorporá-las como parte de seu blasfemo Império Baath, e que o Irã tinha resistido bravamente, e depois virado a mesa, atacando o Iraque com grande sucesso militar, até aceitar generosamente um cessar-fogo da ONU, por razões humanitárias.

Se, como eu, você tivesse descido do local da antiga cidade, no topo do grande cômoro, não poderia deixar de recordar a descrição igualmente longa de sua história, pintada numa grande placa descascada perto da bilheteria, com detalhes sobre as tentativas dos soberanos da Susa elamita de dominar as cidades-Estado e os impérios da Mesopotâmia. Havia até uma lista dos artefatos levados como saque pelos invasores elamitas, inclusive a famosa estela com a inscrição do código de Hamurabi, que mais tarde viria a ser desenterrada em

Susa por modernos arqueólogos europeus. A luta pelo poder tinha sido encerrada da maneira mais drástica, com a destruição de Susa pelo imperador assírio Assurbanipal, no século VII a.C.

Muito tempo depois, havendo pensado em explorar com mais detalhes a história da Mesopotâmia, eu viria a ler a descrição desse ato feita pelo próprio invasor, escrita numa tabuleta de argila escavada das ruínas de Nínive por sir Austen Henry Layard:

> Susa, a grande cidade sagrada, morada dos deuses deles, sede de seus mistérios, eu a conquistei. Adentrei seus palácios, abri seus tesouros, onde se acumulavam prata e ouro, bens e riqueza… Destruí o zigurate de Susa. Destrocei seus reluzentes chifres de cobre. Reduzi a nada os templos de Elam; ao vento dispersei seus deuses e deusas. As tumbas de seus soberanos antigos e recentes eu devastei, e expus ao sol e levei embora seus ossos para a terra de Assur. Devastei as províncias de Elam e em suas terras semeei sal.

E, no Museu Britânico, eu viria a examinar o baixo-relevo de alabastro que ilustra a conquista: sapadores assírios demolindo os muros com pés de cabra e picaretas, enquanto as chamas lambem o portão principal e as altas torres da cidade e uma fileira de cativos e soldados carrega seu rico butim pela floresta circundante.

Ali estava a prova de que a Guerra Irã-Iraque não era um choque isolado, iniciado por um perverso ditador moderno enlouquecido e condicionado por fatores locais, pessoais e transitórios. Ao contrário, ela foi o ato mais recente de uma violenta disputa milenar, travada ao longo dos séculos – e que sem dúvida continuará por muito tempo no futuro – em torno do controle da Mesopotâmia, seja o vale do Tigre e do Eufrates dominado pelo Ocidente ou pelo Oriente Médio.

A localização dessa terra, espremida entre a Arábia e a Ásia, entre o deserto e as montanhas, entre semitas e iranianos, herdeira de ambos e devendo fidelidade a ambos, moldou o destino da região desde os primórdios de sua história registrada.

NÃO SE REVELOU NADA FÁCIL a tarefa de mergulhar mais fundo nos pormenores do passado distante. Logo descobri que qualquer pessoa que queira aprimorar sua compreensão da geopolítica contemporânea lendo sobre tempos antigos confronta-se, imediatamente, com a pura e simples prodigalidade da erudição mesopotâmica. Desde 1815, quando Claudius Rich, o jovem residente britânico da Companhia Inglesa das Índias Orientais em Bagdá, publicou seu livro *Memoir on the Ruins of Babylon* – um campeão instantâneo de vendas que desencadeou em toda a Europa um interesse crescente pelos remanescentes desse mundo desaparecido –, saiu das prensas um fluxo contínuo de livros acadêmicos e populares, monografias, folhetos, artigos e ensaios para publicações acadêmicas e novos títulos são acrescentados quase todos os dias. É que, apesar de tudo que já se conhece sobre a vida na antiga planície do Tigre e do Eufrates, ainda restam, na realidade, muito mais dados desconhecidos. Apenas uma pequena proporção de sítios arqueológicos reconhecidos desde longa data foi explorada; apenas algumas partes restritas deles foram escavadas; apenas uma fração dos cerca de 1 milhão de documentos hoje distribuídos entre museus e coleções particulares do mundo inteiro foi plenamente estudada, decifrada e traduzida, e um número muitas vezes maior deve estar aguardando para ser trazido à luz. Em 2008, um cone de argila coberto por uma inscrição, que permanecera esquecido desde a década de 1970 numa caixa de sapatos numa prateleira da Universidade de Minnesota, revelou registrar o reinado de um soberano anteriormente desconhecido da antiga Uruk.

Esse é um campo de conhecimento em constante transformação. Não faz muito tempo, quase todas as mudanças culturais eram atribuídas a invasões e conquistas. Hoje temos muito menos certeza. Quatro décadas atrás, ainda se presumia que a primeira tentativa de dominação, feita por Sargão de Acad, que floresceu em algum período em torno de 2300 a.C., representara o domínio do povo semita sobre os sumérios nativos. Hoje, a maior parte dos dados sugere que essas duas comunidades viviam juntas na região, pacificamente, desde tempos imemoriais. Os nomes podem receber interpretações diferentes. Um conhecido rei sumério de *c*.2000 a.C. teve seu nome inicialmente lido como Dungi e, mais

recentemente, como Shulgi; o único nome sumério popularmente reconhecido na atualidade, Gilgamesh, surgiu pela primeira vez em 1891, erroneamente lido como Izdubar. Os textos podem vir a ser traduzidos de maneiras muito diferentes, que chegam até a inverter seu sentido. O veredicto de um julgamento por homicídio perante a Assembleia de Nipur, no século XX a.C., foi lido por um estudioso como condenando à morte um dos réus, enquanto outro o leu como absolvendo uma ré de qualquer culpa.

As datas são constantemente revisadas. Os antigos mesopotâmios tinham sistemas próprios de datação – embora não se possa necessariamente confiar em seus relatos, como no caso, por exemplo, dos reinados impossivelmente longos atribuídos a alguns de seus soberanos –, mas ainda é muito difícil calcular as equivalências em nosso calendário. É útil que a observação exata do firmamento tenha sido uma das primeiras ciências estabelecidas na Antiguidade, e que a fé intensa em presságios e portentos tenha assegurado o registro criterioso dos fenômenos celestes inusitados. Visto que nossa astronomia newtoniana nos permite afirmar com exatidão, de acordo com nosso calendário, quando teriam ocorrido eventos previsíveis, como eclipses solares e lunares, deve ser possível atribuir datas precisas a antigos relatos.

Ainda assim, é comum os textos serem tão enigmáticos, e tão incompleta nossa capacidade de compreender sua linguagem – mesmo após um século e meio de estudo –, que pode ser difícil discernir com exatidão o que é descrito. É o caso do relato que parece detalhar um eclipse solar, numa tabuleta desencavada em Ras Shamra, na Síria, em 1948: “O dia da Lua de Hiyaru foi envergonhado. O Sol entrou com o guardião do portão dela, Rashap.” (Talvez Rashap seja um nome do planeta Marte.) Um par de estudiosos ligou essa descrição a um eclipse solar que se sabe haver ocorrido em 3 de maio de 1375 a.C.; outra dupla de acadêmicos deu nova data à ocorrência, situando-a em 5 de março de 1223 a.C. Mais recentemente, o texto foi associado aos eclipses solares de 21 de janeiro de 1192 a.C. e 9 de maio de 1012 a.C. Outros pesquisadores igualmente renomados puseram em dúvida se a tabuleta efetivamente se refere a algum eclipse.

Como resultado dessas discordâncias, o reinado do famoso legislador Hamurabi, rei da Babilônia, foi variadamente datado de 1848-1806 a.C. (cronologia longa), 1792-1750 a.C. (cronologia média), 1728-1686 a.C. (cronologia curta) e 1696-1654 a.C. (cronologia ultracurta).

Esse não é apenas um problema recente. Já em 1923, o editor da revista *Punch*, sir Owen Seaman, protestou em alta voz e em verso, dizendo que sua serenidade mental fora perturbada quando Cyril Gadd, especialista do Museu Britânico em escrita cuneiforme, alterou a data da queda final da Nínive assíria, fazendo-a recuar seis anos!

But still I counted on the Past,
Deeming it steady as a rock;
History, I said, stands fast;
And it has been a horrid shock,
A bitter, bitter blow to me
To hear this news of Nineveh.

They taught us how in six-o-six
(B.C.) that godless town fell flat;
And now the new-found records fix
A date anterior to that;
It fell, in fact, six-one-two,
So what they taught us wasn't true.

The gentleman who worked it out,
He got it from a slab of clay,
And it has seared my soul with doubt
To see the old truths pass away;
Such disillusionment (by GADD)
Might surely drive a fellow mad.[b]

Se sorrimos com sir Owen diante daqueles para quem, como Cyril Gadd, assinalar uma diferença de seis anos em mais de 2.500 é importante, pessoas que dedicam toda a sua vida de trabalho à acumulação de detalhes precisos e minudências abstrusas de um mundo há muito desaparecido, pesquisadores que

exercem, com a dedicação de operários soviéticos stakhanovistas empenhados em ultrapassar todas as cotas, uma atividade que muitos julgariam irrelevante para qualquer interesse moderno, devemos também reconhecer que sem dados não pode haver conhecimento, e sem conhecimento não pode haver compreensão. E qualquer compreensão de como os seres humanos conviveram no passado deve afetar de algum modo o presente e o futuro.

Lidar com a vasta extensão da história é, como diz o provérbio, uma questão de equilibrar a percepção que se tem das árvores com a visão da floresta inteira. No caso da antiga Mesopotâmia, embora os detalhes possam se alterar – e se alterar radicalmente – e os conhecimentos ainda possam ter muito que crescer, ainda há um padrão reconhecível. As árvores podem mudar constantemente, mas ainda se consegue discernir a floresta. De início apenas vago e obscuro, porém mesmo assim constituindo uma forma, emerge efetivamente um contorno – representando uma história completa do antigo Oriente Médio – daquilo que foi reunido pelo trabalho intelectual infatigável, pelo entusiasmo inextinguível e pela engenhosidade irreprimível de um século e meio de doutores e estudiosos de assiriologia – denominação equivocada, aliás, uma vez que a Assíria é apenas um dos protagonistas da narrativa.

A meu ver, a forma que se configura é surpreendente, admirável, extraordinária e espantosa.

Considero-a surpreendente por sua longevidade. Se a história, segundo a maioria das definições, começa pela escrita, então o nascimento, a ascensão e a queda da antiga Mesopotâmia ocupam toda uma metade da história. O que viria a evoluir para a chamada escrita cuneiforme – sinais em forma de cunha, gravados por um estilete de junco em plaquinhas de argila – surgiu pela primeira vez nos últimos séculos anteriores a 3000 a.C. Esse foi o começo, o *terminus a quo*. A Mesopotâmia independente desapareceu da história quando da conquista da Babilônia por Ciro, o Grande, soberano da Pérsia, em 539 a.C. Esse foi o fim, o *terminus ad quem*. Em números redondos, sua duração foi de 2.500 anos. De 500 a.C. até o presente, temos a mesma distância temporal. Pela perspectiva de

hoje, a vitória do imperador persa está tão distante em nosso passado quanto estava Ciro da origem da civilização que ele a um tempo derrotou e herdou.

Considero-a admirável por sua continuidade. Durante todo esse tempo – o mesmo intervalo que nos leva da idade clássica da Grécia, passando pela ascensão e queda de Roma, de Bizâncio, do Califado Islâmico, do Renascimento e dos impérios europeus, até hoje –, a Mesopotâmia conservou uma única civilização, usando do princípio ao fim um sistema singular de escrita, o cuneiforme, e tendo uma única tradição literária, artística, iconográfica, matemática, científica e religiosa, em contínua evolução. Sem dúvida, havia diferenças culturais entre locais diferentes e épocas diferentes. Um sumério de 3000 a.C., transplantado para a Assíria do século VII a.C., certamente experimentaria uma profunda perplexidade e um choque cultural. Não obstante, embora uma das duas línguas dessa civilização, o sumério, cedo tenha deixado de ser falada nas ruas e a outra, o acádio, tenha se dividido em diferentes variedades dialetais, antes de finalmente dar lugar à fala dos arameus que chegavam, ambas continuaram a ser escritas e entendidas até o fim. O último grande imperador assírio, Assurbanipal (685-627 a.C.), orgulhava-se de ser capaz de ler “as tabuletas engenhosas da Suméria e a obscura língua acádia, que é difícil de usar com acerto; senti muita satisfação por ler pedras com inscrições feitas antes do dilúvio”.

Considero-a extraordinária por sua criatividade. No curso de seus dois milênios e meio, a tradição baseada na escrita cuneiforme inventou ou descobriu quase tudo que associamos à vida civilizada. Partindo de um mundo de aldeias neolíticas, de comunidades de agricultura de subsistência predominantemente autossuficientes e independentes, e terminando num mundo não só de cidades, impérios e tecnologia e ciência e direito e sabedoria literária, porém ainda mais: com o que se chamou um sistema mundial, uma rede interligada de nações, comunicando-se e comerciando e lutando umas com as outras, essa tradição se espalhou por grande parte do globo. Foi essa a conquista dos escritores da escrita cuneiforme.

Considero-a espantosa por sua não etnicidade. Os portadores dessa tradição inovadora não foram uma única nação ou um único povo. Desde o começo, pelo menos duas comunidades, semítica e não semítica, habitaram essa terra, uma originária dos desertos do oeste e a outra, possivelmente, das montanhas do norte. A essas bases étnicas foi acrescentada a contribuição genética de muitos invasores e conquistadores, entre eles os gutis, os cassitas, os amoritas e os arameus, os quais, na quase totalidade dos casos, foram assimilados pela língua e pela cultura sumério-acadianas, e, na maioria das vezes, contribuíram com prazer para o avanço ulterior do estilo de vida que tinham adotado. Os que não o fizeram foram sempre lembrados com desdém. Os dois heróis de Saddam Hussein – Hamurabi, um amorita, e Nabucodonosor, um caldeu –, bem como muitas outras figuras imponentes da história mesopotâmica, vieram de famílias estrangeiras, de linhagens de imigrantes.

Portanto, a civilização que nasceu, floresceu e morreu na terra entre os rios não foi uma conquista de nenhum povo particular, mas o resultado da união e da persistência, ao longo do tempo, de uma combinação singular de ideias, estilos, crenças e comportamentos. A história da Mesopotâmia é a de uma tradição cultural contínua e singular, ainda que seus portadores e propagadores humanos tenham sido diferentes em épocas diferentes.

Outro aspecto inesperado me causa forte impressão. Por estar essa história encerrada há tanto tempo, e por podermos observá-la de uma distância suficiente, é impossível não notarmos a que ponto a antiga civilização mesopotâmica se portava como um organismo vivo e como se fosse regida por leis naturais. É muito parecido com assistir a uma daquelas sequências cinematográficas de tempo acelerado que às vezes vemos em programas de televisão sobre a natureza: uma semente germina, o broto transforma-se em muda, a planta cresce, ramifica-se, floresce, gera sementes, propaga-se, murcha e morre – tudo no intervalo de meio minuto, mais ou menos.

Mas será que sociedades, impérios e civilizações não são constructos humanos, produto de decisões arbitrárias, contingentes e essencialmente imprevisíveis, tomadas por atores independentes e inteligentes, e não estão longe

de resultar de algum tipo de determinismo matemático? Talvez menos do que supomos. Não é difícil perceber que se alguém encontrasse um modo de representar a energia, a criatividade e a produtividade da civilização mesopotâmica como um gráfico ele pareceria uma longa curva em forma de sino, elevando-se, a princípio imperceptivelmente, da linha basal, ganhando um crescimento exponencial até um ponto elevado, mantendo seu vigor e vitalidade por um tempo considerável – embora com flutuações – e, em seguida, sem aviso prévio, declinando rapidamente, até por fim achatar-se, ao se aproximar com lentidão cada vez maior da linha basal zero. Então: nascimento, crescimento, maturidade, declínio, senescência e desaparecimento final.

A contar de cerca de 10000 a.C., muito pouco depois do derretimento final das geleiras continentais, e ainda que bem devagar, a princípio, as pessoas começaram a adotar um estilo de vida mais assentado, agrupando-se em comunidades aldeãs, e, em vez de apenas explorarem as oportunidades oferecidas pela natureza, começaram a controlar as plantas e os animais que lhes garantiam a subsistência. Plantaram-se lavouras, prenderam-se rebanhos em currais, e a flora e a fauna essenciais à sobrevivência da população foram geneticamente modificadas pela reprodução seletiva, para melhor servir a seus propósitos humanos.

Nesse mundo de lavradores de subsistência e aldeolas de camponeses, um mundo relativamente uniforme, basicamente indiferenciado e predominantemente homogêneo, nasceu a ideia de civilização: num único lugar, num único momento. Dali e de então o conceito se espalhou com notável velocidade, até conquistar o mundo.

Mas nem todas as comunidades aproveitaram a oportunidade. O que conteve as que se recusaram a fazê-lo pode ter sido a própria comodidade e eficiência de sua vida de aldeia, com suas rotinas bem-estabelecidas e suas habilidades aprimoradas de sobrevivência. Como em muitos outros campos do esforço humano, parecem ter sido necessárias a recalcitrância da realidade incômoda da planície aluvial mesopotâmica, a resistência daqueles arredores inóspitos, a dificuldade de ganhar a vida nesse lugar pouco propício, para que surgisse o grão

de areia dentro da ostra, o núcleo em torno do qual se cristalizou o grande salto à frente da humanidade.

Cultivar a nova terra da planície mesopotâmica, potencialmente fértil mas de fato erma e estéril, por causa da baixíssima precipitação pluvial anual, exigiu que as pessoas se juntassem para organizar sistemas de irrigação. O escritor e pensador teuto-americano Karl Wittfogel cunhou a expressão “civilizações hidráulicas” para se referir às sociedades em que a necessidade de controlar a água requeria uma ação coletiva, estimulando, com isso, o desenvolvimento de uma burocracia organizadora, o que, a seu ver, levou inevitavelmente ao típico domínio despótico oriental. Essa ideia, apesar de bastante influente no começo do século XX, já não é muito respeitada pelos estudiosos, que acusam Wittfogel de não deixar os fatos reais atrapalharem uma teoria atraente. Contudo, não se pode negar que o ambiente ribeirinho entre os dois grandes cursos fluviais do Oriente Médio realmente exigiu a colaboração em obras de irrigação para garantir a sobrevivência de seus colonizadores. E que, de algum modo, isso levou à invenção da vida urbana.

O resto é história, como diz o clichê. De seus primórdios misteriosos e obscuros até seu final bem-documentado, a antiga Mesopotâmia funcionou como uma espécie de laboratório experimental da civilização, testando, amiúde até destruí-las, muitas formas de religião, desde as personificações primitivas de forças naturais até o sacerdócio completo nos templos, e mesmo os primeiros movimentos do monoteísmo; uma ampla variedade de sistemas econômicos e de produção, desde (sua própria versão de) planejamento estatal e direção centralizada até (seu próprio estilo de) privatização neoliberal; e ainda um sortimento de sistemas de governo, desde a democracia primitiva e a monarquia consultiva até a tirania implacável e o imperialismo expansionista. Quase cada um desses aspectos pode encontrar paralelos em traços similares observados em nossa história mais recente. Às vezes, é como se toda a história antiga tivesse servido de exercício simulado, de ensaio geral para a civilização que veio depois – a nossa, que se originaria na Grécia da Atenas de Péricles, após a derrocada do

último império mesopotâmico, no século VI a.C., e nos traria até onde estamos hoje.

Embora os experimentadores da Antiguidade tenham morrido há muito tempo, deixando seus nomes predominantemente esquecidos, suas casas queimadas, suas posses dispersas, seus campos tornados estéreis, suas torres dos templos destruídas, suas cidades enterradas sob montanhas de pó e seus impérios recordados, se tanto, apenas pelo nome, sua história ainda promete nos ensinar muito sobre como chegamos à nossa atual maneira de viver. A história pode não se repetir, mas, como disse Mark Twain, ela rima.

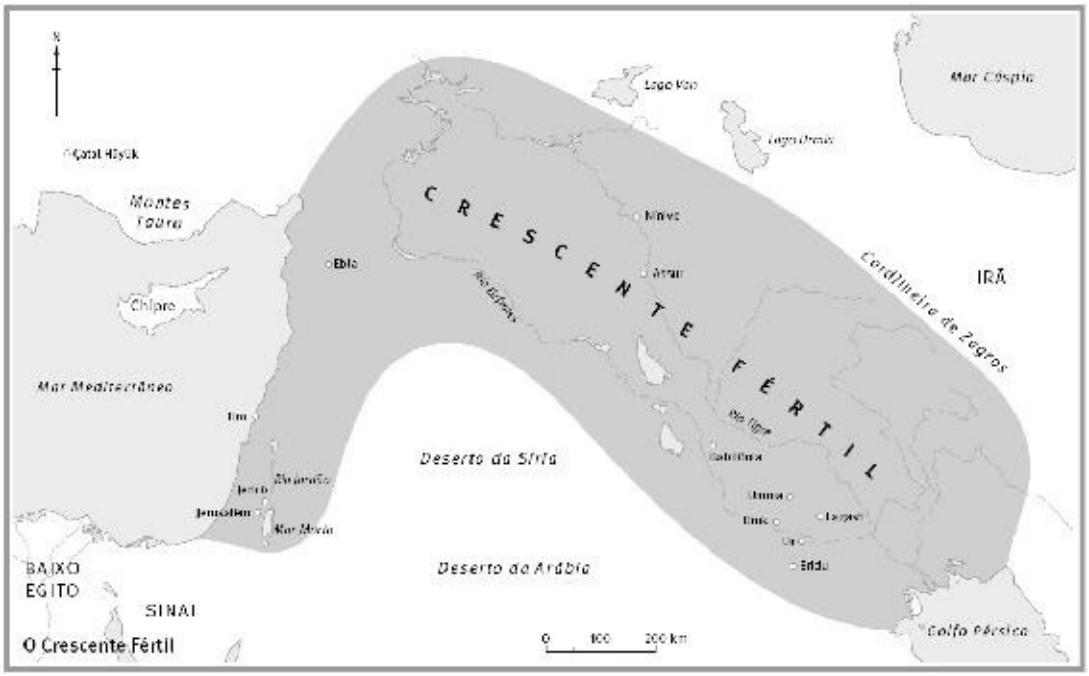
---

[b] "Mas com o Passado eu ainda contava,/ Julgando-o sólido como a rocha;/ A História, dizia eu, mantém-se firme;/ E foi um pavoroso choque,/ Um duríssimo golpe para mim/ Saber dessa notícia sobre Nínive.// Ensinaram-nos que em meia-zero-meia/ (a.C.) tombou aquela cidade sem Deus;/ E agora os recém-encontrados registros fixam/ Uma data anterior a essa;/ Ela caiu, de fato, em meia-um-dois,/ Donde não era verdade o que nos ensinaram.// O cavalheiro que fez essa dedução/ Obteve-a de uma placa de argila;/ E causticou de dúvidas a minha alma/ Ver as antigas verdades se perderem;/ Tamanha desilusão (por Gadd)/ Pode decerto levar um homem à loucura."

Vale ressaltar o trocadilho feito no penúltimo verso, quando sir Owen usa o sobrenome do especialista do Museu Britânico, Gadd, para transformar a expressão *by God* (por Deus) em *by Gadd*, cuja sonoridade é praticamente a mesma. (N.T.)

2. A realeza desce do céu: a Revolução Urbana

Antes de 4000 a.C.



Eridu

Deixe o trânsito moderno, as bicicletas, os automóveis e caminhões de entrega que soltam fumaça pelas ruas St. Giles e Beaumont, em Oxford, e atravesse a fachada neoclássica bastante exagerada do Museu Ashmolean. Numa vitrine de uma das galerias, você encontrará um objeto de barro cozido, de corte quadrado e cor opaca, parcialmente quebrado e coberto pelo que parecem ser, à primeira vista, pegadas de aves. Talvez você tenha que olhar com bastante atenção para achá-lo, porque ele só tem cerca de vinte centímetros de altura e nove centímetros de largura.

Não parece um objeto de grande importância, mas é. Olhe-o atentamente e ele puxará você de volta no tempo até as origens da civilização. Chama-se Prisma de Weld-Blundell, em homenagem ao benfeitor do museu que o comprou durante uma visita à Mesopotâmia, na primavera de 1921. Arquitetos vitorianos como C.R. Cockerell, que, em 1841, baseou o projeto do Ashmolean no templo de Apolo em Bassas, julgavam estar celebrando as raízes supremas de nossa cultura. Mas o prisma nos dirige para um tempo muito mais recuado, muito anterior aos gregos, muito anterior ao rei Salomão, muito anterior a Moisés, muito anterior ao patriarca Abraão, anterior até a Noé e seu dilúvio – para a época em que as cidades foram imaginadas pela primeira vez.

Os arranhões de pássaros são uma escrita: duas colunas de texto compactamente grafadas em cada uma das quatro faces do prisma, codificando uma versão inicial da Lista dos Reis Sumérios, uma longa e exaustiva enumeração das dinastias de diferentes cidades mesopotâmicas, com os de reinado de seus soberanos. Alguns são absurdamente improváveis, como Alulim, que reinou por 28.800 anos, e Alalgar, por 36 mil, mas a lista faz um levantamento da realeza em locais que vão de Eridu a Bad-Tibira, a Larsa, a Sipar ou a Churupaque, “e então o dilúvio varreu a terra”. As marcas escritas

foram gravadas no prisma por um escriba anônimo, na cidade de Larsa, na Babilônia, em *c.*1800 a.C.

Os textos cuneiformes podem parecer desinteressantes e pouco empolgantes, mas há neles, na verdade, algo de maravilhosamente íntimo. Essas marcas, não posso deixar de pensar, foram feitas por uma pessoa, que provavelmente tinha família, mulher (os estudiosos creem que os escribas eram predominantemente homens) e filhos, e cuja experiência de vida – voluntariosos na juventude, tendo discussões com o chefe – não pode ter sido tão tremendamente diferente da nossa, mesmo numa sociedade tão diversa e numa época tão distinta. Se tivéssemos familiaridade suficiente com a escrita cuneiforme e nos sentíssemos tão à vontade com ela quanto os antigos escribas, certamente conseguiríamos reconhecer estilos individuais de letra. Infelizmente, esse grau de familiaridade está muito além da maioria de nós. A escrita cuneiforme é extremamente difícil de ler. Contudo, ao menos os estudiosos conseguiram decifrar o que diz essa tabuinha. Ela começa: “Depois que a realeza desceu do céu, a realeza ficou em Eridu.”

O escriba de Larsa não inventou isso. É quase certo que a mais antiga versão conhecida da Lista dos Reis tenha sido compilada muito antes, a partir da tradição oral, por um alto funcionário da corte do autodenominado “Senhor dos Quatro Cantos da Terra” – o rei Utu-hegal, de Uruk, na Suméria, na parte mais meridional da Mesopotâmia, a primeira verdadeira cidade do mundo –, em algum momento não muito anterior a 2100 a.C. Seu objetivo, podemos presumir, foi político. O rei Utu-hegal, de Uruk, tinha comandado a campanha para expulsar os gutis, ocupantes bárbaros oriundos das montanhas iranianas do leste, que não tinham qualquer compreensão ou apreciação da civilização e que haviam mergulhado o sul da Mesopotâmia numa era de trevas com duração de um século. Utu-hegal estava ansioso por deixar claro que sempre houvera apenas uma cidade soberana legítima em toda a Suméria, e que ele e Uruk eram os herdeiros legítimos da realeza em toda a região. Era uma fantasia, é claro, mas que continha um germe de verdade. É que todos os antigos mesopotâmios sabiam que a civilização havia começado em Eridu, no extremo sul, no litoral do

mar do Sul (para nós, golfo Pérsico ou Árabe), num lugar atualmente chamado Abu Shahrain, e que agora dista uns 190 quilômetros da água.

Dois mil anos depois da época de Utu-hegal, sua civilização morreu. Eridu foi esquecida e sua localização se perdeu, até que, em 1854, John Taylor, ilustre agente da Companhia Inglesa das Índias Orientais e vice-cônsul britânico em Basra, começou a remexer no que chamava de Pântanos Caldeus a serviço do Museu Britânico. Ali encontrou uma coleção de cômoros e "uma fortaleza arruinada, cercada por altas muralhas, com um bastião ou torre numa das extremidades", encimando uma colina no centro de um lago ressecado. O lugar estava parcialmente escondido num vale de aproximadamente 25 quilômetros de largura, que se abria em seu extremo norte para o rio Eufrates. Grande parte dele, escreveu Taylor, estava "coberta por uma incrustação nitrosa, mas exibindo aqui e ali alguns trechos de aluvião, escassamente revestidos de arbustos e plantas peculiares ao deserto". Nas imediações, ele também encontrou vestígios de um antigo canal a noroeste, com 5,5 metros de largura. Taylor sabia haver deparado com restos importantes porque, como mais tarde descreveu outro arqueólogo, "uma característica peculiar de Shahrain é o 'leque' de detritos que se estende em volta dos cômoros, e que levou consigo para o deserto milhares de objetos pertencentes às camadas inferiores dos próprios cômoros … Os montes arenosos e soltos são rasgados a cada inverno pelas inundações pluviais … que arrastam consigo restos de todas as eras".

Diplomata de carreira, sem formação na técnica arqueológica, Taylor escavou algumas covas desconexas, mas decepcionou-se ao não encontrar o tipo de artefatos espetaculares que tivera a esperança de mandar para o museu. E um dos achados – um "belo leão, entalhado em granito negro" – ficou para trás por falta de transporte. Todavia, Taylor encontrou várias tabuletas com inscrições em escrita cuneiforme. Ainda fazia poucos anos que se tornara possível ler alguns desses sinais, mas já se compreendia o bastante para saber que Taylor havia redescoberto a famosa e antiga cidade sagrada de Eridu, lugar onde o compilador da Lista dos Reis de Utu-hegal, como quase todos os antigos mesopotâmios, sabia que a civilização havia começado.

ABU SHAHRAIN (que significa Pai de Duas Luas, talvez em função das antigas tabuletas ali encontradas, que traziam a impressão de crescentes, símbolos de um deus da Lua) parece um local muito improvável para a humanidade ter dado um passo tão importante. Secos, poeirentos e desertos, os cômoros castanho-claros têm uma aparência tão amarrotada quanto a de uma cama em que alguém dormiu. Não há nada no campo visual que fale de vida, humanidade, progresso ou realização. Até o rio que um dia fizera Eridu habitável está agora distante, longe da visão.

Para compreender a história desse lugar, é preciso imaginar uma cena muito diferente. Você precisa fazer o relógio retroceder quase 7 mil anos, até ver a ondulação salgada do golfo, logo ao sul, trazer embarcações marítimas do (atual) Barein, do Qatar e de Omã, e fazer as águas do oceano se infiltrarem na terra e formarem vastas marismas, fervilhantes de peixes, caça e aves em quantidade suficiente para sustentar uma crescente população humana. Há de retroceder até que as areias desérticas da província de al-Muthanna, no Iraque moderno, se transformem de novo numa estepe cheia de grama e arbustos, que sustentava tribos de pastores de ovelhas e cabras em sua rota migratória de ida e volta entre os lagos cintilantes do que é hoje o grande mar de areia de Nefud, na Arábia Saudita. Retroceder até que a trilha batida que carregava mercadorias para a Mesopotâmia meridional, trazendo-as, já nessa época tão remota, das montanhas do Irã, a leste, volte a ser pacientemente percorrida por homens com imensos fardos nas costas, agrupados para se protegerem de animais selvagens e saqueadores humanos. (A domesticação de animais de carga, até mesmo o burro, para não falar no camelo e no cavalo, ainda estava no futuro.) Há de retroceder até que o oudepressão de seis metros sob o lodo circundante do rio, a aluvião, que parece ser o ponto focal de uma cratera formada pelo impacto de um meteorito, volte a se elevar acima das doces águas de um enorme lago pantanoso, cheio de peixes e mexilhões de água doce, que atraía seres humanos e animais de toda a região circundante. Era o lago que os sumérios chamavam de Apsu, e no qual pensavam como um jorramento do mar de água doce no qual flutuava a própria terra. Há de retroceder até que o vasto rio Eufrates, que altera

constantemente seu curso sinuoso pela planície, depositando sua pesada carga de lodo num terreno que se inclina menos de seis centímetros a cada quilômetro, volte a correr ali perto, trazendo consigo, talvez de barco, pioneiros provenientes do norte, já com experiência na construção de diques e canais para controlar as águas.

Os conhecimentos deles eram muito necessários. O Eufrates não é um rio manso e amistoso como o Nilo, com uma inundação de fim de verão, regular como um relógio, que prepara a terra para o plantio do trigo no inverno. Os sumérios o chamavam de Buranun (uma etimologia popular, atraente mas não corroborada, sugere que o nome deriva de palavras sumérias que significariam “grande inundação impetuosa”). Ele transborda de suas margens, de forma errática e imprevisível, durante a primavera, quando a semente já no chão tem de ser protegida, primeiro para não se afogar sob as águas da enchente; segundo, para não secar sob o sol escaldante, que faz evaporar mais da metade do fluxo do rio antes que ele chegue ao mar.

Portanto, as primeiras pessoas que se instalaram ali, que construíram suas cabanas de junco à beira da água, que criaram campos para cultivar seu milho e sua cevada, e hortas em que plantar seus legumes e suas tamareiras, levando seus animais para pastar na estepe, não estavam escolhendo a alternativa de menor esforço. Se quisessem vida fácil, teriam estabelecido seus povoados onde a precipitação pluvial por ano, em volume suficiente, simplificava o cultivo da terra, atrás da linha demarcadora invisível da área em que a precipitação supera duzentos milímetros anuais – chamada pelos geógrafos de isoieta de duzentos milímetros. Essa linha se curva num amplo semicírculo a partir da cordilheira de Zagros, no leste, passa pelos montes Tauro, no norte, e segue para a costa do Mediterrâneo, no oeste, com um formato que levou o arqueólogo norte-americano James Henry Breasted a chamá-la de Crescente Fértil. Na Mesopotâmia meridional, bem no interior da curva, quase não cai chuva alguma na maior parte do ano. Ali, os recém-chegados contavam apenas com os rios para regar suas plantações e, até para isso, primeiro tinham de reconfigurar a própria terra, introduzindo barragens, diques, fossas, reservatórios e canais.

Em outros lugares do mundo, fazia milhares de anos que homens e mulheres viviam alegremente da agricultura de subsistência, em perfeita sintonia com suas necessidades e desejos, num estilo de vida que mal viria a se alterar, em seus aspectos essenciais, quase até nossa época. Em muitos lugares, aliás, ele perdura até hoje. Mas isso não bastava para os pioneiros da planície mesopotâmica. Eles não haviam ficado sem terras suficientes para o cultivo tradicional. As populações humanas eram minúsculas e muito dispersas, o que deixava amplo espaço para novos assentamentos agrícolas. Mas os que foram para essa área não pareciam estar interessados em fazer o que tinham feito seus ancestrais, adaptando seu modo de vida ao mundo natural, tal como o encontravam. Ao contrário, estavam decididos a adaptar o meio ambiente para adequá-lo a seu estilo de vida.

Foi um momento revolucionário na história humana. Os recém-chegados almejavam, conscientemente, nada menos do que mudar o mundo. Foram os primeiros a adotar o princípio que impulsionou o progresso e o avanço por toda a história, e que ainda motiva a maioria de nós nos tempos modernos: a convicção de que é direito da humanidade, sua missão e seu destino, transformar e aprimorar a natureza, e se assenhorear dela.

Desde antes de 4000 a.C. e pelos dez a quinze séculos seguintes, a população de Eridu e seus vizinhos lançaram as bases de quase tudo o que conhecemos como civilização. Chamou-se a isso Revolução Urbana, embora a invenção de cidades tenha sido, na verdade, sua parte menos importante. Com a cidade vieram o Estado centralizado, a hierarquia das classes sociais, a divisão do trabalho, a religião organizada, a construção de monumentos, a engenharia civil, a escrita, a literatura, a escultura, a pintura, a música, a educação, a matemática e o direito, para não falar de uma vasta gama de novas invenções e descobertas, desde coisas tão básicas quanto veículos com rodas e barcos a vela até o forno dos oleiros, a metalurgia e a criação de materiais sintéticos. E, para completar, houve uma imensa coleção de noções e ideias, tão fundamentais para nossa maneira de ver o mundo – a exemplo de conceitos de número ou peso independentes de itens reais contados ou pesados, independentes do número dez,

ou de um quilo – que há muito esquecemos que tiveram de ser descobertas ou inventadas. A Mesopotâmia meridional foi o lugar onde se fez tudo isso pela primeira vez.

O escriba que redigiu o texto do prisma que se encontra no Museu Ashmolean, assim como o funcionário do palácio da corte do rei Utu-hegal, sabia como tinha surgido esse grande salto à frente: a realeza descera do céu para a terra. Isso não está longe das propostas de comentaristas modernos loucamente rebeldes, como Erich von Däniken e Zechariah Sitchin, que atribuem tudo a alienígenas vindos do espaço sideral. Outros concluíram, com os preconceitos das respectivas épocas, que a revolução foi causada pela união de raças diferentes, cada qual com seu caráter e suas habilidades. A tradição marxista, como não é de admirar, enfatizou os fatores sociais e econômicos. I.M. Diakonoff, um dos maiores assiriólogos soviéticos, deu a um de seus livros o subtítulo de "o nascimento das mais antigas sociedades de classe e dos primeiros centros da civilização escravocrata". Hoje em dia, está na moda a ideia do meio ambiente: de que as mudanças climáticas, a alternância de épocas mais quentes e secas com outras mais úmidas e frias, instigaram os seres humanos a uma adaptação de seu estilo de vida. Outros, ainda, veem o surgimento da civilização como uma consequência inevitável de mudanças evolutivas na mentalidade humana desde o término da última era glacial.

Numa coisa, porém, antigos e modernos concordam: todos tratam as pessoas como objetos passivos, receptores de influências vindas de fora, alvos do funcionamento de forças exteriores, instrumentos dóceis de agentes externos. Mas nós, seres humanos, não somos realmente assim; não reagimos de maneira tão impensada.

A verdadeira história teria de reconhecer o eterno conflito entre progressistas e conservadores, entre os que voltam os olhos para o futuro os que os concentram no passado, entre os que propõem "vamos fazer algo novo" e os que pensam que "os costumes antigos são os melhores", os que dizem "vamos aperfeiçoar isso" e os que acham que "não se mexe em time que está ganhando". Nenhuma grande mudança cultural jamais se deu sem essa disputa.

Isso já acontecera antes, pelo menos uma vez.

A Revolução Neolítica, que tirou nossos ancestrais da caça e da coleta em pequenos bandos baseados no parentesco e os levou para uma vida de agricultura de subsistência em comunidades assentadas, foi o maior destruidor em massa de habilidades, culturas e línguas em qualquer época da história humana. Dezenas de milhares de anos de conhecimentos acumulados e tradições complexas foram varridos do mapa. Os estudos recentes sobre esse período axial da história humana concordam: nenhum bando de caçadores-coletores pode ter simplesmente aberto mão de tudo o que sabia e se acomodado na agricultura sedentária sem travar uma gigantesca batalha de ideias.

Caçar e colher tinham proporcionado uma vida relativamente fácil. Os novos costumes, à primeira vista, eram muito mais árduos e menos compensadores do que aqueles que haviam servido tão bem à humanidade, durante tanto tempo.

Para o autor do Gênesis, a Revolução Neolítica significou a queda do homem: “Maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela, todos os dias da tua vida. Espinhos e cardos ela te produzirá, e comerás a erva do campo. Com o suor do teu rosto comerás o teu pão.” Essa mesma mensagem foi recentemente atualizada pelo autor científico Colin Tudge: “A lavoura, na época do Neolítico, era obviamente árdua: as primeiras populações de agricultores eram menos robustas que os caçadores-coletores que as haviam precedido e sofriam com distúrbios nutricionais, traumáticos e infecciosos dos quais seus antecessores tinham sido poupados.” À luz disso, parece que a momentosa transição para a agricultura como alicerce da vida só pode ter sido impulsionada pela disseminação de uma nova e poderosa ideologia, necessariamente expressa, naquele tempo, sob a forma de uma nova religião, esta propagada, como disse o ilustre pré-historiador Jacques Cauvin em seu livro *Nascimento das divindades, nascimento da agricultura*, com “uma autoconfiança messiânica”.

A grande mudança seguinte de valores e ideais foi a que acabou levando das aldeias agrícolas para nossa civilização urbana. A Revolução Urbana não foi tão destrutiva para os costumes antigos quanto a passagem da caça e da coleta para a agricultura. Mas os que escolheram esse caminho ainda tiveram de abrir mão de

muita coisa, inclusive da autonomia, da liberdade e da própria identidade como agentes autoconfiantes e independentes. Deve ter sido poderosíssima a fé que os convenceu a buscar um sonho cuja plena realização era imprevisível e imprevisivelmente distante, uma fé capaz de persuadir homens e mulheres de que valia a pena fazer esse sacrifício: de que a vida na cidade ofereceria a possibilidade de um futuro melhor, ou, a rigor, de que existia algo chamado Futuro, que poderia ser transformado em algo diferente do que existira antes. Tratou-se, acima de tudo, de uma escolha ideológica.

Os primórdios dessa ideologia encontram-se enterrados nas areias de Eridu. Ali, se é que se pode fazê-lo em algum lugar, talvez possamos observar os processos que fizeram nascer a cidade antiga.

O deus do progresso

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, fizeram-se preparativos para que se encerrasse o controle britânico do Iraque. Esse deveria ser um acontecimento momentoso para a região. Depois de ter sido dominada por aquemênidas, gregos, romanos, califas muçulmanos, mongóis, safávidas iranianos, e ainda por otomanos e britânicos, a Mesopotâmia se tornaria realmente livre e independente pela primeira vez em cerca de dois milênios e meio – desde a conquista da Babilônia pelo imperador persa Ciro, o Grande, em 539 a.C.

Mais de 4 mil anos antes, após a expulsão dos gutis, o rei Utu-hegal, de Uruk, havia reafirmado a independência suméria e a legitimidade de seu próprio reinado ordenando que se compilasse a Lista dos Reis Sumérios, a começar pela soberania divinamente decretada de Eridu. No século XX, a Diretoria-Geral de Antiguidades do Iraque resolveu marcar a independência vindoura do país ordenando uma escavação científica de Abu-Shahrain, para demonstrar “o sólido fio de continuidade que perpassa todo o passado do Iraque”.

Quando os arqueólogos escavaram a gigantesca “fortaleza arruinada” de John Taylor, que então puderam datar do século XXI a.C., descobriram sob um canto uma construção muito menor e anterior, datada de quase 2 mil anos antes disso. Por baixo dela encontraram mais outros dezesseis níveis de habitação, que remontavam aos primórdios do V milênio a.C., ponto em que finalmente chegaram a “uma duna de areia limpa” na qual se erigira, pela primeira vez, “uma capela primitiva” de pouco mais de quinze metros quadrados, construída com tijolos secados ao sol, com um pedestal votivo em frente à entrada e um nicho recuado, talvez para uma imagem esculpida.

A disposição em camadas fascinou os arqueólogos, que então puderam seguir detalhadamente a história do sítio pelos vários milhares de anos de sua história. Mas ela também nos diz algo importante sobre o povo que ali fizera suas construções. Os tijolos secados ao sol precisam de manutenção constante, para

não se reciclarem de volta ao pó – e foi a falta de reparos, e não a destruição, que fez ruir a maioria das antigas cidades da Suméria, transformando-as em montes de terra. Mas os arquitetos da antiga Eridu nunca se contentavam em restaurar ou reformar. Cada construção que erigiam sobre os restos reverentemente preservados da anterior era maior e mais elaborada. Partindo da simples "capela" de 3,5 metros por 4,5 metros, eles acabaram, um milênio depois, com um templo de proporções monumentais, cuja câmara mais interna, a cela, tinha quinze metros de comprimento. Essas pessoas, diferentemente de outras de sua época, nunca foram escravas da tradição, nunca se contentaram com o que existira antes, e almejavam um aperfeiçoamento constante. No curso de uns dez séculos, derrubaram e refizeram onze vezes essas construções, numa média de uma vez a cada noventa anos, mais ou menos, exibindo uma impaciência com o antigo e uma receptividade ao novo quase que na escala norte-americana moderna.

O templo de Eridu foi o símbolo de uma comunidade que acreditava – talvez se possa até dizer que a inventou – na ideologia do progresso: a convicção de que era possível e desejável melhorar continuamente o que já fora feito, de que o futuro podia e devia ser melhor – e maior – que o passado. O poder divino ali celebrado e honrado era a expressão, a encarnação e a personificação dessa ideia: nada menos que o deus, ou deusa, da civilização.

COMO FOI QUE ESSA DIVINDADE do progresso, que ajudou a lançar as bases do mundo moderno, veio a ser contemplada ali pela primeira vez, nesse lugar hoje despovoado? Isso aconteceu antes da invenção da escrita – necessariamente, pois a própria escrita foi um dos produtos posteriores da ideologia progressista. Tudo que temos são os dados mudos desencavados pelos arqueólogos.

E eles encontraram pouquíssima coisa. Havia cerâmica, naturalmente, tanto quebrada quanto inteira: a louça elegante, de espessura fina, lindamente decorada, era encontrada em grande parte da Mesopotâmia nessa era. E não se tratava de louça do dia a dia, mas de peças frágeis e caras, presumivelmente feitas para uma elite. Algumas contas, berloques, amuletos e estatuetas de terracota sem maior importância também foram encontrados. Mais que tudo,

porém, os arqueólogos acharam espinhas de peixe e cinzas, cinzas e espinhas de peixe, em vastas quantidades: sob os pisos, atrás de paredes, nos altares, ou até acumuladas em cômodos próprios. O exame das espinhas revelou que os peixes tinham sido comidos. Ao que parece, banquetes sagrados à base de peixe desempenhavam um papel importante nos ritos religiosos ali praticados, quaisquer que fossem eles.

Os primeiros fiéis teriam vindo de muitos quilômetros ao redor até as margens do Apsu, o lago de Eridu. Devia haver algo que atraía os viajantes, algo reconhecido como uma espécie de força espiritual, uma influência sobrenatural, aquilo que os gregos chamavam de nume – um sinal de Deus. O egiptólogo Anthony Donohue mostrou que vários dos grandes centros religiosos do antigo Egito, ou talvez a maioria deles, foram construídos em locais em que os egípcios reconheciam imagens de seus deuses nas formações naturais da paisagem. Não havia pedras em Eridu, apenas areia, lodo e sal. Mas talvez algum tipo de evento tenha ocorrido ali, talvez uma grande tempestade com um relâmpago gigantesco, visível em todo o vale do Eufrates; ou pode até ser que um meteorito tenha atingido a superfície, com um rugir de trovão, rompendo a crosta grossa da terra e, como que por milagre, liberando das profundezas a água doce de um lençol freático. Esse impacto foi conjecturado por um grupo de pesquisadores da África do Sul. Ou teria o milagre sido apenas esse brotamento de água fresca e doce, que se opunha ao sol implacável e escaldante dos charcos salgados? Podemos imaginar que, de início, as visitas deviam ser ocasionais, marcadas para coincidir com a breve temporada de elevação das águas, quando o pantanal se transformava num lago considerável, como às vezes ainda o faz. Os visitantes deviam ser atraídos de muitos grupos sociais distintos, pessoas que passavam o resto do ano inteiramente separadas umas das outras, mantendo culturas diferentes, talvez até falando línguas diferentes, e com certeza levando vidas muito diferentes. Até hoje, qualquer pessoa familiarizada com países em que os antigos costumes ainda prevalecem, como o Mali, na África ocidental, sabe com que rapidez o som distante dos tambores de uma dança de máscaras numa aldeia é capaz de atrair centenas de pessoas de áreas vizinhas para as margens do

Níger: lavradores de língua bambara, pescadores de língua bozo, pastores falantes de fula, mercadores que se expressam em songai.

É fácil imaginar que os que iam ao sagrado Apsu se reuniriam em banquetes rituais, deleitando-se com a generosa colheita do pântano: enormes massas de conchas de moluscos de água doce foram encontradas entre as camadas mais antigas do sítio arqueológico. Para nossos antepassados, o alimento nunca perdeu sua importância ritual (como ainda não a perdeu para as pessoas religiosas de nossa época). Em Eridu, com suas associações numinosas, a refeição sagrada devia ser uma ocasião séria, embora não necessariamente solene. E, a partir desse evento regular, talvez anual, talvez mensal, junto ao pântano sagrado à beira-mar, deve ter surgido aos poucos uma identidade grupal inteiramente nova: “os que vão ao Apsu”. Atraídos dentre aqueles que foram pioneiros no povoamento da região mais meridional da Mesopotâmia, sua própria presença e sua sobrevivência demonstraram um compromisso com a modificação da superfície da terra e com a conquista de um futuro diferente e melhor. Os ritos religiosos que eles praticavam à beira d’água viriam a associar eternamente o espírito divino do Apsu a essa crença.

Um dia – depois de quanto tempo é impossível dizer, talvez séculos –, resolveu-se que convinha construir um santuário permanente para esse espírito aquático do progresso, sob a forma de uma pequena capela. Seu caráter de permanência seria marcantemente inusitado naquele local. Enquanto “os que iam ao Apsu”, como todas as outras pessoas no sul da Mesopotâmia e como os atuais árabes dos pântanos, viviam em casas feitas de junco enfeixado e trançado, seu monumento deveria ser construído de tijolos. Essa decisão assinalou o início de uma nova fase na história.

A cultura, como assinalou o eminente arqueólogo britânico Colin Renfrew, não precisa ser vista como algo que meramente reflete a realidade social; ao contrário, pode ser o processo pelo qual essa realidade passa a existir. No livro *Prehistory, the Making of the Human Mind*, Renfrew considera o que acontece quando um monumento permanente é originalmente concebido como um projeto:

> Para torná-lo realidade, o pequenino grupo de ocupantes do território em questão precisaria investir grande parte de seu tempo. Talvez também precisasse solicitar a ajuda dos vizinhos dos territórios circunjacentes, que decerto seriam incentivados pela perspectiva de banquetes e celebrações locais. Pode-se imaginar que, uma vez concluído, o próprio monumento se tornaria o lócus de outras comemorações e festejos anuais. A partir daí, serviria como local de sepultamento e foco social do território.

Portanto, o monumento torna-se o centro daquilo que logo vem a surgir, em decorrência direta dessas atividades, como uma comunidade viva.

Além disso, nessa parte do mundo em que a areia sopra com frequência do deserto e oblitera todos os traços conhecidos, em que os cursos dos rios se alteram constantemente e onde enchentes calamitosas não raro desmancham todas as marcas que os seres humanos tentam deixar na paisagem, um monumento permanente é de especial significação. Subitamente introduzido no caleidoscópio sempre cambiante da experiência cotidiana, ele proporciona um sentimento de continuidade e, por extensão, de história e de tempo. A pessoa pode olhar para a construção, refletir que “meu ancestral ajudou a construir isso” e experimentar um sentimento de ligação com as raízes, com a linhagem e com um passado que, afora isso, teria desaparecido. E o prédio reiteradamente ampliado e aprimorado, sempre preservando cuidadosamente as relíquias da antiga obra embaixo ou dentro de sua estrutura, funciona como um símbolo, visível de longe, da confiança no progresso e no desenvolvimento dos quais ele é a consequência física.

Essa mensagem não escapou aos vizinhos de Eridu. Esse primeiro monumento, no que viria a ser a terra da Suméria, serviria de inspiração, exemplo e modelo a ser imitado por outros grupos. Com o correr dos anos, novas comunidades de fiéis se formariam nas imediações, e outros templos para outros deuses seriam plantados como sementes, espalhados por toda a região em que o Tigre e o Eufrates corriam pelos vales para o mar do Sul.

Ainda existem vagas lembranças dessa era, numa versão da história que foi disfarçada, romanceada e politizada nos mitos muito posteriores que os sumérios e seus sucessores criaram sobre suas origens e suas divindades. A partir daí, enquanto durasse a civilização mesopotâmica, eles se lembrariam para sempre

de que cada cidade tinha sido inspirada e fundada pela divindade particular que tinha nela sua morada terrena. Os nomes das cidades eram escritos com um sinal que denotava “deus”, um sinal representando o nome do deus e o sinal correspondente a “lugar”: grafava-se Nipur como LUGAR.DEUS.ENLIL e Uruk como LUGAR.DEUSA.INANA. (Os sinais cuneiformes sumérios referentes a palavras, ou logogramas, são convencionalmente grafados com letras maiúsculas no alfabeto romano.)

E a divindade celebrada em Eridu seria para sempre lembrada como inspiradora e instigadora das artes da civilização. De forma inesperada, esse deus ainda é lembrado.

Os nomes topográficos, ou topônimos – aquilo de que chamamos os rios, montes e vales da paisagem –, encontram-se entre as relíquias mais conservadoras e arcaicas da humanidade. Na Inglaterra, os rios Humber e Ouse são assim chamados, numa língua desconhecida, desde os tempos do Neolítico; na França, a área chamada Paris relembra a tribo celta dos parísios, que viveu na Idade do Ferro.

O que se aplica à terra aplica-se ainda mais ao céu, que se modifica menos ao longo do tempo. Os nomes pelos quais conhecemos as constelações e os signos do Zodíaco remontam quase todos aos gregos; alguns, como Leão e Touro, herdamos dos babilônios. E um deles, provavelmente, é ainda mais antigo: um eco distante e muito tênue, mas ainda persistente, de uma história que os antigos contavam sobre o deus cuja casa fora construída em Eridu. Se você morar no hemisfério norte e sair com um mapa estelar entre as nove e as dez horas de uma noite sem nuvens, em setembro, e olhar para o sul do horizonte, verá um grupo de estrelas pálidas, agrupadas em volta de um triângulo. Elas compõem a constelação de Capricórnio. Não é fácil discerni-la, mas, aplicando um pouco de imaginação à configuração, deverá conseguir enxergá-la como uma cabra marinha, cabra na metade superior e peixe na inferior. É possível que ela tenha sido a primeira constelação a ser notada, talvez porque, nos tempos antigos, o solstício de inverno, dia mais curto do ano, ocorria quando o sol estava em Capricórnio. E talvez isso também se deva ao fato de que a imagem delineada

pelas estrelas foi identificada, desde o começo, com o deus do progresso de Eridu.

Um dos componentes mágicos da história da antiga Mesopotâmia é que ela lança luz sobre a origem de inúmeras coisas que caracterizam nosso mundo – nesse caso, os mitos religiosos. Isso não quer dizer, é claro, que a religião tenha tido início nas planícies aluviais da cabeça do golfo. A religião, com certeza, é tão velha quanto a humanidade, e é quase certo que seja ainda mais velha, remontando à época em que nossos ancestrais pré-humanos começaram a sepultar seus mortos com uma cerimônia. Mas ali nessa nova terra, com sua nova vida, os povoadores tiveram basicamente de recomeçar e repetir o processo de criação da religião. Por isso podemos testemunhar como surgiram ao menos algumas histórias os deuses. Podemos ver como muitas das divindades mesopotâmicas surgiram da imaginação humana, inicialmente, como personificações, hipóstases das forças da natureza.

"*I do not know much about gods; but I think the river/ Is a strong brown god – sullen, untamed and intractable*", escreveu T.S. Eliot.[c] Thorkild Jacobsen, um dos gênios dos estudos sumérios no século XX, citou como exemplo o deus Ningirsu, "Senhor de Girsu", o menor município da cidade-Estado de Lagash, um deus associado à guerra e à destruição. "É preciso compreender", disse ele,

> que Ningirsu era a personificação da enchente anual do rio Tigre. Todo ano, quando começam a derreter nas altas montanhas do Irã, as neves do inverno jorram pelas encostas em numerosos rios montanhosos e vão inflar o Tigre. Isso era vivenciado, em termos teológicos, como o defloramento das encostas virgens, *Nin-hursag*, a Senhora das Vertentes, pelas grandes montanhas situadas mais atrás, *Kur-gal*, de quem as águas da enchente seriam o sêmen. *Kur-gal*, cujo outro nome era *Enlil*, é, portanto, o pai de *Ningirsu*. Sua mãe é *Nin-hursag*, a Senhora das Vertentes, e a coloração castanho-avermelhada das águas da inundação, que provém do barro colhido pela água ao escorrer pelas vertentes, é vista como decorrente do sangue desse defloramento.
>
> A enchente a que tudo isso se refere, o deus *Ningirsu* em si, é realmente assombrosa. Em Bagdá, vi o Tigre inundar todo o vale em que ele corre, subindo a uma altura superior à de uma casa de quatro andares – uma visão que não se esquece com facilidade.

Ou então consideremos o pássaro conhecido como Zu, Anzu ou Imdugud. O sol queima impiedosamente a planície da Suméria durante grande parte do ano.

Ocasionalmente, porém, vem uma tempestade repentina. Primeiro uma nuvem negra como tinta surge ao sul do horizonte, depois se espalha com incrível rapidez, até escurecer o céu inteiro e agredir a terra abaixo com trovoadas, relâmpagos e chuva torrencial. Em seguida, tão depressa quanto chegou, ela desaparece na direção oposta. Não é difícil compreender por que os sumérios optaram por imaginar essa nuvem de tempestade como um imenso e aterrador pássaro do trovão, com cabeça de leão e asas de águia.

Essas imagens são mais que meras personificações. Interpretar os fenômenos da natureza com tamanho detalhe, como atividades dos deuses, demonstra uma imaginação poderosa e uma sensibilidade poética da mais alta ordem, o que sublinha a percepção de que as religiões são as maiores de todas as obras de arte coletivamente criadas pela humanidade. Com o tempo, é claro, como acontece com todas as metáforas, o vigor esmaece; a forma vívida com que os deuses foram visualizados pela primeira vez degenera num simples emblema. O deus celebrado em Eridu, o potencial construtivo, criativo e imaginativo inerente às águas fertilizadoras, “a numinosa vontade de formar que vem do interior das profundezas”, como escreveu Thorkild Jacobsen, “passou a ser vista como um íbex gigantesco, cujos chifres apareciam acima da água como juncos”. Daí o Capricórnio – uma cabra dotada de chifres acima da linha d’água, um peixe abaixo dela (refletindo também, como me agrada pensar, sua gênese entre pescadores e pastores) –, imagem pela qual sua lembrança foi transmitida à posteridade. Lembrado foi também o Apsu, o lago sagrado do qual ele emergiu, a que fazia referência a bacia de água fresca instalada em todos os templos posteriores da Mesopotâmia – e talvez ainda lembrado, muito tempo depois, na vasilha de *wudu* ou ablução das mesquitas islâmicas, e talvez até na pia batismal da Igreja cristã.

Em épocas posteriores, o deus de Eridu foi representado em gravuras de selos cilíndricos usando um manto de lã debruado e a coroa de chifres dos deuses, com dois fluxos de água repleta de peixes, talvez representando o Tigre e o Eufrates, correndo de seus ombros. Quando os escribas sumérios vieram a escrever seus mitos, cerca de 2 mil anos depois da fundação do templo, o nome

dele foi revelado. Os textos registram que Eridu era a morada do deus Enki, o "Senhor Terra", "Rei de Eridu", "Rei do Apsu". Mais tarde ainda, o texto do Gênesis 4:17-8 fez dele o filho de Caim: "E a Enoque [Enki] nasceu Irade [Eridu]."

Os mesopotâmios reconheciam Enki como o deus que trazia civilização à humanidade. Era ele quem dava aos soberanos inteligência e conhecimento; ele "[abria] as portas da compreensão"; ensinava os humanos a construir canais e projetar templos, "pondo suas estacas das fundações exatamente nos lugares certos"; fazia "jorrar a abundância nas águas reluzentes"; não era o soberano do Universo, porém o sábio conselheiro e irmão mais velho dos deuses; era o "Senhor da Assembleia"; era *Nudimmud*, "o que molda", o criador de imagens, protetor de artesãos e artífices. E, prefigurando a história da Torre de Babel, foi ele quem dividiu a fala da humanidade – com certeza, uma interpretação da multiplicidade de línguas faladas por seus primeiros devotos:

> Enki, o Senhor da abundância, das ordens confiáveis,
> O Senhor da sabedoria que compreende a terra,
> O condutor dos deuses,
> Dotado de sabedoria, o Senhor de Eridu,
> Modificou-lhes a fala na boca, [trouxe] a contenda para ela,
> Para a fala do homem, que antes fora uma só.

E, o mais importante, Enki era o depositário do "*Me*", talvez pronunciado como "*Mé*", uma expressão suméria intraduzível, que o grande assiriologista Samuel Noah Kramer explicou como "o sortimento fundamental, inalterável e abrangente de poderes e deveres, normas e padrões, regras e regulamentos ligados à … vida civilizada". (Em termos mais sucintos, poderíamos defini-lo como o conjunto dos princípios básicos da civilização: ele mostra que os antigos mesopotâmios estavam tão encabuladamente cônscios da diferença entre a civilização e todas as outras maneiras de viver – e da superioridade dela –, que a expressavam com um conceito cognitivo inteiramente novo, para o qual não temos equivalente em nossa maneira de pensar.) Ao ser listado pelos mitógrafos babilônios, muito tempo depois, o *Me* incluía questões de governo, como o sumo

sacerdócio, a divindade, a coroa nobre e duradoura, o trono da realeza, o cetro enaltecido, o cajado, a vara de medir e o cordel de linho sagrados, o trono elevado. Havia assuntos relacionados com a guerra, como armas, heroísmo, a destruição de cidades, a vitória e a paz. O *Me* abrangia aptidões e qualidades humanas, como sabedoria, discernimento, poder de decisão, força e animosidade. Delineava emoções fortes, como o medo, a discórdia, o cansaço e a inquietação. E havia artes e ofícios, como os do escriba, do músico, do forjador de metais, do ferreiro, do curtumeiro, do construtor e do cesteiro, bem como numerosas funções sacerdotais diferentes, variedades de eunucos e instrumentos musicais.

Os mesopotâmios nunca se esqueceram do papel desempenhado pelo deus Eridu na fundação da civilização, embora os detalhes de sua história tenham evoluído com o tempo. Cerca de 4 mil anos depois da construção da primeira capela junto ao lago Apsu, quando os gregos dominavam o Oriente Próximo, um sacerdote babilônio chamado Beroso escreveu uma história de seu país, na qual descreveu como uma criatura, um intermediário entre deus e seus devotos humanos, saíra da água para ensinar a civilização à humanidade: “Ele lhes ensinou a construir cidades, fundar templos e compilar leis, e lhes explicou os princípios dos conhecimentos geométricos. Ensinou-lhes a distinguir as sementes da terra e lhes mostrou como colher os frutos; em suma, instruiu-os em tudo que pudesse tender para abrandar os costumes e humanizar-lhes a vida. Desde aquele tempo, nada de material foi acrescentado a suas instruções à guisa de aprimoramento.”

A cidade e o sexo

Os pioneiros na povoação da Mesopotâmia meridional, ao descobrirem novos deuses em sua nova terra, não abandonaram por completo suas tradições religiosas anteriores. A 65 quilômetros de Eridu, no outro lado – o do sol nascente – do caprichoso rio Buranun, cresceu outro povoado em torno de outro templo. Tornou-se inicialmente conhecido como Unug, depois Uruk da terra da Suméria, que os hebreus um dia chamariam de terra de Sinear (e que alguns pensam ter dado ao Iraque seu nome atual). O templo de Unug era dedicado a uma faceta da Grande Deusa, aquela cuja origem última remonta à Idade da Pedra, uma expressão da tríplice divindade da mulher: virgem, mãe e prostituta.

Como mãe, ela era a vaca nutriz, "a bela vaca a quem o deus da Lua, sob a forma de um forte touro, enviou óleos curativos", nas palavras de um hino. Seu leite divino era o alimento da realeza; um texto assírio proclama: "Pequeno eras tu, Assurbanipal, quando te entreguei à [Grande Deusa] rainha de Nínive; eras fraco ao te sentares nos joelhos dela; quatro tetas te foram postas na boca." Ela era a protetora dos pastos, onde se alimentava o rebanho sagrado, como os que são ilustrados com frequência em sinetes gravados, bem como retratados num friso de um templo primitivo que hoje se encontra no Museu Britânico. Sua presença era simbolizada pela porta do estábulo sagrado e pelo portão do curral sagrado: a sublime porta da antiga Mesopotâmia. O par de feixes de junco que emoldurava a entrada, com alças no topo para sustentar uma vara da qual um dia pendeu uma porta de palha trançada, tornou-se o símbolo dessa deusa nas imagens e, mais tarde, na escrita cuneiforme suméria. Muito, muito tempo depois, o estábulo sagrado seria relembrado como o *Bucolion*, estábulo no qual, segundo Aristóteles, o casamento simbólico entre a mulher do governante ateniense e o deus Dioniso se realizava anualmente. Um dia, a Rainha Celestial da Igreja cristã daria à luz seu menino salvador num descendente distante, mas direto, do estábulo da deusa mãe.

Em Unug, a Grande Deusa era celebrada sob o nome de Inana. Ali, porém, era sua prostituição, sua faceta de prostituta, que se enfatizava com mais força. E era forçoso que assim fosse, porque, até os tempos modernos, as cidades sempre foram maiores consumidoras que produtoras de seres humanos. Densamente amontoadas em condições insalubres, as pessoas que enchiam as vielas estreitas entre os muros altos, lado a lado com as aves domésticas e os rebanhos dos quais provinha e se espalhava a maioria das epidemias humanas, não viviam muito. Não temos registros da antiga Suméria, mas, na Oxirrinco romana, no Egito, cidade de tamanho provavelmente equivalente ao de Uruk, "um terço de todos os bebês perecia antes do primeiro aniversário; metade de todas as crianças morria antes de completar cinco anos; aproximadamente um terço da população tinha menos de quinze anos; menos de 10% passavam dos 55 … até um terço das crianças perdia o pai antes de chegar à puberdade; mais da metade, antes dos 25 anos; a criança média de dez anos só tinha 50% de probabilidade de ter um dos avós vivo". Na Mesopotâmia meridional, as águas estagnadas ou lentas dos charcos, dos canais e das valas deviam manter em nível constantemente elevado a prevalência de doenças transmitidas por mosquitos, como a malária e a febre dos pântanos.

Os historiadores não têm discutido muito as infecções como um determinante da história antiga. Os arqueólogos relatam que, às vezes, as cidades sumérias eram abandonadas durante anos ou décadas, ocasionalmente até durante séculos, antes de acabarem sendo reocupadas. Afora as guerras, a causa disso costuma ser atribuída a alterações no meio ambiente local: a mudança do curso de um rio, a elevação ou rebaixamento do nível freático, uma invasão do deserto ou até mudanças climáticas gerais. Mas eu me pergunto se também não deveríamos considerar possível que, vez por outra, a doença e a pestilência eliminassem uma proporção tão grande dos habitantes que a intricada organização da vida nas cidades, na qual cada cidadão era um parafuso necessário da máquina urbana, deixava de ser sustentável.

Se isso é ou não verdade, a taxa colossal de mortalidade certamente exercia uma enorme pressão reprodutora sobre homens e mulheres. A libido, o desejo

sexual, era de suprema importância para manter a população. Os poderes de Inana – que controlava a compulsão à copulação e que, nestes tempos mais decorosos, descrevemos como a deusa do amor – eram tudo o que havia entre a sobrevivência e a extinção. Produza filhos, ditava a regra, ou desapareça. Quando Inana se ausentava do mundo vivo, vinha a desgraça:

> Touro algum cobria uma vaca, burro algum engravidava uma mula,
> Nenhum rapaz fecundava uma moça na rua;
> O rapaz dormia em seu quarto particular;
> A moça dormia na companhia das amigas.

A própria Inana era irresistível. Quando se enfeitava e "saía ao encontro do pastor no redil, … sua genitália era admirável. Ela se enaltecia, comprazendo-se com sua genitália". Ninguém, nem mesmo outro deus, era capaz de resistir a seus encantos. E, para os criadores de mitos da Suméria que escreveram a história das relações de Inana com Enki, esse encanto sexual foi tão importante para a fundação de sua civilização quanto a ideologia de progresso de Enki.

Os mitos sumérios, ao menos tal como os encontramos relatados nos textos cuneiformes, são muito diferentes da maioria das outras histórias da Antiguidade, em especial as da Bíblia. Têm uma qualidade sedutoramente realista e prática; suas tramas complexas e o uso da linguagem direta fazem lembrar muito mais as modernas novelas de televisão do que os altivos pronunciamentos dos antigos poetas hebreus. A história de Inana e Enki não constitui exceção.

Inana resolve sair de sua casa em Unug: "Dirigirei meus passos para Enki", diz a si mesma, "para o Apsu, para Eridu, e eu mesma lhe falarei em tom persuasivo no Apsu, em Eridu." Faltam as primeiras linhas do texto, de modo que não sabemos qual teria sido seu objetivo inicial, mas não tarda a ficar claro que ela deseja algo dele. "Farei um apelo ao Senhor Enki", diz. Enki, por sua vez, "o de saber excepcional, que conhece os poderes divinos do céu e da terra, que de sua própria morada já conhece as intenções dos deuses …, antes mesmo que a sagrada Inana se aproximasse a menos de dez quilômetros … tudo sabia

sobre a iniciativa dela". Enki despacha seu servo com instruções cuidadosas: "Vem aqui, meu rapaz, escuta minhas palavras … Quando a donzela Inana houver entrado em Apsu e Eridu … oferece-lhe bolo de manteiga. Serve-lhe água fresca para que se revigore. Serve-lhe cerveja diante da Porta do Leão, faz com que ela se sinta como se estivesse em casa da amiga, dá-lhe as boas-vindas como a um colega. Deves acolher a sagrada Inana à mesa sagrada." O servo faz o que lhe foi ordenado e, pouco depois, Enki e Inana tomam cerveja juntos no Apsu, desfrutando o sabor do doce vinho de tâmaras. "Enchem-se as taças de bronze até a borda", e os dois iniciam uma competição de bebida.

A parte seguinte da história está faltando, mas, pelo que vem depois, fica claro que, à medida que os dois ficam mais ébrios, Inana, sem dúvida usando seus encantos sexuais, consegue arrancar de Enki mais de uma centena de componentes do seu *Me* – aquilo que Kramer, o primeiro a traduzir essa epopeia, descreveu nesse ponto como os "decretos divinos que são a base dos padrões culturais da civilização suméria". Quando Enki enfim desperta de seu estupor de embriaguez, olha em volta e vê que Inana se foi. Vira-se então para seu ministro Isimud:

– Isimud, meu ministro, meu Doce Nome do Céu!

– Enki, meu amo, estou a vosso serviço. Qual é o vosso desejo?

– Já que ela disse que ainda não partiria daqui… será que ainda posso alcançá-la?

Mas a sagrada Inana havia reunido os poderes divinos e embarcado no Barco Celestial. O Barco Celestial já havia deixado o cais. Quando os efeitos da cerveja foram se dissipando naquele que a havia bebido … o rei Enki voltou sua atenção para Eridu.

O rei olha em volta e percebe, consternado, que faltam elementos do seu *Me*; estes parecem ser vistos como objetos físicos, talvez algum tipo de tabuleta com inscrições.

– Onde estão o serviço do sumo sacerdote, o serviço do sacerdote *lagar*, a divindade, a grande e boa coroa, o trono real?

– Meu amo os deu a sua filha.

– Onde estão o nobre cetro, o bastão e o cajado, o nobre traje, o pastoreio, a realeza?

– Meu amo os deu a sua filha.

Enki enuncia toda a lista dos *Me* e fica estarrecido ao ver que os deu todos. Assim, ordena que seu ministro, acompanhado por diversos monstros apavorantes, siga Inana em seu Barco Celestial e a convença a devolver os *Me*: “Vai agora! Os monstros *enkum* devem tirar dela o Barco Celestial!”

E, assim, vamos direto ao que interessa.

O ministro Isimud dirigiu-se à sagrada Inana:

– Senhora minha! Vosso pai me mandou a vós… O que Enki falou foi muito sério. Suas palavras importantes não podem ser revogadas.

A sagrada Inana lhe respondeu:

– O que vos disse meu pai, o que falou ele? Por que suas palavras importantes não podem ser revogadas?

– Meu senhor falou comigo, Enki me disse: “Inana pode viajar para Unug, mas deves trazer o Barco Celestial de volta para mim em Eridu.”

Disse a sagrada Inana ao ministro Isimud:

– Como pôde meu pai modificar o que me disse? Como pôde haver alterado sua promessa no que me diz respeito? Como pôde haver desacreditado suas importantes palavras ditas a mim? Foi mentira o que me disse meu pai, ele falou falsamente comigo? Jurou em falso em nome do seu poder e em nome do seu Apsu? Enviou-vos traiçoeiramente a mim como mensageiro?

Ora, enquanto ainda estavam em sua boca essas palavras, Isimud mandou os monstros *enkum* se apossarem do Barco Celestial.

Mas Inana consegue escapar. Seis outras vezes Enki envia Isimud e os monstros, inclusive “os Cinquenta Gigantes de Eridu” e “todos os grandes peixes juntos”, para tirarem de Inana o Barco Celestial. E seis outras vezes Inana retoma os poderes divinos que lhe tinham sido presenteados, e também o Barco Celestial.

Quando o Barco Celestial se aproximava de Uruk,

seu ministro, Ninshubur, disse à sagrada Inana:

– Senhora, hoje trouxestes o Barco Celestial ao Portão da Alegria, a Unug. Agora haverá júbilo em nossa cidade.

Respondeu a sagrada Inana:

– Hoje eu trouxe o Barco Celestial ao Portão da Alegria, a Unug. Ele passará magnificamente pela rua. O povo se porá de pé nas ruas, tomado de assombro… O rei abaterá touros, sacrificará ovelhas.

> Verterá cerveja de um vaso… As terras estrangeiras declararão minha grandeza. Meu povo me entoará louvores.

Infelizmente, é da natureza das tabuletas de argila que as bordas, particularmente a superior e a inferior, sejam as que mais depressa se desfazem. Justo quando nos perguntamos como terminará toda essa disputa entre dois deuses poderosos, o texto torna-se fragmentado e, logo a seguir, desaparece por completo. É perceptível que Enki e outro deus têm algo conciliatório a dizer. Proclama-se uma festa. Alguns lugares em Unug recebem nomes comemorativos: “Onde o barco atracou no cais, a esse lugar ela deu o nome de Cais Branco.” Mas até que se encontre outro exemplar mais completo do texto do mito, ou, pelo menos, um que tenha preservado as partes atuais que faltam, jamais saberemos nada além do que sabemos agora.

COMO DEVEMOS INTERPRETAR essa história? À primeira vista, ela parece ser um simples relato de como Uruk aprendeu as artes da civilização com Eridu, para glória eterna da deusa Inana. Mas a descrição que ela fornece deixa muitas perguntas sem resposta. Por exemplo, por que Enki relutou tanto em abrir mão dos *Me*?

É preciso lembrar que esse mito, tal como o temos, não é um texto sagrado que nos tenha sido revelado pelos céus. É uma obra da literatura, da arte humana. É forçosamente verdade que quem juntou essas palavras, não importa quem tenha sido, tinha um objetivo em mente. O texto tinha a clara intenção de louvar a Grande Deusa, de demonstrar sua astúcia superior, possivelmente para ser cantado no templo com um acompanhamento instrumental, o que explicaria as longas passagens que se repetem palavra por palavra, como refrões numa canção.

Mas talvez ele também pretendesse enfatizar que não se pode ter civilização sem um grau necessário de libertinagem, para explicar ou justificar a permissividade sexual da vida urbana – coisa de que os habitantes do campo se queixaram ao longo de toda a história. Certamente também faziam na Antiguidade, quando as cidades eram famosas por suas cortesãs e prostitutas,

seus homossexuais e travestis, seus “garotos festeiros e os participantes de festejos que trocam a masculinidade pela feminilidade para fazer com que o povo de Ishtar [outro nome posterior da deusa] a reverencie”. Na famosa *Epopeia de Gilgamesh*, uma das grandes composições literárias do mundo antigo, é uma prostituta atrevida quem seduz o arquetípico selvagem primitivo, Enkidu, “cuja terra natal era a montanha; com as gazelas acostumara-se a comer ervas, com o gado, a beber água”. Ela o seduz para arrancá-lo de sua origem e civilizá-lo, ensinar-lhe os caminhos do progresso. Ele aprende bem a lição, embora venha a lastimá-la. Os antigos mesopotâmios acreditavam – como talvez ainda acreditemos – que o sexo e a vida urbana caminhavam juntos, que a moral sexualmente repressora e conservadora da gente do campo estava fadada a esmagar os impulsos criativos, imaginativos e progressistas que se ofereciam para aprimorar a condição humana.

Todo mesopotâmio sabia que a civilização nascera em Eridu, mas que seu deus Enki havia conservado os princípios dela, os *Me*, escondidos em seu Apsu, reservados para uso divino e inacessíveis aos humanos. Ao liberá-los dessa maneira, a deusa Inana, rainha do sexo, conquistou para seu povo a ideologia do progresso e do desenvolvimento, e possibilitou à sua cidade de Uruk, no lado do nascente da Grande Inundação Impetuosa, tornar-se a primeira verdadeira cidade.

---

[c] “Não entendo muito de deuses; mas acho que o rio/ É um poderoso deus castanho – taciturno, indomado e intratável”, verso de “The Dry Salvages”, terceiro dos *Quatro quartetos* de Eliot. (N.T.)

3. A cidade de Gilgamesh: a regra do templo
Entre *c.*4000 e 3000 a.C.

Uruk

Brilha a muralha externa ao sol, qual reluzente cobre; Sua parte interna ultrapassa a imaginação dos reis.
Estudai o trabalho de alvenaria, estudai a fortificação; Subi a grande e antiga escadaria que leva ao terraço, Observai como é feita;
Do terraço, vede os campos cultivados e arados, Os lagos e pomares.
Uma légua tem o interior da cidade,
Outra légua são os pomares,
Outra, ainda, os campos mais além;
Lá adiante, eis o recinto do templo.
Três léguas e mais o recinto do templo de Ishtar Mede Uruk, a cidade de Gilgamesh.

Gilgamesh, lendário governante de Uruk, beberrão famoso, mulherengo e guerreador de monstros, foi um rei Arthur da antiguidade mesopotâmica que se lançou numa busca do Santo Graal da imortalidade. É bem possível que tenha se baseado numa figura histórica: arqueólogos encontraram inscrições que provam que outros reis, antes tidos como puramente míticos, como Enmebaragesi, da cidade de Kish, de fato um dia percorreram a Terra. Segundo a epopeia, quando da morte de Gilgamesh, os cidadãos desviaram o curso do Eufrates e o sepultaram no leito do rio, antes de permitir que as águas voltassem a correr sobre o local – a mesma história fantasiosa contada sobre muitos outros desde então, desde o profeta Daniel até Átila, o Huno, Alarico, o Godo e Gêngis Khan. Em 2003, uma equipe de arqueólogos alemães que havia realizado um levantamento magnético do local relatou que, “no meio do antigo rio Eufrates, detectamos os restos de uma construção que pode ser interpretada como uma tumba”.

Começo por Gilgamesh porque, provavelmente, ele é o único nome sumério que soa hoje com alguma familiaridade, numa consequência notável da redescoberta de sua história em tabuletas de argila escavadas em 1853 nas ruínas da biblioteca do rei assírio Assurbanipal, em Nínive. Tratava-se de cópias posteriores de um texto inicialmente compilado por um escriba erudito, chamado Sin-leqi-unninni, por volta de 1200 a.C., trabalhando com material que remontava a outros oitocentos anos antes, ou algo assim. Mas se Gilgamesh realmente existiu e governou em Uruk, seu reinado teria ocorrido numa época em torno de 2600 a.C., e mesmo essa data veio séculos depois de sua cidade ter surgido, florescido e declinado como a usina cultural do mundo sumério e originadora do que se poderia chamar de regra do templo.

AO FINAL DO QUARTO MILÊNIO antes de Cristo, aproximadamente na época em que a escrita estava sendo inventada, mas antes que ela pudesse nos dizer muita coisa, Uruk já se expandira por uns quatrocentos hectares, atingindo um tamanho e população maiores que os da Atenas de Péricles ou da Roma republicana de 3 mil anos depois. Levantamentos do padrão de povoamento da Mesopotâmia meridional mostram que o número de moradores das aldeias da região sofreu um declínio vertiginoso, enquanto a população urbana aumentava. Os historiadores do meio ambiente especulam que o grande movimento de pessoas do campo para as cidades foi causado por uma mudança do clima, que teria ficado mais seco nessa ocasião, tornando mais difícil sustentar a agricultura de subsistência. Mas talvez eles exagerem na dificuldade e subestimem a recompensa. Havia algo em Uruk que era imensamente atraente. Conhecemos cidades no nosso mundo que funcionam como ímãs poderosos, atraindo irresistivelmente imigrantes de perto e de longe, e nas quais cada recém-chegado tem sua razão individual e singular para a migração, mas todas se resumem numa formulação simples: melhorar de vida. Talvez as pessoas também fossem para Uruk porque era lá que mais queriam estar.

A julgar pelas descrições posteriores e pelos achados arqueológicos, Uruk era um local de intensa atividade, uma cidade com vida pública vibrante, na qual

chalanas e barcos de couro e vime, carregados de produtos agrícolas, esbarravam-se em canais que serviam as ruas principais, como que numa Veneza antediluviana; na qual carregadores com fardos gigantescos nas costas acotovelavam-se por ruelas repletas de sacerdotes e burocratas, estudantes, trabalhadores e escravos; na qual os desfiles e comemorações disputavam o espaço com prostitutas e gangues de rua. Pelos restos de tubulações e tanques feitos de tijolos à prova d'água, cozidos em fornos, alguns estudiosos acreditam que havia também jardins públicos verdejantes e cheios de sombra. Templos, prédios públicos, santuários e pontos de encontro acumulavam-se em torno do peribolo chamado Eana, a Casa Celestial, conhecida em épocas posteriores como a residência terrena da deusa Inana, bem como em torno de um foco religioso secundário próximo onde se cultuava Anu, o rei do céu. Esses não eram locais fechados e reservados, como seriam muitos templos em outras partes do mundo antigo, acessíveis apenas a sacerdotes e iniciados. Em seu livro *Mesopotâmia, a invenção da cidade*, Gwendolyn Leick observa que "a impressão geral dos monumentos de Uruk é de espaços públicos bem planejados …, projetados para o máximo de acessibilidade, tomando-se grande cuidado para garantir a facilidade de circulação".

Em algumas épocas, Uruk deve ter parecido um gigantesco canteiro de obras, ressoando com o martelar e os gritos de carpinteiros e instaladores de andaimes, tijoleiros e assentadores de tijolos, estucadores e mosaicistas, além de pedreiros especializados em lavrar a pedra importada de oitenta quilômetros a oeste. Grandes quantidades de pedra foram usadas para erigir alguns monumentos de Uruk, e as soluções tecnológicas desenvolvidas por seus arquitetos e construtores não tiveram rivais durante séculos. O trabalho devia ser quase incessante, pois os urukianos também eram movidos pela paixão pela novidade, pela compulsão de deixar o antigo para trás, de renovar e inovar, que era a marca especial de grande parte da vida urbana da antiga Mesopotâmia.

Em meados do IV milênio a.C., uma enorme construção, maior que o Partenon de Atenas, feita em parte ou no todo de calcário importado, ergueu-se numa plataforma central da área de Eana. Esse santuário era ainda mais notável

pelo fato de sua planta haver antecipado em 3 mil anos, de maneira quase exata, a disposição das primeiras igrejas cristãs. Havia uma nave central, um transepto transversal a ela, um nártex ou vestíbulo e uma abside numa das extremidades, ladeada pelos dois cômodos que, num santuário cristão, seriam chamados de *diaconicon* e *prothesis*. Uma passarela magnífica, que levava a um amplo terraço público, corria em paralelo. As enormes pilastras da colunata, encravadas no solo, com dois metros de diâmetro e feitas de tijolos secados ao sol, internamente reforçados por feixes de junco firmemente atados, eram protegidas contra danos superficiais por uma invenção mesopotâmica singular: cones de argila cozida, no formato de pinos de golfe agigantados, nas cores vermelho, branco e preto, martelados na superfície em arranjos compactos que imitavam os desenhos das esteiras tecidas com junco. Perto dali, um outro prédio, o "templo do cone de pedra", de paredes decoradas com pedras coloridas, engastadas em gesso, foi parcialmente erigido em calcário, mas também, o que é digno de nota, num novo material sintético inventado num típico lampejo de brilhantismo mesopotâmico: concreto fundido, preparado através da mistura de tijolos cozidos pulverizados e cimento de gesso.

O trabalho empenhado na reconstrução reiterada desses prédios era imenso: muitos milhões de horas de labuta. Só uma ideia muito poderosa poderia ter impelido os urukianos a investir tanto deles mesmos em sua cidade. No entanto, embora haja muitos textos de épocas posteriores que descrevem Uruk e seu famoso rei, esses relatos não fornecem nenhuma indicação de qual teria sido a força propulsora por trás das inovações espetaculares que fizeram da cidade de Gilgamesh a primeira oficina de seu mundo.

A explosão de crescimento da construção civil em Uruk, que abrangeu toda a cidade e durou séculos, não foi comparável à do antigo Egito, um pouco depois, quando se dedicaram monumentos à glorificação e imortalização de dinastias de governantes implacáveis. Ao contrário de Uruk, os túmulos e templos egípcios foram construídos para durar até o fim dos tempos. Ali, em contraste, eles ficaram sujeitos à paixão pela reconstrução repetida que caracterizou todas as primeiras sociedades mesopotâmicas. E embora, no correr do tempo, soberanos

poderosos tenham vindo a reinar na Mesopotâmia, todos os sinais dessa era apontam para uma sociedade sem distinções exageradas de riqueza ou poder.

Talvez ainda venhamos a aprender mais. Até o presente, as escavações concentraram-se nas cercanias do templo, e a maior parte de Uruk, hoje chamada Warka, ainda está sepultada nas areias. Até hoje, desenterraram-se duas imagens extraordinárias, criadas no tempo em que Uruk era a única verdadeira cidade do planeta. Uma sugere uma comunidade de indivíduos relativamente equiparados, unidos no culto a sua deusa suprema e à ideia grandiosa que ela representava. Ela foi esculpida em baixo-relevo no contorno de um vaso de alabastro de um metro de altura, conhecido como o Vaso de Warka: cinco faixas de entalhes representam uma procissão deslocando-se para levar oferendas à porta do templo da deusa. A outra, possivelmente, é um retrato da cabeça da própria deusa: a Máscara de Warka, também conhecida como a Dama de Uruk.

A CABEÇA DA DAMA DE URUK, em tamanho natural e com 5 mil anos de idade, já estava danificada na Antiguidade: há buracos escuros e inexpressivos nos quais ficavam os olhos; o sulco profundo na testa, em forma de asas de pássaro, que um dia teve sobrancelhas incrustadas, está vazio; a peruca que um dia cobriu os planos alisados da cabeça desapareceu há muito tempo; e a ponta do nariz está quebrada. No entanto, apesar disso tudo e dos cinquenta séculos que separam sua época da nossa, a expressão de seu rosto é mais marcante e sedutora que nunca. André Parrot, um eminente arqueólogo francês, expressou esta ideia de maneira mais poética: “Parecemos captar um vislumbre dos olhos vivos nos globos oculares vazios e, por trás da testa, adornada por curvas lisas de cabelo, intuímos uma mente alerta e lúcida. Os lábios não precisam se abrir para ouvirmos o que ela tem a dizer; sua ondulação, complementada pela das faces, fala por si.” Mesmo em seu estado danificado, a Dama de Uruk deve figurar como uma das maiores obras-primas da arte mundial.

As camadas de entalhes do Vaso de Warka complementam essa imagem da Grande Deusa. Esse é um objeto religioso, que oferece um momento simbólico da ronda anual do templo, o lugar que eles chamavam de Eana, na Uruk do IV

milênio a.C. Daí o senso de espiritualidade, de sério propósito, de calma dignidade e compostura autoconfiante que se irradia das figuras primorosamente entalhadas. Ao longe, em volta da base, flui o curso ondulado de uma via fluvial: o largo Eufrates, podemos supor, que dava vida à cidade. Acima dele veem-se campos e pomares, feixes de cevada alternando-se com tamareiras, a fonte suprema da riqueza e do bem-estar de Uruk. Acima deles segue o rebanho sagrado, mesclando ovelhas felpudas com carneiros barbudos e de chifres largos, criaturas dedicadas à deusa dos redis. Em seguida vem uma procissão humana: dez homens avançam lentamente, nus e barbeados, cada qual segurando um cesto, um jarro ou um pote de cerâmica com pilhas de frutos da terra, das árvores e dos vinhedos; seriam sacerdotes, talvez, ou servos do templo. Na faixa superior, o desfile chega ao local sagrado, assinalado pelos feixes de junco recurvados em sua entrada cerimonial. Uma figura feminina acolhedora, a suma sacerdotisa que representa a deusa, posta-se do lado de fora, com um manto que desce até os tornozelos, estendendo a mão direita num gesto positivo de saudação ou bênção. Ela recebe um recipiente cheio de oferendas das mãos do líder dos homens despidos, atrás dos quais houve, em certa época, uma figura cuja imagem foi quebrada na Antiguidade. Dela restam apenas um pé descalço, a bainha franjada de uma roupa e um refinado cinto com borlas, segurado por uma serva em trajes formais. Calculamos que se tratasse de um sumo sacerdote ou outro alto dignitário, possivelmente o “rei sacerdote” imaginado por alguns historiadores. Posicionado em volta dessas figuras vê-se um par de recipientes repletos de oferendas, além de duas travessas de alimentos. O mais misterioso é que há também vasos gêmeos, uma cabeça de touro, um cordeiro, um filhote de leão e duas mulheres que seguram objetos não identificáveis; Gwendolyn Leick sugere que um deles faz lembrar o sinal gráfico posterior correspondente a *En*, sacerdote. Tudo isso, é claro, seria instantaneamente reconhecível para as pessoas que ali faziam seu culto, tal como, num contexto cristão, entendemos que o leão significa são Marcos, a águia, são João, e o bezerro, são Lucas. Para nós, entretanto, sem uma chave que desvende o simbolismo do Vaso de Warka, seu significado permanece turvo.

Há quem afirme que a cena retrata o governante da cidade oferecendo sacrifícios à sua deusa fundadora. Outros dizem que ela representa um festival sazonal da colheita. Outros mais especularam que ela mostra uma etapa do casamento místico, o *hieros gamos*, no qual dois seres humanos, o sumo sacerdote e a suma sacerdotisa, copulam publicamente, imitando a Grande Deusa e seu cônjuge. Todavia, mesmo que não tenhamos como saber qual é o evento retratado nessa peça, a cena efetivamente nos diz algo sobre o povo de Uruk e sobre sua maneira de pensar.

Homo ludens

O Vaso de Warka mostra uma cerimônia formal, diferente da espontaneidade e improvisação das danças com máscaras e dos ritos xamanísticos que teriam sido herdados de épocas anteriores, embora também estes devam ter continuado por todo esse período e entrado no seguinte. Os homens nus da procissão, não circuncidados, mas depilados, são desprovidos de qualquer marca de individualidade, status ou posição. Seus rostos são mortalmente sérios. A ausência da barba, como em muitos homens que aparecem em estatuetas e pequenas esculturas da época, sugere a inexistência de vergonha pelo retorno à inocência infantil. Cada personagem desempenha um papel preestabelecido no processo, lembrando-nos que os ritos religiosos, como todas as cerimônias, são uma espécie de peça teatral, na qual os atores seguem cuidadosamente um roteiro predeterminado, mas, ao mesmo tempo, lançam-se à ação com todo o entusiasmo descontraído e a suspensão voluntária da incredulidade que observamos nas crianças. O antropólogo britânico Robert Marett sugeriu que um elemento de "encenação", de "faz de conta", era uma característica de todas as religiões primitivas.

O filósofo grego Platão foi ainda mais longe em seu diálogo *Leis*, escrito em 360 a.C., no qual propôs o ritual religioso como modelo para a totalidade da vida: "Deve-se levar a vida como uma brincadeira, jogando certos jogos, fazendo sacrifícios, cantando e dançando; desse modo, o homem estará apto a propiciar os deuses e a se defender de seus inimigos."

Em 1938, o historiador e filósofo holandês Johan Huizinga publicou *Homo ludens* (que se traduz do latim mais ou menos como "o homem lúdico"). Huizinga definiu o brincar como "uma atividade que se dá dentro de certos limites de tempo e espaço, numa ordem visível, de acordo com regras livremente aceitas e fora da esfera da necessidade ou da utilidade material", e mostrou que o brincar, no sentido mais lato da palavra, é um elemento essencial da maioria dos

aspectos da civilização. O direito, disse ele, é um jogo, assim como o são a religião, as artes e a busca do conhecimento. Até a guerra tem elementos lúdicos. Huizinga cita II Samuel 2:14, quando dois comandantes militares, Abner e Joabe, confrontaram-se no açude de Gibeão:

> E disse Abner a Joabe: "Levantem-se agora os moços e se batam diante de nós". Joabe respondeu: "Que lutem!" E vieram doze de cada lado, e agarrou cada um deles seu companheiro pela cabeça, e cada um enterrou no flanco do outro sua espada, e caíram todos juntos.

(A palavra hebraica "jogo" provém da raiz *sachaq*: brincar, jogar, rir, alegrar-se, divertir-se.) Até mesmo na Primeira Guerra Mundial, a classe de oficiais de ambos os lados da Frente Ocidental tratou-se com respeito e "jogou de acordo com as regras", como fizeram os oficiais indianos e paquistaneses durante a série de guerras que levou à independência de Bangladesh.

Quando o livro de Huizinga voltou a ser publicado, na década de 1960, foi tomado como um texto indispensável pelos pensadores hippies daquela década sumamente lúdica. Em 1970, o escritor australiano Richard Neville,então um decano da chamada imprensa underground de Londres, publicou a revista *Play Power*. O espírito lúdico recém-reintroduzido na sociedade ocidental, disse ele, poderia mudar a face e a organização da sociedade a ponto de torná-la irreconhecível para os conservadores. Se tinha razão, talvez pensar no lúdico lance alguma luz sobre a ascensão da cidade de Gilgamesh, impelindo-nos a buscar num lugar inesperado uma época similar de progresso e mudança impetuosos.

HUIZINGA ERA UM ACADÊMICO humanista nascido em 1872, que tinha visto o mundo que conhecia e no qual se sentia à vontade ser destruído na Primeira Guerra Mundial. Acreditava que a civilização ocidental vinha sendo progressivamente destruída pela ausência de ludismo. "O século XIX", escreveu, "parece dar pouca margem ao lúdico. Tendências diretamente contrárias a tudo o que queremos dizer com o brincar tornaram-se cada vez mais dominantes … Essas tendências foram exacerbadas pela Revolução Industrial e suas conquistas

no campo da tecnologia.” Mas, creio eu, Huizinga estava inteiramente errado. Qualquer um que já tenha visto crianças se divertindo há de reconhecer que a face científica e tecnológica da civilização é resultado do lúdico, precisamente, em sua mais pura forma. Assim como as crianças vivem sempre explorando, experimentando, testando e tentando coisas, sem outro propósito consciente senão o puro prazer da brincadeira em si, a ciência pura e a tecnologia aplicada jogam com ideias e brincam com os princípios e a substância do mundo, dizendo-se o tempo todo “Vamos supor que…” e perguntando “O que aconteceria se…?”.

Com efeito, longe de ser maligna em seu materialismo tacanho, como acreditava Huizinga, a ciência é amiúde criticada por sua evidente irrelevância, por sua falta de aplicação prática. O matemático britânico G.H. Hardy sentia muito orgulho desse fato. É famosa a passagem em que escreveu que grande parte da ciência era perfeitamente inútil: “De minha parte, nem uma única vez me vi numa situação em que o conhecimento científico que possuo, fora da matemática pura, tenha me proporcionado a menor vantagem.”

As sociedades em que a seriedade, a tradição, a conformidade e a adesão a maneiras consagradas de fazer as coisas – muitas vezes por ordenação divina – constituem a regra, e uma regra rigidamente imposta, sempre foram a maioria, ao longo do tempo e no mundo inteiro. As pessoas desse tipo não são conhecidas por seu senso de humor e pela leveza do tato; raramente abrem um sorriso. Para elas, a mudança é sempre suspeita e geralmente condenável, e elas quase nunca contribuem para o desenvolvimento humano. Em contraste, o progresso social, artístico e científico, bem como o avanço tecnológico, evidenciam-se mais quando a cultura e a ideologia dominantes dão a homens e mulheres permissão para brincar, seja com ideias, crenças, princípios ou materiais. E, quando a ciência lúdica modifica a compreensão que se tem de como funciona o mundo físico, a mudança ou até a revolução políticas raramente tardam.

Portanto, embora esta possa afigurar-se uma comparação inesperada ou até bizarra, o equivalente mais próximo da explosão de criatividade e desenvolvimento que ocorreu na Uruk pré-histórica, durante o IV milênio a.C.,

bem pode ser a revolução que mudou a face do globo ao se aproximar o final do século XVIII da era cristã. Em ambos os casos, subverteu-se um estilo de vida respeitado e estabelecido desde longa data; as pessoas afluíram do campo para as cidades; novas invenções e materiais sucederam de perto uns aos outros; e a própria estrutura da sociedade foi reconfigurada de maneiras nunca vistas até então. Como escreveu certa vez Andrew Sherratt, um importante estudioso da pré-história, "os esclarecimentos que se ganham ao comparar episódios muito separados no tempo são recíprocos: o conhecimento da Revolução Urbana instrumenta a interpretação da Revolução Neolítica, e vice-versa … Não poderiam os historiadores da Revolução Industrial, por sua vez, beneficiar-se de aprender sobre essas transformações anteriores?".

O inverso talvez seja ainda mais útil, pois as ideias por trás da feitura do mundo moderno têm sido muito estudadas, ao passo que não sabemos praticamente nada sobre os detalhes do culto da Grande Deusa de Uruk. Ignoramos a ideologia que ela representava na mente dos mesopotâmios do IV milênio a.C. Mas sabemos, sim, que suas crenças possibilitaram a maior explosão de progresso social, material e tecnológico que se conheceu até a Revolução Industrial de nossa própria era. A mudança parece haver ocorrido tão depressa quanto a nossa. Nas palavras do professor Piotr Michalowski, um dos mais respeitados antropólogos da atualidade: "As complexas mudanças sociais e políticas que ocorreram na Mesopotâmia no período final de Uruk, perto do término do IV milênio, representam um salto quântico de dimensões sem precedentes, e não um fenômeno histórico evolutivo gradual."

Não poderia essa erupção tão extraordinária de criatividade e imaginação ter resultado do reconhecimento do brincar, no sentido mais amplo da palavra, como uma forma legítima de interação com o mundo? É provável que tenha havido muito riso na Uruk do IV milênio.

VÁ ATÉ O MUSEU DO INSTITUTO ORIENTAL da Universidade de Chicago, ou à página dele na internet, e confirme a importância do lúdico no mundo mesopotâmico antigo. Veja os encantadores brinquedos de puxar escavados das

areias de Tall al-Asmar, a antiga Eshnunna. Um deles tem cerca de treze centímetros de comprimento, feito de argila cozida, com uma pequenina cabeça de carneiro presa a um grande corpo cilíndrico. É montado sobre quatro rodas finas, e na parte da frente fica o buraco pelo qual um dia passou a corda. Nunca houve a intenção de que se parecesse nem um pouco com um animal real; a cabeça de carneiro não passa de um gesto. (Quem, como eu, sempre achou que os brinquedos de puxar foram feitos para imitar locomotivas, notará que o corpo oco do objeto lembra estranhamente a locomotiva Thomas, do seriado *Thomas e seus amigos*.) Trata-se de um brinquedo puro e simples, feito para o prazer de uma criança de três a cinco anos.

Embora ele tenha sido encontrado nas ruínas de um templo e possa ter tido um significado religioso, sua forma quase nos obriga a imaginá-lo sendo puxado por um garotinho no chão de terra de um pátio ensombrecido, ou numa rua movimentada de cinco mil anos atrás. Enquanto ele brinca, os adultos que o cercam brincam também: sonham com a longa, longa lista de novas criações e invenções que agora aparecem pela primeira vez no registro arqueológico, em Uruk e suas cidades vizinhas.

É que a maior parte da tecnologia básica que sustentou a vida humana, até a produção industrial começar a dominar nosso mundo, há meros dois séculos, foi originalmente concebida nessa época e nessa parte do mundo: em casa, o tonel do cervejeiro, o forno do oleiro e o tear; nos campos, o arado, o semeador e a carroça; nos rios e canais, o cata-vento e o barco a vela; na música, a harpa, a lira e o alaúde; na tecnologia da construção, os tijolos cozidos, a abóbada e o arco verdadeiro.

E em toda parte – como no brinquedo exposto no museu de Chicago –, nas ruas, campos e margens dos canais, a roda: emblema e facilitadora da mobilidade humana.

Algumas invenções parecem exigir um lampejo súbito de inspiração, um verdadeiro *jeu d’esprit*, para serem concebidas. A roda é uma delas. Os estudiosos têm debatido sua origem com grande vigor e engenhosidade. Alguns concluíram com certeza que as rodas foram desenvolvidas a partir dos rolos de

madeira que eram usados, já fazia muito tempo, para deslocar peças pesadas sobre pranchas por distâncias curtas. Outros sugerem que o próprio movimento rotativo completo foi a nova ideia importante. Há ainda outros historiadores que assinalam, de modo persuasivo, que o princípio do tronco rolado e a roda são conceitualmente distintos: os rolos, na verdade, são extensões móveis da superfície sobre a qual o peso é deslocado; as rodas fazem parte do objeto móvel em si. Esses autores sugerem uma fonte diferente da ideia: a roda do oleiro, com um eixo no centro e usada para moldar potes perfeitamente redondos, a qual, na verdade, aparece no registro arqueológico antes da roda. Se esses estudiosos têm razão, alguém um dia deve ter apanhado uma roda de oleiro para mudá-la de lugar e, naturalmente, rolou-a pela borda. O grande salto à frente foi reconhecer que, quando ela girava, o eixo central do disco ficava sempre na mesma altura a contar do chão. Daí a ideia inspirada de ligar um par desses discos à estrutura de uma prancha, transferindo o dispositivo do campo do oleiro para o do transportador.

Por outro lado, muitos avanços podem bem ter surgido por uma evolução gradativa. Para os cuidadosos produtores da bela cerâmica decorada da época, a cozedura desigual e as manchas, marcas de fuligem e imperfeições deixadas em seus vasos pela queima de lenha, durante o processo de cozimento numa lareira aberta, deviam ser desanimadoras. A solução óbvia era separar os vasos das chamas. A tentativa e erro progressivo deve ter levado ao típico forno mesopotâmico em forma de colmeia, com um respiradouro no alto e um piso perfurado, separando o combustível da câmara de cozimento.

Mas até a evolução gradativa tem suas surpresas. Constatou-se, certamente não de propósito, que, além de protegerem de danos as peças cuidadosamente preparadas, os fornos também permitiam uma temperatura de cozimento muito mais alta. E isso transformou o humilde forno dos oleiros no principal instrumento de laboratório do mundo da antiga Mesopotâmia. E, tal como a indústria química moderna resultou da descoberta acidental de tinturas sintéticas, mais bonitas do que práticas, do mesmo modo, fiel ao espírito lúdico, a primeira realização dos experimentadores de Uruk não foi utilitária.

A ROCHA AZUL-ESVERDEADA CHAMADA lápis-lazúli era uma gema valorizada na Antiguidade. Era usada na confecção de sinetes e joias, contas e berloques, incrustações e adornos em esculturas. Na literatura suméria, as muralhas das cidades eram enfeitadas com ela: “Agora as ameias de Arata são de lápis-lazúli verde, suas muralhas e sua imponente alvenaria, de um vermelho vivo.” O mesmo se dava com os templos: “Ele ergueu o templo com metal precioso, decorou-o com lápis-lazúli e o cobriu abundantemente de ouro.” Eis como uma deusa instrui o rei Gudeia, de Lagash: “Abre teu depósito e dele retira madeira; constrói um carro triunfal para teu senhor e a ele atrela um burro macho; decora o carro com fina prata e lápis-lazúli.”

Mas o lápis-lazúli é raro, obtenível apenas em alguns locais da Ásia central, notadamente nas montanhas de Badakshan, no norte do atual Afeganistão, a 2.500 quilômetros da Mesopotâmia meridional. Parece de fato espantoso que possa ter havido um comércio vigoroso a uma distância tão vasta, no tempo em que a valorizada rocha tinha de ser carregada a pé por uma região inculta, feita de cadeias de montanhas e desertos mortíferos, para satisfazer a vaidade de deuses e reis mesopotâmios. No entanto, esse comércio efetivamente floresceu, a julgar pela enorme quantidade de objetos de lápis-lazúli encontrados em escavações por todo o Oriente Médio.

Dado o custo do material e a dificuldade de obtê-lo, as mentes inventivas não tardaram a se esforçar para encontrar meios de reproduzir artificialmente a lustrosa cor azul. Conseguiram; e, ao fazê-lo, criaram o primeiro material totalmente feito pelo homem – não em decorrência do acaso ou de uma observação acidental, mas através do pensamento e da experimentação.

Vi pessoalmente o processo de 5 mil anos, concebido por esses pioneiros da química sintética, ainda em operação na década de 1960: lápis-lazúli artificial (hoje erroneamente chamado de faiança egípcia) sendo produzido numa oficina dos fundos de uma mesquita, em Herat, no Afeganistão. Era um barracão imundo e cavernoso, cheio de fumaça e vapores químicos sufocantes, onde as finas réstias de luz que se infiltravam por brechas no telhado competiam com o brilho ofuscante da fornalha incandescente num canto. Um rapazinho com um

turbante grande bombeava ar no fogo, com expressão sonhadora, usando um fole gigantesco. E o proprietário mostrou-me orgulhosamente o resultado: contas e berloques recobertos por um esmalte meio encaroçado, de um azul-esverdeado escuro.

Podemos imaginar como deve ter surgido essa invenção. Alguns minerais macios de carbonato de cobre, como a malaquita verde e a azurita azul, provavelmente eram usados desde os tempos da Idade da Pedra Lascada a fim de fazer pigmentos para a decoração de artigos de cerâmica. E de rostos também: pulverizados e misturados com gordura, eles criam uma sombra muito aproveitável para os olhos. Os antigos, não familiarizados com a espectrometria nem com a piroquímica, provavelmente achavam que o calor tirava a cor do mineral e a transferia para a chama. Deve ter lhes parecido viável captar essa cor e depositá-la em outro objeto. Mas como impedir que a cor se dissipasse no ar, junto com a fumaça? A solução era pôr o objeto a ser colorido e o mineral pulverizado num recipiente fechado e aquecê-los num forno. Os experimentadores não tardaram a descobrir que esse processo demorava muito, um dia inteiro, e que era necessária uma temperatura elevada, não muito inferior a mil graus centígrados. Mas funcionou – como ainda funciona em Herat. O objeto emergiu do forno com um revestimento duro, brilhoso, azul-esverdeado escuro, não tão refinado quanto o autêntico lápis-lazúli, talvez, mas quase tão bom quanto ele.

A percepção de que misturar minerais e submetê-los a temperaturas elevadas podia alterar completamente suas propriedades, criando um material inteiramente novo, viria a ter consequências de largo alcance. O *Homo ludens* deve ter experimentado esse procedimento com uma grande variedade de rochas, pedras e outros materiais. E sucedia – talvez nem sempre, mas com frequência suficiente para estimular novos experimentos – de o resultado levar a algo totalmente novo, como o método de vitrificação de tijolos com sal, sobre o qual uma receita assíria muito posterior instrui: “Areia, álcali da planta ‘chifruda’, margarida. Pulverizar e misturar. Deitar no forno frio com quatro saídas de ar e pôr entre as saídas de ar. Cozer no fogo baixo, sem fumaça. Retirar, deixar

esfriar, pulverizar outra vez e acrescentar sal puro. Pôr no forno. Cozer em fogo baixo, sem fumaça. Assim que ficar amarelo, deixar escorrer sobre o tijolo, e o nome disso é frita."

Outras descobertas foram o vidro e o cimento, bem como a fusão do cobre. Depois, descobriu-se que o acréscimo de cassiterita ao minério de cobre alterava para melhor as propriedades do metal resultante. A liga era mais dura, mais forte, mantinha um gume afiado por mais tempo e, o que era mais importante, fundia-se a uma temperatura inferior, o que tornava mais fácil moldá-la. Acabaria tirando os mesopotâmios meridionais da Idade da Pedra e levando-os para a Idade do Bronze, com todas as profundas mudanças culturais, sociais e políticas concomitantes.

A forja dos deuses

Um episódio da *Epopeia de Gilgamesh* conta que Uruk recebeu uma mensagem do rei Aga, de Kish, com uma ameaça de ataque:

> Gilgamesh expôs o assunto aos anciãos da cidade, em busca de uma solução: "… não nos submetamos à casa de Kish, vamos à guerra!"
>
> A assembleia reunida dos anciãos da cidade respondeu a Gilgamesh: "…submetamo-nos à casa de Kish, não travemos a guerra!"
>
> Gilgamesh, … depositando sua confiança na deusa Inana, não fez caso do que disseram os anciãos de sua cidade. Tornou a expor o assunto, agora perante os homens jovens da cidade, em busca de uma solução: "… não nos submetamos à casa de Kish, vamos à guerra!"
>
> A assembleia reunida dos jovens da cidade respondeu a Gilgamesh: "Permanecer em posição de sentido, ficar à disposição, escoltar o filho do rei – segurar um burro pelos quartos traseiros, como dizem –, quem tem estofo para isso? Não nos submetamos à casa de Kish, vamos à guerra!
>
> "Uruk, forja dos deuses, Eana, a casa que desceu dos céus – aos grandes deuses foi ela quem deu forma… És seu rei e seu guerreiro! Ó esmagador de cabeças, príncipe amado do deus An, quando ele chegar, quem há de temer? É pequeno o exército deles, com uma ralé na retaguarda; seus homens não resistirão a nós!"

Gilgamesh conduz seus jovens à luta, captura o rei Aga, de Kish, e em seguida, numa inesperada manifestação de generosidade, solta-o para que retorne a sua cidade natal.

Isso é uma epopeia literária, não história, embora possa refletir um conflito real entre Uruk e Kish, uma cidade situada uns 150 quilômetros a noroeste. O texto foi escrito tanto tempo depois dos acontecimentos que pretende descrever quanto o intervalo decorrido entre os dias do rei Arthur e sua Távola Redonda e os nossos. E, tal como os romances arturianos, ele diz bem mais sobre a época em que foi escrito do que sobre a era que descreve.

Ainda assim, fornece um vislumbre distante de um momento na história de Uruk, quando ela se deslocou aos poucos da Idade da Pedra para a Idade dos Metais (a "forja dos deuses"), quando passou do que Thorkild Jacobsen chamou

de democracia primitiva, na qual o governante ainda tinha de consultar o povo (“a assembleia reunida dos anciãos de sua cidade”), para a monarquia e a autocracia, quando o governante fazia o que bem entendia, sem referência à opinião de mais ninguém, e da coexistência pacífica para um estado constante de belicosidade agressiva (“vamos à guerra”). Todas essas mudanças, boas e más, fizeram parte da transição da vida nas aldeias para a civilização plena.

AS SOCIEDADES ALDEÃS EVOLUEM e se adaptam naturalmente a suas condições ambientais e políticas. As civilizações, por outro lado, são planejadas. Em Uruk, a mesma abordagem experimental aplicada ao mundo material também foi orientada para arquitetar o modo como os habitantes da cidade deveriam conviver. A cidade era como uma máquina, e seus cidadãos, como as peças móveis que a faziam funcionar.

Nas aldeias, quase todas as famílias eram relativamente iguais; na cidade, havia uma hierarquia de status. Nas aldeias, “O que você faz?” nunca era uma pergunta necessária. Na cidade, era importante saber a resposta. Nas aldeias, a sobrevivência dependia de se fazer parte de uma família, mesmo que fosse apenas como escravo; na cidade, novos modos de ganhar a vida tornaram-se subitamente disponíveis. Em vez de contribuir para a subsistência de sua família extensa, como fora a única opção em todo o passado, agora o indivíduo podia trabalhar para o templo ou o palácio e, em troca, receber não um lugar junto à lareira, porém um salário. As relíquias preservadas sugerem que muitos o faziam na cidade de Gilgamesh.

Os objetos mais característicos encontrados nas ruínas de Uruk, tanto intactos quanto quebrados – cerca de metade de todas as peças de cerâmica achadas –, são recipientes toscos e bastante feios, conhecidos como tigelas de borda chanfrada, muito diferentes das peças pintadas, delicadas e elegantes da era anterior. Essas vasilhas não eram feitas por rolamento manual nem girando o barro numa roda, mas exibem sinais de terem sido feitas em moldes simples. (Recipientes similares foram experimentalmente produzidos, em época recente, para testar essa análise.) Talvez essa tenha sido a primeiríssima aplicação do

princípio da produção em massa a um produto de consumo. Nas aldeias agrícolas, as vasilhas eram feitas em casa, de acordo com um padrão estético elevado, em estilos e com desenhos que eram tradicionais e significavam algo para seus usuários. Com frequência, eram muito bonitas. Em contraste, as tigelas de borda chanfrada, produzidas em massa, eram feitas em oficinas comerciais e não investidas de outra significação senão sua utilidade.

Chamou-se a essa mudança Evolução da Simplicidade. À medida que a cidade se desenvolveu, a manufatura começou a ficar restrita a um conjunto de trabalhadores profissionais, o que resultou, segundo a descrição de um historiador, na "privação estética da não elite". A cerâmica passou então a ser julgada apenas por sua eficiência e economia: os recipientes padronizados podiam ser feios, mas eram suficientemente bons e baratos para atender às necessidades da nova sociedade. Essa mudança, podemos reconhecer, não deve ter sido diferente da transição da produção artesanal para a industrial na época vitoriana, lamentada e inutilmente combatida, primeiro pelos românticos, depois pelos movimentos de artes e ofícios. Talvez alguns mesopotâmios também tenham protestado.

Como eram feitas as vasilhas de borda chanfrada revelou-se muito mais fácil de saber do que para que e por quê. Na forma, elas se assemelham aos recipientes cheios de produtos agrícolas que são levados em procissão ao templo da deusa pelos caminhantes nus do Vaso de Warka. Mas os recipientes do vaso parecem muito elegantes; as peças reais são tão toscas e malfeitas que é difícil imaginar alguém comendo nelas, muito menos oferecendo-as a uma deusa. Trata-se de recipientes porosos, que não serviriam para água ou cerveja, portanto. E eram descartáveis, ao que parece, uma vez que foram encontrados intactos em número igual ao dos quebrados. (Já foram comparados às embalagens de poliestireno para sanduíches que hoje imundam nossas ruas e praias.) Embora alguns estudiosos ainda creiam que se levavam oferendas ao templo em vasilhas de borda chanfrada, a maioria pensa que, provavelmente, elas eram usadas para distribuir quantidades medidas de pão ou cereal a título de

salários ou rações. Quando surgiu a escrita, o símbolo usado para representar comida, rações ou pão foi muito parecido com essas vasilhas.

Os salários e rações implicam uma força de trabalho dependente, que já não cuida de sua própria subsistência, como aconteceu na transformação do campesinato no proletariado urbano, na Europa moderna. Se foi isso que aconteceu em Uruk, em que trabalharia essa nova classe trabalhadora, e para quem? Decerto havia atividades de construção a exercer. Os templos, à semelhança das famílias, porém em maior escala, tinham seus campos, hortas e pomares que requeriam mão de obra sazonal, bem como trabalhadores hidráulicos, especializados em fazer a regulagem e manutenção dos sistemas de irrigação e proteção contra enchentes. Havia ainda pastores de ambos os sexos, cuidando de ovelhas, cabras e bois; e havia os que produziam louça, tecidos, cestos e cerâmica, inclusive as próprias vasilhas de borda chanfrada, para não falar nos escultores e joalheiros, nos experimentadores, fundidores de cobre, ferreiros e metalúrgicos da forja dos deuses.

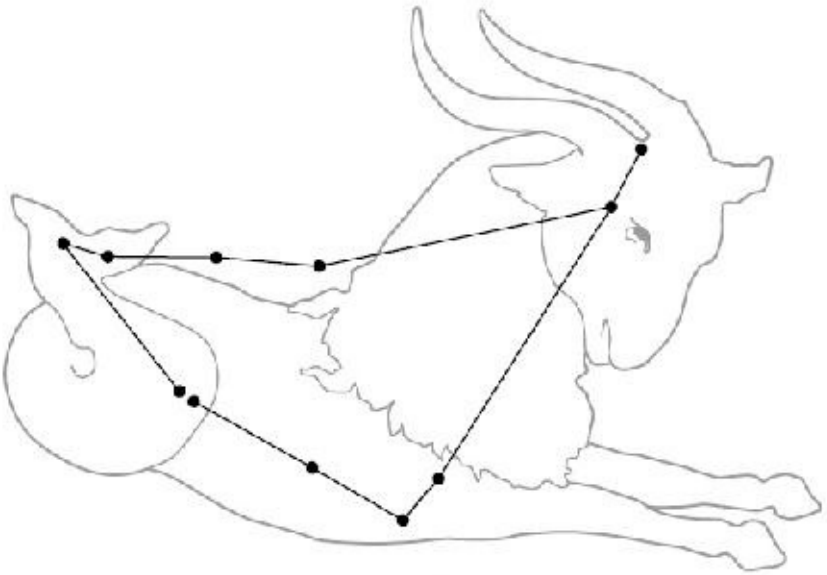
Diferentemente do que aconteceu na Revolução Urbana moderna, não havia então empresários independentes competindo entre si. A primeira cidade do mundo desenvolveu-se ao redor de seus templos, e só mais tarde é que os palácios desempenharam um papel. Sua visão de mundo foi condicionada, como em todas as antigas sociedades, pela crença religiosa totalitária. Assim, a imagem que entra em foco é a de uma economia de comando teocrático, hierarquicamente organizada, com direção central e regulada conforme a ideologia propagada por uma classe sacerdotal que desempenhava o papel que, 5 mil anos depois, os marxistas soviéticos chamariam de “engenheiros da alma humana”. Era a regra do templo.

COMO ESTILO DE VIDA, o sistema econômico e social mantido pelos sacerdotes foi, durante muito tempo, de notável sucesso. Durante a última parte do IV milênio a.C., Uruk e outras cidades da Mesopotâmia meridional floresceram imensamente e se tornaram ainda maiores. Além disso, em todo o mundo mesopotâmico e bem além dele surgiram povoamentos ao longo das principais

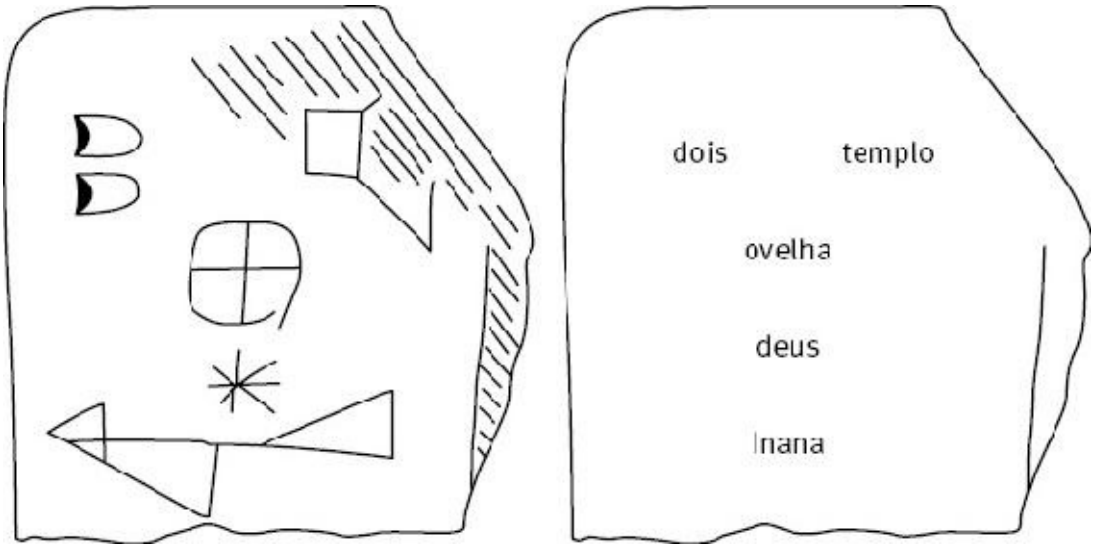
rotas de comércio, exibindo as típicas assinaturas culturais da mãe-pátria. Também eles tinham templos no estilo de Uruk, construídos com tijolos das mesmas exatas dimensões e dispostos precisamente nos mesmos padrões, com paredes amiúde decoradas por cones similares de argila cozida; exibiam preferências alimentares semelhantes; usavam a mesma tecnologia administrativa e produziam as mesmas vasilhas de borda chanfrada, com tudo o que elas implicavam sobre seus sistemas sociais e suas práticas de trabalho. A ampla distribuição dessas invenções típicas de Uruk sugere que a orientação política urukiana era ativamente exportada das planícies do sul para toda a região, inclusive para áreas muito distantes, no que são hoje a Turquia, a Síria e o Irã, sem dúvida com a mesma "autoconfiança messiânica" que Jacques Cauvin julgou ter impulsionado a Revolução Neolítica.

Alguns desses postos avançados eram povoamentos inteiramente novos, erguidos em terra virgem como réplicas em miniatura de suas matrizes urbanas. Outros eram grandes vilarejos ou pequenas cidades estabelecidos desde longa data, onde antes havia predominado um estilo de vida da Idade da Pedra, mas nos quais a cultura de Uruk passou então a dominar. Outros, ainda, mais pareciam enclaves, bairros urbanos em que os urukianos viviam à sua maneira, enquanto persistiam as tradições mais antigas à sua volta.

Para alguns estudiosos, a "expansão de Uruk" indicou uma coisa só: um império colonial que visava a explorar recursos naturais não disponíveis no sul, um império mantido pela dominação militar. Mas convém lembrar que essa situação surgiu *antes* da introdução das tecnologias que hoje parecem constituir um pré-requisito para a unificação à força de um império de grande extensão: comunicações eficientes e rápidas (a escrita só foi inventada no fim da era de dominação de Uruk) e transporte eficiente, usando animais de carga domesticados (o primeiro dos quais, o jumento, chegou do norte da África mais perto da fase de declínio de Uruk que de sua ascensão; o equídeo local, o jumento selvagem ou onagro asiático, é famoso por não se deixar domesticar).



Capricornus, a cabra marinha, foi um dos primeiros signos denominados no Zodíaco. Na Antiguidade, era associado a Enki, também conhecido como Ea, o deus da civilização. Avista-se melhor essa constelação nas noites de outono do hemisfério norte, quando se posiciona acima do horizonte meridional.



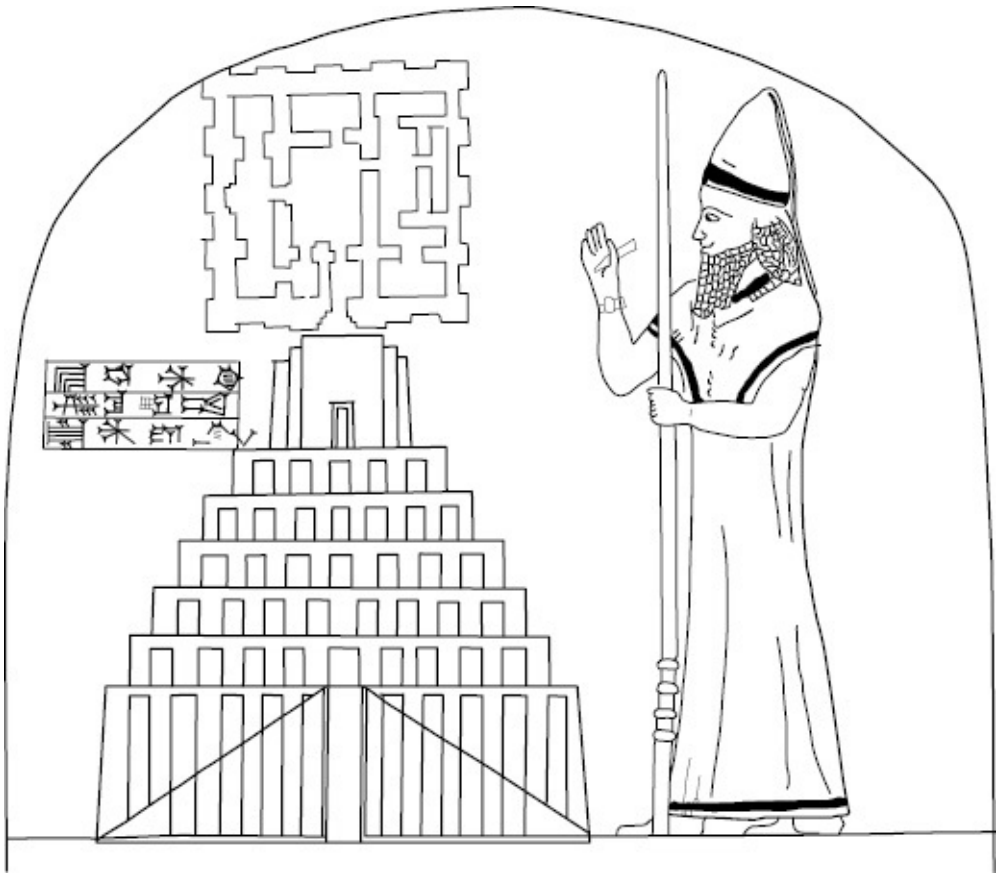
O surgimento da escrita: um simples *aide-mémoire* de *c*.3100 a.C., um dos textos encontrados nos níveis arcaicos de Eana, o peribolo do templo da antiga Uruk. A tabuleta de argila aparece à esquerda, com sua tradução à direita.



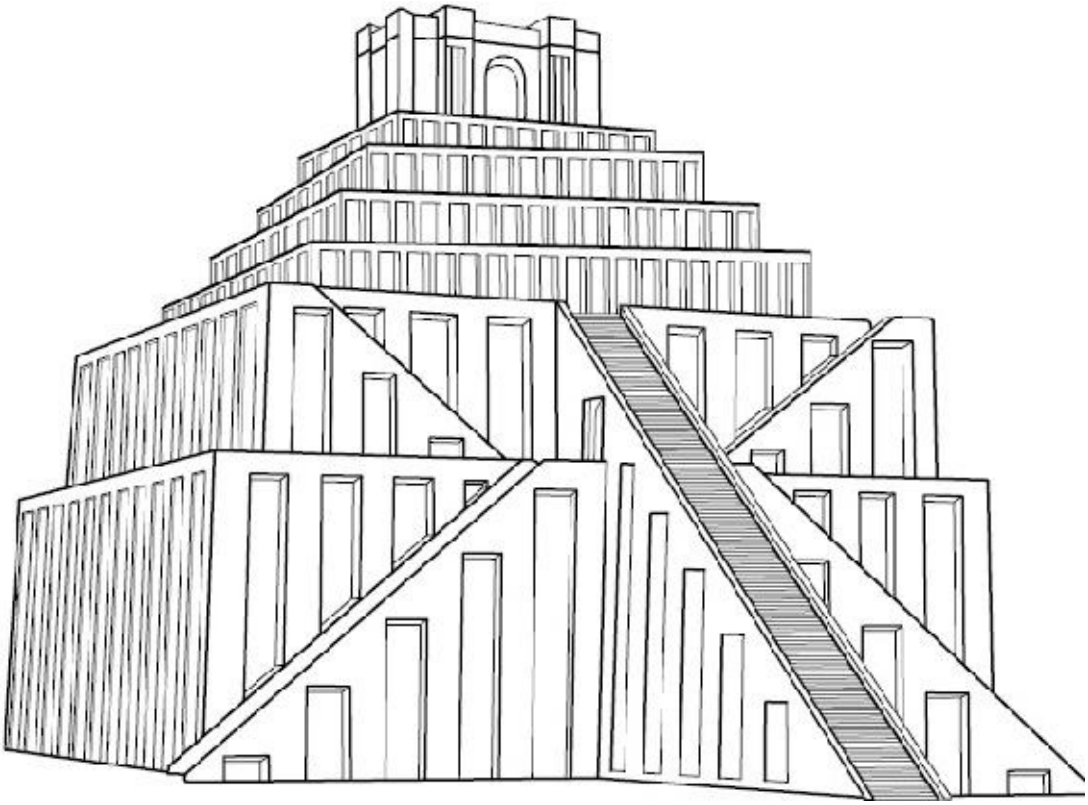
Impressão de um sinete acádio, exibindo um homem a cavalo; de Kish, 2350-2200 a.C.



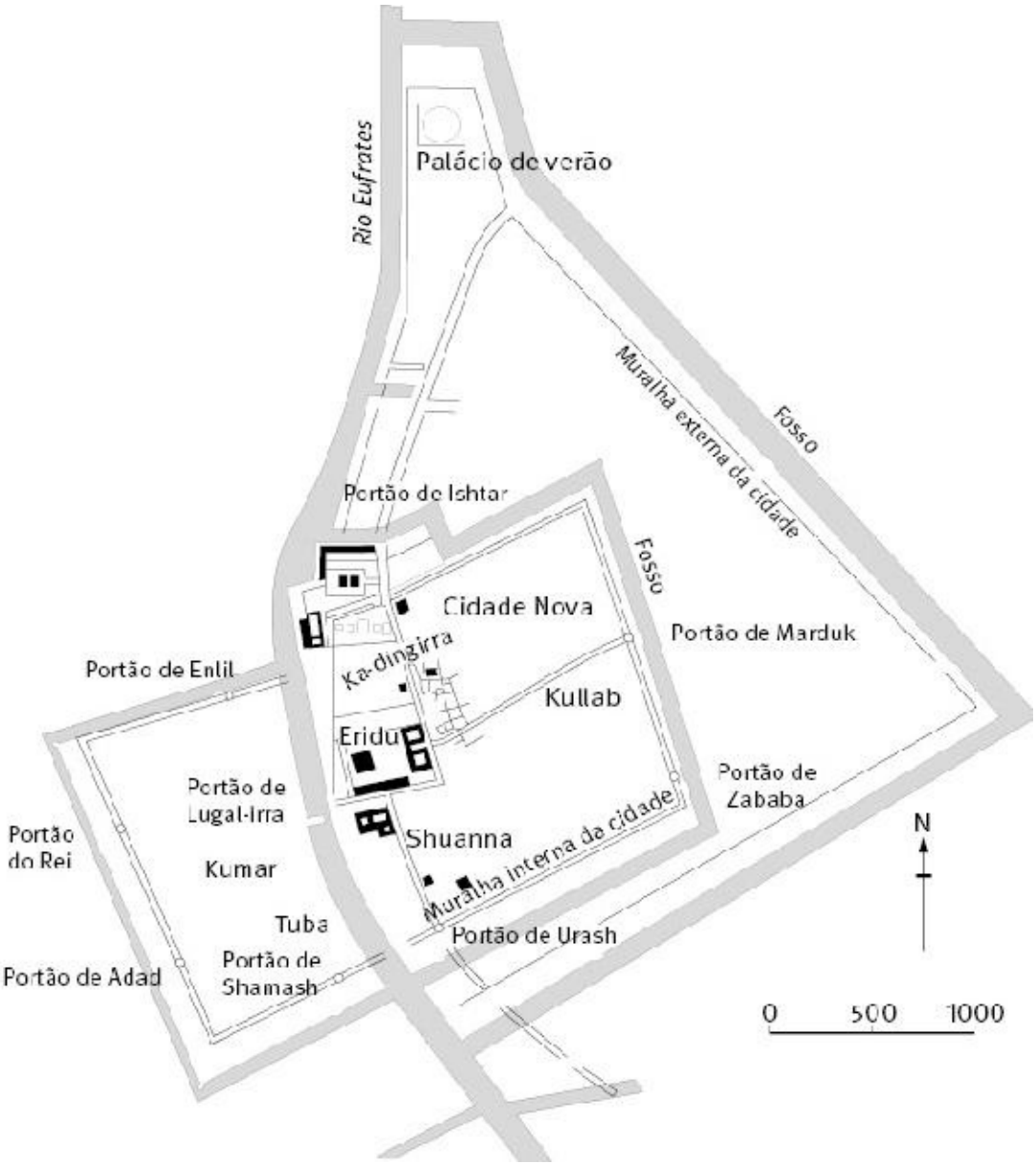
Impressão de um sinete cilíndrico exibindo um cavaleiro, 2100-1800 a.C.



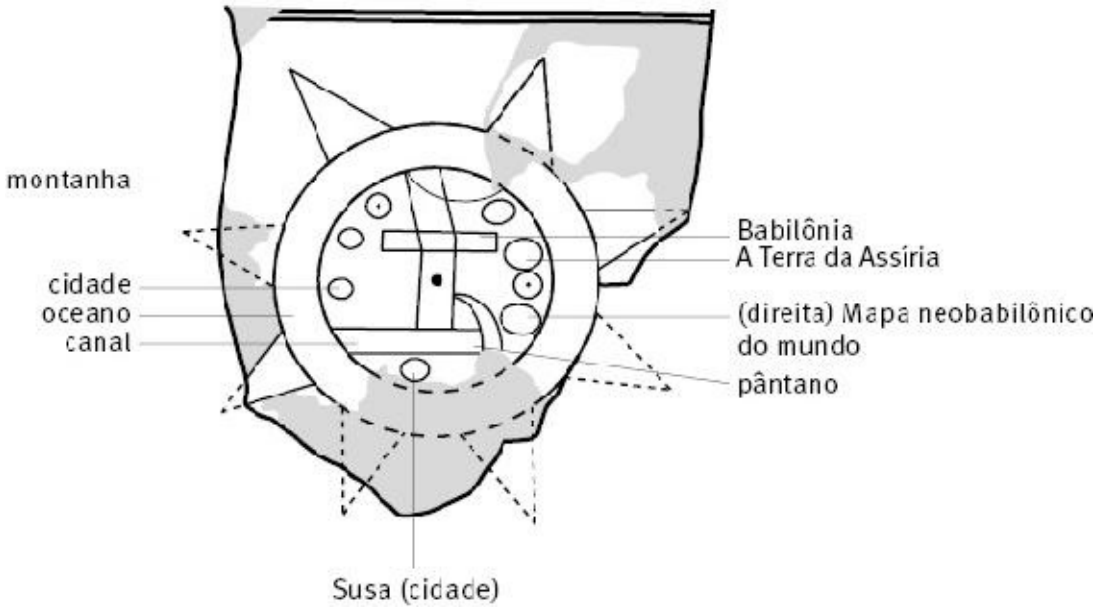
A Torre de Babel (Grande Zigurate da Babilônia), planta baixa e elevação, proveniente da estela erodida.



Possível aparência original do Grande Zigurate da Babilônia.



Mapa da cidade da Babilônia no século VII a.C.



Mapa neobabilônico do mundo.

Outros arqueólogos deram aos achados a interpretação de que eles implicam entrepostos comerciais pacíficos, ou até levas de refugiados em fuga, sendo todas essas análises baseadas na crença em que os novos assentamentos urukianos eram povoados por expatriados da cidade matriz.Entretanto, não devemos subestimar o poder das ideias para atrair novos convertidos para um estilo de vida que esteja na moda, sem qualquer coerção. Nossa história recente mostra com clareza que uma ideologia em voga, como o marxismo-leninismo, pode ser adotada e implementada de maneira ampla e entusiástica, sem coação alguma, como foi em muitas das autodenominadas repúblicas socialistas democráticas, de curta duração. Além disso, a crença na “modernidade” – tecnologia ocidental, arquitetura ocidental, roupa ocidental, comida ocidental – espalhou-se rapidamente pelo mundo, chegando inclusive a lugares que nunca fizeram parte de nenhum império europeu, ou que o fizeram apenas por um breve período. Hoje em dia, praticamente não há lugar algum na Terra em que não se possam encontrar marcas ocidentais, e algo semelhante parece haver acontecido nos idos do IV milênio a.C. Isso viria a ter consequências mais profundas do que quase qualquer outra ocorrência na história. É que acabou dando margem à invenção da escrita.

EM FEVEREIRO DE 2008, o dr. David Wengrow, do University College London, fez furor nas comunidades acadêmicas e empresariais ao publicar um artigo afirmando que a civilização de Uruk tinha sido a inventora original da logomarca. Com o advento da produção em massa – de tecidos, artigos de cerâmica, bebidas e alimentos preparados –, os consumidores queriam ter certeza da origem e qualidade dos produtos que usavam. Esses artigos recebiam uma marca que identificava de maneira singular sua origem e fonte. Enquanto nossa palavra “marca” deriva da prática de gravar um símbolo em alguma coisa para mostrar sua procedência, os mesopotâmios usavam, em vez disso, pedaços de argila marcados com sinais de fácil identificação, a fim de vender cestos, caixas, jarros e outros recipientes.

É possível que isso tenha começado com os amuletos que retratavam temas religiosos ou mitológicos e eram usados por muitas pessoas. Como produto feito a mão, cada amuleto era diferente dos demais e associado à pessoa que o usava, ou para quem era feito. Impresso na argila, o desenho feito pelo amuleto identificava imediatamente seu proprietário.

O evidente passo seguinte foi criar um cunho exclusivamente destinado a ser impresso na argila, com o qual o desenho, por conseguinte, fosse gravado ao contrário. Esses “carimbos” foram a primeira forma de imprensa de todos os tempos. Entretanto, criar uma imagem de tamanho razoável exigia um carimbo grande, talvez de uso inconveniente, e logo se percebeu que, se o desenho fosse enrolado num cilindro e este fosse rolado sobre a argila, a impressão resultante teria mais de três vezes o diâmetro do cilindro. Assim nasceu o sinete cilíndrico, uma das invenções mais características e belas de Uruk, que continuaria a ser usada no dia a dia até o fim da civilização mesopotâmica. Com pouco mais de aproximadamente dois centímetros e meio de altura, esses sinetes eram feitos de todos os materiais concebíveis: de calcário, mármore e hematita, de materiais semipreciosos, como lápis-lazúli, cornalina, granada e ágata, e até de barro cozido e faiança. Sendo praticamente indestrutíveis, eles são desencavados em quantidade toda vez que há escavações arqueológicas na região.

Com o tempo, os entalhes tornaram-se tão delicados que os historiadores calculam que os gravadores deviam usar algum dispositivo óptico auxiliar, talvez com base no princípio da câmera estenopeica – sob o sol escaldante da Mesopotâmia, até o orifício mais minúsculo deixaria passar luz suficiente. Chegou-se mesmo a sugerir que, depois da invenção do vidro transparente, teria sido usada alguma forma de lente primitiva, embora uma oval de cristal de rocha desencavada na cidade assíria de Nimrud, em 1850, já não seja aceita como lente pelos estudiosos da tecnologia da Antiguidade.

Para o historiador, os sinetes cilíndricos são de valor inestimável, uma vez que as imagens que eles produzem nos fornecem, pela primeira vez, uma visão da vida na antiga Mesopotâmia meridional e além dela. Muitos, é claro, mostram cenas religiosas: deuses e deusas quase sempre inidentificáveis, divertindo-se numa paisagem de rios e montanhas, palácios e templos; o rebanho sagrado aglomerando-se no estábulo de junco da Grande Deusa – espantosamente semelhante às casas de junco construídas até os dias de hoje pelos árabes dos pântanos –, ou fiéis viajando de barco para ir a um templo. Há grandes momentos da mitologia, que exibem, supostamente, heróis famosos em batalha uns com os outros ou lutando com animais. Outros selos parecem apresentar instantâneos da vida cotidiana: animais nos campos, trabalhadores na leiteria, tecelões, oleiros e ferreiros e, com o correr do tempo, um número crescente de cenas de batalha e imagens do caos militar.

Embora esses sinetes possam ter sido inicialmente utilizados como logomarcas, logo se transformaram em identificadores pessoais equivalentes a assinaturas, numa sociedade em que, mesmo depois da invenção da escrita, o letramento continuou a ser uma habilidade possuída apenas pela minoria. As impressões com sinetes cilíndricos eram usadas em toda sorte de documentos, bem como para identificar todos os tipos de propriedade pessoal. Na verdade, os antigos os usavam de maneira tão ubíqua que nos fazem lembrar crianças que mal aprenderam a escrever e insistem em gravar seu nome em tudo, inclusive nas paredes e nos móveis. Esse uso sugere que os cidadãos de Uruk e das cidades vizinhas valorizavam o cultivo da identidade individual, talvez tanto

quanto nós. Ao contrário do que aconteceu em muitas outras culturas, antigas e posteriores, o anonimato não tinha atrativos para eles: cada pessoa se empenhava em deixar sua marca pessoal no mundo.

Foi particularmente isso que ocorreu depois que a escrita se disseminou no uso geral. Conhecemos por seus nomes mais indivíduos da Mesopotâmia que de qualquer outro lugar do mundo antigo. Os nomes eram escritos em textos de toda sorte: receitas, notas de entrega e conhecimentos de embarque, contratos comerciais e veredictos legais, contratos matrimoniais e acordos de divórcio. O primeiro autógrafo pessoal encontrado até hoje se encontra num exercício de um escriba de Uruk, datado de *c*.3100 a.C. e assinado no verso: GAR.AMA.

Talvez tenha sido essa ânsia de registrar de forma permanente sua existência individual que primeiro instigou alguns residentes de Uruk a aprimorar um dispositivo contábil simples, transformando-o num sistema sofisticado de marcação de tabuletas de argila, a fim de registrar, primeiro, acordos e contratos, depois, ideias e crenças, canções e histórias, poesia e prosa. Se assim foi, o culto da identidade na Mesopotâmia alterou o curso do desenvolvimento humano. A ideia da escrita foi, com certeza, a maior dádiva da cidade de Gilgamesh ao mundo.

O mistério da escrita cuneiforme

De acordo com a lenda, a Septuaginta, a tradução grega da Bíblia dos hebreus, foi feita quando Demétrio de Falero, bibliotecário-chefe da biblioteca de Alexandria, no Egito, exortou o imperador Ptolomeu II Filadelfo a adquirir um exemplar da Torá judaica. Atendendo à ordem do imperador, o sumo sacerdote de Jerusalém enviou 72 estudiosos, seis de cada uma das doze tribos de Israel, a Alexandria, onde eles ficaram hospedados na ilha de Faros, banhando-se ritualmente na água do mar todas as manhãs, e, embora cada um trabalhasse sozinho, criaram traduções milagrosamente idênticas. (Na verdade, Septuaginta significa setenta, não 72, mas, como diz a velha piada judaica, quem está contando?)

Presumivelmente, foi em referência a essa história que, em 1857, a Real Sociedade Asiática de Londres deu um documento mesopotâmico recém-descoberto a quatro dos mais ilustres eruditos da época: Edward Hincks, Jules Oppert, Henry (depois, sir Henry) Creswicke Rawlinson e William Henry Fox Talbot (famoso por suas fotografias). Eles foram solicitados a tentar fazer uma tradução, sem se reunirem para deliberar. Seu trabalho foi entregue lacrado e, por milagre ou não, as traduções foram suficientemente parecidas para que a Real Sociedade declarasse resolvido o mistério da escrita cuneiforme: “Os examinadores atestam que as coincidências entre as traduções, tanto em termos do sentido geral quanto na formulação verbal, foram de fato notáveis. Na maioria das partes, houve marcante correspondência no significado atribuído e, ocasionalmente, uma curiosa identidade de expressão quanto a determinadas palavras.”

Se os documentos escritos definem o início da história, a proeza dos quatro decifradores consistiu em fazer recuar a data desse início, que antes se acreditava haver ocorrido na época dos antigos hebreus, para milhares de anos antes do que jamais se imaginara.

A HISTÓRIA DA DECODIFICAÇÃO da escrita mesopotâmica tivera início meio século antes, quando Georg Grotefend, um professor alemão de latim, então na casa dos vinte e poucos anos, apostou com amigos num bar que seria capaz de explicar o significado de alguns textos *cuneatis quas dicunt* – "ditos cuneiformes" – recolhidos na antiga cidade real persa de Persépolis. Seu parecer apresentado à Real Sociedade de Göttingen estabeleceu que, dos três tipos de escrita – diferentes, mas obviamente relacionados –, um estava numa forma conhecida de persa antigo, era de natureza alfabética, com cada sinal representando um som da fala, e se lia da esquerda para a direita. Usando uma combinação de indubitável talento, pura sorte e dedicação obstinada, ele conseguiu ler alguns nomes – Dario, Xerxes, Hystaspes – e alguns títulos da realeza.

O segundo passo veio quando um intrépido oficial do Exército britânico, chamado Henry Rawlinson e igualmente jovem, arriscou a pele na escalada da face de um penhasco em Behistun, no noroeste da Pérsia, para copiar uma longa inscrição deixada pelo imperador persa Dario, por volta de 500 a.C. Ela também se revelou trilíngue.

Com base no trabalho de Grotefend, a versão da mensagem de Dario em persa antigo rendeu-se com bastante facilidade à tradução, o que possibilitou partir para o ataque às outras línguas gravadas na rocha. A segunda a ser decodificada revelou-se uma escrita silábica, na qual cada caractere significava uma combinação de sons – como "a", "ba", "ab" ou "bab", e assim por diante. A tradução, com a ajuda do texto em persa, mostrou tratar-se de uma língua desconhecida, a qual – quando outros documentos que a usavam foram encontrados na parte da Pérsia que era chamada de Elam, na Antiguidade – passou a ser conhecida como elamita.

A terceira variedade de texto cuneiforme encontrada em Behistun, entretanto, revelou-se muito mais difícil de decifrar. Tinha um número muito grande de sinais, superando o das outras duas por uma ordem de grandeza. Não era alfabética nem plenamente silábica. Os mesmos sinais, combinações de marcas em forma de cunha, ora eram usados como logogramas – isto é, deviam ser lidos como palavras inteiras, como no chinês moderno, por exemplo –, ora como

símbolos fonéticos indicativos de sons da fala. Alguns sinais designavam várias coisas diferentes, e também deviam ser lidos como vários sons diferentes. Alguns sons eram representados por diversos sinais diferentes. Havia símbolos que não pareciam ter nenhum significado em si, mas estavam ali apenas para especificar o sentido geral do símbolo que vinha antes ou depois – o que hoje os filólogos chamam de determinativos ou classificadores. Assim, uma cunha vertical sempre acompanhava os nomes de pessoas, uma forma estrelada, os nomes de deuses, e uma outra cifra acompanhava os nomes de lugares – mas nem sempre. Foram boas as razões que levaram o grande assiriologista francês Jean Bottéro a descrever a cuneiforme como uma escrita "diabólica".

Não obstante, os pesquisadores acabaram concluindo que essa escrita representava uma língua semítica – portanto, relacionada com o antigo fenício, o hebraico bíblico e o árabe moderno. Foi essa compreensão que permitiu aos quatro especialistas entregar traduções equivalentes, em resposta ao desafio de 1857 da Real Sociedade Asiática. (Eles chamaram a escrita de assíria, em referência ao sanguinolento império bíblico. Hoje em dia, ela é conhecida como acádio, língua da qual o babilônio e o assírio são dialetos do sul e do norte.)

Mas esse não foi o fim da história. À medida que mais textos foram lidos, os estudiosos aos poucos perceberam que, por trás do sistema de escrita acádio, tinha de haver outra camada de língua mais antiga, da qual, até então, ninguém havia suspeitado. Esse reconhecimento foi vindo à luz por causa dos muitos sinais que eram igualmente usados como ideogramas ou como sílabas pronunciadas. Às vezes, o sinal que costumava significar "boi" expressava o som *gud*. Outro sinal, que designava "separar", tinha o valor de *tar*. "Boca", vez por outra, representava a sílaba *ka*. Mas nenhum desses sons era encontrado no semítico, no qual "boi" era *alp*, "separação" era *paras* e "boca", *pu*. Logo, os criadores desse sistema de escrita tinham de ser pessoas em cuja língua "boi" era *gud*, "separar" era *tar* e "boca" era *ka*.

A princípio, houve grande resistência à tentativa de suplantar o semítico, tirando-o de seu lugar de primeira língua do Oriente Médio. Quem liderou a oposição foi um orientalista francês judeu de Adrianópolis, Joseph Halévy, que

ficara famoso na exploração da Arábia meridional por se fazer passar por um rabino de Jerusalém que pedia esmolas para os pobres.

Fazia pouco tempo que os judeus europeus haviam granjeado respeito, ao serem associados aos originadores semíticos da civilização. Halévy ficou estarrecido com o rebaixamento dos semitas ancestrais dessa posição e com a elevação de uma nação suméria arrivista recém-descoberta. Recusou-se a acreditar que tal povo houvesse existido, em qualquer época, e afirmou que a escrita suméria não passava de um código secreto concebido por sacerdotes semitas para manter as pessoas do povo na ignorância. A publicação de seu livro *Le sumérisme et l'histoire babylonienne*, em 1900, levou a um famoso arranca-rabo, no qual dois ilustres acadêmicos se atacaram a guarda-chuvadas no corredor da Escola de Estudos Superiores, em Paris.

A disputa foi resolvida em 1905, com a publicação de uma tradução coerente e convincente de um grupo de inscrições sumérias, que conseguiu reconstituir boa parte da gramática. O sumério veio a se revelar uma língua realmente muito estranha, que não fazia parte de nenhum grupo linguístico conhecido e tinha uma sintaxe inusitada, além de um léxico que se compunha predominantemente de palavras monossílabas. Como resultado, tinha um grande número de homófonos (palavras com o mesmo som) – em alguns casos, até dez palavras diferentes, todas similarmente pronunciadas. Assim, "A" significava água, canal, inundação, lágrimas, sêmen, prole ou pai; "E" era casa, templo ou lote de terra; "U" se traduzia por planta, vegetal, grama, comida, pão, pasto, carga, sono, forte, poderoso, alimentar ou sustentar. Esses termos podiam então unir-se para formar outras palavras: "e" (casa) com "an" (céu ou paraíso) formava "Eana", Casa Celestial, o templo da Grande Deusa em Uruk; "lu" (homem) mais "gal" (grande) formava "lugal", grande homem, senhor ou rei.

Os estudiosos ainda continuam a se preocupar incessantemente com esse problema. Alguns acham que essas sílabas aparentemente idênticas eram diferenciadas, como no chinês, por variações de timbre ou de tom. No fim da década de 1980, Jean Bottéro sugeriu que o vocabulário monossilábico poderia ser uma ilusão, causada pelo fato de os inventores da escrita grafarem apenas a

primeira sílaba de cada palavra: deu a isso o nome de “acrofonia”. Mais recentemente, um erudito dinamarquês propôs que talvez o sumério fosse um crioulo resultante de as crianças aprenderem como língua materna um *pidgin*, uma língua montada para permitir a falantes de idiomas diferentes – nesse caso, os fundadores multiétnicos de Eridu, Uruk e suas vizinhas – se comunicarem num nível básico. Daí ela ter sido posteriormente reverenciada como a língua dos fundadores da civilização.

NÃO HÁ ACORDO nem mesmo quanto à origem da escrita suméria. Atualmente, as linhas de batalha traçadas demarcam dois grupos: há os que veem seu surgimento como a culminação de um processo gradativo que levou milhares de anos para se desenvolver, partindo de um antigo sistema de contagem de animais e mercadorias, que originalmente usava pedrinhas e, mais tarde, símbolos de argila, os quais eram encerrados, protetora e hermeticamente, em recipientes também de argila. A princípio, os símbolos eram impressos na parte externa desse envoltório para mostrar o que ali estava contido. Mais tarde, as imagens deles eram desenhadas na argila com um graveto pontiagudo. Por fim, os símbolos em si foram abandonados, deixando apenas o “envoltório”, sob a forma de uma tabuleta de argila, como registro permanente.

O outro grupo acredita que a escrita foi um daqueles saltos quânticos tão característicos dos inovadores mesopotâmios meridionais, que ela apareceu subitamente na última parte do IV milênio a.C. e que, em apenas alguns séculos, evoluiu de uma taquigrafia rudimentar para um sistema sofisticado, capaz de registrar a poesia e a prosa literária, além dos contratos e da contabilidade comercial.

Mas há um consenso de que, em princípio e ironicamente, a afirmação de Joseph Halévy continha um pequenino grão de verdade. Os textos antigos realmente não eram uma escrita, mas, com efeito, uma espécie de código. Os primeiros sinais não representavam uma linguagem, e sim coisas. Eram registros de transações, anotados por desenhos simplificados de itens entregues ou recebidos: animais, pessoas, mercadorias. O desenho de uma cara de boi

significava um boi, ao passo que a imagem de uma vasilha de borda chanfrada referia-se ao alimento. A imagem não tinha de ser do objeto em si: um deus era representado por uma estrela, e um templo, pelo que se podia pretender que representasse uma planta baixa.

Em suas primeiras etapas, esse sistema não proporcionava mais que um lembrete pessoal, um *aide-mémoire* bastante ambíguo, como “Dois | Ovelha | Templo | Deus | Inana”. Além disso, os servidores ou administradores que faziam anotações dessa maneira tinham, sem dúvida, suas escolhas favoritas de sinais e suas maneiras preferidas de desenhá-los. Para que os símbolos se tornassem realmente úteis, eles tinham de ser reconhecíveis para quem quer que os visse, padronizados pelo acordo coletivo. Daí as “listas léxicas”, os longos registros de títulos, tarefas, animais e mercadorias – o equivalente a dicionários – que deviam ser a base da educação dos escribas, garantindo que todos empregassem exatamente as mesmas imagens para um boi, uma tigela de comida, uma ovelha, um templo ou uma deusa.

Partindo dessa base simples, acabou-se por acumular ao longo dos séculos um grande repertório de símbolos, vários milhares deles. Mas tinha de haver um limite. O número de itens que precisavam ser simbolizados era, em princípio, infinito; seria impossível alguém se recordar de todos os sinais, se cada objeto do mundo tivesse o seu. Entretanto, havia uma solução simples para essa dificuldade, uma solução que nos é conhecida a partir de nosso mundo e de nosso uso das imagens.

Tomemos como exemplo o ícone de uma aeronave. Num terminal aéreo, ele pode ser usado para indicar a área de chegadas e partidas; numa placa de sinalização de trânsito, pode significar “para o aeroporto”, ou alertar para aviões em voo baixo; numa propaganda, pode referir-se a um pacote de viagem de férias ou às viagens ao exterior em geral. Em outras palavras, o significado do ícone pode facilmente estender-se de “avião” para “voar”, “férias”, “viajar” e, sem dúvida, muitas outras ideias correlatas. Do mesmo modo, no sistema inicial de sinais de Uruk, o desenho da parte inferior da perna passou a significar não apenas o membro em si, mas também “pé”, “andar”, “ir”, “ficar de pé”, “chutar”

e muito mais. O contexto ditava qual seria o sentido aplicável. E, quando a ampliação do significado não era suficiente, os sinais eram combinados para criar pequenas imagens compósitas. Uma vasilha de comida ao lado de uma cabeça significava “comer”, e “mulher”, somada a “montanha” (três morrinhos), a princípio significava “estrangeira” e, mais tarde, “escrava estrangeira”.

Algumas combinações destinavam-se a distinguir entre os diversos sentidos de um sinal. Assim, o desenho de um arado combinava-se com o de um homem para significar “lavrador”, ou se juntava ao sinal de “madeira” para fazer referência ao utensílio em si (que era de madeira); os nomes dos deuses eram prefixados pelo símbolo de deus, uma estrela. Esses são os signos conhecidos como determinativos, que viriam a ser muito utilizados no desenvolvimento posterior da escrita.

Tipicamente, o *Homo ludens* estava em ação nisso, pois há algo de lúdico no modo como muitos sinais foram concebidos. Por exemplo, várias combinações incluem o signo referente à cabeça, e o símbolo de “fúria” é particularmente divertido: uma cabeça com uma grande mecha de cabelo em pé. O conceito “mulher” poderia ter sido ilustrado de muitas maneiras diferentes, mas alguém optou por representá-lo pelo triângulo pubiano, ao passo que o signo de “homem” parece ser um pênis ejaculando.

Todavia, desenhar a mão livre com uma ferramenta pontiaguda exige certa habilidade gráfica, e não se poderia esperar que todo escriba fosse um desenhista competente. Com o tempo, os signos tornaram-se cada vez menos semelhantes a imagens e cada vez mais estilizados, e acabaram perdendo qualquer ligação reconhecível com os objetos originalmente retratados. Em vez de desenhar com uma ponta, imprimia-se um estilete de corte triangular ou quadrado na argila, criando as marcas em forma de cunha que nos deram o nome “cuneiforme”. E, nesse processo, os signos perderam qualquer leveza descontraída que pudessem ter possuído originalmente.

Mas o passo seguinte, o que foi verdadeiramente revolucionário, mais do que compensou essa perda. E, com certeza, deve ter surgido, a princípio, de brincadeira.

POR MAIS ÚTIL QUE pudesse ter sido, tudo que fora inventado até então era uma técnica para anotar coisas, itens e objetos, não um sistema de escrita. Um registro como “Dois | Ovelha | Templo | Deus | Inana” nada nos diz sobre se as ovelhas estão sendo entregues ou recebidas no templo, se são carcaças ou animais vivos, nem dá qualquer outra informação a seu respeito. Mas, para fins administrativos, isso parecia bastar. A Mesopotâmia dos primórdios sustentava uma sociedade oral, na qual a memória era muito valorizada. Tudo que se fazia necessário era um simples lembrete, algo tão neutro quanto o signo de um dedo apontando para a esquerda, que poderia ser lido como “vire à esquerda”, “*go left*”, “*à gauche*”, “*Links gehen*”, “*a sinistra*”, “влево” ou “دست چپ”. Uma precisão maior exigiria o uso da linguagem real, mas, durante muito tempo, a ideia de representar a fala propriamente dita sob a forma de marcas na argila apenas não ocorreu a ninguém.

A mim me parece mais provável que o verdadeiro salto, que fez a escrita passar do registro de coisas para o registro de sons da fala, ou pelo menos a ideia que o inspirou, tenha surgido inicialmente como uma brincadeira divertida. A língua suméria, cheia de homófonos – palavras diferentes com pronúncia igual, ou mais ou menos idêntica –, devia constituir um campo de recreação bastante compensador para os apreciadores de trocadilhos. O fato de, entre centenas de outros exemplos, a palavra correspondente a “flecha” e a correspondente a “vida” soarem iguais – *ti* –, ou de as palavras “junco” e “restaurar” serem pronunciadas *gi*, deve ter dado muitas oportunidades de gracejos verbais. É fácil imaginar um sujeito espirituoso, entre os burocratas sumérios do templo, aplicando esse mesmo senso de humor aos signos grafados numa tabuleta de argila e extraindo da anotação um trocadilho e um sentido engraçado – um antigo equivalente, talvez, de um esquete cômico de televisão da década de 1970, no qual um freguês de uma loja de ferragens lia “cabos de forcado” [*fork handles*] em sua lista de compras, mas o lojista ouvia “quatro velas” [*four candles*].

Brincadeira ou não, aquilo em que se havia tropeçado era um modo de anotar coisas que não tinham como ser desenhadas – como se desenha uma imagem de

“vida”? – ou para as quais nenhum signo tinha sido inventado. Havia na Suméria uma espécie de tambor chamado *tigi*; ele era representado por uma flecha, *ti*, e um junco, *gi*. (É realmente uma pena. Como resultado, não fazemos ideia de como seria um tambor *tigi*.)

Uma vez concebida a ideia, seria de se supor que a utilidade de se escreverem signos não de coisas, mas de palavras, e, portanto, da representação de sons, fosse prontamente reconhecida. Mas o novo método parece ter levado vários séculos para entrar em uso regular. Apesar disso, com o correr do tempo, o princípio de “sons, não coisas” estabeleceu-se solidamente, embora os fonogramas (signos de sons) nunca tenham substituído por completo os logogramas (signos de coisas) nos textos escritos, durante todo o tempo em que a escrita cuneiforme continuou em uso.

O ponto em que os fonogramas provaram sua verdadeira utilidade não foi a simples expressão de palavras que não podiam ser postas em imagens, como “vida” ou o tambor tigi, porém, o que é mais importante, naquelas partes da linguagem que são essenciais, mas não têm significado em si – “para”, “com”, “por”, “de”, por exemplo – e também no que os filólogos chamam de morfemas ligados: os prefixos, sufixos e partículas usados por toda língua real para formar frases, distinguir o singular do plural, o presente do passado, o ativo do passivo, e também para ampliar o significado, como ao se acrescentar “-idade” a “fácil” e obter “facilidade”. Como o sumério parece ter sido uma língua predominantemente monossilábica, era sempre possível encontrar uma palavra cujo signo existisse e tivesse um som suficientemente parecido com o da partícula para representá-la na escrita.

Assim, com o tempo, desenvolveu-se uma escrita eficaz e elegante, capaz de expressar a língua suméria em sua totalidade, embora ela nunca viesse a ser um sistema simples, fácil de aprender. Os escribas levavam muitos anos de estudo e treinamento para se tornarem capazes de dominar com eficiência todos os recursos linguísticos – e, mais ainda, para usá-los de forma criativa. É como se as dificuldades fossem carinhosamente acalentadas. Quando outros – os elamitas, os persas e os cidadãos de Ugarit – simplificaram os signos e

reduziram seu número, acabando por criar um alfabeto curto em que cada caractere representava apenas um único som, os mesopotâmios insistiram em preservar toda a panóplia das complicações rebuscadas da cuneiforme, durante todos os três milênios de existência de sua civilização. Os alfabetos deviam parecer-lhes uma forma de escrita muito despojada e empobrecida. A riqueza dos signos cuneiformes, sua ambiguidade e seus múltiplos sentidos contribuíam tanto para o efeito global do texto codificado quanto contribui a caligrafia refinada para a literatura do Extremo Oriente.

A escrita cuneiforme não era usada apenas para elevados fins literários, é claro. Também assentou por escrito os primeiros registros contemporâneos de pessoas e acontecimentos. Desse ponto em diante, o que viesse a acontecer no mundo nunca mais precisaria ser esquecido. E, embora esse fenômeno seja muito apreciado pelos arqueólogos 5 mil anos depois, seu verdadeiro impacto se deu sobre o próprio mundo dessa escrita, que foi radicalmente modificado.

Também nisso há um estranho prenúncio de nossos tempos. Assim como a revolução tecnológica e política de Uruk parece estreitamente comparável a nossa recente Revolução Industrial, a transformação de uma simples técnica de contabilidade num meio eficaz de comunicação prefigurou a era pós-moderna. Um modesto dispositivo administrativo, um leitor eletromecânico de cartões perfurados, concebido pelo engenheiro de minas Herman Hollerith para o recenseamento de 1890 nos Estados Unidos, deu início a um processo que conduziu, passo a passo, ao admirável mundo novo da atual era da informática. Ao final do IV milênio a.C., uma técnica simples de contabilidade, que usava símbolos de argila, foi aprimorada na cidade de Gilgamesh, tornando-se um sistema sofisticado, versátil e flexível de escrita – a realização que marcou o momento em que se iniciou a verdadeira história.

Mas, para todo novo começo, tem que haver um fim do que veio antes. Traça-se uma linha divisória. Aquilo era então, isto é agora.

4. O dilúvio: uma cesura na história

A narrativa caldeia do dilúvio

Entre a era do mito e o tempo da lenda fica o dilúvio; entre a tradição oral e o registro escrito fica a grande inundação. E entre o cenário mesopotâmico da origem do mundo, em Gênesis 1-9, e as histórias cananeias de patriarcas nômades do deserto que vêm depois de Gênesis 12, a Bíblia hebraica fala de Noé, sua arca e seus descendentes.

A história do extermínio divino de todas as criaturas que respiravam oxigênio, poupando apenas um homem, sua família e o que ele pudesse salvar a bordo de seu gigantesco barco salva-vidas, é central para o conceito judaico-cristão-islâmico da história humana. O primaz de toda a Irlanda no início do século XVII, arcebispo James Ussher, deduziu, numa demonstração virtuosística de matemática devota, que a arca assentou-se sobre o monte Ararat na quarta-feira, 5 de maio de 1491 a.C. Desde aquela época, mais de duzentas expedições partiram para a Armênia em busca dos restos da arca, levando exploradores que de algum modo esperavam que vestígios dos materiais perecíveis desse objeto tivessem sobrevivido, segundo os cálculos de Ussher, a mais de 3.500 anos de exposição às forças da natureza. Mesmo assim, uns quarenta grupos voltaram fornecendo testemunhos oculares sobre estruturas de madeira semelhantes a partes de uma embarcação, cristalizadas na geleira ou incrustadas na rocha.

Até alguns dos que não tomam o relato bíblico ao pé da letra, e já não conseguem aceitar a ideia de um castigo divino universal pelo pecado irredimível da humanidade, ainda creem que essa história seja pelo menos baseada numa catástrofe real, ocorrida num contexto histórico real. Uma das propostas é que essa narrativa relembra a reinundação do golfo Pérsico, que teria sido o vale de um rio seco até a elevação do mar da Arábia encobrir a plataforma

rochosa do estreito de Ormuz. Isso teria ocorrido por volta de 10000 a.C. Outros sugeriram que um modelo mais provável seria a irrupção do mar Mediterrâneo pelo estreito de Bósforo, que teria inundado a bacia do mar Negro – a qual, até 7.500 anos atrás, conteria apenas um lago muito menor de água doce. “É possível que essa inundação tenha afetado tão profundamente a população do Paleolítico Superior que formou a lenda do grande dilúvio”, segundo um artigo lido perante a Sociedade de Geologia dos Estados Unidos em 2003.

A CONVICÇÃO DE QUE a narrativa do dilúvio de Noé refletiria a história foi reforçada pelo anúncio público, em 1872, de que os antigos assírios também haviam contado uma história que tinha semelhanças espantosas com a do Livro do Gênesis. Todos os temas do relato bíblico estavam presentes: o aviso ao único homem a ser salvo, a construção de uma embarcação imensa, a tempestade, a inundação, a descida das águas, a aterrissagem sobre uma montanha e o envio de aves: um corvo, uma pomba. E depois, a oferenda de um sacrifício, do qual Deus “saboreou o doce aroma”.

A descoberta desse precursor assírio foi ainda mais instigante por ter sido feita por um desses extraordinários amadores autodidatas que são quase uma exclusividade da erudição inglesa. Seu nome era George Smith. Nascido em 1840, ele deixou a escola aos quatorze anos para se tornar aprendiz numa firma de gravadores de papel-moeda, perto do Museu Britânico. Talvez o trabalho manual cansativo e meticuloso não satisfizesse sua mente dinâmica, pois ele passava a maior parte dos horários de almoço e muitas horas no fim do dia explorando e estudando as coleções do museu sobre o Oriente Médio. Inspirando-se num encontro casual com o célebre sir Henry Rawlinson, um dos homens a quem se atribui a decodificação da escrita mesopotâmica, bem como numa observação de passagem de um funcionário do museu, que lamentou não haver ninguém tentando decifrar “aquelas pegadas de passarinho” nos milhares de tabuletas de argila guardados no depósito, de algum modo Smith aprendeu sozinho a ler a escrita cuneiforme e a língua assíria. Os estudiosos do museu ficaram atônitos ao constatar que, para fazê-lo, aparentemente o jovem

trabalhador sem instrução superior levou apenas alguns meses. Smith, observaram eles, parecia basear suas traduções não na familiaridade com o vocabulário e a sintaxe dessa língua antiga, familiaridade que não possuía, mas numa espécie de clarividência intuitiva e inspirada que foi enaltecida em seu obituário, após sua morte prematura aos 37 anos, como “o maravilhoso instinto com o qual o sr. Smith desvendava o significado substancial de uma passagem das inscrições assírias, nem sempre sendo capaz de oferecer uma análise filológica das palavras nela contidas, o que lhe dava todo o direito ao título de ‘gazua intelectual’ pelo qual era às vezes tratado”.

Smith não tardou a fazer várias descobertas espetaculares, e Rawlinson, extremamente impressionado, sugeriu aos curadores do museu que estava na hora de lhe oferecerem um emprego oficial. Eles nomearam o homem de 27 anos para um cargo de assistente no Departamento de Assiriologia, e lá ele ganhou fama internacional ao começar a traduzir o que viria a se revelar parte da 11 tabuleta da *Epopeia de Gilgamesh*, obtida em escavações em Nínive, no norte do Iraque. “Ao examinar a terceira coluna”, escreveu ele, tempos depois, “tive a atenção despertada pela afirmação de que o navio repousava sobre as montanhas de Nizir, seguida pela descrição do envio da pomba e do retorno dela, ao não encontrar onde pousar. Vi prontamente que ali eu havia descoberto pelo menos parte da descrição caldeia do dilúvio.”

Infelizmente, a tabuleta com que Smith trabalhou estava quebrada e várias linhas cruciais tinham se perdido. Mesmo assim, ele apresentou seus resultados ao público numa palestra de 1872, na Sociedade de Arqueologia Bíblica, com a presença de ninguém menos que o primeiro-ministro Gladstone na plateia. Farejando um bom material jornalístico, o *Daily Telegraph* ofereceu-se para financiar uma expedição ao sítio arqueológico de Nínive, no que se poderia tomar por uma busca infrutífera: localizar a parte que faltava. Assim, Smith partiu para o Oriente Médio e, após muitas aventuras, chegou ao cômoro de Kouyunjik, onde um dia se erguera o Palácio do Norte do imperador assírio Assurbanipal.

Lá encontrou um cenário de completa devastação. Como escreveu em seu livro, *Assyrian Discoveries*:

> Havia ali uma grande escavação, feita por escavadores anteriores, de onde tinham provindo muitas tabuletas; essa cova vinha sendo usada como pedreira desde o encerramento das últimas escavações, e dela se haviam extraído pedras, com regularidade, para a construção da ponte de Mossul. Seu fundo estava repleto de enormes fragmentos de pedra da parede do porão do palácio, imprensados entre montes de pequenos fragmentos de pedra, cimento, tijolos e barro, tudo em extrema confusão.

Smith ergueu algumas dessas pedras com uma alavanca e, de modo geral, fez o melhor que pôde para recolher todos os fragmentos de tabuletas que conseguiu alcançar, embora sem grande esperança real de sucesso. No fim do dia,

> Sentei-me para examinar a coleção de fragmentos de inscrições cuneiformes obtidos na escavação do dia, retirando e escovando a terra que os cobria para ler seu conteúdo. Ao limpar um deles, para minha surpresa e gratificação, constatei que continha a maior parte de dezessete linhas de inscrição pertencentes à primeira coluna da descrição caldeia do dilúvio, que se encaixavam no único lugar em que havia uma grave lacuna na história. Ao publicar inicialmente a descrição dessa tabuleta, eu havia conjecturado que faltavam cerca de quinze linhas nessa parte da história, e nesse momento, com a porção encontrada, pude deixá-la quase completa.

(Esse fragmento de tabuleta ainda se encontra no Museu Britânico, devidamente rotulado em tinta preta com as iniciais “DT”, de *Daily Telegraph*.)

E assim ficou estabelecido que, muito antes de se redigir o Gênesis, os próprios antigos mesopotâmios haviam contado a história de um dilúvio universal, enviado por determinação divina para destruir a humanidade. Em pouco tempo, descobriram-se outros textos que forneciam relatos similares em diversas línguas diferentes – sumério, acádio antigo, babilônico – e em várias versões diferentes. Na mais antiga, encontrada numa tabuleta da cidade de Nipur, datada de aproximadamente 1800 a.C. e escrita em sumério, o papel de Noé é assumido por um rei de Churupaque, chamado Ziudsura ou Ziusudra, que significa “Ele viu a vida”, por ter-lhe sido conferida a imortalidade pelos deuses. Em outra, escrita no século XVII a.C. em acádio, o protagonista chama-se Atrahasis, que significa “Extremamente Sábio”.

Os relatos mesopotâmicos diferiam da Bíblia dos hebreus num aspecto importante, porém: o motivo de Deus para enviar o dilúvio. A razão fornecida no

Gênesis é a iniquidade da humanidade. A *Epopeia de Atrahasis*, por outro lado, explica que o deus supremo Enlil resolveu destruir a humanidade por causa da insônia:

> A terra estendeu-se e os povos se multiplicaram.
>
> A terra bramia como um touro,
>
> O deus era perturbado por sua algazarra.
>
> Enlil ouviu o barulho dos povos
>
> E se dirigiu aos grandes deuses:
>
> "O barulho da humanidade tornou-se intenso demais para mim,
>
> Com seu tumulto, fico privado de sono."

Ao que Enlil tentou sem sucesso diversas maneiras diferentes de se livrar da humanidade, antes de se decidir por um dilúvio mundial. Alguns tentaram ler um sentido ético nessa passagem, conjecturando que "barulho" se relacionaria com iniquidade ou pecado. Mas não seria, talvez, o inverso: o fato de as orações e sacrifícios serem demais para a conveniência de Enlil? Recordemos a reação do Senhor aos importunadores de Deus, em Isaías 1:11-4:

> "De que serve a mim a multidão de vossos sacrifícios?", diz o Senhor. "Já estou farto dos holocaustos de carneiros e da gordura de animais nédios; e não folgo com o sangue de bezerros, nem de cordeiros, nem de bodes.
>
> "Quando vindes vos compadecer diante de mim, quem requereu isto de vossas mãos, que viésseis pisar os meus átrios?
>
> "Não tragais mais oferendas vãs; o incenso é uma abominação para mim; as luas novas e os sábados, e a convocação das congregações, não posso suportá-los; é uma iniquidade até mesmo a assembleia solene.
>
> "As vossas luas novas e as vossas solenidades, a minha alma as abomina: são um fardo para mim, estou cansado de suportá-las."

Uma única testemunha, a Bíblia, talvez não fosse julgada confiável, mas, agora que se constatara que vários narradores supostamente independentes concordavam em que realmente houvera um dilúvio universal, sua verdade histórica parecia estabelecida. Restava apenas encontrar uma confirmação física, e esta veio em 16 de março de 1929, quando o arqueólogo Leonard Woolley anunciou, numa carta ao *Times*, que havia descoberto provas do dilúvio de Noé.

Ele estava aprofundando uma escavação, escreveu posteriormente em seu best-seller *Excavations at Ur*, quando, a cerca de um metro de profundidade, “já não havia cacos de cerâmica nem cinzas, apenas lama limpa, depositada pela água, e o operário árabe no fundo do poço disse-me haver chegado a um solo virgem”. Isso não fez sentido para Woolley, que convenceu o operário, a contragosto, a continuar a cavar. Após 1,20 metro de nada além de lama, o escavador rompeu uma camada inferior que tornava a mostrar claros sinais de habitação humana.

> Entrei mais uma vez na escavação, examinei as laterais e, ao terminar de redigir minhas anotações, estava bastante convencido do que tudo aquilo significava, mas queria ver se outros chegariam à mesma conclusão. Assim, levei até lá dois membros da minha equipe e, depois de assinalar os fatos, pedi sua interpretação. Eles não souberam o que dizer. Minha esposa se aproximou, deu uma olhadela e eu lhe fiz a mesma pergunta, e ela se afastou comentando com displicência: “Ora, é o dilúvio, é claro.” Era a resposta correta.

Isso rendeu uma reportagem maravilhosa e ajudou a disseminar a fama de Woolley – pela qual ele vinha competindo com o egiptólogo Howard Carter, cuja descoberta do túmulo de Tutancâmon no Vale dos Reis, em 1922, fizera dele um nome conhecido. Mas o relato de Woolley não foi inteiramente verdadeiro. Um ensaio assustadoramente brilhante de um estudante de quinze anos, Jacob Gifford Head, que recebeu em 2004 o Prêmio Wainwright de Arqueologia do Oriente Próximo, da Universidade de Oxford, assinalou que, na verdade, foi o assistente de Woolley, Max Mallowan (que mais tarde se tornou o “sr. Agatha Christie”), quem supervisionou a escavação, e que suas meticulosas anotações feitas no sítio ofereceram um relato bem diferente e muito mais sóbrio. O jovem ensaísta citou uma carta enviada em 1928 ao Alto-Comissariado iraquiano por um alto funcionário do ministério britânico das Relações Exteriores, enfatizando o desejo desse ministério de “estimular o interesse pela arqueologia no Iraque e auxiliar no levantamento de fundos para novas escavações”, e concluiu que Woolley só estava comprometido com a autopromoção, e que sua versão da história do dilúvio tinha sido produzida com o objetivo de promover “a ele próprio e a sua disciplina aos olhos do público”.

Qualquer acadêmico que se veja diante da necessidade de obter financiamento para sua especialidade, e que seja advertido por seus superiores a “publicar ou morrer”, decerto compreenderá os retoques fantasiosos de Woolley. Afinal, quem ficaria remotamente interessado se ele anunciasse haver encontrado provas não *do* dilúvio, mas de *um* dilúvio, um de pelo menos dois que tinham devastado Ur, com muitos séculos de intervalo? Ou que camadas similares de inundações, de espessuras variáveis, mas datadas de épocas diferentes, eram encontradas em muitas cidades meridionais, se bem que certamente não em todas? Alguns locais, como Eridu, a apenas onze quilômetros de Ur, não mostravam qualquer sinal de inundação.

Então, perguntam os fiéis, por que todos os antigos habitantes do Oriente Médio concordam, ainda que os detalhes exatos difiram, em que um dia houve um único dilúvio devastador, que destruiu o seu mundo inteiro, deixando apenas um punhado de sobreviventes? Um evento dessa monta, com todo o seu pavor e horror, jamais seria esquecido, quando quer que acontecesse; sua história seria transmitida de geração em geração, até finalmente ser escrita em suas diversas versões.

Tenha ela se baseado ou não numa catástrofe real, houve outra razão mais importante para os mesopotâmios contarem e recontarem a história do dilúvio: ela desempenhou um papel estrutural crucial na visão que os antigos tinham de sua história. Para os sumérios, o dilúvio era o ponto de demarcação que separava o período pré-letrado do período letrado, a era do folclore da era da história. Mais exatamente, era o golfo situado entre o tempo em que toda a Mesopotâmia seguia a liderança cultural e ideológica de Uruk e a época posterior, na qual a Suméria, a parte mais meridional da planície mesopotâmica, era uma terra de cidades-Estado separadas, cada qual seguindo seu próprio destino.

A arqueologia nos fala de mudanças momentosas por volta de 3000 a.C. De repente, ou assim parece, o contato entre os muitos centros de civilização distribuídos por toda a grande Mesopotâmia cessou. As rotas comerciais, como as das minas afegãs de lápis-lazúli, foram cortadas. Os postos avançados de Uruk desapareceram de toda a região: do Irã, da Síria, da Anatólia. Em cidades e

aldeias fora do sul, os habitantes retornaram a seus antigos costumes; antigas preferências dietéticas foram restabelecidas; a contabilidade foi abandonada e a arte da escrita, esquecida. No centro nervoso de Uruk, os restos sepultados sugerem que se tomou menos cuidado com a agricultura: os cereais estavam cheios de ervas daninhas, o solo, contaminado pelo sal. A expectativa de vida sofreu uma redução drástica. Assentamentos rurais foram abandonados e as populações fugiram para a cidade ou se entregaram ao nomadismo. Na própria Uruk, as terras pertencentes aos templos foram tomadas por camponeses. As construções monumentais da área de Eana foram demolidas e substituídas por fileiras de casas baixas e construções leves de estacas de madeira e junco.

Todos os sinais apontam para um colapso da ideologia de Uruk: do sistema social quase igualitário e da economia dirigida pelo templo, que haviam mantido por séculos a dominação cultural da cidade. Os suspeitos de praxe foram indiciados como causadores do desastre. A mudança climática trouxe um tempo mais frio e mais seco: deixaram de cair chuvas suficientes para regar diretamente as encostas ou para manter o nível dos rios suficientemente alto para uma irrigação bem-feita. Forasteiros invejosos e hostis lançaram ataques e invasões: fortificações maciças foram erguidas às pressas nas imediações dos povoados mais distantes. Eram típicos os taludes de três metros de espessura, encimados por torres de vigia e vazados por portões, reforçados por um sólido muro de tijolos, uns cinco metros atrás deles, como os que protegiam Habuba Kabira, uma antiga colônia de Uruk às margens do Eufrates, no norte da Síria.

Esses, como sempre, são meramente os fatores externos ligados ao declínio de Uruk. Mas há indicações de que nem tudo corria bem internamente, tampouco. Pela experiência de nossa época, sabemos de algumas tensões capazes de assolar as sociedades supostamente igualitárias de economia dirigida; sabemos que o que começa como a aceitação voluntária de uma ideologia utópica pode acabar, com demasiada frequência, em resistência e revolta. A tirania que se segue é quase sempre instável, e o resultado costuma ser a pobreza crescente.

A dominação do estilo de vida urukiano, de qualquer modo, não tinha sido inteiramente conseguida pela persuasão pacífica. Uma expedição recente da Universidade de Chicago e do Ministério de Antiguidades da Síria ao sítio arqueológico de Hamoukar, na Síria atual, encontrou uma zona de guerra devastada. Clemens Reichel, o codiretor norte-americano, disse que ela estava "longe de ter sido uma escaramuça insignificante", e a chamou de "'Choque e Pavor' no IV milênio a.C.". A muralha da cidade, de três metros de altura, foi rompida por um bombardeio pesado de projéteis lançados por fundas, os prédios foram incendiados e os habitantes, massacrados. "É provável que os sulistas tenham exercido algum papel na destruição dessa cidade. Nos destroços que cobriam as construções escavadas nessa temporada encontravam-se numerosas covas grandes, que continham uma vasta quantidade de cerâmica urukiana do sul. A visão é convincente. Se não foi a população de Uruk que disparou os projéteis com as fundas, ela com certeza se beneficiou disso. Apoderou-se desse lugar, logo depois de sua destruição." Posteriormente, mais para o final dessa era, métodos truculentos parecem ter sido necessários até mesmo no cerne meridional do mundo de Uruk, para fazer valer a autoridade do sistema.

A tabuleta de argila de Uruk que traz a mais antiga assinatura pessoal de que se tem notícia é um exercício escolar de escribas, que lista uma série de títulos oficiais e profissões. O primeiro verbete, supostamente o da patente mais alta, diz NAM GIS SITA, que significa Senhor da Maça, a arma predileta do período no combate corpo a corpo. Trata-se de um título que, em épocas posteriores, significou rei. Imagens gravadas em selos cilíndricos mostram a aplicação de uma disciplina severa. Um exemplo típico representa prisioneiros sendo surrados, com os braços amarrados nas costas, enquanto um deles apela para a autoridade no comando, que se posta segurando uma lança e observando a cena. Não se trata de uma cena de batalha; os prisioneiros não parecem ser soldados, mas trabalhadores. É tentador interpretar os castigos como ligados à intensificação forçada da agricultura, que se fazia necessária em função do aumento crescente da população urbana. Tal como no século XX, no programa

de coletivização da União Soviética, o resultado, paradoxalmente, foi a redução da produtividade do solo, e não o seu aumento.

A salinização, que eleva sais minerais do subsolo para a superfície e destrói a terra para a agricultura, é sempre um risco da irrigação, como descobriram, pagando um alto preço, os modernos cientistas do desenvolvimento. A salinidade era um problema particularmente grave na antiga Suméria, porque os grandes rios, o Tigre e o Eufrates, tinham uma carga inusitadamente pesada de minerais. Ao longo de muitos séculos, os lavradores mesopotâmios aprenderam a lidar com esse problema, como fazem seus descendentes tribais até hoje. Resolviam-no deixando os campos sem cultivo em anos alternados. O professor McGuire Gibson, da Universidade de Chicago, explica que:

> Como resultado da irrigação, o nível do lençol freático de um campo que se aproxima da colheita fica cerca de meio metro abaixo da superfície … As plantas silvestres extraem umidade desse lençol e vão aos poucos secando o subsolo, até o inverno … Na primavera, visto que o campo não é irrigado, as plantas continuam a secar o subsolo, até uma profundidade de dois metros … Por serem leguminosas, as plantas também repõem nitrogênio no solo e retardam a erosão do solo arável causada pelo vento. No outono, quando o campo volta a ser cultivado, a secura do subsolo permite que a água da irrigação extraia o sal da superfície e o leve para baixo, onde, normalmente, ele fica aprisionado e é inofensivo.

Não é difícil imaginar as autoridades do templo, confrontadas com o número crescente de bocas para alimentar, insistindo num Grande Salto à Frente na produção de grãos e proibindo o que talvez lhes parecesse – afinal, administradores de templos pouco entendem de agricultura – uma prática que desperdiçava metade da terra disponível, todos os anos. É bem possível que a força tenha sido o seu meio de impor sua vontade. E a *Epopeia de Atrahasis* descreveu as consequências inevitáveis:

> Embranqueceram os campos negros,
> A larga planície foi sufocada pelo sal.
> Por um ano eles comeram capim,
> No segundo ano, sofreram de sarna.
> Veio o terceiro ano.
> Com as feições [crispadas] pela fome,
> [Eles estavam] à beira da morte.

As sociedades complexas e sumamente organizadas são máquinas delicadas. Não é preciso muito para estragá-las. “Por falta de um prego perdeu-se o reino”, diz o velho ditado. As civilizações baseadas na ideologia são ainda mais frágeis do que a maioria. Como sabemos pela história do século XX, quando o povo deixa de acreditar no sistema, o fim está próximo, e não há coerção capaz de fazê-lo funcionar indefinidamente. Os urukianos do período final, ao olharem em volta e verem seus campos arruinados, seus colegas de trabalho coagidos, suas colônias distantes incapazes de resistir aos ataques, devem ter começado a questionar as convicções com que tinham sido doutrinados com tanto sucesso e por tanto tempo. É provável que seu mundo tenha desmoronado tanto por seus cidadãos haverem perdido a confiança nos benefícios de suas crenças, na capacidade de sua ideologia de lhes assegurar uma vida feliz e recompensadora, quanto por qualquer pressão externa.

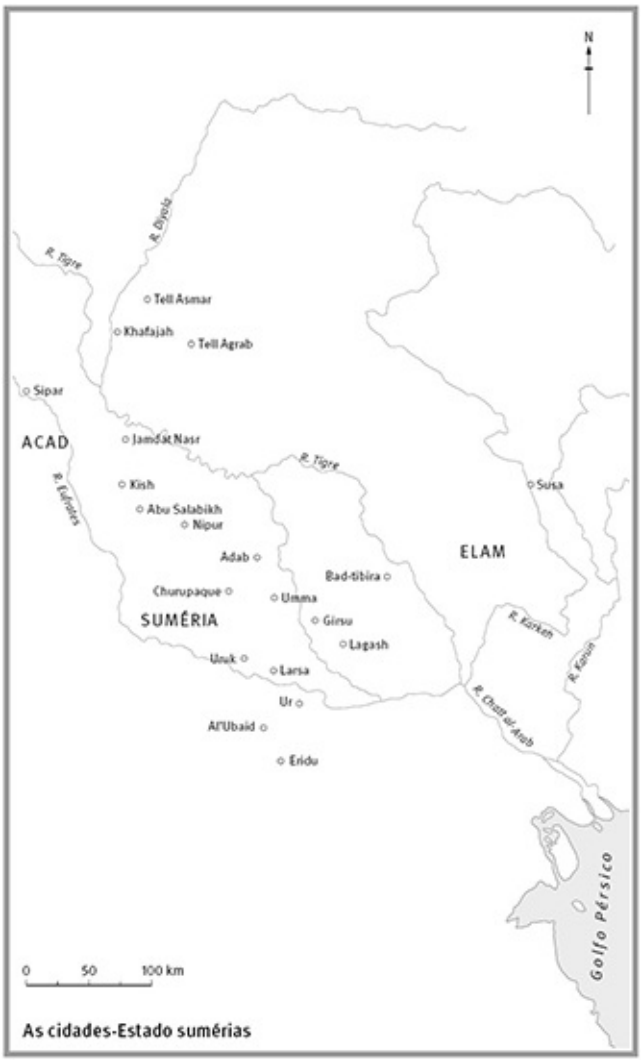
Os sumérios posteriores não se lembraram, ou optaram por não se lembrar, de nada disso. Não encontramos referências explícitas nos mitos, lendas e epopeias que chegaram até nós. Talvez seja porque a escrita ainda se achava em seus estágios primitivos e era mais usada na contabilidade do que para registrar a história. Parece haver apenas um indício obscuro de uma grande perda de confiança, preservado da antiga tradição oral. Na *Epopeia de Atrahasis*, o dilúvio é precedido pelas tentativas do deus Enlil de reduzir o tamanho da humanidade através da peste, seguida por salinização, seca e fome. O povo se rebela:

> Convocai os anciãos, os homens mais experientes.
> Iniciai uma revolta em vossa própria casa,
> Deixai os arautos proclamarem …
> Que eles façam grande ruído na terra:
> Não reverencieis vossos deuses,
> Não oreis para vossas deusas.

A história oficial suméria, tal como esboçada na Lista dos Reis de Utu-hegal, ignorou toda essa questão. Simplesmente declarou que a antiga ordem foi completamente apagada de um só golpe: “E então o dilúvio varreu a terra.” Foi

como se os encarregados de registrar a nova ordem quisessem traçar uma linha isolando o passado: aquilo foi então, isto é agora. O dilúvio simbolizou a rejeição indiscriminada do que viera antes. A era da dominação regional de Uruk estava morta e mais valia esquecê-la. Era hora de um novo começo.

5. Homens grandes e reis: as cidades-Estado *c.*3000 a 2300 a.C.



As cidades-Estado sumérias

Ainda visíveis após 5 mil anos

Em abril de 2003, teve ampla divulgação na internet uma matéria afirmando que “as cidades iraquianas de Al-Kut e Nassíria lançaram ataques recíprocos, imediatamente após a queda de Bagdá, para estabelecer a dominação no novo país”. Os invasores ocidentais aliados reagiram, dizia o texto, ordenando que as cidades suspendessem a luta e confirmando que Bagdá continuaria a ser a capital do Iraque. Entretanto, “Al-Kut posicionou atiradores nas principais vias de acesso à cidade, com ordens para que as forças de invasão não penetrassem nela”.

É difícil averiguar se isso foi uma verdade parcial ou uma completa lenda. A fonte das informações não foi fornecida em parte alguma. No entanto, verdadeiro ou falso, o padrão é conhecido. Remonta a pelo menos 5 mil anos, ao primeiro surgimento de cidades no antigo Oriente Médio.

Por volta de 3000 a 2900 a.C., quando a névoa da pré-história começa a se dissipar e os detalhes da história vão aos poucos se tornando visíveis, podemos ter um vislumbre inicial da forma do que estava por vir. Percebemos um cenário de luta quase incessante. Os principais centros populacionais da planície do Tigre e do Eufrates nasceram lutando entre si, assim como Jacó e Esaú emergiram brigando do ventre materno.

Apesar das reiteradas tentativas de pôr fim à rivalidade destrutiva, os conflitos, durante grande parte do III milênio a.C., não raro levaram à destruição de cidades inteiras e ao massacre de seus habitantes. No entanto, os contendores pela superioridade na Suméria tinham pleno conhecimento e até orgulho de compartilharem uma cultura e uma história comuns. Alguns intérpretes discernem indícios sugestivos de que, em algumas ocasiões, houve até uma coalizão, ou confederação – o que os gregos depois chamariam de anfictionia, ou liga de vizinhos –, concentrada no templo do deus supremo Enlil, em Nipur, que congregava suprimentos, material e até homens armados para a defesa comum

de uma liga *Kengir* (suméria). O mesmo se deu na Itália medieval, onde os nobres de cidades como Ferrara, Florença, Gênova e muitas outras viviam em guerra quase constante entre si, apesar de reconhecerem e admitirem sua cultura e herança comuns e de, em outras ocasiões, aliarem-se contra inimigos externos.

No filme *O terceiro homem*, Orson Welles teve um dito famoso: "Na Itália, em trinta anos sob a dominação dos Bórgias, eles tiveram guerras, terror, assassinato e derramamento de sangue, mas produziram Michelangelo, Leonardo da Vinci e o Renascimento. Na Suíça, eles tinham um amor fraterno, tiveram quinhentos anos de democracia e paz – e produziram o quê? O relógio cuco." Na Mesopotâmia do III milênio a.C., houve rivalidade e conflito entre cidades independentes, houve lutas fratricidas, uma luta de todos contra todos para chegar à dominação, e houve também guerra, terror, assassinato e derramamento de sangue. Enquanto isso, entretanto, colocando-se um a um os tijolos cozidos ao sol, os alicerces de nossa civilização continuaram a ser construídos em ritmo acelerado.

Não levou mais de alguns séculos para que a cidade-Estado, conhecida desde a Grécia clássica até a moderna Cingapura, ganhasse forma plenamente; para que comandantes militares e reis substituíssem os sacerdotes do templo como forças dominantes; e para que a sociedade de governo religioso, relativamente igualitária, se fragmentasse em classes de ricos e pobres, fracos e fortes. Tudo isso sucedeu, com uma espécie de inevitabilidade, como efeito colateral de um sistema agrícola admiravelmente bem organizado, eficiente, eficaz e produtivo, cujos vestígios ainda são visíveis após 5 mil anos.

A partir do início da década de 1960, a CIA modificou sua vigilância da União Soviética, passando do uso de aviões espiões para a observação feita do espaço, em particular pela série de satélites Corona, que era capaz de distinguir qualquer característica no solo com mais de dois metros de largura. À parte a política da Guerra Fria, os maiores beneficiários recentes dessa mudança foram os arqueólogos, que usaram as imagens tridimensionais, liberadas do sigilo em 1995, para estudar com detalhes sem precedentes as vistas aéreas da totalidade

do Oriente Médio, constatando revelarem-se nelas vestígios permanentes deixados pelos antigos habitantes e suas atividades.

Essas imagens mostram uma região pontuada por aldeias, vilarejos e cidades há muito desaparecidos – Eridu e Eshnunna, Girsu, Isin e Kish, Lagash e Larsa, Nipur, Sipar e Churupaque, Umma, Ur e Uruk e outros mais, num total de aproximadamente 35 –, distribuídos com regularidade e com inúmeros assentamentos menores preenchendo os espaços entre eles. Cada cidade se compunha de uma área urbana cercada por muralhas, somada aos vilarejos dependentes, circundados por uma região zelosamente guardada de cultivo intenso e estepes incultas, nas quais se irradiavam trilhas saídas do grande centro urbano. Todas as manhãs, durante milhares de anos, lavradores e pastores saíam de suas casas na cidade à primeira luz do alvorecer, seguindo essas trilhas até suas lavras, e retornavam quando o dia começava a morrer, deixando a superfície do solo em que pisavam achatada, endurecida e afundada um ou dois palmos abaixo do nível da planície. As impressões deixadas por eles ainda são visíveis, passados 5 mil anos, nas imagens de satélite.

Com efeito, elas são tão nítidas que é fácil você se imaginar juntando-se ao êxodo diário para os campos, à luz do alvorecer de uma manhã do III milênio a.C., uns mil anos antes da época habitualmente atribuída ao patriarca Abraão. Você caminha ao lado de agricultores vestidos de saiotes de linho ou de lã, carregando nos ombros enxadas, ancinhos, marretas e pás, alguns puxando burros carregados com dois cestos, ou balançando as pernas sobre as laterais de carros de boi rangentes, munidos de quatro rodas sólidas de madeira, cada uma habilmente composta de três partes em corte – já que a simples fatia de uma tora deixaria o alburno macio da parte externa desgastar-se depressa demais.

Seus companheiros estarão conversando numa das duas línguas mais comumente usadas nessa parte do mundo: uma que chamamos de sumério, outra, a língua semítica que em épocas posteriores ficaria conhecida como acádio (visto que a cidade de Acad ainda estava por ser fundada, dificilmente poderíamos dar esse nome ao idioma nesse momento). Na parte mais meridional da planície mesopotâmica, que confina com o que hoje chamamos de golfo

Pérsico, provavelmente você ouviria o sumério; mais ao norte, onde o Tigre e o Eufrates se aproximam mais de perto, a língua semítica, e no intervalo entre esses pontos, ambas seriam usadas. Pesquisadores anteriores afirmavam ter havido uma disputa de poder entre os falantes de sumério e os de semítico, a qual acabara sendo vencida mediante o triunfo militar destes últimos. Agora, essa ideia foi descartada; podemos ter quase certeza de que as duas línguas foram faladas na região desde os tempos primitivos, sem maior antagonismo do que o observado entre os falantes de francês, alemão, italiano e romanche nos cantões suíços de hoje.

Como podemos saber sobre algo tão evanescente quanto a fala cotidiana de um povo desaparecido? Não é por seus documentos, que, nessa etapa, se restringiam ao sumério para o qual a escrita foi inventada, mas por seus nomes, que eles registravam orgulhosamente em seus selos e textos. Nesses tempos primitivos, os nomes eram sobretudo expressões devotas. Sabemos de pessoas chamadas “Enlil é minha força”, “Meu deus provou-se verdadeiro”, “Seguro o pé de Enki” e até “Em meio a tua comida há um escravo” – *Sag-gar-zu-erim*, em sumério, que parece ser um verso de uma oração. Como escreveu o erudito George Barton: “Ou o genitor que deu esse nome tinha senso de humor ou era um literalista tão completamente desprovido de humor quanto alguns puritanos que deram a seus filhos nomes que consistiam em frases longas.”

Agora você atravessa o portão alto que corta a majestosa muralha de tijolos de sua cidade. Logo adiante, encontra pomares e hortas em que há macieiras e videiras plantadas para dar frutos, assim como linho e gergelim para a obtenção de fibras e óleo, e uma abundante variedade de legumes e verduras – fava, grão-de-bico, pepino, alho, alho-poró, lentilha, alface, mostarda, cebola, nabo e agrião –, além de diversas ervas e especiarias, como coentro, cominho, hortelã e bagas de zimbro. Patos e gansos, criados para a obtenção de ovos e carne – acompanhados por galinhas, numa época um pouco posterior do milênio, quando elas chegaram do Sudeste Asiático –, ciscam pelos canteiros de legumes. Aqui e ali há pequenos bosques isolados, sobretudo de tamareiras, importantes para a

dieta local, mas você também verá choupos, salgueiros, tamargueiras e cornisos, cultivados devido à madeira sempre escassa.

Os produtos vegetais abastecem uma cozinha variada, rica e requintada, detalhada em diversas coleções posteriores de culinária em escrita cuneiforme. Investigadas em 1987 por Jean Bottéro, as receitas deixam clara a sofisticação do paladar da antiga Mesopotâmia. Há até instruções para o preparo de massas de pastelaria, esse auge da arte dos chefs – embora os textos sofram do que se pode chamar de síndrome das receitas da vovó, quando não se fornecem quantidades detalhadas, mas apenas "o bastante" disso, "não demais" daquilo e "a quantidade certa" de algo mais:

> Depois de limpar a farinha, amoleça-a com leite e, quando estiver fofa, amasse-a; acrescente siqqu [um molho fermentado de peixe] e inclua samidu [uma erva semelhante à cebola], alho-poró e alho, além de leite suficiente e óleo para manter a massa macia. Observe atentamente a massa ao trabalhá-la. Divida-a em duas porções; guarde metade na panela e molde a outra em pequenos *sepetus* de pão [talvez uma espécie de cubinhos de pão, que Bottéro chama de "florões"], os quais você deve assar no forno.

A receita completa, que era para uma torta de ave e Bottéro conseguiu decifrar na íntegra, foi preparada e fotografada para uma revista. O jornalista declarou que o resultado foi "uma verdadeira delícia", embora o próprio professor Bottéro, numa carta a seu tradutor, tenha "confessado que não desejaria a ninguém essas refeições, exceto para seus piores inimigos".

A base da dieta, é claro, era um cereal. No III milênio a.C., ao deixar a cidade para trás, passava-se por campos e mais campos de cereais, que se estendiam até onde a vista alcançava, nos dois lados do caminho. Agora os cidadãos plantavam mais cevada que trigo, porque ela era mais tolerante ao sal e porque a terra nunca se recuperara por completo da salinização da era anterior. Uma rede de canais largos e navegáveis, outros mais estreitos e valas apertadas e lodosas penetravam por entre os campos, para irrigar a cultura que era o esteio da vida suméria.

Talvez – imagine-se uma pessoa educada e alfabetizada – você levasse no bolso, para consultas rápidas, uma cópia do texto do fim do III milênio a.C. chamado "As instruções do lavrador", um documento típico da paixão protocientífica dos antigos mesopotâmios pela observação exata e a classificação

criteriosa. (Mas esse ainda era o mundo antigo. Para proteger de vermes os seus produtos agrícolas, você precisaria “praticar os ritos contra camundongos”.) “As instruções do lavrador” são um manual completo, sob a forma de conselhos de um velho pai experiente a seu filho, com tudo o que é preciso saber para cultivar produtos com sucesso. O texto começa pelo retorno bianual à produção, depois de deixar a terra sem cultivo:

> Quando tiver que preparar um campo, inspecione os diques, canais e montes que têm de ser abertos. Quando você deixar a água inundar o campo, essa água não deve se elevar muito acima dele. No momento em que o campo emergir da água, observe suas áreas com água estagnada; elas devem ser cercadas. Não deixe que sejam pisadas por rebanhos de gado.
>
> Depois de cortar as ervas daninhas e estabelecer os limites do campo, nivele-o repetidamente com uma enxada fina que pese dois terços de mina [aproximadamente 650 gramas]. Que uma enxada plana apague os rastros do gado e que o campo seja varrido. A marreta deve aplainar o fundo dos sulcos da área. A enxada deve circular pelas quatro bordas do campo. Até que esteja seco, o campo deve ser aplainado.

Seguem-se instruções sobre a preparação das ferramentas, do equipamento e dos bois do arado. Em seguida,

> depois de trabalhar uma área a lavrar com um arado *bardili* [talvez o que chamaríamos de arado escarificador], e depois de trabalhar a área do arado *bardili* com um *tugsaga* [talvez um arado, para revolver os torrões], lavre-a com o arado *tuggur* [provavelmente, uma espécie de ancinho]. Rastele uma, duas, três vezes. Quando aplainar os pedaços resistentes com uma marreta pesada, o cabo da marreta deverá estar bem preso, ou ela não terá o desempenho necessário.

Esperava-se que um arado tracionado por um boi revolvesse 130 a 160 acres, ou um campo de pouco menos de um quilômetro de comprimento por um de largura. Era um trabalho pesado, extenuante. Mas isso não devia causar desânimo:

> Quando seu trabalho no campo se tornar excessivo, você não deve negligenciar suas tarefas; ninguém deve ter que dizer a alguém “Faça seu trabalho no campo!”. Quando as constelações no céu estiverem boas, não relute em levar o boi ao campo muitas vezes. A enxada deve revolver tudo.

Se você seguisse essas instruções ao pé da letra, poderia ter certeza de uma colheita abundante de cevada, crucial para a sua posição na comunidade, porque a cevada era central em todo o estilo de vida mesopotâmico. Ela era o produto

principal, o “pão de cada dia” de todas as classes. Se a safra de cevada fosse ruim, o povo passaria fome. E também sede, porque a cevada era ainda a fonte da principal bebida mesopotâmica, a cerveja, tanto ingerida para matar a sede no dia a dia quanto na diversão e nas ocasiões religiosas e cerimoniais.

É que, enquanto os moradores das montanhas e dos contrafortes longínquos podiam recorrer a regatos cristalinos e fontes borbulhantes, as únicas fontes de água potável na planície eram os rios, canais e valas, muito contaminados ou fecundamente fertilizados, conforme o ponto de vista. Desde tempos remotos, inclusive na era de Uruk, antes de 3000 a.C., o esgoto doméstico era diretamente canalizado para os cursos d’água por um sistema complexo, feito de canos de argila cozida, e toda casa tinha canos que drenavam os dejetos e as águas pluviais para um esgoto embaixo da rua. As tubulações eram ligadas para formar por toda a cidade um sistema de escoamento cuja descarga descia paralelamente à inclinação natural do solo e cujo escoadouro situava-se bem além dos muros da cidade. (Muitas casas da Grã-Bretanha não contavam com essa comodidade até meados do século XX.) Era uma proeza magnífica de engenharia, porém uma calamidade potencial para a saúde pública.

Se os cursos d’água não eram seguros, as perfurações e os poços também não eram fornecedores de água potável, porque o lençol freático salino ficava muito próximo da superfície. Assim, a cerveja, esterilizada por seu baixo teor de álcool, era a bebida mais segura, do mesmo modo que, no mundo ocidental, até a época vitoriana, ela era servida em todas as refeições, inclusive em hospitais e orfanatos. Na antiga Suméria, a cerveja também constituía uma parcela dos salários pagos aos que tinham de servir a outros para ganhar a vida.

Parece ter havido muitas variedades de cerveja mesopotâmica, com sabores diferentes e mais ou menos fortes e, na falta do lúpulo, condimentadas com ingredientes diversos. Em geral, elas receberam críticas muito ruins na literatura acadêmica. O fato de a cerveja ser comumente bebida com canudos, em recipientes grandes, sugere a muitos acadêmicos – que, como classe, talvez sejam especialmente versados nessa matéria – que ela era cheia de partículas e impurezas, as quais eram eliminadas pelo canudo, como a *umqombothi*, a

espessa cerveja caseira de milho e painço servida em tabernas clandestinas de becos sul-africanos. Isso é uma injustiça, com certeza. O fato de que a cerveja suméria era cuidadosamente filtrada encontra uma indicação clara num hino a Ninkasi, a deusa das bebidas fortes, datado de 1800 a.C., mas que reflete as técnicas de mil anos antes:

O tonel de filtração,
Que produz um som agradável,
Deves instalar apropriadamente sobre
O grande tonel coletor.
Ao tirares a cerveja filtrada
Do tonel coletor,
Ela será como a correnteza
Do Tigre e do Eufrates.

Seja como for, a prova da cerveja se tira ao bebê-la, e várias tentativas foram feitas, em época recente, para testar os métodos detalhados no hino a Ninkasi. Em 1988, a Anchor Brewing Company de San Francisco colaborou com um antropólogo, o dr. Solomon Katz, para ressuscitar a bebida suméria, que se revelou mais parecida com a *kvass* russa de centeio do que com a cerveja, pois primeiro a cevada maltada é assada como pão, ou até assada duas vezes como torrada, para depois ser amassada e fermentada. A bebida resultante foi bastante palatável, com uma concentração alcoólica de 3,5% por volume, como muitas cervejas modernas mais leves, e foi descrita como tendo “um sabor seco e pouco amargo, semelhante ao da sidra”.

Nos tempos da Suméria, isso teria sido comemorado com uma canção para acompanhar a bebida. Então, todos juntos:

O tonel *gakkul*, o tonel *gakkul*! O tonel *gakkul*, o tonel *lamsare*!
O tonel *gakkul*, que nos deixa de bom humor!
O tonel *lamsare*, que faz o coração se alegrar!
A jarra *ugurbal*, glória da casa! A jarra *caggub*, cheia de cerveja!
A jarra *amam*, que traz a cerveja do tonel *lamsare*!…
Enquanto giro pelo lago de cerveja, com uma sensação maravilhosa,

Com uma sensação maravilhosa, tomando cerveja em êxtase,
Tomando álcool e me sentindo exultante,
Com o coração rejubilante e o fígado contente,
Meu coração é um coração repleto de alegria!

Tudo que eu propuser permanecerá inalterado

Na Suméria pós-dilúvio, a economia dirigida pelo templo da era anterior de Uruk estava morta e enterrada – o que não significa, é claro, que os sacerdotes do templo houvessem perdido subitamente toda a sua influência, longe disso. Mas, desse ponto em diante, a propriedade privada exerceria um papel cada vez mais significativo nos assuntos sociais e econômicos. A meio caminho do III milênio a.C., os documentos começam a detalhar vendas de terras, campos e bosques de tamareiras, bem como contratos e acordos ligados à transmissão hereditária de terras de pais para filhos – tanto homens quanto mulheres. E onde existe a propriedade privada, com seu direito implícito de comprar e vender, tem de haver um mecanismo para determinar o preço. Pela primeira vez na história, ao que parece, a oferta e a procura desempenharam seu papel.

Tem havido muitos debates entre os estudiosos sobre o lugar do mercado, em seu sentido mais amplo, nos primórdios da vida mesopotâmica. Nesse, mais do que em outros campos de estudo, a postura política desempenha um grande papel na determinação do ponto de vista. Os marxistas e os conservadores interpretam o passado de maneiras muito diferentes, alguns dos primeiros negando que as forças de mercado tenham desempenhado algum papel na economia da Suméria, muitos destes últimos convencidos de que essas forças controlaram os termos de troca desde o início. Não se encontra muita coisa no registro escrito para corroborar qualquer dessas visões. O professor Morris Silver, do City College de Nova York, fez um levantamento da bibliografia, à procura de dados:

> Textos datados do III milênio … referem-se ao *lú-se-sa-sa* sumério (*muqallû*, em acádio) que torrava e vendia cereais no mercado.
>
> Um documento literário mais ou menos da mesma época diz, em termos conhecidos: “O mercador – oh, como ele reduziu os preços!”
>
> Numa carta a seu rei, uma autoridade relata ter comprado uma quantidade substancial de cereais (mais de 72 mil alqueires), a ser remetida para a capital, mas diz que agora o preço dos cereais duplicou.

Em resposta à observação de que as cidades sumérias não tinham mercados em que negociar, ou, pelo menos, não tinham uma palavra para designá-los, Silver assinalou indícios, “já desde o III milênio, de vendedores ambulantes de alimentos que vendiam produtos importados, como sal e vinho, e cerveja local, cereais tostados, potes e álcali (usado para fazer sabão). O termo correspondente a ruas (*sūqu*, em acádio), encontrado com frequência nos documentos, também conota praças de mercado. Textos da segunda metade do III milênio a.C. falam de mercadorias ‘na rua’”.

Onde existe mercado, *sūqu*, *suq* ou *souk*, há concorrência. Onde há concorrência, tem de haver ganhadores e perdedores. E, quando há ganhadores e perdedores, há ricos e pobres, patrões e empregados, empresários e proletários. Ao contrário do que havia acontecido durante a era anterior, que parece ter sido predominantemente igualitária, as classes sociais começaram a se separar, nessa época, como tintas coloridas no mata-borrão. Correndo os olhos por seus companheiros, na caminhada matinal para os campos, você não veria muitos membros das classes mais abastadas, que agora podiam se dar ao luxo de pagar a terceiros para fazer seu trabalho agrícola. No trajeto, você encontraria principalmente pequenos proprietários, trabalhadores assalariados e alguns escravos, levados à servidão pela não quitação de dívidas ou pela captura em guerras. Os ricos ficavam em casa, desfrutando sua riqueza recém-alcançada e inventando maneiras de aumentá-la ainda mais, o que agora podia incluir a instalação de oficinas particulares, fora do controle dos sacerdotes do templo, onde se produziam tecidos, cerâmica, metais trabalhados e outros produtos artesanais para venda e exportação. Essas foram as primeiras fábricas industriais da história, embora, a julgar pelos registros posteriores, talvez conviesse mais chamá-las de antros de exploração do trabalho.

As consequências dessa acumulação de bens viriam a se revelar profundas. “Ao trocarem suas reservas por terras, as quais podiam distribuir entre seus seguidores”, escreveu o estudioso tcheco Petr Charvát sobre os novos-ricos da Suméria, “eles se tornaram senhores de grupos sociais inteiramente

independentes das comunidades tradicionais, centradas no templo, e líderes dos Estados primitivos da Mesopotâmia.” Formava-se uma nova estrutura de poder.

Você não teria se afastado mais de alguns quilômetros das muralhas da cidade ao chegar ao fim dos campos cultivados e ao começo da grande estepe, que se estendia das faldas da cordilheira de Zagros até a Arábia – a região chamada em sumério de *edin*, que alguns acreditam ter nos dado o nome do jardim de Adão e Eva na Bíblia. Ali havia pastagens para rebanhos e manadas, além de caça abundante para capturar: javalis, cervos, gazelas, órixes, avestruzes, jumentos selvagens, bois selvagens. Mas também espreitava o perigo, pois leões e guepardos, chacais e lobos rondavam a estepe. A caça ao leão, um tema conhecido da arte mesopotâmica, era uma necessidade, não um prazer, para que as ovelhas, as cabras e o gado bovino da cidade não fossem sistematicamente dizimados. A popular imagem de selos cilíndricos que mostra um leão atacando um touro ou um veado não era uma fantasia da imaginação artística, mas uma visão lamentavelmente comum.

Os predadores humanos também eram um risco habitual: salteadores das regiões montanhosas do leste ou dos desertos do oeste. Em certas ocasiões, particularmente durante a colheita, era preciso ter homens armados por perto para garantir a proteção. O perigo de ataque era maior no norte da planície aluvial, onde se falava o semítico. O vale do rio Diyala, que corre por quatrocentos quilômetros desde sua fonte, no alto da cordilheira de Zagros, até se juntar ao Tigre, logo abaixo, onde hoje se situa Bagdá, oferecia uma rota fácil aos saqueadores que desciam do planalto iraniano. Portanto, não é grande surpresa descobrir que o fenômeno político mais importante do III milênio a.C., a realeza, foi originalmente concebido nessa área – em particular, na cidade que a história conhece como Kish. “Depois que o dilúvio varreu a terra e de novo a realeza desceu do céu”, diz a Lista dos Reis Sumérios, “a realeza ficou em Kish”.

AFORA SUA LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA, haverá alguma coisa em Kish que a destaque como especial, como diferente das cidades sulistas de língua suméria,

como Eridu e Uruk, nas quais se havia centrado a história passada e onde se poderia esperar que ocorresse essa transformação tão momentosa? Hoje em dia, Kish (que não devemos confundir com a ilha do mesmo nome, que é um destino turístico na costa meridional do Irã), como muitos outros famosos sítios mesopotâmicos, não passa de vários milhares de acres de colinas poeirentas e abandonadas. Mas há uma diferença importante entre ela e as ruínas mais ao sul: Kish não é nem de longe tão seca e desértica. Na verdade, o cômoro, ou *tell*, é cercado por campos verdes dispersos, porque a área é incomumente bem irrigada, situando-se não apenas perto de onde o Diyala deságua no Tigre, mas também não muito longe de onde o Tigre e o Eufrates mais se aproximam, ficando a uma distância de apenas uns cinquenta quilômetros. Se havia em algum lugar o perigo de enchentes, seria ali, e as escavações revelaram que, de fato, Kish foi inundada várias vezes. Entretanto, o inverso do perigo dos dilúvios é a irrigação fácil, e o meio ambiente de Kish respondia por colheitas fartas e rebanhos gordos. Talvez tenha sido isso que instigou os bárbaros das montanhas do leste a montar razias frequentes – incursões feitas para saquear, para roubar dos cidadãos os produtos agrícolas, em ataques de bandidos muito semelhantes ao que ocorre na aldeia de camponeses do filme *Os sete samurais*, de Akira Kurosawa.

Quando vinha a notícia de que havia salteadores a caminho, talvez avistados por pastores que cuidavam de seus animais na estepe, longe das muralhas da cidade, fazia-se uma convocação para que os homens montassem a resistência. Os lavradores se transformavam numa milícia urbana, largando as pás e enxadas e apanhando porretes e lanças. Todavia, embora essa pudesse ser uma reação defensiva adequada para enfrentar pequenos bandos, era insuficiente para rechaçar incursões com o porte de batalhões. Para isso, era necessário um corpo treinado de lutadores semiprofissionais e, com o tempo, de um exército totalmente profissional. Os antigos centros de poder da sociedade suméria – os sacerdotes do templo e os conselhos de anciãos – não seriam capazes de reunir o número adequado de homens nem de chefiá-los na batalha. Essa tarefa viria a caber, na falta de outras alternativas, à nova elite econômica descrita por Petr

Charvát, aos “homens grandes” – *lugalene* (do sumério “lu”, homem, “gal”, grande, e “ene”, terminação do plural) –, com suas vastas propriedades e seus cortejos de seguidores, cuja economia de escala significava que parte de sua força de trabalho podia ser poupada para receber formação regular nas artes da guerra. Mas nenhuma força militar pode ser comandada por vários generais, competindo uns com os outros. É inevitável que um deles ascenda à posição de *lugal* principal, o supremo homem grande de Kish – aquilo que os romanos, milênios depois, chamariam de *dux bellorum*, ou chefe guerreiro. A Lista dos Reis aponta Ghushur como o primeiro *lugal* de Kish, seguido por 22 detentores sucessivos desse cargo, embora seus “reinados”, de maravilhosa duração, que somam “24.510 anos, três meses e três dias e meio”, dificilmente possam ser tomados por verdadeiros.

Embora nunca se tenha escrito a história dessa época, há uma descrição extremamente disfarçada e codificada que ocorre num mito babilônico da criação, de data muito posterior, chamado *Enuma Elish*. Nele, os deuses são ameaçados de ataques de monstros, desferidos pela deusa primeva das águas salgadas, Tiamat, que aí personifica o caos. Incapazes de resistir ao ataque, eles pedem ao jovem deus herói Marduk que seja seu protetor e defensor. Ele concorda, mas só com uma condição:

> Se devo ser teu vingador, derrotar Tiamat e te dar a vida,
> Convoca uma assembleia, dá precedência à minha posição e proclama-a sobre todos os demais…
> Com minha palavra igual à tua, decretarei o destino.
> Tudo que eu propuser permanecerá inalterado,
> A palavra proferida por meus lábios jamais será modificada ou ignorada.

Embora o *lugal* possa ter começado pela defesa de sua cidade contra salteadores, não deve ter tardado a descobrir que as escaramuças de fronteira contra outras povoações das cercanias seriam uma boa maneira de consolidar sua posição. Os levantamentos sugerem que Kish não permitiu que nenhuma outra cidade da parte setentrional da planície a desafiasse em tamanho ou preeminência. Com o tempo, sua influência deve ter sido exercida em toda a área, como implica a Lista dos Reis. Na história da Suméria, o título de *lugal* de

Kish seria eternamente adotado por qualquer líder que reivindicasse a hegemonia da região inteira.

Mas Kish não imporia sua vontade para sempre. As cidades mais ao sul, com sua longa história e, sem dúvida, seu grande orgulho cívico, acabaram aprendendo a lição de sua vizinha do norte. Toda cidade precisava de um exército, pelo menos para manter, se não para ampliar, a sua esfera de poder e influência. Não sabemos quanto tempo levou, porém os homens grandes acabaram tomando a dianteira na maioria das cidades. Uruk organizou uma força de combate suficiente para rivalizar com Kish, desafiá-la e, por fim, derrotá-la. Assim começou a rivalidade compulsiva, o jogo incessante de uma dança militar das cadeiras, de destrutividade devastadora, que é uma característica tão marcante do início do III milênio a.C. na Mesopotâmia meridional. Nas entrelinhas da enumeração da série dos *lugalene* de cada cidade – chamados de dinastias por convenção, já que a maioria dos sucessivos chefes guerreiros não tinha parentesco entre si –, a Lista dos Reis Sumérios conta a história com extrema clareza. Há quem diga que as carreiras políticas modernas acabam sempre em fracasso; na Suméria, o temporário lugar ao sol em cada cidade acabava sempre na derrota inevitável:

> Kish foi derrotada e a realeza foi levada para Eana *[i.e. Uruk*]…
>
> Então, Unug [*Uruk*] foi derrotada e a realeza foi levada para Ur…
>
> Então, Ur foi derrotada e a realeza foi levada para Awan…
>
> Então, Awan foi derrotada e a realeza foi levada para Kish…
>
> Então, Kish foi derrotada e a realeza foi levada para Hamazi…
>
> Então, Hamazi foi derrotada e a realeza foi levada para Unug…
>
> Então, Unug foi derrotada e a realeza foi levada para Urim…
>
> Então, Urim foi derrotada e a realeza foi levada para Adab…
>
> Então, Adab foi derrotada e a realeza foi levada para Mari…
>
> Então, Mari foi derrotada e a realeza foi levada para Kish…
>
> Então, Kish foi derrotada e a realeza foi levada para Akshak…
>
> Então, Akshak foi derrotada e a realeza foi levada para Kish…
>
> Então, Kish foi derrotada e a realeza foi levada para Unug.

Essas afirmações puras e simples de derrotas nada nos dizem sobre o que realmente aconteceu. Mas possuímos um relato pormenorizado de uma guerra importante, ainda que por um lado só – uma guerra não mencionada na Lista dos Reis. Tratou-se de uma luta entre as cidades chamadas Lagash e Umma, e que prosseguiu por bem mais de cem anos.

Naturalmente, as descrições que temos são expressas de modo compatível com a cultura e as crenças da antiga Mesopotâmia e, por conseguinte, requerem certa interpretação. Nos tempos medievais, no início dos tempos modernos e até nos tempos modernos, a política foi e é conduzida pelo povo, ainda que todos os lados de qualquer conflito costumem proclamar o apoio divino – quase sempre do mesmíssimo Deus. No antigo mundo sumério, em contraste, a política e sua extensão, a guerra, eram percebidas como assunto dos deuses; os homens agiam apenas em nome dos deuses. Assim, a guerra suméria de cem anos entre Lagash e Umma foi um conflito entre o deus Ningirsu, de Lagash, e o deus Shara, de Umma. Os homens lutavam e morriam e as cidades eram destruídas, mas o conflito real era entre os deuses.

A disputa foi em torno de um pedaço de terra, descrito nas inscrições como um campo chamado *Gu-edin*, a "borda da estepe". Embora a referência seja a uma área irrigada de solo arável, na verdade é mais provável que ela tenha sido, como seu nome sugere, uma parte cercada da estepe, usada como pasto. Na antiga Mesopotâmia, as pastagens para os animais, uma dádiva da natureza, eram sempre mais escassas e mais acerbamente disputadas do que as terras para cultivo agrícola, que eram, em essência, criações humanas. Como a terra na vizinhança imediata da cidade era dedicada ao cultivo de cereais, o gado tinha que se alimentar na estepe, mais além. Entretanto, bois e ovelhas, se encerrados numa área muito pequena, reduzem-na com rapidez à inutilidade. Os bois comem as folhas verdes dos arbustos e árvores, assim como a casca, ocasionalmente, e as ovelhas se alimentam dos brotos novos e da vegetação rasteira, impedindo com isso a regeneração do solo. Uma vez destruída pelos rebanhos a relva natural da estepe, o único uso que restava para a terra era a agricultura. Assim, duas cidades que de início poderiam ter estado a uma

distância cômoda uma da outra descobriam-se em disputa, não de terras para cultivo, mas da estepe residual usada para o pasto.

Parece ter sido isso o que aconteceu com Lagash e Umma, cuja separação pela distância aparentemente generosa de trinta quilômetros acabou, mesmo assim, por fazê-las entrarem em choque. Todavia, ver esse conflito como uma mera discordância a respeito de fronteiras e direitos de pastagem é, provavelmente, atribuir-lhe uma importância menor do que ele merece. É que as duas cidades, na verdade, estavam batalhando pela supremacia na própria Suméria. O desenvolvimento geoestratégico de toda a planície aluvial estava ligado ao destino delas. Talvez o conflito tenha parecido uma briguinha bastante banal, uma rixa por causa de um pequeno pedaço de terra, mas, em retrospectiva, depois de a vantagem se deslocar continuamente de um lado para outro, no correr de muitas décadas, uma orientação política inteiramente nova, rotulada com o título de nova era, havia surgido.

Os detalhes específicos desse longo conflito interessam sobretudo aos especialistas: a descrição de como, originalmente, certo Mesilim, chamado rei de Kish e, portanto, senhor nominal de toda a Suméria, recebeu de seu deus Kadi a ordem de arbitrar e definir a fronteira entre as cidades. Mas então, “sob o comando de seu deus, o *ensi* [governador] Ush, de Umma, invadiu e devorou o *Gu-edin*, a terra irrigada, o amado campo de Ningirsu …, arrancou o marco da fronteira e penetrou no território de Lagash”. Lagash respondeu aparecendo para combater atrás de seu líder, Eanatum, que, “pela palavra do deus Enlil, atirou sobre eles a grande rede e empilhou seus cadáveres na planície … os sobreviventes voltaram-se para Eanatum, prostraram-se, implorando pela vida, e choraram”. Tratados de paz foram feitos e sumariamente rompidos. “Eanatum, o governante de Lagash, batalhou com ele em Ugiga, o amado campo de Ningirsu. Enmetena, filho amado de Eanatum, derrotou-o. Urluma fugiu, porém ele o matou em Umma. Seus jumentos, que somavam sessenta parelhas, foram abandonados às margens do canal Lumagirnunta. Os ossos de seus acompanhantes foram espalhados pela planície.”

Houve algum resultado de todo esse derramamento de sangue? Com efeito, ele nos legou uma das grandes obras-primas da arte mesopotâmica primitiva: a Estela dos Abutres, assim chamada por causa das aves comedoras de carniça que aparecem devorando os cadáveres dos mortos. Trata-se de uma pedra de topo arredondado, com pouco menos de dois metros de altura, que tem esculpidas de um lado as imagens do rei Eanatum de Lagash em traje de combate, tanto a pé quanto em seu carro de guerra, conduzindo uma falange de homens sisudos à luta. Do outro lado vemos o deus Ningirsu, que capturou o exército de Umma em sua grande rede de caça e aparece quebrando com sua maça a cabeça dos soldados. Uma inscrição que abrange uma narrativa detalhada da disputa, com uma descrição plena da maldade e da perfídia dos homens de Umma, completa a obra. Não é de admirar que essa estela, que hoje se encontra no Louvre, tenha precisado ser restaurada a partir de numerosos fragmentos escavados em Girsu; o monumento fora feito em pedaços na Antiguidade, presumivelmente pela população de Umma, que não gostou muito do que ele dizia a seu respeito.

Uma grande quantidade de tempo e energia, assim como de capital social, deve ter sido gasta nessa guerra. É impossível saber quantos homens foram levados ao campo de batalha em conflitos como esse, mas, de acordo com a *Cambridge Ancient History*, "só um dos templos da cidade de Lagash forneceu quinhentos a seiscentos homens dentre seus residentes para a convocação militar". E esse, provavelmente, não era um dos maiores centros. Quando exércitos inteiros se chocavam no campo, é bem possível que chegasse a haver 10 mil guerreiros envolvidos – um número grande, mesmo pelos padrões atuais.

A Estela dos Abutres – assim como a outra grande obra da arte antiga que apresenta guerreiros sumérios, o chamado Estandarte de Ur, que provavelmente era a caixa de ressonância decorada de um instrumento musical – mostra soldados equipados para o combate corpo a corpo: lanceiros protegidos por capacetes, capas e escudos de couro, alinhados em forma numa falange compacta, com seu homem grande à frente, brandindo uma lança, machado ou maça de ponta de pedra. Para apoiá-los, rodam à sua retaguarda veículos que costumam ser chamados de carros de guerra, embora essa denominação dê uma

impressão muito falsa sobre sua velocidade e manobrabilidade, visto que esses eram desajeitados veículos de quatro rodas para dois homens, puxados por jumentos: é impossível que se movessem muito mais depressa do que um homem é capaz de andar. Talvez mais valha pensar neles como armeiros móveis, interpretação corroborada pelo grande balde mostrado na parte da frente, que contém o que parecem ser dardos extras. Se estes são realmente dardos de arremesso, eles constituem os únicos projéteis representados nas ilustrações, o que levou os estudiosos a concluir que os exércitos sumérios combatiam mano a mano; não há arcos e flechas retratados nas cenas de guerra dessa época.

Mas falta de provas não é prova de falta, e pode não passar de uma convenção artística. Restos arqueológicos como os encontrados em Hamoukar, na atual Síria, atacada por urukianos num período anterior, dão uma imagem muito diferente e bastante inesperada da guerra na Antiguidade.

As descobertas em Hamoukar nos dizem que as forças de combate da antiga Mesopotâmia tinham muito mais em comum com os exércitos modernos do que antes se havia imaginado, em particular no uso de projéteis. Com efeito, constata-se que a “bala” tem uma história contínua, desde a antiga Mesopotâmia até o campo de batalha moderno, e foi tão importante para os guerreiros sumérios quanto é para os atuais soldados de infantaria. A diferença é que hoje os projéteis são impulsionados por fuzis de assalto; na Antiguidade, eles eram lançados por fundas. Segundo a descrição de uma das histórias épicas daquele tempo,

> da cidade choveram mísseis como que vindos das nuvens;
> pedras de atiradeiras como a chuva de um ano inteiro
> sibilaram alto, descendo das muralhas de Arata.

Quando I Samuel 17:50 descreve o confronto entre Davi e Golias, no qual Davi prevaleceu sobre o filisteu “com uma funda e uma pedra, e feriu o filisteu e o matou, mas não havia espada na mão de Davi”, isso sugere que Davi não estaria munido de nada além de um brinquedo de menino. Entretanto, essa é uma

interpretação sumamente enganosa. Em mãos adequadamente treinadas, a funda ou atiradeira revela ter sido uma das armas mais mortíferas de todas.

Ela funciona aumentando o comprimento efetivo do braço do arremessador da pedra. Os modernos lançadores dos jogos de críquete ou beisebol conseguem atingir velocidades máximas da bola acima de 150 quilômetros por hora. Uma atiradeira do comprimento do braço do atirador duplica a velocidade do projétil, fazendo com que a velocidade deste, ao deixar a funda, seja de quase cem metros por segundo, o que já é consideravelmente maior que a velocidade da flecha de um arco longo, que atinge apenas cerca de sessenta metros por segundo. Tendo recebido um treinamento intensivo desde a infância, não há razão para crer que um fundeiro profissional não pudesse superar com bastante facilidade os cem metros por segundo e, quem sabe, até começar a se aproximar da velocidade inicial de um disparo de pistola calibre 45: cerca de 150 metros por segundo. E mais, o projétil liso de uma funda tem um alcance muito maior que o da flecha, com uma diferença de quase meio quilômetro, porque as penas da flecha produzem muita resistência ao avanço. O moderno recorde mundial de distância para uma pedra lançada com uma funda foi alcançado em 1981 por Larry Bray, que conseguiu atingir 437 metros e, em retrospectiva, considerou que poderia ter superado os seiscentos metros, com uma atiradeira melhor e projéteis de chumbo.

Sempre se julgou que o ponto fraco da funda como arma era sua falta intrínseca de precisão, bem como a impossibilidade de as pedras perfurarem armaduras. Mas a descoberta dos projéteis de Hamoukar contradisse essas duas crenças. Seu formato pontiagudo nos diz duas coisas: que eles eram capazes de perfurar armaduras e que os fundeiros deviam ter uma técnica para dispará-los com um giro, como uma bala de fuzil, a fim de mantê-los na trajetória certa durante o voo até o alvo. A precisão dos fundeiros devia equiparar-se facilmente à dos benjaminitas canhotos mencionados em Juízes 20:16, “cada um [dos quais] era capaz de atirar pedras à distância de um fio de cabelo e não errar”. Mais tarde ainda, em sua *História de Roma*, Tito Lívio relatou que os fundibulários de Aegium, Patrae e Dymae, “tendo sido treinados a atirar a longas distâncias

através de arcos de circunferência moderada, eram capazes de ferir não apenas a cabeça dos inimigos, mas qualquer parte do rosto em que mirassem".

Portanto, devemos ver uma unidade militar suméria como composta por uma força de choque central, uma falange compacta de centenas, talvez milhares, de lanceiros. Controlá-los, exercitá-los e mantê-los na formação apropriada exigiria muitos oficiais subalternos qualificados e de voz potente; fazê-los manter o passo, marchando à frente com regularidade ou manobrando em conjunto, exigiria música, talvez um corpo de tambores. E, atrás dessa força de ataque central, outros mil fundeiros, mais ou menos, o equivalente aos atuais carabineiros, fuzileiros ou até canhoneiros, teriam de ser reunidos numa formação mais solta, zumbindo como vespas furiosas, disparando rajadas letais de projéteis pequenos e grandes no coração das formações inimigas, apoiados pelos carros de guerra puxados por jumentos, carregados de munição.

Um *lugal* urbano, um homem grande capaz de reunir um exército dessa monta, seria uma figura realmente portentosa.

A PALAVRA SUMÉRIA *lugal* costuma ser traduzida para o inglês como "rei", porque os glossários posteriores em acádio assim a traduziram. Não há nenhuma clareza quanto ao momento exato em que o *dux bellorum* tornou-se um monarca, no sentido em que hoje usamos essa palavra. Há uma profunda diferença entre os dois: um comandante militar é uma figura humana – rico, decerto, socialmente poderoso, com certeza, e com uma personalidade carismática e magnética, sem dúvida, mas, ainda assim, apenas um homem. Até o lendário Gilgamesh precisou da aprovação de pelo menos um dos conselhos de cidadãos de Uruk para embarcar em sua campanha contra Aga, de Kish.

Já um rei ou rainha, ao menos oficialmente, é marcado pelo divino. Pela década de 1820 afora, o monarca francês ainda tocava pacientes para curá-los milagrosamente do "mal do rei" – a escrófula ou tuberculose linfática, nos gânglios do pescoço. Só depois da Segunda Guerra Mundial é que o imperador do Japão foi forçado pelos Estados Unidos a repudiar publicamente sua

encarnação de divindade, embora nunca tenha negado descender de Amaterasu, uma deusa do Sol. Passar de um estado ao outro, trocar a humanidade terrena pela semidivindade celestial, ir de inteiramente humano a parcialmente deus, isso não é tarefa simples. Fazer os semelhantes aceitarem o novo status do indivíduo, fazer os concidadãos acreditarem que agora ele é realmente diferente deles em sua própria essência, exige que aconteça algo de fato extraordinário. Na Mesopotâmia meridional, na cidade de Ur, posteriormente tida como a cidade natal de Abraão, essa transformação parece ter sido alcançada através da montagem de um prodigioso espetáculo dramático, de um exemplo estarrecedor de teatro religioso e, como consequência não planejada, legou-nos não apenas a instituição da monarquia sancionada pelo divino, que figurou como parte integrante da estadística desde então, mas também uma das mais gloriosas coleções de tesouros da Antiguidade já descobertas até hoje.

Teatro da crueldade

Em 4 de janeiro de 1928, Leonard Woolley telegrafou do Iraque para seus financiadores na Universidade da Pensilvânia – em latim, para garantir a privacidade –, a fim de lhes dar uma notícia empolgante: "TUMULUS SAXIS EXSTRUCTUM LATERICIA ARCATUM INTEGRUM INVENI REGINAE SHUBAD VESTE GEMMATA CORONIS FLORIBUS BELLUISQUE INTEXTIS DECORAE MONILIBUS POCULIS AURI SUMPTUOSAE WOOLLEY."

No telegrama de texto desbotado que se encontra no museu da universidade, alguém rabiscou uma tradução aproximada: "Encontrei o túmulo intacto, feito de pedra e com uma abóbada de tijolos, da rainha Shubad, adornada com um vestido entremeado de gemas, coroas de flores e figuras de animais. Túmulo magnífico, com joias e taças de ouro. Woolley."

Os túmulos reais de Ur disputam com o túmulo de Tutancâmon, no Egito, e com os guerreiros de terracota do imperador Qin Shi Huangdi o título de descoberta arqueológica mais espetacular do século XX. Todavia, enquanto o achado de Howard Carter, em 1922, exigiu dele não mais que fazer "uma pequenina abertura no canto superior esquerdo" de uma porta, espiar por ela à luz de uma vela e ver "coisas maravilhosas", o feito de Leonard Woolley foi resultado de um período longuíssimo de trabalho extremamente árduo, grande parte do qual feito por ele mesmo, sua esposa e um único ajudante. Em suas próprias palavras: "A desobstrução do vasto cemitério manteve-nos ocupados por muitos meses e, do começo ao fim, não houve um só dia que não tivesse correspondido a um dia memorável numa escavação comum; se recordarmos especialmente os túmulos reais, não foi tanto por as outras escavações não serem empolgantes, mas por causa do trabalho adicional envolvido." (Esse trabalho pesado foi feito por uma grande turma de homens recrutados de tribos locais, de cuja suposta ignorância, desleixo e desonestidade Woolley se queixou com frequência.)

Woolley descobriu dois cemitérios em Ur, de períodos ligeiramente diferentes. O mais antigo incluía os dezesseis chamados túmulos reais. Dois deles, identificados como o derradeiro local de repouso de Meskalamdug, “Herói da Boa Terra”, e de uma dama cujo nome era anteriormente lido em sumério como Shubad, mas hoje é lido em semítico como Puabi, “Palavra do Meu Pai”, produziram alguns dos mais belos objetos já surgidos do solo da Mesopotâmia: sinetes cilíndricos primorosamente entalhados, joias refinadas de lápis-lazúli e cornalina. Havia instrumentos musicais de formatos curiosos: harpas e liras, decoradas com incrustações de conchas brancas sobre um fundo de betume negro e acabamento com cabeças de touro, maravilhosamente moldadas em metal precioso e estranhamente adornadas com barbas falsas de pedras preciosas. Havia armas de cobre e pederneira, além de uma profusão de prata e ouro, inclusive um capacete de ouro em forma de peruca, delicadamente entalhada como que em ondas, tranças e mechas de cabelo, que Woolley declarou ser “a coisa mais linda que encontramos no cemitério”. (Esse foi um dos objetos roubados do Museu de Bagdá, em 2003, que até hoje não voltaram a ser vistos.) O trabalho artístico era tão requintado que “nunca se havia desencavado nada na Mesopotâmia, até então, que se assemelhasse a essas coisas; eram tão inéditas que um renomado especialista tomou-as por uma obra árabe do século XIII d.C., e ninguém pôde censurá-lo por esse erro, pois ninguém poderia suspeitar de tamanha arte no III milênio a.C.”.

Contudo, o que de mais assombroso se descobriu com a escavação foram os indícios de sacrifício humano em larga escala. Qualquer que fosse a posição dos ali sepultados, e ainda há controvérsias quanto ao status exato dos enterrados, eles foram acompanhados para a vida após a morte por um grande séquito de homens, mulheres e animais. Embora alguns estudiosos, como Gwendolyn Leick, apontem para uma falta de comprovação de que os servos enterrados tenham perecido *in situ*, podendo, ao contrário, ter estado mortos muito antes de serem incluídos nos túmulos de seus senhores e senhoras, a maioria acredita que eles morreram na tumba, aparentemente por vontade própria. Woolley descreveu uma das cenas de sepultamento como acreditava que teria acontecido:

> Descendo para a cova aberta, com sua porta coberta por uma esteira e suas paredes revestidas de esteiras, vazia e desprovida de móveis, vem uma procissão de pessoas, membros da corte do governante morto, soldados, criados e mulheres, estas com todo o requinte de seus trajes de cores vivas e seus enfeites de cabeça de cornalina e lápis-lazúli, prata e ouro, oficiais com a insígnia de seus postos, músicos portando harpas ou liras, e depois, guiadas ou empurradas pelo declive, as carroças puxadas por bois ou asnos, com os cocheiros nos carros e os cavalariços segurando a cabeça dos animais de carga, e todos ocupam os lugares demarcados no fundo do poço, e, por fim, uma guarda de soldados perfila-se na entrada. Cada homem e cada mulher levam um copinho de argila, pedra ou metal, único equipamento necessário para o rito que se seguiria. Parece ter havido ali algum tipo de cerimônia, ou, pelo menos, é certo que os músicos tocaram até o fim; depois, cada um bebeu de seu copo o veneno que levara consigo, ou que encontrou preparado para todos no local – num dos casos, encontramos no centro da cova uma grande panela de cobre da qual eles poderiam ter se servido –, e então se deitaram e se compuseram para a morte.

Ao ler essa descrição, você precisa relembrar-se constantemente de que tudo isso é conjectura, que o que Woolley encontrou, de fato, não passou de uma enorme cova cheia de terra, na qual se distribuíam restos humanos. O homem, porém, tinha mais do que o olho de um esplêndido arqueólogo. Tinha a sensibilidade do poeta, ou até do cineasta. Se sua descrição da cena acima foi como que a cobertura confeitada do bolo de sua grande descoberta, a cereja no alto foi, com certeza, a explicação que ele deu para ter encontrado uma tira de prata bem enrolada junto à mão de uma jovem, e não circundando a cabeça dela, como no caso dos outros presentes. Ela estaria atrasada, Woolley sugeriu, e correu para ocupar seu lugar no cortejo da morte sem ter tido tempo de pôr a faixa de prata no cabelo, como toque final de sua indumentária. Como escreveu Agatha Christie em sua autobiografia, ela que foi casada com Max Mallowan, assistente de Woolley em certa época, “Leonard Woolley via com os olhos da imaginação: para ele, o lugar era tão real quanto tinha sido em 1500 a.C., ou alguns milhares de anos antes. Onde quer que estivesse, ele sabia fazer o local ganhar vida … Essa era sua reconstrução do passado, na qual ele acreditava, e qualquer um que o ouvisse acreditaria também”.

Uma vívida ilustração dessa cena de sepultamento, tal como descrita por seu descobridor, foi publicada no *Illustrated London News* e incluída no relatório final de Woolley, bem como na maioria das descrições feitas dos túmulos reais de Ur desde então. Ela contribuiu muito para estabelecer a imagem comumente

aceita do que aconteceu ali há 5 mil anos. Mas convém lembrarmos que os ossos, na verdade, contam uma história muito mais ambígua, e que os detalhes exatos dos ritos praticados na Grande Cova da Morte, em Ur, ultrapassam nossos recursos de descobrimento.

Entretanto, está claro que o sacrifício humano em massa não costumava acompanhar os ritos fúnebres da antiga Mesopotâmia. Na verdade, o cemitério de Woolley, em Ur, datado da parte inicial do III milênio antes da era cristã – 2600 a.C. ou antes –, constitui o único exemplo conhecido. Os ritos que acompanharam o enterro da grande senhora Puabi e do grande senhor Meskalamdug devem ter sido ocasiões realmente muito especiais. Porventura teriam marcado o momento de transição em que os *lugalene* de Ur se tornaram reis semidivinos?

Os rituais são eventos profundos e misteriosos. Imitam o mundo real, mas com um vocabulário simbólico vivamente intensificado. A prática de rituais une as pessoas e, em alguns casos, como provavelmente ocorreu em Eridu, até cria comunidades. Embora seja comum presumir-se que os rituais consistem na encenação de crenças, um estudo das religiões que nos são mais familiares demonstra que a verdade costuma ser o inverso: os rituais vêm primeiro, e depois se desenvolvem crenças para explicá-los e sustentá-los – algo a que se dá o nome de teleologia.

No judaísmo, por exemplo, a antiga festa pré-judaica da colheita do trigo, Shavuot, foi interpretada como o aniversário da entrega da Torá a Moisés por Deus. No cristianismo, a comemoração imemorial do solstício de inverno tornou-se a celebração do nascimento de Jesus. No islamismo, o antigo santuário pagão de Caaba, em Meca, foi explicado como a criação de Adão, reconstruído por Abraão e Ismael e, por conseguinte, tornou-se digno da peregrinação muçulmana anual, o Hadj.

Quanto menos usuais são os componentes de um ritual ou cerimônia, mais memorável torna-se o evento. Quando a experiência coletiva envolve uma assombrosa encenação de morte em massa, seu impacto e as crenças que a explicam e justificam tornam-se absolutamente inesquecíveis. Bruce Dickson, da

Universidade do Texas A&M, chama esses macabros eventos públicos de teatros da crueldade: “O poder estatal, unido à autoridade sobrenatural, é capaz de criar ‘reinos sagrados ou divinos’ extraordinariamente poderosos”, escreve Dickson. “Eles são obrigados a praticar atos de mistificação pública, dos quais os túmulos reais parecem constituir exemplos … Os túmulos em si fazem parte do esforço dos governantes de Ur para estabelecer a legitimidade de seu governo, demonstrando seu status sagrado, santo e não corriqueiro.”

Dickson dá muitos exemplos de atos de selvageria repulsiva, como o horrendo castigo público de William Wallace, o líder escocês medieval que foi arrastado nu por um cavalo por todo o centro de Londres, até o mercado de Smithfield, onde foi enforcado, retalhado ainda vivo, castrado e estripado, e teve as entranhas queimadas diante dos próprios olhos, antes de ser finalmente decapitado e de sua cabeça ser exibida numa lança fincada na Ponte de Londres. O objetivo era transformar um delito comum – a resistência militar – num crime de proporções espirituais: traição cometida contra um governante instituído por ordem divina.

Portanto, o objetivo do sacrifício humano em massa em Ur talvez tenha sido fornecer os indícios e a comprovação da natureza divina da casa real. Por outro lado, é provável que as vítimas sacrificiais de Ur tenham ido para a sepultura por vontade própria. Certamente, era o que pensava Woolley. E, considerando-se o que sabemos sobre a expectativa de vida suméria – a grande senhora Puabi tinha cerca de quarenta anos ao morrer – e sobre as ideias mesopotâmicas a respeito da vida após a morte – os mortos residiam num mundo subterrâneo escuro e sombrio, com acomodações precárias e sem nada decente para comer: “o alimento do reino dos mortos é amargo, a água do reino dos mortos é salobra”, diz “A morte de Ur-Namu” –, não nos surpreenderia encontrar membros de meia-idade das classes sociais inferiores trocando de bom grado essa perspectiva indesejada por um futuro mais promissor, passado a serviço de seus superiores no reino dos deuses.

Como quer que interpretemos o significado exato dessas sepulturas, se o objetivo das horrendas exéquias celebradas em Ur foi sublinhar a transição do

governante de *lugal* a rei, de mero mortal a monarca semidivino, elas parecem ter logrado êxito. Desse momento em diante, na história da Suméria, o título de rei aplicou-se melhor aos feitos e inscrições desses governantes do que a simples designação de homem grande. Aliás, não foram poucos os sucessores dos enterrados nos túmulos reais que declararam explicitamente ser deuses.

Por que só se praticou o sacrifício humano em Ur? E por que apenas durante esse breve período histórico? É impossível saber. Talvez os cidadãos de Ur fossem mais resistentes que outros à deificação de seus homens grandes e precisassem de uma série espetacular de autos de fé para ser convencidos. Ou talvez a fama desses eventos tão extraordinários tenha-se espalhado rapidamente pelo sul da Mesopotâmia e surtido efeito, sem necessidade de reprodução.

Qualquer que tenha sido o significado das cerimônias da Grande Cova da Morte, em Ur, para seus participantes e espectadores, para nós elas servem como um memorial do momento em que a realeza desceu dos céus, como diz a Lista dos Reis: um marco histórico do início de reinados no pleno sentido moderno, governados por monarcas cujos herdeiros espirituais ainda estão no poder até hoje, em muitas partes do mundo. O direito divino dos reis foi inventado ali.

ESSA TRANSIÇÃO, de uma sociedade dirigida pela classe sacerdotal em tempo de paz e liderada apenas na guerra por um homem grande para um reino inteiramente dominado e governado por um monarca sancionado pelas divindades, ou até semidivino, implicou uma profunda mudança econômica e social. A vida das pessoas comuns veio a ser a mais afetada, quase sempre para pior. Mas essa parece ter sido uma etapa pela qual todas as sociedades precisaram passar. Nenhum antigo corpo político organizado conseguiu conservar um sistema de governo totalmente teocrático ao entrar nos tempos históricos. De fato, nenhum Estado, em qualquer época da história escrita, foi governado por uma teocracia durante mais de algumas gerações seguidas, até sucumbir a formas de governo mais pragmáticas – e potentes.

É tentador propor que a realeza teria surgido porque homens poderosos criaram e exageraram a ameaça de supostos inimigos externos, a fim de consolidarem a dominação de suas próprias sociedades – processo que nos é por demais conhecido em nossa época. No antigo Oriente Médio, entretanto, embora hoje nos seja difícil reconhecer qual poderia ter sido o motivo, a realeza parece haver exercido uma imensa atração, ainda que seus aspectos negativos fossem bem compreendidos.

Assim, por exemplo, a Bíblia nos diz que, bem mais de mil anos depois da mudança ocorrida na Suméria, as tribos judaicas da Terra Santa procuraram passar do governo teocrático para o militar. Elas são descritas como reclamando que, ao contrário de outras nações, ainda eram governadas por juízes religiosos e não tinham um rei que as comandasse. Imploraram ao profeta Samuel que intercedesse junto a Deus para lhes ser concedido um governante real. Em I Samuel 8:11-8, o profeta as adverte sobre as consequências disso:

> Será este o costume do rei que reinará sobre vós; ele tomará os vossos filhos e os empregará nos seus carros e como seus cavaleiros, e alguns correrão adiante dos seus carros.
>
> E os nomeará comandantes de milhares e comandantes de cinquenta; e os fará lavrar a sua terra e fazer a sua colheita, e fabricar as suas armas de guerra e as peças de seus carros.
>
> E tomará as vossas filhas para serem perfumistas, cozinheiras e padeiras.
>
> E tomará o melhor dos vossos campos e das vossas vinhas e dos vossos olivais, e os dará aos seus servos.
>
> E tomará a décima parte de vossas sementes e de vossas vinhas, e a dará a seus oficiais e seus servos.
>
> Tomará também os vossos servos e as vossas servas, e os vossos melhores moços, e os vossos jumentos, e os colocará a seu serviço.
>
> Cobrará o dízimo de vosso rebanho, e vós mesmos sereis seus escravos.
>
> Então, nesse dia vos queixareis, por causa do rei que escolhestes; e nesse dia o Senhor não vos ouvirá.

Como os hebreus estavam chegando à realeza em época relativamente tardia, Samuel não precisava ser profeta para prever como se sairiam numa monarquia. Bastava-lhe considerar a experiência passada dos sumérios.

Em Lagash, por exemplo, a opressão dos cidadãos e a expropriação dos bens do templo pelas famílias governantes parecem haver gerado uma espécie de revolta dos sacerdotes, durante uma pausa em sua guerra interminável com a

cidade de Umma. Após um breve interregno, no qual os sacerdotes do templo parecem haver tentado ampliar seu controle sobre a propriedade dos deuses, um novo governante, um usurpador sem parentesco com o monarca anterior, apoderou-se do trono, talvez auxiliado por uma facção da classe sacerdotal. Seu nome era Urukagina ou Uruinimgina (o símbolo cuneiforme KA, boca, também pode ser lido como INIM, palavra), e ele fundamentou a legitimidade de seu governo na afirmação de haver acabado com a exploração corrupta das pessoas comuns pelo palácio e pelo templo. O relato de suas famosas reformas foi muito copiado, bem como desencavado em diversas versões das ruínas de Lagash.

Ao ascender ao trono, Urukagina encontrou uma situação terrível. A burocracia era responsável por muitos excessos: o superintendente dos barqueiros exercia seu cargo puramente conforme seu próprio interesse financeiro; o inspetor dos rebanhos confiscava gado de grande e pequeno porte; o regulador dos pesqueiros só estava interessado em forrar os próprios bolsos. O governante e sua família haviam expropriado quase todas as melhores terras da cidade. E o mais pesado eram os tributos impostos a todos. Um provérbio posterior da antiga Lagash deixou clara a situação: “Pode-se ter um Senhor e pode-se ter um rei, mas aquele a temer é o avaliador de tributos.” Toda vez que um cidadão levava uma ovelha branca ao palácio para a tosquia, tinha de pagar cinco siclos ou cerca de cinquenta gramas de prata. Se um homem se divorciava de sua mulher, tinha de pagar ao governante cinco siclos, e mais um a seu ministro. Se um perfumista criava uma nova fragrância, o governante tirava cinco siclos, o ministro, um, e o ecônomo do palácio levava mais um, todos de prata. O templo e suas terras eram explorados pelo governante como se fossem sua propriedade pessoal. “Os bois dos deuses aravam as lavouras de cebola do governante; as lavouras de cebola e pepino do governante situavam-se nos melhores campos do deus.” Mas a classe sacerdotal também não era inocente em matéria de corrupção. Um sacerdote podia entrar na horta de um homem pobre e derrubar suas árvores ou levar suas frutas quando bem quisesse. Nada era tão certo quanto a morte e os impostos. Quando morria um cidadão, a família enlutada tinha de pagar pelo privilégio de sepultar o corpo: sete jarros de cerveja

e 420 pães; o sacerdote recebia meio *gur* – mais de sessenta litros – de cevada, uma peça de roupa e uma banqueta; o sacerdote auxiliar recebia 45 litros de cevada.

Urukagina afirmou ter posto fim a tudo isso. Humilhou os burocratas, reduziu os impostos e, em alguns casos, aboliu-os por completo; resgatou os bens do templo, mas se certificou de que os sacerdotes não mais oprimissem a população leiga. Corrigiu as desigualdades do poder e a opressão dos pobres pelos ricos: "Se a casa de um rico for vizinha à casa de um pobre e o rico disser ao pobre 'Quero comprá-la', e se o homem pobre quiser vendê-la, ele poderá dizer: 'Pague-me em prata o valor que eu considerar justo, ou me reembolse com uma quantidade equivalente de cevada.' Mas se o pobre não quiser vender a casa, o homem rico não poderá forçá-lo." Urukagina libertou os cidadãos que se haviam endividado de maneira irresgatável, ou tinham sido falsamente acusados de roubo ou homicídio. "Ele prometeu ao deus Ningirsu que não deixaria viúvas e órfãos serem vitimados pelos poderosos. Estabeleceu a liberdade para os cidadãos de Lagash."

Os estudiosos ainda discutem o que as afirmações de Urukagina realmente significaram para a população de Lagash. Será que suas reformas foram simplesmente atos de um homem bom e justo, ou, antes, um meio para estabelecer a confiabilidade de um governante que havia usurpado o trono de seu ocupante legítimo? A devolução da propriedade do templo foi realmente uma tentativa de restabelecer a dominação da classe sacerdotal na sociedade de Lagash, ou será que, ao nomear a si mesmo e a seus familiares para posições na hierarquia do templo, como fez, Urukagina conseguiu encher os próprios bolsos, enquanto exibia uma aparência de altruísmo e generosidade? Jamais saberemos. Mas esse debate, embora tenha interesse para os especialistas, na verdade obscurece algo potencialmente mais importante: os textos que descrevem os atos de Urukagina introduzem diversas características inteiramente novas na história do governo.

Embora a cronologia antiga ainda seja muito discutida, é quase certo que o governo de Urukagina não foi posterior a aproximadamente 2400 a.C.Nesse

período, em outras partes do mundo, exceto no Egito e talvez no vale do Indo, as pessoas ainda viviam em bandos seminômades de caçadores-coletores, ligados por laços de parentesco, ou – no caso da minoria que dera o grande salto para a agricultura de subsistência – se reuniam em pequenos povoados, sob chefes de aldeia hereditários, sem a escrita e sem a tecnologia do metal. No entanto, na parte sul da Mesopotâmia, muito antes de Platão e Aristóteles, muito antes de Confúcio e Lao-Tsé, muito antes de Buda e Mahavira, muito antes dos profetas hebreus, muito antes de Moisés e Zaratustra, antes até de Abraão, os textos já empregavam os grandes temas da moral e da justiça: a preocupação com a imparcialidade, a responsabilidade de proteger viúvas e órfãos contra os ricos e poderosos. Neles se encontra também a primeira utilização de uma palavra que pode ser traduzida por "liberdade": "Ele estabeleceu a liberdade, *amargi*, para os cidadãos de Lagash."

Outra implicação das reformas de Urukagina é que ele tentou buscar apoio para seu governo com base num princípio muito diferente de qualquer outro que houvesse existido até então. Os monarcas anteriores tinham se gabado de seus sucessos militares e dos cadáveres que empilhavam nos campos de batalha; os sepultados nos túmulos reais de Ur haviam justificado o controle que exerciam por sua condição quase divina; outros haviam baseado sua legitimidade no simples pavor que inspiravam no povo. Nessa ocasião, deparamos com algo inteiramente novo: os textos sugerem que Urukagina queria ser aprovado ou até amado por seu povo.

É comum presumirmos que a vida dessas pessoas da Antiguidade era tão diferente da nossa que não há esperança de penetrarmos em sua mentalidade e enxergarmos a vida tal como elas a viam. No entanto, esses documentos contêm provas do contrário. A história de Lagash, de sua guerra prolongada com Umma e da reforma de seu sistema social por Urukagina, com a proteção da viúva e do órfão e a preocupação com a liberdade para os cidadãos de sua cidade, sugere que as atitudes humanas pouco se modificaram nos 4.500 anos decorridos desde então.

Quaisquer que tenham sido os verdadeiros motivos de Urukagina ao instituir suas reformas, eles lhe foram de pouca serventia no final. Seu reinado em Lagash durou pouco mais de oito anos. Enquanto ele ainda se ocupava ativamente em reduzir o Estado, promover os interesses dos cidadãos e cultivar o beneplácito de seu povo, a quase trinta quilômetros dali, na tradicional cidade inimiga de Umma, um novo governante, enérgico e ambicioso, chamado Lugal Zagesi, vinha acumulando em surdina sua força e suas tropas e alimentando a paixão pela vingança, após tantas décadas de humilhação nas mãos de Lagash. E então lançou um ataque devastador. O lamento composto depois da consequente destruição de Lagash nos diz:

> O governante de Umma ateou fogo ao templo de Antasurra; levou embora a prata e o lápis-lazúli … Derramou sangue no templo da deusa Nanshe; levou o metal precioso e as pedras preciosas … O Homem de Umma, ao saquear Lagash, cometeu um pecado contra o deus Ningirsu … Possa a mão que ele se atreveu a erguer contra Ningirsu ser decepada. Não havia defeitos em Urukagina, rei de Lagash. Que Nisaba, a deusa de Lugal Zagesi, governante de Umma, faça-o suportar no pescoço seu pecado mortal.

Palavras proféticas. Mas passaram-se muitos anos até que essa derradeira maldição fosse implementada. Entrementes, além de Lagash, Lugal Zagesi também se apoderou de Kish, Ur, Nipur, Larsa e Uruk, tomando esta última como capital de seus domínios ampliados, e mandou gravar num vaso dedicado ao deus supremo Enlil, na cidade-templo de Nipur, sua afirmação de haver conquistado toda a Suméria, bem como os países circunvizinhos:

> Quando Enlil, rei de todos os países, deu a coroa real de toda a nação [*isto é, da Suméria*] a Lugal Zagesi, fez todos os olhares voltarem-se para ele; fez todos os países estrangeiros prostrarem-se a seus pés e fez todos se submeterem a ele, do nascer ao pôr do sol, desde o mar Inferior [*o golfo Pérsico*], subindo pelos rios Tigre e Eufrates, até o mar Superior [*o Mediterrâneo*]. Enlil afastou todos os adversários, desde onde o sol se eleva até onde ele se põe. Todas as terras estrangeiras estão submetidas a ele em abundância, assim como os pastos. Todas as nações se alegram sob o seu comando, todos os governantes da Suméria e os chefes de todas as terras.

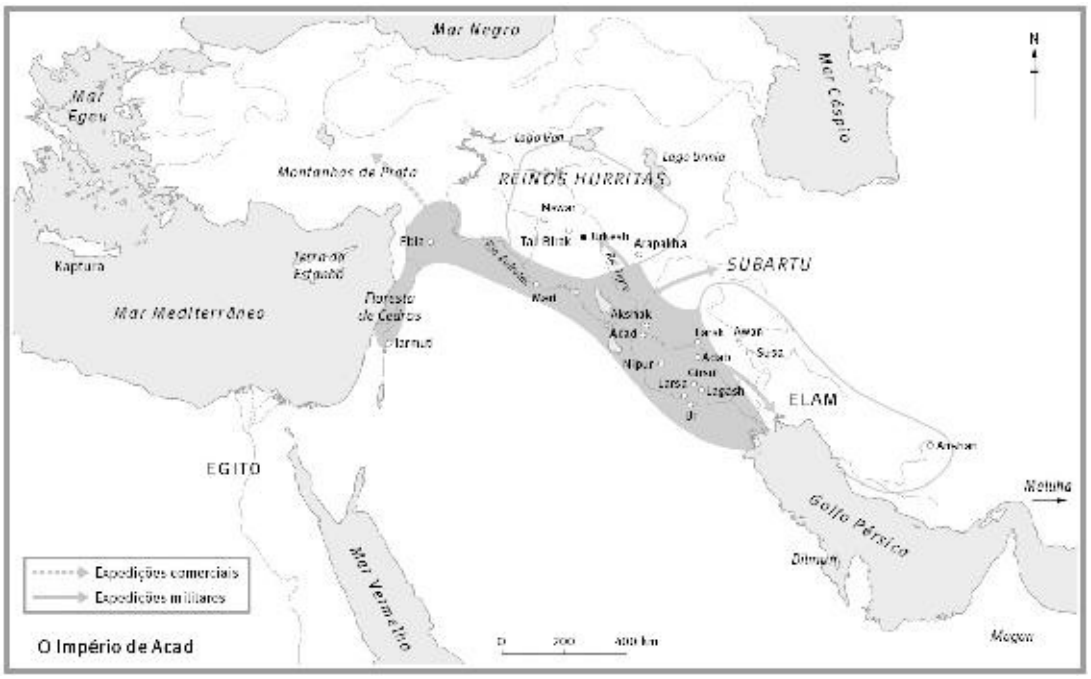
A afirmação de Lugal Zagesi de controlar todo o Crescente Fértil é duvidosa, para dizer o mínimo. É igualmente possível que ele tenha conseguido algum tipo de pacto de não agressão com as potências vizinhas – cidades como Mari, que

talvez exercessem certo controle sobre as tribos da Síria. Mas a arrogância expressa em sua inscrição grandiloquente no vaso levou à nêmesis, como seria inevitável. Assim como a destruição de Lagash tinha sido uma vingança pela longa humilhação de Umma, sua queda estaria ligada a uma de suas próprias conquistas iniciais.

Ao tomar a cidade de Kish, Lugal Zagesi depusera o governante desta, Ur-Zababa, e o homem que um dia fora copeiro desse rei é que viria a fazer o castigo da deusa Nisaba cair sobre a cabeça de Lugal Zagesi. Ao fazê-lo, ele introduziria uma nova era, uma nova ideologia e um novo princípio de governo: não o medo nem o amor, mas a adulação e o culto do herói. O novo homem dessa era foi Sargão, cognominado o Grande. Ele fundou o primeiríssimo verdadeiro império.

6. Soberanos dos quatro cantos da Terra: a heroica Idade do Bronze

*c.*2300 a 2200 a.C.



Ambição imperial

No decorrer da temporada de escavações de 1931, Reginald Thompson, auxiliado por Max Mallowan, da equipe britânica que explorava a cidade de Nínive, antiga capital da Assíria, no norte da Mesopotâmia, deparou com a escultura de uma cabeça de cobre em tamanho natural. Os arqueólogos perceberam de imediato que haviam descoberto uma relíquia de um importante momento decisivo na história da Antiguidade. A figura não se assemelhava a nada que já se houvesse encontrado e estava a um passo gigantesco do conhecido estilo de esculturas hieráticas sumérias, bastante rígido e formal. A cabeça devia ter representado o rosto de um governante terreno, pois não trazia nenhum dos sinais ou símbolos sempre empregados, nos tempos antigos, para denotar divindade, mas sua qualidade indicava que a escultura só poderia ter se destinado a representar um personagem realmente augusto.

O cabelo é cuidadosamente trançado, preso numa rede em volta das têmporas e atado num coque elegante, firmado por três anéis na parte posterior da cabeça, de onde sai uma série de cachos encantadores que adornam o pescoço. As mechas são delineadas com tanto apuro quanto as do capacete de ouro de Meskalamdug, um dos tesouros descobertos por Leonard Woolley na Grande Cova da Morte, em Ur. A barba farta e primorosamente cuidada, disposta em camadas delicadamente esculpidas de rolos e cachos, divide-se em duas partes abaixo do queixo. Embora o “Ozymandias”, de Shelley, assombroso em sua época mas esquecido pela posteridade, nos venha prontamente à lembrança como modelo de um antigo governante – “contemplai as minhas obras, ó poderosos, e desesperai-vos” –, aqui, um vago sorriso benevolente, muito humano e bem distinto do “lábio enrugado e sorriso de frio comando” paira sobre os lábios sensuais da figura, quase como se o personagem se divertisse com a própria ideia da atenção minuciosa da posteridade distante.

Esse objeto magnífico foi encontrado não muito longe do templo de Ishtar, em Nínive, num nível de destruição datado do século VII a.C. A equipe arqueológica determinou haver encontrado os destroços deixados pelo arrasamento e incêndio da cidade assíria nas mãos de uma força invasora conjunta de medas e babilônios, em 612 a.C., golpe esse do qual o lugar nunca se recuperaria. Entretanto, fazendo cálculos com base no material, no estilo e na técnica escultórica, eles deduziram que a majestosa cabeça de cobre tinha sido criada uns 1.500 anos antes disso. Podia-se presumir que, em algum momento, tivesse sido parte de uma estátua completa em tamanho natural, e devia ter sido tratada com muito cuidado, provavelmente colocada num lugar de honra no templo, sendo regularmente limpa, lubrificada com óleo, polida e lustrada e, quem sabe, constituindo até um objeto de culto em ritos habituais.

A maioria dos estudiosos concorda em que o rei mais provavelmente representado por essa cabeça é Sargão, fundador do verdadeiro primeiro Império Mesopotâmico. Sargão – Šarru-kinu, nome não dado no nascimento, mas um nome monárquico com o significado de “Rei Legítimo” em semítico – surgiu do nada, em algum momento entre 2300 e 2200 a.C., para esmagar o reino conjunto de Lugal Zagesi, que incluía Kish, Lagash, Larsa, Nipur, Ur e Uruk, e dar início à construção de um Estado imperial regional de língua semítica que, no seu apogeu, afirmou estender-se desde o que é o atual estreito de Ormuz, no golfo Pérsico, passando pelas terras altas do Irã e pelas montanhas da Anatólia, até o mar Mediterrâneo, da Cilícia até o Líbano.

Escrevo “surgiu do nada” num sentido mais metafórico do que com rigorosa precisão. Na verdade, é provável que Sargão fosse alguém com acesso ao palácio. Diz a lenda posterior que ele foi criado como hortelão, trabalhando para o governante de Kish, Ur-Zababa. A Lista dos Reis Sumérios, escrita não muito depois desse acontecimento, diz-nos que a horticultura era a profissão do pai dele, e que Sargão havia alcançado o cargo de copeiro do monarca, uma função de certa importância na realeza, antes de se lançar na história como o construtor original do império.

Seu senhor, Ur-Zababa, desaparece de imediato do registro histórico, provavelmente morto ou deposto por Lugal Zagesi, de Umma, na busca de hegemonia deste último sobre toda a planície mesopotâmica. Kish deve ter sido imediatamente mergulhada no tumulto e na confusão. As antigas autocracias não pareciam ter nenhum mecanismo estabelecido para a substituição de governantes eliminados – não havia representantes, vice-reis nem vice-comandantes oficiais. Muitas vezes, até os filhos do monarca tinham que lutar, literalmente, por seu direito sucessório.

Sargão, que decerto devia vir alimentando um apetite de poder fazia algum tempo, o bastante para ter reunido um grupo de simpatizantes suficientemente grande para garantir seu sucesso, agarrou essa oportunidade e o trono. Em seguida, dedicou-se rapidamente ao que parecem ter sido ambições imperialistas, alimentadas desde longa data. A começar pelo sul, ele marchou para Uruk, demoliu as famosas muralhas construídas pelo rei Gilgamesh, derrotou facilmente uma defesa conjunta de cinquenta governadores de cidades sumérias e, de acordo com uma inscrição no pedestal de uma estátua, preservada numa cópia posterior, capturou o próprio Lugal Zagesi, arrastando-o “agrilhoado pelo pescoço até o portão de Enlil”, em Nipur. Depois de lograr uma vitória completa pelas terras meridionais, lavou simbolicamente suas armas no “mar Inferior”, o golfo Pérsico.

Isso foi só o começo. Um documento babilônico posterior, “A crônica dos reis antigos”, diz-nos que Sargão

> não tinha igual nem rival. Seu esplendor difundia-se pelas terras. Ele atravessou o mar no leste. No 11 ano, conquistou a terra ocidental até seu ponto mais distante. Colocou-a sob uma única autoridade. Ali ergueu suas estátuas e fez em balsas o transporte do butim do oeste. Postou seus funcionários da corte a intervalos de cinco horas duplas e governou em união as tribos das terras.

Sargão parece ter tido como objetivo acumular riqueza, por meio do livre comércio e de mercados abertos, e depois transportá-la em balsas para o centro vital do país. Quando isso encontrava resistência, ele não hesitava em mandar o antigo equivalente de uma canhoneira, embora as distâncias fossem grandes e os tempos de viagem fossem longos.

“O rei da batalha”, um texto épico escrito em época posterior, do qual se encontraram cópias fragmentadas e variáveis em lugares tão distantes uns dos outros quanto Egito, Síria e Anatólia, conta que um entreposto comercial longínquo em Purshahanda vinha sendo perseguido pelo rei local. Os mercadores clamam por Sargão, para que ele os livre de seus apuros. Os conselheiros militares do soberano, com muita tibieza, recordam-lhe como o lugar é distante e quão arriscado é o trajeto:

> Quando poderemos sentar-nos? Teremos sequer um momento de descanso,
> Quando nossos braços já não tiverem força
> E nossos joelhos estiverem exaustos de caminhar pela trilha?

Se, como hoje acreditam os estudiosos, Purshahanda é o atual monte Acemhöyük, na região mineradora da Anatólia central, perto do grande lago salgado de Tuz, o local se situa a mais de 1.100 quilômetros da Acádia, mesmo considerando uma linha reta – o que equivale a uns 1.600 quilômetros a pé. O exército de Xerxes cobriu 450 quilômetros em dezenove dias no curso de sua invasão da Grécia, em 480 a.C. Os soldados de Alexandre, o Grande conseguiam perfazer 31 quilômetros num só dia de marcha, porém os dias regulares de repouso reduziam essa média para cerca de 24 quilômetros diários. Considerando essas velocidades, até mesmo 1.100 quilômetros levariam quarenta a cinquenta dias de marcha forçada para as forças de Sargão. As estradas da planície mesopotâmica às margens dos rios, planas, com manutenção regular e bem patrulhadas, seriam suficientemente seguras. Escalar as trilhas acidentadas dos sopés das montanhas e espremer um exército pelos desfiladeiros estreitos da cordilheira dos montes Tauro seria muito mais arriscado. No entanto, a epopeia nos diz que Sargão partiu em marcha, chegou e atacou a cidade, forçando à submissão o governante de Purshahanda, o “Favorito de Enlil”. Permaneceu ali por tempo suficiente – três anos – para garantir que, a partir de então, o governante local reconhecesse seus deveres para com seu senhor imperial.

Posto que esse relato é mais literatura que história, a aventura está longe de ser provável, quanto mais não seja porque a ausência de Sargão de sua capital durante três anos decerto o levaria a perder o trono. Mas o texto confirma que os imperadores acádios não eram tidos como relutantes em dar apoio nem mesmo às colônias comerciais mais distantes por meio da ação militar.

A conquista de um império não é meramente mais uma etapa na saga contínua do engrandecimento territorial, uma progressão natural de chefe de aldeia para prefeito do vilarejo, governador da cidade, rei do Estado e imperador. Podemos reconhecer prontamente, se não compartilhar, o desejo de um homem ou uma mulher de ser o líder de seu povo. Não era preciso um grande passo psicológico para o sujeito estar primeiramente entre iguais e então passar a *lugal*, homem grande, e depois monarca. Também não é difícil compreender o atrativo, para qualquer pessoa sujeita às falhas, loucuras e fraquezas habituais da humanidade, de deter o poder de vida e morte sobre os semelhantes e se refestelar no respeito, adoração e adulação que são inevitavelmente dirigidos à figura que representa e simboliza o conjunto dos cidadãos – e que, ao mesmo tempo, atua como o agente terreno do soberano real, o deus da cidade. Outra história, no entanto, é o indivíduo querer ir além dos próprios semelhantes e não apenas derrotar os habitantes de terras estrangeiras e lhes impor a submissão, forçando-os a pagar tributos generosos, como já tinha sido feito tantas vezes, mas também incluí-los entre seus seguidores e colocar-se à testa deles. Nesse momento, o sujeito já não é meramente o líder de seu próprio povo, mas de uma multidão mista. Dar esse passo requer uma nova maneira de ver a si mesmo, um modo que minimize a origem particular do sujeito e seus serviços a seu deus particular e valorize muito mais suas qualidades individuais e pessoais, independentemente da língua ou cultura de origem. Ser imperador, em outras palavras, é estar sozinho, não mais entre iguais. Exige certa espécie de autossuficiência heroica.

E foi assim que, ao estabelecer seu império, Sargão reconheceu que jamais poderia desvincular-se de todos os encargos da realeza tradicional e da deferência a Zababa, o deus de Kish, sem se afastar e criar para si um novo centro, uma nova capital: uma cidade não associada a semitas nem sumérios,

uma cidade não fundada por um deus, como todas as outras, mas pelo próprio imperador Sargão. Essa nova capital foi chamada de Agade em sumério e Acad em semítico. Da cidade de Acad derivou o nome de toda a parte norte e de língua semítica da planície aluvial, Acádia; sua variedade da língua semítica foi o acádio e o nome de seu povo, acádios.

Isso não quer dizer que Sargão ignorasse os poderes divinos. Ele optou por se colocar sob a proteção de Ishtar, descendente da Grande Deusa pré-histórica, modelo da Afrodite grega e da Vênus latina, que, como outras divindades da Mesopotâmia meridional – Enki e Ea, das águas doces, Nana e Sin, da Lua, Utu e Shamash, do Sol –, fundira-se com seu equivalente sumério, no caso, Inana. Seus poderes conjuntos sobre a guerra e o amor, a luta e a procriação, a agressão e a volúpia, faziam dela a "deusa da adrenalina", uma divindade de luta, fuga e diversão, a perfeita *dominatrix* e protetora celestial para um herói guerreiro da Idade do Bronze.

É UMA SORTE PODERMOS ter uma imagem do homem notável que realizou tudo isso. E, como a escultura encontrada por Thompson e Mallowan bem pode ter sido feita durante a longa vida do próprio Sargão, que reinou por mais de cinquenta anos, é possível até que ela seja um bom retrato do imperador, se bem que lisonjeiro. (Podemos imaginar que seria melhor que fosse, pelo menos do ponto de vista da saúde e da segurança do escultor.)

No entanto, a cabeça foi encontrada com sérios danos, e esses danos não foram resultado da escavação, já tendo sido infligidos na Antiguidade. E não foram acidentais. O mais evidente, à primeira vista, é o que aconteceu com os olhos. A incrustação que um dia representou as pupilas, talvez com pedras preciosas, desapareceu de ambos, mas, enquanto a perda do lado direito parece ter sido natural, associada à corrosão que maculou a superfície lisa de cobre, o olho esquerdo foi obviamente extirpado de propósito, num ataque com um cinzel afiado. Talvez seja significativo que apenas um olho tenha sido mutilado dessa maneira. Ademais, as orelhas foram arrancadas, aparentemente também a golpes de cinzel, a ponta e o dorso do nariz foram atacados e danificados e as pontas da

barba foram partidas. Tudo isso, é claro, poderia igualmente ter ocorrido por acaso, no decorrer de um saque da cidade e de seus templos. Entretanto, dado que Nínive foi derrotada em 612 a.C. por medas aliados aos babilônios, essas desfigurações específicas não podem deixar de trazer à lembrança as terríveis mutilações impostas aos rebeldes medas pelo imperador persa Dario, o Grande, das quais ele se gabou em sua autobiografia gravada na pedra em Behistun, no Irã, menos de cem anos depois. Foi o caso, por exemplo, de um certo Fraortes, que reivindicou o trono da Media em 522 a.C. e cuja insurreição Dario levou vários meses para reprimir: “Fraortes foi capturado e trazido a mim. Cortei-lhe o nariz, as orelhas e a língua, e arranquei um de seus olhos, e ele foi mantido agrilhoado na entrada de meu palácio, e todo o povo o contemplou. Depois o crucifiquei em Hagmataneh [Ecbatana].” Também nesse caso, as duas orelhas foram decepadas, assim como o nariz e um olho. A viva implicação é que o dano causado à imagem de cobre foi proposital e simbólico: a profanação da imagem sagrada de um reverenciado herói nacional, um ataque ao orgulho da nação derrotada, uma expressão de desprezo pelas tradições e crenças dos ninivitas assírios.

Se é assim, isso nos diz que, durante pelo menos 1.500 anos após sua morte, Sargão, o Grande, fundador do Império Acádio por volta de 2230 a.C., foi visto como uma figura semissagrada, o santo padroeiro de todos os impérios subsequentes do reino mesopotâmico. Aliás, dois monarcas muito posteriores, um que reinou na Assíria por volta de 1900 a.C. e outro no fim do século VIII a.C., adotaram seu nome oficial, ou melhor, seu título – Sargão, Rei Legítimo –, como que no intuito de roubar para si um pouco do poderio dele.

Que a fama, a honra e a glória de um governante individual se mantivessem impecáveis e imaculadas durante um milênio e meio já é algo extraordinário. Mais notável ainda é que sua lenda continue a ter o poder de impressionar, passados 4 mil anos.

Ela me depositou num cesto de junco

Durante seu absurdo Festival Internacional da Babilônia, em 1990, Saddam Hussein comemorou seu aniversário. De acordo com a revista *Time*, "poucas festas de aniversário poderiam equiparar-se ao espetáculo montado pelo presidente iraquiano Saddam Hussein para celebrar seus 53 anos, no mês passado. Saddam convidou membros do gabinete ministerial, altas autoridades do governo e diplomatas a sua aldeia natal de Tikrit para festejos suntuosos, que incluíram um desfile de duas horas e faixas que proclamavam: 'Tuas velas, Saddam, são tochas para todos os árabes'".

Os festejos atingiram o clímax quando surgiu uma cabana de madeira deslizando sobre rodas e uma imensa multidão, em antigos trajes sumérios, acádios, babilônios e assírios, prostrou-se diante dela. As portas se abriram e revelaram uma palmeira, da qual 53 pombas brancas alçaram voo. Abaixo dela, um Saddam bebê, repousando num cesto, veio flutuando por um regato ladeado por charcos.

O repórter da *Time* ficou especialmente impressionado com o tema do bebê no cesto, descrevendo-o como "Moisés redivivo". Mas por que diabos Saddam Hussein quereria comparar-se a um líder dos judeus? O jornalista não captou o significado. Esse tema era uma invenção mesopotâmica muito anterior à época em que os hebreus a tomaram e a aplicaram a Moisés. O ditador iraquiano estava aludindo a um precedente muito mais antigo e, para ele, muito mais glorioso. Associava-se a Sargão, representando-se como sucessor do mais famoso de todos os antigos imperadores semitas.

Um herói extraordinário precisava de uma história extraordinária para sua origem. No texto sumério da "Lenda de Sargão", escrito mil anos depois da época sobre a qual discorre, embora ainda muito antes da era usualmente atribuída a Moisés, o grande homem fala com sua própria voz:

Minha mãe era sacerdotisa, meu pai eu não conheci.

Os irmãos de meu pai habitam as terras altas.

Minha cidade é Azupiranu, às margens do Eufrates.

Minha mãe, a sacerdotisa, concebeu-me e em segredo me pariu.

Depositou-me num cesto de junco e vedou a tampa com betume.

Lançou-me no rio, de onde não pude subir.

O rio me arrastou e me levou a Aqqi, o aguadeiro.

Aqqi, o aguadeiro, içou-me, abaixando seu balde.

Aqqi, o aguadeiro, tomou-me como seu filho e me criou.

Aqqi, o aguadeiro, preparou-me como seu hortelão.

Quando eu trabalhava como hortelão, [a deusa] Ishtar concedeu-me seu amor.

Já houvera heróis mesopotâmicos antes disso, é claro. Os famosos reis da primitiva Uruk, como Gilgamesh e seu pai, Lugalbanda, foram protagonistas de uma série de narrativas e histórias fantásticas de façanhas bizarras, que se tornaram esteios do cânone literário sumério e foram copiadas e recopiadas nas escolas de escribas e nos *scriptoria* dos palácios durante séculos, às vezes milênios. Entretanto, elas mais pertencem à era da mitologia que a lendas heroicas; falam de relações íntimas com deuses, batalhas com monstros apavorantes, a busca da imortalidade e extraordinárias aventuras do outro mundo. Com o advento de Sargão, seus filhos e netos, as histórias tornaram-se não necessariamente mais críveis, porém ao menos centradas no aqui e agora da vida terrena.

Ao contrário da literatura suméria dos mitos, copiada por escribas e estudiosos inúmeras vezes, os textos acádios que versam sobre a vida de seus governantes são pouco numerosos. Até hoje, desencavaram-se apenas partes de seis documentos referentes a Sargão, todos cópias posteriores, e mais seis que nos falam de seu neto Naram-Sin. A maioria parece ser de ditados anotados como registro de apresentações orais. Por esses fragmentos, muitos deles inscritos pelo menos um milênio depois dos eventos relatados, podemos depreender que bardos e outros artistas populares continuaram a apresentar relatos épicos sobre Sargão e sua dinastia durante séculos depois de sua vida. Estes falam dos feitos heroicos dos protagonistas com as armas, de sua devoção

religiosa, de seu interesse preponderante pelo mérito e pela honradez pessoais, de sua ousadia ao fazer o que nenhum homem fizera antes, e da ousadia de ir aonde homem algum já fora: “Qualquer rei que agora queira dizer-se igual a mim”, Sargão desafiou seus sucessores, “aonde quer que eu tenha ido, ele que vá também!”

Ao mesmo tempo, entretanto, os grandes reis podem ser mostrados através de um prisma muito humano. Numa composição conhecida como “Naram-Sin e as hordas inimigas”, depois de desobedecer à vontade dos deuses e, por conseguinte, perder uma longa série de batalhas, o rei mergulha numa introspecção shakespeariana:

> Senti-me confuso. Fiquei perplexo.
> Desesperei-me. Gemi e lamentei. Senti-me desfalecer.
> Pensei, então: “O que trouxe deus para o meu reino?
> Sou um rei que não manteve próspera a sua terra
> E um pastor que não cuidou de seu povo.
> Sobre mim mesmo e meu reino, o que acarretei?”

Como assinalou uma pesquisadora, Joan Westenholz, o último verso é equivalente a declarar “Não é dos astros a culpa, caro Bruto, mas de nós mesmos”[d] – um admirável discernimento num herói da Idade do Bronze, quase 2 mil anos antes do nascimento da filosofia na antiga Grécia.

O POETA HESÍODO, que teria vivido em torno de 700 a.C. e divide com Homero o título de fundador da literatura grega – e portanto europeia –, foi o primeiro a se dar conta de que o aparecimento desses heróis relacionava-se com a era que hoje conhecemos como Idade do Bronze. Não que ele quisesse dizer com esse nome o mesmo que nós. Para Hesíodo, a Idade do Bronze nada tinha a ver com a tecnologia, sendo meramente a terceira etapa de sua história do declínio da humanidade ao longo das Idades do Ouro, da Prata, do Bronze e do Ferro. Em *Os trabalhos e os dias*, ele escreveu que, depois das Idades do Ouro e da Prata,

> Zeus pai criou uma terceira geração de homens mortais, uma raça brônzea, nascida do freixo, terrível e forte, e que em nada se assemelhava à argêntea; de Ares [*deus da selvageria e da sanguinolência*] eles amavam as obras lamentáveis e os atos de violência; nenhum pão comiam e tinham o coração duro como o aço, homens temíveis. Grande era a sua força e invencíveis os braços que lhes nasciam dos ombros sobre o corpo robusto. Brônzeas eram as suas armas e brônzeas as suas casas, e de bronze eram os seus utensílios: o negro ferro não existia.

Entretanto, como uma espécie de adendo, Hesíodo interpolou nesse ponto uma época diferente e contrastante, que não se encaixava no padrão metálico das outras, uma era

> mais nobre e mais justa, uma raça divina de homens heróis que são chamados semideuses, raça anterior à nossa em toda a terra sem fim. A guerra sinistra e a batalha terrível destruíram parte deles … mas aos outros, Zeus pai, filho de Cronos, deu-lhes sustento e morada longe dos humanos, fazendo-os viver nos confins da terra. E, intocados pela tristeza, eles habitam as ilhas dos bem-aventurados, junto ao oceano agitado e profundo, heróis afortunados a quem a terra nutriz traz frutos doces como o mel, que florescem três vezes por ano, longe dos deuses imortais.

A honra e a glória eram os lemas dessa raça de homens. Eles não ansiavam por luxo nem fortuna, mas por fama e adulação. Dominavam o povo por um novo princípio de governo. Os que eram liderados por heróis de tamanha grandeza seguiam-nos não por medo ou por amor, e certamente não por confiança na excelência e eficiência de seu governo, mas assombrados com seu heroísmo e deslumbrados com seu esplendor, ansiando por banhar-se, ainda que por alguns instantes, nos raios refletidos de glória que porventura incidissem sobre eles.

É claro que Hesíodo não escreveu história, mas poesia, e registrou não a realidade, mas o mito. De algum modo, porém, ele descobriu uma ligação entre a Idade do Bronze e uma era de heróis que merece um exame mais rigoroso. Na maioria das sociedades cujos primórdios pudemos estudar por meio da arqueologia e da literatura, na Mesopotâmia, na Europa e na Ásia, de fato constatamos que um período de heróis corresponde ao auge da Idade do Bronze, a época em que a utilização do metal substituiu o uso da pedra nos instrumentos e nas armas. Tal como em outras coisas, a Mesopotâmia parece ter prefigurado os avanços muito posteriores ocorridos mais a oeste.

O estudioso Paul Treherne assinalou uma profunda mudança ocorrida na autoimagem masculina na Europa durante a Idade do Bronze. Objetos destinados aos cuidados com a aparência pessoal, como pinças e lâminas, surgem entre os artigos encontrados nas sepulturas, como em nenhuma época anterior. Eles são prova, sugere Treherne, de um senso crescente do indivíduo e de uma nova ênfase na ornamentação do corpo masculino. Isso, por sua vez, ele associa à glorificação da guerra e da caça, ao consumo ritualístico do álcool e ao culto da "beleza do guerreiro". E tudo aponta para o estabelecimento de uma nova classe guerreira masculina, de posição social elevada. Na Grécia, essa foi a era sobre a qual Homero escreveu em seu relato acerca da Guerra de Troia e nas descrições de seus heróis, como Aquiles. "O guerreiro homérico, tal como o espartano, o celta ou o franco posteriores", escreve Treherne, recordando-nos a cabeça esculpida de Sargão, com seu penteado complexo, "deixou crescer o cabelo e se comprazia em cuidar dele."

Essa classe da elite não poderia surgir na sociedade enquanto a tecnologia da pedra ainda predominasse. A pedra é um material igualitário. Até as variedades especiais de que se necessita para a criação de ferramentas têm ampla distribuição e, por uma longa tradição que remonta aos primórdios do gênero *Homo*, cada família fazia seus próprios instrumentos. Sempre houve, é claro, especialistas que se destacavam na fabricação de determinados objetos, mas, de modo geral, fazer instrumentos de pedra era visto como uma atividade doméstica privada.

A introdução da metalurgia alterou tudo isso. Os materiais necessários, calcopirita e cassiterita, eram raros e podiam ter que ser trazidos – encontrados, negociados e transportados – de grandes distâncias. Eram necessários muitos anos de treinamento para dominar a arte de moldar o bronze. O trabalho com metais exigia um equipamento complexo e dispendioso. Não se tratava de uma ocupação caseira, mas de uma especialização profissional da qual apenas um número relativamente pequeno podia se encarregar. Os produtos do bronzista, pelo menos de início, devem ter sido muito caros, disponíveis apenas para os mais ricos. E, se o uso original do bronze foi na fabricação de armas, como é

provável que tenha acontecido, os que controlavam a tecnologia, organizavam o transporte e pagavam aos armeiros não tardaram a adquirir um poder monopolista.

Além disso, havia pouco de glorioso ou heroico a conquistar na luta com armas da Idade da Pedra. É difícil exibir uma descontração altiva e uma superioridade relaxada enquanto se trava uma luta com uma lança, uma clava, ou mesmo um punhal de sílex. Numa batalha da Idade da Pedra, a vitória, com frequência, era uma realização coletiva, que dependia muito do número de combatentes e do ímpeto. Mas a tecnologia do bronze possibilitou a espada, a arma de curto alcance por excelência, que elevou o combate corpo a corpo acima do nível do vale-tudo tosco, deselegante e abrutalhado. Armados de espadas, os guerreiros não mais formavam uma massa indistinguível, mas cada um se destacava como um lutador individual, posicionando-se a um ou dois passos do adversário e, em vez de se atracar com ele, ou de rondá-lo feito um animal selvagem, com um porrete ou uma acha, trocava habilmente golpes, paradas, estocadas e contra-ataques, todos direcionados e calculados com precisão. Uma luta assim pode ser e é tratada, há muito tempo, como uma arte, dotada de estética própria.

Some-se às armas de bronze um outro acréscimo importante ao equipamento dos guerreiros, que nesse momento também apareceu pela primeira vez nos textos e imagens: o cavalo, inicialmente domado e domesticado, com toda a probabilidade, em algum momento do começo do III milênio a.C., pelos nômades da estepe que se estende como um mar de gramíneas desde a Ucrânia até a Mongólia. Algo muito semelhante a cavalos com cavaleiros em seu dorso começa a aparecer nas imagens dos selos cilíndricos aproximadamente na época em que Sargão estava estabelecendo seu império.

Que utilidade teria um cavalo para um guerreiro da Idade do Bronze é um ponto discutível. Sem selas nem estribos – que só viriam a ser inventados 2 mil anos depois –, é difícil permanecer montado com segurança no auge da batalha. De qualquer modo, nessa etapa da história, o cavalo seria um trunfo estranho e raro – caro para adquirir, dispendioso para sustentar. O que mais deve ter atraído

o guerreiro heroico é o que se chamou de “orgulhoso pescoço arqueado” do cavalo. Um rei sumério pouco posterior, Shulgi, da Terceira Dinastia de Ur, comparou-se com aprovação a “um cavalo estradeiro abanando a cauda”.

Naturalmente, as mudanças acarretadas pela introdução do bronze e dos cavalos demoraram para surtir efeito. As novas ideias, por mais poderoso que tenha sido seu impacto na sociedade, devem ter levado muitas gerações para ser aceitas como inteiramente respeitáveis, ou mesmo admissíveis. As espadas só aparecem em esculturas ou nos desenhos de sinetes cilíndricos muito depois da época em que devem ter se tornado corriqueiras no campo de batalha. Séculos depois, o rei de Mari, a cidade-Estado do alto Eufrates na atual Síria, foi censurado por montar um cavalo em público – um animal suarento e malcheiroso, um insulto à dignidade da monarquia e um incômodo lembrete da origem bárbara e seminômade do monarca: “Que meu senhor honre sua realeza. Podeis ser rei dos haneus, mas sois também rei dos acádios. Que meu senhor não monte cavalos; que ande num carro ou numa mula *kudanu*, a fim de trazer honra para sua realeza.”

E, assim como as estátuas comemorativas de generais do século XIX costumam mostrá-los de espada na cinta, embora eles tenham lutado, na verdade, na era das armas de fogo no campo de batalha, também a arte da antiga Mesopotâmia que mais explicitamente expressa o novo clima heroico da época representa suas figuras centrais usando armas tradicionais da Idade da Pedra, sem que haja um só cavalo ou espada à vista.

APROXIMADAMENTE EM 1120 a.C., o rei Shutruk-Nahunte, de Elam, estado do sudoeste do Irã, invadiu o território babilônio e, como vários outros líderes vitoriosos desde então, ordenou que muitas obras de arte de valor inestimável fossem despachadas para sua capital, Susa. Entre elas encontrava-se uma estela de arenito rosado de uns dois metros de altura – agora erodida ligeiramente lascada no alto, mas provavelmente ainda intacta ao ser roubada de Sipar, a cidade do deus do Sol. Ela fora encomendada, mais de mil anos antes, por Naram-Sin, terceiro sucessor e, quase com certeza, neto de Sargão. Para muitos

assiriologistas, esse foi o mais nobre de todos os acádios, havendo dirigido o império nas décadas em que este atingiu sua maior extensão geográfica e em que, do seu ponto de vista, pôde afirmar que havia incluído “os quatro cantos” do mundo.

A estela comemorava a vitória de Naram-Sin sobre os lulubi, um povo montanhês da cordilheira de Zagros. À parte o fato de se tratar de uma obra de arte excepcionalmente bem-sucedida, com direito a lugar de honra na lista das maiores criações da humanidade, até uma rápida olhadela para essa peça mostra quanto se tinha avançado nos cerca de dois séculos decorridos desde os tempos da realeza suméria retratada na Estela dos Abutres de Eanatum.

A organização formal das figuras entalhadas fora abandonada. Na Estela dos Abutres, bem como noutras esculturas sumérias, como o Vaso de Warka, a superfície é dividida em faixas com registros horizontais, talvez derivadas das linhas em que era dividida a escrita, como uma tirinha que conta uma história em quadrinhos ao ser vista na ordem correta. Na Estela de Naram-Sin, ao contrário, toda a superfície exibe uma composição unificada, que se destina a expressar, como que num instantâneo, o momento triunfal desse rei. Não se trata de um desenho, mas de uma fotografia.

O cenário é uma região montanhosa arborizada. Naram-Sin e seus homens sobem uma encosta em direção ao pico. O rei, munido de lança, arco e machado de guerra, vai à frente, seguido por dois porta-bandeiras e mais quatro ou cinco guerreiros. Os lulubi tinham sido fragorosamente derrotados. Naram-Sin exibe uma pose heroica – é maior do que as outras figuras –, enquanto pisoteia dois inimigos. Outros dois vencidos, um totalmente desarmado, outro com a lança partida, imploram pela vida, enquanto um terceiro, no chão, luta para arrancar uma flecha do pescoço e outros dois despencam pela borda de um precipício. Cada combatente, seja entre os vencedores, seja entre os vencidos, é retratado como um indivíduo distinto, e não como parte de uma coletividade indistinguível.

Na Estela dos Abutres de Eanatum, a figura maior e mais importante é a do deus Ningirsu, que aparece num dos lados do monumento, contendo as forças

inimigas capturadas em sua enorme rede. O texto deixa claro que a vitória é desse deus; Eanatum é apenas seu zeloso agente. Na Estela de Naram-Sin, a vitória pertence ao rei. É claro que os deuses ainda estão presentes, porém representados como nada além de duas estrelas no céu. Agora é o próprio Naram-Sin quem usa o capacete com chifres que representa a divindade. Não se trata de uma aberração. Em algum momento de seu reinado, o nome do rei passou a ser sempre precedido, nos documentos escritos, pelo determinativo DINGIR, sinal cuneiforme semelhante a uma estrela e que indica que a palavra seguinte refere-se a um deus. Ao que parece, o próprio Naram-Sin deificou-se no decorrer de seu reinado. “Naram-Sin, o forte, rei da Acádia”, explica um texto de data desconhecida,

> quando todos os quatro cantos lhe eram hostis, manteve-se vitorioso em nove batalhas num único ano, por causa do amor que Ishtar lhe votava, e tomou cativos os reis que haviam se levantado contra ele.
>
> Por ele ter sido capaz de preservar sua cidade num momento de crise, a cidade implorou a Ishtar em Eana [*segue-se aqui uma longa lista de outras divindades das cidades*] … que ele fosse o deus de sua cidade, Acad. E para ele construíram um templo no centro de Acad.

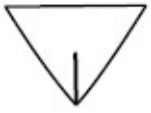
É claro que isso nada nos diz sobre o que a deificação desse governante pode ter significado para os habitantes de seu império, porém devemos reconhecer, no mínimo, que uma mudança momentosa se deu na relação entre o céu e a terra, entre os deuses e o povo.

SINAIS CUNEIFORMES PRIMITIVOS

Na etapa inicial do desenvolvimento da escrita, os sinais eram desenhos simples:



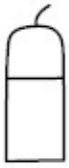
perna, pé, andar, ir, parar, chutar



mulher

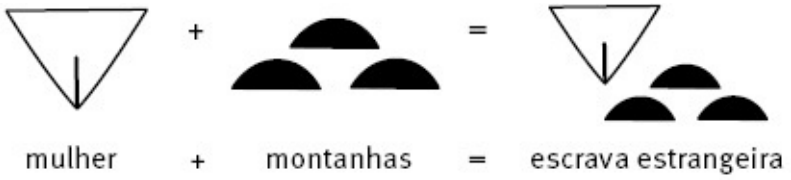


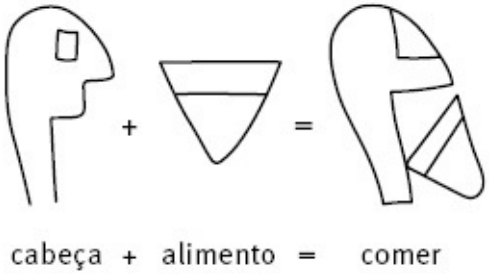
arado



homem

COMBINAÇÕES DE SINAIS





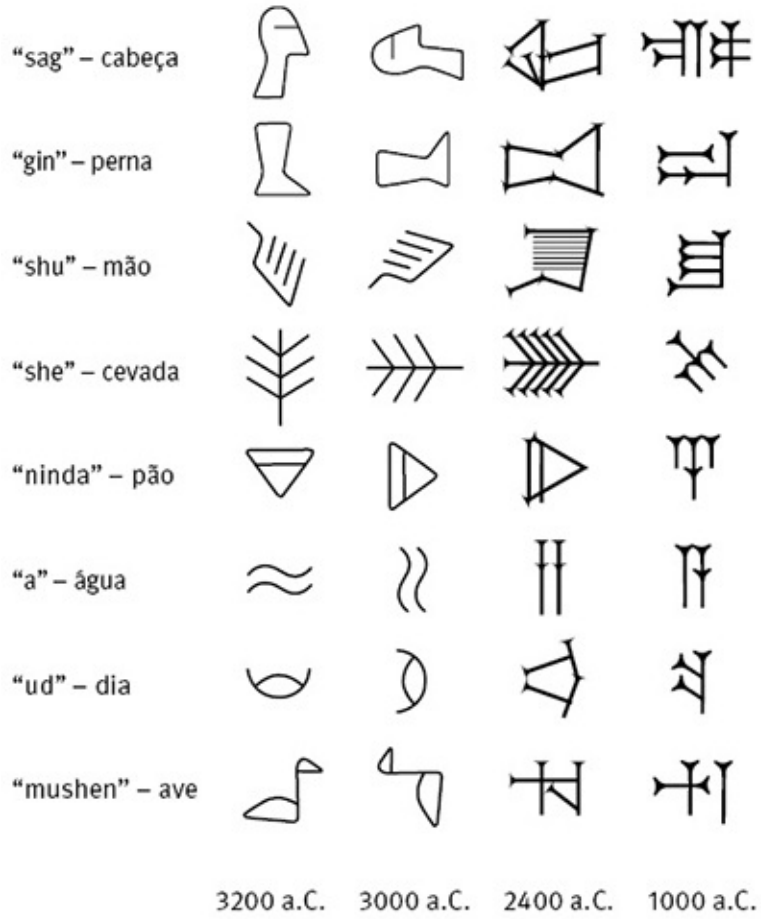
COMBINAÇÕES DO SÍMBOLO DA CABEÇA



À medida que a escrita se desenvolveu mais e o estilete pontiagudo foi substituído por um junco de corte triangular, os sinais tornaram-se mais esquemáticos:

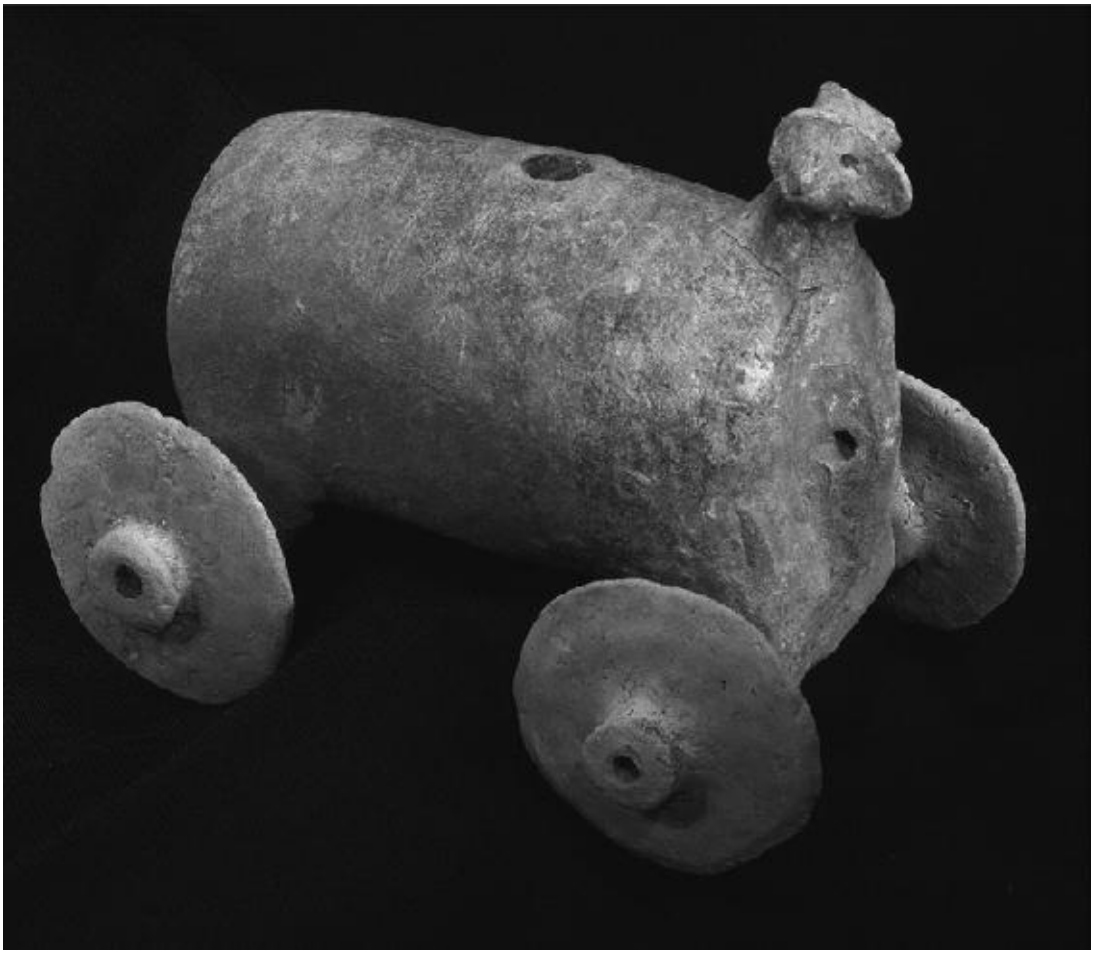


Ao longo dos séculos, os sinais foram mais simplificados, até já não ser possível reconhecer com facilidade o que representavam originalmente:

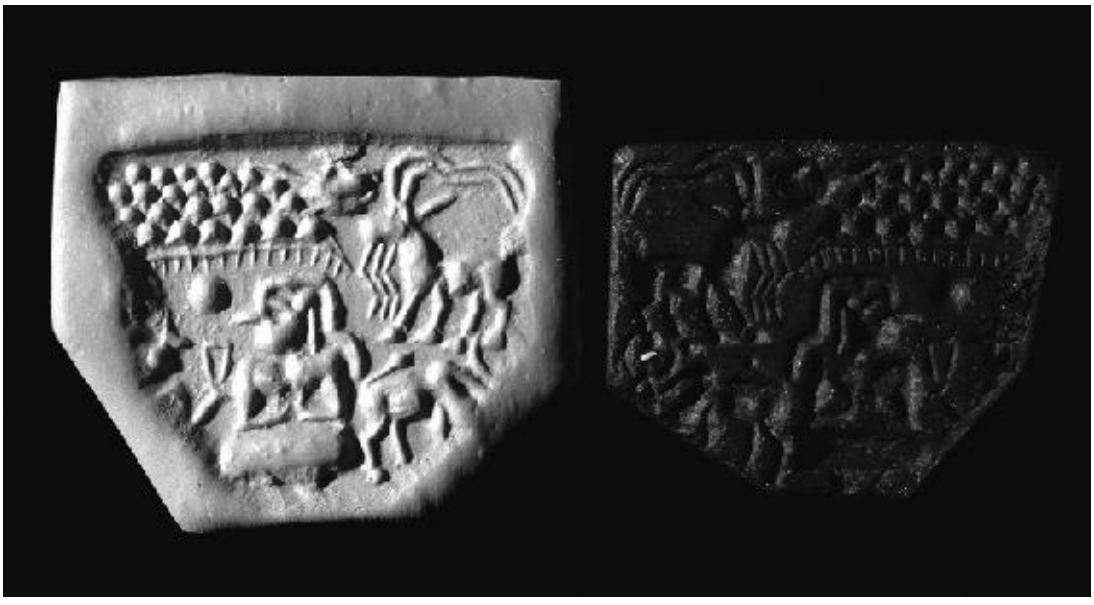




"A linda vaca a quem o deus da Lua enviou óleo curativo sob a forma de um touro forte": um hino do baixo período assírio a Ishtar ainda expressa a adoração ao rebanho sagrado da Grande Deusa, como mostra esta frisa de um templo de Al-Ubaid, construído antes de 4000 a.C.



Homo ludens: brinquedo sumério de puxar, datado do IV milênio a.C., escavado das areias da antiga cidade de Eshnunna, atual Tall al-Asmar.



A primeira forma de impressão: selo da era de Uruk e sua impressão, datado do IV milênio a.C.



Deuses e deusas divertindo-se numa paisagem de rios e montanhas: Enki, Inana e outras divindades retratados num selo cilíndrico sumério de aproximadamente 3000 a.C.

Até esse momento, a civilização se baseara na crença de que a humanidade fora criada pelos deuses para seus próprios fins. As cidades, repositórios da civilização, eram fundações divinas, supostamente iniciadas como centros sagrados de peregrinação. Cada cidade era criação e morada de determinado deus. Era como se a “vida real” fosse a vivida pelos deuses no reino divino, enquanto o que se passava aqui embaixo, na Terra, fosse um espetáculo secundário, praticamente irrelevante.

O período de Sargão e Naram-Sin alterou tudo isso, deslocou o foco para o mundo humano e introduziu uma nova concepção do sentido do Universo: uma concepção que fazia das pessoas, e não dos deuses, os principais sujeitos da história mesopotâmica. A humanidade assumiu o controle. Os homens – e as mulheres – tornaram-se senhores de seu destino. É claro que as pessoas continuaram devotas, ainda levavam sacrifícios aos templos, ofereciam as libações, praticavam os ritos e invocavam os nomes dos deuses em todas as oportunidades. Mas a devoção dessa era passou a ter um sabor muito diferente. Quando Sargão nomeou a própria filha para o cargo de suma sacerdotisa – talvez o equivalente a uma gerente-geral ou principal executiva – do templo de Nana, o deus da Lua, em Ur, que era a sede de todos os templos da Lua, ela introduziu

um elemento do estilo heroico da Idade do Bronze na própria prática religiosa. Mesmo nesse aspecto, o foco se deslocou do céu para a terra, dos deuses para seus adoradores. A filha de Sargão tornou-se a primeira autora identificável da história, e a primeira a expressar uma relação pessoal entre ela e seu deus.

Zirru, sacerdotisa do deus Nana

Embora a língua da corte de Sargão na parte norte da planície aluvial fosse o semítico, e sua filha certamente tivesse um nome semita de nascimento, ao se mudar para Ur, o coração da cultura suméria, ela adotou um título oficial sumério: Enheduana – “en” (sumo sacerdote ou suma sacerdotisa), “hedu” (ornamento), “ana” (do céu): “Suma Sacerdotisa Ornamento do Céu”. Mudou-se para o Giparu de Ur, uma labiríntica e vasta construção religiosa que continha um templo, acomodações para o clero, áreas para refeitório, cozinha e banhos, e também um cemitério onde eram sepultadas as sumas sacerdotisas, embora algumas fossem enterradas no piso de suas casas. Os registros sugerem que os fiéis continuavam a fazer oferendas para essas sacerdotisas mortas. O fato de um dos artefatos mais notáveis, uma prova física da existência de Enheduana, ter sido encontrado numa camada datada de muitos séculos após a época de sua vida torna provável que ela, em particular, tenha sido lembrada e cultuada muito depois da queda da dinastia que a havia nomeado para a administração do templo.

Essa prova é um disco de alabastro, desencavado já com algumas lascas por Leonard Woolley em 1926. No verso lê-se a inscrição: “Enheduana, sacerdotisa Zirru do deus Nana, esposa do deus Nana, filha de Sargão, rei de Kish … fez um altar e o chamou de ‘Tablado, Mesa do Céu’.” No anverso, após a restauração dos pedaços soltos encontrados pelos escavadores, uma faixa de baixo-relevo que imita a impressão de um selo cilíndrico mostra a própria grande senhora, num vestido lanoso pregueado, dedicada a seus deveres religiosos, parada atrás de um sacerdote nu e de cabeça raspada que faz uma libação. À direita dela há outras duas figuras, uma segurando uma vareta e a outra carregando um jarro com alça, ou um cesto ritual. Ela tem a mão direita levantada num gesto de devoção. A expressão de seu rosto, exibido de perfil, é severa. O nariz é grosso.

Em meio aos fragmentos também se encontraram selos e impressões de selos que trouxeram outras confirmações sobre sua época no templo, identificando, entre outras, “Ada, administradora da propriedade de Enheduana”, “Ó Enheduana, filha de Sargão, Sagadu, o escriba, é teu criado”, e a encantadora inscrição “Ilum Palilis, cabeleireiro de Enheduana, filha de Sargão” – embora a posse de uma peça caríssima, como um selo cilíndrico de lápis-lazúli, signifique que este era, provavelmente, o supervisor do departamento de perucas e maquiagem do palácio.

Sentada em seu quarto, ou talvez seu gabinete, pois a diretora de uma instituição grande e prestigiosa como o templo de Nana em Ur com certeza devia dispor das melhores condições de trabalho, com o cabelo lindamente penteado por Ilum Palilis e sua equipe, e ditando para seu escriba – talvez o próprio Sagadu, cujo selo foi encontrado por Woolley –, Enheduana pôs-se a deixar sua marca permanente na história, compondo em seu próprio nome uma série de mais de quarenta extraordinárias obras litúrgicas, que foram copiadas e recopiadas por quase 2 mil anos.

Suas composições, embora redescobertas apenas nos tempos modernos, foram modelos de orações petitórias por um período ainda mais longo. Por intermédio dos babilônios, influenciaram e inspiraram as preces e salmos da Bíblia judaica e os hinos homéricos da Grécia. Por meio delas, vagos ecos de Enheduana, a primeira autora literária a ter seu nome na história, podem ser ouvidos até na hinologia da Igreja cristã primitiva.

Sua composição mais abrangente, conhecida como “hinos dos templos sumérios”, é uma sequência de 42 versos relativamente curtos, que apostrofam em sucessão cada um dos templos das terras da Suméria: Ó Isin, cidade fundada pelo deus An [*deus do céu*], Que ele construiu numa planície vazia!

Teu exterior é poderoso, teu interior, construído com arte, Teus poderes divinos são os que An decretou.

Ó estrado inferior amado por Enlil,

Ó lugar onde An e Enlil determinam todos os destinos, Onde ceiam os grandes deuses, repletos de grande assombro e pavor…

Tua senhora, a grande curadora da Terra, Nininsina, filha de An,

Erigiu uma casa em teu recinto, ó morada de Isin, E colocou seu assento sobre teu estrado.

Uma cidade após outra é invocada dessa maneira, cada qual descrita, por sua vez, com detalhes apropriados. Somente no final da série obtemos o que talvez seja um vago indício da finalidade de todo esse exercício: que a tarefa de escrever esses hinos teria sido empreendida, muito possivelmente, como parte da política imperial de Sargão, para ajudar a unificar suas terras, com sua multiplicidade de deuses diferentes, numa só comunidade confessional. Num verso que exibe mais que um mero eco da autoapresentação de seu pai, Sargão, como um herói inovador, a suma sacerdotisa anuncia a ele: “A compiladora das tabuletas foi Enheduana. Meu rei, aqui se criou algo que ninguém havia criado antes.”

É na grande obra-prima de Enheduana que o novo espírito religioso da idade heroica se expressa com mais clareza: uma longa prece a Inana, conhecida por suas primeiras palavras como “Nin-me-sara” – “Senhora de todo o *Me*” –, onde “nin” significa “senhora”, “me” são os princípios civilizadores que Inana é famosa por ter extorquido daquele que os guardava, Enki, e “sara”, nessa formulação, significa “todo”. A filha de Sargão opta por não se dirigir a seu senhor e marido oficial, Nana, o deus da Lua, mas à padroeira e defensora de seu pai, Inana, a resplandecente deusa guerreira que ele chamava de Ishtar.

Se soubéssemos traduzir adequadamente em linguagem moderna o sumério antigo, com toda a riqueza dos múltiplos significados e interpretações que a escrita cuneiforme torna possíveis e inevitáveis, essa exortação apaixonada de uma sacerdotisa à deusa Inana seria valorizada entre as joias da literatura mundial. Infelizmente, só podemos conhecê-la por seu conteúdo, e não por sua habilidade artística. Por exemplo, a espantosa enxurrada de elogios e adulações com que se inicia a prece, numas quarenta linhas em que são descritos e enaltecidos todos os aspectos concebíveis da aparência, dos poderes e dos atos da deusa, começa por “Senhora de todo o *Me*, que se eleva em resplandecente luz…”. A dra. Annette Zgoll, sua tradutora mais recente, destaca que o texto cuneiforme também tem o sentido de “Rainha de incontáveis batalhas, que se eleva qual furiosa tempestade…”. Todavia, ainda que a beleza do texto fique

fora de nosso alcance, o que ele expressa é bastante claro: uma relação inteiramente nova entre sacerdotisa e deusa.

Os fiéis sumérios sempre haviam se humilhado e degradado diante dos deuses, como escravos rastejando perante seus senhores. Enheduana quer ser levada a sério e exige reconhecimento. Pode não passar de um ser humano, mas espera que Inana a escute. Argumenta com a deusa e tenta convencê-la a agir, recordando-lhe o destino costumeiro dos que se recusam a reconhecer a autoridade de Inana: Senhora suprema das terras estrangeiras, Quem pode tirar algo de teu território?

… Os grandes portais deles se incendeiam, O sangue jorra em seus rios, por tua causa…

Eles conduzem todas as suas tropas cativas diante de ti…

Tempestades encheram as praças de dança de suas cidades.

E ela contrasta com isso seus próprios serviços devotados: Sábia e prudente senhora de todas as terras estrangeiras, Força vital do povo fervilhante:

Eu recitarei teu canto sagrado!…

Sincera e bondosa mulher de coração radiante, Eu enumerarei teus poderes divinos.

Eu, En-hedu-ana, a suma sacerdotisa,

Entrei em meu Giparu sagrado a teu serviço.

Mas algo parece ter corrido muito mal na incumbência de Enheduana em Ur. Um líder rebelde da cidade de Uruk, chamado Lugal-Ane, que sabemos por outras fontes haver liderado uma revolta contra o neto de Sargão, Naram-Sin, de quebra expulsou do Giparu a tia do rei: Trouxeram-se oferendas fúnebres,

Como se eu nunca tivesse vivido ali.

Aproximei-me da luz, mas a luz me chamuscou, Aproximei-me da sombra, mas fui coberta por uma tempestade.

Minha boca adoçada de mel tornou-se espumosa.

Enheduana insiste em que seu destino seja relatado a An, deus do céu: Conta a An sobre Lugal-Ane e meu destino!

Que An o desfaça para mim!

Assim que contares a An, An me libertará.

É que Lugal-Ane tinha se mostrado ímpio e indigno da proteção dos deuses: Lugal-Ane alterou tudo.

Retirou An do templo de E-Ana.

Não reverenciou a maior das divindades.

Transformou o templo

Cujas atrações eram inesgotáveis, Cuja beleza era infindável,

Num cenário de destruição.

Quanto à própria Enheduana, seu destino é desolador: Ele postou-se ali em triunfo e me expulsou do templo.

Fez-me voar pela janela qual andorinha; Minha força vital está esgotada.

Ele me fez andar pelas moitas de espinhos das montanhas.

Despojou-me da coroa legítima da suma sacerdotisa.

Deu-me uma faca e um punhal,

Dizendo: “Estes são agora teus adornos apropriados.”

No fim, Lugal-Ane parece ter sido posto sob controle, e Enheduana foi devolvida a seu lugar de direito no Giparu. A recompensa da deusa por seu auxílio são profusos louvores: Minha amada senhora de An,

Que teu coração se acalme para mim,

A brilhante suma sacerdotisa de Nana!

É preciso que saibam! É preciso que saibam!…

Saibam que és altiva nos céus!

Saibam que és ampla como a terra!

Saibam que destróis as terras rebeladas!

Saibam que ruges contra as terras estrangeiras!

Saibam que esmagas cabeças!

Saibam que devoras cadáveres como um cão!

Saibam que teu olhar é terrível!

Saibam que ergues teu olhar terrível!

Saibam que tens olhos faiscantes!

Saibam que és inabalável e inflexível!

Saibam que sempre te ergues triunfante!

Ampliação dos horizontes

A história só costuma registrar as personalidades e atos dos poderosos e dos bons – ou dos muito maus. É muito mais difícil descobrir como os cidadãos médios e comuns de uma das florescentes cidades do Império Acádio vivenciaram esse bravo e heroico novo mundo da Idade do Bronze.

Podemos tecer algumas conjecturas razoáveis. Essa deve ter sido uma sociedade altamente militarizada, na qual se veriam guerreiros armados patrulhando as ruas com frequência, sobretudo nas cidades provinciais, em cuja lealdade o centro nem sempre podia confiar. Sargão escreveu que, todos os dias, 5.400 homens, talvez o núcleo de um exército permanente, faziam sua refeição diante dele na Acádia. Mais assustadoras para os habitantes deviam ser as insurreições e revoltas que eclodiam frequentemente, com líderes urbanos patrióticos tentando abalar a dominação imperial, como quando Rimush, filho de Sargão, enfrentou revoltas de um rei de Ur e outras quatro cidades. Em todos esses casos, os levantes foram implacavelmente esmagados. Naram-Sin "foi vitorioso em nove batalhas num único ano": o que essas insurgências custaram à inocente população urbana não ficou registrado; as perdas de vidas humanas e de bens devem ter sido amiúde deploráveis.

Mas nenhum império consegue sobreviver sem o apoio ou, pelo menos, o assentimento silencioso de uma grande parcela da população. Havia compensações para os ônus da dominação imperial. Os cidadãos dos principais territórios da Suméria e da Acádia decerto hão de ter reconhecido que seus horizontes tinham sido incomensuravelmente alargados. Objetos de valor, bens e materiais de toda a região mais ampla chegavam em profusão. Embarcações de locais distantes como o Barein (Dilmun, em acádio), Omã (Magan) e até o Indo (Meluha) atracavam nos cais da Acádia e descarregavam seus tesouros; navegantes estrangeiros, falantes de línguas estranhas, circulavam em grande número pelas ruas próximas dos portos. Balsas carregadas até a amurada de

cereais vindos de fazendas distantes, irrigadas pela chuva, muito além da planície aluvial, chegavam diariamente ao porto, desembarcavam sua carga e eram desmontadas de imediato, destinando-se sua madeira à reciclagem em crescentes projetos locais de construção. Sargão chegou até a afirmar ter cruzado "o mar ocidental" – o Mediterrâneo –, fanfarrice que descartamos facilmente até nos lembrarmos de que um selo com a inscrição "Apil-Ishtar, filho de Ilu-bani, servo do divino Naram-Sin" foi encontrado em Chipre na década de 1870.

É provável que o sistema econômico pouco se houvesse modificado em relação à prática mista de mercado de épocas anteriores. Os imperadores podiam deter um poder supremo, mas preferiam seguir os costumes e leis estabelecidos. Quando buscavam terras para distribuir entre seus seguidores e simpatizantes, é bem possível que as vendas fossem forçadas e os vendedores, coagidos, mas o palácio pagava. Uma pilastra de diorito negro, com uma inscrição do reinado de Manishtushu, filho de Sargão, registra a compra de várias propriedades grandes, que totalizaram pouco menos de 2,6 quilômetros quadrados e parecem ter custado ao monarca o valor corrente em prata, mais uma soma adicional pelas construções e um presente em joias e roupas pela boa vontade. Para manter todos a seu lado, aparentemente o rei também sustentava – "fazia comer" – 190 trabalhadores, cinco funcionários de um distrito chamado Cidade do Deus da Lua, Dur-Sin, e 49 funcionários da capital, Acádia, incluindo governadores, um ministro-chefe, um sacerdote adivinho, um profeta do templo, três escribas, um barbeiro, um copeiro e ainda o sobrinho do rei e dois filhos de Surushkin, governador de Umma.

Cobravam-se tributos, é claro, para custear tudo isso e uma burocracia crescente, assim como uma florescente classe de artesãos. A cultura acádia de heróis valorizava tanto a civilização quanto a guerra, reconhecendo que as artes mais amenas eram essenciais para manter a paz e a ordem em toda a extensão dos domínios. Os guerreiros da Idade do Bronze amavam a poesia. Podemos ter certeza de que bardos, cantores de baladas, músicos e recreadores diversos eram bem-vindos na corte, particularmente se cantassem os feitos heroicos do governante. Essas produções eram efêmeras, mas sabemos que outras artes e

outros ofícios eram incentivados, a julgar pela excelência alcançada nos projetos arquitetônicos, nas esculturas em pedra e na metalurgia. Infelizmente, os metais preciosos estão sempre fadados a ser reciclados, de modo que praticamente não se recuperou nenhuma peça da joalheria acádia. Mas essa falta é parcialmente compensada pela profusão de selos cilíndricos desencavada pelos arqueólogos, os quais mostra que os entalhadores de sinetes da Acádia atingiram um grau quase ímpar de perfeição no desenho e na execução. Como disse Marc van de Mieroop, professor de Estudos do Antigo Oriente Próximo da Universidade Columbia: “A impressão que se tem dos restos materiais desse período é de habilidade, atenção aos detalhes e talento artístico.”

Ao mesmo tempo, deram-se os primeiros passos para ordenar o caótico sistema sumério de mensuração. Até o período acadiano, cada cidade defendia ferozmente seu próprio sistema de pesos e medidas, bem como maneiras de registrá-lo – e, para piorar a confusão, diferentes sistemas numéricos de bases diferentes eram usados para diferentes artigos e produtos. Nesse período foram então introduzidas medidas universais de comprimento, área, capacidade seca e líquida e peso, unidades estas que se manteriam como o padrão por mais de mil anos. Prescreveram-se nomes oficiais para os anos:

O ano em que Sargão foi a Simurrum.
O ano em que Naram-Sin derrotou…
e derrubou cedros no monte Líbano.
O ano posterior ao ano em que
Shar-kali-shari foi à Suméria pela primeira vez.

Talvez a mudança mais importante e mais significativa em termos históricos, dentre as que foram impostas pelos governantes acádios, tenha sido o uso, nos documentos oficiais, da língua semítica, que hoje podemos propriamente chamar de acádio, embora o sumério continuasse a ser usado até o fim da história mesopotâmica como língua erudita e religiosa. Sargão e seus descendentes não tiveram intenção de substituir a cultura mesopotâmica meridional, mas sim de chegar à glória mediante o favorecimento dela.

Fazia algum tempo que a escrita cuneiforme vinha estendendo seu alcance ao registro das línguas faladas semítica e suméria. Para o olhar desavisado, o texto cuneiforme parece exatamente igual. Mas a nova condição oficial do acádio escrito pôs em foco uma camada adicional de complexidade, somada a um sistema já difícil. Os significados sumérios dos sinais não foram substituídos, mas se mantiveram paralelos a seus equivalentes acádios. Assim, cada sinal podia ser lido como uma palavra ou palavras sumérias, ou, alternativamente, por seus valores fonéticos; podia também ser lido como a palavra ou palavras equivalentes em acádio, ou como seus respectivos valores fonéticos. O sinal semelhante a uma estrela podia permanecer mudo, significando apenas que a palavra seguinte referia-se a uma divindade, ou ser lido como Deus ou Céus – no sumério, DINGIR ou AN, *shamum* ou *ilum* em acádio; e também podia ser usado para representar apenas os sons dessas palavras.

Isso faz da decifração da escrita cuneiforme uma espécie de dor de cabeça para os estudiosos de hoje, mas é de presumir que ela fosse muito mais clara para aqueles que tinham essas línguas nativas. Seja como for, na Antiguidade parece ter havido uma hierarquia entre os escribas, e os que se especializavam em tarefas práticas não precisavam conhecer nem compreender as complexidades mais enigmáticas do sistema. Para assegurar a uniformidade, um estilo padronizado de escrever os sinais, uma “antiga mão acádia”, econômica e elegante, era ensinada nas escolas de escribas de toda a região, desde as terras altas do Irã até as nascentes do Tigre e do Eufrates, na Anatólia, e as praias do Mediterrâneo. E, mediante a difusão dessa escrita formalizada, a língua acádia tornou-se a língua franca de todo o Oriente Próximo, e assim permaneceu até a ascensão do aramaico, mil anos depois ou mais.

E foi assim que o Império Acádio, prenunciando o Júlio César de Shakespeare, dominou o estreito mundo do Crescente Fértil como um colosso: nos planos militar, econômico, cultural e linguístico. A despeito dos levantes, insurreições e insurgências regulares, Sargão e seus descendentes, todos heróis da Idade do Bronze, mantiveram um rígido controle durante mais de um século, espalhando a civilização sumério-acádia por toda a planície mesopotâmica, pelos

vales das nascentes do Tigre e do Eufrates e por todas as terras circunvizinhas, a leste, oeste, norte e sul. Ou, como eles mesmos chamavam os pontos cardeais, as direções “do vento das montanhas, do vento dos amoritas, do vento de tempestade e do vento do navio que sobe a correnteza”.

NÃO OBSTANTE, esse mundo de extraordinária promessa viria a desaparecer num piscar de olhos – ou assim parece, na *longue durée* da perspectiva histórica. Os bárbaros lutaram por muitos séculos para expulsar o Império Romano de César da Europa ocidental e empurrá-lo para seu último reduto, em Constantinopla. O sucessor do Estado romano na Ásia Menor, o Império Otomano, foi declinando ao longo de aproximadamente duzentos anos. Os impérios europeus modernos desmoronaram em menos de cinquenta. O império de Sargão parece haver desaparecido por completo numa fração desse tempo.

Desde 1979, uma equipe da Universidade Yale faz escavações em Tell Leilan, na Síria, outrora chamada Shehna. Na época dos acádios, esse era um grande centro provincial, que dominava o vale do rio Khabur entre o alto Eufrates e o alto Tigre. Ainda hoje, as antigas muralhas se erguem, em alguns pontos, quinze metros acima do nível do solo. Os arqueólogos conseguiram levantar com detalhes consideráveis a ascensão do antigo povoado e sua incorporação ao Império Acádio, quando, por mais que pudesse ser provinciano, ele se tornou uma vitrine do império. Um grupo de construções magníficas erguia-se na acrópole, equipado com todas as instalações: silos para cereais, plataformas para o culto religioso, escola, termas, um imenso bloco fortificado de escritórios administrativos e, entre eles, amplas áreas de jardins.

Bem na rua principal, em frente à escola, havia um enorme projeto de obras em andamento, que devia ter o objetivo de suplantar todas as construções anteriores. Isso porque, além dos habituais tijolos cozidos ao sol e em fornos, as muralhas e fundações dessa vitrine do poder imperial acádio deviam ser de pedra, com dois metros de espessura, retiradas de grandes pedregulhos de basalto levados para o local de um ponto situado a pelo menos quarenta quilômetros de distância.

A construção parecia caminhar bem, quando, como que da noite para o dia, todo o trabalho cessou de repente. Os escavadores de Yale constataram que as fundações tinham sido lançadas e os muros, parcialmente erigidos e revestidos, quando os operários largaram abruptamente suas ferramentas e se foram. O dr. Harvey Weiss, que dirige o grupo de Yale, relatou que “vários pedregulhos de basalto situavam-se a sudeste da construção, perto de uma parede parcialmente erigida, abandonados a alguns metros da parede de quina. Esses pedregulhos de basalto encontravam-se em vários estágios de preparação, alguns já transformados em blocos utilizáveis, alguns com marcas visíveis de cinzel, mas ainda sem um formato passível de uso, e outros que ainda não tinham sido lavrados”. E mais, essa suspensão repentina das atividades combinou com indícios de que a vida urbana também havia cessado por completo em todas as outras partes da cidade; Shehna parece ter sido totalmente abandonada, sem voltar a ser ocupada durante vários séculos.

Os arqueólogos que trabalham entre os cômoros e ruínas de outras partes da Mesopotâmia setentrional também depararam com um término súbito das relíquias da civilização. Logo acima do nível associado aos últimos governantes da dinastia de Sargão… não havia nada. Artefatos, lascas de cerâmica, selos, tabuletas escritas, tudo desaparecido. Todos os sinais de ocupação humana haviam sumido por completo, ou se mostravam drasticamente reduzidos. Em Tell Brak, outra antiga fundação nas imediações, os habitantes urbanos tinham se retraído para um quarto da área anterior.

Alguma coisa devastadora havia acontecido. Mas o quê? A Lista dos Reis Sumérios joga as mãos para o alto, em desespero: “157 são os anos da dinastia de Sargão. Depois disso, quem foi rei? Quem não foi rei? Irgigi foi rei, Imi foi rei, Nanum foi rei, Ilulu foi rei. Os quatro reinaram por apenas três anos.” Depois disso, o império parece haver se encolhido na área imediatamente ao redor da cidade de Acádia, onde a soberania independente capengou por mais algum tempo antes de ser definitivamente extinta por uma leva de bárbaros vindos das montanhas.

Os culpados foram chamados pelos antigos de gutis, os quais desceram em massa do alto vale do Diyala e deixaram em sua esteira a devastação. “A realeza foi levada para as hostes de Gutium, que não tinha rei”, diz a Lista dos Reis. Um lamento poético posterior, *A maldição da Acádia*, explica que o deus “Enlil fez saírem das montanhas aqueles que não se assemelham a outros povos, que não são considerados parte da terra, os gutis, um povo desenfreado, dotado de inteligência humana, mas com instintos de cão e aparência de macaco”.

A catástrofe que eles fizeram abater-se sobre a Acádia foi implacável:

> Nada escapou de suas mãos, ninguém evitou suas garras. Os mensageiros não mais percorreram as estradas, o barco do mensageiro não mais navegou pelos rios … Prisioneiros faziam a vigilância. Salteadores ocuparam as estradas. As portas dos umbrais da cidade ficaram prostradas na lama e todas as terras estrangeiras soltaram gritos amargurados das muralhas de suas cidades.

Os historiadores mais antigos, que habitualmente atribuíam todas as mudanças culturais a invasões e conquistas, tomaram isso por história e aceitaram como fato corriqueiro que o império de Sargão e Naram-Sin havia simplesmente sucumbido a um ataque esmagador de bárbaros. Mas, embora haja boas razões para crermos que os tempos imperiais acadianos foram realmente seguidos por um período tenebroso de décadas, ou até de um século, no qual homens de tribos incivilizadas ditaram as ordens em grande parte da Mesopotâmia, parece muito improvável que os gutis pudessem dominar o império sozinhos, pela força das armas. Antes disso, a Acádia tivera pouca dificuldade para resistir ao ataque de inimigos muito mais organizados.

Em consonância com sua visão de mundo, os próprios mesopotâmios atribuíram a culpa do desastre à ira dos deuses e ao orgulho dos imperadores e suas práticas blasfemas. A retaliação tinha sido uma consequência necessária, e os deuses haviam punido a arrogância alterando o curso da natureza e causando a fome:

> Pela primeira vez desde que as cidades foram construídas e fundadas,
>
> Os campos não produziram grãos,
>
> Os prados inundados não produziram peixes,
>
> Os pomares irrigados não produziram mel nem vinho,

As nuvens reunidas não trouxeram chuva, a árvore do masgurum não cresceu.

Nessa época, um siclo de azeite era apenas meio quarto…

Quem dormia no telhado morria no telhado,

Quem dormia na casa não era sepultado,

As pessoas se flagelavam de fome.

É costumeiro os estudiosos nos avisarem que os documentos sempre dizem muito mais sobre a época em que são escritos do que sobre aquela que afirmam descrever. Dado que *A maldição da Acádia* foi escrita muito depois do ocorrido, sua descrição da fome generalizada nunca foi muito levada a sério. Mas as escavações de Yale em Tell Leilan sugerem que talvez tenha havido bem mais veracidade nos detalhes do lamento épico do que antes se pensava.

A análise de uma camada de solo de quase sessenta centímetros de espessura, estendida sobre os últimos vestígios de ocupação humana, não mostrou nada além de areia fina e poeira sopradas pelo vento, sem nem ao menos buracos de minhocas e trilhas de insetos. Essa é a assinatura imediatamente reconhecível da seca extrema – a desertificação. Essa mesma cobertura mortífera foi encontrada numa extensa área ao redor de Tell Leilan e outros locais. Os pesquisadores puderam detectar alterações similares em amostras submarinas e sondagens terrestres por todo o Oriente Médio; o que aconteceu em Shehna não foi um mero acontecimento local. Todo o norte da Mesopotâmia simplesmente secou durante cerca de trezentos anos, “primeira vez que uma mudança climática abrupta foi diretamente ligada ao colapso de uma civilização próspera”, observou o dr. Weiss. “Em algum momento depois de 2200 a.C., as chuvas sazonais escassearam e foram substituídas por tempestades devastadoras. Elas esvaziaram cidades e aldeias, fazendo as pessoas seguirem trôpegas para o sul com pastores nômades para buscar alimento ao longo de rios e córregos. Durante mais de cem anos, a desertificação continuou, desarticulando cidades desde o sudoeste da Europa até a Ásia central.” Lavouras e animais pereceram. As pessoas ficaram na miséria, passaram fome e morreram. O transporte de cereais irrigados pela chuva para a Acádia e as cidades do sul foi suspenso, deixando a própria Suméria pressionada para alimentar suas massas. Milhares de pessoas

deixaram suas casas no norte e inundaram as estradas que levavam às cidades antigas, agravando o problema. Entretanto, com a forte redução da chuva fazendo os próprios grandes rios fluírem mais devagar e com águas mais rasas, a irrigação tornou-se mais difícil e se constatou ser impossível produzir alimento suficiente para compensar as perdas no norte.

Em seguida, a mudança climática levou a instabilidade aos povos bárbaros das cercanias, o que fez hurritas, gutis e amoritas brotarem de todas as direções rumo às planícies, a fim de pegar o que pudessem para sobreviver. Em meio a tamanhos tumultos, as coisas se desarticularam, o centro não pôde sustentar-se. A simples anarquia espalhou-se à solta pelo mundo. Quem era rei? Quem não era rei?

Está longe de ser difícil imaginar o sofrimento dos habitantes de Shehna e das outras possessões imperiais nortistas, à medida que seus campos murcharam e seus rebanhos esquálidos morreram. Temos visto acontecer um número suficiente de desastres similares nos últimos séculos.

Como se poderia esperar, alguns estudiosos discordam com veemência da descrição da Universidade Yale sobre a queda do Império Acádio, acusando o dr. Weiss de exagerar a importância de suas descobertas, exagerar a interpretação de seus resultados e tomar os antigos textos de forma demasiadamente literal. Mas, quer a Acádia tenha sido destruída por uma mudança climática, por ataques bárbaros, pela pressão populacional, pelo enrijecimento da burocracia ou por qualquer das outras razões propostas para explicar seu desaparecimento singularmente repentino, quer, a rigor, tenha sido destruída pela combinação de algumas dessas coisas, ou de todas elas, o fato é que ela desmoronou.

A entidade política que Sargão e seus descendentes haviam criado, o império da Suméria e da Acádia, simplesmente não foi suficientemente robusto para suportar todas as pressões exercidas sobre ele. O império havia alargado suas fronteiras e esticado seus recursos até o máximo limite possível. Apesar de ter desenvolvido uma burocracia e um sistema aprimorado de contabilidade, muito mais adiantado que qualquer coisa já vista, essa ainda era uma economia agrária, um mundo em que o transporte mais veloz das mercadorias era feito por

caravanas de burros e em que os suprimentos não podiam ser carregados, talvez, por mais de 25 quilômetros por dia. Sem a infraestrutura necessária, as ambições da Acádia haviam ultrapassado em muito a sua capacidade de satisfazê-las.

Se as cidades e civilizações são como máquinas, é tentador ver o Império Acádio como um daqueles aviões de caça da guerra de meados do século XX, o Spitfire ou o Messerschmitt 109, que deveram seu sucesso e sua dominação dos céus ao fato de terem sido projetados para voar no próprio limite da estabilidade. Quando tudo corria bem, eles eram magníficos. Quando danificados numa parte vulnerável, rodopiavam e se espatifavam no chão. Outros aviões, projetados de maneira mais conservadora – e mais insípida –, eram capazes de voltar cambaleantes para casa, mesmo com as asas e a cauda todas perfuradas pelas balas das baterias antiaéreas.

Mais uma vez, tal como havia acontecido com a expansão de Uruk no IV milênio a.C., a sociedade mais progressista revelou-se a mais frágil. Outra vez, o estilo de vida mais cauteloso e tradicional das cidades sumérias das áreas mais meridionais da planície mesopotâmica mostrou-se mais estável e mais apto a suportar os choques que a história impôs a elas.

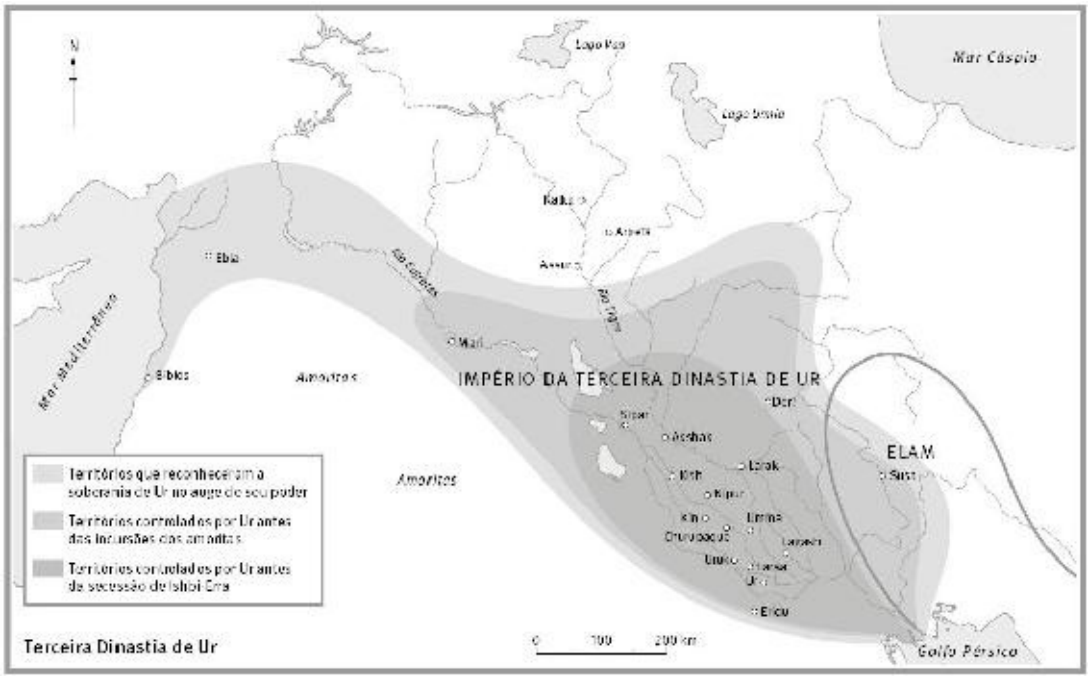
O governante urbano mais conhecido desse interregno pós-acadiano, Gudeia de Lagash, tomou o cuidado de não se denominar *lugal* nem rei, mas apenas *ensi*, governante, como se, voltando à antiga tradição, o verdadeiro monarca fosse o deus da cidade, Ningirsu, senhor da maça e do machado de guerra. Mais de duas dúzias de estátuas votivas de Gudeia foram recuperadas, sendo provavelmente imitações fiéis, visto que todas representam de maneira reconhecível o mesmo homem. Todas enfatizam sua profunda devoção e suas inúmeras boas obras, sobretudo a construção e a restauração de templos. O trabalho artesanal é esplêndido, a habilidade dos escultores é magistral, porém, acima de tudo, as estátuas de Gudeia expressam um retorno aos valores sumérios: dignidade e formalidade e serenidade, numa forte reação ao estilo humanista e enérgico dos imperadores acadianos, visto na cabeça de cobre de Sargão e na estela da vitória de Naram-Sin.

A Mesopotâmia não voltaria a caminhar com confiança para o futuro enquanto a dominação dos gutis não pudesse ser rechaçada, de algum modo, e a terra não recuperasse parte de sua antiga autoestima.

[d] Verso de *Júlio César*, ato I, cena II, de Shakespeare. (N.T.)

7. Ressurgimento sumério: o Estado dirigista

*c.*2100 a 2000 a.C.



Devolvendo a realeza à Suméria

Foi Utu-hegal (“o deus do Sol traz fartura”) quem afirmou ter livrado a Mesopotâmia dos gutis. Devia estar preparando sua revolta muito antes de agir. Devia ter passado muitos meses, talvez anos, reunindo um bando suficientemente grande de simpatizantes, homens dispostos a arriscar tudo pela participação na glória de libertar a terra das “presas da cobra das montanhas”. Com certeza teria agentes enviando notícias a seu feudo em Uruk, mandando informações privilegiadas sobre a situação nas áreas em que esses estrangeiros, “pessoas que não são consideradas parte da terra”, exerciam um controle direto.

Ele tinha plena consciência de que os bárbaros haviam desdenhado de restabelecer a complexa máquina estatal de seus predecessores acádios, ou simplesmente não tinham ficado à altura dessa tarefa – por sua causa, diz uma crônica, “o mato cresceu alto nas estradas da terra”. Para seu domínio, em vez disso, eles contavam com a fragilidade das antigas fundações sumérias aglomeradas nas imediações da cabeça do golfo, que levaram muitas décadas para se recuperar dos desastres que haviam derrubado a dinastia de Sargão, o Grande. Aliás, os gutis jamais seriam perdoados por diferirem de outros aspirantes ao controle da Mesopotâmia, no sentido de não se interessarem por pegar o bastão da civilização e levá-lo adiante. Os cronistas nos lembram repetidamente que essas eram “pessoas infelizes, desconhecedoras de como reverenciar os deuses, ignorantes das práticas religiosas corretas”. Só podia ser uma questão de tempo que a confiança ressurgente das cidades meridionais levasse a um esforço conjunto para expulsá-los.

Utu-hegal queria certificar-se de ter o mérito dessa realização. Por outro lado, mantendo as tradições de épocas passadas, anteriores à idade heroica pré-acadiana, não queria reivindicar o mérito exclusivo. Na verdade, a rebelião nem era ideia sua: Enlil, o rei dos deuses, havia decidido que os gutis deviam ser expulsos da Mesopotâmia e o escolhera para essa tarefa. Uma inscrição

conhecida por três cópias posteriores fala-nos de sua famosa vitória, a primeira descrição detalhada que temos de uma campanha militar na Antiguidade.

Sua primeira parada foi o templo, para manter informada sua deusa padroeira, Inana: “Minha senhora, leoa na batalha, que golpeias com cabeçadas as terras estrangeiras, Enlil encarregou-me de trazer a realeza de volta à Suméria. Que sejas o meu auxílio!” A segunda providência foi obter o apoio da população de cidadãos. “Utu-hegal, o homem poderoso, partiu de Uruk e montou acampamento no tempo de Ishkur [o deus da tempestade]. Convocou os cidadãos de sua cidade, dizendo: ‘O deus Enlil me deu Gutium. Minha senhora, a deusa Inana, é minha aliada.’ Os cidadãos de Uruk e Kulaba alegraram-se e o seguiram, de comum acordo.”

Obtida a aprovação dos que o apoiavam no céu e na terra, Utu-hegal partiu com suas tropas de elite, marchando em direção norte ao longo do curso do Eufrates, depois virando para nordeste ao longo do canal de Iturungal. Sua força expedicionária avançou à velocidade aproximada de doze a quinze quilômetros por dia, acampando na noite do quarto dia na cidade de Nagsu. No dia seguinte, ele deteve seus homens no santuário de Ilitape, onde dois emissários de Tirigan, o rei dos gutis, foram procurá-lo para uma conversação, mas se viram presos e agrilhoados. Na tarde seguinte, o exército de Uruk montou acampamento em Qarqar, mas, no meio da madrugada, deslocou-se em segredo para um ponto além das linhas estrangeiras, mais acima de Adab, a uns oitenta quilômetros de Uruk, onde montou uma emboscada para o inimigo. Na batalha seguinte, o exército dos gutis foi desbaratado.

Tirigan abandonou seu carro de guerra e fugiu a pé, buscando refúgio, com a mulher e os filhos, num local chamado Dabrum. Mas os cidadãos dessa cidade, reconhecendo que a causa dos gutis estava perdida e “que Utu-hegal era um rei dotado de poder por Enlil”, prenderam o rei derrotado e sua família e os entregaram ao representante de Utu-hegal. “Este pôs algemas e uma venda nos olhos dele. Diante de Utu [o deus do Sol], Utu-hegal o fez prostrar-se a seus pés e pôs o pé em seu pescoço … Trouxe de volta a realeza para a Suméria.” (Os gutis, entretanto, obteriam sua vingança uns 1.500 anos depois, quando Ciro, o

Grande, durante sua conquista da Babilônia, enviou à frente tropas de assalto gutis, antes de chegar, dias depois, para desempenhar o papel do libertador magnânimo.)

Ao levar “de volta a realeza para a Suméria”, Utu-hegal lançou as bases do mais notável sistema social já concebido na antiga Mesopotâmia, embora ele próprio não vivesse para ver seu pleno desenvolvimento.

Os detalhes de “A vitória de Utu-hegal”, nome dado pelos assiriologistas ao texto do qual proveio a descrição anterior, sugerem que o relato seria bastante preciso. Todavia, os documentos desse tipo eram tão pouco escritos por historiadores desinteressados e imparciais quanto são hoje as reportagens dos tabloides. Alguns eram obras de franca propaganda, até grosseira, outros tinham um projeto mais sutil. Quando os Estados conquistam a independência pela primeira vez, ou quando a recuperam após um longo período, é comum tentarem estabelecer uma história nacional que justifique sua existência e afirme suas raízes e origens.

Nos anos seguintes à ocasião em que os judeus exilados na Babilônia obtiveram permissão do imperador persa para regressar a Jerusalém e começar a reconstruir seu local de culto, a Bíblia foi montada a partir de suas muitas fontes, desenvolvendo-se numa grandiosa saga da vitória dos hebreus, de sua instalação na Terra Santa e seu domínio sobre ela. O Venerável Beda escreveu sua *História eclesiástica do povo inglês* quando os reis da Nortúmbria, região em que vivia, iniciaram o processo de unificação de toda a Inglaterra, que demorou séculos. De maneira similar, é quase certo que a primeira versão da Lista dos Reis Sumérios tenha sido compilada não muito depois da expulsão dos gutis, com o propósito de mostrar que Utu-hegal, supostamente um homem não nascido na realeza, era herdeiro, ainda assim, do manto da monarquia legítima, o último descendente de uma longa linhagem de governantes que remontava aos tempos anteriores ao dilúvio.

Para algumas narrativas, a exatidão e a verdade não constituem problema. Quando, nesse período de ressurgimento sumério, os escribas redigiam as histórias do grande dilúvio, de divindades como Inana e Enki, de heróis semidivinos como Lugalbanda e Gilgamesh, de reis terrenos como Enmerkar e o Senhor de Arata, ou, a rigor, quando escreviam a maioria dos mitos e lendas antigos que teriam estado no repertório dos bardos e declamadores públicos durante séculos, a motivação primária não era a persuasão política, mas a preservação. Foi como se o interregno dos gutis houvesse causado um enorme susto nos guardiães da cultura mesopotâmica, enfatizando a fragilidade da tradição oral, o perigo de se perder a antiga sabedoria, e sublinhando a importância de registrar o máximo possível sob forma escrita permanente. Foi justamente por essas razões que o sagrado Alcorão foi escrito, a princípio, depois que muitos dos que o haviam decorado e recitado, os *hufaz*, foram mortos na guerra civil que se seguiu à morte do profeta do islamismo. Devemos alegrar-nos pelo fato de os sumérios haverem aprendido a mesma lição. Se os escribas não houvessem codificado diligentemente as histórias em tabuletas de argila, a serem desenterradas milhares de anos depois, hoje nada saberíamos delas.

No entanto, quando os documentos têm a intenção de estabelecer uma história nacional, os leitores devem tomar cuidado. Uma crônica da Babilônia, provavelmente escrita uns trezentos anos depois da época dos gutis e predominantemente interessada nos preparativos adequados para as oferendas a um novo deus, Marduk, divindade tutelar de uma nova cidade, Babilônia – sendo Marduk e a Babilônia desconhecidos ou, pelo menos, sem importância na época de Utu-hegal –, atribuiu o choque entre a civilização e o barbarismo, entre sumérios e gutis, a uma simples questão de peixes cozidos: “Utu-hegal, o pescador, pegou um peixe à beira-mar para uma oferenda. Esse peixe não deveria ser oferecido a outro deus enquanto não fosse oferecido a Marduk. Mas o guti tirou-lhe o peixe cozido da mão antes que ele fosse oferecido. E assim, por seu augusto comando, Marduk retirou a força guti da dominação de sua terra e a deu a Utu-hegal.”

Tudo de que podemos ter certeza é que, em algum momento em torno de 2100 a.C., a terra da Suméria começou a se reconstruir, e uma cidade ressurgente de Ur, sob sua terceira dinastia – por isso conhecida no ramo da assiriologia como Ur III –, construiu um grande Estado imperial regional. Em seu apogeu, esse novo Império Sumério incluiu grande parte da Mesopotâmia, na qual as cidades antes independentes tornaram-se províncias e onde uma penumbra circundante de territórios vassalos, sob governo militar, passou a pagar tributos ao centro.

O sumério voltou a ser a língua do governo – embora se falasse acádio nas ruas – e o complexo militar-clerical retornou ao poder. Também as artes refletiram um retorno às antigas formalidades sumérias. Mas, se o estilo externo da cultura neossuméria era conservador, ou até retrógrado, não houve abandono dos avanços na ciência da governança obtidos pela dinastia acádia de Sargão: os aperfeiçoamentos na administração, organização, economia, política, direito e cultura dos escribas, bem como nas técnicas matemáticas, astronômicas, de calendário e protocientíficas necessárias para fazê-los funcionar. Ao contrário, esses aperfeiçoamentos foram rigorosamente aplicados e ainda mais desenvolvidos, criando um aparelho de Estado mais centralizado e dirigista do que qualquer outro já tentado até então.

Ou assim se acredita, com base no único tipo de texto em que podemos depositar alguma confiança: o documento administrativo.

O Estado neossumério deixou-nos um vasto número de registros burocráticos gravados em tabuletas de argila. Infelizmente, muitas foram ilegalmente desenterradas e sua proveniência nunca foi registrada. Cerca de 50 mil foram transcritas e traduzidas, quase o triplo desse número está à espera de estudos e é provável que um número pelo menos cem vezes maior esteja sob as areias, aguardando descobrimento. Transcrever e traduzir todas levaria séculos.

Sem interesses políticos a defender e sem outro objetivo senão registrar os dados de transações econômicas ou sociais, as tabuletas administrativas possibilitam preencher detalhes a respeito da sociedade antiga que nunca foram descritos de outra maneira. Mas deles não obtemos uma imagem completa.

Estudar as tabuletas desse período é como abrir uma portinhola de inspeção para os arranjos internos de um mecanismo complexo, cujos propósito e projeto geral continuam vagos. Ou, mudando a metáfora, vemos muitas árvores, mas a forma da floresta ainda nos escapa em sua maior parte. E também devemos tomar cuidado para não ficar com uma impressão distorcida. Os neossumérios têm sido considerados completamente obcecados com a burocracia, o que decerto é injusto. Se, em nossa época, toda lista de compras, bilhete ferroviário, tíquete de caixa, contrato de aluguel de automóveis e fatura de cartão de crédito fossem, de algum modo, milagrosamente preservados, os doutos do futuro distante bem poderiam concluir o mesmo a nosso respeito. E mais: a atenção dos primeiros escavadores, sempre em busca de descobertas espetaculares, concentrou-se nas grandes instituições de Estado: os templos e os palácios. Por isso, os registros escritos extraídos de baixo da terra sempre tenderam a desfavorecer o dado de pequena escala, o doméstico e o privado. Tanto assim que os estudiosos costumavam escrever sobre a Terceira Dinastia de Ur como se ela governasse uma empresa totalitária, tão estritamente controlada e abrangente que faria a União Soviética de Leonid Brejnev parecer uma economia de livre mercado, baseada no *laissez-faire*.

Essa visão foi abandonada, suplantada pelo reconhecimento de que a vida cotidiana do cidadão comum pouco se reflete nos documentos recuperados até agora. Por exemplo, embora haja fartos registros dos cereais, do pão e, às vezes, da carne e do azeite que eram distribuídos pelo Estado para alimentar o povo, não há nenhum indício de onde as pessoas obtinham suas roupas, seus móveis ou seus utensílios de cozinha, nem tampouco dos legumes que iam para a panela ou das frutas que decoravam a mesa. Devia haver algum tipo de comércio, mas, como ele ocorria fora do sistema estatal, não era registrado.

Isto posto, entretanto, ao darmos um passo atrás e examinarmos as coisas com os olhos semicerrados, como se faz com um quadro ultraimpressionista, ainda podemos ter uma ideia de que tipo de sociedade era essa. E a forma que se configura diante de nossos olhos, para mim, pelo menos, surge como uma surpresa, como tantas vezes acontece com a Antiguidade mesopotâmica. Os

neossumérios floresceram há muito, muito tempo, no fim do III milênio a.C., bem mais de mil anos antes dos primórdios da história da nossa civilização, enraizada na Grécia antiga de *c*.600 a.C. Eles viveram antes até da mais remota infância de nossas tradições religiosas, tal como descritas nas lendas dos patriarcas da Bíblia hebraica que moravam em tendas. No entanto, esse Estado sumério parece ter sido tão elaborado, tão complexo, tão sofisticado e tão sumamente desenvolvido que, afora a falta óbvia e crucial da tecnologia dos combustíveis fósseis, não seria surpresa encontrarmos uma entidade política semelhante a ele sobrevivendo em algum lugar do mundo no século XXI.

De fato, seus arranjos econômicos e sociais fazem lembrar bastante alguns Estados comunistas de nosso passado recente: a União Soviética, talvez, ou a China de Mao, ou, pelo menos, o comunismo tal como deveria ser – o Estado centralizado do povo. Os especialistas hão de se apressar a assinalar que não existe aí uma comparação verdadeira. Os sustentáculos ideológicos dos sistemas têm diferenças vastas demais: os comunistas eram ateus militantes, os sumérios, apaixonadamente dedicados, pelo menos em público, a servir a seus deuses; o sistema comunista surgiu por meio da revolução e, pelo menos em tese, pela democracia, e o sumério, pela evolução e autocracia. Por outro lado, há um limite para o número de maneiras de organizar um Estado com controle central, e é fatal que ocorram semelhanças. Os Estados comunistas modernos e a antiga Suméria sustentavam-se em ideologias totalitárias que eram usadas para explicar e justificar seus arranjos sociais e econômicos. Ambos dirigiam economias centralizadas que, em tese, tiravam de cada um conforme sua capacidade e davam a cada um conforme suas necessidades – embora, nas repúblicas socialistas, como decerto também em Ur III, alguns sempre fossem mais iguais que outros. Na Suméria, tal como na União Soviética, o indivíduo não tinha voz. “Na antiga cidade mesopotâmica, os indivíduos não figuravam como cidadãos”, escreveu Marc van de Mieroop. “As cidades compunham-se de vários grupos, que podiam ser de natureza familiar, étnica, residencial ou profissional. O indivíduo que estivesse fora de qualquer desses grupos não tinha meios de participar da vida social e política da cidade.”

Nos dois sistemas políticos, o Estado era dono de toda a terra e dos recursos produtivos, embora ainda haja discussões acirradas sobre a importância relativa dos setores público e privado na economia neossuméria. A visão mais convincente é a que diz que, no império, todo membro do povo tinha a obrigação de servir ao Estado por pelo menos uma parte do ano. O tempo restante, se é que existia, podia ser empregado em benefício pessoal do cidadão. Um conceito conhecido como *bala*, que significa algo como "rotação" ou "troca", uma espécie de política fiscal e redistributiva, exigia que cada província contribuísse com cereais e animais de seus rebanhos para um estoque central – segundo algumas estimativas, num total de quase metade da produção. Desse reservatório, cada uma poderia retirar suprimentos se e quando necessário. Uns onze quilômetros ao sul de Nipur, estabeleceu-se um centro urbano completo, Puzrish-Dagan, também conhecido como Drehem, dedicado à coleta e distribuição de produtos do sistema *bala*. Os registros preservados mostram mais de uma vintena de animais diariamente entregues ou despachados de lá. Uma grande fazenda estatal perto de Lagash mantinha mais de 22 mil ovelhas, quase mil vacas e 1.500 bois.

Piotr Steinkeller, professor de assiriologia em Harvard, afirma que isso "o faz lembrar o sistema de entregas que, em diferentes épocas e sob diversas formas, funcionou no antigo bloco soviético, especialmente na agricultura. Tal como na Babilônia da dinastia de Ur III, na Polônia comunista exigia-se que o agricultor independente entregasse ao Estado parte de sua produção, pela qual recebia um valor nominal. Em tese, ele podia vender livremente o restante, porém não num verdadeiro ambiente de livre mercado, uma vez que o Estado se reservava o direito de prioridade na compra e regulava os preços".

Mas os sumérios foram muito mais longe do que até os comunistas se atreveram a ir, mantendo a contabilidade dos deveres e recompensas de cada cidadão, contabilidade essa em que os burocratas de Ur III usavam um sistema corrente, sofisticado e implacável de balanço das contas. As camadas sociais inferiores, os trabalhadores não qualificados e os escravos eram vistos como simples propriedade do Estado e pareciam não ter outros deveres senão fornecer a mão de obra diária. Com seus supervisores, era muito diferente. Ali não se

cogitava o estilo soviético do “Nós fingimos trabalhar e vocês fingem que nos pagam”. O desempenho dos capatazes das equipes de trabalhadores era cuidadosamente medido e pesado na balança. Numa coluna eram detalhados todos os débitos: os produtos, materiais e mão de obra – grãos, lã, couro, metais e número de trabalhadores – fornecidos pelo Estado ao capataz. Em seguida, de acordo com uma convenção preestabelecida, eles eram convertidos em jornadas de trabalho padronizadas. Somava-se o total disso. Na segunda coluna apareciam os créditos, a produção de cada unidade: por exemplo, a quantidade moída de trigo, no caso dos moleiros, os tecidos feitos pelas equipes de tecelões, e assim por diante. Calculava-se o número de jornadas de trabalho equivalente a esse volume, descontando-se o tempo desviado para outros projetos (era frequente turmas de trabalhadores serem requisitadas para trabalhos urgentes em outras atividades, como a colheita, a descarga de navios ou a manutenção de canais) e o tempo de repouso a que os trabalhadores tinham direito: um dia em cada dez para os homens e um em cada cinco ou seis para as mulheres. Ao término de cada ano fiscal, calculava-se a diferença entre créditos e débitos e qualquer superávit ou déficit era transportado como a primeira anotação do período seguinte.

As conversões eram calculadas de maneira a tornar realmente raríssima a ocorrência de superávits. A produção diária esperada parecia ficar bem acima da capacidade do trabalhador normal, e muitos supervisores, ou a maioria deles, acabavam arcando com uma dívida cada vez maior para com o Estado. Isso não teria importância, se o sistema fosse um mero recurso contábil que não precisasse ser levado muito a sério. Mas estava longe de ser assim; o Estado podia cobrar a dívida a qualquer momento. Num documento bastante típico, o capataz de uma turma de 37 mulheres que trabalhavam com cereais, as quais se dedicariam sobretudo a moer grãos em pequenos moinhos manuais, começou o ano com um déficit de 6.760 jornadas de trabalho e o terminou devendo 7.420. Convertida em siclos de prata, sua dívida levaria embora o salário de dois anos. Quando ele morresse, a dívida passaria para seus herdeiros, que talvez não

tivessem outra maneira de quitá-la senão apelando para o recurso drástico de se venderem como escravos.

O parque industrial

Para experimentar o sabor vagamente soviético da vida neossuméria, acompanhem-me até o chamado “parque industrial” de Girsu, um grande centro urbano na província de Lagash, no ano 2042 a.C., tomando por guia a análise feita por Wolfgang Heimpel, da Universidade da Califórnia em Berkeley, a partir de uma coleção específica de registros administrativos.

Estamos à porta do escritório das cozinhas, de onde são fornecidos os mantimentos aos quais parecem ter direito muitos, a maioria ou até todos os cidadãos do império de Ur, quando dedicados a assuntos de Estado. As quantidades variam de acordo com a categoria e a posição social. Como convém aos arranjos bem-organizados dessa instituição, um auditor residente – um escriba contador com habilidades na escrita e na aritmética – mantém um registro de tudo que entra ou sai do armazém. É bem possível que seja auxiliado por um grupo de aprendizes, pois não só os víveres são registrados como algumas anotações são bem malfeitas, numa letra que não chega a ser perfeita, o que sugere inexperiência.

É o dia 16 do mês da Colheita; o auditor detalha os desembolsos do dia com viajantes da estrada:

> 5 litros de cerveja boa, 5 litros de cerveja, 10 litros de pão
> para Ur-Ninsun, filho do rei;
> 5 litros de cerveja boa, 5 litros de cerveja, 10 litros de pão
> para Lala’a, irmão de Lugal-magure;
> 5 litros de cerveja, 5 litros de pão, 2 siclos de azeite
> para Kub-Sin, em trânsito para [comprar] foices.

Tanto o príncipe Ur-Ninsun quanto Lala’a têm grandes séquitos para alimentar; Kub-Sin talvez seja acompanhado por vários carregadores. E, naturalmente, os de alta estirpe, a *nomenklatura* suméria, recebem “cerveja boa”,

e não a “cerveja” bebida pelas pessoas comuns. Outros recebem rações mais padronizadas:

2 litros de cerveja, 2 litros de pão, 2 siclos de azeite
para Suazi, em trânsito para comprar ótimo linho;
2 litros de cerveja, 2 litros de pão, 2 siclos de azeite
para Usgina, em trânsito com tecidos;
2 litros de cerveja, 2 litros de pão, 2 siclos de azeite
para Kala, em trânsito para comprar caixas de junco.
2 litros de cerveja, 2 litros de pão, 2 siclos de azeite
para Adda, o elamita.

Esses viajantes, ou seus representantes, aparecem no escritório da cozinha para solicitar e buscar seus mantimentos. Presumimos que todos estejam em viagem a serviço do governo. Como provam quem são e se identificam como tendo direito ao sustento? Sem dúvida, portam algum tipo de selo oficial, ou talvez tabuletas de argila com um salvo-conduto e o selo impresso de um funcionário mais graduado.

Um fluxo de outros requisitantes passa, enquanto esperamos à porta do escritório da cozinha. Somos apresentados a Lugal-ezen, “guardador do aviário”, talvez um pombal; diversas “amoritas”, possivelmente prisioneiras de guerra; e alguns adestradores de cães com seus animais – então como agora, no Oriente Médio, todos se afastam para evitá-los: os cães são impuros e seus adestradores são o que há de mais baixo na sociedade. As imagens contemporâneas mostram grandes criaturas parecidas com mastins; o alimento consumido por eles sugere que eram quase tão pesados quanto os homens por quem eram cuidados. É muito provável que fossem usados como cães de guarda e de ataque; suas idas e vindas regulares sugerem que também acompanhavam caravanas nas estradas.

Nem todos vão ao balcão da cozinha buscar suas rações. O auditor anota entregas de pão e carne a várias outras instituições em Girsu. São fornecidos mantimentos a construtores navais que produzem embarcações para o comércio com Omã, o que sugere um acesso local ao mar aberto, provavelmente pelo rio Tigre; aos trabalhadores do depósito de madeira, uma grande instalação de

armazenagem de madeira que também abriga estoques de material de construção, como betume, junco e palha; aos guardas e trabalhadores do abrigo de ovelhas e do abrigo de bois, instituições de engorda de gado que fornecem animais para oferendas; aos guardas e detentos das prisões locais, das quais parece haver tamanhos diferentes, com até cinco prisioneiros nas maiores, bem como ao barco prisional usado para transportá-los na ida e na volta do cativeiro.

Ao lado da prisão existe a *danna*, um albergue do governo, um de sete existentes na província. Essas hospedarias, situadas a intervalos de cerca de duas horas de caminhada ao longo das grandes estradas do sul da Mesopotâmia, ou seja, a cada quinze ou dezesseis quilômetros, precursoras dos bangalôs *dak* do Império Britânico da Índia, são locais em que toda sorte de viajantes pode descansar, comer, dormir e trocar seus jumentos e mulas por animais de carga descansados. O *sikkum*, o serviço de animais do Estado para os mensageiros oficiais, tinha seus estábulos domésticos em albergues como esses.

Ocupando vários quartos da *danna* encontramos o grande séquito de um alto funcionário da realeza, chamado *zabar-dab* – o portador do bronze, implique esse título o que implicar. Diversos soldados o acompanham – talvez sua guarda de segurança –, assim como um armeiro, um batedor, um escriba pessoal, três copeiros e um cozinheiro. O comandante Ur-Shulgi, “a caminho dos campos”, ali se hospedou por uma semana. Trabalhava como administrador da propriedade de uma distante família do templo que possuía terras na vizinhança local. “Como podemos ver”, escreve o dr. Heimpel, com leveza inusitada e bem-vinda, “ele passava um tempo considerável no campo no desempenho de suas funções. É óbvio que era adepto de uma gestão com participação direta, e provavelmente não ficava sentado em seu escritório bebericando cerveja.”

Membros mais fracos da comunidade também eram abastecidos. A cozinha alimentava quatro “filhos de puxadores das cordas nasais do governador” (presumo que as cordas nasais ficassem presas aos animais do governador e não a ele) e dois “filhos varões do tratador de mulas”, que moravam no albergue com suas famílias. Também se distribuíam rações a um número surpreendentemente grande de inválidos. Ur-Damu e Urebadu, designados como “debilitados para o

trabalho", ficavam "sentados nas proximidades" de uma construção chamada Depósito, como vigias, sem dúvida, mais ou menos como os ubíquos *chowkidars* da Índia moderna. Os inválidos também eram registrados como pessoas que trabalhavam em diversas casas como cultivadores, tropeiros e boiadeiros, enquanto outros trabalhavam nos redis e depósitos de madeira. Suas rações eram menores que as dos trabalhadores sadios, mas o Estado de Ur III realmente se interessava por sua sobrevivência. Talvez a intenção fosse garantir a exploração até mesmo dos recursos econômicos mais marginais, porém surtia também o efeito de oferecer um lugar e um status seguros na sociedade aos que, fosse por que razão, não eram plenamente capazes de competir.

Quem inventou esses sistemas complexos? Deve ter havido muitas reuniões demoradas entre burocratas que dominavam a economia estatal, pessoas que entendiam de agronomia, peritos na criação de gado e engenheiros de irrigação – todos membros da classe superior de escribas. Não foi pouca coisa conceber um plano nacional que contabilizava, distribuía, pagava e alimentava, possivelmente, até 1 milhão de trabalhadores espalhados por toda a Grande Mesopotâmia, tudo isso usando tecnologia da Idade do Bronze e transporte em jumentos. Que ele pareça ter funcionado tão bem, durante tantas décadas, é um tributo à capacidade de raciocínio, planejamento e organização das comissões responsáveis. Até os tempos modernos, não houve tentativas de construir nenhuma economia controlada de complexidade semelhante. Quiséramos nós poder encontrar algumas das anotações feitas e dos memorandos escritos durante suas sessões de planejamento.

Podemos ter razoável certeza de que o fornecimento padrão de rações detalhado nos registros do Parque Industrial de Girsu se aplicaria a todas as cidades e territórios dependentes da Suméria e da Acádia. Poucas coisas ofendem mais o senso de imparcialidade e justiça das pessoas do que uma situação em que aquilo que se recebe depende do local onde se faz o pedido. De qualquer modo, todos os impérios gostam de impor a uniformidade em seus territórios, e Ur III não foi exceção. A razão ostensiva é a administração

eficiente, embora ordenar formas padronizadas de fazer as coisas seja, não raro, tanto uma expressão de poder quanto de política prática.

Com esse objetivo, introduziu-se um currículo nacional de formação de escribas. Grandes academias estatais foram fundadas em grandes cidades, como Ur e Nipur. Prescreveram-se um estilo chanceleresco uniforme de escrita e um conjunto de expressões para uso em documentos oficiais. Regularizaram-se os pesos e medidas: diz-nos uma inscrição que o rei "criou a medida sila de bronze, padronizou o peso de uma mina e padronizou o peso em pedra de um siclo de prata em relação a uma mina". Essas medidas foram mantidas como o padrão durante o resto da história da civilização mesopotâmica. Criou-se um calendário imperial: todas as províncias tinham que segui-lo ao registrar negócios estatais, embora algumas continuassem com suas tradições locais mais antigas, ao lidarem com assuntos puramente locais. Essas reformas tinham sido iniciadas na época da dinastia acádia de Sargão, porém os neossumérios levaram o processo muito mais longe.

Onde a uniformidade tinha suprema importância, entretanto, era na questão da lei. Na Suméria e na Acádia antigas, os criminosos eram denunciados perante o governante e, em seguida, enviados para julgamento por uma ou outra assembleia da cidade. No julgamento por homicídio que mencionamos antes – famoso entre os mesopotâmios pelo fato de seu relato ter sido usado durante séculos para educar os escribas na arte da transcrição judicial, e famoso entre os arqueólogos modernos por mostrar a dificuldade de traduzir textos antigos –, três homens foram considerados culpados pelo assassinato do filho de um sacerdote. "Nana-sig, filho de Lu-Sin, Ku-Enlila, filho de Ku-Nana, o barbeiro, e Enlil-ennam, escravo da Adda-kalla, o jardineiro, mataram Lu-Inana, filho de Lugal-urudu, o sacerdote." O rei os mandou à assembleia de Nipur para que fossem sentenciados. No que concernia aos assassinos, seu destino era claro: a execução os esperava. Mas o caso se complicou por eles haverem contado à mulher da vítima o que tinham feito, e por ela não ter informado às autoridades. "Quando Lu-Inana, filho de Lugal-urudu, foi assassinado, eles disseram à esposa dele, Nin-dada, filha de Lu-Ninurta, que seu marido tinha sido morto. Nin-dada, filha

de Lu-Ninurta, não abriu a boca e acobertou o ocorrido.” Nove oradores se revezaram para exigir a pena de morte também para a mulher: “Ur-Gula, filho de Lugal-ibila, Dudu, o caçador de aves, Ali-ellati, o plebeu, Puzu, filho de Lu-Sin, Eluti, filho de Tizkar-Ea, Sheshkalla, o oleiro, Lugalkarn, o jardineiro, Lugal-azida, filho de Sin-andul, e Sheshkalla, filho de Sharahar, dirigiram-se à assembleia: ‘Eles mataram um homem, por isso não são homens vivos. Os três homens e a mulher devem ser mortos diante da cadeira de Lu-Inana, filho de Lugal-urudu, o sacerdote.’” Mas dois membros da assembleia manifestaram-se a favor da mulher: “Shuqalilum, o soldado de Ninurta, e Ubar-Sin, o jardineiro, disseram: ‘Nin-dada, filha de Lu-Ninurta, matou seu marido? O que fez a mulher para ser condenada à morte?’”

Após a deliberação, a assembleia proferiu seu julgamento:

> O inimigo de um homem pode saber que uma mulher não valoriza seu marido e pode matar esse marido. Ela soube que o marido fora morto, então por que se calou a respeito dele? Foi ela quem matou o marido; sua culpa é maior que a dos homens que o mataram.
>
> Na assembleia de Nipur, depois de resolvido o caso, Nana-sig, filho de Lu-Sin, Ku-Enlila, filho de Ku-Nana, o barbeiro, Enlil-ennam, escravo de Adda-kalla, o jardineiro, e Nin-dada, filha de Lu-Ninurta e esposa de Lu-Inana, foram entregues para ser executados.
>
> Veredicto da assembleia de Nipur.

A dificuldade de ler documentos em escrita cuneiforme é demonstrada pelo fato de que, numa tradução anterior do mesmíssimo texto, feita por Samuel Noah Kramer, a mulher foi julgada inocente e libertada.

Qualquer que tenha sido o veredicto, fica claro que esse julgamento pela assembleia de Nipur não foi uma reunião de oligarcas, restrita aos poderosos e aos virtuosos. Trabalhadores comuns participaram do processo, para se manifestarem a favor ou contra a acusada: um caçador de pássaros, um oleiro, um jardineiro, um soldado ligado ao templo de Ninurta e um homem descrito como plebeu, a camada mais baixa da escala social. A justiça no império da Terceira Dinastia de Ur era, como se presume que seja entre nós, uma questão de julgamento perante os pares do réu. Mas, ao contrário do que se dá em nossos tribunais, também a punição era determinada pela mesma gente comum, e não

por profissionais – algo bem parecido com os “assessores do povo” da antiga União Soviética, que tinham não só o poder de proferir veredictos, mas também de convocar testemunhas, examinar provas, determinar a pena e conceder indenizações.

Mas nisso reside uma dificuldade. Toda cidade, sem dúvida, tinha suas próprias tradições judiciais, e o desfecho de um julgamento, a pena imposta, podia depender mais do local em que o julgamento era proferido que da natureza do crime. Para evitar esse resultado indesejável, as leis passaram a ser promulgadas pelo Estado, especificando punições para uma ampla variedade de delitos criminais, a serem aplicadas em todo o Império Neossumério.

O primeiro desses compêndios legais de que se tem conhecimento foi o Código de Ur-Namu, como é habitualmente chamado – embora não seja um verdadeiro código legal, por estar longe de ser abrangente, nem tampouco, no dizer de alguns, ter sido introduzido por Ur-Namu, e sim por seu filho. (Ur-Namu foi o fundador da Terceira Dinastia de Ur; seu filho Shulgi foi o maior de todos os monarcas neossumérios.) Código ou não, e embora disponhamos apenas de fragmentos dele, estes são suficientes para mostrar que as leis abrangiam assuntos civis e penais. Entre os artigos penais, o texto especifica quais seriam os crimes capitais: homicídio, roubo, defloração da esposa virgem de outro homem e adultério, quando cometido pela mulher. Para outros delitos, a pena era uma multa em prata.

> Se um homem praticar um sequestro, deverá ser aprisionado e pagar quinze siclos de prata.
>
> Se um homem agir por meio da força e deflorar a escrava virgem de outro homem, deverá pagar cinco siclos de prata.
>
> Se um homem depuser como testemunha e ficar provado que é perjuro, deverá pagar quinze siclos de prata.

Em contraste com as leis mais famosas de Hamurabi, escritas cerca de três séculos depois, com suas disposições selvagens de “olho por olho, dente por dente”, as mutilações também deveriam receber uma compensação financeira:

> Se um homem arrancar um olho de outro homem, deverá pagar o peso de meia mina de prata.

Se um homem arrancar um dente de outro homem, terá de pagar dois siclos de prata.

Se um homem, no decorrer de uma briga, quebrar um membro de outro homem com um porrete, deverá pagar uma mina de prata.

Que teu poder seja respeitosamente louvado

Os pronunciamentos jurídicos universais de Ur-Namu representam um bom exemplo do impulso unificador dos reis de Ur: a compulsão a regular todas as facetas da vida. É significativo, no tocante ao Estado de Ur III, que o governante pudesse sobrepor-se à tradição local e insistir na conformidade a seus ditames. Manter esse pulso firme sobre os muitos sistemas e instituições judiciais, econômicos, sociais e educacionais submetidos ao controle central exigia um tipo particular de princípio de governo.

A Terceira Dinastia de Ur foi descrita como o que o grande pensador alemão Max Weber, um dos fundadores da sociologia moderna, chamava de Estado patrimonial, referindo-se ao Estado construído segundo o padrão da família patriarcal, governado – não raro com mão de ferro – por uma figura paterna dominante, enquanto a população se dispunha como que numa pirâmide abaixo dele, com uma rede complexa de deveres e recompensas unindo todas as partes.

Para que um Estado patrimonial se mantenha estável ao longo do tempo, a melhor maneira de governá-lo é pelo consentimento, pelo menos o consentimento da minoria que for maior, senão da maioria. A obediência instintiva deve ser a norma, caso contrário, torna-se preciso investir um esforço enorme na eliminação das desavenças, para que as metas mais amplas do regime sejam alcançáveis. Mas o consentimento nem sempre é fácil de ser obtido. A visão coletiva da maioria das sociedades é muito conservadora: em geral, as pessoas preferem ver os arranjos sociais de sua juventude perpetuarem-se até sua velhice; preferem que as coisas sejam feitas da maneira tradicional; desconfiam do novo e resistem à mudança. Assim, quando é preciso tomar medidas radicais, seja por que razão for, um grande ônus recai sobre o governante, a figura paterna, que tem de vencer essa inércia social e convencer seus súditos a seguirem seu comando. Para que sua vontade prevaleça, ele precisa gerar em seu

povo enorme respeito, de preferência adulação, e, se de todo possível, pura e simples reverência.

Tal como Naram-Sin, seu predecessor acádio, Shulgi, o segundo e maior monarca da Terceira Dinastia de Ur, foi declarado deus em vida, como o foram reis posteriores de sua linhagem. Embora isso decerto fosse muito bom para a autoestima dos próprios homens, estamos longe de saber com clareza o que realmente significava, na prática, ser declarado deus. Seria isso uma simples ficção refinada, como ironizou o imperador romano Vespasiano, ao suspirar, em seu leito de morte, dizendo "Oh, céus, acho que estou virando deus"? Ou será que os súditos do rei Shulgi realmente acreditavam que ele tinha poderes sobrenaturais? Com certeza, não os súditos que lhe eram próximos, pois estes testemunhariam diariamente sua humanidade física. Mas se isso era apenas uma questão de atrair sucesso e sorte para sua cidade e seu império, então ser pronunciado deus significaria pouco mais do que ser nomeado uma espécie de mascote nacional ou municipal – um papel, hoje em dia, predominantemente desempenhado para nós pelos animais de estimação. No entanto, há outra maneira de compreender esse fenômeno. Presumindo-se que o Império Neossumério tivesse algo em comum com os Estados comunistas do século XX, a deificação do rei pode ser vista como uma versão ateia de um recurso político que nos é por demais conhecido: o culto da personalidade.

Um sistema social e econômico imensamente complexo, de planejamento central, só pode manter-se nos trilhos enquanto o povo acredita nele. Quando, de forma embaraçosa, Vladimir Ilitch Uliánov – conhecido como Lênin – veio a falecer, em janeiro de 1924, após dois anos de derrames cada vez mais graves, que foram cuidadosamente escondidos do povo, as autoridades do partido russo reconheceram que exigir que o populacho acreditasse no marxismo, no materialismo dialético ou em qualquer outro conceito abstrato dessa natureza era uma causa perdida. O que de fato conquistava a lealdade do povo era a personalidade do líder. Como disse Trótski: "Perguntamos a nós mesmos, sinceramente alarmados, como os que estavam fora do partido receberiam a notícia – o camponês, o homem do Exército Vermelho. Isso porque, em nosso

aparelho de governo, o camponês acredita sobretudo em Lênin.” A resposta dos quadros, portanto, foi instituir o culto a Lênin e, mais tarde, a Stálin. Ambos serviram para manter unido o Império Soviético durante muitas décadas.

Certamente, os soviéticos nunca declararam que seus líderes fossem literalmente imortais. Mas o tratamento que deram a Lênin, seu fundador, e a Stálin, durante algum tempo, foi o máximo que conseguiram aproximar-se disso, preservando os corpos mumificados de ambos para a visitação pública no mausoléu da praça Vermelha, onde se formavam filas para passar reverentemente pelos líderes em dias santos e feriados. As criancinhas de escola eram ensinadas a cantar “Lênin está vivo, sempre estará vivo”. De fato, a combinação de culto e ritual, fé e adoração atribuída aos líderes mortos da União Soviética equivaleu quase a uma espécie de religião soviética. Embora nem Stálin nem Lênin jamais tenham sido declarados deuses, como foi Shulgi, não é fácil dizer quais dos seguintes versos foram compostos em homenagem ao secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética e quais em homenagem ao antigo rei sumério. Vejamos os primeiros:

Quem é poderoso como és e quem rivaliza contigo?
Quem, desde o nascimento, foi tão ricamente dotado de compreensão como tu?
Que teu heroísmo reluza e que teu poder seja respeitosamente louvado!

E vejamos o segundo conjunto:

Tu, que trouxeste o homem à luz,
Tu, que fecundas a terra,
Tu, que resgatas os séculos,
Tu, que fazes desabrochar a primavera,
Tu, que fazes vibrar os acordes musicais…
Tu, esplendor de minha primavera, ó tu,
Sol refletido por milhões de corações.

Na verdade, o primeiro exemplo, relativamente sóbrio, é o refrão repetido de um dos mais de vinte hinos escritos em glorioso louvor do rei Shulgi, da Suméria e da Acádia, presumivelmente compostos para serem cantados ou

recitados nos templos – o equivalente antigo de uma campanha de relações públicas. A segunda seleção, mais absurda, foi dirigida ao “Grande Stálin, ó líder dos povos”. O poema foi publicado no *Pravda* de 1 de fevereiro de 1935.

Há um contraste interessante entre a adulação concedida a cada um desses dois líderes, separados por 4 mil anos. Enquanto o louvor a Stálin foi puro absurdo, grotesco, a rigor, dadas as suas inclinações homicidas, os compositores dos hinos a Shulgi – amiúde apresentados na primeira pessoa, como se ele próprio se gabasse de suas realizações – tomaram o cuidado de mostrar seu rei através de um prisma particular. Ele era não apenas um grande governante e guerreiro, vencedor de todos os inimigos, esmagador de todos os adversários, portador da prosperidade e da felicidade para sua terra e seu povo, como também, mais ainda, a própria encarnação, a culminação, na verdade, da história e da civilização sumérias. Combinando em sua pessoa o diplomata, o juiz, o erudito, o músico, o adivinhador de oráculos, o escriba habilidoso, o padroeiro do saber e das artes, o Shulgi dos hinos de louvor levou a civilização suméria a seu mais alto pico até então.

> Não sou tolo no tocante ao saber adquirido desde o tempo em que, vinda das alturas celestiais, a humanidade foi posta em sua trilha: quando descobri hinos *tigi* e *zamzam* de épocas passadas, antigos hinos de tempos antigos, nunca os declarei falsos e jamais contradisse seu conteúdo. Conservei essas antiguidades, sem jamais relegá-las ao esquecimento. Sempre que soavam o *tigi* e o *zamzam*, recuperei todo esse saber e ordenei que tais canções *širgidas* fossem brilhantemente executadas em minha bela casa. Para que jamais caiam em desuso, acrescentei-as ao repertório dos cantores, e com isso infundi calor e chamas no coração da terra.

Todavia, não basta um líder receber peãs de louvor de poetas palacianos aduladores, pois tais poemas são fugazes e evanescentes e, de qualquer modo, não custam nada. Para atrair a devoção de seu povo, o grande líder também precisa agir de modo apropriado, o que começa pela criação do que a política moderna chama de “fatos reais”: provas físicas de sua superioridade, que o tragam imediatamente à lembrança do público, todos os dias.

NOS ANOS QUE SE SEGUIRAM a sua vitória sobre Hitler, Stálin criou as chamadas Sete Irmãs. Os russos chamam essas construções de “bolos de noiva de Stálin” – arranha-céus monumentais que pontilham Moscou, destinados a dominar o horizonte da cidade. Dizia Stálin: “Vencemos a guerra … estrangeiros virão a Moscou, andarão por aí, e não haverá arranha-céus. Se eles compararem Moscou às cidades capitalistas, será um golpe moral para nós.” Os prédios foram construídos num padrão escalonado, disposto em patamares diferentes, sendo cada nível ligeiramente menor que o anterior – daí a descrição de “bolo de noiva” – para lhes dar uma sensação de impulso ascendente, em direção a uma torre central. O molde original desse estilo foi o projeto que se sagrara vencedor, na década de 1930, para a construção de um Palácio dos Sovietes, o qual, à primeira vista, parece uma versão modernista e loucamente grandiosa do quadro de Pieter Brueghel intitulado *A Torre de Babel*. Com bem mais de 450 metros de altura, incluindo a estátua de Lênin no topo, ele teria sido, na época, o prédio mais alto da Europa – Stálin exigia que se elevasse acima da Torre Eiffel.

O Palácio dos Sovietes nunca foi construído. Mas as Sete Irmãs, os prédios baseados naquele projeto abandonado, cumpriram bem sua finalidade: ainda fazem os moscovitas se lembrarem de Stálin todos os dias.

Há muitas descrições das fontes do projeto desse estilo arquitetônico stalinista que citam influências góticas, neoclássicas e ortodoxas russas. Ou talvez seja essa a aparência que precisam ter todas as construções destinadas a servir de memorial perpétuo de seus criadores. Deve ser por mero acaso que o nome desse tipo de construção, em russo, é *vysotnoe zdaniye*, “edifício alto”, e que, traduzido para o acádio, seu equivalente mais próximo é a palavra que pronunciamos como zigurate. Mas talvez não nos deva surpreender que a forma dos monumentos arquitetônicos de Stálin seja uma curiosa reminiscência do memorial que melhor celebra o reinado de Ur-Namu na Suméria, por volta de 2100 a.C.: o Grande Zigurate de Ur. Os arquitetos de Ur-Namu criaram um projeto que, depois de ser descoberto por Woolley em 1923, viria a servir de modelo para todas as novas construções destinadas a lembrar ao povo a grandeza de seus construtores.

Tal como as Sete Irmãs de Stálin, o Grande Zigurate de Ur também cumpriu bem sua promessa. Depois de seu abandono, mais ou menos no início da era cristã, o local da cidade de Ur continuou a se fazer anunciar, a quilômetros de distância, a qualquer viajante que se aproximasse, vindo da vastidão plana do deserto, pela colina castanha e alta que os árabes chamavam de Tell el-Mukayyar, ou monte do Piche. Os restos da grandiosa construção de Ur-Namu ainda estão de pé, após 4 mil anos, com os patamares superiores desgastados pelo tempo e os planos mais baixos mascarados pelos escombros acumulados de milênios – milhares de toneladas deles, segundo seu escavador, Leonard Woolley, que mandou retirar todos por uma ferrovia leve, especialmente instalada para esse fim. (Hoje ela parece meio estranha, como uma construção nova, mas apenas parcialmente concluída, uma vez que a parte inferior da ruína foi “restaurada” em meados do século XX pela Diretoria de Antiguidades do Iraque.)

Nos tempos antigos, o cenário seria muito diferente. O que é hoje um deserto poeirento, tremulante de miragens sob o sol inclemente, seria uma paisagem verde e dourada, até onde a vista alcançava: campos de cereais entrecruzados por fios cintilantes de canais de irrigação, margeados por tamareiras, salgueiros e alnos, e campos sem cultivo que serviam de pasto a rebanhos de ovelhas lanosas e gado gordo. Ao longe, o zigurate se elevaria acima da linha do horizonte, como que mantendo um olhar vigilante sobre suas terras, com sua superfície externa revestida de cal, talvez deixada num branco ofuscante, ou, mais provavelmente, colorida, cada nível pintado de uma tonalidade diferente. Se você tivesse permissão de subir ao topo – permissão que não era concedida aos mortais comuns –, veria outro zigurate semelhante erguendo-se a vinte quilômetros de distância sobre a primeira cidade suméria, Eridu. No correr do tempo, seriam construídos zigurates no centro de muitas outras cidades mesopotâmicas, todos seguindo o padrão originalmente estabelecido em Ur pelos arquitetos da corte de Ur-Namu.

Suas obras podem não ser tão amplas nem tão antigas quanto a Grande Pirâmide de Gizé, no Egito, ou mesmo, pensando bem, o outeiro cônico da

Inglaterra chamado Silbury Hill, ambos os quais são alguns séculos mais velhos, porém os zigurates não se curvam a nenhum desafiante na condição de grandes obras de arte. Enquanto esses outros monumentos impressionam por sua dimensão e pela extrema simplicidade da forma, é o desenho dos zigurates que expressa genialidade. Eles foram planejados por seus criadores sumérios para permitir que a escala humana e a divina se tocassem momentaneamente.

Em Ur, a superfície ocupada pela estrutura tem pouco mais de seiscentos metros por 45. Ela foi construída com um núcleo sólido de tijolos cozidos ao sol, encerrados por uma camada de 2,5 metros de espessura de tijolos cozidos no forno e montados em betume. A parede íngreme do primeiro andar tem cerca de quinze metros de altura e não é lisa, adquirindo um interesse visual sutil pela alternância entre botaréus e recessos rasos, uma característica do estilo das construções locais até o século XX.

Acima do primeiro andar ergue-se o nível seguinte, um pouco menor que o primeiro, que deixa uma larga passarela na frente e atrás e um terraço de ambos os lados. Bem no alto, no terceiro nível, ficava o santuário sagrado de Nana, o deus da Lua. Três escadarias monumentais elevam-se do nível do solo até o primeiro andar, uma perpendicular à parede frontal, as outras duas subindo encostadas nela. As três convergem no grande portal que dá acesso a outra escada, que conduz ao santuário. Sempre atento a paralelos bíblicos, Leonard Woolley relembrou uma história sobre Jacó, o neto de Abraão:

> Quando Jacó, em Betel, sonhou com escadas (ou escadarias, a palavra é a mesma) que se elevavam aos céus, com anjos subindo e descendo, decerto estava recordando, inconscientemente, o que o avô lhe dissera sobre a grande construção de Ur, cujos degraus subiam para o céu – era esse, aliás, o nome do santuário de Nana – e onde, nos dias santificados, sacerdotes carregando a estátua do deus subiam e desciam essas escadas, num rito destinado a garantir uma colheita abundante e o crescimento do gado e da espécie humana.

O que impressionou Woolley em especial foi a descoberta de que todas as linhas aparentemente retas da construção eram, na verdade, curvas discretas, projetadas para acentuar a perspectiva e dar a toda a edificação uma aparência de força, combinada com leveza, como se o prédio colossal mal pudesse ser

impedido de se elevar do chão. Antes da escavação do zigurate de Ur-Nam, os historiadores da arquitetura acreditavam que essa aplicação das curvas tinha sido inventada pelos gregos, um milênio e meio depois – a *éntasis*, como a chamavam. “Todo o projeto da construção é uma obra-prima”, escreveu Woolley.

> Teria sido muito fácil empilhar retângulo sobre retângulo de tijolo, e o efeito teria sido insépido e feio; tal como ele foi feito, as alturas dos diferentes níveis foram habilmente calculadas, a inclinação das paredes eleva o olhar para cima e para o centro, a inclinação mais marcante da escadaria tríplice acentua a das paredes e fixa a atenção no santuário acima, que era o foco religioso da estrutura inteira, enquanto, atravessando essas linhas convergentes, vêm os planos horizontais dos terraços.

Desde que os zigurates da Mesopotâmia foram desencavados, os estudiosos debatem sua finalidade exata: talvez representar a montanha sagrada da suposta pátria original dos sumérios; talvez elevar o santuário do deus acima das inundações que afligiam regularmente o sul da Mesopotâmia; possivelmente manter as pessoas comuns o mais longe possível do santuário supremo. Por mais verdadeiras que sejam todas ou uma dessas explicações, o que requer ênfase é que, acima de tudo, os zigurates são criações artísticas. Como obras de arte arquitetônica, sua função principal, como a de todas as edificações, é deixar uma marca na paisagem. Nesse aspecto, tiveram esplêndido sucesso, trazendo para sempre à lembrança o governante supremo que ordenou sua construção original: Ur-Namu.

Mas os grandes projetos de construção levam muito tempo para ser concluídos, amiúde mais que a duração da vida de seus iniciadores. Por isso, conferem sobretudo uma fama póstuma. O trabalho de construção dos zigurates de Ur-Namu prosseguiu por um longo período no reinado de seu filho, o que deixou Shulgi com o problema de como estabelecer sua própria persona sobre-humana na consciência de seu povo.

Ele optou por correr. De Nipur, o centro religioso da Suméria, até a capital do Estado, Ur. Cerca de 160 quilômetros. E voltar. Num único dia. Seu propósito era muito claro, como expressa um de seus hinos de louvor: “Para que meu nome fosse estabelecido para dias distantes e jamais caísse no esquecimento,

para que o louvor a mim se espalhasse por toda a terra, e para que minha glória fosse proclamada em terras estrangeiras, eu, o corredor veloz, reuni forças e, para provar minha velocidade, meu coração instigou-me a fazer a jornada de ida e volta entre Nipur e a Ur feita de tijolos como se fosse apenas a distância de um par de horas." Sua meta era oficiar um festejo religioso em ambas as cidades no mesmo dia.

Embora o hino seja enunciado na linguagem formal da autoglorificação de um soberano, por trás dela ainda podemos discernir os vagos contornos de um acontecimento real. O monarca preparou-se para a corrida vestindo o equivalente sumério do short de corrida: "Eu, o leão que nunca falha em seu vigor e se ergue solidamente em sua força, atei com firmeza o pequeno *nijlam* em torno de meus quadris." Partiu numa corrida acelerada: "Como o pombo que foge aflito de uma serpente, abri minhas asas; como o pássaro Anzu que ergue os olhos para as montanhas, estendi as pernas para a frente." Em todo o trajeto reuniam-se espectadores, em muitas fileiras sucessivas, todos ansiosos por ver seu rei – seu rei! – correndo como um de seus próprios mensageiros, porém tão mais veloz e por uma extensão tão mais longa que ninguém acreditaria que tal feito fosse humanamente possível. "Os habitantes das cidades que eu havia fundado na terra alinharam-se para mim; as pessoas de cabeça negra, numerosas como ovelhas, olharam-me com doce admiração." Ele chegou ao templo de Ur "qual uma criança montanhesa precipitando-se para sua habitação". Lá participou dos ritos: "Ali mandei matar bois; ali ofereci carneiros em profusão. Ali fiz soarem os tambores *šem* e *ala* e fiz tocarem docemente instrumentos *tigi*." Veio então o momento da viagem de volta: "Como um falcão, retornar a Nipur com meu vigor." Mas a natureza voltou-se contra ele e o pôs à prova: "Gritou a tempestade e rodopiou o vento oeste. O vento norte e o vento sul uivaram um para o outro. Os raios e os sete ventos competiram entre si nos céus. Temporais trovejantes fizeram tremer a terra … Pedras grandes e pequenas de granizo tamborilaram em minhas costas." Mas ele continuou a correr, destemido – "precipitei-me adiante qual um leão feroz"; "galopei como um jumento no deserto" –, e chegou a Nipur antes do pôr do sol. "Atravessei uma distância de

quinze pares de horas antes que [o deus do Sol] Utu voltasse o rosto para sua casa. Meus sacerdotes fitaram-me com admiração. Eu havia celebrado a festa de *Eshesh* em Nipur e Ur no mesmo dia!”

Poderia ele ter feito isso, realmente? Uma geração anterior de assiriologistas considerou impossível essa proeza, descartando-a como ficção. Reflexões mais recentes, porém, sugerem outra coisa. Um artigo do *Journal of Sport History* cita dois recordes relevantes: “Durante as primeiras 48 horas da corrida de 1985 de Sydney a Melbourne, o ultramaratonista Yannis Kouros completou 462 quilômetros. Essa distância impressionante foi coberta sem pausas para dormir.” Na década de 1970, um atleta britânico, numa corrida de pista, completou 160 quilômetros em onze horas e 31 minutos.

Não há razão para crer que os sumérios fossem menos capazes em termos atléticos. Afinal, seu mundo era muito mais físico que o nosso: a velocidade, a força e a energia seriam muito mais importantes para eles do que são para nós, com nossos transportes mecanizados e nossas máquinas para levantar grandes pesos. Documentos e imagens de selos retirados de escavações indicam a prática entusiástica de vários tipos de esportes diferentes: luta livre, pugilismo, corridas e até um jogo em que uma bola de madeira era golpeada com um bastão, uma variedade do que chamaríamos de hóquei. As competições de corrida eram populares. Os textos se referem a corridas urbanas regulares, e óleos vegetais eram reservados para ungir os atletas. Algum tempo depois, os babilônios deram a um certo período de quatro semanas o nome de “Mês das Corridas”.

Entretanto, ainda que Shulgi fosse capaz de fazer uma corrida de ida e volta entre Nipur e Ur em um dia, por que o faria? Afinal, não se tinha conhecimento de nenhum outro monarca que tivesse realizado tal feito. Ofereceram-se várias explicações, desde as religiosas até as práticas: talvez o rei quisesse demonstrar quão bem tinha reformado o sistema viário, com seus albergues e suas mudas. Mas a corrida, com sua publicidade concomitante e posterior, foi claramente um ato político e, para tanto, deve ter havido uma motivação política. Há momentos em que um governante apressado, que tenta impor uma medida difícil ou penosa contra a potencial oposição popular, resolve que somente uma demonstração

espetacular de superioridade física será capaz de investi-lo da autoridade para levá-la a termo.

Mao Tsé-Tung, líder supremo e presidente do Partido Comunista da China, estava na casa dos setenta anos quando lançou, em 1966, a Grande Revolução Cultural Proletária. Fazia mais de um ano que estava longe dos olhos do público, em guerra com membros de seu partido, correndo o risco de perder influência e poder no jogo de xadrez oculto, mas letal, em que havia se transformado a política chinesa. Sua solução foi virar o tabuleiro, usando como armas grupos de estudantes insatisfeitos do ensino médio, a Guarda Vermelha, jovens que, em sua maioria, não teriam vaga nas universidades nem a perspectiva de empregos decentes.

Mao precisava de um ato simbólico para lançar seu ataque. Em 16 de julho de 1966, reuniu 5 mil jovens nadadores na competição anual da travessia do rio Yangtzé, em Wuhan. A imprensa chinesa informou, assombrada, que ele tinha nadado quinze quilômetros em pouco mais de uma hora (aproximadamente o dobro do recorde de velocidade dos Jogos Olímpicos de 2008), um evidente milagre, explicado pelo fato de que o rio corre mais depressa em Wuhan e Mao havia sobretudo boiado. Distribuíram-se matérias de cinejornais pelo mundo inteiro, mostrando a cabecinha redonda subindo e descendo entre os jovens nadadores, com grandes faixas desfraldadas a seu redor para celebrar a proeza. Combinar a imagem da destreza física pessoal de Mao, já passado dos setenta anos, com a juventude, o espírito e a energia dos jovens foi um golpe de mestre. Bastou para dar ao governante a autoridade para lançar a assustadora década da Revolução Cultural, que levou à China muita miséria, caos e um grande derramamento de sangue.

Terá havido algo na estratégia política de Shulgi que exigisse sua tão decantada corrida? Os detalhes de sua vida e os eventos individuais de sua época estão muito além dos nossos conhecimentos, e é provável que assim permaneçam para sempre. Mas sabemos que ele foi o segundo rei da Terceira Dinastia de Ur, filho do primeiro monarca. Sabemos que a famosa corrida se deu bem cedo, em seu sétimo ano de reinado. Sabemos que se empregaram grandes

esforços para divulgar a proeza do rei e garantir que ela nunca fosse esquecida: o hino de louvor que conta a história da corrida foi escrito pouco depois do evento, e podemos presumir que fosse recitado ou cantado nos templos de toda a Suméria e da Acádia; e sabemos que o sétimo ano do reinado de Shulgi recebeu a denominação oficial de Ano do Percurso de Ida e Volta do Rei Entre Ur e Nipur num Único Dia. Sabemos ainda que o sistema econômico e social plenamente desenvolvido de Ur III, com suas políticas tributária e redistributiva que faziam de todo cidadão um servo do Estado, com seu balanço implacavelmente auditado do consumo e da contribuição de cada pessoa, só foi de todo introduzido quando já iam bem avançados os longos 48 anos de reinado desse monarca. Parece possível, e até provável, que a corrida de Shulgi tenha sido um desempenho cuidadosamente calculado, com o objetivo de dotar sua persona da autoridade moral e do poder carismático para impor o novo sistema político, enfrentando a oposição daqueles que tinham interesses pessoais nos costumes do passado.

Se realmente foi essa a intenção, devemos dizer que funcionou, e funcionou bem. O ímpeto da política econômica e social de Shulgi foi mantido ao longo de todo o seu reinado e, de acordo com a Lista dos Reis, nos reinados de seu filho, seu neto e seu bisneto.

O povo gemeu

Mas a crença num sistema não pode ser sustentada para sempre. Os impérios baseados exclusivamente no poder e na dominação, mas que permitem que seus súditos façam o que querem, podem durar séculos. Os que tentam controlar a vida cotidiana do povo são muito mais difíceis de sustentar. No começo, as inevitáveis dificuldades, falhas e, como as chamava Karl Marx, contradições internas de qualquer máquina social e econômica complexa podem ser descartadas como problemas da etapa inicial. Mais tarde, são imputadas a falhas individuais ou à animosidade de estrangeiros maléficos. No fim, porém, levam inevitavelmente à perda da confiança e da paciência. Quando isso acontece, pode ocorrer com surpreendente rapidez. (Da eleição de Mikhail Gorbachev como secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética até a completa dissolução do Império Soviético passaram-se meros seis anos.)

Mal chegou a levar mais tempo para que o império da Terceira Dinastia de Ur desmoronasse. Os registros preservados permitem-nos acompanhar esse processo, como que em incômoda câmera lenta. Logo no começo do reinado do último soberano, Ibbi-Sin (“chamado por Sin, o deus da Lua”), os tributos das províncias mais distantes pararam de chegar. No fim de seu segundo ano, os escribas de Puzrish-Dagan pararam de datar as tabuletas com a denominação imperial oficial de cada ano; no quarto ano, isso se espalhou para Umma; no quinto, para Girsu; e no oitavo, para Nipur. No nono ano, o sistema *bala* tinha evaporado, como se nunca houvesse existido. As províncias distantes declararam independência. Os abutres se reuniram em torno do império enfraquecido, aguardando a primeira oportunidade para agarrar um pedaço de sua carcaça agonizante.

No leste, inimigos tradicionais, provenientes das encostas da cordilheira de Zagros e de pontos situados do outro lado do planalto iraniano, contra os quais os reis de Ur III se vangloriavam de ter enviado incessantes expedições

punitivas, estavam prontos para desferir sua vingança. Porém o maior problema ficava a oeste, onde bárbaros de língua semita, que os mesopotâmios chamavam de “ocidentais”, de amorreus, em acádio, e de martus ou, ocasionalmente, tidnum, em sumério – as tribos que a Bíblia chama de amoritas –, exerceram um papel semelhante ao desempenhado pelos povos germânicos, 2.500 anos depois, na queda do Império Romano do Ocidente. Nos bons tempos, eles se infiltraram através da imigração pacífica, em busca de proteção e prosperidade; quando o império se enfraqueceu, chegaram em companhias armadas, às vezes de porte considerável, e, como um cão que se volta contra o dono, lutaram pelo controle de pedaços do território sumério.

No reinado de Shulgi, fora construída no país uma muralha com mais de 250 quilômetros de extensão, para mantê-los afastados. Era chamada de “muralha para barrar os martus”. O segundo sucessor de Shulgi ordenou que ela fosse reconstruída e reforçada, chamando-a de *Muriq-Tidnum*, “a que rechaça os tidnum”. Mas as muralhas têm que terminar em algum ponto, e é comum os inimigos conseguirem contornar seus flancos: em 1940, Hitler tornou irrelevante a inexpugnável Linha Maginot francesa, mandando seus tanques avançarem pela floresta das Ardenas. E assim se deu com *Muriq-Tidnum*. Sharrumbani, o encarregado da obra de construção, explicou ao rei:

> Eis como me apresentastes o assunto: “Os martus têm atacado repetidamente o território.” Vós me instruístes a construir as fortificações de modo a lhes cortar o caminho, a impedi-los de descerem sobre os campos por uma brecha nas defesas entre o Tigre e o Eufrates. …
>
> Quando eu já havia construído a muralha com uma extensão de 26 *danna* [*cerca de 260 quilômetros*] e chegado à área entre as duas cadeias de montanhas, fui informado de que os martus estavam acampados nessas cadeias de montanhas, por causa do meu trabalho de construção … Assim, parti para a área entre as cordilheiras de Ebih, para enfrentá-los na batalha … Se meu Senhor estiver de acordo, há de reforçar meus trabalhadores e minhas forças de combate … Tenho agora um número suficiente de trabalhadores, mas não um número suficiente de guerreiros. Depois que meu rei me der a ordem de liberar os trabalhadores para o serviço militar, quando vier o ataque do inimigo, estarei apto a combatê-lo.

Apesar de todos os esforços para reforçá-la, a muralha não bastou para manter os bárbaros ocidentais afastados. Eles deram continuidade a seus ataques, agravando as tribulações do império em declínio. Sem as subvenções das

províncias, o custo dos cereais em Ur multiplicou por quinze, caro demais para servir de alimento para os animais de criação. Quando Ur parecia à beira da fome, seu último rei escreveu em desespero ao general Ishbi-Erra, que estava no norte do país, implorando que ele enviasse cereais à capital, não importava a que preço. Ishbi-Erra respondeu:

> Recebi ordens de viajar a Isin e Kazallu para comprar cevada. A cevada tem o valor de um siclo de prata por *kor*. Foram fornecidos vinte talentos de prata para a compra da cevada. Foram recebidas informações de que martus hostis entraram em vosso território, por isso eu trouxe 72 mil *kor* de cevada, toda a quantidade dela, para Isin. Agora, os martus penetraram completamente na terra da Suméria e capturaram todas as fortalezas de lá. Por causa dos martus, não posso entregar a cevada para ser debulhada. Eles são mais fortes que eu.

É discutível até que ponto isso era verdade. Havendo concluído, ao que parece, que era impossível salvar o império da Terceira Dinastia de Ur, o verdadeiro objetivo do general era a secessão. No décimo primeiro ano do reinado de Ibbi-Sin, Ishbi-Erra abandonou seu senhor e estabeleceu seu próprio reino na cidade de Isin. Ainda mais perto de Ur, a meros quarenta quilômetros de distância, um líder tribal amorreu tomou a cidade de Larsa e se declarou seu rei. O futuro de Ur parecia realmente sombrio, seu império reduzido a não mais que uns tantos quilômetros quadrados.

Mas, enquanto todos os olhos de Ur, fixos como os de um coelho encarando os faróis dianteiros de um carro, concentravam-se na rebelião de Isin e nas depredações dos bárbaros ocidentais que se aproximavam, o verdadeiro golpe de misericórdia veio da direção oposta. Um novo governante se apoderara de Elam, derrubara a suserania suméria e agora comandava um exército expedicionário em direção ao sul da Mesopotâmia, surgindo com força irresistível diante das muralhas de Ur.

Os portões foram invadidos e a cidade capitulou. O rei Ibbi-Sin foi arrastado para Elam e nunca mais se soube dele; havia ocupado o trono por 24 anos. Os dias da hegemonia de Ur estavam encerrados para sempre.

> As pessoas espalharam-se pelos arredores como cacos de cerâmica. As muralhas foram rompidas. O povo gemeu.

> Nos altivos portões da cidade, onde antes se costumava passear, havia corpos caídos. Nas largas ruas arborizadas onde se haviam realizado festas havia cabeças espalhadas. Em todas as ruas, por onde antes as pessoas caminhavam, empilhavam-se cadáveres. Nos locais onde haviam ocorrido os festejos da terra, havia gente empilhada em montes.

A cidade sofreu ainda mais com a ocupação por uma guarnição de elamitas, durante sete longos anos, até que Ishbi-Erra conseguiu expulsá-la. Feito isso, declarou sua cidade de Isin herdeira da realeza da Suméria. Mas, apesar de ele haver fundado uma dinastia local que viria a sobreviver, de um modo ou de outro, por quinze governantes sucessivos, a afirmação de que Isin exercia algum tipo de controle sobre toda a Mesopotâmia meridional era uma fantasia. Mais uma vez, o território voltara a se fragmentar rapidamente em cidades-Estado muito independentes. Além disso, agora a maioria delas era governada por chefes tribais amorreus.

Os mesopotâmios ficaram estarrecidos com a mudança repentina da sorte de Ur. Por que, perguntavam-se, os deuses haviam abandonado tão completamente sua própria cidade? Sua resposta faz lembrar o que disse Voltaire ao lhe indagarem por que o Império Romano havia chegado ao fim: “Porque tudo tem que acabar.” Quase 4 mil anos antes dele, um autor mesopotâmio havia chegado exatamente à mesma conclusão: “A Ur foi decerto concedida a realeza, mas não um reino eterno. Desde tempos imemoriais, desde que a terra foi fundada, até que o povo se multiplicou, quem já viu um domínio da realeza que assumisse precedência para sempre? A soberania da realeza foi longa, com efeito, mas tinha que se esgotar.”

Portanto, na opinião quase contemporânea, o Estado neossumério morreu de velho. Todavia, considerou-se que os instrumentos diretos de seu destino foram os bárbaros ocidentais, de quem, como dos gutis antes deles, nada de bom se podia dizer:

> Os martus que não conhecem nenhum cereal;
>
> Os martus que não conhecem casa nem cidade, os broncos das montanhas…
>
> Os martus que desencavam trufas…
>
> Os martus que comem carne crua.

O deus dos amorreus, também chamado Amurru, nem sequer tinha uma casa que pudesse chamar de sua, no dizer da *Cambridge Ancient History*, e teve que ser provido de um estabelecimento decente e uma esposa para poder ser admitido na sociedade divina.

Será que essa foi uma avaliação justa? Sucede que podemos ter um vago vislumbre desses invasores amorreus e de seu estilo de vida, a partir de seu próprio lado do divisor cultural. É que finalmente chegamos a um ponto da história que se cruza com histórias que nós mesmos ainda contamos sobre nossos antepassados religiosos.

EM GÊNESIS 11:31, "Tomou Taré a Abraão, seu filho, e a Lot, filho de Arão, filho de seu filho, e a Sarai, sua nora, mulher de seu filho Abraão; e com eles partiu da Ur dos caldeus para entrar na terra de Canaã; e chegaram a Harã, e ali habitaram."

Os que acreditam na Bíblia dos hebreus como história buscam há muito os antecedentes da história de Abraão e sua família, de seu trajeto pelo arco do Crescente Fértil, desde a Ur dos caldeus, na Suméria, até Harã, no norte, e dali para a terra de Canaã, no oeste, nos anos que se seguiram ao colapso do império de Ur. Talvez, sugerem eles, Taré tenha levado sua família de Ur por causa do ataque dos elamitas e do consequente deslocamento do culto da lua, passando da cidade meridional conquistada para Harã, mais segura, ao norte. A família de Taré tem nomes que coincidem com os de locais próximos que sabemos haverem florescido nessa era: Sarug, o avô de Taré, corresponde a Sarugi, a atual Seruj; Nacor, pai de Taré e também nome de seu segundo filho, corresponde a Nahur, às margens do rio Habur; o próprio Taré foi identificado com Til Turahi, às margens do rio Balikh; seu terceiro filho, Arão, corresponde ao nome da cidade de Harã, situada uns cinquenta quilômetros a sudeste da atual Sanliurfa (antiga Edessa), na Turquia. Os fiéis propõem que os nomes dessas cidades registram povoamentos fundados pelas figuras mencionadas na Bíblia. Além disso, cartas da época referem-se a Harã como a sede de uma tribo conhecida pelo nome de benjaminitas, que significa "filhos do sul".

A família de Taré não era suméria. Foi há muito identificada com o próprio povo – os amorreus ou amoritas – que a tradição mesopotâmica responsabilizou pela queda de Ur. William Hallo, professor de assiriologia da Universidade Yale, confirma que “crescentes dados linguísticos, baseados sobretudo nos nomes próprios registrados de pessoas identificadas como amoritas …, mostram que o novo grupo falava uma variedade do semítico que foi ancestral do hebraico, do aramaico e do fenício posteriores”. E mais, tais como retratados na Bíblia, os detalhes da organização tribal dos patriarcas, de suas convenções de denominação, estrutura familiar, costumes de herança e posse da terra, esquemas genealógicos e outros vestígios de vida nômade, “são por demais próximos dos dados mais lacônicos dos registros cuneiformes para serem prontamente descartados como invenções tardias”.

Os patriarcas hebreus de que a Bíblia fala são muito diferentes dos selvagens totalmente rudes dos textos sumérios, que percorreriam as estepes com suas “manadas e rebanhos e tendas”. (Os camelos de Abraão são um anacronismo; os camelos só viriam a ser domesticados vários séculos depois.) É possível que seus costumes fossem diferentes dos seguidos pela gente da cidade, mas eram não menos respeitáveis e honrados.

Incrivelmente, podemos de fato saber como eram alguns dos parentes distantes de Abraão. Os amoritas tomaram a cidade de Mari, às margens do Eufrates na Síria atual, que era, em tempos antigos, o povoado mais distante da civilização suméria, bem como um lugar que se acreditava ter exercido, por volta do século XXV a.C., hegemonia sobre toda a Mesopotâmia. Ali os nômades recém-chegados estabeleceram o centro de um reino importante, no qual o soberano residia num palácio de dimensões e beleza extraordinárias. Seus cerca de trezentos cômodos em cada um de dois andares cobriam uma área de seis acres.

Mesmo depois das devastações de 4 mil anos, as composições geométricas que decoravam os aposentos reais ainda estão assombrosamente conservadas. Mais notáveis ainda, porém, são as imagens da vida de Mari, pintadas em cores vivas, que adornavam o bloco da administração: cerimônias religiosas e cenas de

batalha, em geral. O mais tocante são os detalhes dos instantâneos de personagens mais humildes, amoritas da época de Abraão. Um soldado de capacete branco, redondo e justo, ligado a um protetor para o queixo, vestindo uma capa com cordões alegremente atados no pescoço, de um modo que hoje não seria deselegante, avança bravamente para a luta, apesar das flechas que parecem ter lhe perpassado o corpo. Um pescador de cabelo e barba pretos e curtos caminha com ar de desânimo para casa, embora leve um peixe grande pendurado na vara sobre o ombro. Um homem de rosto sóbrio, de barrete preto e túnica formal, avança conduzindo um boi sacrificial que tem as pontas dos chifres recobertas de prata. Infelizmente, estão lascadas as cabeças das duas mulheres trepadas numa tamareira, uma delas com um traje que se assemelha notavelmente a um biquíni, a outra com um minivestido de comprimento revelador. Empoleirado na copa da árvore, para citar André Parrot, que ali conduziu escavações durante quarenta anos para os museus nacionais franceses, há “um magnífico pássaro azul de asas abertas, pronto para alçar voo. Sempre consideramos esse pássaro uma criação da imaginação do pintor, mas um dia, quando andávamos no palácio, em abril de 1950, notamos uma enorme ave de rapina quase exatamente idêntica a ele, e a qual, ao nos aproximarmos, voou em pânico das ruínas onde tinha seu ninho”.

Se Taré e seus familiares eram realmente de linhagem amorita e viveram nessa época, por que teriam optado por deixar a Suméria, onde é presumível que seus ancestrais houvessem chegado não muito antes, e por deixar para trás a maioria de sua parentela, justamente na ocasião em que seus companheiros de tribo estavam tomando os tronos do poder mesopotâmico? Por que teriam desistido de viver na cidade mais desenvolvida do mundo e voltado para uma tenda no deserto? E por que esse detalhe seria recordado por tanto tempo, depois disso?

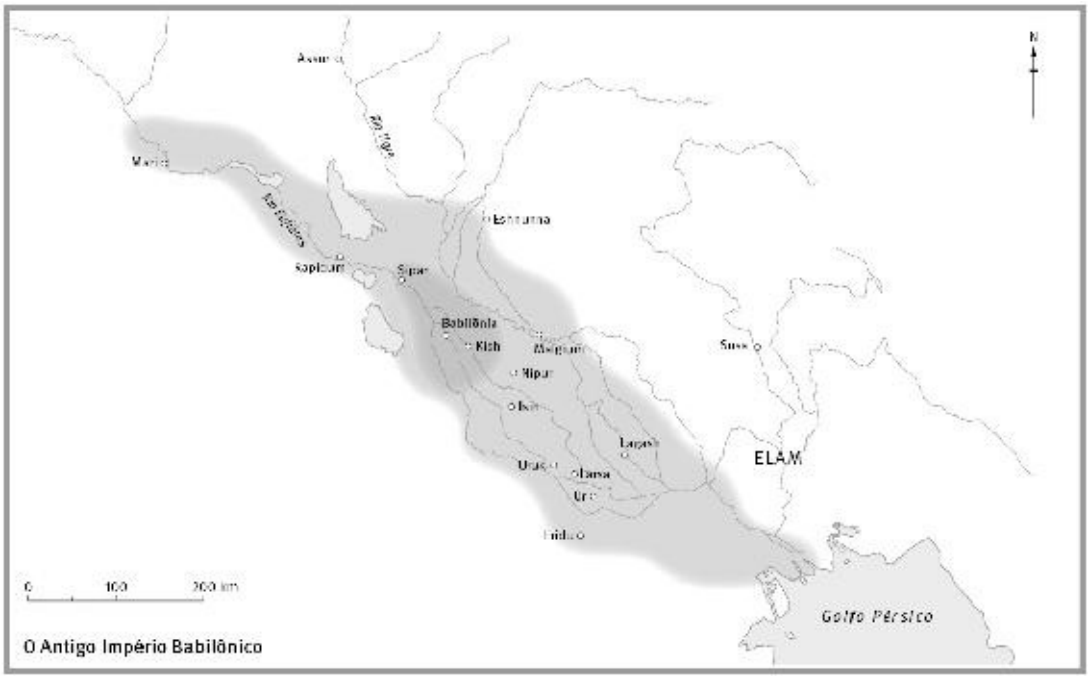
Talvez tenha sido para nos lembrar que somente saindo de Ur é que Taré e sua pequena família conservariam sua identidade amorita e seu estilo de vida amorita, tão importantes para a história posterior dos hebreus. Se Taré houvesse permanecido na Suméria, Abraão teria participado de um destino muito diverso.

Isso porque os conquistadores amoritas revelaram-se muito diferentes dos gutis, que haviam destruído o império dos acádios e exigiram muito esforço e muito tempo para ser desalojados. Os amoritas nunca iriam embora. Acabaram por se misturar tão completamente à população geral que, passadas algumas décadas, seria impossível distingui-los de seus predecessores. Para isso deve ter contribuído o fato de eles falarem línguas da mesma grande família da língua franca acádia da Mesopotâmia. É muito provável que tenham simplesmente se deslumbrado com a extraordinária riqueza cultural e a profusão de história com que depararam, e tenham querido tornar-se parte disso. E, num sentido crucial, eles reconheceram que as tradições da civilização suméria poderiam ser preservadas com sucesso, quaisquer que fossem as origens do homem a ocupar o trono no palácio da cidade. Sua tarefa era pegar o bastão e levá-lo adiante.

Ao fazê-lo, os amoritas viriam a elevar as artes e ciências civilizadas e civilizadoras a novos píncaros. Poderíamos dizer que sua época foi a verdadeira era dourada da civilização mesopotâmica. Eles viriam a fundir todos os diferentes grupos étnicos num novo povo: os babilônios. Seu Estado teria por centro uma nova cidade: Babilônia.

8. Antiga Babilônia: o apogeu

*c.*1900 a 1600 a.C.



O Antigo Império Babilônico

A maravilhosa e mística Babilônia assíria

E assim, finalmente, chegamos à Babilônia, a cidade mais famosa, mais mal-afamada, mais esplêndida, mais severamente censurada, mais admirada e mais vilipendiada da Antiguidade. E a que mais persiste na memória europeia.

Seu nome derivou de uma versão grega de uma versão acádia de uma denominação original anterior. Os acádios o racionalizaram pela consideração de que ele significava Bab-Ilu, o Portal de Deus. O Gênesis diz que ele deriva de um radical hebraico, *Balal*, que significa misturar, referindo-se à confusão de línguas com que foi punida a arrogância dos construtores da Torre de Babel.

A cidade deveu sua localização a sua sólida posição estratégica: perto do centro da planície mesopotâmica, próximo do ponto em que o Eufrates e o Tigre mais se aproximam, hoje a cerca de quinhentos quilômetros da cabeça do golfo Pérsico.

Ela pode atribuir inteiramente sua má reputação à Bíblia, com seu relato do exílio babilônico dos judeus – "Junto aos rios da Babilônia, ali nos sentamos e choramos, ao nos lembrarmos de Sião" –, e à visão de são João, no Livro do Apocalipse, da mulher "vestida de púrpura e escarlate e toda adornada de ouro, pedras preciosas e pérolas; tinha na mão um cálice de ouro cheio das abominações e imundícies da sua prostituição. E em sua fronte estava escrito um nome enigmático: Babilônia, a Grande, mãe das prostitutas e das abominações da Terra".

Ao mesmo tempo, entretanto, o nome da antiga cidade carrega associações muito mais positivas entre adultos e crianças, as quais, mesmo em nossa época, às vezes ainda cantavam:

How many miles to Babylon?
Three score and ten.
Will I get there by candle-light?

Yes, and back again.

If your heels be nimble and light,

You'll get there by candle-light.[e]

Ninguém parece saber a origem ou o significado dessa cantiga infantil, anteriormente associada a uma espécie de brincadeira de rua e que parece referir-se à duração média da vida humana, três vintenas mais dez, e ao espírito da própria vida, representado como uma vela bruxuleante que ilumina o caminho. Ninguém sequer tem certeza de que o verso sempre tenha dito Babilônia – em algum momento, pode ter indicado Belém ou outro lugar com nome de som semelhante. Em nossa época, entretanto, a versão com Babilônia superou há muito toda a concorrência e ainda aparece com regularidade em títulos de romances, peças teatrais, filmes e até canções. Os maiores especialistas em canções e brincadeiras infantis do mundo de língua inglesa, Iona e Peter Opie, concluíram que a maioria das cantigas infantis não era inicialmente cantada por crianças, mas constitui vestígios remanescentes de baladas e canções folclóricas antes populares, de pregões de rua e peças sobre a Paixão de Cristo, de preces e provérbios que há muito saíram de moda. De algum modo, Babilônia, o nome da antiga maior cidade do mundo, embora tenha desaparecido da face da Terra por dois milênios, gravou-se na imaginação popular por tempo suficiente para ainda ser evocado por brincadeiras de crianças nas ruas.

Os centros imperiais do antigo Egito ou da Assíria só são familiares para os que estudaram sua história. A maioria dos lugares conhecidos por judeus e cristãos através da Bíblia – Jerusalém, Siquém, Belém, Nazaré – deriva sua fama de épocas muito posteriores. Jericó talvez seja um dos mais antigos de todos os centros urbanos habitados, mas, na cultura popular, associa-se apenas à sonora demolição de seus muros por Josué: "Josué travou a batalha de Jericó e as muralhas ruíram." A Babilônia, por outro lado, ainda é prontamente lembrada por sua grandeza pagã. Particularmente na Inglaterra. E ainda mais particularmente em Londres.

Já no século XII, diz-nos Peter Ackroyd em *London: The Biography*, havia uma parte do muro da cidade chamada Babilônia: "As razões desse nome não

são claras; é possível que, na cidade medieval, os habitantes reconhecessem uma significação pagã ou mística dentro dessa parte da estrutura de pedra.” À medida que Londres cresceu em tamanho e importância no correr dos séculos, o antigo nome foi cada vez mais empregado como uma metáfora para representar toda a capital imperial. Seria de se supor que, ao se fazer referência à cidade como Babilônia, isso tivesse um sentido pejorativo. Mas não. Ackroyd relata que a Londres setecentista era descrita como “*cette Babylone*” por proporcionar um abrigo seguro aos desvalidos: “*le seul refuge des infortunés*”.[f] O poeta William Cowper achou que essa “Londres crescente”, com sua população multifária, era “mais diversificada que a Babilônia de outrora”, e declarou isso como um elogio; já para Arthur Machen, um autor galês da belle époque, “Londres avultou diante de mim, maravilhosa e mística como a Babilônia assíria, igualmente repleta de coisas inauditas e grandes revelações”.

Se para a Grã-Bretanha em processo de modernização o nome Babilônia simbolizava uma megalópole multicultural misteriosa, porém vibrante, cada uma de outras tradições recordou a Babilônia à sua maneira.

Para os autores clássicos, ela era uma cidade deste mundo, sem implicações místicas. Autores gregos e latinos, desde Heródoto, no século V a.C., até Dião Cássio, que viveu na Roma do século III, deixaram-nos descrições prosaicas, embora às vezes fantasiosas, de sua história, topografia, destino posterior e decadência final. De acordo com Dião, quando o imperador romano Trajano visitou o local, no século I, não encontrou mais que um monte de destroços. Por outro lado, Teodoreto, bispo de Chipre no século V, afirmou que a Babilônia ainda era habitada (por judeus) durante sua vida.

Para os cristãos devotos, a Babilônia seria sempre a prostituta do Apocalipse de são João, representando tudo que há de pecaminoso e maléfico na vida urbana. Para os rastafáris seguidores dos ensinamentos de Marcus Garvey, ela é o símbolo supremo de tudo que oprime e esmaga os negros, desempenhando um papel central na expressão do sofrimento e na convocação à resistência presentes no reggae.

Para o mundo do islamismo, em cujo território ficou esse local depois das conquistas árabes do século VII, o nome Babilônia não significava quase nada. É verdade que diversos geógrafos árabes importantes assinalaram sua localização anterior, embora às vezes equivocadamente. Mas, por ser tão sarcástica a postura geral do islamismo frente à época da *jahilliyah*, da "ignorância" (da verdadeira fé), nunca houve grande interesse em recordar os dias em que a antiga cidade floresceu. O Alcorão refere-se à Babilônia pelo nome apenas uma vez, num sentido inteiramente neutro, ao narrar a história de dois anjos enviados por Deus à terra para tentarem os seres humanos ao pecado: "Não foi Salomão quem descreu, e sim os demônios que se mostraram incrédulos, ensinando aos homens a magia e o que fora revelado aos dois anjos, Harut e Marut, na Babilônia – embora estes a ninguém instruíssem, até dizerem: 'Somos apenas uma tentação, portanto, não vos torneis incrédulos'" (Surata 2, A vaca, versículo 14).

Nas imediações de Al-Hillah, onde os cômoros desertos da Babilônia dormiram em silêncio durante séculos, visíveis a quilômetros de distância na planície nivelada, os aldeões muçulmanos povoaram-nos imaginariamente com demônios, djins e espíritos maléficos, ou com suas encarnações físicas – cobras e escorpiões –, e com os anjos Harut e Marut, pendurados pelos pés e uivando alto, numa eternidade de punição. Boas razões para mantê-los bem longe.

Assim, coube aos judeus manter viva na consciência cultural do Ocidente a realidade multifacetada do antigo centro de civilização, à espera do momento em que um novo espírito de investigação levasse os exploradores europeus a pesquisarem adequadamente os vestígios, o momento em que uma nova disciplina, a arqueologia, começasse a construir uma imagem da Babilônia tal como ela foi um dia, e em que o nome Babilônia fosse alegoricamente aplicado ao novo centro de um império mundial.

DESDE QUANDO O REI NABUCODONOSOR II, depois de incendiar o templo, havia exilado a classe governante de Jerusalém na Babilônia, em 586 a.C., a Mesopotâmia meridional mantinha as maiores e mais importantes comunidades judaicas. Foi ali, durante os séculos V, VI e VII de nossa era, nas cidades

babilônicas de Neardeia, Sura e Pumbedita (esta, provavelmente, a atual Faluja), que foi feita a mais influente das duas revisões do Talmude – a compilação de preceitos legais, história nacional e folclore que ainda se acha na raiz de toda a fé e observância judaicas. Também ali seria encontrada a sede do *Resh Galuta*, o Exilarca ou Príncipe do Exílio, suposto descendente da linhagem real do rei Davi e governante *de jure* de todos os judeus até o século XI.

Assim, não é de admirar que o primeiro viajante europeu a escrever o relato de uma visita às ruínas da cidade da Babilônia tenha sido um judeu: Benjamim, nascido em Tudela, na Ibéria, que viajou pelo Oriente Próximo a partir de 1160, colhendo informações sobre a situação das comunidades judaicas. Talvez seu objetivo fosse dar orientação a futuros refugiados da discriminação cada vez mais opressiva que era perpetrada contra os judeus da Espanha, após a reconquista de Navarra para a Igreja cristã em 1119. Depois de muito vagar, ele se descobriu em Resen, perto do Eufrates, local mencionado na Bíblia, mas hoje perdido para a geografia. “Dali é um dia de viagem até a Babilônia, que é a Babel de outrora”, escreveu ele em seu diário de viagem.

> As ruínas do local têm 48 quilômetros de extensão. As ruínas do palácio de Nabucodonosor ainda são visíveis por lá, mas as pessoas temem entrar nelas por causa das cobras e escorpiões. Bem perto, a uma distância de menos de dois quilômetros, habitam 3 mil israelitas que oram na sinagoga do Pavilhão de Daniel, que é antigo e foi erigido por Daniel. É feito de pedras lavradas e tijolos. Entre a sinagoga e o palácio de Nabucodonosor fica a fornalha em que foram lançados Ananias, Misael e Azarias, e sua localização está num vale conhecido por todos.

Em todos os lugares a que conduziu esse judeu pioneiro outros o seguiram, embora a maioria dos viajantes da região, inclusive Marco Polo, se contentasse em repetir testemunhos indiretos e crenças populares, em vez de investigar por si. Em contraste, o nobre e aventureiro italiano Pietro della Valle visitou pessoalmente as ruínas próximas de Al-Hillah em 1616, identificando-as corretamente como sendo as da Babilônia. A ele se atribui o mérito de ter sido o primeiro europeu a reconhecer que os estranhos conjuntos de marcas em forma de cunha, nas tabuletas que ele encontrou espalhadas pelas areias vizinhas, não eram adornos decorativos, mas uma escrita; e, por algum motivo, ele deduziu também que deviam ser lidos da esquerda para a direita. Ao regressar à Itália, em

1626, teve uma recepção de celebridade e foi nomeado camarista pelo papa. Apesar disso tudo, porém, não parece ter sido em Roma, e sim em Londres, que houve um interesse mais acentuado pelas revelações de Della Valle. É o que nos diz uma descoberta inesperada, feita no fim do século XIX.

Em 1886, um incêndio devastador destruiu a igreja de Santa Maria Madalena e uma fileira de velhas casas de comerciantes na rua Knightrider, no centro de Londres – uma passagem medieval estreita, não muito longe do rio Tâmisa, assim denominada por ter sido, um dia, a rota dos cavaleiros que iam da Torre Real da rua Cannon à esplanada dos torneios, em Smithfield. Depois de remover os detritos calcinados, os construtores começaram a escavar as antigas fundações. Numa camada subterrânea profunda, depararam com vários fragmentos de diorito preto, com inscrições em caracteres cuneiformes. Enviados ao Museu Britânico para identificação, eles revelaram datar, como noticiou a imprensa, encantada, "da época do mais antigo reino babilônico até hoje conhecido".

Um perito do Museu Britânico, certo sr. B.T.A. Evetts, notou que as casas sob as quais tinham sido recuperadas as pedras remontavam à segunda metade do século XVII e faziam parte de uma obra de reconstrução executada depois da destruição da área no Grande Incêndio de 1666. Referindo-se aos fragmentos com inscrições, ele sugeriu que "praticamente não há razão para duvidar que eles tenham sido enterrados entre as fundações quando a rua foi posteriormente recuperada". Um orientalista judeu norte-americano nascido em Varsóvia, Morris Jastrow Jr., concluiu que um interesse maior do que se supusera tinha sido gerado pelas cartas publicadas por Della Valle, assim como pelos espécimens de tabuletas babilônicas que ele levara consigo ao regressar:

> Homens e sociedades eruditos começaram a se interessar pelo assunto e, como as superfícies dos montes da Babilônia são comumente pontilhadas por fragmentos de pedra, pedaços de tijolos e cerâmica, nada é mais provável que, em consequência do interesse despertado por Della Valle, um mercador de Londres houvesse obtido alguns exemplares dessas antiguidades para sua coleção particular de objetos curiosos. Como não se conhece o paradeiro das tabuletas de Della Valle mencionados acima, o Museu Britânico tem agora precedência em relação ao Louvre, em cujas coleções babilônicas a peça mais antiga foi trazida para a Europa pelo botânico Michaux, em 1782.

A rivalidade entre Londres e Paris era bem real. Ao longo dos séculos, aventureiros de muitas nacionalidades haviam participado da exploração do antigo Oriente Médio. Ao fim da era vitoriana, quando as potências imperiais europeias estavam iniciando a “disputa da África”, havia também entre elas uma desgastante competição pelas antiguidades do Levante, todas se esforçando por desencavar e levar para casa as relíquias mais impressionantes. No fim do século XIX, esse campo tinha se reduzido a apenas três nações – Grã-Bretanha, França e Alemanha –, todas com interesses políticos na região. A Grã-Bretanha estava interessada em defender as rotas comerciais para seu império na Índia; a França fora estabelecida desde longa data, por meio de tratados, como protetora dos cristãos católicos do Império Otomano; o Império Alemão, recém-unificado, ansiava pelo apoio do sultão da Turquia contra o que percebia como tentativas britânicas de mantê-lo afastado de lá. Houve brigas nada edificantes entre eles em torno dos direitos de escavação. O interesse do público era febril, os despojos eram espetaculares, o orgulho nacional estava em jogo. Erigiram-se vitrines magníficas no Museu Britânico, no Louvre, em Paris, e no museu Vorderasiatisches, em Berlim. Mas, embora as assombrosas antiguidades trazidas de toda a Mesopotâmia atraíssem um número cada vez maior de visitantes, a honra suprema estava reservada a quem fosse capaz de trazer a cidade da Babilônia de volta à vida na imaginação do público.

Nesse aspecto, decididamente, a Alemanha sagrou-se vencedora. Suas relações cada vez mais cordiais com os otomanos em declínio permitiram a Robert Johann Koldewey, um arquiteto e historiador da arte transformado em arqueólogo, escavar e remeter para sua pátria todo o portal cerimonial conhecido como Portão de Ishtar, além de parte da via processional que levava a ele, reconstruída a partir dos ladrilhos multicores originais obtidos na escavação. Ao que parecia, logo seria possível estabelecer com os mais completos detalhes toda a história da Babilônia, desde os tempos mais remotos.

Mas essas esperanças seriam prontamente destroçadas. Embora os objetos transportados para Berlim fossem espetaculares, sem dúvida, não se tardou a reconhecer que a Babilônia das escavações representava pouco mais que os

últimos séculos da existência independente da cidade: a capital do império do rei Nabucodonosor e do exílio dos judeus. Apesar de lindas, fascinantes e historicamente importantes em si mesmas, as ruínas descobertas por Della Valle e seus sucessores não eram tão antigas assim, pertencendo ao que seria considerado, na Grécia, parte da baixa era arcaica – dificilmente muito mais velhas, na verdade, que as construções da Acrópole ateniense. Até hoje não se encontrou nada muito anterior aos séculos VII ou VI a.C., o que significa bem mais de mil anos após o estabelecimento da cidade como o principal ator político entre as novas sociedades organizadas fundadas pelos xeques amoritas, na esteira do declínio e colapso da Terceira Dinastia de Ur.

As camadas mais profundas das provas não puderam ser alcançadas; revelaram-se antediluvianas, no sentido estrito da palavra. No decorrer de milênios, o nível do lençol freático subiu de forma inexorável, tornando todos os níveis anteriores de ocupação inacessíveis às escavações. Assim, para grande tristeza dos assiriologistas, não temos nenhum conhecimento arqueológico ou documental direto da cidade da Babilônia em seus primórdios. E é provável que jamais o tenhamos. Em nossa descrição da história da Babilônia primitiva, somos forçados a confiar em sugestões oblíquas e referências acidentais de terceiros. É como se tentássemos estabelecer a origem do Renascimento europeu caso a cidade de Florença tivesse sido varrida do mapa, há muito tempo, pelo rio Arno.

Essa comparação não é tão fantasiosa quanto pode parecer. Muitos eventos igualmente tumultuosos se deram nos vários séculos que separaram a queda da Terceira Dinastia de Ur do estabelecimento da Babilônia como cidade suprema do sul da Mesopotâmia, centro do ponto alto da civilização mesopotâmica.

Nenhum rei é poderoso apenas por si

Durante algumas centenas de anos, o caleidoscópio político agitou-se em toda a Mesopotâmia. Os ocidentais – amorreus, em acádio – chegaram numa enxurrada impossível de conter. Não eram todos de uma única nação; seus nomes nos dizem que falavam pelo menos dois dialetos semíticos ocidentais diferentes. Lutavam entre si com frequência. As dinastias ascendiam e declinavam. O poder recompensava a intriga e os assassinatos. Uma cidade disputava a superioridade com outra. Travavam-se batalhas tremendas. Reis partiam para o campo de batalha. Alguns saíam vencedores, outros pereciam.

E alguns tiveram fins cada vez mais estranhos e incomuns. Quando os presságios eram particularmente desfavoráveis, era usual dar-se sumiço no rei, instalando-o em local seguro, e colocar-se temporariamente um plebeu no trono, para que este recebesse qualquer golpe reservado pelo destino para o senhor do palácio. Por volta de 1860 a.C., o destino se manifestou, provavelmente sob a forma de um eclipse lunar, ameaçando o rei sumério Irra-Imiti, de Isin. “Para que a dinastia não tivesse fim”, explica o texto posterior que os assiriologistas chamam de “Crônica dos reis antigos”, o soberano “fez o jardineiro Enlil-Bani ocupar seu lugar no trono e pôs em sua cabeça a tiara real”. Assim legitimado, o falso governante oficiou ritos no templo e cumpriu todos os outros deveres monárquicos.

O curso usual dos acontecimentos – que há de ser conhecido pelos leitores do antropólogo vitoriano sir James Frazer, a maior parte de cujo *Ramo de ouro* concerne à sobrevivência posterior dessa mesma prática na história europeia – consistiria em esperar que o perigo passasse e matar o monarca temporário. Mas a sorte não era tão cega quanto costuma ser descrita e parece ter sido perfeitamente capaz de distinguir o rei falso do verdadeiro: “Irra-Imiti morreu em seu palácio, depois de engolir um caldo fervente. Enlil-Bani, que estava no trono, não renunciou a ele e foi estabelecido como rei.” Enlil-Bani teve um

sucesso notável, conseguindo manter seu reinado por quase um quarto de século e ser declarado deus. Talvez a cativante história que descreve sua ascensão ao poder tenha sido um mero acobertamento do que de fato aconteceu: um golpe de Estado palaciano, que dificilmente seria uma ocorrência incomum naquele século violento. Um pouco depois, a cidade-Estado chamada Kurda foi governada por quatro reis num período de dez anos; o mesmo se deu com a cidade de Shubat-Enlil, e a cidade de Ashnakkum conheceu cinco soberanos em metade desse tempo. Um funcionário palaciano, escrevendo na cidade de Mari durante seu período no cargo, afirma que: "Nenhum rei é verdadeiramente poderoso apenas por si: dez a quinze reis sucederam Hamurabi da Babilônia, outros tantos sucederam Rim-Sin de Larsa, outros tantos sucederam Ibal-pi-El de Qatna, porém vinte reis sucederam Yarim-Lim de Yamhad."

O ESTADO DE MARI, o povoamento mais a noroeste da cultura da Mesopotâmia meridional, situado a uns quatrocentos quilômetros ao norte da Babilônia, no alto Eufrates, era antigo e glorioso, e se gabava de ter um palácio que devia ser o mais esplêndido de sua época. Sua sala do trono, câmaras de audiências e salões de recepção e jantar, todos suntuosamente decorados com afrescos que retratavam a vida cotidiana abraâmica, deviam ficar regularmente lotados por uma multidão de dignitários visitantes em trajes exóticos: reis estrangeiros que iam render homenagens, vassalos que chegavam com presentes, xeques tribais que entregavam tributos. Um enorme séquito de escravos, criados, assistentes pessoais e cavalheiros e damas de companhia – a força de trabalho que atendia às necessidades diárias do rei e suas diversas esposas – devia acotovelar-se com premência pelos corredores estreitos dos aposentos privados do monarca, levando cestos de roupas, bandejas de comida, jarros de bebida e caixas de documentos. O bloco administrativo devia ser uma colmeia de atividade, com seus mensageiros, arquivistas, contadores e auditores, seus secretários, subsecretários, subsecretários auxiliares e vice-subsecretários auxiliares, seus emissários estrangeiros, esperançosos de estabelecer ou consolidar alianças

políticas, e seus embaixadores recém-chamados de volta para serem interrogados e receberem novas instruções.

Num setor do térreo havia um grande *scriptorium*, no qual eram feitas cópias passadas a limpo das tabuletas de rascunho em que tinham sido escritas as cartas ditadas. Em outro setor do palácio, o arquivo continha os documentos, os registros da correspondência entre os reis e autoridades de Mari e os emissários do Estado, os inimigos e aliados próximos e distantes.

Toda essa vida atarefada e produtiva chegou a um fim muito repentino quando Mari foi tomada por Hamurabi, o rei amorita da Babilônia. Depois de a guarnição babilônica assumir o controle e eliminar toda a resistência, o conquistador enviou uma força-tarefa do serviço de inteligência para examinar os arquivos. Os agentes passaram várias semanas lendo os bem mais de 25 mil documentos, separando-os por autor, assunto e destinatário, e colocando cada grupo num recipiente separado. As tabuletas de conteúdo importante para a segurança nacional da Babilônia – todas as cartas de Hamurabi a Zimri-Lim, o governante de Mari, por exemplo – foram embaladas e despachadas em caravanas de jumentos para a capital, no sul.

Passado algum tempo, talvez depois de uma tentativa de insurreição, Hamurabi mandou retirar todas as pessoas do palácio e o queimou inteiramente. Em seguida, operários demoliram e nivelaram todas as paredes que haviam permanecido de pé depois do incêndio. A tragédia de Mari foi um ganho para a arqueologia. O arquivo do palácio, com seus documentos separados cesto a cesto em categorias distintas, cozido pelo incêndio final de Mari a ponto de ganhar permanência eterna, foi sepultado sob os escombros, onde permaneceu até ser desenterrado, quase 4 mil anos depois, a partir da década de 1930, por uma equipe francesa de assiriologistas, chefiada por André Parrot. As mais de 23 mil tabuletas recuperadas por eles pintam para nós um quadro admirável da vida e dos tempos antigos.

O que é particularmente notável, superando em muito os detalhes das maquinações políticas e das alianças sempre mutáveis entre os ditadores, os comandantes militares e os chefões mafiosos que então dominavam a

Mesopotâmia, é que, em suas cartas, realmente os ouvimos falar. Eles não redigem sua correspondência num estilo de expressão formal; ao contrário, não pensam duas vezes e falam com sinceridade. Trata-se de autênticas vozes ancestrais que, em sua maioria, profetizam a guerra:

> Este assunto não está em discussão, porém devo dizê-lo agora e dar vazão a meus sentimentos. És o grande rei. Quando me pediste dois cavalos, mandei que te fossem entregues. Mas, quanto a ti, só me mandaste vinte medidas de estanho.
>
> Sem dúvida, não podes ter sido honrado comigo ao me enviares essa mísera quantidade de estanho. Pelo deus de meu pai, se houvesses planejado não mandar coisa alguma, eu poderia ter ficado com raiva [*mas não me sentido insultado*].
>
> Entre nós, em Qatna, o valor de tais cavalos são dez libras de prata. Mas me mandaste apenas vinte libras de estanho! O que diria qualquer um que soubesse disso? Não poderia nos considerar homens de igual poder.

Em outras palavras, “Veja se me trata com respeito, cara!”.

Mas o governante queixoso de Qatna havia cometido o erro de se meter com o rei de Ekallatum, filho mais velho de Shamshi-Adad, um *capo di tutti capi*[g] lembrado com grande honra, durante muito tempo, na história assíria posterior, e que espalhou seus tentáculos de poder a partir de sua base na cidade de Shubat-Enlil. As relações do pai com o filho mais novo, que governava em Mari, soam como um diálogo de *O poderoso chefão*. Enquanto o filho mais velho era sistematicamente elogiado por sua ânsia de batalhas, o rei de Mari era habitualmente repreendido e denegrido: “Por quanto tempo temos de guiar-te em todos os assuntos? És uma criança, em vez de um adulto? Não tens barba no queixo? Quando assumirás o comando de tua casa? Não vês que teu irmão conduz vastos exércitos? Pois então, tu também, assume o controle de teu palácio, de tua casa.” Nessa ocasião, o velho mafioso quis que o filho caçula desse uma lição no rei de Qatna: “Enquanto teu irmão impõe derrotas aqui, tu ficas deitado aí entre as mulheres. Por isso, agora, quando fores a Qatna com o exército, sê homem! Assim como teu irmão está fazendo um grande nome para si, tu também, em tua terra, trata de fazer um grande nome para ti.”

Embora possamos ler grande parte da correspondência desses personagens que lembram bandidos, na verdade sabemos muito pouco sobre eles como

pessoas. É como começar a ouvir uma peça de radioteatro que está pela metade. Ouvimos as palavras, mas não sabemos se elas são ditas por uma pessoa alta ou baixa, gorda ou magra, velha ou moça, confiável ou desonesta, dada ao exagero ou propensa a atenuar o que diz. Todavia, quando continuamos a ouvir por tempo suficiente, podemos começar a reconhecer os personagens individuais.

Em seu discurso presidencial de 1997 na American Oriental Society, o professor Jack Sasson baseou-se num estudo de toda a sua carreira sobre a correspondência escrita pelo último monarca de Mari, Zimri-Lin, que havia tomado a cidade do infausto filho caçula de Shamshi-Adad, para nos dar um pequeno esboço bem informado:

> Apesar de todas as lacunas, pudemos, a partir dessas cartas, penetrar na personalidade de Zimri-Lin. Com base em ditos espirituosos ou proverbiais a ele atribuídos, pudemos concluir que seu senso de humor era mais sutil do que rude. Aprendemos também que ele não era despido de vaidade, pois atormentava seus camareiros por cortes específicos de tecidos e reagia com fúria ao se sentir ignorado. Não era desprovido de curiosidade, pois temos registros de longas visitas fora do seu reino. Tinha grande apetite por detalhes de governo, fazendo constantes solicitações de respostas a perguntas não respondidas. Mas também tolerava bem as picuinhas internas e as maledicências dos burocratas que disputavam sua atenção. É igualmente óbvio que Zimri-Lin era um homem devoto e temente a Deus, que exortava seus servos a realizar cerimônias religiosas e pedia que fosse mantido a par das últimas mensagens dos deuses. No entanto, não se furtava a choramingar, especialmente quando lhe pediam objetos dos quais não queria abrir mão. Também parecia ter algumas inseguranças.

Não se sabe como terminou a vida de Zimri-Lin. Mas esse acontecimento marcou o término do longo e complexo interregno entre a Terceira Dinastia de Ur e um novo império babilônico.

Uma nova ordem social

Quando o caleidoscópio mesopotâmico finalmente se deteve, revelou-se um padrão novo e estável – um padrão muito diferente do antigo. Centrado na cidade da Babilônia, esse período é chamado pelos estudiosos de era da antiga Babilônia.

A realidade dessa nova ordem social é ilustrada por uma de suas relíquias mais famosas. Se há uma coisa pela qual é popularmente conhecido o rei Hamurabi, sexto governante da Primeira Dinastia da Babilônia e consolidador do Primeiro Império Babilônico, é seu código de leis, gravado numa coluna de diorito negro e recuperado não na Mesopotâmia, mas em Susa, a capital do Estado de Elam, hoje situada na região oeste do Irã. Ele fora levado no butim de guerra após a conquista da Babilônia pelos elamitas, no século XIII a.C., meio milênio após a vida de seu autor.

Encimado por uma imagem do rei recebendo a lei de Shamash, deus do Sol e padroeiro da justiça, é provável que um dia esse objeto tenha estado num pátio público de um templo em Sipar. Outras cópias se encontrariam bem em frente ao reino do soberano, notadamente no templo do deus Marduk na Babilônia – o Esagila, “Casa que faz elevar a cabeça”, centro de culto da cidade da Babilônia e, portanto, de todo o império. No texto, o próprio Hamurabi descreve a finalidade da estela: “Possa o oprimido que tem uma disputa legal comparecer diante desta minha imagem, como rei que sou da justiça. Que lhe seja lida a inscrição deste monumento; que ele ouça minhas preciosas palavras; a inscrição o esclarecerá sobre a sua causa; ele descobrirá o que é justo e seu coração se alegrará, fazendo-o dizer: Hamurabi é um governante que é um pai para os seus súditos.”

Como no caso das leis anteriores de Ur-Namu, esse não é um código legal no nosso sentido moderno. Não tem completa abrangência nem estabelece princípios judiciais. Em vez disso, fornece uma lista de paradigmas, registros de

casos exemplares, supostamente ouvidos perante o rei, mas que provavelmente representam, na verdade, uma longa tradição jurídica, como o direito consuetudinário anglo-saxão, com sua preferência pelo precedente e pelo direito jurisprudencial, e com sua intensa antipatia por esquemas abrangentes, como o *Code Napoléon* [Código Napoleão] da Europa continental.

Mas o texto efetivamente abrange uma ampla gama de eventualidades. Após um longo preâmbulo, que enaltece Hamurabi como protetor dos fracos e oprimidos e detalha as regiões que ele governava, tem-se uma lista de aproximadamente 280 sentenças referentes à família, à escravidão e ao direito profissional, comercial, agrícola e administrativo, inclusive estabelecendo padrões de preço de mercadorias e salários de mercenários. A seção sobre o direito de família é a maior, versando sobre noivado, casamento e divórcio, adultério e incesto, filhos, adoção e herança.

Muitos desses juízos afiguram-se justos e sensatos ao leitor moderno. Por exemplo:

> Se um homem quiser separar-se de uma mulher que lhe deu filhos, ou da esposa que lhe deu filhos, deverá devolver a essa mulher seu dote e lhe dar parte da renda do campo, da horta e de seus bens, para que ela possa criar os filhos. Se ela criou seus filhos, deverá ser-lhe dada uma parte de tudo o que for concedido aos filhos, igual à parte de um filho. Ela poderá casar-se com o homem de seu coração.
>
> Se uma mulher discute com o marido e diz "Não és compatível comigo", deverão ser apresentadas as razões de seu preconceito. Se ela é inocente e não há defeitos de sua parte, mas o marido se ausenta e a negligencia, essa mulher não está em culpa, e deverá tomar seu dote e voltar para a casa de seu pai.

Por outro lado, as leis de Hamurabi têm uma célebre diferença em relação às de Ur-Namu porque, em vez de especificarem penas financeiras, muitas sentenças cultuam o princípio da *lex talionis*, a lei de Talião, também conhecida como "olho por olho":

> Se alguém arranca um olho a outro, seu olho deverá ser arrancado.
>
> Se quebra um osso de outro homem, seu osso deverá ser quebrado.
>
> Se quebra os dentes de outro de igual condição, seus dentes deverão ser quebrados.
>
> Se um construtor constrói uma casa para alguém e não o faz corretamente, e se a casa que ele construiu cai e mata seu proprietário, esse construtor deverá ser morto.
>
> Se [a casa] matar o filho do proprietário, o filho do construtor deverá ser morto.

Era frequente sugerir-se que essas penas, aparentemente mais cruéis, expunham um barbarismo selvagem, residual e irredutível, que seria intrínseco aos semitas, em contraste com a nobre mentalidade suméria. Há um forte cheiro de preconceito nesse julgamento. É muito mais provável que as leis de Hamurabi refletissem o choque de um meio social sem precedentes: o mundo multiétnico e multitribal da Babilônia.

Nos velhos tempos sumério-acádios, todas as comunidades haviam se sentido membros unidos da mesma família, todas igualmente servas aos olhos dos deuses. Nessas condições, as disputas podiam ser resolvidas mediante o recurso a um sistema de valores coletivamente aceito, no qual os laços de família preponderavam e a reparação justa era mais desejável que a vingança. Entretanto, agora que os cidadãos urbanos esbarravam comumente em nômades que adotavam um estilo de vida totalmente diverso, agora que falantes de várias línguas semíticas dos amorreus ocidentais, além de outros, eram misturados de qualquer jeito com acádios que não os entendiam, os confrontos deviam resvalar com muita facilidade para o conflito. As vendetas e as longas brigas de família deviam ameaçar com frequência a coesão do império. Assim como, hoje em dia, o sistema social mais severo dos Estados Unidos, com sua antipatia pela prestação coletiva de serviços públicos e seu compromisso com a pena de morte, expressa sua identidade como nação de imigrantes e deportados de muitos países e origens, em contraste com a predileção pela solidariedade social do mercado e pela justiça temperada com clemência na Europa continental, que era, até muito recentemente, uma região bem mais homogênea em termos étnicos, as leis draconianas da Babilônia, tal como os preceitos judiciais similares da Bíblia hebraica, refletem e procuram limitar o potencial de discórdia e violência que sempre espreita as sociedades fragmentadas. O contraste com os compêndios legais anteriores nos diz que as regras do jogo haviam mudado, que tinham passado a existir arranjos sociais radicalmente diferentes.

Fora-se a antiga percepção da terra como dividida nas esferas de influência de cidades-Estado separadas, cada qual com sua divindade governante – a ideia duas vezes milenar de que a cidade, a terra, o povo, as lavras e os rebanhos eram

fundação e propriedade dos deuses. Dali em diante, o padrão seriam os grandes Estados territoriais. Dois grandes centros emergiriam: Assur, que acabaria por controlar todo o norte, e Babilônia, que governaria todo o sul.

Fora-se o sentimento de união, de uma população inteira compartilhando a mesma ascendência sumério-acádia, os mesmos fardos, o mesmo destino. Dificilmente poderia não ser assim, quando tantos membros da classe governante originavam-se em ancestrais vindos de outros lugares. Persistia uma curiosa ambivalência na atitude perante os forasteiros que chegavam. Ao mesmo tempo que os textos literários cobriam os amorreus de desprezo, como bárbaros primitivos e hostis, Hamurabi da Babilônia continuava a se denominar, orgulhosamente, rei dos amoritas. Mas, embora o famoso código legal implique que não raro os indivíduos de comunidades diferentes entravam em choque, não parece ter havido um legado permanente de luta étnica generalizada na população. Mas encontramos, sim, indícios de divisões sociais.

As leis de Hamurabi nos dizem que havia três classes na Babilônia: o *awilum*, "homem livre" ou "fidalgo", o *mushkenum*, membro de classes inferiores, e o *wardum*, escravo. A palavra *mushkenum* vem de uma forma semítica que significa "aquilo ou aquele que é posto em seu lugar". (A mesma raiz semítica ainda é usada, passados quase 4 mil anos, em algumas línguas românicas modernas, como o francês, no qual *mesquin* [mesquinho] significa abjeto, ignóbil ou miserável.) Embora não haja uma comprovação factual, é tentador interpretar o *awilum* como denotando, originalmente, um membro da classe dominante amorita que chegava e *mushkenum* como um nativo da terra, agora reduzido a uma condição inferior. Seja isso verdadeiro ou não, decerto se pode dizer que a perda da uniformidade étnica levou, como fez tantas vezes em diferentes épocas e diferentes lugares, ao desaparecimento da solidariedade social. O antiquíssimo ideal comunitário sumério estava morto e enterrado.

Fora-se, portanto, a atração suméria pelo coletivismo e pelo planejamento central. Desse ponto em diante, viria uma era de privatização e terceirização – não haveria algo que se pudesse chamar de sociedade, mas apenas homens e mulheres individuais e famílias, uns ricos, uns pobres, alguns fracos, outros

poderosos. É claro que restavam as grandes propriedades do templo e do palácio, mas elas dispensaram a maior parte de sua força de trabalho e, com esta, sua responsabilidade para com os que os assistiam em suas necessidades, tanto burocratas e artífices quanto lavradores e pastores de rebanhos. Em vez deles, trabalhadores agrícolas e artesãos passaram a ser contratados e dispensados conforme a estação, e empresários e coletores de impostos independentes eram contratados para cuidar dos assuntos monetários e comerciais das propriedades.

O resultado foi um sistema financeiro reconhecivelmente aparentado com o nosso, abrangendo atividades bancárias e investimentos, empréstimos, hipotecas, ações e títulos, companhias de comércio e parcerias comerciais. Foi o primeiro experimento da história com o capitalismo mercantilista, com todas as suas consequências, tanto negativas quanto positivas.

O resultado positivo foi tornar algumas pessoas muito ricas. Em suas escavações, Leonard Woolley descobriu o que foi chamado de distrito financeiro de Ur, separado do conjunto arquitetônico do palácio e do templo pelo grande canal que dividia a cidade em duas. Não se tratava, como poderia implicar sua descrição alternativa como a Wall Street de Ur, de um local de especial esplendor, no qual construções majestosas ocupassem grandiosas avenidas. Simples residências de dois andares acotovelavam-se num labirinto de alamedas sinuosas e vielas estreitas, pelas quais não passaria mais de um jumento de cada vez. Para encontrar uma dada casa, seria preciso seguir instruções complicadas, do tipo satirizado numa anedota humorística da época: “Você deve entrar pelo Grande Portão e passar por uma rua, uma avenida, uma praça, a rua Tillazida e as vias Nusku e Nininema, à sua esquerda. Deve perguntar a Nin-lugal-Apsu, filha de Ki’agga-Enbilulu, nora de Ninshu-ana-Ea-takla, uma agricultora da horta de Henun-Enlil, que fica sentada no chão na Tillazida, vendendo produtos agrícolas. Ela lhe mostrará.” Ao chegar ao endereço que Woolley denominou de Alameda do Nicho n 3, encontrava-se o escritório e talvez residência do negociante Dumuzi-Gamil, um mercador instruído, cauteloso e econômico, que preferia fazer seus registros com sua letra idiossincrática, desdenhando de empregar um escriba, fosse pelo custo, pelo desafio a seu amor-próprio ou pelo

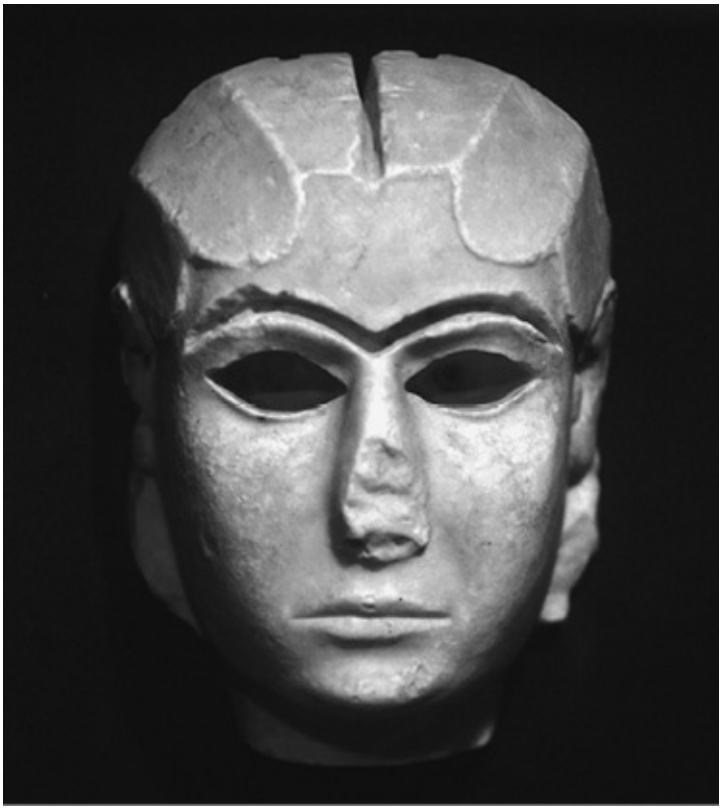
desejo de manter seus negócios estritamente confidenciais – os escribas contratados tinham a fama de ser incapazes de manter a boca fechada. O grande número de documentos encontrados, aparentemente enterrados sob o piso, mostra que ele era um expoente sumamente bem-sucedido da prática comercial da antiga Babilônia.



A privação estética dos que não eram da elite. Tigelas de borda chanfrada e modelagem tosca são encontradas por toda a Mesopotâmia, datadas da era de Uruk – IV milênio a.C.



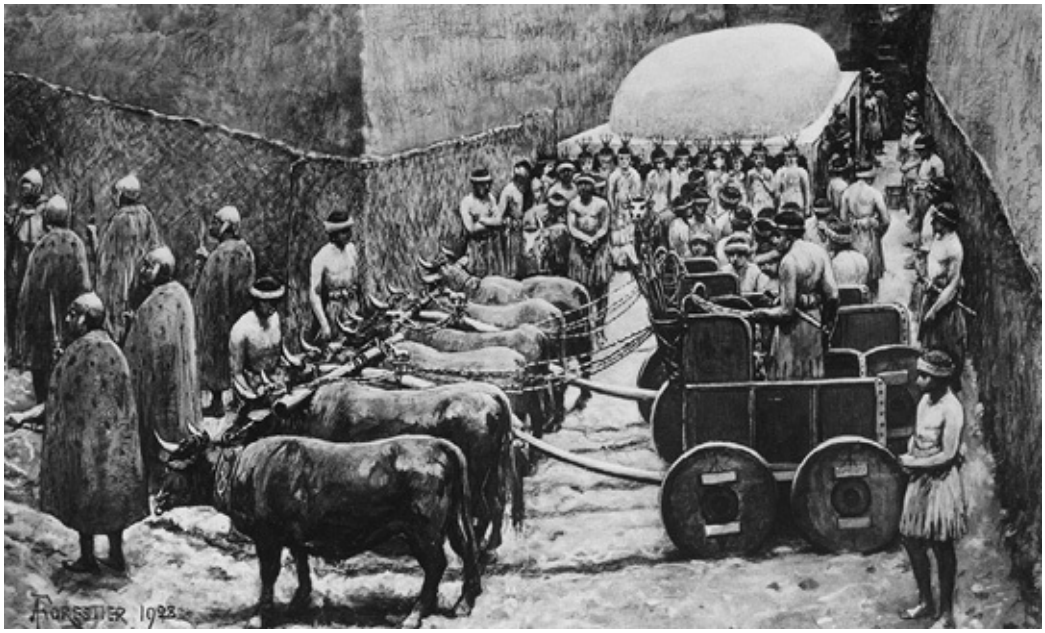
A celebração da identidade individual: primeira assinatura pessoal conhecida, pertencente a um escriba chamado GAR.AMA, datada de aproximadamente 3000 a.C.



“Os lábios não precisam se abrir para ouvirmos o que ela tem a dizer”: André Parrot, curador-chefe dos museus nacionais franceses, descreve a escultura de alabastro, provavelmente da deusa Inana, conhecida como “a Dama de Uruk”, criada por volta de 3100 a.C.



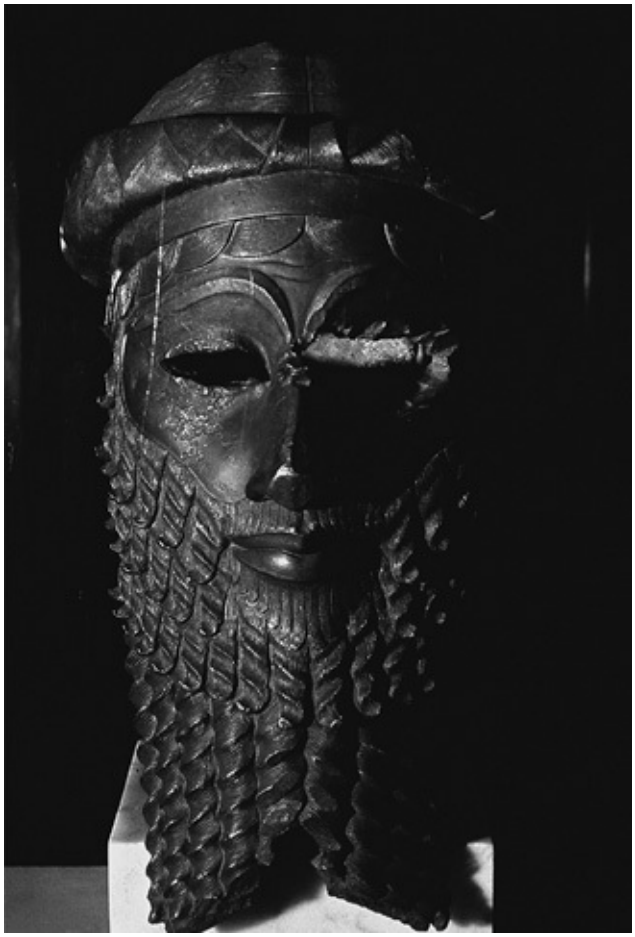
Não a deusa em si, mas a suma sacerdotisa que a representa: culto à Grande Deusa de Uruk, por volta de 3100 a.C., do registro superior do Vaso de Warka.



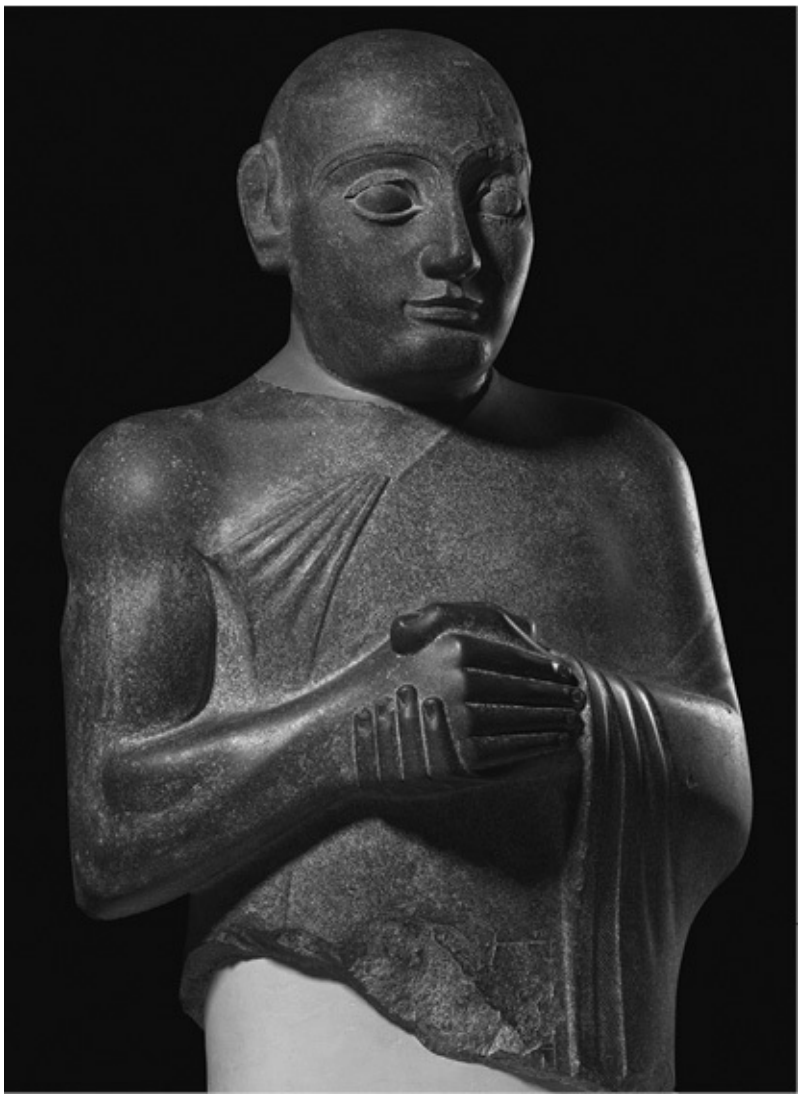
Membros da corte do rei morto: o cemitério real conhecido como Grande Cova da Morte, em Ur, datado de aproximadamente 2500 a.C. e descoberto em 1928 por Leonard Woolley. Cena do sacrifício humano, tal como imaginada pelo *Illustrated London News*.



“Eles se deitaram e se prepararam para a morte”: cena da Grande Cova da Morte, tal como mostrada pelo *Illustrated London News*, depois que os servos e criados reais tomaram a dose de veneno, mas antes de o túmulo comunal ser coberto.



O soberano dos Quatro Cantos da Terra: cabeça de cobre em tamanho natural, que possivelmente retrata o rei Sargão de Acad (que reinou em *c*.2300 a.C.), escavada em 1931 no sítio arqueológico da cidade assíria de Nínive.



Dignidade, formalidade e serenidade: uma das muitas estatuetas votivas de Gudeia, o *ensi* (governador) de Lagash em *c*.2120 a.C., escavada do monte de Telloh, antiga Girsu, a principal cidade do Estado de Lagash.

Não muito antes de conseguir consolidar toda a Babilônia num único Estado imperial, Hamurabi e um sócio comercial, Shumi-Abiya, tomaram emprestados cerca de trinta gramas de prata do negociante Shumi-Abum. Investiram o dinheiro em padarias que forneciam cereais e pão aos templos e palácios de Ur e Larsa. Woolley recuperou um recibo emitido pelo rei Rim-Sin, de Larsa, Isin e Ur, pelo abastecimento mensal de aproximadamente 150 alqueires de cevada. Os sócios não negociavam apenas com os poderosos e os virtuosos. Emprestavam somas muito menores, por prazos muito mais curtos, a lavradores e pescadores

que precisavam de empréstimos de emergência para pagar seus impostos. Por sua vez, Shumi-Abum, que adiantara a prata aos sócios, vendeu a dívida a uma outra dupla de sócios, Nur-Ilishu e Sin-Ashared. Ao que parece, havia um mercado ativo de títulos e do que hoje chamamos de papéis comerciais na antiga Babilônia. Similarmente, os arquivos de Dumuzi-Gamil listavam somas creditadas e débitos a serem pagos a outros mercadores, em sua cidade natal e em outros locais. Esses registros podiam ser usados como instrumentos negociáveis, o original do nosso papel-moeda. Os investimentos feitos em expedições comerciais ao exterior aproximavam os mercadores babilônicos do que reconhecemos como contratos de futuros sobre mercadorias.

Em suma, o sistema financeiro que floresceu na Babilônia de Hamurabi instaurou as mesmas técnicas que, ao serem redescobertas, vários milhares de anos depois, permitiram primeiro aos judeus, depois aos lombardos e venezianos, financiar a expansão da economia europeia durante a Idade Média. Todavia, entre os pontos negativos dessa revolução econômica protoliberal estavam o incentivo ao endividamento, a defasagem cada vez maior entre abastados e despossuídos e a redução de muita gente à penúria, ou coisa pior.

O prazo do empréstimo de prata de Dumuzi-Gamil era de cinco anos; a taxa de juros estipulada por lei para a prata era de 20%. Isso parece muito pesado. Mas o custo da obtenção de empréstimos era calculado de maneira diferente naquela época. Podia não ser permitido que as taxas variassem competitivamente, mas, dado que elas incidiam sobre todo o prazo da dívida, em vez de serem calculadas anualmente, variar a data de quitação alterava a taxa anual equivalente. Os juros de 20% em cinco anos, como no caso de Dumuzi-Gamil, são o mesmo que pouco mais de 3% ao ano, que é muito mais razoável. Se o mesmo percentual fosse cobrado em dois anos, equivaleria a pouco menos de 10% anuais. Os registros de Dumuzi-Gamil mostram que, quando ele concedia empréstimos a trabalhadores e artesãos, a data de quitação costumava ser um ou dois meses depois. Num prazo tão curto, a taxa de juros equivalia a mais de 800% ao ano: bastante compensadora para quem emprestava, mas absolutamente incapacitante para o devedor.

Os agentes privatizados da receita e coletores de impostos, que escorchavam o povo, eram implacáveis. Tinham não apenas de extrair o dinheiro devido ao coletor, mas também de aumentar a obrigação, a fim de garantir sua própria renda. Muitas de suas vítimas eram forçadas a se vender ou a vender membros da família à escravidão, porque simplesmente não podiam pagar. No fim, a montanha da dívida assumiu dimensões tão colossais que foi preciso fazer alguma coisa. Implementaram-se soluções radicais que viriam a ter longa repercussão na história das finanças.

Em primeiro lugar, a lei preceituou que a escravidão por dívida fosse limitada a apenas três anos. O código legal de Hamurabi especifica: “Se alguém tem um débito vencido e vende por dinheiro a si mesmo, sua mulher, seu filho ou sua filha, ou os entrega para trabalhos forçados, eles deverão trabalhar por três anos na casa do comprador ou do senhor, e no quarto ano deverão ser libertados.”

Mais drástica ainda, quando o grau de endividamento geral tornava-se grande a ponto de ameaçar a estabilidade financeira ou até política do Estado, era a proclamação do “perdão da dívida” em caráter geral, quando todos os empréstimos eram declarados nulos. Esses editos, que comumente acompanhavam uma anistia aos prisioneiros do Estado, eram a norma na ascensão de novos governantes. Mas às vezes também eram promulgados em meio ao reinado, como quando o rei Rim-Sin, cerca de dez anos antes de seu feudo render-se a Hamurabi, subitamente declarou anulados todos os empréstimos, acabando por completo com a cômoda sociedade de Dumuzi-Gamil e as muitas outras atividades comerciais em Ur. Há sugestões de que a remissão das dívidas limitava-se a empréstimos pessoais de curto prazo, que financiavam o consumo ou o pagamento de tributos, e de que os empréstimos contraídos para efeito de investimento, assim como para pagar multas e punições, ficavam excluídos. Isso não bastou para recuperar os negócios babilônicos, que levaram muitos anos para retornar aos níveis anteriores de atividade.

Talvez o extravagante ciclo econômico imposto por esse método tão tosco de controle se afigurasse menos nocivo aos que o vivenciavam do que se afigura

para nós. É que essa lição foi retomada, muitos séculos depois, pelos hebreus, que, no versículo 15 do Deuteronômio, incorporaram-na a sua lei religiosa:

> A cada sete anos celebrarás a remissão das dívidas.
>
> Eis como se fará a remissão: todo credor que houver emprestado alguma coisa ao próximo perdoará o que houver emprestado; não o cobrará do próximo nem do irmão dele, porque terá sido proclamada a remissão em honra do Senhor…
>
> Se um de teus irmãos, hebreu ou hebreia, te for vendido como escravo, ele te servirá durante seis anos; e no sétimo ano o deixarás partir em liberdade.
>
> E quando o libertares de ti, não o deixarás partir de mãos vazias.

E, por último, enfatizando a completa reviravolta política, social e econômica representada pelo Primeiro Império Babilônico, foram-se os últimos vestígios da dominação cultural suméria.

Como língua viva, o sumério estava acabado. Desse momento em diante, a Mesopotâmia seria exclusivamente uma terra de cultura cotidiana semítica e de língua cotidiana semítica, embora esta não fosse o semítico ocidental da nova classe dominante, porém um dialeto do acádio nativo que os filólogos chamam de babilônico antigo. Ninguém sabe com exatidão quando se deixou de ouvir o sumério nas ruas. Talvez tenha sido em alguma fase próxima ao final da era anterior de Ur III – o que não significa que todo o uso da língua suméria houvesse cessado. Isso só viria a acontecer no fim derradeiro da civilização mesopotâmica, dali a cerca de 2 mil anos. Mas ela sobreviveu como língua escrita e não falada, reservada à religião e aos estudos eruditos, e não à comunicação vernácula.

Essa preservação da língua suméria escrita em épocas posteriores costuma ser comparada ao papel do latim como língua da cultura na história europeia, desde a queda do Império Romano até quase metade do século XX, quando as línguas clássicas foram finalmente abandonadas pela maioria das escolas. Mas essa analogia é um tanto inexata, é claro, porque o latim nunca deixou de ser falado: seguindo os processos habituais da evolução linguística, o latim falado transformou-se aos poucos no francês, italiano, espanhol, português e demais línguas modernas da família românica. O latim escrito, por outro lado, como

língua dos estudiosos, ficou congelado no estágio que havia atingido no primeiro século da era cristã.

Uma comparação mais útil quanto ao sumério seria o hebraico. Por mais de 2 mil anos depois que deixou de ser falado, substituído na vida cotidiana pelo aramaico, primeiro, e depois pelas línguas locais da Diáspora, o hebraico continuou a ser a língua religiosa, literária e erudita dos judeus, bem como o veículo para ensinar as crianças judias a ler e escrever. Qualquer que fosse a língua dominante em casa e no trabalho, o alfabeto hebraico era adaptado para representá-la. Acabou por se converter na base sobre a qual o hebraico falado foi reinventado no fim do século XIX. De modo semelhante, o sumério se manteve como a base da alfabetização enquanto a escrita cuneiforme continuou a ser usada.

O que o sumério, o latim e o hebraico têm em comum é seu papel de parâmetros, de marcadores simbólicos de suas respectivas tradições. O domínio do sumério, em qualquer nível, sempre seria o bilhete de entrada para a participação na grandiosa e contínua tradição cultural que nesse momento, na Babilônia, ignorando “a guerra, o terror, o assassinato e o derramamento de sangue” contínuos à sua volta, estava atingindo o auge de seu desenvolvimento.

Os novos senhores da Mesopotâmia usaram a língua e a tradição cultural sumérias como a cola para unir as populações já então diversificadas de seu reino. Assim como na França os cidadãos são ensinados a ser fiéis à Revolução e à *Liberté, Égalité, Fraternité,* e como nos Estados Unidos ensina-se às crianças das escolas a fidelidade à bandeira, à Constituição e aos ideais dos pais fundadores, os súditos do rei da antiga Babilônia, qualquer que fosse sua origem, eram ensinados a honrar os antigos mitos, lendas e histórias sagradas, bem como os hábitos e a história, até onde esta era conhecida, de seus predecessores sumérios no território. As crenças religiosas mantiveram-se praticamente inalteradas, e a única inovação consistiu, basicamente, em se introduzir no panteão da cidade da Babilônia o deus padroeiro Marduk, que aos poucos assumiu o status e as prerrogativas de Enlil, o antigo deus dos deuses. Escribas ilustres chegaram até a adotar nomes sumérios, tal como os eruditos europeus da

Idade Média, e até de épocas posteriores, adotaram identidades clássicas, preferindo ser conhecidos, por exemplo, não como um simples Neumann, mas como Neandro, não como um banal Schwartzerd, mas como Melâncton, não como um mero Philip von Hohenheim, e sim como Philippus Theophrastus Aureolus Bombastus – Paracelso, para abreviar.

Isso conferiu suprema importância à educação. Na verdade, foi central para a civilização babilônica. Não mais institucionalizado em academias grandes e cuidadosamente reguladas, dirigidas pelo Estado, como as fundadas na época de Ur III pelo rei Shulgi, porém privatizado, como tudo o mais na nova Babilônia, o sistema educacional, ainda assim, deixou-nos um imenso legado de dados documentais: uma pequena montanha de provas e exercícios escritos descartados. Como resultado, sabemos mais sobre como eram os dias de aula na escola do que sobre muitos outros aspectos da vida na antiga Babilônia.

A escola babilônica

Em sumério, escola chamava-se *E-Dubba*, e em babilônio, *Bet-Tuppi*. Os dois nomes referem-se às tabuletas em que os documentos eram escritos. Toda a educação se baseava na leitura e escrita de textos sumérios e babilônicos. Vejamos o currículo de um estudante recém-formado: O número total de dias em que eu trabalhava na escola era como se segue: eu tinha três dias de folga por mês; e, como cada mês tem três dias de descanso em que não se trabalha, eu passava 24 dias por mês na escola. E não me parecia um tempo muito longo!

> De agora em diante, poderei dedicar-me a recopiar e redigir tabuletas, fazendo todas as operações matemáticas úteis. Aliás, tenho um conhecimento rigoroso da arte de escrever: sei pôr as linhas no lugar e redigir. Basta meu professor me mostrar um sinal para que, imediatamente e de cor, eu saiba ligar a este um grande número de outros sinais. Como frequentei a escola pelo tempo exigido, sou fluente em sumério, na grafia e no conteúdo de todas as tabuletas.

Nosso estudante não apenas dominou a leitura, a escrita e a aritmética, como também adquiriu muitas outras habilidades escriturais: Sei redigir toda sorte de textos: documentos que versam sobre medidas de capacidade, de 300 a 180 mil litros de cevada; de peso, de oito gramas a dez quilogramas; qualquer contrato que me possam solicitar: casamento, sociedade, vendas de imóveis e escravos; garantias de obrigações em prata; arrendamento de campos; cultivo de palmeirais; inclusive contratos de adoção. Sei redigir todos estes.

Tudo muito notável e talvez até verdadeiro, embora soe bastante parecido com um excerto de uma brochura escolar moderna. O retrato que nosso estudante faz de suas habilidades certamente pinta um quadro idealizado do sistema educacional desregulado da antiga Babilônia.

Obtemos uma impressão bem diferente, talvez mais próxima da verdade, de um autor anônimo – uma espécie de Charles Dickens ou Thomas Hughes da antiga Babilônia. Esse conto muito copiado foi chamado de “Dias de aula” por seu primeiro tradutor e editor, Samuel Noah Kramer, que o compilou a partir de

mais de vinte fragmentos separados, guardados em diferentes museus, e satiriza o caráter aleatório da disciplina, a corrupção do professor e uma risível falta de correspondência entre o elogio e a realização. Não que o herói seja um grande modelo de virtude.

A história começa pela descrição dos acontecimentos de um dia normal. Nosso protagonista vai à escola, lê em voz alta um exercício, almoça, copia outros textos, volta para casa e mostra ao pai o que aprendeu. O pai fica satisfeito com seu progresso, o que o estudante usa como pretexto para, de repente, transformar-se num monstrinho: Estou com sede, dê-me algo para beber!

Estou com fome, dê-me pão!

Lave os meus pés, faça a cama!

Quero ir dormir.

Acorde-me cedo de manhã.

Tudo isso serve de contraste com o que acontece logo no dia seguinte. A princípio, tudo parece bastante normal. Ele acorda cedo, a mãe lhe dá uma embalagem com o almoço, e lá se vai o estudante. Mas, ao chegar à escola, um supervisor o detém: – Por que estás atrasado?

Senti medo, meu coração bateu depressa.

Entrei e me sentei, e meu professor leu minha tabuleta. Disse: – Está faltando uma coisa!

E me bateu com a vara.

Um dos monitores disse:

– Por que abriste a boca sem minha permissão?

E me bateu com a vara.

O encarregado das normas disse:

– Por que te levantaste sem minha permissão?

E me bateu com a vara.

O porteiro disse:

– Por que estás saindo sem minha permissão?

E me bateu com a vara.

O guardador da jarra de cerveja disse:

– Por que bebeste sem minha permissão?

E me bateu com a vara.

O supervisor sumério disse:

– Por que falaste em acádio?

E me bateu com a vara.

Meu professor disse:

– Tua letra não presta!

E me bateu com a vara.

Atordoado com a mudança súbita de sua sorte, o menino vai para casa e arquiteta um plano. Sugere que o pai convide o professor para jantar. Mas não para protestar contra o tratamento dado a seu filho; a estratégia é muito mais sutil: O pai atentou para o que disse o colegial.

O professor foi trazido da escola.

Ao entrar na casa, foi acomodado no lugar de honra.

O estudante pegou uma cadeira e sentou-se defronte dele.

Tudo o que havia aprendido da arte dos escribas expôs ao pai.

O pai, com o coração alegre, disse jovialmente ao “pai da escola”: – O senhor treina a letra do meu menino, faz dele um perito, mostra-lhe todas as sutilezas da arte do escriba.

Depois de cobrirem o professor de elogios, zombeteiramente, pai e filho passam sem o menor pejo a lhe prodigalizar comida, bebida e presentes.

Servem-lhe do bom vinho de tâmaras, trazem-lhe uma mesinha, vertem azeite bom em sua tigela como água, vestem-no com uma roupa nova,

oferecem-lhe um presente, colocam-lhe uma pulseira no braço.

Ao que o professor responde, abertamente, da maneira esperada: – Como me deste aquilo que de modo algum eras obrigado a dar, e me ofereceste um presente muito acima do que ganho, trataste-me com grande honra,

que Nidaba [a deusa dos escribas], rainha das divindades guardiãs, seja tua divindade guardiã, que ela abençoe teu estilo de junco, que retire todos os erros de tuas cópias manuscritas.

De teus irmãos, que sejas o líder,

de teus companheiros, que sejas o chefe,

que te coloques no lugar mais alto entre todos os estudantes.

Se a palavra “escola” traz à mente a imagem de uma grande construção, com um pátio de recreio e muitos alunos, isso seria um erro. Como quer que possam

ter sido as academias de Ur e Nipur criadas pelo rei Shulgi, a escolarização, no tempo da antiga Babilônia, era feita em domicílios particulares, bem semelhantes às escolas caseiras dirigidas por senhoras na era vitoriana, exceto que o ensino era feito por homens. Além disso, embora alguns arqueólogos acreditassem ter descoberto salas de aula – por exemplo, nos vestígios de um grande aposento mobiliado com bancos no palácio de Mari, encontrados por André Parrot –, a maior parte da aprendizagem, na verdade, devia ocorrer do lado de fora. Lidar com textos em escrita cuneiforme tinha que ser uma atividade predominantemente praticada ao ar livre.

Escrever à tinta num papiro, no velino, em pergaminho ou papel, como fazemos até hoje, depende, para ter legibilidade, do contraste entre a tinta preta ou escura, pelo menos, e um fundo branco ou, no mínimo, pálido. Embora a boa luz ajude, não é indispensável. Já as marcas da escrita cuneiforme na argila são tridimensionais. Não há contraste de cor ou tom entre o sinal e seu substrato. Ler ou escrever a escrita cuneiforme exige uma iluminação excelente e estável.

Mas os interiores da antiga Mesopotâmia eram escuros. Essa é uma região quentíssima durante grande parte do ano, com algumas das mais altas temperaturas encontráveis em qualquer lugar do mundo. É preciso fazer todos os esforços para ficar longe do sol. Nas casas babilônicas, as janelas eram inexistentes, ou ficavam totalmente escurecidas durante o dia. Devia-se aprender – e praticar, aliás – a leitura e a escrita num pátio ao ar livre, fosse do lado de fora, no interior do terreno da casa, ou, talvez, no terraço.

Não obstante, ainda que as instalações físicas de uma escola babilônica e uma escola oitocentista pudessem ser muito diferentes, as duas continuam a ter muito em comum. O professor de “Dias de aula”, por exemplo, era passível de suborno por ser um empregado remunerado, e não o equivalente a um mestre de aprendizes. É bem possível que os monitores e supervisores que dão vergastadas no protagonista fossem meninos maiores, chamados “irmãos mais velhos”, o que constituiria uma espécie de sistema de monitoria. E, tal como no século XIX, a educação parecia ser, em tese, acessível a todos. Não sabemos se reis babilônios como Hamurabi sabiam ler e escrever, ao contrário do rei Shulgi, de Ur, que se

gabava de sua instrução e suas habilidades de escriba. Mas os estudiosos creem que o letramento era muito mais amplamente disseminado na população da antiga Babilônia do que em qualquer época anterior ou posterior da história mesopotâmica. O corpo discente não se restringia a nenhuma casta em particular, como sacerdotes ou burocratas. Tal como no período vitoriano, parece que mandar os filhos para a escola era acessível a todos os pais que não precisavam da contribuição da prole para a renda familiar – e por um período muito longo, ainda por cima, talvez bem mais de dez anos. Para as famílias comuns, isso seria um sacrifício de dimensões impossíveis. Há um texto em que um pai, queixando-se da atitude do filho para com os estudos, exige que esse filho demonstre a devida gratidão: Em toda a minha vida, eu nunca o fiz carregar bambus para o bambuzal. Os feixes de bambu que os jovens e os pequeninos carregam, você nunca os carregou na sua vida. Eu nunca lhe disse “siga as minhas caravanas”. Nunca o mandei trabalhar arando meu campo. Nunca o mandei trabalhar capinando meu campo. Nunca o mandei trabalhar como lavrador. Nunca na minha vida lhe disse “ande, trabalhe para me sustentar”. Outros como você sustentam os pais com o trabalho.

Não sabemos como a escolarização era paga nem quanto custava. De qualquer modo, só as famílias mais abastadas poderiam arranjar-se sem a mão de obra dos filhos – embora alguns meninos pobres fossem às vezes adotados e mandados para a escola. Em comum com muitas sociedades tradicionais, até hoje, ler e escrever eram sobretudo coisa de homem, embora também houvesse mulheres escribas, das quais alguns nomes são conhecidos.

Tal como nas escolas europeias, até não muito tempo atrás, a educação ficava comumente nas mãos do clero. Instalavam-se escolas particulares nas casas de autoridades do templo, como Ur-Utu, um sacerdote *kalamahhum* da cidade chamada Sippar-Amnanum, a uns oitenta quilômetros da Babilônia, em cuja residência foram recuperados vários milhares de tabuletas de exercícios estudantis. Mas a grande diferença entre a religião mesopotâmica e o cristianismo se expressa na visível ausência de ensino religioso explícito. Nenhum texto discute a natureza da divindade, nenhuma tabuleta registra

meditações sobre o sentido da vida; não há documentos que exponham a doutrina teológica nem preceitos sobre o culto correto dos deuses. Embora antigos mitos religiosos e muitos hinos fossem copiados e recopiados como exercícios de escrita, a educação que os alunos recebiam parece ter sido predominantemente secular, num grande contraste com o sistema de ensino do nosso mundo, que levou quase 2 mil anos para se distanciar da Igreja, sua patrocinadora original.

Como a escolarização babilônica se restringia à elite destinada a ocupar todos os cargos em que o conhecimento das letras era necessário, os alunos recebiam uma educação geral, com um currículo amplo. Este ficava longe da formação vocacional estrita. Não só se ensinavam aos estudantes as necessidades para o futuro ofício de escriba como eles seguiam um currículo liberal que abarcava todos os conhecimentos da época. Sem dúvida, deviam receber instrução adicional ao iniciarem sua profissão adulta definitiva, qualquer que fosse ela. Contador, administrador, arquiteto, astrólogo, escrevente, copista, engenheiro militar, tabelião, sacerdote, escriba público, entalhador de selos, secretário, supervisor e professor são apenas algumas das que conhecemos. Mas as bases de todos os estudos adicionais eram firmadas nas escolas.

Pelo currículo de nosso formando recente, fica claro que a aritmética era tão importante para a educação babilônica quanto a leitura e a escrita. Um exame mais detido de como era ensinada e aprendida a arte de trabalhar com números diz-nos muito sobre como os babilônios abordavam todas as formas de conhecimento.

Para começar, devemos reconhecer que a capacidade de manipular números era muito mais avançada nessa era antiga do que na maioria das épocas da história europeia. Em seu livro *Beyond Numeracy*, o matemático John Allen Paulos conta uma anedota sobre um negociante medieval alemão que pergunta para onde deve mandar o filho, a fim de que ele receba instrução em matemática. “Se o senhor quer que ele domine a soma e a subtração”, diz a resposta, “a universidade local será satisfatória. Mas, se quiser que ele também seja capaz de multiplicar e dividir, terá de mandá-lo estudar na Itália.” Nenhuma limitação

dessa ordem aplicava-se às escolas babilônicas. Mas elas levavam uma vantagem. Sua maneira de escrever os números era muito superior aos algarismos romanos com que os europeus medievais foram sobrecarregados até o início dos tempos modernos. Ali se viu a primeira forma conhecida de "notação posicional" – as "centenas, dezenas e unidades" que aprendemos quando crianças. Ela diferia do nosso sistema moderno apenas em que, usando os chamados algarismos arábicos, fazemos cada casa à esquerda ser dez vezes maior que a casa contígua da direita, enquanto os babilônios a faziam sessenta vezes maior. O que eles escreviam como  (1.111) representava, em nossos algarismos, 216.000 + 3.600 + 60 + 1, ou seja, 219.661. Como se sabe, ainda preservamos o sistema numérico babilônico, baseado em múltiplos de 60, quando falamos de 95.652 segundos como sendo 26 horas, 34 minutos e 12 segundos, ou quando escrevemos o tamanho de um ângulo como 26°34'12". Para os babilônios, esse número era .

Dois sinais que lhes faltavam eram o zero e o ponto decimal. Para o zero, eles podiam deixar uma lacuna no número, mas quase nunca o faziam. Como resultado, somente o contexto era capaz de diferenciar números como 26, 206, 2.006, 260 ou 2.600. Milhares de anos se passariam até os árabes popularizarem a ideia indiana de que um lugar vazio numa sequência de algarismos podia ser representado como qualquer outro algarismo. (Os árabes usavam um ponto, ".", para representá-lo. Nosso "0" veio, na realidade, do livro *Sefer ha-Mispar*, o Livro do Número, do rabino Abraham ibn Ezra, primeira explicação dos algarismos indo-arábicos a ser publicada na Europa, escrita em hebraico em Verona, em 1146.) Na verdade, os mesopotâmios acabaram criando uma forma de marcar um espaço num número, porém só muito mais tarde, talvez por volta de 700 a.C. E ela não podia ser usada no fim dos números. Os números babilônicos sempre tiveram um verdadeiro "ponto flutuante": 26, 260 ou 2.600, assim como 2,6, 0,26 e 0,026, eram sempre representados de maneira idêntica.

Lidar com uma base numérica tão grande quanto sessenta, em vez da base dez que usamos hoje, era um obstáculo para as crianças de escola que tentavam lembrar suas tabuadas de multiplicação. É fácil aprender um a dez de cor; um

pouco mais que dez também é possível. Antes que a moeda inglesa se tornasse decimal, os alunos tinham forçosamente que decorar tabuadas de multiplicar até doze, uma vez que havia doze *pennies* num xelim. As dúzias também ainda eram de uso comum, e todo escolar sabia que doze dúzias faziam uma grosa. No começo da era dos computadores, era útil escrever números baseados em múltiplos de 16, conhecidos como hexadecimais: seis sinais numéricos adicionais tiveram de ser introduzidos: o 1 a 9 foi seguido por A a F. Muitos entusiastas da computação sabiam de cor as tabuadas de multiplicar até dezesseis. Mas guardar na cabeça uma tabuada de todos os números até sessenta é pedir demais. Assim, ao passar por uma escola babilônica, provavelmente não ouviríamos o conhecido som das crianças entoando “dois vezes um, dois, dois vezes dois, quatro”. E, se o ouvíssemos, com certeza não as ouviríamos chegar a “trinta e um vezes cinquenta e três, mil seiscentos e quarenta e três”. Em vez disso, os babilônios recorriam a tabuadas de multiplicar escritas em tabuletas de argila.

Com o uso dessas tabuadas, o processo de fazer a multiplicação, até mesmo de números muito grandes, era relativamente direto. Já a divisão era um problema. Os babilônios o solucionaram com um método análogo ao que a maioria das pessoas que frequentaram a escola antes do último terço do século XX também reconheceria. Enquanto costumávamos consultar tábuas de logaritmos de base dez, o que possibilitava cálculos grandes usando apenas a soma e a subtração, eles usavam tábuas de números recíprocos: um dividido pelo número em questão. (Por exemplo, o recíproco de 2 é ½, ou, em nosso sistema decimal, 0,5. O recíproco de 4 é ¼, ou 0,25. O recíproco de 5 é $\frac{1}{5}$, ou 0,2.) Com as tabelas recíprocas à mão, eles podiam transformar a divisão em multiplicação, porque dividir um número por qualquer outro é o mesmo que multiplicá-lo pelo recíproco deste – 12 dividido por 4 é igual a 12 multiplicado por 0,25.

Outras tabelas também eram frequentemente utilizadas: listas de quadrados e cubos, assim como de raízes quadradas e cúbicas. Com elas, esperava-se que os estudantes babilônios ficassem aptos a resolver problemas matemáticos realmente avançados. Eles tinham soluções para equações lineares – um método,

segundo observam os matemáticos modernos, semelhante à eliminação gaussiana –, para equações quadráticas e cúbicas, para calcular a hipotenusa de triângulos retos (teorema de Pitágoras), para deduzir as áreas de polígonos, para trabalhar com círculos e segmentos circulares – os quais eram chamados de cordas de arco. Sua aproximação de π, "pi", era 3⅛, o que, equivalendo a 3,125, não fica muito longe do valor que usamos, 3,14159 – e é mais próximo, pelo menos, que o valor 3 preceituado na Bíblia, uns mil anos depois.

Se tudo o que foi dito parece meio intimidante, é por ter sido expresso na linguagem abstrata da matemática moderna. Os educadores babilônios formulavam esses problemas de forma muito mais acessível. Como faziam os livros didáticos vitorianos, eles os inseriam em situações práticas inteiramente concretas. Do mesmo modo que nossos ancestrais oitocentistas eram confrontados com perguntas como "se 8 homens conseguem cortar 112 acres de grama em 14 dias, quantos homens poderão cortar 2.000 acres em 10 dias?", os estudantes babilônios lutavam com algo assim: "Com um volume de terra igual a 90, capturarei a cidade hostil a Marduk. Da base da rampa de terra avancei 32 comprimentos. A rampa de terra tem 36 de altura: qual é a extensão que tenho de avançar para capturar a cidade?"

Expressar a matemática sob a forma de problemas aparentemente práticos estendeu-se até mesmo à álgebra complexa. Onde hoje pediríamos a um estudante para encontrar o valor de x na equação quadrática $11 \times 2 + 7x = 6{,}25$, um texto de aproximadamente 1800 a.C. diz: "Somei sete vezes o lado do meu quadrado a onze vezes a sua área, e obtive 6 15." Em números hexadecimais babilônicos, seis e quinze dezesseis avos representam nosso 6,25 ou seis e um quarto. O problema implicado aqui é descobrir o comprimento do lado. (Ele foi enunciado em termos de uma geometria imaginária em que é possível somar um comprimento a uma área.) Enquanto um matemático moderno empregaria a fórmula quadrática geral, a solução babilônica era encontrada da seguinte maneira: Tome 7 e 11. Multiplique 11 por 6 15, e o resultado será 8 45. Divida sete ao meio e obtenha 3 30. Multiplique 3 30 por 3 30. Some o resultado, 12 15, a 1 8 45, e o resultado, 1 21, terá 9 como raiz quadrada. De 9 subtraia 3 30, que

você multiplicou por ele mesmo, e obterá 5 30. O número recíproco de 11 não é divisível. O que multiplicarei por 11 para que o resultado seja 5 30? Seu fator é 0 30. 0 30 é o lado do quadrado.

Para os babilônios, tipicamente, o procedimento para chegar à solução é minuciosamente descrito, porém nunca explicado e nunca reduzido a um princípio. Um matemático moderno sugeriu que tal abordagem deve ser muito conhecida para quem se lembra de ter sido “submetido a uma cadeira antiquada de álgebra do curso secundário”, na qual se aprendiam equações quadráticas, digamos, fazendo um grande número de problemas com coeficientes variáveis, em vez de enunciar e demonstrar um teorema que mostrasse de uma vez por todas como resolver qualquer equação quadrática passível de surgir.

Se isso é fato, eu o averiguarei

A preferência pelo concreto em lugar do abstrato, pela prática em vez da teoria, ou por exemplos específicos em lugar de princípios gerais estendia-se a todas as áreas de estudo, pensamento e vida intelectual da Babilônia. Foi uma das características mais importantes desse ponto alto da civilização mesopotâmica, ou, a rigor, de toda a civilização mesopotâmica, tanto antes quanto muito tempo depois, o que talvez seja uma das razões pelas quais sempre se atribuiu aos gregos, que preferiam a abordagem inversa, o mérito da invenção e da descoberta de muitas coisas que, na verdade, foram herdadas por eles da Mesopotâmia. Por exemplo, a teoria musical babilônica antecipou-se a Pitágoras e Platão em mais de mil anos, mas seus conceitos eram expressos sob a forma de instruções práticas para afinar as cordas de um instrumento musical.

As bases da ciência foram lançadas muito antes de Aristóteles. Na raiz de todo conhecimento verdadeiro encontram-se a observação e a classificação: a taxonomia tem que preceder a zoologia – a descrição apropriada de como se dispõe o mundo dos seres vivos tem que ser estabelecida antes que se possa imaginar uma teoria da evolução. Para todo Charles Darwin, primeiro tem que haver um Carlos Lineu.

Desde a invenção da escrita cuneiforme, o treinamento na leitura e na escrita baseava-se em tabelas de palavras – as chamadas listas léxicas. Tratava-se de longas relações de plantas e animais, rochas e pedras, artefatos humanos feitos de substâncias diferentes, expressões verbais e formas gramaticais. Os escribas aprendiam a reconhecer e reproduzir os muitos sinais da escrita cuneiforme copiando essas listas – sinais simples, a princípio compostos de poucas marcas em cunha, vindo mais tarde as grafias mais difíceis. Naturalmente, para que os estudantes fossem alfabetizados de maneira plena, as listas tinham que ser abrangentes. Em consequência disso, quase todas as características concebíveis da vida mesopotâmica e do meio mesopotâmico acabaram sendo tabuladas. Os

itens listados eram arranjados de acordo com a disposição de suas marcas em cunha, com sua semelhança sonora, ou eram classificados por função, ou dispostos por forma, tamanho ou composição material.

Costumava-se dizer que tínhamos aí os primórdios da ciência, que, na ordenação das listas, os mesopotâmios aplicaram os primeiros princípios de taxonomia às características de seu mundo. Hoje, porém, os estudiosos reconhecem que, se é que isso constituía uma ciência, era uma ciência não da realidade externa, mas apenas da grafia. Mesmo assim, o reconhecimento da importância da regularidade, do padrão e da ordem, que as listas léxicas demonstram ter feito parte da formação de todo mesopotâmio instruído, deve ter exercido influência na maneira de eles verem seu mundo.

Isso é particularmente perceptível nos outros documentos comumente encontrados nas coleções de textos babilônicos: as tabelas de presságios – catálogos de acontecimentos e de ocorrências inusitadas que os precediam e eram tidos como previsões ou alertas. Para nós, o fato de uma coisa seguir-se a outra não significa, necessariamente, que a primeira tenha qualquer ligação com a segunda. Entretanto, apesar de falaciosa, a crença em presságios nos diz algo importante sobre a mentalidade dos babilônios. Eles viam o mundo como baseado em leis e regras: se acontecer isto, é provável que se siga aquilo. Para eles, os acontecimentos não se davam, como até hoje sustentam alguns fiéis religiosos, porque Deus ou os deuses decretavam arbitrariamente, de momento em momento, que ocorressem. Os babilônios não achavam, como pensam até os cabalistas modernos, que o mundo só existe por milagre, de um dia para outro. Ao contrário, notavam que havia uma ordem e uma lógica subjacentes ao Universo, as quais a observação criteriosa tinha o poder de revelar. Hoje damos a isso o nome de ciência.

A astrologia, quintessencialmente babilônica, sem dúvida é uma ciência – espúria, talvez, e rejeitada pela moderna compreensão do Universo, com certeza. Mas essa é meramente a visão da nossa época. É inegável que buscar o futuro nos astros era um estudo baseado em leis e regras, na observação e na dedução. E o mesmo se aplica aos presságios buscados no fígado de animais sacrificiais,

nas figuras formadas pelo azeite derramado na água, nas formas vistas na fumaça em ascensão, nas configurações inusitadas no céu noturno, nos padrões das nuvens de tempestade, nos partos anormais de seres humanos ou animais:

> Se o feto é macho e fêmea: esse é um presságio de Azag-Bau, que dominou a terra [*uma ex-taberneira que se tornou uma famosa rainha de Kish, por volta de 2500 a.C.*]. O território do rei será tomado.
>
> Se o feto é macho e fêmea, sem testículos, um filho do palácio governará a terra ou se afirmará contra o rei.
>
> Se o feto é duplo, as cabeças inteiras, com oito pernas e apenas uma espinha, a terra será assolada por uma tempestade destrutiva.

Embora hoje possamos zombar do que reconhecemos como associações especiosas, devemos admitir que os adivinhadores em si julgavam estar trabalhando com observações empíricas. Tratavam seus dados com um respeito que os pesquisadores modernos certamente aprovariam:

> Presságio: se um feto tem oito patas e duas caudas, o governante adquirirá influência universal.
>
> Um açougueiro de nome Udanu fez o seguinte relato:
>
> Uma porca deu à luz um filhote com oito patas e duas caudas. Preservei-o no sal e o guardei em casa.

E os investigadores não hesitavam em se manifestar quando achavam que havia necessidade de mais pesquisas. Um relato sobre o parto anormal de duas crias de asno foi interpretado como um presságio favorável, mas com uma ressalva: “Se isso é fato, eu o averiguarei. Será investigado de acordo com as instruções.”

As tabelas de presságios demonstram mais um passo em direção a uma ciência reconhecível como tal. Entre as longas listas de portentos e previsões, vemos que, embora sempre continuando a aderir ao concreto e ao específico, os adivinhos começavam a sistematizar suas descobertas e a fazer extrapolações a partir delas, a fim de preencher lacunas em seus conhecimentos. A melhor maneira de percebermos isso é quando os catálogos de presságios são estendidos para incluir fenômenos puramente teóricos, impossíveis, a rigor, acontecimentos que sabemos que nunca poderiam ter sido observados – por exemplo, eclipses lunares em noites em que o Sol e a Lua se alinham do mesmo lado da Terra, de tal sorte que a Lua não pode ficar na sombra de nosso planeta. Os astrônomos do

início do II milênio a.C. podiam não saber que os eclipses lunares só são visíveis em certos dias do mês, porém certamente reconheciam que nenhum babilônio jamais tinha experimentado o seguinte: “Se o sol sai à noite e a terra vê sua luz em toda parte, haverá distúrbios em toda parte do território.”

MESMO OS QUE INSISTEM em descartar a investigação de presságios como um disparate supersticioso, e não uma ciência, dificilmente poderiam dizer o mesmo da abordagem babilônica da medicina. O historiador grego Heródoto cometeu uma falsidade escandalosa ao dizer: “Eles levam todos os seus doentes para as ruas, porque não têm médicos regulares. Os passantes dão conselhos ao doente, seja pelo que descobriram pessoalmente como cura para sua queixa, seja com base no que souberam que curou outra pessoa. Ninguém pode passar pelo enfermo sem indagar qual é o seu problema.”

Talvez essa seja uma ideia sedutora e romântica, mas está muito longe da verdade. É claro que havia médicos na Babilônia. Aliás, eram de dois tipos: o *ashipu*, que se especializava em presságios e exorcismos, e o *asu*, que fazia diagnósticos físicos e receitava remédios. Mais ou menos no ano 1800 a.C., as leis do rei Hamurabi especificaram os honorários a serem pagos aos médicos, dependendo da posição – e, portanto, dos recursos – do paciente. Prescreveram também as punições pelas falhas do cirurgião.

Talvez Heródoto não tenha reconhecido os médicos babilônios porque, como mesopotâmios, eles estavam muito mais interessados em detalhes específicos e práticos do que os teóricos gregos posteriores da medicina, interessados em teorias da patologia que eram grandiosas e abrangentes, mas equivocadas. Sua visão de que as doenças eram causadas por um desequilíbrio dos quatro humores corporais – sangue, bile negra, bile amarela e fleuma – atrapalharia a prática da medicina por mais de dois milênios. Contraste-se isso com uma carta do rei de Mari a sua mulher, mostrando uma compreensão que deixaria perplexa a maioria dos clínicos europeus antes do fim do século XIX: “Eu soube que a senhora Nanname adoeceu. Ela tem muito contato com as pessoas do palácio. Recebe muitas damas em sua casa. Assim, dê ordens severas de que ninguém beba no

copo em que ela beber, ninguém se sente no assento que ela houver ocupado, ninguém durma na cama em que ela dorme. Ela não deve mais encontrar-se com muitas senhoras em sua casa. Essa doença é contagiosa."

Os autores de uma coletânea e tradução de textos médicos babilônicos publicada em 2005 notaram que, muitas vezes, os tratamentos mesopotâmicos eram apropriados por terem evoluído ao longo de centenas de anos de criteriosa experimentação e observação: "Alguns ainda estão em uso, como a drenagem cirúrgica do pus que às vezes se acumula entre os pulmões e a parede torácica nos pacientes com pneumonia. Suas instruções precisas, de 'fazer uma incisão na quarta costela com uma faca de sílex' para introduzir um tubo de drenagem, correspondem bastante bem aos procedimentos atuais." O ponto em que é difícil julgar a eficácia dos tratamentos babilônicos é quando os nomes dados por eles às doenças nada significam para o leitor moderno: "Quando as pálpebras de um homem se espessam e seus olhos lacrimejam, é [a doença conhecida como] 'rajada do vento'. Quando um homem doente fica tranquilo durante o dia, mas passa mal a partir do entardecer e durante a noite, é [a doença chamada] 'ataque de fantasma'." Por outro lado, quando os sintomas são descritos com exatidão, é comum podermos reconhecer males com que estamos mais do que familiarizados. A artrite, por exemplo: "Quando ele fica enfermo por cinco, dez, quinze, vinte dias …, com os dedos das mãos e dos pés imobilizados e tão duros que não consegue abri-los, nem se erguer sobre eles, [é a doença conhecida como] Mão de Ishtar." Ou, então, a demência senil: "Sua mente fica continuamente alterada, suas palavras são ininteligíveis e ele esquece tudo o que diz, um vento vindo de trás o aflige; morrerá sozinho, como um estranho."

A maioria dos tratamentos, necessariamente, era dietética ou à base de ervas – comprimidos e poções, supositórios retais e vaginais, ataduras ou emplastros cutâneos –, mas nem por isso era pior. Alguns até correspondem a receitas da medicina moderna. "Umas duas tabuletas descrevem a cegueira noturna, na qual o paciente enxerga de dia, mas fica cego à noite", dizem os autores da coleção de textos de medicina. "Elas falam em cortar um pedaço de fígado e mandar o paciente comê-lo. A cegueira noturna, sabemos agora, é causada pela deficiência

de vitamina A, e o fígado é repleto de vitamina A.” Os babilônios também parecem ter observado que os caroços de tâmara continham o que hoje chamamos de estrogênio. Os sintomas da doença que chamavam de *nahshatu* incluíam um sangramento uterino anormal. Para tratá-lo, “torre e moa caroços de tâmara, envolva-os num chumaço de lã e introduza o resultado na vagina da doente”.

Na verdade, grande parte da medicina babilônica parece boa o bastante para levantar a possibilidade de descobrirmos tratamentos que tenham passado despercebidos para moléstias que hoje são difíceis de tratar. Afinal, muitos medicamentos modernos foram desenvolvidos a partir da sabedoria popular e de tradições médicas não ocidentais. Não seria de admirar que, no curso de 2 mil anos ou mais de experimentos e observações, os mesopotâmios houvessem deparado com remédios que ainda nos são desconhecidos.

O fim da antiga Babilônia

Não há nada, na enorme coleção de documentos que herdamos da Antiguidade, que descreva com algum detalhe de que modo a florescente e extraordinária civilização centrada na antiga Babilônia chegou ao fim. Os gêneros literários babilônicos não incluíam textos de história, e o declínio e a queda da grande cidade parecem vir como uma surpresa repentina. Também não encontramos nenhum documento que reflita como se sentiu a população da cidade, ao ver sua cultura, que ela sabia ser magnífica, e seu estilo de vida, no qual se sentia tão à vontade, ameaçados por mudanças radicais e pela dissolução final.

Em parte, isso deve refletir o desinteresse pela expressão de ideias abstratas e teóricas, que era muito típico da vida intelectual mesopotâmica. No entanto, sugerir, como fizeram muitos, que os babilônios não tinham o menor interesse na filosofia, em explorar a natureza da existência humana, é tratá-los com grande injustiça. “O semita foi notoriamente improdutivo no campo do pensamento especulativo”, escreveu D.D. Luckenbill, da Universidade de Chicago, em abril de 1924: “Seu meio desértico primitivo o tornava arguto, autoconfiante e egoísta. Como eram pequenas as suas probabilidades de melhora neste mundo, ele não tendia a desenvolver uma visão otimista da vida além dele. … Era pessimista quanto à vida após a morte e, quanto mais pensava em problemas como o do sofrimento, mais fundo mergulhava no abismo tenebroso.”

Na verdade, do mesmo modo que os exercícios de matemática, os diagnósticos médicos e as listas de presságios deixavam claramente implícito – embora nunca abertamente declarado – que havia, sim, certos princípios gerais subjacentes, também uma parte da literatura escrita na antiga Babilônia estruturou-se sobre ideias que hoje reconheceríamos como filosóficas. É verdade que ela se expressa no estilo mesopotâmico usual, mediante a descrição de situações concretas. Mas isso nem chega a ser diferente de grande parte da literatura europeia. Hoje em dia, afinal, quem acusaria o filósofo iluminista

francês Voltaire de ser “improdutivo no campo do pensamento especulativo”, ou compartilharia a visão do historiador britânico Thomas Carlyle de que ele nunca teve uma ideia original na vida porque, no *Cândido*, enunciou suas meditações sob a forma de um romance satírico?

Uma grande dificuldade é que, pouco familiarizados que estamos com a mentalidade babilônica, não é fácil captarmos o que um escritor tenta dizer, mesmo quando fica claro que há algum tipo de pensamento especulativo implicado. Fica até mais difícil deduzir as circunstâncias históricas que ocasionaram a obra. Exemplo típico é um texto sumamente enigmático sobre o qual muitos estudiosos se debruçaram: um breve diálogo em que um senhor relutante propõe diversos atos a seu escravo e muda imediatamente de ideia. O servo, de maneira bastante cômica, sempre encontra um modo de endossar a decisão do amo: Escravo, escuta-me!

– Aqui estou, senhor, aqui estou!

Depressa! Vai buscar o carro e atrela os cavalos. Quero guiar até o palácio.

– Guiai, senhor, guiai! Isso vos será benéfico. Quando vos vir, o rei vos mostrará grande respeito.

Ah, bem, escravo, não guiarei até o palácio!

– Não guieis, senhor, não guieis!

– Quando vos vir, o rei poderá mandar-vos sabe Deus para onde.

– Poderá fazer-vos seguir um caminho que não conheceis.

– E vos fará sofrer agonias dia e noite.

E por aí vai. Primeiro o senhor propõe, depois decide que não quer oferecer um banquete, sair para caçar, casar-se, ir à corte, liderar uma revolução, fazer amor, oferecer um sacrifício e mais ainda. Vez após outra, o escravo tem algo a dizer sobre cada decisão. A princípio, a história parece uma sátira à sabedoria popular, como ao contrastarmos provérbios do tipo “Devagar se vai ao longe” com “Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje”. Mas há momentos ocasionais em que o escravo demonstra uma profundidade quase hamletiana. O senhor volta-se contra a ideia de prestar um serviço público: Ah, bem, escravo, não quero fazer um benefício público a meu país!

– Não o façais, senhor, não o façais!

– Ide aos antigos montes e andai por lá.

– Vede os crânios misturados de plebeus e nobres.

– Qual deles é o malfeitor e qual é o benfeitor?

Na parte final do diálogo, quando o amo contempla o suicídio, o servo torna-se místico, de repente, sobre os limites da compreensão humana, e então fecha com uma esnobada cômica: Escravo, escuta-me!

– Aqui estou, senhor, aqui estou!

O que é bom, então: mandar quebrar meu pescoço e o teu, Ou ser atirado no rio, isso é bom?

– Quem é tão alto que possa ascender ao céu?

– Quem é tão largo que abarque o mundo inteiro?

Ah, bem, escravo, vou matar-te e te mandar primeiro!

– Sim, mas meu senhor decerto não sobreviverá a mim por mais de três dias.

O que pode realmente significar essa historinha estranha? Será apenas uma piada? Ou será que, como o texto muito posterior de Eclesiastes 1:14, é uma expressão desencantada da inutilidade de todos os atos e do despropósito da vida? “Vi todas as obras feitas sob o sol, e eis que tudo era vaidade e aflição do espírito.” O texto é tão conciso e econômico que, sem uma familiaridade completa com o mundo babilônico, é provável que nunca venhamos realmente a compreender o propósito do autor. Mas deve ter havido um propósito. Os documentos mesopotâmicos não eram redigidos – e com certeza não eram copiados – em descontraídos momentos de ócio criativo. Essa história não poderia ser um mero *jeu d’esprit* [chiste], impensadamente rabiscada por um intelectual amador em alguns minutos de folga. Creio que devemos tomá-la como uma censura aos que descartaram os babilônios como incapazes de reflexão profunda, e como uma indicação de que, à sua maneira e usando seus modos de expressão, os antigos mesopotâmios interessavam-se tanto por abordar o significado da condição humana quanto qualquer pensador posterior.

HOUVE OUTROS CINCO REIS depois de Hamurabi, na linhagem da Primeira Dinastia da Babilônia, e cada qual reinou por mais de vinte anos. Embora a antiga

Babilônia tenha durado mais do que a Terceira Dinastia de Ur, os sucessores do grande soberano viram encolher-se o território de sua capital. Irromperam graves revoltas durante o reinado de seu filho, que, apesar de ser predominantemente bem-sucedido no plano militar, ao entrar em combate não pôde impedir que cidades importantes, como Nipur, escapassem do seu controle. Novos povos, que falavam novas línguas – hurritas, talvez originários do Cáucaso, e cassitas, da cordilheira de Zagros –, estavam penetrando na região e tomando para si o território mesopotâmico.

Uma outra coisa também estava acontecendo: no coração da Mesopotâmia, havia pessoas de mudança. À medida que o governo falhou, que as ligações dos transportes se romperam e que a burocracia se desarticulou, a vida urbana tornou-se insustentável. Ur foi praticamente abandonada por seus cidadãos; a classe sacerdotal de Uruk emigrou para longe. Pessoas voltaram fugindo para o campo; a população urbana desceu a seu nível mais baixo em mil anos.

Por fim, como muitas vezes já acontecera, o golpe de misericórdia veio de uma fonte completamente inesperada. Um novo ator da história – o reino hitita da Anatólia central, povoado por falantes incultos de uma língua bárbara indo-europeia – enviou uma força para o sul, pelo vale do Eufrates, numa vasta razia. Talvez tenha apanhado os militares babilônios de surpresa. Como quer que fosse, essa força saqueou a cidade e pôs fim a sua ilustre dinastia.

Os hititas não tinham intenção de ocupar um lugar tão distante de casa e partiram de imediato. No vazio de poder que deixaram surgiu prontamente uma nova classe dominante de imigrantes recentes do leste, os cassitas, que viriam a manter o controle por mais de quatrocentos anos, outro longo período em que as artes da civilização não foram abandonadas, mas, progredindo pouco, ficaram como que em suspenso. Decerto se envidaram grandes esforços para recolher e cotejar a literatura de épocas anteriores, compilar traduções de obras canônicas do sumério para o acádio – não o cassita – e oferecer novas análises e comentários. As artes menores do entalhe de sinetes e da joalheria foram levadas a um novo grau de perfeição. Mas a Babilônia cassita se manteve como uma sociedade profundamente conservadora, como se a nação imigrante no poder

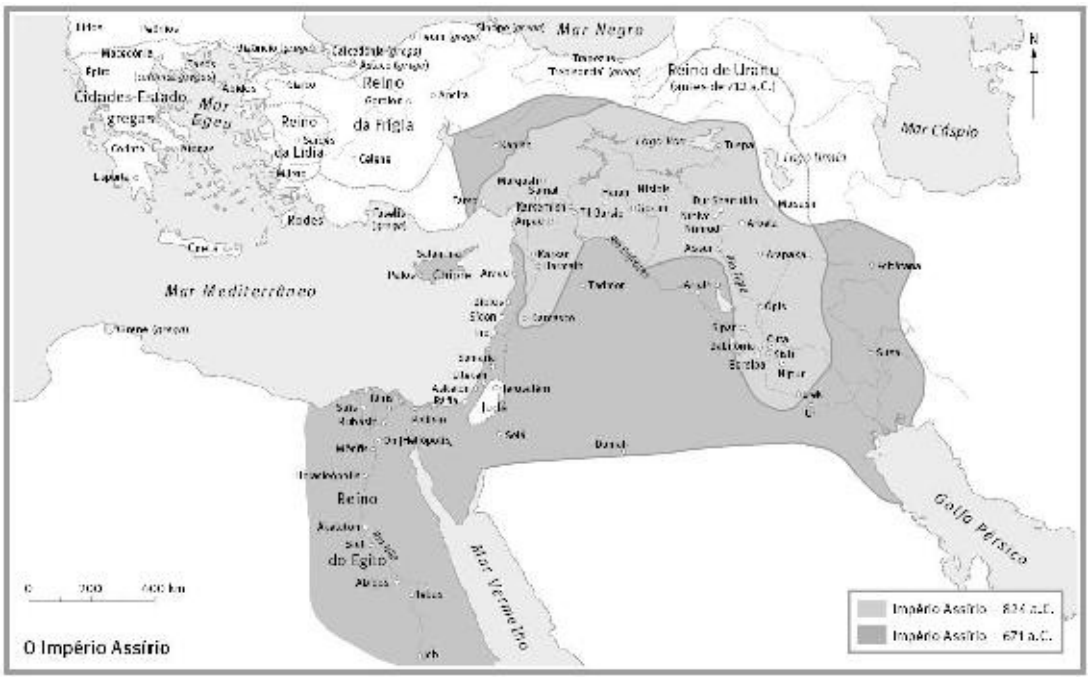
sentisse que sua maior obrigação era preservar o que havia encontrado já estabelecido, ao chegar, e garantir sua sobrevivência contínua.

No meio milênio seguinte, as fontes da inovação e da iniciativa viriam a ser encontradas bem ao norte da escaldante planície babilônica, na pátria chuvosa dos assírios, que sustentariam a tradição da civilização mesopotâmica, dando-lhes grandes punhos cerrados e dentes bem afiados.

---

[e] Clássica cantiga infantil britânica. Em tradução livre: “Quantas milhas até a Babilônia?/ Três vintenas mais dez./ Chegarei lá ao acender das velas?/ Sim, podes ir e voltar./ Se teus pés forem ágeis e leves,/ Lá chegarás ao acender das velas.” (N.T.) [f] “O único refúgio dos infelizes”, em francês no original. (N.T.) [g] “Chefão dos chefões”, em italiano no original. (N.T.)

9. Império de Assur: colosso do I milênio *c.*1800 a 700 a.C.



Modelo para todos os futuros construtores de impérios

Perto do centro de Baghdeda, um vilarejo de crescimento desordenado não muito distante de Mossul, no norte do atual Iraque, cercado por prédios feios de concreto, em cujos telhados planos brotam antenas verticais e parabólicas como ervas daninhas, eleva-se um outeiro de cacos de tijolos cozidos ao sol, com cerca de oito metros de altura. Uma escada de pedra sobe por sua lateral até uma antiga igreja, dedicada a Mart Shmoni.

Não há nada na arquitetura dessa igreja que capte particularmente a atenção: ela é uma construção baixa, com paredes lisas de adobe e uma pequena torre de cúpula arredondada, encimada por uma cruz de metal. Mas esse lugar despretensioso de culto é uma ligação notavelmente direta com o passado muito remoto, e representa um desafio para algumas de nossas suposições simplistas sobre a história do mundo antigo.

Ninguém sabe quando foi erigida a estrutura atual, embora decerto tenha havido uma igreja nesse local desde o século VIII e, provavelmente, desde o século IV. A aparência sugere que antes ela foi uma sinagoga – uma abside com a ponta arredondada e orientada para Jerusalém teria abrigado o *aron kodesh*, o armário cortinado em que se guardam os rolos da Torá entre suas exposições cerimoniais. É que Mart Shmoni não foi uma santa cristã. Ela e seus sete filhos foram mártires da batalha judaica contra a assimilação forçada à cultura e à religião gregas, no século II a.C., uma história narrada em II Macabeus. O fato de cristãos dessa área honrarem uma heroína judia confirma as descrições das grandes comunidades judaicas que viviam em todo o norte da Mesopotâmia nos primeiros anos do I milênio d.C. Quando Benjamim de Tudela visitou Mossul, já em 1165, ainda encontrou 7 mil judeus que ali tinham seu lar. As dez tribos de Israel transferidas para o coração da Assíria em 722 a.C., após a destruição de seu reino pelo imperador Sargão II, talvez não tenham, ao que parece, simplesmente desaparecido, como nos ensinaram a crer.

A história do local da igreja de Mart Shmoni leva-nos a um passado ainda mais remoto. O outeiro em que ela se ergue mostra que ali temos os restos acumulados de uma série de templos e santuários sucessivos, que provavelmente começaram por ser dedicados a Sin, o deus da Lua, remontando a 2000 a.C. De conformidade com a tradição mesopotâmica, nenhum deles foi varrido do local, mas cuidadosamente nivelado, recebendo a nova construção por cima. Até hoje, ao contrário do que acontece com o entorno de outras igrejas da vizinhança, nem sepulturas nem poços podem ser escavados no terreno de Mart Shmoni, para não profanar aquilo que veio antes – mesmo tendo sido pagã a divindade originalmente honrada ali.

Não é incomum erigirem-se construções cristãs onde antes imperaram deuses mais antigos. Muitas igrejas inglesas erguem-se no que um dia foram bosques sagrados anglo-saxões. Muitas vezes, seus nomes deixam clara sua dívida para com a origem pré-cristã: é o caso de Harrow on the Hill, por exemplo, em que *harrow* seria um local sagrado pagão.[h] Na maioria dos casos, porém, os indícios da santidade anterior do lugar são cuidadosamente apagados.

Mas essa amnésia não serviria para a Mesopotâmia setentrional, onde não são apenas as construções que identificam seus antecedentes. Os fiéis que comparecem aos ofícios na igreja também são orgulhosamente cônscios de sua origem ancestral. Denominam-se assírios e se veem como cristãos batizados, descendentes dos cidadãos do Império Assírio, o colosso do início do I milênio a.C. até sua destruição, em 612 a.C.

O nome de sua terra, ou parte dele, também foi preservado. Depois de conquistada pela Babilônia, a metade ocidental dos domínios da Assíria continuou a ser chamada de província da Assíria – e mais tarde, perdida a vogal inicial, de Síria. O Império Persa conservou o mesmo nome, como fizeram o império de Alexandre e seu sucessor, o Estado selêucida, assim como o Império Romano, que foi seu herdeiro. O falecido assiriologista professor Henry Saggs, em *The Might That Was Assyria*, explicou que, após a destruição do Império Assírio,

> os descendentes dos camponeses assírios, conforme a oportunidade o permitisse, construíam novos

vilarejos sobre as cidades antigas e prosseguiam na vida agrícola, recordando tradições das cidades anteriores. Passados sete ou oito séculos e depois de várias vicissitudes, essas pessoas tornaram-se cristãs.

Esses cristãos, assim como as comunidades judaicas dispersas entre eles, não só mantiveram viva a memória de seus predecessores assírios como também a combinaram com tradições bíblicas. A Bíblia, aliás, veio a ser um fator importante na preservação da memória viva da Assíria.

Essa identidade ancestral custou caro a seus portadores. Ao longo dos séculos, seus vizinhos promoveram campanhas selvagens de discriminação e repressão contra os cristãos assírios, as quais culminaram no genocídio de 1914-20, quando centenas de milhares deles foram assassinados em nome do movimento dos Jovens Turcos. Também sofreram terrivelmente com as recentes guerras do golfo, atacados por milícias árabes e curdas e até pela força aérea turca, do outro lado da fronteira. Um imenso número deles foi obrigado a fugir de sua terra para o exílio.

Será que essas pessoas tão comuns, esses lojistas, alfaiates, sapateiros, médicos, engenheiros e professores universitários, realmente descendem do povo da antiga Assíria? Se é assim, precisamos retificar nossa visão desse antigo império. Isso porque, com certeza, ele tem uma das piores reputações que qualquer Estado já teve na história. A Babilônia pode ser sinônimo de corrupção, decadência e pecado, mas os assírios e seus famosos governantes, de nomes aterradores como Salmanasar, Tiglat-Pileser, Senaqueribe, Assaradon e Assurbanipal, classificam-se na imaginação popular logo abaixo de Adolf Hitler e Gêngis Khan, em matéria de crueldade, violência e pura selvageria homicida. Quase todos os livros sobre a história da Assíria citam os versos do poeta Byron em "A destruição de Senaqueribe". Não serei eu a exceção: "*The Assyrian came down like the wolf on the fold,/ And his cohorts were gleaming in purple and gold*."[i]

Entretanto, ao examinarmos mais de perto o que se sabe sobre a Assíria e seus governantes, que é a história de como a Assíria sucedeu a antiga Babilônia em seu título de centro da civilização, deparamos com um verdadeiro paradoxo. A reputação de pavor ligada aos governantes assírios e seu braço militar parece realmente basear-se numa verdade. Que outro imperialista, como fez

Assurbanipal, encomendaria para seu palácio uma escultura decorativa que o mostrasse banqueteando-se com sua mulher no jardim, com a cabeça cortada e a mão decepada do rei de Elam penduradas em árvores de ambos os lados, como macabros enfeites de Natal ou frutas estranhas?

Na verdade, a guerra assíria não foi mais selvagem que a de outras nações contemporâneas. Nem tampouco, aliás, os assírios foram marcantemente mais cruéis do que os romanos, que faziam questão de enfileirar em suas ruas milhares de vítimas de crucificação morrendo em agonia, como depois da revolta de escravos liderada por Espártaco, quando cerca de 6 mil cadáveres ladearam a Via Ápia durante anos até se desfazerem pela putrefação. Não muito tempo atrás, em termos históricos, a pena por traição na Inglaterra era o enforcamento, arrastamento e esquartejamento públicos; o crime de pensamento, ou heresia, feitiçaria ou crença na religião errada, era punido com a fogueira; as cabeças decepadas dos inimigos do Estado eram vistas como uma decoração adequada para as vias públicas de Londres. Até mesmo no século XX pareceu-nos aceitável bombardear vilarejos indefesos pelo ar, incinerar populações urbanas inteiras com bombas incendiárias e lançar bombas atômicas sobre cidades japonesas.

E no entanto, ao mesmo tempo que perpetrou atos que hoje nos enchem de horror, o Império Assírio manteve e desenvolveu a arte e a literatura, a teologia, a ciência, a matemática e a engenharia da Mesopotâmia, elevando-as a novas alturas, e supervisionou a introdução da Idade Ferro no mundo mesopotâmico. Os imperadores assírios promoveram o bem-estar e a igualdade de seus súditos de um modo que nenhuma sociedade organizada anterior jamais havia tentado. Fora da Bíblia dos hebreus, a obrigatoriedade da abstenção do trabalho a cada sete dias foi registrada pela primeira vez na Assíria, enquanto o professor Simo Parpola, um estudioso finlandês, escreveu que “as crenças religiosas e as atitudes filosóficas assírias ainda permanecem muito vivas no misticismo e nas filosofias judaicos, cristãos e orientais”.

O governo assírio serviu de modelo para todos os futuros construtores de impérios: há uma continuidade direta entre os impérios assírio, babilônico, persa,

helênico e romano. Ademais, esse império foi o conduto pelo qual grande parte do saber e da cultura mesopotâmicos foi canalizada para a Grécia e outros locais do Ocidente, com isso se tornando parte de nossa herança europeia. O ponto alto do poder assírio coincidiu com o que é conhecido como o período de orientalização da Grécia, quando a influência mesopotâmica na arte, na literatura e até no direito foi a ponte pela qual os helênicos passaram de sua era arcaica para a era clássica. Um dos mais ilustres classicistas da Grã-Bretanha, Martin West, mostrou "que há um elemento oriental substancial na camada mais antiga da mitologia grega, em algumas formas poéticas do primeiro período arcaico, na teologia e na filosofia da natureza dos séculos VII e VI a.C.". Ele sugeriu até que as obras de Homero devem muito à epopeia mesopotâmica, em particular à história de Gilgamesh.

O POVO DA ASSÍRIA VINHA da mesma ascendência semítica do povo da Babilônia, ao sul, ou assim sugerem suas línguas. O assírio e o acádio babilônico tinham uma relação tão estreita que os filólogos os designam como dialetos de uma mesma língua. Todas as tradições artísticas e científicas dos assírios derivaram da corrente dominante da cultura mesopotâmica. Sua religião também era mais ou menos idêntica, com o acréscimo de seu deus urbano Assur como substituto ou sinônimo do Marduk da Babilônia no panteão universal da Mesopotâmia. Sin, o deus da Lua, era muito cultuado ali. A deusa Ishtar de Nínive, mãe, virgem e prostituta cujo planeta era Vênus e cujo símbolo era uma estrela de oito pontas, era famosa em todo o Oriente Próximo.

Alguns pesquisadores concluíram que a nação assíria teve início quando os ádvenas das cidades-Estado meridionais instalaram-se entre os habitantes nativos dos vales do norte e se misturaram a eles, acabando por afirmar, primeiro, sua independência, e em seguida, sua superioridade em relação a suas pátrias de origem. Se isso é verdade, a herança assíria do status de nação principal, recebida da antiga Babilônia, foi muito semelhante à progressão dos Estados Unidos da condição de possessão colonial britânica para a de potência mundial dominante. A "relação especial" entre a Assíria e a Babilônia foi extremamente

ambivalente, oscilando entre extremos de amor e ódio, aliança e inimizade. Por um lado, a Assíria derivou quase toda a sua cultura da Babilônia e não tinha como deixar de reconhecer essa dívida. Ao mesmo tempo, era sua concorrente e rival feroz na luta pelo comércio e pelo poder. A Assíria atacou e destruiu a cidade da Babilônia em diversas ocasiões – tomando-se prontamente de arrependimento e fazendo tentativas de reparação. É como se dois partidos poderosos houvessem disputado durante um longo tempo a influência sobre a política externa de Assur: um fortemente nacionalista e anti-Babilônia, o outro tradicionalista e pró-Babilônia.

As diferenças que separavam a Assíria de sua vizinha sulista resultavam da vida em meios físicos e políticos muito diferentes. A paisagem e o clima moldam as nações. Os povos litorâneos não são como os moradores das estepes, as populações florestais não são como a gente das montanhas. Os que transpiram sob o sol escaldante do sul têm pouco em comum com os que tremem de frio entre as neves do norte. Byron teve algo a dizer também sobre esse assunto, ao relacionar o clima nublado da Grã-Bretanha com “nossas mulheres frias”, e ao dizer que “o que os homens chamam de galanteio e os deuses de adultério/ é muito mais comum onde o clima é tórrido”.[j]

O CORAÇÃO DO QUE FOI a Assíria, perto de onde se encontram a Turquia, a Síria e o Iraque atuais, aninha-se na curva da grande cadeia de montanhas Antitauro, que liga os montes Tauro da Turquia, a oeste, com a cordilheira de Zagros do Irã, a sudeste. Vales estreitos em seus sopés correm para a vasta planície que os árabes chamam de Al-Jazira, a Ilha. Cortando-a de norte a sul flui o Tigre, um rio mais veloz, mais perigoso e de leito mais profundo que seu gêmeo Eufrates, que nesse ponto fica quatrocentos quilômetros a oeste, embora os dois corram próximos um do outro nas montanhas e voltem a se juntar na cabeça do golfo Pérsico.

Para além da planície, ao sul, estendem-se os desertos, e a oeste ficam as estepes ressecadas, porém grande parte da Jazira em si abriga-se na crucial isoieta de duzentos milímetros, a linha demarcadora do limite dentro do qual a

precipitação anual, por si só, é suficiente para a agricultura. Assim, diferentemente do que ocorria na Babilônia, os agricultores assírios não eram impelidos para uma ação coletiva constante a fim de manter a água fluindo nos campos; não conheciam a necessidade sempre premente de colaboração para cavar e fazer a manutenção de canais, represas, açudes, barragens, drenos e eclusas. Embora alguns imperadores assírios posteriores tenham de fato ordenado a construção de aquedutos, canais e túneis, para levar água das montanhas até cidades recém-fundadas ou ampliadas, esses foram projetos de prestígio: luxos, não necessidades.

Desde os tempos mais remotos, em todo o sul da Mesopotâmia, particularmente perto da cabeça do golfo, a demanda de esforço comunitário e de uma grande força de trabalho tinha levado ao surgimento de cidades com populações substanciais, como cogumelos brotando depois da chuva, às vezes visíveis umas para as outras. A rivalidade fraterna e as lutas fratricidas daí resultantes moldaram a história durante milênios. No norte, ao contrário, afora antigos locais sagrados, como o templo da deusa Ishtar em Nínive, que veio a ser cercado pela cidade mais populosa da Assíria, a princípio havia apenas uma outra cidade plenamente desenvolvida, Assur, que decerto não tinha mais de 15 mil habitantes. Protegida na retaguarda pelos penhascos que se erguiam acima do Tigre, e na frente, mais tarde, por uma muralha maciça e alta, com oito portões enormes e um fosso de quinze metros de largura, Assur era, ao mesmo tempo, o nome de um deus, o nome de sua cidade e, no fim, o nome da terra e do império por ela presididos. À parte esses poucos centros urbanos, a Assíria era uma região de agricultores individuais, que viviam em pequenos povoados independentes, os quais mais tarde se uniriam por imperativos políticos e estratégicos num abrangente sistema protofeudal como na Idade Média europeia.

O militarismo pelo qual a Assíria é famosa proveio de sua localização, que era extremamente perigosa, o que fazia da autodefesa o primeiro princípio necessário da sobrevivência nacional – donde as fortificações monumentais da cidade de Assur. Não tendo uma proteção natural, a área era sempre estrategicamente vulnerável, por se assentar sobre as principais rotas de invasão

e comércio do norte e do leste, que contornavam as montanhas para cruzar a Síria até o Mediterrâneo. Poderosos reinos bárbaros surgiram para além das fronteiras setentrionais da Assíria: os hititas, destruidores do Antigo Império Babilônico, que falavam uma língua indo-europeia e tinham sua capital, Hatusa, na Anatólia central, e os hurritas, possivelmente oriundos do Cáucaso, mas com uma classe dominante indo-iraniana, que criaram um Estado chamado Mitani, o qual impôs à Assíria uma submissão prolongada.

Todavia, houve também benefícios nas duas direções. Os hititas e hurritas aprenderam com a Assíria as artes da civilização – mais importante, aprenderam a escrever suas línguas, adaptando a escrita cuneiforme acádia a essa tarefa. Em troca, as nações do norte lideraram avanços tecnológicos que viriam a afetar enormemente a história política. Com os hititas, os assírios aprenderam a fundir o ferro e a moldar armas com ele. Com os hurritas, aprenderam a lidar com cavalos e adquiriram um equipamento que viria a mudar a face das batalhas: a biga leve e ágil de madeira moldada, com rodas de aros, e não sólidas.

Mas, embora os reinos bárbaros do norte proporcionassem aos assírios uma fonte de ideias novas, bem como um desafio passível de ser enfrentado no campo de batalha e finalmente vencido, a Jazira também era vulnerável a uma segunda ameaça, esta muito mais difícil de suportar. É que ela ficava permanentemente acessível a infiltrações e ataques provenientes do deserto e das estepes a oeste e ao sul. Depois da domesticação do camelo, na segunda metade do II milênio a.C., a Assíria teria de enfrentar uma nova onda de imigrantes semitas: beduínos de língua aramaica, oriundos dos desertos da atual Síria. Embora fossem fracos na batalha, seu número os tornava impossíveis de deter. Com o tempo, eles modificariam profundamente a Assíria.

Essa abertura para o mundo externo, em todas as direções, ofereceu aos assírios uma oportunidade que eles aproveitaram desde cedo. A terra assíria era muito menos rica e fecunda que as grandes faixas de terra aluvial com lavouras de cereais de que a Babilônia tinha se beneficiado durante toda a sua história. Grande parte do território prestava-se apenas para a criação de ovelhas e cabras. Para complementar seus recursos nacionais, os assírios precisavam comerciar,

oferecendo produtos de lã feitos em casa com a lã de suas ovelhas, tecidos da melhor qualidade, comprados na vizinha Babilônia, e minério originalmente obtido nas montanhas do leste. O comércio fez bem aos assírios. Como aconteceu com os habitantes de nações mercantis de data muito mais recente, como os belgas, britânicos, holandeses e franceses, as exigências do comércio foram transformando os assírios, de forma lenta, porém segura, de mercadores em construtores de um império.

Os detalhes exatos de como essa nação de mercadores ambulantes, no decorrer de pouco mais de um milênio, converteu-se na potência imperialista mais admirável e temida do mundo antigo não são nada claros. Os registros são escassos. A arqueologia não pôde abrir mais que algumas janelas estreitas, em épocas muito diferentes, para essa grandiosa saga. Por sorte, entretanto, temos uma visão dos primórdios desse processo, quando o comércio internacional fez o povo de Assur partir para sua aventura histórica. Não vemos propriamente a cidade de Assur ou nem mesmo as terras da Assíria; destas, não sabemos quase nada nessa era. Nossa janela se abre para um lugar distante do lar dos assírios, bem no coração da Anatólia.

Ao se aproximar o fim do século XIX, inúmeras tabuletas de argila, escritas no antigo dialeto assírio da língua acádia, chegaram ao mercado internacional de antiguidades. Durante muito tempo, ninguém soube de onde vinham. A fonte acabou sendo rastreada até um local inesperado, distante da Mesopotâmia: Kültepe, um monte de cinzas nas serras da região central da Turquia, perto de uma aldeia chamada Karahüyük, próxima de uma via fluvial conhecida pelos gregos como Hális e pelos turcos como Kizilirmak, rio Vermelho. Em 1926, o estudioso tcheco Bedrich Hrozný descobriu que, na verdade, as tabuletas vinham sendo retiradas de um sítio subsidiário, a cerca de cem metros de distância. Um estudo mais minucioso revelou que este era o que havia restado de um enclave de expatriados, um assentamento delimitado no qual os mercadores assírios tinham permissão para morar e fazer negócios com a comunidade nativa. Os impérios mercantis mais recentes o chamariam de fábrica, como o primeiro entreposto da Companhia Inglesa das Índias Orientais em Surat, na costa oeste

da Índia. Em assírio antigo, o local era chamado Karum Kanesh, porto de Kanesh. Estava longe de ser a única fábrica assíria em solo anatoliano: havia várias outras. Mas Kanesh era a sede do comércio assírio em toda a Anatólia, supervisionando e regulando todas as atividades comerciais e agindo como eixo central de comunicação entre os entrepostos comerciais muito dispersos e a própria Assur – que eles chamavam, simplesmente, de “A Cidade”. E floresceu durante o começo do II milênio a.C., ou do que foi chamado, por razões linguísticas, de período assírio antigo.

Como os “nababos” europeus que residiam na Índia, os mercadores de Karum Kanesh estavam muito longe de casa. Descendentes das famílias de negociantes mais destacadas e ricas da Assíria eram mandados para lá, a fim de cuidar dos interesses comerciais das famílias: receber as remessas de mercadorias de Assur e vendê-las à clientela local em troca de prata, que era então despachada de volta à sede nos alforjes de mensageiros de confiança. Com o tempo, alguns ficavam por lá, casavam-se com mulheres do lugar e tinham filhos. No fim de seus anos como expatriados, a lei permitia que se divorciassem dessas mulheres locais, desde que pagassem uma indenização apropriada às esposas temporárias e também à prole antes de voltarem para casa.

Séculos antes, Sargão de Acádia tinha sido celebrado por partir para salvar os mercadores mesopotâmios de Puruskanda da opressão de um governante anatoliano local. Em sua época, o comércio internacional fora sobretudo uma questão de Estado. Agora, no período assírio antigo, a iniciativa privada havia assumido o controle, criando a tradição levantina de comércio que continua até hoje. De fato, o papel dos mercadores assírios em sua contribuição para o desenvolvimento da economia anatoliana faz lembrar muito o que os judeus desempenharam ao abrirem o interior da Europa, durante a Idade Média. Talvez não seja de admirar: a cultura e a tradição judaicas, tais como minuciosamente preceituadas no Talmude babilônico, foram, elas próprias, forjadas em grande parte na Mesopotâmia.

Durante várias gerações, as casas comerciais de Karum Kanesh floresceram, e algumas se tornaram extremamente ricas – milionários da Antiguidade. Assur

tinha um sistema bancário sofisticado, e parte do capital que financiava o comércio anatoliano vinha de investimentos a longo prazo, feitos por especuladores independentes em troca de uma proporção contratualmente especificada dos lucros. Não há muita coisa nos atuais mercados de *commodities* que um antigo assírio não reconhecesse prontamente.

SE NÓS MESMOS visitássemos Karum Kanesh no auge da colônia de mercadores expatriados, em algum momento entre os séculos XX e XVIII a.C., notaríamos em toda parte cenas de intensa atividade comercial. No pátio de seu armazém talvez encontrássemos o jovem Puzur-Assur, que conhecemos por suas cartas, supervisionando a descarga de caravanas repletas de mercadorias: cinquenta ou mais burros, a maioria carregando tecidos finos e também um minério, *annukum*, que a maioria dos estudiosos traduz por "estanho", mas alguns traduzem por "chumbo". Se era estanho, servia para uso na produção de bronze; calculou-se que, num período de cerca de cinquenta anos, pelo menos oitenta toneladas desse minério chegaram ali, todas vindas do sudeste no lombo de burros, o suficiente para produzir 800 toneladas de bronze. Se era chumbo, como propõem outros, era o ingrediente necessário para refinar a prata pelo processo de copelação, usado até hoje. Certamente havia prata disponível na Anatólia. Era por ela que os comerciantes assírios vendiam suas mercadorias.

Os animais e seus tocadores deviam ficar exaustos após a difícil jornada de seis semanas, que primeiro os fazia subir o Tigre até o sopé das montanhas, depois os obrigava a contornar a região montanhosa até cruzar o Eufrates, seguindo-se então a longa e árdua subida até o planalto anatoliano. No caminho, eles tinham de enfrentar não só a superfície ruim das estradas e as ladeiras íngremes, mas também o perigo de ataque pelos ladrões e bandidos que infestavam os ermos; uma das rotas, aliás, era chamada de Estrada do Perigo, *Harran Sukinim*, usada apenas pelas almas corajosas, aflitas para evitar o entreposto alfandegário de Kanesh. Uma carta de um mercador da cidade a seu agente no exterior revela o tipo de risco que os viajantes podiam correr ao atravessarem os domínios de governantes locais, mesmo bem perto de casa:

“Askur-Addu [rei de Karana, uma cidade a menos de oitenta quilômetros de Assur] deixou uma caravana entrar em suas terras. Dela, cinquenta burros e seu pessoal seguiram para Kanesh. O restante, porém, foi retido em sua corte.” O destino dos integrantes das caravanas podia ser ainda mais grave, se eles fossem apanhados transportando mercadorias proibidas. Puzur-Assur recebeu uma séria advertência de seus parentes na Cidade:

> O filho de Irra enviou seu contrabando a Pusuken, mas o contrabando foi apanhado, ao que o palácio capturou Pusuken e o pôs na prisão. Os guardas são fortes. A rainha enviou mensagens a Luhusadia, Hurrama, Salahsuwa e ao seu próprio país a respeito do contrabando e foram nomeados vigias. Por favor, não contrabandeies nada. Se passares por Timilkia, deixa o ferro que estás trazendo numa casa amiga em Timilkia. Deixa um de teus rapazes em quem confies e passa. Podemos discutir mais o assunto quando chegares.

O ferro, *ashium* – que, nesse período da história, provavelmente só era obtenível de meteoritos –, era uma mercadoria valiosa e restrita.

Supondo-se que escapassem a todas as ameaças do caminho, na chegada das caravanas de burros a seu destino os animais eram vendidos com as mercadorias que carregavam e a prata recebida pelos negociantes era mandada de volta para casa nas bolsas de mensageiros de confiança. Talvez estes fossem os mesmos que levavam cartas de um lado para outro entre a cidade de Assur e suas colônias mercantis.

Os lucros eram altos, refletindo os riscos envolvidos: 100% sobre os minérios metálicos e 200% sobre os produtos têxteis assírios. Os lucros mais altos vinham dos tecidos de alta qualidade manufaturados na Babilônia. Mas estes nem sempre estavam prontamente disponíveis, sobretudo quando acontecimentos políticos perturbavam o comércio, como uma casa comercial de Assur teve de explicar a seu representante em Kanesh:

> Quanto à compra de tecidos acádios [isto é, babilônicos] sobre a qual me escreveste. Desde a tua partida, os acádios não entraram na cidade de Assur. Seu país está rebelado. Se chegarem antes do inverno e houver possibilidade de uma compra que te permita tirar lucro, compraremos [os tecidos] para ti e pagaremos em prata dos nossos próprios recursos.

Na falta do material autêntico, faziam-se todas as tentativas de elevar a produção assíria ao mesmo nível. Ainda em data recente, Puzur-Assur precisara escrever a sua mulher, Waqurtum, na Cidade:

> Quanto ao tecido fino que me enviaste: precisas fazer mais dele e mandá-lo para mim por meio de Assur-Idi. Então te mandarei meia libra de prata. Manda pentear um lado do tecido, mas sem cortá-lo para alisar: ele deve ter uma textura compacta. Comparado aos tecidos que me enviaste antes, deves usar mais uma libra de lã por peça de tecido, mas elas devem continuar finas. O outro lado deve ser apenas levemente penteado. Se continuar com aparência penugenta, será preciso raspá-lo bem curto, como o *kutanu*. Quanto ao tecido *abarné* que me enviaste, não mandes isso de novo. Se insistires, pelo menos faze-o como eu costumava usá-lo.

Nem todos os produtos têxteis eram tecidos em oficinas caseiras. Ao que parece, Assur também tinha um mercado onde se vendiam tecidos:

> Se não quiseres tecer pessoalmente os tecidos finos, compra-os e manda-os para mim; eu soube que eles podem ser comprados em quantidade aí. Um tecido acabado, quando o fizeres, deve ter nove ulnas de comprimento e oito de largura [*cerca de quatro metros por 3,5 metros*].

Fica claro que as mulheres dos mercadores, que permaneciam na Cidade, desempenhavam um papel significativo nas iniciativas comerciais dos maridos, supervisionando a tecelagem, o carregamento das caravanas, o despacho das mercadorias. O direito assírio posterior viria a mostrar um forte preconceito contra as mulheres e seu bem-estar. Mas, como em muitas sociedades em que a mulher viria a ter uma situação *de jure* inferior à do homem, na prática, nessa época, muitas estavam claramente aptas e dispostas a pagar na mesma moeda, sem nunca hesitarem nas críticas e reclamações:

> Por que continuas escrevendo “Os tecidos que me envias são sempre de má qualidade”? Quem é esse homem que mora na tua casa e critica os tecidos que lhe são levados? Eu, por outro lado, continuo a me esforçar por produzir e te enviar tecidos, para que em todas as viagens o teu negócio ganhe dez siclos de prata.

Uma queixa comumente repetida aos maridos pelas mulheres deixadas em Assur era que não estava chegando dinheiro suficiente em casa, nem mesmo para a comida. As consequências soavam bastante graves – embora os maridos

nem sempre parecessem levar os protestos tão a sério quanto pretendiam as mulheres:

> Tu me escreveste o seguinte: “Guarda as pulseiras e anéis que tens; eles serão necessários para comprares tua comida.” É verdade que me enviaste meia libra de ouro por Ili-Bani, mas onde estão as pulseiras que deixaste? Ao partires, não me deixaste nem mesmo um siclo de prata. Limpaste a casa e levaste tudo contigo.
>
> Desde que te foste, a fome atingiu a Cidade. Não me deixaste um único litro de cevada. Preciso continuar a comprar cevada para nossa comida. Onde está a extravagância sobre a qual ficas escrevendo? Não temos nada para comer. Podemos nos permitir luxos? Juntei e mandei para ti tudo de que eu dispunha. Agora, vivo numa casa vazia e o tempo está mudando. Não te esqueças de me mandar o valor dos meus tecidos em prata, para que eu possa ao menos comprar dez medidas de cevada. … Por que continuas a dar ouvidos a calúnias e a me escrever cartas aborrecidas?

Mais que tudo, a correspondência demonstra quão pouco mudam certas coisas ao longo de milênios. Deixando de lado a linguagem religiosa exótica, o sentimento expresso na seguinte carta, escrita por uma esposa solicitada a desculpar as longas ausências do marido pela necessidade de ganhar dinheiro, é familiar:

> Por aqui, fizemos perguntas às mulheres que interpretam oráculos, às mulheres que interpretam presságios em entranhas e aos espíritos ancestrais. O deus Assur mandou-te uma séria advertência: “Amas o dinheiro. Odeias a vida.”

Uma tetrarquia

No fim, a esposa assíria conseguiu o que queria. Passadas três ou quatro gerações, a avidez febril de ganhar dinheiro vacilou, depois parou por completo e, com isso, a correspondência deixou de circular entre Assur e a Anatólia. As razões, como de praxe, não são claras. Talvez novas fontes de minérios metálicos tivessem sido descobertas localmente. Talvez os tecidos assírios e babilônicos houvessem saído de moda. Só sabemos com certeza é que nossa janela para o mundo assírio antigo se fecha.

A responsabilidade mais provável coube às grandes mudanças políticas que assolaram a região perto do começo do II milênio a.C. Na Mesopotâmia setentrional, o chefe amorita Shamshi-Adad, depois lembrado por muito tempo como criador do Estado assírio, havia, com a ajuda dos filhos, assumido o controle de sua terra natal. Após não mais que algumas gerações, quase todo o seu território se perdeu e sua linhagem foi extinta. A confusão subsequente, durante a qual as atividades comerciais de Karum Kanesh chegaram ao fim, foi expressa de maneira lacônica na lista de governantes assírios compilada séculos depois: “Assur-Dugul, um filho de ninguém que não tinha direito ao trono, governou por seis anos. Na época de Assur-Dugul, filho de ninguém, os seguintes seis filhos de ninguém governaram por períodos inferiores a um ano: Assur-apla-idi, Nasir-Sin, Sin-Namir, Ibqi-Ishtar, Adad-salulu e Adasi.”

ATÉ AQUI, a história da Mesopotâmia pôde ser contada sem muita referência a outras potências circundantes. Com efeito, durante longos séculos, a população dos vales do Tigre e do Eufrates pôde reivindicar o direito exclusivo ao título de “civilizada”. Entretanto, nos séculos posteriores a 2000 a.C., outras nações foram ganhando renome no cenário internacional. Quatro Estados, uma tetrarquia, disputavam o poder e a influência. O Egito – não muito mais jovem e muito mais longevo que qualquer sociedade organizada mesopotâmica, bem

como quase igualmente avançado, se bem que bastante mais conservador na religião e na política – vinha estendendo seu poder até a costa oriental do Mediterrâneo. Três forças egípcias enfrentaram a resistência dos hititas da Anatólia, que eram relativamente recém-chegados, mas sabiam trabalhar o ferro e, por volta de 1500 a.C., tornaram-se poderosos o bastante para arruinar o Estado da antiga Babilônia. Por sua vez, os hititas competiam com o reino chamado Mitani e também conhecido como Hanigalbat, que havia isolado o norte da Mesopotâmia desde as imediações do mar, no oeste, até as montanhas, no leste, da área de Alepo à região de Kirkuk, reduzindo Assur à vassalagem nesse processo. Num ataque relembrado durante muito tempo, o rei de Hanigalbat saqueou Assur e levou consigo um conjunto fabuloso de portas de ouro e prata, para erigi-las em seu próprio palácio. Enquanto isso, no centro e no sul da Mesopotâmia, a Babilônia, governada por sua dinastia cassita, conservava um assento de reconhecido poder no concerto das nações.

A pequena nação mercantil de Assur não estava à altura dessas potências agressivamente militaristas, com suas novas armas de ferro e seus carros e cavalos no campo de batalha. A humilhação de ver seu governante forçado a se submeter a Mitani foi um grande golpe. A consequente longa depressão econômica que assolou sua pátria ensinou aos assírios uma lição que eles nunca mais esqueceriam: a necessidade de manter as rotas e entrepostos comerciais, por mais distantes que fossem, sob seu firme controle. Caso contrário, estariam eternamente condenados ao atraso e à pobreza.

Como resultado, os assírios passaram a ver seu mundo como um lugar perigoso, cheio de inimigos cruéis que não queriam outra coisa senão prejudicá-los. Pela história recente, sabemos muito bem quanto essa atitude pode ser nociva e quanto pode levar as nações a agir de maneira excessivamente selvagem. Nem sempre, ou sequer com frequência, o grande sofrimento torna as pessoas mais meigas e mais bondosas. As ameaças existenciais percebidas como um desafio à própria sobrevivência da nação podem levá-la a agir de modo que, mais tarde, será redondamente condenado pela história. No caso da Assíria, temos a sorte de poder acompanhar a evolução de sua paranoia política e

estratégica no que de mais próxima à cultura popular o mundo antigo nos deixou.

Quase toda a arte e literatura retiradas de escavações na Mesopotâmia abrangem obras da elite, representando a maneira como a classe dominante queria ser vista por seus súditos e por seus rivais e inimigos estrangeiros. O objetivo principal era a propaganda, a mensagem era popular. As obras pouco nos dizem sobre como seus autores realmente se viam e o que achavam de sua vida. Mas há uma classe de objeto que tinha um significado muito mais pessoal: o selo cilíndrico. Essas pequeninas esculturas íntimas pretendiam identificar permanentemente seus proprietários com determinada imagem, e também eram, é claro, artigos da elite: somente os donos de bens que exigissem identificação, ou que estivessem em condições de expedir instruções, necessitavam de selos. Ainda assim, entretanto, por serem muito pessoais, os sinetes dizem mais sobre as verdadeiras crenças e sentimentos de seus usuários do que qualquer das obras de arte públicas do palácio ou do templo.

Os desenhos dos selos usados pela comunidade comercial de expatriados de Kadesh, nosso registro principal da era do assírio antigo, mostram estreita continuidade com seus predecessores babilônios, acádios e até sumérios. Eles traziam imagens de cenas mitológicas, de deuses e deusas, muitas vezes retratando seus donos ao se apresentarem diante das divindades e buscarem a bênção divina. Os quadros eram estáticos, dignos, serenos. Em geral, eram acompanhados por longas arengas em sumério: hinos e preces. Esse tipo de selo servia não apenas para identificar seu usuário, mas funcionava também como um amuleto ou talismã com o poder de rechaçar o mal, em virtude da imagem e do texto sagrados que, como a roda de orações tibetana, ele a um tempo incorporava e reproduzia infinitamente.

Após o desaparecimento de Karum Kadesh e o declínio da sorte da Assíria, o repertório temático dos selos se modificou, e vemos surgir pela primeira vez o estilo assírio nato. As inscrições são muito mais raras. A energia física e a ação tornam-se a nota fundamental: o tema predominante é o combate mortal, com grandes lutas entre feras indomadas, monstros selvagens e demônios malignos.

Dois selos com nomes de reis exibem terríveis criaturas aladas dominando animais menores, como observa a *Cambridge Ancient History*: “Essas aparições aladas … enchem os selos assírios de um mundo de fantástico vigor, que não parece refreado por qualquer objetivo de narrar uma história, mas apenas de retratar o choque de pavores mitológicos contra defensores demoníacos da humanidade.”

A OPORTUNIDADE DE REVERTER a fraqueza da Assíria só veio finalmente a se apresentar no fim do século XIV a.C. Os hititas saquearam a capital de Mitani e seu governante foi assassinado por um de seus próprios filhos, num golpe palaciano. Hanigalbat mergulhou no caos. Hititas e assírios reagiram depressa, tratando de dividir entre si a maior parte do território dos hurritas.

Com suas terras recém-adquiridas, Assur, liderada por um governante vigoroso, Assur-Ubalit, pôde então reivindicar seu lugar como um dos atores no grande jogo da política de poder do Oriente Médio. O rei assírio não perdeu tempo, tratando de escrever ao rei do Egito, o herege faraó Akhenaton, para anunciar publicamente seu novo status:

> Dize ao rei do Egito que assim fala Assur-Ubalit, rei da terra de Assur:
>
> Que tudo esteja bem convosco, com vossa casa, vossas terras, vossos carros e vosso exército.
>
> Enviei meu emissário para vos visitar e conhecer vosso país. Até hoje, meus ancestrais não haviam mandado notícias. Hoje vos envio um recado pessoalmente. Remeti-vos de presente, num gesto de boa vontade, um belo carro real, dois cavalos e uma joia em formato de tâmara, de autêntico lápis-lazúli.
>
> Quanto ao emissário que mandei vos visitar, não o detenhais. Deixai que vos visite e deixai-o partir. Deixai-o conhecer vossa hospitalidade e a hospitalidade de vosso país, e então permiti que ele parta.

Akhenaton deve ter tido uma reação positiva à iniciativa do assírio, porque, num momento posterior de seu reinado, Assur-Ubalit tornou a escrever para o Egito, chamando o faraó de “irmão” – um código diplomático para os governantes de estatura equivalente: “Dizei … ao Grande Rei, Rei do Egito, meu irmão, que assim diz Assur-Ubalit, Rei da Terra de Assur, Grande Rei, vosso irmão.”

Essa condição de igualdade tinha que ser ferozmente defendida. O governante assírio era sensível a qualquer sugestão de menosprezo. Enquanto outros monarcas se rebaixavam diante do faraó egípcio em suas cartas – "Aos pés do rei, meu senhor, prostro-me sete vezes e sete vezes" –, Assur-Ubalit adotou um tom direto, para não dizer indelicado, em sua reação a um presente egípcio que julgou indigno:

> Será de um grande rei uma oferenda como essa? O ouro é como poeira em vossas terras – tem-se o simples trabalho de apanhá-lo. Por que há de demorar-se diante de vós? Tenciono construir um novo palácio. Mandai-me ouro suficiente para sua decoração e seu mobiliário.
>
> Quando meu ancestral Assur-nadin-ahhe escreveu às terras do Egito, enviaram-lhe vinte talentos de ouro. Quando o rei de Hanigalbat escreveu ao vosso pai, nas terras do Egito, ele lhe enviou vinte talentos de ouro.
>
> Agora, sou um igual do rei de Hanigalbat, mas para mim haveis enviado apenas … de ouro [*infelizmente, a soma crucial é ilegível na tabuleta*]. Isso não basta sequer para custear as despesas de ida e vinda dos meus mensageiros! Se vossa intenção sincera é a amizade, mandai-me muito ouro!

Em sua carta anterior, Assur-Ubalit afirmara explicitamente não ter havido nenhum contato anterior entre Assur e o Egito. Nessa mensagem posterior, afirmou que seu ancestral não apenas se comunicara com o faraó de sua época, mas havia também recebido em troca uma grande doação em ouro. Claramente, achava que agora sua posição era forte o bastante para ele fazer jogos diplomáticos com os fatos históricos. De qualquer modo, havia coisas mais importantes a preocupá-lo, como o fato de seus mensageiros terem sido obrigados a passar longas horas de pé ao sol, aparentemente correndo risco de vida. Talvez tivessem sido levados a participar de um dos rituais de Akhenaton de adoração do Sol. Se assim era, Assur-Ubalit não queria saber dessa história. Seu sarcasmo foi contundente:

> Por que devem os mensageiros ser obrigados a ficar constantemente sob o sol e a morrer de insolação? Se ficar em pé ao sol traz algum benefício para o rei, que ele fique ao sol e morra ali mesmo de insolação – desde que haja um benefício para o rei.

A nova e marcante confiança dos assírios não passou despercebida às potências vizinhas. Na verdade, a ascensão repentina dessa nação arrivista alarmou a tal ponto a Babilônia cassita, a vizinha meridional de Assur, que o rei

babilônio despachou uma mensagem urgente para o faraó: “Os assírios são meus súditos e não fui eu que os enviei a vós! Por que se arrogaram o direito de ir ao vosso território? Se tendes afeição por mim, não permitais que conduzam negócios aí, mas mandai-os de volta para mim, de mãos vazias.”

Não há indicação de que o egípcio tenha lhe dado a menor atenção.

Mas o governante cassita da Babilônia deve ter entendido bastante bem a situação. Pouco depois, convenceu Assur-Ubalit a enviar uma de suas filhas ao sul, para se tornar esposa do príncipe herdeiro da Babilônia. O filho do casal, meio assírio, meio babilônio, ascendeu ao trono quando da morte do pai. Passado algum tempo, entretanto, uma revolta de nobres cassitas resultou no assassinato do jovem soberano, ao que o rei da Assíria reagiu marchando contra a Babilônia, expulsando os conspiradores e pondo no palácio um governante de sua escolha. A mesa tinha virado. Pela primeira vez, um monarca babilônio teve de obedecer a um senhor assírio. A Babilônia ficou à sombra de Assur.

A luta pela dominação entre Assíria e Babilônia duraria muitos séculos. Os detalhes do conflito interminável entre as duas, para não falar nas guerras constantes com as potências vizinhas, grandes e pequenas, posteriormente registradas em epopeias intermináveis e em anais repletos de bravatas e afirmações duvidosas de vitória, logo se tornam difíceis de acompanhar e cansativos de relatar. É um alívio quando uma dessas nações deixa o palco, como fez o Império Hitita em seu colapso, no fim do século XII a.C., e simplifica o panorama. É suficiente dizer que a Assíria aumentou pouco a pouco seu território, embora com reveses frequentes, e atingiu um primeiro ponto alto nos anos 1120 a.C., quando o rei Tiglat-Pileser I atravessou o Eufrates, capturou a grande cidade de Karkemish e chegou ao mar Negro e ao Mediterrâneo, criando pela primeira vez um Império Assírio.

Este não sobreviveu por muito tempo. Todo o Oriente Médio logo foi novamente mergulhado num período de grande instabilidade, quando a onda de cameleiros de língua aramaica que vinham do oeste configurou-se numa inundação avassaladora. Mais uma vez, as fronteiras do território do rei assírio

foram empurradas para trás. Assur tornou a ficar confinada a seu núcleo central por bem mais de um século.

Contudo, apesar de as conquistas territoriais de Tiglat-Pileser terem sido efêmeras, vinham ocorrendo na Cidade mudanças de atitude e de fé religiosa que estavam fadadas a ter consequências profundas e permanentes. Os assírios, herdeiros das longas tradições culturais e filosóficas da Mesopotâmia iniciadas pelos sumérios já se iam milênios, estavam remoldando em silêncio essas tradições, sob a forma de crenças que forneceriam algumas bases para o resto da história.

Misoginia e monoteísmo

Entre as relíquias mais conhecidas da era do Império Assírio Médio estão as listas de leis e decretos palacianos recuperadas durante as extensas escavações da capital assíria, a Cidade de Assur, hoje chamada Qal'at Sherqat, conduzidas pela Deutsche Orientgesellschaft [Sociedade Alemã do Oriente] entre 1903 e a eclosão da guerra europeia, em 1914. Encontraram-se várias tabuletas jurídicas datadas da época de Tiglat-Pileser, embora apenas três desses documentos, rotulados de A, B e C, estivessem em condições suficientemente boas para serem decifrados e lidos. As tabuletas A e B versam sobre crime e castigo, posses e dívidas.

Os aspectos que se destacam mais imediatamente dessas leis são sua dureza e crueldade, quando comparadas até mesmo ao código "olho por olho" de Hamurabi, e a profunda misoginia que elas expressam. As punições incluem açoitamentos severos, mutilações pavorosas e métodos aterradores de pena capital – esfolamento em vida ou empalação numa estaca, por exemplo, o modelo original das crucificações romanas. Esta é prescrita como castigo para a mulher que provoca um aborto: "Se uma mulher provocar um aborto por ato próprio, depois de a haverem processado e condenado, será empalada em estacas, sem ser enterrada. Se houver morrido ao praticar o aborto, será empalada em estacas, sem ser enterrada."

Por prejudicar a fertilidade de um homem, a pena era a mutilação: "Se uma mulher comprimir o testículo de um homem de bem numa briga, um de seus dedos será decepado. Se o outro testículo for afetado junto com o primeiro, por contrair a infecção, embora o médico o tenha atado, ou se ela espremer o outro testículo na briga, seus dois olhos deverão ser arrancados."

O adultério era um crime capital, ou punível pela desfiguração. "Se um homem pegar outro homem com sua esposa, uma vez que este tenha sido processado e condenado, os dois deverão ser executados. … Mas, se ele decepar

o nariz de sua esposa, fará do homem [amante] um eunuco e todo o rosto deste será mutilado."

Convém admitir que não sabemos até que ponto essas penas eram efetivamente impostas na prática. Os governantes assírios promoviam energicamente sua reputação de uso de uma selvageria aterradora – algo a que o historiador Albert Olmstead deu o nome de "terror calculado" – como instrumento de governo e arma da guerra psicológica. Uma inscrição de Tiglat-Pileser que compara o rei a um caçador, o qual "partiu antes do nascer do sol e marchou pela distância de três dias antes do alvorecer", afirma com orgulho que ele "abria o ventre das grávidas e cegava bebês". São atos realmente horripilantes, mas que se aproximam muito dos prenunciados ao rei arameu Hazael pelo profeta Eliseu, em II Reis 8:12: "Atearás fogo às suas fortalezas, passarás ao fio da espada os seus mancebos, destroçarás suas crianças e rasgarás o ventre de suas mulheres grávidas." Portanto, é perfeitamente possível que deleitar-se com a barbaridade perpetrada contra mulheres e crianças fosse um tropo literário conhecido, e não uma descrição fiel de acontecimentos reais. Afinal, histórias similares de atrocidades foram contadas pelos países da Entente e pelas potências centrais durante a Primeira Guerra Mundial, se bem que, dessa vez, com a intenção de acusar, em vez de enaltecer. Talvez as cláusulas selvagens descritas na legislação do Assírio Médio mais pretendessem funcionar como um fator de dissuasão do que como a glorificação da crueldade.

Todavia, mesmo que as penas draconianas fossem teoria, em vez de prática, seu tom antifeminista é inegável. Os homens podiam divorciar-se livremente de suas mulheres e expulsá-las de casa sem nada; as mulheres não tinham direito ao divórcio. Elas eram responsáveis pelas dívidas dos maridos e punidas pelos crimes deles; os maridos não tinham responsabilidade pelas transgressões da lei cometidas por suas mulheres. Embora nenhuma sociedade antiga de que tenhamos conhecimento possa ser fielmente descrita como um paraíso feminista, as normas do Assírio Médio foram muito mais longe em sua opressão das mulheres do que qualquer legislação anterior. É quase como se o sexo oposto fosse visto como outra raça, ou até outra espécie. A separação pública dos

gêneros era imposta com rigidez. A mais antiga exigência conhecida de que as mulheres usassem o que hoje se chama de *hijab* encontra-se nessa legislação:

> Nem esposas nem viúvas nem mulheres que saírem à rua poderão ter a cabeça descoberta. As filhas dos nobres … deverão cobrir-se, seja com um xale, seja com uma capa ou um manto. … Quando saírem sozinhas à rua, elas deverão cobrir-se. A concubina que sair à rua com sua senhora deverá cobrir-se. A prostituta sagrada casada com um homem deverá cobrir-se na rua, mas aquela com quem nenhum homem houver casado deverá manter a cabeça descoberta na rua; não usará véu. A meretriz não deverá usar véu; sua cabeça permanecerá descoberta. As meretrizes e as criadas que cobrirem a cabeça terão suas roupas tomadas, serão açoitadas com cinquenta chibatadas e terão betume derramado sobre sua cabeça.

A escrava que cometesse a temeridade de usar um véu teria suas roupas arrancadas e as orelhas decepadas. Além disso, as testemunhas de qualquer transgressão dessas regras deviam tomar providências para denunciá-las, sob pena de elas mesmas serem processadas:

> Aquele que vir uma meretriz usando véu deverá detê-la, apresentar testemunhas e levá-la ao tribunal do palácio; eles não lhe tirarão as joias, mas aquele que a houver detido poderá levar sua roupa; deverão açoitá-la cinquenta vezes com uma vara e derramar betume em sua cabeça.

Nem mesmo os homens de classe alta ficavam imunes ao castigo, se considerados culpados de descumprimento de seu dever cívico:

> Se um homem de bem vir uma meretriz de véu e a deixar partir, sem levá-la ao tribunal do palácio, esse homem deverá ser açoitado cinquenta vezes com uma vara; suas orelhas serão furadas e perpassadas por uma corda, que será amarrada às suas costas. Ele fará trabalhos para o rei durante um mês inteiro.

Cabe dizer que, provavelmente, até o mais fervoroso vaabita ou o mais severo *talib* afegão achariam que as leis do Assírio Médio iam muito longe na repressão das mulheres. Os decretos palacianos iam ainda mais longe. Seu tema eram as mulheres do rei, seu objetivo, limitar todas as atividades dos que residiam na ala feminina do palácio, bem como dos que entravam em contato com elas. Era o protótipo do que hoje conhecemos como harém. Basta pensarmos nos aposentos femininos do palácio otomano Topkapi [Porta de Canhão], em Istambul, com seus corredores estreitos e sinuosos, suas portas secretas e janelas gradeadas, seus pátios ocultos e suas câmaras isoladas.

Os aposentos femininos da corte real assíria, nos quais as esposas e concubinas do rei passavam sua vida inteira, ficavam firmemente trancados em todos os horários, para manter os homens do lado de fora e as mulheres do lado de dentro. Era estritamente proibido a qualquer pessoa entrar na área das mulheres sem a expressa permissão do comandante do palácio. Ir a qualquer parte do palácio de onde fosse possível observar as mulheres, como um telhado, era crime grave. As restrições aplicavam-se até aos eunucos palacianos, que pareciam existir em grande número.

Quando enviado ao harém a serviço, primeiro o eunuco devia, como qualquer pessoa, pedir permissão ao comandante do palácio, que tinha de esperar pessoalmente à entrada, para se certificar de que o eunuco tornasse a sair. E, até no interior do harém, o eunuco tinha que tomar muito cuidado com seu comportamento: nada de bisbilhotar as conversas femininas, nada de ouvir as mulheres cantarem. O eunuco que entreouvisse uma briga das mulheres era condenado a ter uma das orelhas amputadas e a levar cem chicotadas. Quando chamado a serviço para falar com uma das mulheres, não podia ficar a menos de sete passos dela; se a conversa se prolongasse mais que o necessário, mesmo que iniciada pela mulher, o eunuco era açoitado e suas roupas lhe eram tiradas. Para os homens, conversar com uma mulher do palácio, sem a presença de um terceiro como acompanhante, era crime capital. Se qualquer pessoa, um cortesão ou outra mulher do palácio, testemunhasse essa violação das normas e não a comunicasse ao rei, seria jogada num forno quente – talvez do mesmo tipo que a “fornalha de fogo ardente” em que o Livro de Daniel nos diz terem sido atirados Sadraque, Misaque e Abdênago.

Os princípios do extremo isolamento feminino desenvolvidos ali, na antiga Assíria, serviriam de modelo para muitas sociedades futuras. efeito, há uma continuidade direta do harém do antigo Palácio de Assur, passando pelas eras babilônica, persa e helênica, até a corte real bizantina, da qual o islamismo imperial, por sua vez, herdou muito de sua predileção pela invisibilidade pública da mulher. Mas os ensinamentos muçulmanos pretendiam introduzir a justiça social. As regras foram ampliadas de modo democrático para incluir todas as

mulheres, não apenas as da nobreza. Na Assíria, assim como em Bizâncio, as mulheres da classe baixa eram estritamente proibidas de cobrir a cabeça e o rosto; no islamismo, não deveria haver separação entre mulheres respeitáveis e não respeitáveis. Rainhas, princesas, nobres, esposas, concubinas, filhas solteiras, artesãs, trabalhadoras e escravas, todas deveriam trajar-se com pudor, qualquer que fosse o seu meio social. A seus próprios olhos, a exigência islâmica da reserva feminina universal não era vista como uma restrição, mas como uma libertação.

NÃO É ACEITÁVEL atribuir o teor antifeminista das leis e decretos palacianos do Médio Assírio, como fizeram alguns, a um inato chauvinismo masculino dos semitas. As cartas trocadas com Karum Kanesh mostraram mulheres desempenhando um papel importante na sociedade assíria, assumindo uma responsabilidade ativa por aspectos substanciais dos negócios comerciais dos homens. Mesmo antes disso, as mulheres tinham sido importantes na religião mesopotâmica. Desde a época de Sargão de Acádia, a filha primogênita dos reis era nomeada para os mais elevados cargos, como o de suma sacerdotisa do templo da Lua em Ur, a sede dominante de todos os templos da Lua. O fato de a vida das mulheres ter ficado tão diferente então é apenas um sintoma de uma alteração profunda e essencial no pensamento religioso, uma mudança radical na maneira como os assírios viam as forças que dominavam o mundo e, em consequência disso, o lugar dos homens no panorama geral.

Essa mudança nas crenças religiosas teria consequências drásticas para a história mundial, primeira etapa de uma revolução que fez de nosso mundo de hoje o que ele é. Assistiu à passagem da fé em deuses de imanência, representações espirituais das forças da natureza, divindades que habitavam o mundo e usavam os fenômenos naturais que representavam como uma muda de roupa, para deuses de transcendência, divindades que estavam fora, além e acima da natureza, em vez de fazerem parte dela.

Não devemos deixar que a linguagem sofisticada – “imanência”, “transcendência” – obscureça a imensa importância dessa mudança na

perspectiva religiosa. Ali estava uma nova visão, que acabaria por afastar a maior parte da humanidade da crença numa terra sagrada, na qual cada aspecto – céu, terra e mar, montanhas, vales e rios, e ainda as plantas e animais que viviam em todos eles – era animado por forças sobrenaturais, levando-a à crença num universo material não consagrado, que era controlado, como por marionetistas manipulando as cordas de seus fantoches sem vida, por forças divinas escondidas atrás da cortina das aparências, a qual um místico cristão medieval anônimo chamou, numa expressão que ficou famosa, de "nuvem do desconhecimento".

Nos primórdios da era mesopotâmica, os deuses tinham sido percebidos como personificações, hipóstases da natureza e de suas forças. Enlil, o Senhor do Ar ou Senhor da Atmosfera – hoje o chamaríamos de Senhor da Biosfera –, era o regente-geral do reino divino. Seu filho, Enki, Senhor da Terra, posteriormente conhecido como Ea, espírito das águas doces que transbordam para fertilizar as terras agrícolas, era o provedor da civilização para a humanidade. Anu era o Senhor do Céu; Nana, depois chamado Sin, era a Lua; Utu, depois Shamash, era o Sol. Inana, que os semitas identificavam com Ishtar, era a deusa da adrenalina, presente quando e onde quer que os homens guerreassem ou copulassem. Mesmo quando se introduziam novas divindades – como os babilônios incluíram o deus de sua cidade, Marduk, na assembleia divina –, faziam-se todas as tentativas de integrá-los no antigo padrão. Esse Marduk foi declarado filho de Ea, Senhor da Civilização, com quem governava em harmonia. De acordo com sua história no *Enuma Elish*,[k] foram-lhe concedidas as competências, as prerrogativas e os poderes de Enlil, rei dos deuses.

Mas agora, nos sinetes e esculturas dos tempos assírios, vemos a ligação entre os deuses e a natureza primeiro esgarçar-se aos poucos, depois romper-se por completo. Antes, os deuses eram representados em forma humana, usando a coroa cornífera da divindade e cercados por seus atributos, como, por exemplo, na cena da investidura do rei da Babilônia por Shamash, o deus do Sol, que adorna a parte superior da estela em que foi gravado o código legal de Hamurabi. Doravante, porém, os deuses primeiro seriam representados como

distantes do mundo, postados como ídolos em pedestais e pódios, até, finalmente, não mais serem retratados, e sim substituídos por símbolos: um sol para Shamash, uma lua para Sin, o planeta Vênus, representado como uma estrela, para Ishtar. Um altar admirável, recuperado de um templo de Assur e que hoje se encontra num museu de Berlim, representa Nusku, o mensageiro dos deuses, sob a forma de uma tabuleta para escrever e um estilete, colocados sobre um suporte, como que à espera da força invisível que nela viria inscrever uma bênção ou uma profecia. Assur aparecia como um disco alado, fazendo a imagem divina pairar acima do Universo – um símbolo posteriormente adotado pelos persas, cuja comunidade zoroastrista ainda hoje o exibe, para expressar a adoração de seu deus supremo, Ahura Mazda. Entre as mais impressionantes representações divinas sem imagens nem ícones encontra-se a sequência de pegadas de Deus, cada qual com um metro de comprimento – único sinal terreno de uma presença invisível, afora isso –, aproximando-se do santuário interno de um templo descoberto em Ain Dara, a 64 quilômetros de Alepo, na Síria.

A crença na transcendência e não na imanência do divino teve consequências importantes. A natureza passou a ser dessacralizada, desconsagrada. Como os deuses estavam fora e acima dela, a humanidade – criada, segundo a fé mesopotâmica, à semelhança dos deuses e como serva destes – também devia estar fora e acima da natureza. Em vez de ser parte integrante da terra natural, a raça humana tornou-se superior a ela e passou a governá-la. Essa nova atitude foi posteriormente resumida em Gênesis 1:26: “E disse Deus: ‘Façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança; e tenha ele domínio sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo réptil que rasteja sobre a terra.’”

Tudo isso é muito bom para o homem, explicitamente destacado nessa passagem. Mas, para a mulher, cria uma dificuldade insuperável. Enquanto os homens podem iludir-se e iludir uns aos outros com a ideia de que estão fora e acima da natureza, sendo superiores a ela, as mulheres não podem distanciar-se desse modo, porque, de maneira clara e óbvia, sua fisiologia as torna parte do mundo natural. Elas dão filhos à luz, tirando-os de seu ventre, e produzem nos

seios o alimento para seus bebês. Seus ciclos menstruais as ligam à lua. Na sociedade de hoje, a ideia de que, para as mulheres, a biologia é o destino é, com razão, considerada abominável. Nos tempos assírios, era uma realidade evidente, que as excluía da humanidade plena.

Não é à toa que, até hoje, as religiões que mais enfatizam a completa transcendência de Deus e a impossibilidade de sequer nem imaginar Sua realidade são as que relegam as mulheres a um nível inferior de existência, só permitindo de má vontade a participação delas no culto religioso público, se é que o permitem. É sabido que os homens judeus ortodoxos rezam todas as manhãs: “Bendito sejas Tu, ó Senhor nosso Deus, Rei do Universo, que não me fizeste mulher.” Além disso, a baixeza das mulheres parece ser contagiosa, ameaçando arrastar os homens para seu nível inferior, e é especialmente enfatizada nas ocasiões em que sua natureza física é inegável: imediatamente após o parto e durante a menstruação, quando, de acordo com os decretos palacianos do período Assírio Médio – como ocorre até hoje entre os judeus ortodoxos e os muçulmanos –, elas são consideradas particularmente impuras. Nenhuma mulher menstruada era admitida na presença do rei assírio. Os sacerdotes tinham que ser especialmente cuidadosos: qualquer contato sexual, mesmo com suas próprias esposas, exigia que eles se purificassem ritualmente o mais depressa possível. As mulheres eram um perigo para a natureza semidivina do homem. E o sexo feminino só começaria a recuperar certa medida de respeito religioso quando os cristãos passaram a acreditar num Deus nascido naturalmente, como um ser humano, saindo para o mundo físico do ventre de uma mulher terrena.

E esse deslocamento entre o reino dos deuses e o domínio da natureza teve outra consequência de influência inestimável. Se os diferentes deuses já não tinham uma ligação direta com aspectos do universo material, havia muito menos razão para imaginar tantos deles. E, se agora já não se achava que os deuses estavam inseridos na natureza e em locais sagrados particulares, onde podiam ser cultuados em santuários, capelas e templos, eles ficaram livres para se tornar onipresentes. Podia-se rezar para Assur não apenas em seu templo e em

sua cidade, mas em qualquer lugar. À medida que o Império Assírio expandiu suas fronteiras, Assur passou a ser encontrado até nos locais mais distantes.

Da fé num deus onipresente para a fé num deus único, o passo não é muito grande. Já que Ele estava em toda parte, as pessoas passaram a entender que, em certo sentido, as divindades locais eram apenas manifestações diferentes do mesmo Assur. Vários estudiosos observaram que os assírios tendiam a fundir todos os deuses numa única figura, para obter um efeito retórico. Outros assinalaram que os escritos mesopotâmicos mostram que esses antigos vivenciavam uma divindade única e universal como uma presença distante por trás de cada deus particular que adoravam. Como disse Simo Parpola na introdução de sua coletânea *Assyrian Prophecies*, "todas as diversas divindades [eram] concebidas como poderes, aspectos, qualidades ou atributos de Assur, a quem se costuma fazer referência simplesmente como (o) Deus". Embora a afirmação de Parpola de que grande parte da metafísica judaica enraíza-se na profecia assíria tenha sido redondamente rejeitada por seus pares, até um de seus críticos mais severos, Jerrold Cooper, da Universidade Johns Hopkins, concorda em que, "para um mesopotâmio, 'o deus' e 'os deuses' eram, essencialmente, a mesma força divina que determinava os destinos". As bases do monoteísmo que as tribos hebreias viriam a transformar num patrimônio mundial estavam sendo lançadas ali, na Assíria, na última parte do II milênio a.C.

Isso não quer dizer que os hebreus tenham tomado emprestada de predecessores assírios a ideia de um deus onipotente e onipresente. Significa apenas que sua nova teologia esteve longe de ser um movimento religioso completamente revolucionário e sem precedentes. A tradição judaico-cristã-islâmica que teve início na Terra Santa não foi uma ruptura total com o passado, mas brotou de ideias religiosas que já se haviam arraigado na Mesopotâmia do fim da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro – a visão de mundo do reino assírio, que disseminaria sua religião, assim como seu poder, por toda a Ásia ocidental, no correr dos séculos seguintes.

Ideologia e império

Enquanto isso, os arameus continuavam a entrar aos borbotões na Mesopotâmia, vindos do deserto e das estepes, e a arrancar da Assíria o território imperial que fora tão dolorosamente adquirido. Para nós do século XXI, não é muito difícil imaginar o que os assírios sentiram a esse respeito.

Há momentos na história em que é como se o mundo inteiro estivesse de mudança; parecemos estar vivendo um desses períodos na atualidade. De acordo com a Organização das Nações Unidas: “Entre 1960 e 2005, o número de migrantes internacionais do mundo mais que duplicou, passando de uma estimativa de 75 milhões em 1960 para quase 191 milhões em 2005.” Além disso, ninguém sabe quantas migrações não registradas e ilegais deveriam ser acrescentadas a esse total: talvez até mais um quarto ou um terço.

Tais movimentos de grupos e indivíduos são bem diferentes das migrações históricas de populações inteiras, protegidas por forças militares, como a entrada dos falantes de línguas germânicas na Europa, em meados do I milênio d.C., ou as conquistas feitas por falantes de turco na Ásia central e ocidental, na primeira metade do segundo. Em princípio, as incursões armadas podem ser enfrentadas pela oposição militar. A migração acaba sendo uma força mais poderosa, porque, em última instância, é irresistível: as leis que as nações introduzem para limitá-la, em última análise, são impossíveis de pôr em prática.

A Assíria tinha tão pouca perspectiva de deter o fluxo humano quanto o governo britânico é capaz de impedir a entrada de imigrantes ilegais no Reino Unido, ainda que um fosso natural eficaz cerque as Ilhas Britânicas. Há pouca esperança de que o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos obtenha maior sucesso com seu muro na fronteira com o México do que obtiveram o rei Shulgi de Ur e seus sucessores, cuja “muralha para repelir os amoritas” não conseguiu impedir que os imigrantes acabassem tomando toda a baixa Mesopotâmia e fundando a antiga Babilônia.

Essa região sempre havia enfrentado ondas regulares de forasteiros semitas, vindos das estepes e desertos do oeste. Nos primeiríssimos tempos pré-históricos, falantes do que viria a ser a língua acádia haviam chegado para se juntar aos sumérios na exploração da fertilidade potencial da planície aluvial do Tigre e do Eufrates. Mais tarde vieram os semitas ocidentais, chamados amorreus ou amoritas. Na época da Assíria, foi a vez dos arameus.

As migrações em massa resultam de duas forças: de repulsa e de atração. Os emigrantes sempre têm razões para deixar seus locais de origem e visam destinos que sejam particularmente atraentes. Em nossa época, as pessoas deixam sua terra por causa do desemprego e da pobreza, da opressão política, econômica e religiosa, da agitação social e da guerra. Seu objetivo é chegar a lugares que ofereçam melhores perspectivas de futuro. É provável que motivações semelhantes tenham impelido os falantes de línguas semíticas para o Crescente Fértil, num gotejar contínuo, desde antes da história registrada. Mas o que os assírios enfrentaram, perto da virada do I milênio a.C., foi um afluxo de pelo menos uma ordem de grandeza maior, um impulso ocasionado por uma grave mudança climática que tornou inabitáveis as terras marginais.

Há muitos indícios de que, durante cerca de dois séculos, a partir de aproximadamente 1200 a.C., no leste do Mediterrâneo, a precipitação pluvial anual sofreu uma queda aproximada de 20% e a temperatura média subiu dois a três graus. Isso deve ter sido suficiente para causar uma fome generalizada entre os que habitavam as estepes e a borda dos desertos. Fez suas tribos fugirem, desesperadas pela sobrevivência, em todas as direções: para o norte, rumo à Assíria, o leste, entrando na baixa Mesopotâmia, e o oeste, em direção à costa do Mediterrâneo, onde elas arranjaram pequenos xecados em terras subtraídas dos habitantes anteriores, também estes enfraquecidos pela fome causada pela mudança climática. Uma crônica assíria escrita não muito depois diz-nos que “no trigésimo segundo ano do rei Tukulti-apil-Ešarra [1082 a.C.], a fome foi tão aguda que as pessoas comiam a carne umas das outras. … Clãs de arameus saquearam a terra, ocuparam as estradas e conquistaram e tomaram muitas cidades fortificadas da Assíria. Cidadãos da Assíria fugiram para as montanhas

… para salvar suas vidas. Os arameus levaram seu ouro, sua prata e suas propriedades".

O panorama se afigurou semelhante até pelo outro lado do divisor étnico. Foi durante esses séculos de seca, fome e movimentações populacionais, quando os arameus começaram a inundar a região, que a Bíblia pôs os Filhos de Israel reivindicando seu direito ao que viria a ser conhecido como Terra Santa. Na Festa das primícias no templo de Jerusalém recitavam-se anualmente os versículos do Deuteronômio 26: "Um arameu errante era meu pai, que desceu ao Egito e ali residiu com pouca gente, e ali se tornou uma nação grande, forte e numerosa." O governo egípcio não gostou do que percebeu como uma ameaça vinda de um inimigo que crescia rapidamente em seu interior. "E os egípcios nos maltrataram e nos afligiram, e sobre nós impuseram uma dura servidão." Assim, prossegue a Bíblia, os hebreus foram conduzidos por Deus para fora do Egito e entraram nas terras de Canaã, onde se aproveitaram da fraqueza temporária das grandes potências regionais para tomar o território para si: "E o Senhor nos tirou do Egito com mão poderosa, e com o braço estendido, e com grande assombro, com sinais e prodígios. E nos trouxe a este lugar, e nos deu esta terra, uma terra de onde manam leite e mel." Após várias gerações de vida tribal sob o governo de juízes religiosos, um reino dos hebreus, de acordo com a tradição judaica, foi fundado pelo rei Saul não muito antes de 1000 a.C.

Os estudiosos debatem se isso é mito ou história. Mas decerto é verdade que a terra de Canaã começou a assumir sua identidade israelita justamente na época em que a Assíria estava mais enfraquecida, e em que os textos reclamavam da entrada de novos povos no Crescente Fértil; em qualquer outra ocasião, é sumamente improvável que as doze tribos pudessem ter se estabelecido como senhoras da Terra Prometida.

Mais uma vez, as fronteiras da Assíria foram forçadas a recuar para encerrar um núcleo irredutível. Muito do que tinha sido território assírio por vários séculos foi então dividido entre o que a nação via como reinos bárbaros. Mais uma vez, a cidade de Assur perdera muitas de suas melhores terras no campo,

além do controle das rotas de comércio internacional que haviam sustentado sua prosperidade e permitido seus luxos. Assur ficou quase reduzida à penúria.

A moral que os governantes assírios extraíram dessa desgraça foi que sua única segurança estava na posse de um poderio militar incontestável. A guerra era importante demais para ser deixada por conta do heroísmo romântico de reis e generais. Se os métodos tradicionais de combate não conseguiam nem sequer deter um enxame de pastores de ovelhas, montados em camelos, os governantes de Assur se concentrariam em projetar e construir um novo tipo de máquina de guerra, uma máquina a que ninguém pudesse resistir. Além disso, a única forma segura de impedir que as pessoas emigrassem para Assur era tomar suas terras natais e governá-las com mão de ferro. O império era uma necessidade, não um luxo. Se isso os tornasse impopulares, paciência. Como mais tarde expressaria um famoso clichê latino, supostamente um favorito de Calígula, o perturbado imperador romano, *Oderint dum metuant*: eles que me odeiem, contanto que me temam.

O PROCESSO DE CRIAR um exército invencível não podia realizar-se da noite para o dia. Afora qualquer outra coisa, custaria muito dinheiro, um dinheiro que Assur não possuía, já que sua base era pequena e pobre demais. Seu único recurso seria começar a exigir tributos dos vizinhos, usando as forças de que já dispunha. Pelo menos de início, o que faltava aos assírios em termos de efetivo, material e conhecimentos militares teria que ser compensado pela pura e simples ferocidade.

A Assíria logo descobriu uma dolorosa verdade: impérios são parecidos com esquemas de investimentos em pirâmide – fraudes financeiras em que os investidores anteriores recebem lucros a partir dos depósitos feitos pelos novos investidores. Só é possível bancar os custos de manutenção de um território imperial mediante pilhagens e tributos extraídos por constantes conquistas novas; os impérios têm que continuar a se expandir para não entrarem em colapso. Assim, desde o início do século X a.C., a Assíria lançou-se no projeto de recuperar seus territórios anteriores, devorando os reinos arameus

circundantes e ampliando paulatinamente seus domínios até as fronteiras de suas posses anteriores. E no projeto de em seguida ultrapassá-los para abarcar uma área maior que a de qualquer império conhecido até então. Esse objetivo foi alcançado no século VIII a.C., no reinado de Tiglat-Pileser III. Em II Reis 15:19, ele é chamado de Pul – que talvez fosse seu nome pessoal, não sua denominação monárquica –, ao fazer a primeira aparição de qualquer imperador assírio no registro bíblico: “E Pul, rei da Assíria, investiu contra a terra.”

A era da monarquia independente de Israel e Judá coincidiu com a era de maior reexpansão imperial assíria, razão por que quase todos os governantes que dominaram a Assíria em seus dias de glória ainda nos são conhecidos por suas denominações bíblicas aproximadas. Temos Salmanasar em vez de Shulmanu-Asharidu, “(o deus) Shulmanu é o maior”; Sargão em lugar de Sharru-kin, “rei legítimo”; Senaqueribe para Sin-Ahhe-Eriba, “Sin (a Lua) substituiu os irmãos varões”; Assaradon por Assur-Ahhe-Iddina, “Assur deu-me um irmão”; e Tiglat-Pileser por Tukulti-apil-Ešarra, “Minha confiança é no herdeiro de Ešarra”, sendo Ešarra o grande templo do deus Assur na cidade de Assur.

A investida de Tiglat-Pileser contra Israel ocorreu mais ou menos em torno do ano 740 a.C., durante o reinado de Menaém, décimo sexto governante do reino setentrional dos hebreus. Não lhe sendo estranha a selvageria, o próprio Menaém havia ascendido ao trono por meio de um golpe e um assassinato. Na luta para consolidar sua dominação, o registro bíblico – sempre favorável a Judá e contra Israel – atribui-lhe atrocidades aterradoras: “Então, Menaém destruiu Tifsa e todos os que nela se encontravam, até suas fronteiras com Tirza; porque não lha abriram, ele a destruiu; e rasgou o ventre de todas as mulheres grávidas que lá estavam” (II Reis 15:16). Mas até ele se intimidaria à visão do exército de campanha assírio, em disposição completa de combate diante de sua capital, Shomron, que não ficava longe da atual Nablus.

Àquela altura, várias gerações de imperadores haviam reformado as forças armadas assírias, transformando-as na primeira máquina de guerra verdadeiramente moderna, um modelo para todos os futuros exércitos até a introdução das armas de fogo e da mecanização. O efetivo devia ser

considerável, somando 30 a 50 mil homens, o equivalente a cinco divisões modernas – um contingente imenso, pelos padrões da época. O rei Menaém certamente há de ter subido no alto do grande muro de pedra de cantaria erigido por seu predecessor, o rei Onri, em torno da acrópole da cidade, para melhor observar a linha de combate assíria, que se estendia por 2,5 quilômetros e se aprofundava por quase duzentos metros.

No centro da formação, deve ter visto o corpo principal de infantaria: falanges compactas de lanceiros, com as pontas das armas reluzindo ao sol, cada qual disposta em dez colunas de vinte soldados. Deve ter se deslumbrado – e talvez tremido – com a disciplina e a precisão das manobras que eles faziam, em contraste com o estilo relativamente relaxado dos exércitos anteriores, porque as reformas haviam introduzido uma estrutura de comando sumamente desenvolvida e eficaz. A infantaria combatia em pelotões de dez homens, cada um liderado por um oficial subalterno, agrupados em companhias de cinco a vinte pelotões sob o comando de um capitão, um *kirsu*. Todos estavam bem protegidos e ainda mais bem equipados, porque a Assíria estava pondo em campanha os primeiríssimos exércitos de ferro: espadas de ferro, lanças com lâminas de ferro, capacetes de ferro e até escamas de ferro costuradas nas túnicas, à guisa de armadura. As armas de bronze não representavam realmente um desafio: o novo material, que era mais barato, mais duro e menos quebradiço, podia ser mais afiado e conservava o gume mais cortante por muito mais tempo. O minério de ferro não era encontrado no coração do norte da Mesopotâmia, donde se tinham feito todos os esforços para colocar todas as fontes próximas do metal sob controle assírio.

Os lanceiros assírios também tinham maior mobilidade que seus predecessores. Em vez de sandálias, agora usavam a invenção militar assíria que poderia ser considerada uma das mais influentes e duradouras de todas: a bota de exército. Nesse caso, as botas eram calçados de couro que chegavam à altura do joelho, com solado grosso, tachões e chapas de ferro inseridas para proteger as canelas, o que possibilitava, pela primeira vez, lutar em qualquer tipo de terreno,

irregular ou úmido, montanhoso ou pantanoso, e em qualquer estação, verão ou inverno. Era o primeiro exército para todos os climas e para o ano inteiro.

Atrás das falanges de lanceiros enfileiravam-se os arqueiros e fundeiros, muitos deles auxiliares estrangeiros, também divididos em companhias e disparando seus projéteis por cima das cabeças dos soldados de infantaria. Agora os arqueiros estavam munidos de uma nova arma, o arco compósito, outra inovação assíria, construído pela colagem de materiais diferentes: madeira, chifres e tendões. Embora se ressentissem mais da umidade que os arcos tradicionais, feitos de um único pedaço de madeira, e exigissem uma força muito maior para ser distendidos – de acordo com alguns pesquisadores, ultrapassando a capacidade esportiva moderna –, além de necessitarem de dois homens para prender a corda, esses arcos podiam ser muito mais fortes e, portanto, mais mortíferos que a arma anterior feita só de madeira.

Na linha de frente vinha a tropa de assalto: formações de carros que eram plataformas móveis para mísseis, o equivalente antigo dos tanques. Já não eram puxados em ritmo lento por asnos, e sim por animais muito mais velozes, maiores e mais resistentes: cavalos. Cada carro era puxado por até quatro animais e conduzido por um homem, que, à medida que progrediram as habilidades equestres, às vezes montava um dos cavalos e controlava os outros com um sistema de tirantes, deixando espaço na plataforma para que o arqueiro e dois escudeiros lutassem com mais liberdade. Esses homens também eram armados com lanças, espadas e machados, para que, depois do ataque inicial, pudessem descer da quadriga e combater como infantaria pesada, enquanto o cocheiro voltava com seu veículo para um lugar seguro.

Em si, o manejo das quadrigas não devia ser novidade para o rei israelita. Na verdade, os hebreus do norte sobressaíam no uso de veículos de combate tracionados por cavalos. No século seguinte, os cocheiros israelitas figurariam com destaque no rol dos altos funcionários e oficiais equestres do exército assírio, conhecido como Lista dos Cavalos. Mas outra inovação muito duradoura, introduzida pelos assírios no campo de batalha, devia ser desconhecida desse monarca, provavelmente: a cavalaria. Se o cocheiro podia

montar um dos cavalos da quadriga, também poderia montar um animal sem um carro atrelado a ele. Esses soldados, que brandiam lanças ou arcos, cavalgavam com rédeas de estilo moderno, mas sem selas nem estribos, que ainda estavam por ser inventados. Em vez disso, sentavam-se sobre um cobertor preso no lugar pela sambarca, a cilha e a retranca, e controlavam a montaria fazendo pressão com os calcanhares. Já então, os cavalos eram tão importantes para a linha de combate assíria que eram importados de lugares distantes como a Núbia, a Terra de Kush – ironicamente, os israelitas figuravam entre os intermediários mais importantes desse comércio –, e as fronteiras do império tinham sido redesenhadas e ampliadas para incluir os melhores territórios criadores de cavalos. Cada província tinha um estabelecimento completo de funcionários, os *musarkisi*, dedicados a fornecer montarias ao exército. Segundo documentos recuperados da cidade de Nínive, elas chegavam a obter cerca de 3 mil animais por mês, dos quais uns 60% destinavam-se ao corpo de quadrigas, 30% à cavalaria e os demais eram usados para reprodução. Um século antes, o imperador assírio Salmanasar III afirmara ter posto em campanha uma força de quase 35 mil homens, sendo 20 mil de infantaria, 1.200 nos carros de guerra e 12 mil da cavalaria. É bem possível que os números absolutos tenham sido exagerados para efeito de propaganda, mas as proporções relativas provavelmente refletiram a verdade.

O que Menaém deve ter visto do alto do muro de sua cidade era apenas a ponta do iceberg. Montar, abastecer e manter em campanha uma força de combate grande como essa havia exigido alterações profundas na sociedade assíria, a qual, na época de Tiglat-Pileser III, fora inteiramente militarizada. O exército se tornara a essência – em todos os sentidos da palavra – da nação assíria. Todo homem adulto tinha o dever de prestar o serviço militar, a menos que enviasse um substituto ou pagasse para ser dispensado. Os três postos militares mais altos – comandante em chefe, comandante da esquerda e comandante da direita – eram ocupados por homens que também eram governadores de províncias. Os oficiais militares eram tratados na correspondência por seus títulos civis, e parecia haver pouca ou nenhuma

distinção entre seus papéis, exatamente como na Idade Média europeia, quando títulos como duque, conde, cavaleiro e escudeiro relacionavam-se, originalmente, com postos assumidos no campo de batalha. E, tal como na época medieval, os aristocratas assírios recebiam concessões de terras do rei em troca do serviço como oficiais militares: um sistema protofeudal.

Muito disso Menaém sabia ao contemplar o exército assírio diante de sua cidade. Também tinha plena ciência do que acontecia com os que resistiam, já que os assírios sempre se certificavam de não deixar ninguém desconhecer o castigo. De acordo com o princípio do *Oderint dum metuant*, o tetravô de Tiglat-Pileser havia proclamado ao mundo:

> Construí um pilar defronte do portão da cidade e esfolei todos os chefes que se haviam rebelado, e cobri o pilar com suas peles. Alguns eu empalei em estacas sobre o pilar e outros amarrei a estacas em volta do pilar … amputei os membros dos oficiais … que se haviam rebelado … Muitos cativos … queimei com fogo, e muitos levei como escravos vivos. De alguns decepei o nariz, as orelhas e os dedos, de muitos arranquei os olhos. Fiz uma coluna dos vivos e outra de cabeças, e prendi suas cabeças a troncos de árvores por toda a cidade. Seus mancebos e virgens queimei com o fogo … O resto de seus guerreiros, deixei que se consumissem de sede no deserto do Eufrates.

Menaém intuiu que não podia arriscar-se à derrota por um inimigo tão brutal – em vez disso, pagou-lhe uma indenização generosa. De qualquer modo, achou que o apoio da superpotência mundial lhe fortaleceria a mão para conservar o trono do reino dos hebreus, resistindo a todos os desafios – dos quais havia muitos. “E Menaém deu a Pul mil talentos de prata, para que a mão dele ficasse com a sua e firmasse o reino em sua mão.” “E Menaém arrecadou esse dinheiro de Israel, de todos os poderosos e ricos, cinquenta siclos de prata de cada homem, para dá-lo ao rei da Assíria. E assim o rei da Assíria retrocedeu e não se demorou ali na terra” (II Reis 15:19-20).

A decisão e o enorme custo compensaram. Graças ao apoio assírio, Menaém foi o único rei israelita, durante esse período anárquico, a conseguir conservar sua posição e a falecer em sua cama, de morte natural. A transação foi laconicamente confirmada numa das inscrições do próprio rei assírio: “Recebi tributo de Kushtashpi de Comagena, Rezim de Damasco e Menaém de Samaria [grafado na escrita cuneiforme como Me-ne-khi-im-me Sa-me-ri-na-a-a].”

De imediato, o reino de Israel – que os assírios chamavam de Samaria ou, às vezes, Terra de Onri, denominação derivada de Onri, o poderoso fundador da Quarta Dinastia Israelita, sogro da rainha Jezabel, que havia construído Shomron [Samaria] como sua capital – foi incluído entre os Estados clientes do império, em vez de ser fisicamente incorporado à Assíria propriamente dita. A política inicial do império era permitir que aqueles cuja lealdade estava garantida retivessem sua autonomia nominal, como os Estados principescos que continuaram a sobreviver durante o Raj britânico na Índia.

Tal como a Companhia Inglesa das Índias Orientais, a Assíria cresceu, inicialmente, capturando e conservando pontos de extrema importância estratégica e econômica, rotas e entrepostos comerciais, e deixando de lado os locais de menor significação, desde que não representassem ameaça para os interesses assírios. Mais que um bloco sólido e uniforme de possessões, o império se manteve, até uma fase bastante avançada de sua história, como uma rede aberta. Como formulou um historiador do período: “O império não é uma extensão de terra, mas uma rede de comunicações pela qual são transportados bens materiais.”

Durante um longo período, houve uma distinção entre a Assíria propriamente dita, um território uniforme com administração central da capital e conhecido por seus governantes e seu povo como *Mat Ashur*, “a terra de Assur”, e as áreas externas e afastadas que eram subservientes ao domínio de Assur, porém distintas dele. Se um governante subalterno se recusasse a cumprir suas obrigações, entretanto, ou pior, se conspirasse para atacar ou prejudicar os interesses de Assur, seria sumariamente deposto e seu reino seria anexado.

Assim, ao longo do tempo, as lacunas da rede foram sendo preenchidas, à medida que a resistência e a rebelião de governantes clientes não muito submissos levaram os imperadores assírios a colocarem sob seu controle direto um número cada vez maior de reinos nominalmente independentes, como aconteceu quando Oseias, rei de Israel, três reinados, mas apenas dezessete anos depois de Menaém, parou de pagar o tributo e começou a conspirar com o faraó egípcio para se livrar do jugo assírio. Como relata II Reis 17:4-6:

O rei da Assíria descobriu que Oseias conspirava, pois havia mandado emissários a Sô, rei do Egito [*provavelmente, Osorkon IV, da Vigésima Segunda Dinastia*], e já não pagava tributos ao rei da Assíria, como fizera todos os anos; e por isso o rei da Assíria o encerrou e agrilhoou na prisão.

E então o rei da Assíria marchou por toda a terra, chegou a Samaria e a sitiou por três anos.

No nono ano do reinado de Oseias, o rei assírio apoderou-se de Samaria.

O próprio Sargão registrou o episódio da seguinte maneira: “Sitiei e conquistei Samaria. Levei comigo 27.290 de seus moradores; dentre eles formei um contingente de cinquenta carros de guerra. Mandei os que ficaram para trás assumirem suas posições sociais. Sobre eles instalei um de meus oficiais e lhes impus o tributo do rei anterior.”

Foi o fim do reino hebreu do norte e – segundo a tradição religiosa – das dez tribos que o habitavam. Outras foram trazidas de locais diferentes para substituir as deportadas. O território em si foi incorporado à Assíria propriamente dita e perdeu sua identidade. Os anais da realeza assíria costumavam expressar essa ideia assim: “à terra de Assur acrescentei a terra, a seu povo acrescentei o povo.”

Assim, ao se aproximar o fim de seus dias, o Império Assírio, por acaso ou por decisão, tinha se tornado um único e enorme bloco territorial que incorporava quase todo o Oriente Próximo, estendendo-se pelo Crescente Fértil e em torno dele, desde a costa do Mediterrâneo até a cabeça do Golfo, do Egito a Elam – um domínio em que todo habitante era considerado cidadão assírio, tal como, em todo o vasto Império Romano, depois do imperador Caracala, todo habitante livre podia dizer *civis Romanus sum* (sou cidadão romano). É que os impérios não podem sustentar-se em caráter permanente apenas pela força. As populações de súditos só se submetem ao poderio militar bruto durante certo tempo. Também tem que haver confiança; também tem que haver princípios. O Império Assírio apoiou-se numa ideologia firme, que se conservou como modelo para os imperialistas por toda a história.

Devia haver apenas um reino. Todo território assírio, não importando se era diretamente ligado à terra natal ou separado dela por Estados clientes, era considerado uma província igual da “Terra”, uma parte tão certeira do patrimônio nacional quanto a própria cidade de Assur. Os impérios anteriores

haviam permitido que suas possessões separadas preservassem um senso de identidade étnica e as haviam governado por meio das elites locais, cooptadas para o sistema imperial; o menor sinal de fraqueza no centro levava a revoltas e insurreições. O Império Assírio era uma só unidade e as partes que o compunham eram tão integrantes da pátria quanto eram, para a França moderna, suas possessões imperiais ultramarinas.

Devia haver apenas um povo. Todos os que viviam na Assíria eram assírios, qualquer que fosse a língua que falassem ou os costumes que seguissem. Todos estavam sujeitos aos mesmos benefícios e ônus, à mesma tributação e ao mesmo recrutamento. Daí a mais conhecida entre aquelas que eram consideradas as penas impostas às nações vencidas: a deportação da população e sua substituição por outros residentes, vindos de outros pontos do império. Do ponto de vista assírio, isso não era um castigo. Era o cadinho cultural assírio, a maneira de garantir que, com o tempo, todas as etnias não assírias e todos os compromissos de fidelidade a outras entidades que não o império fossem esquecidos. O desaparecimento das dez tribos de Israel na população geral assíria demonstra como essa política funcionava bem, inclusive com pessoas tão ferozmente dedicadas à preservação de sua identidade quanto os hebreus.

Só podia haver um líder. Governantes mesopotâmicos anteriores tinham sido cultuados como heróis, idolatrados e até deificados, em vários casos. Apresentavam-se como os servos e os representantes terrenos de padroeiros divinos, que eram os verdadeiros atores da história. Os imperadores assírios, ao contrário, eram a expressão suprema de sua nação: a personificação da Assíria. A imagem dos imperadores assírios como déspotas da pior espécie, que se compraziam com a crueldade vil e o luxo depravado, conforme descritos por autores gregos clássicos e retratados por pintores orientalistas como Eugène Delacroix, em *A morte de Sardanapalo*, não poderia estar mais longe da descrição que encontramos nos documentos assírios. “Para os assírios, um rei imerso na pândega e em crueldades seria uma abominação”, escreveu Simo Parpola; “a realeza deles era uma instituição sagrada, com raízes celestiais, e seu rei era um modelo da perfeição humana vista como pré-requisito da salvação

pessoal do homem". Israel Finkelstein, professor de arqueologia da Universidade de Tel-Aviv, sugere que, para termos uma imagem de como era realmente a corte assíria durante o final do século VIII e o século VII a.C. – os reinados de Tiglat-Pileser III até Assurbanipal –, basta consultarmos o livro bíblico dos Reis e a descrição que ele fornece do rei Salomão, sua riqueza, sua sabedoria e suas esposas. Isso, diz Finkelstein, pouco tem a ver com a realidade de um rústico chefe tribal montanhês do século X a.C., e reflete, na verdade, "uma visão da realeza assíria como o ideal supremo". O governante da terra de Assur era conhecido como "o ser humano perfeito" – a mesmíssima expressão até hoje aplicada em árabe, *al-Insan al-Kamil*, ao profeta Maomé.

Só podia haver um deus. Assur era onipresente em todo o império. Tinha apenas um único templo, o Ešarra, em sua cidade natal, também este um modelo para os hebreus de Judá, cujo rei "aboliu os lugares altos, quebrou as estátuas e deitou abaixo os bosques" (II Reis 18:4) e, pela primeira vez, centralizou sua fé no templo de Deus em Jerusalém. Ao mesmo tempo, entretanto, Assur podia ser – devia ser – cultuado em todo e qualquer lugar: era a primeira divindade missionária. Tiglat-Pileser escreveu, no relato de uma de suas vitórias: "Impus-lhes o jugo pesado do meu império. Prendi-os ao culto de Assur, meu senhor." É verdade que os antigos deuses conservaram seus seguidores. Os ritos de Ishtar prosseguiram em Nínive; o culto de Sin, a lua, não acabou em Harã. Mas o império inteiro foi incentivado a compartilhar a compreensão de que estes, de algum modo, eram reflexos, aspectos, manifestações de um único Deus universal, onipotente e onipresente, cada vez mais identificado com Assur. Era Assur quem fornecia a lógica do império. Como o Deus cristão dos bizantinos e o Deus muçulmano dos califas, Ele havia decretado que Seu serviço e Seu culto se difundissem por toda a região. E Seu representante terreno era o imperador assírio.

E assim, talvez tendenciosamente, poderíamos resumir a ideologia imperial assíria na concisa frase "Um reino, um povo, um líder". Ela soa mais conhecida em alemão: *Ein Reich, Ein Volk, Ein Führer*. Entretanto, embora possa ter havido apenas um reino e apenas um líder, a infame divisão dos súditos de Hitler em

Arier e *Untermenschen* – arianos e subumanos – teria sido vista pelos assírios como uma traição criminosa. Como demonstram os textos, todos os assírios, fossem eles estrangeiros deportados ou de ascendência nativa, como as *qinnate sha Ninua labiruti*, as "antigas famílias de Nínive", eram considerados iguais. Os recém-chegados eram criteriosamente instruídos sobre seus deveres: "Pessoas dos quatro [cantos da Terra], de línguas estrangeiras, fala variada, habitantes de regiões montanhosas e das planícies …, por ordem de Assur, meu senhor, tratei-as como sendo de uma só língua e ali as instalei. Encarreguei nativos da Assíria, mestres de todas as artes, como supervisores e comandantes para ensiná-las a terem a conduta apropriada e a reverenciarem deus e o rei."

Que essa política teve êxito é atestado pelos nomes estrangeiros que usavam até as mais altas autoridades do Estado. Girisapunu, governador de Rasapa, devia ser fenício, como era o famoso Ahiqar, "guardador do sinete real e conselheiro de toda a Assíria" no reinado de Assaradon – sua história se tornaria um clássico das literaturas síria, árabe, etíope, armênia, turca e eslava. Governadores de províncias e distritos, como Gulusu, Arbaya e Adad-suri, tinham nomes aramaicos. O mesmo se aplicava a Hanunu, "comandante da guarda de eunucos", Salamanu, "comandante da guarda da Rainha-mãe", e Abdi-ili, de Askelon, "terceiro homem do carro do chefe dos eunucos". Qu'yah, Hilqi-yah [Hilquias], Giri-yah e Yah-suri, funcionários "residentes em fortalezas", mostram por seus nomes terem sido seguidores israelitas do Deus dos hebreus.

Mas essa política de inclusão e igualdade para todos viria a ter consequências profundas. Os novos assírios, falantes de aramaico, logo superaram largamente o número dos antigos. Assim, não demorou muito para que os usuários do dialeto acádio original da Assíria fossem reduzidos a uma minoria em sua própria terra. É claro que os eruditos e acadêmicos aderiam tenazmente a suas tradições, porém não puderam deter o avanço lento, mas inexorável, da nova língua, que primeiro se tornou uma língua oficial alternativa e, por fim, o principal meio chanceleresco do império.

E foi assim que a política e os elevados princípios imperiais asseguraram que o aramaico pusesse fim a 2 mil anos de civilização construídos sobre as línguas suméria e acádia. Ao mesmo tempo, contudo, paradoxalmente, ele também lhes garantiria a imortalidade.

---

[h] O nome se traduziria por “templo da colina”. (N.T.)

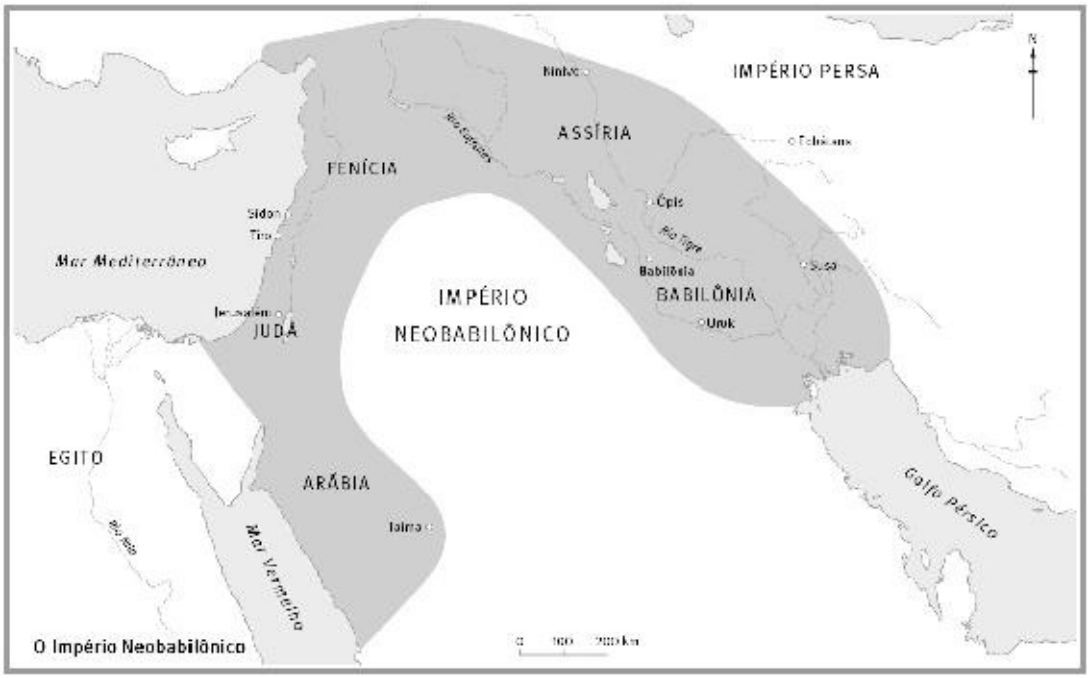
[i] Em tradução livre: “Qual lobo no aprisco, os assírios atacaram,/ E suas legiões reluziam em púrpura e ouro.” (N.T.)

[j] No original, “*What men call gallantry, and gods adult’ry,/ Is much more common where the climate’s sultry*”, do poema satírico inacabado de Byron intitulado “Don Juan”. (N.T.)

[k] O poema da Criação babilônico, que narra o nascimento de seis deuses a partir de Apsu, o princípio masculino, e Tiamat, o princípio feminino. (N.T.)

10. Passando o bastão: um fim e um começo

Depois de 700 a.C.



A arma secreta

Um estudioso assírio, autor de epopeias e anais da casa real, como o compilador da Crônica de Tiglat-Pileser III inscrita numa tabuleta de argila avermelhada, cuja parte superior encontra-se hoje no Museu Britânico com a etiqueta K3751 – impregnado das histórias do passado mesopotâmico, convencido da superioridade de sua civilização sobre todas as outras formas de vida e observando que os falantes de aramaico agora prometiam tornar-se maioria na população do império –, talvez se consolasse com a ideia de que isso nada tinha de novo. Durante milhares de anos, forasteiros haviam entrado na Mesopotâmia como conquistadores ou imigrantes: gutis, elamitas, amoritas, cassitas e muitos outros. Cada um deles acabara sendo expulso, ou fora tão completamente absorvido que desaparecera como grupo étnico separadamente identificável, havendo contribuído, em vez disso, para levar adiante sua cultura sumério-acádia de adoção.

Dessa vez, porém, com a naturalização dos falantes de aramaico como naturais da Assíria, o efeito seria muito diferente. É que os arameus tinham trazido consigo uma arma secreta de poder tão avassalador que conseguiu deter a longa tradição mesopotâmica, depois esmagá-la e, por fim, cobrir tão completamente seus restos, que fez todas as provas diretas do esplendor de dois milênios e meio desaparecerem da face da Terra. E, ao mesmo tempo, conseguiu iniciar a onda seguinte da história, ao cabo da qual nós mesmos vivemos atualmente, por passar para outros o bastão da civilização e lançar as bases do mundo moderno. A arma que teve o mérito de realizar essa proeza colossal foi um modo inteiramente novo de congelar a fala evanescente no tempo: o alfabeto. A letra “K”, escrita no canto superior da Crônica de Tiglat-Pileser III, simboliza a vitória da nova escrita sobre a antiga e, com isso, do novo mundo sobre o velho.

ENQUANTO A ESCRITA CUNEIFORME, acredita-se hoje, foi inventada por contadores e depois desenvolvida por escribas e eruditos, o alfabeto parece ter tido origens muito mais plebeias. As descobertas arqueológicas mais recentes sugerem que a escrita alfabética foi ideia de um grupo de trabalhadores semitas expatriados, residentes no Egito, no início do II milênio a.C. Inspirados no sistema pictográfico egípcio de escrita que chamamos de hieróglifos – "sinais dos sacerdotes" –, eles sonhavam com uma grafia abreviada para usar com sua língua. Nas palavras de John Wilford, professor de estudos sobre o Oriente Próximo na Universidade Johns Hopkins, essa foi "a genialidade acidental dessa gente semita, que a princípio era analfabeta e vivia numa sociedade muito letrada. Somente um escriba treinado durante a vida inteira era capaz de manejar os muitos tipos de sinais diferentes da escrita formal. Assim, essas pessoas adotaram um sistema tosco de escrita dentro do sistema egípcio, algo que pudessem aprender em horas, em vez de levar a vida inteira. Foi uma invenção utilitária para soldados, negociantes e mercadores".

Desse começo humilde desenvolveram-se todos os alfabetos e silabários (símbolos que representam sílabas, em vez de apenas letras individuais) usados no mundo de hoje: desde o nosso alfabeto latino, passando pelo grego e pelo russo, até as grafias da Índia, do Tibete e da Mongólia. Naturalmente, no trajeto para se tornarem, digamos, o alfabeto grego ou o latino, muitos sinais tiveram suas formas alteradas – embora não todos. Nossa letra "A", que um dia representou uma cabeça de boi com os chifres, vista de frente, virou de cabeça para baixo, mas, afora isso, ainda é reconhecível; o "L", o "M" e o "N" também sofreram relativamente poucas modificações. Ao darmos o título de alfabeto a nossa lista de letras, ainda estamos relembrando as palavras semíticas iniciadas pelas letras a que elas deram nomes, a primeira referindo-se a "*aleph*", boi, e a segunda a "*bet*", casa.

O uso da taquigrafia desses trabalhadores espalhou-se rapidamente entre os falantes do semítico pela costa oriental do Mediterrâneo – os cananeus e fenícios, cujos longínquos impérios comerciais a transportaram por toda a região, onde cada língua adaptou os princípios dela a suas próprias necessidades.

A escrita aramaica era associada à gente trabalhadora comum, enquanto a cuneiforme era vista como apanágio dos cultos e da elite; os sinais do aramaico, relativamente pouco numerosos – menos de trinta –, podiam ser aprendidos em poucas semanas, em contraste com os anos de estudos intensos exigidos para se dominar a grafia cuneiforme; a nova escrita podia ser grafada em quase qualquer superfície, pintada a tinta em cacos de cerâmica, ossos ou folhas, riscada a giz em paredes, rabiscada no chão com um graveto pontiagudo, e também formalmente caligrafada em pergaminho ou papiro, em contraste com a cuneiforme, que exigia certa habilidade e experiência até para preparar a argila para as tabuletas. Não é de admirar que a leitura e a escrita tenham se espalhado rapidamente e por uma extensão muito maior da sociedade do que jamais fora possível até então.

O fato de se poder grafar o aramaico e de ele ser efetivamente escrito assegurou que não viesse a desaparecer como a fala de grupos imigrantes anteriores. O fato de o número de falantes de aramaico ser muito maior que o de falantes de acádio, já nessa ocasião, garantiu que a nova língua se estabelecesse prontamente como idioma nacional secundário e acabasse por vir a ser a principal língua oficial do império e o meio usado pelo governo, bem como a língua franca de toda a região, ficando o acádio relegado ao papel que um dia tivera o sumério: a linguagem da diplomacia, da erudição e da religião. A analogia comum em que se compara o uso da língua suméria pelos mesopotâmios ao lugar do latim no período medieval deve agora ser modificada. Se o acádio era o novo latim, o sumério tornou-se o que o grego viria a representar para a Idade Média europeia.

Durante muito tempo, a maioria dos assírios instruídos deve ter sido plenamente bilíngue, tão à vontade com o aramaico quanto com o assírio. Os escribas começaram a ser representados aos pares, lado a lado, em esculturas, painéis de parede e afrescos: um gravando numa tabuleta de argila, o outro escrevendo em couro ou papiro. Não se trata de registros fotográficos, é claro; talvez sejam mais simbólicos que realistas, e os estudiosos divergem sobre sua interpretação. Mas, como cada tipo de escrita restringia-se a sua própria língua –

o assírio era sempre grafado na escrita cuneiforme, o aramaico, sempre alfabeticamente –, se algum dia os escribas de assírio e de aramaico tomavam ditado juntos, um deles devia fazer uma tradução simultânea daquilo que era ditado.

Quando as línguas oficiais de uma nação são substituídas, costuma haver consequências profundas. Nesse caso, elas afetaram não apenas os assírios da Antiguidade, mas também os arqueólogos modernos: a mudança da linguagem e da escrita ditou o término iminente de nossa rica herança de textos antigos. As tabuletas de argila são praticamente indestrutíveis, especialmente quando cozidas como terracota, de propósito ou em incêndios, como aconteceu com tantas durante a violenta destruição das construções em que eram guardadas. Apesar de abandonadas durante milênios, elas ainda preservam à perfeição os textos originalmente inscritos. O mesmo não se dá com materiais orgânicos, como o papiro e o couro, nos quais eram feitos os registros em aramaico. Mesmo não sendo queimados, esses meios se decompõem e desaparecem, em geral em poucas décadas, se não antes. Como resultado, nossos conhecimentos dos últimos séculos da civilização mesopotâmica são limitados. Com poucas exceções, sabemos apenas o que os antigos optaram por escrever no que já então se tornava uma linguagem de eruditos, religiosos e antiquários. Para os assírios, isso deve ter trazido um alerta sobre um resultado devastador: a perda de toda a sua história para o mundo.

NÃO HÁ EXEMPLOS nos tempos modernos com que comparar e tentar compreender as implicações do que estava acontecendo com as letras assírias. O que mais se aproxima disso é a reforma da língua turca da década de 1920, introduzida por Mustafá Kemal, depois chamado de Ataturk, fundador e primeiro presidente da moderna república da Turquia, que substituiu o Império Otomano de quase quinhentos anos. Em 1928, o uso do alfabeto árabe para escrever a língua do país foi proibido, sendo ele substituído por uma forma modificada do alfabeto latino. Embora houvesse resistência, a princípio, em pouco tempo as reformas se impuseram. Em menos de um ano, o uso da escrita

árabe tornou-se crime. Com isso, de uma hora para outra, o país inteiro tornou-se analfabeto. Ataturk viajou pessoalmente pela Turquia, munido de quadro-negro e giz, dando aulas improvisadas de alfabetização em praças e estações de trem. A partir de então, ao se estabelecer em 1932 a *Türk Dil Kurumu*, a Associação da Língua Turca, o grande número de palavras e expressões árabes e persas usadas na época do Império Otomano foi eliminado e substituído por expressões idiomáticas populares turcas e novas formulações. Todos os turcos tiveram que reaprender a falar. As gerações seguintes, que aprenderam apenas as novas letras e a nova língua "purificada", não sabem ler textos escritos antes de 1928. O resultado foi abolir todo o passado da nação turca e erradicar toda a consciência popular do período otomano. Era esse, é claro, para o bem ou para o mal, o objetivo buscado por Ataturk.

Terão os assírios visto aproximar-se uma situação como essa no futuro? À medida que a língua aramaica foi invadindo cada vez mais o espaço cultural, terão eles imaginado que todo o conhecimento da longa história que estava por trás de suas realizações viria um dia a se perder? Parece possível que sim: uma premonição de que a longa tradição sumério-acádia de que eles eram os orgulhosos herdeiros estava seriamente ameaçada, pela primeira vez.

O primeiro sinal desse temor de que as conquistas do passado se perdessem, e de que até sua própria existência fosse esquecida, foi a biblioteca real criada em seu palácio de Nínive pelo último grande imperador assírio, Assurbanipal, que reinou de cerca de 668 a.C. até 627 a.C. Essa esteve longe de ser a primeira ou a única numerosa coleção de documentos criada na antiga Mesopotâmia, mas parece ter sido um arquivo fundado especificamente para preservar a herança do passado. A preocupação do rei de conservar a riqueza literária de sua cultura cuneiforme, para que ela pudesse ser lida por estudiosos do futuro, evidencia-se no colofão associado a muitas das tabuletas guardadas: "Para os dias distantes".

Não sabemos quantos dos últimos governantes assírios eram alfabetizados, capazes ao menos de ler cartas e despachos sem terem de depender de secretários para recitá-los em voz alta. É bem possível que essa fosse uma habilidade muito valorizada, não tanto pela demonstração da educação superior

dos reis e de sua mestria mental, mas por eles chegarem à verdade do que realmente se passava à sua volta. É fácil imaginar escribas filtrando cuidadosamente o que diziam ao monarca. É bem possível que muitos temessem ser portadores de más notícias, particularmente quando o monarca era irascível, dado a explosões de mau humor e propenso a punir o mensageiro por causa da mensagem. Que esse tipo de censura estava longe de ser desconhecido fica explicitado na seguinte advertência, escrita na parte superior de uma carta endereçada ao palácio: “Sejas quem fores, escriba leitor desta carta, não escondas nada de meu senhor e rei, para que os deuses Bel e Nabu falem generosamente de ti ao rei.”

Assurbanipal foi mais longe que a posse da simples capacidade de ler e afirmou ter completo domínio de todas as artes do escriba:

> Eu, Assurbanipal, no interior do palácio, compreendi a sabedoria de Nabu [o deus da cultura]. Toda a arte da escrita … de todos os tipos, tornei-me senhor de todas elas … Li as tabuletas engenhosas da Suméria e a obscura linguagem acádia, que é difícil de usar com correção; deleitei-me com a leitura de pedras inscritas antes do dilúvio.

Ele sabia não apenas ler, mas também escrever:

> O melhor da arte dos escribas, obras que nenhum dos reis que vieram antes de mim jamais aprenderam, remédios desde o alto da cabeça até as unhas dos pés, seleções não canônicas, ensinamentos sagazes, tudo o que concerne ao domínio médico de [os deuses] Ninurta e Gula, escrevi-o em tabuletas, verifiquei-o e cotejei-o, e o depositei em meu palácio para consulta e leitura.

(Talvez haja até uma prova concreta de sua capacidade de redigir em escrita cuneiforme: algumas tabuletas que chegaram até nós trazem a marca “Assurbanipal, rei da Assíria”, numa letra notavelmente sem prática.)

A montagem dessa biblioteca não parece ter sido um projeto de mera vaidade para esse monarca alfabetizado e culto. Ele escreveu a todas as regiões de seu império, dando instruções de que qualquer texto disponível no local lhe fosse enviado para Nínive. Temos, por exemplo, sua carta ao governador de Borsipa, uma antiga cidade não muito distante da cidade da Babilônia: “Palavra do rei a Shadunu: estou bem, animai-vos. No dia em que receberdes minha tabuleta, levareis convosco Shuma, filho de Shum-ukin, Bel-Etir, irmão dele, Apla, o filho

de Arkat-Ilani, e o especialista de Borsipa a quem conheceis, e trareis todas as tabuletas que se encontrarem nas casas deles e as depositadas em Ezida [o principal templo do deus da cidade de Borsipa, Nabu].” O soberano estava interessado não apenas em reunir a maior coleção possível, mas também em assegurar que possuía cópias de todas as obras importantes do cânone mesopotâmico. Na carta, ele lista orações, encantamentos e outros textos, identificados, como era praxe na Antiguidade, por suas primeiras palavras. Pede a série de tabuletas chamada “Batalha”, bem como “O sangue deles”, “Na batalha a lança não se aproximará do homem” e “Repousar no deserto e de novo dormir no palácio”. Além disso, ordena que Shadunu recolha qualquer outra coisa que possa faltar à biblioteca do palácio:

> Buscareis e me enviareis … rituais, preces, inscrições em pedra e o que mais seja útil à realeza, como textos de expiação para cidades, para afastar o mau-olhado em tempos de pânico, e o que mais for necessário no palácio, tudo que estiver disponível, e também tabuletas raras das quais não existam cópias na Assíria.
>
> Escrevi ao supervisor do templo e ao principal magistrado, informando que devereis colocar as tabuletas em vossa casa de depósito e que ninguém deverá negar-vos nenhuma delas. E, se virdes alguma tabuleta ou texto ritual que eu não tenha mencionado, e os quais sejam apropriados para o palácio, examinai-os, apossai-vos deles e enviai-os para mim.

Por um acaso afortunado, o objetivo de Assurbanipal de preservar em seu arquivo os frutos literários da cultura sumério-acádia “para dias distantes” foi alcançado. Sua biblioteca esteve entre as primeiras descobertas feitas pelos pioneiros da arqueologia mesopotâmica, nas décadas de 1840 e 1850, realizando a esperança do rei de que um dia a coleção ajudasse a resgatar a memória da riqueza intelectual de sua civilização. A escavação do local da antiga Nínive, a moderna Kouyunjik, proporcionou uma multiplicidade de textos e fragmentos de textos, mais de 30 mil ao todo, representando muitos milhares de documentos individuais – anais, mitos, epopeias, orações, encantamentos, glossários, listas de presságios, exercícios de matemática, tabelas de astronomia, tratados de medicina: uma bênção para os estudiosos que então trabalhavam na decifração e tradução da escrita cuneiforme. Havia até um catálogo detalhado de aquisições, anotando a proveniência de itens da coleção do rei. Por exemplo: “Tabuleta de

uma só coluna, contra feitiços, [escrita por] Mushezib-Nabu, filho de Nabu-Shum-Ishkun, escriba do rei da Babilônia. Duas de ‘Lamentações’, uma do ‘Livro dos Sonhos’, no total de 125 tabuletas, [escritas por] Arrabu, exorcista de Nipur.”

O lado negativo da rápida descoberta da biblioteca de Assurbanipal, entretanto, foi que as técnicas primitivas de escavação e a falta de manutenção apropriada dos registros fez com que tabuletas de construções diferentes e até de escavações diferentes fossem misturadas de modo irrecuperável. O trabalho de fazer a triagem da misturada, de encontrar partes que combinem entre os fragmentos e de montá-las continua até hoje.

O homem que teve o mérito de desencavar a biblioteca de Assurbanipal foi Austen Henry Layard, um aventureiro, diplomata e político britânico nascido na França cujas explorações das cidades sepultas da Assíria, apesar de lhe haverem trazido fama internacional, na verdade ocuparam pouco mais de cinco anos de sua vida longa e bem-sucedida. A maior parte do trabalho foi organizada e supervisionada – e continuou depois que Layard voltou para sua carreira política –, como seria muito apropriado, por um assírio étnico, isto é, um descendente recente do povo do próprio Assurbanipal. Layard assim escreveu sobre Hormuzd Rassam, em tom agradecido, em sua descrição das escavações: “Ao sr. Hormuzd Rassam, que em geral me acompanhava em minhas viagens, foram confiados, como antes, a superintendência-geral das operações, o pagamento dos trabalhadores, a resolução de disputas e várias outras funções, as quais apenas alguém tão familiarizado quanto ele com os árabes e com homens de diversas seitas empregados nos trabalhos, e exercendo grande influência pessoal entre eles, seria capaz de exercer.”

Não se vê aí nenhum indício da condescendência e até desprezo com que os “orientais”, por definição aduladores, fracos e indignos de confiança, não raro eram tratados pelos europeus do século XIX. Sir Henry Rawlinson, que desempenhou um papel importantíssimo na decifração da escrita cuneiforme, não nutria senão desdém por Rassam e se empenhou muito em excluí-lo da assunção de qualquer papel oficial nas escavações. Layard, futuro vice-ministro

das Relações Exteriores do governo britânico, exibiu uma atitude muito diferente para com seu braço direito assírio:

> A seus esforços incansáveis e a seu cumprimento fiel e pontual de todos os deveres que lhe foram impostos, a seu inesgotável bom humor, combinado com a firmeza necessária, a seu completo conhecimento do caráter árabe e à afeição com que era tido até pelos mais rebeldes dentre aqueles com quem fomos postos em contato, os curadores do Museu Britânico devem não apenas grande parte do sucesso destas investigações, mas também a economia com que pude levá-las a termo. Sem ele, teria sido impossível realizar metade do que foi feito com os recursos colocados à minha disposição.

Não é difícil imaginar a empolgação que os dois devem ter sentido quando eles e sua equipe tornaram-se as primeiras pessoas, em mais de 2.500 anos, a explorar os restos dos suntuosos palácios dos imperadores assírios, a descobrir passagens e grandes aposentos guardados por colossais touros alados, de cabeça humana – os *lamassus*, usando a coroa cornífera das divindades –, e revestidos por baixos-relevos requintados, se bem que não raro apavorantes. No fim de um túnel, depararam com duas figuras enormes, das quais restava apenas a metade inferior, mas que nem por isso deixaram de ser instantaneamente reconhecidas como os ajudantes vestidos de peixe do deus Enki ou Ea, de Eridu, aquele que primeiro ensinou à humanidade as artes da civilização. Era o momento histórico em que as glórias da antiga literatura estavam prestes a ser apresentadas ao mundo moderno.

O primeiro portal, guardado pelos deuses-peixe, levava a duas pequenas câmaras que davam uma para a outra, antes revestidas de baixos-relevos cuja maior parte fora destruída. Layard explicou primeiramente o que era, em sua época, uma ideia inédita para o público em geral: a de que os antigos mesopotâmios haviam usado placas de argila como veículo de seus textos, pois isso ainda foi algum tempo antes do desafio feito a quatro homens pela Real Sociedade Asiática, em 1857, para que fosse decifrada a escrita cuneiforme.

> As câmaras que estou descrevendo parecem ter sido um depósito desses documentos no palácio de Nínive. Desde o piso até uma altura de trinta centímetros ou mais, estavam inteiramente repletas deles, alguns inteiros, porém a grande maioria quebrada em muitos fragmentos, provavelmente pela queda da parte superior da construção. Eram de tamanhos diferentes; as tabuletas maiores eram planas e mediam 9 polegadas por 63 polegadas [*23 centímetros × 160 centímetros*]; as menores eram ligeiramente convexas,

> e algumas não passavam de uma polegada [dois centímetros e meio] de comprimento, com apenas uma ou duas linhas escritas. Os caracteres cuneiformes da maioria delas eram singularmente nítidos e bem definidos, porém tão diminutos, em alguns casos, que eram quase ilegíveis sem uma lente de aumento.

Como tantas vezes acontece, devemos a recuperação da coleção de documentos de Assurbanipal a uma catástrofe: a destruição do palácio que a abrigava, a "queda da parte superior da construção" e seu sepultamento de milênios sob um monte de escombros. Mas sabemos a aparência que um dia deve ter tido a sala de leitura, porque um arquivo datado de talvez um século depois – cerca de oitocentas tabuletas, intactas e preservadas nas extensas prateleiras originais de escaninhos que recobriam as paredes do cômodo, cuidadosamente separados e claramente rotulados – foi descoberto em 1986 nos restos da cidade de Sipar, um pouco ao norte da Babilônia. Continha poucos documentos novos para os estudiosos, mas seu perfeito estado de conservação prometeu preencher as lacunas de textos já conhecidos: "O tipo de descoberta que se espera cem anos para ver", disse o curador da Coleção Babilônica da Universidade Yale.

Como fizesse muito tempo que fora abandonada a política oitocentista de remeter essas descobertas em massa a museus europeus, a biblioteca de Sipar tornou-se parte da coleção ímpar de tabuletas do Museu Nacional de Antiguidades do Iraque, que contava com mais de 100 mil documentos. Ela foi saqueada após a queda de Saddam Hussein: as caixas de madeira que guardavam a coleção foram arrombadas e os catálogos que registravam seu conteúdo foram queimados. Não há grande esperança de se conseguir recuperar muita coisa. "O sujeito põe essas coisas na traseira de um caminhão e anda por uma estrada esburacada", lamentou um arqueólogo, "e logo se descobre com um saco de poeira."

E foi assim que os inimigos da Assíria acabaram não logrando seu objetivo, ao arrasarem Assur e Nínive em 612 a.C., apenas quinze anos depois da morte de Assurbanipal: apagar da história o lugar da Assíria. A antiga destruição fora tão completa que, quando o historiador grego Xenofonte e seu exército de mercenários recuaram, em 401 a.C., passando pelo local onde ficava Nínive, não

se deram a menor conta disso. Segundo o satirista Luciano, um homem de origem assíria que escrevia em grego, “Nínive está tão completamente destruída que já não é possível saber onde ficava. Dela não resta um único vestígio”. Foi a consequência quase inevitável da política imperial do *Oderint dum metuant* – eles que odeiem, desde que temam. É que, quando o medo é vencido, persiste o ódio. Trata-se de uma lição prática para as nações, inclusive as da atualidade, que baseiam no mesmo princípio suas relações com os vizinhos.

Uma terrível derrota para um grande povo

O principal agente e beneficiário da conquista da Assíria e da destruição de suas cidades foi a terra com que os imperialistas do norte haviam mantido uma relação muito ambivalente, durante muito tempo: a Babilônia. Os governantes assírios haviam tentado de tudo para dominar e controlar sua vizinha meridional. Alguns, como Tiglat-Pileser III, impuseram-lhe um governo direto, criando uma monarquia dupla, ao se denominarem reis da Assíria e da Babilônia; outros tentaram colocar um parente próximo – e leal, esperavam – no trono da Babilônia; outros, ainda, escolheram babilônios natos como reis clientes. No fim, nenhuma dessas alternativas logrou êxito; as rebeliões e revoltas foram frequentes e sufocadas com grande severidade.

As dificuldades da Assíria foram agravadas pelo fato de que a Babilônia estivera tão sujeita quanto ela à inundação por novos imigrantes semitas nômades. No sul, os principais forasteiros foram um povo aparentado com os arameus, mas não idêntico a eles: os caldeus. Apresentando-se como defensores da independência babilônica, eles lutaram arduamente contra a dominação assíria. A história política intricada, confusa e muito violenta daquela época é exemplificada pelos eventos tumultuosos que se deram nos cem anos subsequentes à anexação assíria de Israel, em 721 a.C.

Tudo começou nos dias de Sargão II, imperador militar da Assíria. Um príncipe caldeu e chefe do clã de Beit Yakin, chamado Marduk-Apla-Iddina, conhecido na Bíblia como Merodaque-Baladã, havia conseguido ocupar o trono babilônico por cerca de dez anos, desafiando as tentativas do rei assírio de expulsá-lo. Sargão acabou conseguindo empurrá-lo para o exílio em Elam e se proclamou rei da Babilônia. Contudo, após a morte de Sargão em combate, Marduk-Apla-Iddina voltou imediatamente. O filho de Sargão, Senaqueribe, liderou seus exércitos contra esse agressor renitente, que recuou para sua base na região pantanosa próxima à cabeça do golfo Pérsico, enquanto o rei assírio

procurava acalmar as sensibilidades babilônicas, nomeando como rei um certo Bel-Ibni, babilônio nato, apesar de ser um aristocrata que havia passado a infância nos palácios assírios de Nínive. Mas Bel-Ibni também se revoltou contra a hegemonia assíria e Senaqueribe foi forçado a substituí-lo por seu próprio filho, Assur-nadin-shumi. Enquanto o rei assírio tentava retirar Marduk-Apla-Iddina de seu reduto nas terras alagadiças meridionais, o rei de Elam, eterno inimigo da Mesopotâmia, aproveitou a oportunidade para desferir um ataque contra a Babilônia, impor um governante de sua escolha e levar o filho de Senaqueribe agrilhoado – nunca mais se soube dele. Senaqueribe voltou à cidade da Babilônia, capturou o títere elamita e seguiu para o leste, a fim de castigar os elamitas com um ataque a sua capital, Susa. Mas, enquanto se empenhava nisso, mais um príncipe caldeu apossou-se do trono babilônico. Enfurecido, Senaqueribe sitiou a cidade por quinze meses e, quando finalmente rompeu as muralhas, levou o usurpador, sua família e outros caldeus ilustres para o cativeiro, saqueou os palácios e templos, retirando tudo o que neles havia de valioso, e arrastou para fora a estátua do deus Marduk, protetor e divindade padroeira da Babilônia. Depois, mandou cavar canais pelo centro da cidade e inundou toda a área urbana, para que ninguém jamais voltasse a viver lá.

Ou assim disse, pelo menos, em suas inscrições:

> A cidade e suas casas, desde a fundação até as paredes, eu as destruí, devastei, queimei com fogo. O muro e o muro externo, a torre do templo, de tijolos e barro, os templos e deuses, todos os que havia, arrasei-os e os joguei no canal de Arahtu. No centro da cidade escavei canais, inundei o local com água e destruí as próprias fundações. Tornei sua destruição mais completa que a de uma enchente. Para que, em dias futuros, o local da cidade, com seus templos e deuses, não possa ser lembrado, apaguei-o por completo com inundações e fiz dele uma campina.

Vez após outra, lemos relatos desse tipo sobre a destruição total de grandes cidades mesopotâmicas, mas, após um intervalo relativamente curto, elas parecem ressurgir como se nada houvesse acontecido. A Babilônia é um bom exemplo. Completamente destruída pelo imperador assírio em 689 a.C., sessenta anos depois, longe de não ser lembrada, florescia ainda mais do que antes. Como é possível? Acaso a verdade é que a devastação nunca era tão grande quanto somos levados a crer?

Talvez devamos recordar nossa história do século XX. No fim de 1945, muitas cidades europeias tinham sido quase completamente destruídas. Berlim era um mar de ruínas; Minsk aparece em fotografias como nada além de um oceano de escombros pulverizados, com quilômetros e mais quilômetros quadrados de extensão; no Japão, Hiroshima e Nagasaki foram inteiramente varridas do mapa pelas primeiras bombas atômicas. No entanto, passadas algumas décadas, a maior parte dos estragos fora consertada e as cidades, reconstruídas, amiúde seguindo os projetos arquitetônicos originais. Algo bem parecido parece haver ocorrido na Babilônia.

Depois que Senaqueribe foi assassinado num golpe de Estado palaciano e seu filho Assaradon assumiu o comando, o novo rei deixou os deportados voltarem para casa, ordenou a devolução das estátuas dos deuses a seus templos e, de modo geral, fez o melhor possível para reparar os danos causados por seu pai. Tentou estabilizar as relações entre a Assíria e a Babilônia, designando como seu sucessor no trono assírio seu filho caçula, Assurbanipal, e um outro filho, Shamash-Shumu-Ukin, como rei da Babilônia.

Mas até essa solução fracassou. Pouco depois da morte de Assaradon eclodiu uma violenta guerra civil entre os irmãos, a qual só terminou quando Assurbanipal sitiou a Babilônia, irrompeu portões adentro e desencadeou suas forças sobre a população. Shamash-Shumu-Ukin morreu em seu palácio em chamas. Assurbanipal instalou outro títere como rei e se voltou contra os aliados de seu irmão rebelde.

Nesse ponto, cometeu um grave erro político, embora não tenha vivido para ver suas consequências desastrosas. Elam havia apoiado o rei da Babilônia contra ele, e assim, por vingança, Assurbanipal atacou Susa, a capital elamita, e resolveu fazer dela uma lição prática: despojou os palácios de todos os objetos de valor, demoliu os templos, destruiu o zigurate, destroçou as estátuas de antigos reis elamitas e profanou seus túmulos. Depois, voltou a atenção para a zona rural elamita. “Nos dias de um mês, nivelei toda Elam. Privei seus campos do som de vozes humanas, da marcha de bois e ovelhas, do refrão de alegres canções da colheita. Transformei-os em pasto para asnos selvagens, gazelas e

toda sorte de animais selvagens.” A cidade de Susa acabou sendo restaurada, mas Elam nunca mais recuperou seu lugar como grande potência da região.

Foi uma vitória tática, mas uma grande asneira estratégica. Ao destruir Elam, Assurbanipal não apenas retirou uma barreira que protegia a Mesopotâmia de ataques vindos mais do leste como também eliminou a potência que durante muito tempo havia impedido novos povos de estabelecerem o controle sobre o planalto iraniano. Humilhada Elam, os seminômades da Ásia central puderam assumir o controle: medas e persas, falantes de línguas indo-europeias que haviam penetrado no Irã pelos desfiladeiros de suas montanhas ao norte, logo se estabeleceram como os novos homens fortes do altiplano iraniano. Os medas, guerreiros vigorosos, começaram imediatamente a desafiar o poder assírio. Em 612 a.C., meros quinze anos após a morte de Assurbanipal, havendo uma sucessão de imperadores cada vez mais fracos permitido que as fronteiras de Assur fossem empurradas ainda mais para trás, as forças medas irromperam pelas defesas da Assíria e, com o apoio do rei babilônico, que chegou astutamente atrasado ao campo de batalha para participar da luta, impuseram ao Estado de Assur um fim repentino, inesperado, violento e derradeiro.

Depois de operações de limpeza que duraram vários anos, as províncias assírias foram divididas entre os vencedores, os medas governando a Anatólia e o nordeste, os babilônios comandando todo o Crescente Fértil e a metade setentrional da Arábia. Com efeito, a Babilônia, chefiada por seu novo rei, um xeque caldeu que adotou o nome acádio de Nabu-Apla-Usur (Nabupolasar), que significava “Nabu protege o herdeiro”, havia dominado seu império rival de longa data. Nascia o que os assiriologistas chamam de Império Neobabilônico.

Ele não durou muito: aproximadamente três vintenas e dez anos, a duração de uma só vida humana, ou o mesmo que a União Soviética do século XX – uma curta extensão, que foi admiravelmente posta em foco por uma das maiores descobertas da arqueologia recente.

Em 1956, um erudito britânico, o dr. David Storm Rice, estava investigando uma mesquita do século XII na antiga cidade de Harã, antes cidade do deus da Lua, construída por ordem de Saladino, o general curdo que retomou Jerusalém

de seus ocupantes cristãos das cruzadas no ano de 1187. Rice estava tentando confirmar sua convicção de que o paganismo antigo havia continuado a imperar em Harã até o fim da Idade Média. Em cada uma das três entradas da mesquita, descobriu grandes lajes de pedra que davam sinais de ser muito mais antigas que o resto da construção. Ao virá-las, encontrou entalhes representando um rei babilônio no ato de adorar Sin, entalhado como uma lua crescente. As pedras tinham sido postas ali de cabeça para baixo, para que os fiéis pisassem nelas a caminho de suas orações, num símbolo da vitória derradeira da fé em Alá sobre o culto da Lua.

Isso já seria suficientemente assombroso, mas o texto cuneiforme que acompanhava a imagem deu ao monarca retratado o nome de Nabonido, o último rei da Babilônia, e incluiu uma biografia de sua mãe. Apesar das fabulosas durações atribuídas aos reinados de antigos soberanos da Suméria e das vidas impossivelmente longas reivindicadas pelos patriarcas da Bíblia, tinha-se aí a primeiríssima prova adequadamente documentada de uma antiga centenária: “Sou a sra. Adda-guppi, mãe de Nabu-na’id [Nabonido], rei da Babilônia.” Ela vivera “desde o vigésimo ano de Asur-Bani-Apli [Assurbanipal], rei da Assíria, durante cujo reinado nasci, até o 42 ano de Asur-Bani-Apli, até o terceiro ano de Asur-Etillu-Ili, seu filho, até o 21 ano de Nabu-Apla-Usur [Nabupolasar], até o 43 ano de Nabu-Kudurri-Usur [Nabucodonosor], até o segundo ano de Amel-Marduk [Evil-Merodaque] e até o quarto ano de Nergal-Sharu-Ussur [Neriglissar]”. Além disso, permaneceu em esplêndidas condições físicas até o fim:

> Sin, o deus dos deuses, escolheu a mim e fez meu nome famoso no mundo, ao acrescentar muitos dias e anos de capacidade mental à duração normal da vida, e com isso me conservou viva – desde a época de Assurbanipal, rei da Assíria, até o sexto ano de Nabonido, rei da Babilônia, filho do meu ventre, ou seja, por 104 felizes anos. Conforme o que me havia prometido Sin, o deus dos deuses, minha visão era aguçada, minha audição, excelente, minhas mãos e meus pés achavam-se em perfeito estado, minha dicção era bem escolhida, os alimentos e bebidas me caíam bem … Eu estava bem-humorada.

Diz o pós-escrito:

> No nono ano de Nabonido, rei da Babilônia, ela faleceu de morte natural, e Nabonido, rei da Babilônia, fruto de seu ventre, filho favorito de sua mãe, depositou seu corpo no caixão, envolto em finas roupas de lã, em linha brilhante … pedras preciosas e caras. Aspergiu óleo perfumado sobre o cadáver. O caixão foi colocado num túmulo seguro e, diante deste, ele matou bois e ovelhas gordas, e reuniu em sua presença os habitantes da Babilônia e de Borsipa.

Essa incrível senhora viveu desde a época do auge do poder assírio até meros seis anos antes do derradeiro fim do Império Neobabilônico, um século que viria a se revelar um dos mais influentes de toda a história. Por quê? Porque foi nos dias do segundo governante da dinastia caldeia, o filho de Nabupolasar, Nabu-Kudurri-Usur, "Nabu preserve o primogênito", que conhecemos da Bíblia como Nabucodonosor, que o pequeno Estado cliente da Judeia, após uma revolta imprudente, foi enfim plenamente anexado aos domínios da Babilônia. O templo de Jerusalém foi destruído, o rei Zedequias foi cegado, seus herdeiros executados, toda a classe governante exilada para a capital do império – e, num gesto largo de reforma agrária populista, suas terras foram doadas à gente do povo. Provavelmente, o relato mais preciso não é a descrição de motivação política e teológica que se encontra nos Livros dos Reis e das Crônicas, mas o testemunho ocular do profeta Jeremias:

> Os caldeus queimaram a casa do rei e as casas do povo com fogo, e derribaram os muros de Jerusalém.
>
> Então, o restante do povo que havia permanecido na cidade, os desertores que se entregaram e os demais sobreviventes do povo, Nebuzaradã, o chefe da guarda, levou-os cativos para a Babilônia.
>
> Porém os mais pobres da terra, que nada tinham, deixou Nebuzaradã, o chefe da guarda, na terra de Judá; e lhes deu vinhedos e campos nesse dia. *(Jeremias 39:8-10)*

Quando o Império Neobabilônico sucumbiu diante dos persas, menos de cinquenta anos depois, e a nobreza de Judá teve permissão para regressar a Jerusalém e começar a reconstruir o templo, somente os que tinham ficado exilados na Babilônia passaram desde então a figurar como Embora a gente do povo que fora deixada na Judeia, "os pobres da terra", se aproximasse dos que haviam retornado e implorasse para participar do trabalho de restauração, foi-lhes dito, em termos vigorosos, que caíssem fora:

> Nada tendes a fazer conosco na edificação de uma casa a nosso Deus; nós mesmos, sozinhos, a edificaremos ao Senhor Deus de Israel, como nos ordenou Ciro, o rei da Pérsia. *(Esdras 4:3)*

Como quer que fosse, apenas uma minoria dos judeus quis restabelecer-se em sua antiga terra provincial e empobrecida. A maioria optou por permanecer na Mesopotâmia, para continuar a usufruir os benefícios de viver no coração da civilização. Durante séculos, a Babilônia, e não Jerusalém, abrigou as maiores comunidades judaicas de qualquer parte do mundo. E foi nas academias babilônicas que se criou o Talmude babilônico, o texto que até hoje molda o judaísmo. Sem a conquista e a deportação de Nabucodonosor, o judaísmo tal como o conhecemos, e portanto o cristianismo e o islamismo, por sua vez, nunca poderiam ter existido.

ESSES EFEITOS PROFUNDOS e distantes nunca seriam imaginados, é claro, por pessoas como Adda-guppi, que viveu no período neobabilônico. Na verdade, poucos reconheceriam ter havido grandes alterações quando o poder assírio foi substituído pelo babilônico. Como tantas vezes acontecera na história mesopotâmica anterior, essa foi mais uma assunção do controle que uma verdadeira conquista.

Desde seus primórdios, a história da civilização mesopotâmica faz lembrar uma dessas gigantescas empresas industriais do mundo moderno, que podem mudar de donos e acionistas, mas continuam a ser as mesmas companhias, promovendo as mesmas marcas, gerando os mesmos produtos, não importa quem efetivamente receba os dividendos e prepare os relatórios financeiros atuais. Para outros que não a população urbana de Assur e Nínive, que teve suas casas apagadas do mapa, para os lavradores comuns, os artesãos e os mercadores que estavam fora da classe dominante, para não mencionar os escravos, pouca coisa deve ter parecido mudar. Os mesmos burocratas permaneceram nos cargos, a mesma língua de chancelaria continuou em uso, a mesma cultura literária era celebrada, a mesma música era tocada, as mesmas preces eram entoadas e se cultuavam os mesmos deuses – com exceção da divindade padroeira da Assíria, Assur, que perdeu tudo. Com efeito, é bem possível que os mesopotâmios tenham achado que nada mais acontecera senão o fato de a liderança de suas tradições ter sido repatriada para sua origem. Observadores como o historiador

grego Heródoto, que viveu apenas um século depois dos dias de glória da Babilônia, ainda reconheciam o império como assírio e viam a vitória da Babilônia como uma simples mudança de endereço do governante: “A Assíria possui um vasto número de grandes cidades, das quais a mais famosa e mais forte nessa época era a Babilônia, para onde, após a queda de Nínive, foi transferida a sede do governo.”

A Babilônia, com seus bem mais de mil anos de história, foco urbano primordial das terras de Acad, herdeira dos fundadores sumérios da civilização, era agora novamente o centro de seu mundo. Nabucodonosor marcou o status recuperado da cidade elevando-a à sua maior proeminência em todos os tempos. Tornou-a a maior, a mais esplêndida e, aos olhos de alguns, a mais glamorosa cidade que o mundo já tinha visto.

Ouçamos Heródoto mais uma vez:

> A cidade fica numa planície ampla e é um quadrado exato, com 120 estádios de comprimento em cada lado, de sorte que o perímetro inteiro tem 480 estádios. Embora seja este o seu tamanho, em magnificência não há outra cidade que dela se aproxime. Ela é cercada, em primeiro lugar, por um fosso largo e profundo, cheio de água, atrás do qual ergue-se uma muralha de cinquenta côvados reais de largura e duzentos de altura.

É bem possível que Heródoto nunca tenha visitado pessoalmente o local. Suas medidas são de uma dimensão impossível: um muro de duzentos côvados se ergueria à enorme altura de quase cem metros. E, como os restos da cidade ainda são claramente visíveis no chão, sabemos que, por enorme que ela fosse – cerca de 2,25 milhares de acres –, seu perímetro não era de aproximadamente oitenta quilômetros, como afirmou o antigo historiador, e sim de pouco mais de dez.

A cidade, tal como encontrada pelos arqueólogos modernos, resultou sobretudo dos grandes e dispendiosos projetos de reconstrução de Nabucodonosor. Mas isso não significa que ela tenha se modificado de algum modo realmente significativo. Os reconstrutores da Babilônia sempre tomaram cuidado de não alterar o que acreditavam ser sua forma dada por Deus. Aliás, as camadas arqueológicas superpostas que hoje os estudiosos utilizam para determinar a história de um local são, no caso da Mesopotâmia, menos o

resultado da decadência e restauração naturais do que o fruto de uma política consciente de preservar cuidadosamente o antigo no contexto do novo, que remonta à construção e reconstrução da sagrada Eridu, mais de 3 mil anos antes.

Assim, Nabupolasar, ao restaurar a muralha defensiva chamada Imgur-Enlil, "Enlil é gracioso", disse haver "procurado e encontrado sua antiga plataforma de fundação". Ele se descreveu como aquele que "busca as antigas plataformas de fundação … que descobre tijolos do passado, que reconstrói … sobre a plataforma original". Várias décadas depois, o último rei da dinastia, Nabonido, reconstruiu o templo de Ishtar na Acádia, afirmando que sua obra foi erigida diretamente "sobre as fundações originais … sem permitir que tais fundações projetassem uma saliência de um dedo de largura nem deixar que recuassem um dedo de largura".

A replicação exata da antiga estrutura da Babilônia, nas restaurações e reconstruções, era de suprema importância porque, simbolicamente, a cidade representava toda a história sumério-acádia. Ao se aproximarem por qualquer direção, os viajantes avistariam de longe, em primeiro lugar, as muralhas gigantescas e o imponente zigurate. Chegando mais perto, veriam que essas muralhas pareciam erguer-se de um charco, tal como os antigos mitos haviam descrito a criação das terras da Suméria e da Acádia, emergindo das águas subterrâneas chamadas de Apsu, morada do deus da civilização, Enki/Ea, que iam até o sul em Eridu, perto da cabeça do golfo. "Ao longo da Babilônia, grandes escarpas de terra empilhei", escreveu Nabucodonosor. "Enormes enchentes de águas destrutivas, como as grandes ondas do mar, fiz fluírem ao redor dela, e com um charco a cerquei."

Ao entrarem na cidade de muralha dupla, perto da margem leste do Eufrates, cruzando o portão maciçamente guardado cujo nome homenageava o deus Urash, e também conhecido pelo epíteto "o inimigo lhe é abominável", os visitantes atravessavam rapidamente um distrito comercial chamado Shuanna e logo chegavam a outro portão, o portão do Mercado. De acordo com uma topografia contemporânea da cidade, "do Portão do Mercado ao Grande Portão chama-se Eridu". Na área que levava esse nome sempre numinoso, que

representava as origens mesmas da antiga Suméria, conhecida por todos como a própria fonte da civilização, ficava a mais importante edificação religiosa da Babilônia: o Esagila, termo sumério que significa “Casa da cabeça alta”, morada terrena do deus Marduk, fundador e padroeiro da Babilônia, além de príncipe de todos os deuses. Esagila era o próprio nome do santuário de Enki em Eridu. E, separada dele por uma praça de 75 metros de largura, a construção mais famosa de todas era o Etemenanki, a “Casa que é o alicerce do Céu e da Terra” – o grande zigurate da Babilônia, com seus noventa metros de altura, inspiração para a história da Torre de Babel. O autor bíblico devia conhecer seu nome acádio quando escreveu “E disseram: Eia, edifiquemos para nós uma cidade e uma torre cujo cume possa tocar no céu” (Gênesis 11:4). Nem sempre confiável, Heródoto assim descreveu:

> Uma torre de sólidas pedras talhadas, de duzentos metros de comprimento e de largura, sobre a qual se erguia uma segunda torre, e nesta, uma terceira, e assim sucessivamente, até chegar a oito. A subida para o topo é feita pelo lado de fora, por um caminho que circunda todas as torres. Mais ou menos a meio caminho da subida, encontram-se um local para repouso e assentos, onde as pessoas costumam sentar-se um pouco na subida até o cume. Na torre mais alta há um templo espaçoso e, em seu interior, um divã de tamanho inusitado, ricamente adornado, tendo ao lado uma mesa de ouro. Não há nenhum tipo de estátua no local e, à noite, o cômodo não é ocupado por ninguém senão uma única mulher nativa, que, ao que afirmam os caldeus, sacerdotes desse deus, é escolhida para ele pela divindade entre todas as mulheres da terra.
>
> Eles declaram também – mas, por minha parte, não lhes dou crédito – que o deus desce em pessoa a esse aposento e dorme no divã.

Mas Heródoto não é tudo em que podemos basear-nos. Ao tentarmos imaginar a aparência da construção, temos, com efeito, uma única imagem que se afigura contemporânea. Numa estela negra quebrada, a maior parte da qual encontra-se numa coleção particular, há uma representação da planta baixa do zigurate e de sua edificação, com o rei Nabucodonosor de pé ao lado e uma inscrição que diz: “Etemenanki – fiz dele a maravilha da população do mundo. Elevei seu cume aos céus, fiz portas em lugar de portões e o cobri de betume e tijolos.” O trabalho em relevo corrige Heródoto, mostrando não oito, mas apenas seis andares, com um “templo espaçoso” no alto.

Hoje não há nem sequer uma ruína onde o Etemenanki um dia elevou seu cume para os céus. Alexandre da Macedônia, após suas conquistas asiáticas,

pretendeu fazer da Babilônia a capital de seu império. Pautando seus atos reais sobre a tradição mesopotâmica, decidiu restaurar o zigurate da Babilônia e começou por desmantelar a estrutura envelhecida, como preparativo para sua reconstrução. Não viveu o bastante para realizar sua ambição, de modo que tudo que hoje encontramos no que um dia foi a região de Eridu, na Babilônia, são as fundações inundadas.

Para lá do Esagila e do Etemenanki, os visitantes da Babilônia atravessavam mais um portão, para entrar no bairro adjacente: “Do Grande Portão ao Portão de Ishtar chama-se Ka-Dingir-ra”, diz o itinerário. Ka-Dingir-ra é o nome sumério equivalente ao acádio Bab-Ilum, Babilônia, interpretado como significando Portal de Deus; talvez essa área fosse o núcleo original da fundação urbana. Assim, Eridu, o *locus* original da cultura mesopotâmica, e a Babilônia, sua expressão final e mais gloriosa, uniam-se ali simbolicamente em realidades no solo.

A área de Ka-Dingir-ra continha o mais espetacular dos projetos de renovação urbana de Nabucodonosor: seus palácios suntuosos, a via processional, de paredes magnificamente decoradas com leões de azulejos esmaltados, que conduzia ao templo de Marduk, passando pelo deslumbrante Portão de Ishtar, de dezoito metros de altura, com seus bastiões com ameias, suas reluzentes fachadas azuis, adornadas com touros e dragões em branco e ocre, e que exibe uma longa inscrição do próprio rei:

> Posto que esta rua da Babilônia tornou-se cada vez mais baixa, derrubei os portões e refiz suas fundações sobre o lençol de água, com asfalto e tijolos. Mandei refazê-los em pedra azul, na qual foram retratados esplêndidos touros e dragões. Cobri seus telhados, estendendo sobre eles, ao comprido, cedros majestosos. Fixei portas de cedro com acabamento em bronze em todos os portões. Coloquei touros selvagens e dragões ferozes nos portais e assim os adornei com luxuoso esplendor, para que a humanidade possa contemplá-los com assombro.

Medo do futuro

A preocupação de reproduzir o passado e garantir que o simbolismo da cidade da Babilônia sobrevivesse no futuro poderia ser vista como nada além da continuação de uma antiga tradição mesopotâmica. Mas, assim como a criação de uma biblioteca por Assurbanipal “para os dias distantes” refletiu uma nova apreensão de que o passado pudesse desaparecer por completo, também os governantes da Babilônia do I milênio a.C. parecem ter tido preocupações similares.

A maioria das culturas olha para a frente, para o futuro, ou para trás, para o passado. Raramente se fazem as duas coisas. Quando o futuro é brilhante, quando o que ainda está por vir parece extremamente empolgante, costuma-se deixar a história se arranjar sozinha. Os colonos germânicos da Europa ocidental deixaram a maioria dos centros urbanos romanos apodrecer: havia barracos de madeira com telhado de sapê no fórum, cercados para animais no circo, chiqueiros de porcos nas termas públicas. Os construtores de catedrais da Idade Média manifestaram pouco respeito pelas capelas primitivas de seus antepassados. Os arquitetos vitorianos da Grã-Bretanha em processo de industrialização e modernização, com sua ciência em desenvolvimento acelerado e seus grandes feitos de engenharia, mal podiam esperar para derrubar todas aquelas casas geminadas georgianas neoclássicas, horrorosas e antiquadas. É verdade que, muitas vezes, elas foram substituídas por construções concebidas como uma versão fantasiosa do estilo medieval, mas conservar as antigas onde estavam nunca fez parte dos projetos do século XIX.

Ainda na década de 1940, quando estava pesquisando o período revolucionário durante o qual a indústria norte-americana foi pioneira nos princípios da produção em massa, o historiador de arte suíço Siegfried Giedion escreveu: “Eu mesmo visitei uma enorme fábrica nos arredores de Boston, onde pela primeira vez tinham sido montados relógios de parede e de pulso a partir de

peças padronizadas, pouco depois de 1850. (Mais tarde, esse princípio encontrou seu uso mais amplo na fabricação de automóveis.) Os primeiros produtos dessa fábrica eram mencionados por alguns observadores europeus dos anos [mil oitocentos e] setenta. Eu queria ver exemplos deles e estudar os primeiros catálogos da companhia. Não havia nenhum catálogo antigo – a empresa os destruía, por princípio, quando eles completavam três anos –, e os únicos relógios antigos eram os que haviam chegado para conserto."

Em contraste, as épocas obcecadas com a manutenção do passado, com a conservação e a preservação, com a genealogia, a investigação e a escavação da pré-história, costumam ser aquelas em que, como na nossa, o futuro parece incerto e até ameaçador.

O estado de espírito de meados do I milênio a.C. deve ter tido algo em comum com o nosso. Os mesopotâmios sempre se haviam mostrado dedicados a seus ancestrais e suas tradições, mas nessa época veio à tona uma paixão decisiva pela Antiguidade remota. De fato, pode-se dizer que a Babilônia, nos séculos VII e VI a.C., inventou o estudo da arqueologia tal como o reconheceríamos. A professora Irene Winter, uma ilustre historiadora da arte de Harvard, assinalou que a maioria dos critérios pelos quais reconhecemos a arqueologia moderna foi estabelecida pelos governantes do Império Neobabilônico. Eles montaram campanhas de campo e fizeram enormes esforços para expor restos arquitetônicos. Algumas de suas anotações não pareceriam deslocadas nas descrições de exploradores oitocentistas da Mesopotâmia. Nabonido participou de uma expedição a Acádia e buscou as ruínas do templo de Ishtar: "Eu ansiava por reconstruir esse templo e, para fazê-lo, abri o solo no interior da Acádia e procurei as fundações." Em outro texto, ele escreve: "Kurigalzu, o rei da Babilônia que me precedeu, procurou as fundações de Eulmash [o templo de Ishtar] na Acádia, que não eram conhecidas desde a época de Sargão, rei da Babilônia, e seu filho Naram-Sin [na verdade, neto dele] … mas não as encontrou. Escreveu e montou uma inscrição que dizia: 'Busquei sem cessar as fundações do Eulmash, porém não as encontrei.'" Depois disso, Nabonido atribuiu a Assaradon da Assíria, a seu filho Assurbanipal e a

Nabucodonosor da Babilônia o mérito de também haverem procurado sem sucesso a construção. “Quanto a Nabucodonosor, ele convocou seus numerosos trabalhadores e procurou sem cessar … Cavou trincheiras profundas, mas não encontrou as fundações.” Por fim, a perseverança incansável compensou e Nabonido obteve êxito: “Durante três anos, escavei a trincheira de Nabucodonosor … procurei à direita e à esquerda … na frente e nos fundos da trincheira… Então veio uma chuvarada e criou uma vala … eu disse … ‘Cavem uma trincheira naquela vala’. Eles escavaram a vala e encontraram as fundações de Eulmash.”

Como outros governantes neobabilônios, ele também explorou as ruínas em busca de textos antigos, os quais depois estudou criteriosamente: “Examinei a antiga fundação de Naram-Sin, um rei anterior, e li as Tabuletas de ouro, lápis-lazúli e cornalina sobre a construção do E-Babbar [templo do deus do Sol].” Em seguida, acrescentou-lhes seu próprio texto novo e devolveu todas as tabuletas a suas localizações originais. Também encontrou uma imagem muito danificada de Sargão de Acádia, mandou restaurá-la em sua oficina e a repôs em seu lugar no templo.

Outros artefatos de muitos períodos diferentes eram mantidos na residência real. Das ruínas do Palácio do Norte, na Babilônia, escavadores recuperaram objetos datados do III milênio a.C. até a época de Nabucodonosor. Teriam constituído uma espécie de museu do palácio? Qualquer que fosse seu propósito, eles demonstram, mais uma vez, o interesse dos neobabilônios em preservar seu passado, diante de um futuro cada vez mais incerto.

Há até uma tradição muito tardia, exposta por Beroso, sacerdote de Marduk – que antes descrevera o deus-peixe que ensinou aos humanos as artes da civilização, e que foi atuante por volta do início do século III a.C., quando os macedônios governavam a Mesopotâmia –, que diz que o próprio Nabucodonosor tinha previsto a queda do mundo babilônico. As obras de Beroso há muito se perderam, mas foram resumidas nos escritos de autores posteriores, inclusive um dos doutores da Igreja, Eusébio de Cesareia, que viveu nos séculos III a IV de nossa era, e que nos diz que:

> Havendo subido ao telhado de seu palácio, Nabucodonosor foi tomado por uma inspiração divina e assim se pôs a falar: “Eu, Nabucodonosor, vos predigo, ó babilônios, a calamidade que está prestes a cair sobre vós, que nem [o deus] Bel, meu antepassado, nem a rainha Beltis conseguem convencer os fados a evitarem. Virá uma mula persa, auxiliada por vossos deuses, e trará para vós a escravidão, com seu cúmplice, um meda, orgulho dos assírios.

Isso, é claro, nada mais é que uma visão retrospectiva perfeita, projetada no grande imperador caldeu. Não obstante, ela sugere que, na época de Beroso e muito depois dela, acreditava-se que as últimas dinastias da Mesopotâmia eram dadas a insinuações da mortalidade imperial, ao sentimento de que a glória e o sonho haviam acabado – em suma, que a visão babilônica do futuro estava longe de ser otimista.

Seria maravilhoso saber se os neobabilônios também eram sujeitos às efusões de profetas do apocalipse e prenunciadores de desgraças, como os que enchem regularmente as nossas páginas de jornais hoje em dia. Sem falar, é claro, de homens desgrenhados vagando pela rua Tillazida como homens-sanduíche, com cartazes com a inscrição “O fim está próximo” – em escrita cuneiforme, é claro. Herdamos uma fração tão minúscula dos escritos babilônicos – e nenhuma no aramaico usado como língua do cotidiano – que não sabemos dizer. De qualquer modo, a conhecida relutância dos antigos em expressar suas ideias como teorias e especulações e não de forma sutil e elíptica, em termos de histórias de deuses e sagas épicas, esconde muito de sua mentalidade de nossas mentes modernas, prosaicas e com menos inclinações metafóricas.

Vez por outra, contudo, um estudioso consegue romper a nuvem do desconhecimento. Há cerca de sessenta anos, o falecido Nels Bailkey, professor da Universidade Tulane, publicou um artigo com o título provocador de “Um filósofo babilônio da história”, mostrando que o estudo intenso e a leitura rigorosa de um texto às vezes podem revelar sua mensagem subjacente. O documento em questão, à primeira vista, é uma típica história mesopotâmica dos deuses, variadamente conhecida como “O mito de Irra, o deus da peste, rei de todas as moradas” ou a “Epopeia Dibarra”. (Bailkey o datou da época de Hamurabi, ou pouco depois. Hoje os estudiosos têm certeza de que foi escrito

muito depois disso: ou no baixo assírio ou na época neobabilônica.) E, de fato, ele nada tem de típico.

O texto nos diz que um mensageiro do deus Irra-Nergal, senhor da peste e da morte e governante do mundo subterrâneo, “revelou o poema à noite [em sonho] ao autor, Kabiti-Ilani-Marduk, filho de Dabibu. Ao acordar pela manhã, ele não deixou uma só linha de fora. Tampouco acrescentou uma só linha”. Logo, isso não é poesia, mas profecia. Kabiti-Ilani-Marduk não se preocupou, como outros de sua época, simplesmente em reiterar antigas histórias e preservar lembranças do passado. Recebeu uma mensagem para a humanidade, a qual previa o futuro e, o que era mais importante, explicava-o.

O poema é longo: mais de seiscentos versos, separados em três atos. O primeiro ato conta como o deus da peste intervém no céu, contrariando uma oposição saudável, para convencer os outros deuses a deixarem seus lugares, abandonarem seus protegidos na terra e permitirem a Irra lançar uma devastação total sobre as terras da Suméria e da Acádia. Antes disso, os mesopotâmios haviam atribuído as desgraças que os atingiam com regularidade aos atos imprevisíveis de deuses caprichosos. Mas Kabiti-Ilani-Marduk apresentou a justificação de Irra em termos que, afora o nome da divindade, não pareceriam deslocados se ouvidos da boca de um profeta hebreu: “Porque eles não temeram meu nome e rejeitaram a palavra de Marduk, o príncipe, e porque têm seguido seu próprio coração, eu desafiarei o príncipe Marduk, farei com que se levante de seu trono e esmague a humanidade.” A destruição não deveria limitar-se à Babilônia, a cidade do próprio Marduk, mas ser tão vasta quanto o grande dilúvio, essa disjunção anterior da história mesopotâmica. “O mar não poupará o mar, nem o homem de Subartu ao homem de Subartu, o assírio ao assírio, o elamita ao elamita …, nem a terra à terra, a cidade à cidade, a casa à casa, o irmão ao irmão. Eles matarão uns aos outros.”

No segundo ato, após uma argumentação convincente, Irra-Nergal consegue o que quer. E desata sua fúria apavorante:

> Abri caminho, pois pegarei a estrada.
>
> Acabaram-se os dias, passou o tempo fixado. Eu comandarei.

Do sol cortarei o esplendor;
Cobrirei a lua à noite…
Dizimarei a terra e a tomarei por uma ruína.
As cidades eu destruirei e as transformarei em desertos.

A catástrofe é total. Numa passagem após outra, vemos Irra destruir as cidades, arruinar os campos, reduzir a humanidade a um refugo, varrer completamente a civilização. Ele convoca os deuses para uma reunião e se vangloria:

Calai-vos todos e ouvi minhas palavras. …
Meu coração enfureceu-se tanto que dizimei os povos…
Como quem não planta árvores frutíferas, não me canso de as derrubar.
Como o ladrão que não distingue o fiel do perverso, tiro e levo embora;
Como o leão devorador de cuja boca não se retira o cadáver.
E onde um pereceu no medo, o segundo não o orientará.

Por fim, no terceiro ato, são-nos mostrados o significado e o propósito de toda essa devastação. O mundo deve ser reconstruído, a humanidade, recuperada, as cidades, reerguidas, os campos e bosques, manadas e rebanhos, novamente tornados fecundos. Como escreveu certa vez o profeta hebreu Isaías, num contexto diferente: “Pois eis que crio novos céus e uma nova terra: e as coisas passadas não serão lembradas, jamais voltarão ao pensamento.” Na versão do vidente babilônio, Irra-Nergal ordena:

Devolverás a seus tronos os deuses da terra que se zangaram.
O deus dos rebanhos e a deusa dos grãos, tu os farás descerem sobre a terra.
Farás as montanhas trazerem seus frutos e o mar, seu tributo.
Os campos crestados, tu os farás produzir.
Os governantes terão seu pesado tributo trazido à Babilônia, de todas as cidades.
Nos templos que foram destruídos, como o esplendor do sol brilharão os in- censórios.
O Tigre e o Eufrates mandarão suas águas da abundância.

Então, para que foram todo o terror e a agonia? Terão sido inúteis? Não, insiste Kabiti-Ilani-Marduk. A devastação não foi um ato voluntarioso de

vandalismo divino. Limpar o passado permitiu ao futuro um novo crescimento. Após a destruição vem a reconstrução. Mas o que viria agora não seria a mera reconstrução de uma era dourada anterior, pois o novo mundo deveria ser melhor do que antes. O objetivo de eliminar o passado fora permitir a uma ordenação superior tomar o seu lugar. Nas palavras do professor Bailkey: “A verdadeira natureza e propósito do trabalho destrutivo de Irra-Nergal, o fato de a mudança e o progresso serem características essenciais da história humana, agora serão reconhecidos por todos, e se expressarão sob a forma de louvor ao deus a quem foi dado o papel principal no drama da história, fazendo sua aparição inicial no segundo ato sob a forma de um vilão diabólico, mas finalmente se revelando, no terceiro ato, como o herói visionário da ação inteira.”

Kabiti-Ilani-Marduk promove um conceito notável, quase darwiniano, ou até nietzschiano: o conceito de que a morte e a destruição, longe de serem inimigas da humanidade, são a força criadora positiva por trás de toda a história. De que sem elas não pode haver progresso. E de que a mudança, o progresso e a autotranscendência constante são as únicas verdadeiras tarefas da existência humana. O profeta babilônio diz a seus ouvintes: “Sim, o fim está chegando. Sim, a terra que conheceis e amais será destruída. Mas das cinzas nascerá um mundo novo e diferente, um mundo que levará o desenvolvimento da civilização a sua etapa seguinte.” Ao promover essa mensagem, Kabiti-Ilani-Marduk é fiel à confiança no futuro, à convicção mesopotâmica do desenvolvimento interminável, que se dera a conhecer pela primeira vez entre aqueles que, tantos milhares de anos antes, tinham se reunido em torno do milagroso lago de água doce dedicado a Enki, o deus do progresso, perto dos pântanos que cercavam Eridu, bem ao sul, junto ao mar meridional.

A INDEPENDÊNCIA DA MESOPOTÂMIA sobreviveu por menos de um quarto de século após Nabucodonosor. Quando ele morreu de causas naturais, depois de um reinado de 43 anos, foi sucedido por seu filho, que assumiu o nome monárquico de Amel-Marduk (Homem de Marduk) – Evil-Merodaque, na Bíblia. Dois anos de medidas políticas polêmicas levaram a seu assassinato e

substituição por Nergal-Sharu-Usur (“Ó Nergal, protegei o rei”), que os gregos chamaram de Neriglissar. Quando da morte deste, seu jovem filho Labashi-Marduk (“Não seja eu destruído, ó Marduk”) herdou o trono imperial. Mas logo foi eliminado – assassinado em mais um golpe de Estado palaciano. Um documento conhecido como Profecia Dinástica explicou que ele não conseguiu exercer a autoridade porque era jovem e não havia “aprendido a se comportar”. Não se sabe com clareza quem o matou. No trono, os conspiradores instalaram Nabu-na’id (“Nabu seja louvado”), Nabonido para os gregos, que na época devia estar no fim da meia-idade. Ele foi auxiliado por seu ambicioso filho Bel-Sar-Usur (“Bel proteja o rei”), Belsazar no Livro de Daniel.

Enquanto isso, os medas, que haviam acarretado a queda da Assíria, por sua vez tinham sido depostos como senhores do planalto iraniano por seus primos, os persas, liderados por Ciro, genro do rei meda. Ciro voltou então sua atenção para o Ocidente. Em 539 a.C., após uma breve campanha na qual cidade após cidade sucumbiu ante as forças persas, a própria Babilônia foi tomada.

Diversos relatos desse acontecimento momentoso chegaram até nós, de modo que podemos reconstituir o que ele deve ter se afigurado para aqueles que o viveram.

A queda final da Babilônia

No décimo quinto dia do mês outonal de *teshrit* (12 de outubro), na maior cidade da Terra, o tempo devia estar agradavelmente cálido e o céu, sem nuvens e azul – não mais amarelado pela areia que subia do deserto, como durante todo o verão; as primeiras rajadas hesitantes do *Ishtanu*, o vento hibernal do norte, espalhavam preguiçosamente os resíduos caídos nas passagens entre as casas e balançavam o pelo dos bandos de gatos famintos que patrulhavam as vielas e saltavam sobre cada fiapo de palha ou talo de junco soprado pela brisa.

As ruas deviam estar incomumente silenciosas e desertas nesse dia, as adegas e cervejarias, atipicamente fechadas, as praças dos mercados, estranhamente vazias, e as barracas de peixeiros e vendedoras de frutas, legumes e verduras, dobradas e encostadas em muros de tom cáqui. Os balcões de comidas prontas estariam vazios, as panelas tampadas, nenhum atendente esperando ocioso atrás delas pela freguesia. Na escola de escribas, a *Bet Thuppi*, não haveria jovens alunos entoando seus exercícios de leitura nem gritando ao receber uma vergastada firme, por causa do trabalho malfeito, do esquecimento ou do devaneio. Era um dia especial.

Mas nem toda a cidade estava em silêncio. Onde quer que parássemos, ouviríamos o burburinho que vinha do templo Esagila: o som de milhares de vozes elevadas em cânticos e celebrações, acompanhadas pelo tilintar e vibrar de centenas de instrumentos musicais. Era um dia de festa. O odor de santidade, de carne retalhada, soprava do recinto do templo, à medida que ovelhas e bois eram sacrificados às dúzias; sacerdotes e ministrantes corriam para cima e para baixo pelas escadas do zigurate Etemenanki, que dominava todas as paisagens da cidade.

As alamedas cruzadas por outras que terminavam na majestosa muralha, cheia de nichos e ameias, que margeava o porto comercial do rio Eufrates, o qual cortava a cidade em duas, também estavam desertas, e os portões da muralha não

eram vigiados por guardas nem coletores de impostos alfandegários. Foi por isso que ninguém viu que o nível do rio vinha baixando rapidamente fazia várias horas, e que agora a água não subia a mais que metade da coxa de um homem.

Os cidadãos não tardariam a saber.

De ambas as extremidades do rio, a montante e a jusante, surgiram guerreiros fortemente armados, marchando pelos baixios, a princípio um pelotão da cada vez, até perceberem que os cidadãos estavam inteiramente alheios à sua presença e chamarem os que vinham atrás para que avançassem. Mais da metade do exército chapinhou pela água, já que, antes disso, o comandante enviara a outra parte em direção à nascente, para abrir as comportas e desviar o curso do rio para o enorme reservatório escavado por ordem de uma rainha anterior para proteger a cidade das inundações da primavera. Arqueiros e espadachins subiram os degraus do cais, avançaram pelos portões do rio, espalharam-se pelas ruas e protegeram sua linha de retirada.

Diz Heródoto: “Se os babilônios tivessem sido alertados para o que Ciro pretendia, ou se houvessem notado o perigo, nunca teriam deixado os persas entrarem na cidade, mas os teriam destruído por completo, pois protegeriam todos os portões de rua que davam para o rio e subiriam nos muros que o margeavam, e com isso apanhariam o inimigo numa espécie de armadilha. Sucede, porém, que os persas os atacaram de surpresa, e por isso tomaram a cidade.”

O general Gobrias, ex-governador da província babilônica de Gutium (que ia da margem oriental do rio Tigre até a cordilheira de Zagros), havia passado para o lado persa e se tornado comandante em chefe do exército de Ciro, o Persa. Qualquer ambição que ele pudesse haver alimentado em algum momento deve ter superado, nesse dia, os seus sonhos mais delirantes. Ele havia conquistado a maior cidade da Terra, a fonte da civilização, o centro do mundo. Sem que os cidadãos sequer o notassem, no dizer de Heródoto. “Graças à vastidão do lugar, os habitantes das áreas centrais (como declaram os residentes da Babilônia) nada souberam do que estava acontecendo, muito depois de dominadas as partes externas da cidade, e, dedicados que estavam a um festejo, continuaram a dançar

e a se divertir, até tomarem conhecimento de sua captura quando já era tarde demais.” Duas semanas depois, o próprio Ciro chegou e fez o rei Nabonido prisioneiro.

Mas Heródoto nasceu cinquenta anos depois dos acontecimentos que narrou. Os que estavam efetivamente presentes na ocasião contaram histórias diferentes. Um sacerdote que servia no templo de Marduk, cronista oficial do reino de Nabonido, descreveu uma ocupação totalmente pacífica e muito bem recebida por um conjunto de cidadãos desesperados por mudanças após anos de grotesco desgoverno de um monarca escandalosamente ímpio e quase sempre ausente, o qual, de qualquer modo, havia usurpado o trono ao mandar matar seu ocupante anterior.

Ele não demonstrara o menor respeito pelo culto a Marduk, preferindo honrar Ishtar, Shamash (o deus do Sol) e especialmente Sin (o da Lua). Ausentara-se por muitos anos de sua capital, indo residir no oásis árabe de Taima, o que havia significado que a festa anual do *Akitu*, o ano-novo assírio – a mais importante data religiosa de todo o calendário, que exigia a presença e a participação do monarca, e da qual dependiam a proteção, a segurança e a sorte do Estado babilônico –, não pudera ser celebrada. Em seu lugar, ele deixara seu filho e corregente Belsazar.

Ciro, por outro lado, havia prometido devolver a Marduk seu lugar de direito nos festejos anuais e confirmado sua intenção de apoiar o culto apropriado de todos os deuses. Foi particularmente destacado para receber os louvores do cronista oficial – ao contrário do nosso invasor e ocupante do Iraque no século XXI – por haver posicionado escudeiros em volta do templo de Marduk, com seus ricos arquivos, suas bibliotecas insubstituíveis e suas antiguidades preciosas, para impedir saques e roubos no período caótico posterior à ocupação.

Ainda mais positivo a respeito do grandioso e gracioso Ciro foi o sacerdote do templo que compôs a romântica descrição versejada da conquista. Ele fez críticas contundentes a seu monarca anterior:

> Ele misturou os ritos,

confundiu os oráculos.
Ordenou o fim dos
mais importantes rituais.
Fitou as imagens sagradas do templo de Esagila
e proferiu blasfêmias.

Todos concordaram em que Ciro era um rei digno, um modelo de virtude, um devoto servo de Deus que havia capturado a cidade sagrada sem um único ato de violência.

Por outro lado, um mês depois de incorporada a cidade ao Império Persa, o muro em torno de seu portão mais vulnerável foi escolhido para restauração imediata, por causa dos danos sofridos durante a ocupação. A destruição tinha sido grande e os reparos foram dispendiosos. O recibo da empreiteira, assinado por quatro testemunhas, responde por sete semanas de trabalho:

> Nurea, filho de Bel-iqisa, da família do sacerdote Nanaia, recebeu um pagamento de 19 siclos [*aproximadamente meia libra*] de prata de Marduk-Remani, filho de Idin-Marduk, da família de Nur-Sin, por trabalhos executados no talude do Grande Portão de Enlil desde o dia 14 do mês de tebet [*18 de dezembro*] até o dia 6 do mês de adar [*27 de fevereiro*].

Ciro havia dedicado um enorme esforço à guerra psicológica. Meses antes de sua invasão – talvez até anos –, seus representantes haviam espalhado ativamente a ideia de que o rei babilônio tinha se revelado uma ameaça para seus vizinhos e um opressor de seu próprio povo; de que devia ser deposto para que se restabelecessem a liberdade e a justiça na Babilônia. Eles proclamaram a generosidade do xainxá e sua preocupação com os direitos fundamentais. Enviaram cartas sigilosas à comissão que administrava o Esagila e a seu *xatamu*, ou chefe, assegurando-lhes a firme intenção de Ciro de apoiar o culto a Marduk e a todas as outras divindades sagradas nas cidades da Mesopotâmia. Aos líderes dos povos deportados de suas terras por Nabucodonosor, confirmaram que era intenção de Ciro permitir seu retorno. Aos que integravam a corte da cidade chamada Neardeia e serviam aos filhos de Jeoiaquim, último rei legítimo de Judá, e ao grande agitador e propagandista religioso que viria a ser conhecido pela posteridade como Segundo Isaías, eles prometeram a vingança de Ciro

contra a cidade que havia humilhado Jerusalém. Foram despachados agentes para frequentar as adegas e tabernas e incitar os cidadãos insatisfeitos a abandonar sua lealdade a Nabonido e acolherem um novo governante, que restabeleceria todas as antigas tradições tão negligenciadas pelo usurpador do trono do imortal Nabucodonosor e que a todos trataria com misericórdia e justiça.

Para os babilônios de alta estirpe, como o cronista oficial que ditava a história em seu escritório no templo, a conquista de sua cidade pelo soberano persa não representava qualquer ameaça a seu estilo de vida, particularmente considerando-se as generosas garantias de Ciro. Não significava mais que outra mudança de gestão, esta muito bem-vinda. No curso de sua longa história, a terra da Suméria e da Acádia tinha sido governada por reis de muitas nacionalidades: amorreus, cassitas, elamitas, assírios, caldeus. Todos haviam assimilado a cultura mesopotâmica e se tornado mais acádios que os acádios, mais babilônios que os babilônios. Agora, o trono seria ocupado por um monarca de etnia persa. Que diferença isso poderia fazer? Não poderia deslocar o país de sua posição – como mostravam os mapas –, bem no centro do Universo, nem anular seu papel de maior máquina de progresso que a história já havia conhecido.

Se realmente pensou assim, o cronista oficial estava enganado. A perda de confiança no futuro da Mesopotâmia, inicialmente notada na época dos assírios, reenfatizada na paixão neobabilônica pela Antiguidade e abertamente expressa por Kabiti-Ilani-Marduk, indicou que havia uma verdadeira mudança a caminho. Pela primeira vez na história, os novos monarcas do reino optaram por não situar sua capital na Babilônia, contentando-se, antes, em governar com base em suas terras natais de origem, ou seja, em Pasárgada, Ecbatana (a moderna Hamadã), Persépolis (a moderna Takht-e-Jamshid) e Susa, antes a cidade mais importante do antigo inimigo da Mesopotâmia, o Elam. De algum modo, a Babilônia havia perdido seu antigo fascínio, irresistivelmente glamoroso.

ENTÃO, SERÁ POSSÍVEL DIZERMOS que foi aí que chegamos ao fim da civilização mesopotâmica? Ao fim da grande curva de desenvolvimento iniciada quase 3

mil anos antes, nas ricas terras aluviais em torno da margem setentrional do golfo Pérsico, que dera origem às primeiras experiências de construção de impérios sob o domínio de Sargão de Acádia, e de planejamento central no reinado de Shulgi de Ur, que chegara ao auge nos tempos de livre iniciativa da antiga Babilônia e que tivera sua última grande expansão, modelo do Estado imperial moderno, sob o governo assírio?

Na verdade, não. Uma tradição de mais de 2 mil anos não desaparece da noite para o dia, nem em um ano, uma década, ou mesmo um único século. Durante um longo período, entre os muitos povos do que havia sido o Império Neobabilônico, os negócios continuariam a prosperar, os deuses continuariam a ser servidos e louvados, o firmamento continuaria a ser observado, os presságios a ser lidos, os antigos textos a ser estudados e as cidades a ser tomadas por multidões multinacionais, multilíngues e multiculturais de anatolianos, egípcios, gregos, judeus, persas e sírios.

Embora a Mesopotâmia tenha sido reduzida à condição de mera província – apesar de conservar o nome ainda prestigioso de Assíria – num império que já então se estendia por mais de 10,3 milhões de quilômetros quadrados, os persas nunca fizeram qualquer tentativa de substituir as tradições de seus súditos provincianos pelas deles próprios. Como poderiam fazê-lo, quando, por comparação, sua cultura era tão parca e tão breve a sua história? Na verdade, o trânsito se deu principalmente no sentido inverso. Os persas adotaram uma forma de grafia cuneiforme para criar inscrições em sua própria língua, antes não escrita; empregaram o acádio babilônico para fins acadêmicos e formais; e adotaram o aramaico mesopotâmico – que desde então seria conhecido como aramaico imperial persa – como linguagem da diplomacia e do comércio, inclusive na terra natal persa.

Todavia, os babilônios estiveram longe de ser o único povo do qual os novos governantes da Ásia ocidental tomaram empréstimos para enriquecer sua civilização. Sua arquitetura fornece provas abundantes de que artesãos oriundos do outro lado do vasto Império Persa foram empregados para embelezar suas cidades: babilônios, assírios, anatolianos, egípcios, gregos e artífices de todas as

outras nações aparecem em detalhes requintados, levando presentes, nos painéis esculpidos que embelezaram as construções de pedra da nova capital cerimonial dos persas, Persépolis. A famosa inscrição autobiográfica de Dario, o Grande, em Behistun, que detalhou sua batalha pelo trono e forneceu a chave para a decifração da escrita cuneiforme, foi ilustrada por baixos-relevos de inspiração provincial assíria, mas redigida em persa antigo, babilônico e elamita, a língua dos governantes anteriores das terras iranianas. Os persas dispuseram de um vasto sortimento na escolha de seus mentores.

É que a tomada da Babilônia dos assírios havia mascarado uma mudança importantíssima na ecologia da civilização antiga: a Mesopotâmia já não estava sozinha como luminoso guia do desenvolvimento num mundo de bárbaros. De todos os cantos do mundo, novas culturas questionavam o lugar central da Babilônia na história do progresso. Outros Estados próximos haviam alcançado o líder e desenvolviam rapidamente sua receita de desenvolvimento civilizado, em particular os gregos, cuja visão de mundo, do Universo e tudo o mais, havia partido de uma perspectiva muito diferente e, a contar do século VIII a.C., conduziu-os por um caminho muito diferente.

O contraste entre os modelos persa e grego de sociedade levou sem demora ao conflito, primeiro intelectualmente, nos textos, com os autores gregos instaurando a organização política persa como o eterno arquétipo futuro do despotismo oriental, e depois fisicamente, no campo de batalha. O conflito prosseguiu durante toda a existência do Império Persa – pouco mais de dois séculos. As partes em disputa tinham uma equiparação próxima demais para que qualquer delas obtivesse uma vitória fácil sobre a outra.

Assim como tinha sido necessária a chegada de amorreus incultos para estabelecer o Primeiro Império Babilônico, e a de rudes imigrantes arameus para criar a grande Assíria, foi preciso surgirem a energia e a engenhosidade bárbaras de um novato no poder grego, o reino da Macedônia, para que finalmente a balança se inclinasse e se obtivesse uma vitória decisiva para o estilo de vida helenístico grego. Alexandre da Macedônia, cognominado “o Grande” justamente por essas vitórias, prevaleceu nas batalhas de Isso e Gaugamela,

expulsando Dario III, rei da Pérsia, do coração de seu reino para encontrar a morte no gume da faca de um parente. Alexandre marcou esse momento histórico transformando nas cinzas de um incêndio a gloriosa Persépolis, por instigação, ao que nos diz o autor Diodoro da Sicília, de uma cortesã ateniense.

SE TIVÉSSEMOS DE ESCOLHER uma data para marcar o momento em que a primeira metade de toda a história terminou e teve início a segunda metade, em que a ideia original de como deveria viver a humanidade urbana foi suplantada por uma visão nova e diferente, em que a primeira civilização de todos os tempos, que se expressava numa escrita cuneiforme, foi superada por uma segunda civilização, que se expressava por meio de alfabetos (e no final da qual nós mesmos vivemos), essa data seria 1 de outubro de 331 a.C.

É claro que, repetindo o que já foi dito, os venerandos estilos de vida não desaparecem da noite para o dia. Ao representarmos a curva de uma civilização num gráfico, a linha traçada que representa, digamos, sua vitalidade no correr do tempo, como quer que esta seja medida, constatamos que primeiro a curva em forma de sino se eleva aos poucos da linha basal e, em seguida, tem uma ascendência cada vez mais íngreme até o ponto mais elevado; depois, a curva desce, primeiro de forma abrupta, depois com lentidão cada vez maior, até desaparecer muito gradativamente no nada. Quando uma civilização cede lugar a outra, seus gráficos se superpõem, muitas vezes ao longo de séculos, coincidindo o declínio de uma com a ascensão da outra. E foi o que se deu neste caso.



“Depois que a realeza desceu do céu, a realeza ficou em Eridu”: o Prisma de Weld-Blundell com a inscrição da Lista dos Reis Sumérios, redigida por um escriba anônimo na cidade de Larsa, na Babilônia, em *c.*1800 a.C.



“Vitorioso em nove batalhas num único ano”: Estela da Vitória do rei Naram-Sin, comemorativa da derrota imposta por ele aos lulubi, um povo montanhês, por volta de 2200 a.C.



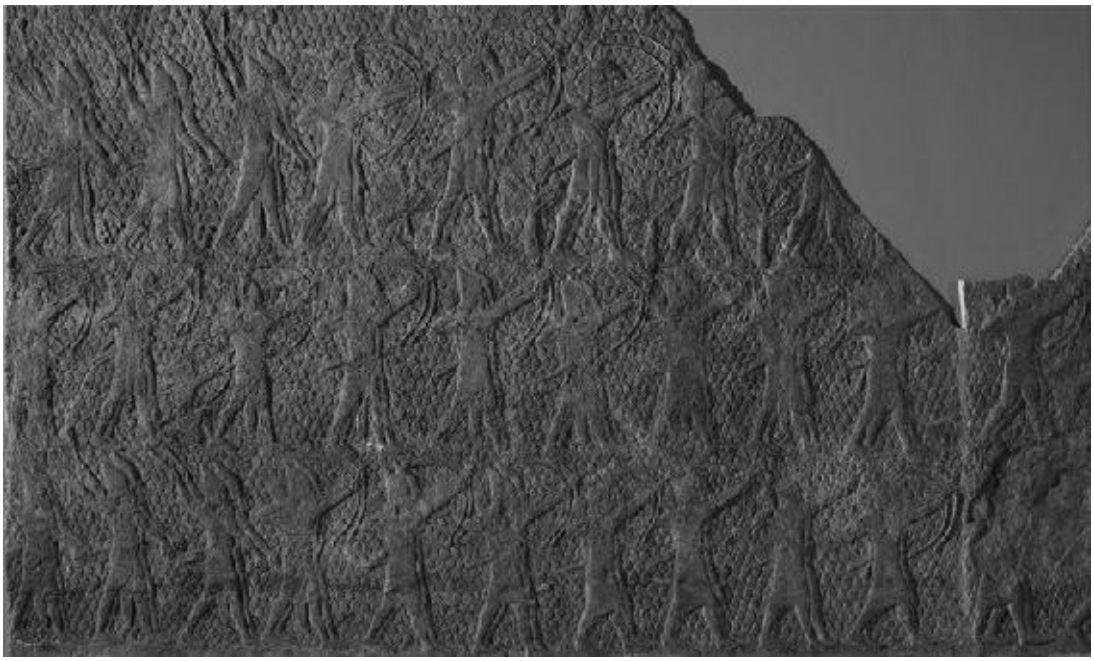
“Os ossos de seus acompanhantes foram espalhados pela planície”: fragmento da chamada Estela dos Abutres, assim denominada por causa dessas aves carniceiras entalhadas num dos lados. A estela comemorou a vitória do rei Eanatum de Lagash sobre o rei Enakale de Umma, em *c*.2500 a.C.



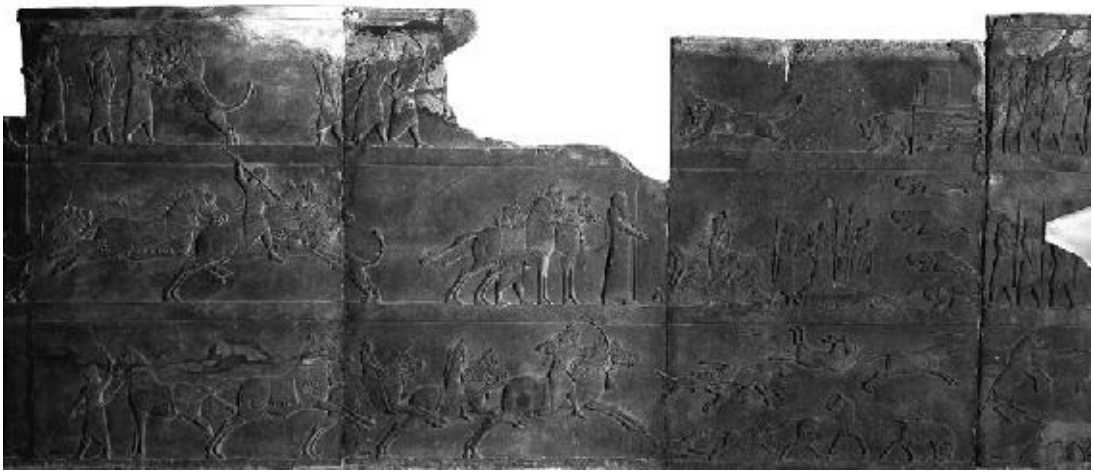
“Possa o oprimido que tem uma disputa legal comparecer diante desta minha imagem, como rei que sou da justiça”: do preâmbulo do código legal de Hamurabi. A parte superior do monumento mostra Shamash, o deus do Sol, padroeiro da justiça, e o rei Hamurabi, da Babilônia (que governou *c*.1700 a.C.). Esse monumento foi saqueado da cidade de Sipar e levado para Susa, em Elam, onde foi encontrado por arqueólogos franceses em 1901.



A Festa no Jardim: mural do Palácio do Norte, em Nínive, descoberto por Austen Henry Layard em meados do século XIX, que mostra o rei assírio Assurbanipal e sua rainha, Assur-sharrat, jantando no jardim em alguma ocasião de *c*.645 a.C., com a cabeça do rei de Elam pendurada numa árvore.



Lançando projéteis por cima da cabeça dos soldados de infantaria: arqueiros e fundibulários assírios em ação no cerco da cidade judaica de Láquis, em 701 a.C. De um painel escultórico do Palácio de Senaqueribe, em Nínive – de acordo com o rei, um “palácio sem rival”.



Caça ao leão: caçadores assírios, de um painel escultórico do século VII a.C. no Palácio de Senaqueribe, em Nínive. Os cavaleiros assírios combatiam sentados numa manta, presos apenas pela sambarca, pela cilha e pela retrança.



Sem selas nem estribos: detalhe do mural acima.

Portanto, muito antes de suas tradições milenares desaparecerem por completo, os mesopotâmios já tinham iniciado a introdução delas num mundo inteiramente novo, com novas cidades helênicas surgindo em toda parte, com novos tipos de prédios públicos em construção febril – templos com colunatas, basílicas, ginásios –, com uma população espantosamente cosmopolita – persas, indianos, gregos, egípcios e judeus num convívio estreito com babilônios, assírios, armênios e citas – e com classes inteiramente novas de pessoas, sem qualquer equivalente na antiga ordem mundial: empresários suspeitos, aventureiros carismáticos, mercenários, pensadores e escritores independentes, sacerdotes autônomos, revolucionários religiosos.

Contudo, embora o velho estilo de vida das cidades antigas ainda perdurasse, a mudança era inevitável. Em seu livro *Babylonians*, Gwendolyn Leick nos diz que:

> A maioria dos documentos desse período diz respeito à venda de escravos e às vendas de terras e de escritórios de templos, sendo estas últimas, ao que parece, uma forma sumamente lucrativa de

investimento de capital. Entretanto, quando as autoridades gregas decidiram tributar essas atividades, começando, inicialmente, pelas vendas de escravos, a administração do templo não mais se encarregou de registrar essas transferências, e os novos registros foram escritos em materiais mais perecíveis, como o papiro. O babilônio deixou de ser falado no uso cotidiano e a aprendizagem da escrita cuneiforme tornou-se cada vez mais especializada, para lidar com assuntos de astronomia e adivinhação. Os que praticavam essas artes eram conhecidos no Ocidente como caldeus – magos e astrólogos pertencentes a algumas famílias destacadas de escribas. As últimas tabuletas cuneiformes datam do século I d.C. e versam sobre observações astronômicas.

É apropriado que esses últimos registros cuneiformes tenham vindo de Uruk, onde tivera início a longa e brilhante história da invenção da civilização, quase 3 mil anos antes, quando seus princípios, o *Me*, foram levados de Eridu para lá.

Não devemos sucumbir à impressão de que, nesse momento, tudo se perdeu; de que, quando as cidades antigas finalmente afundaram sob as areias da era subsequente, suas realizações se reduziram a nada; à crença em que seus povos, nas palavras do Eclesiástico, “dos quais não se tem lembrança, que pereceram como se nunca houvessem existido, tornaram-se como se nunca tivessem nascido, eles e seus filhos”. Isso porque a nova civilização introduzida pelos conquistadores macedônios nunca foi puramente grega. O helenismo era uma cultura profundamente sincrética, que tomava muitos empréstimos do antigo, além de introduzir o novo. Sobretudo ali, na Mesopotâmia, o helenismo sempre foi uma mistura complexa das culturas grega, assíria e persa. O maior legado helenista ao mundo, o cristianismo, brotou de muitas fontes: judaísmo mesopotâmico, paganismo helênico e zoroastrismo iraniano.

Ideias, temas literários, concepções filosóficas, formas musicais, astronomia e astrologia, medicina e matemática assírios e babilônicos viajaram para o Ocidente durante muito tempo, para se incorporarem às fundações da nova civilização alfabética. E, já que se pode fazer uma boa defesa da tese de que, apesar das muitas alterações posteriores na mestria política, a cultura helenística sobreviveu – a rigor, sobreviveu magnificamente – através dos tempos macedônios, selêucidas, romanos e partas, acabando por se transformar na civilização bizantina, a qual, decorridos tantos séculos, ainda exibia um reflexo distante do modelo assírio original de dominação imperial estabelecido por Tiglat-Pileser no século XII a.C., poderíamos até dizer, apenas com ligeira

tendenciosidade, que o estilo de vida mesopotâmico durou, de um modo ou de outro, até 1453, quando Maomé II, o Conquistador, finalmente capturou Constantinopla para o Império Otomano. Ou mesmo – já que os otomanos herdaram tanto dos bizantinos – que durou até a fundação do Estado secular modernista da Turquia, na década de 1920.

Então, o que aprendemos com a longa saga que acompanhamos desde seus primórdios, antes de 4000 a.C., até quase o presente? Que ela tem contornos e forma singulares.

Cesare Marchetti, um analista de sistemas italiano, numa vida inteira de trabalho, produzindo ensaios e artigos brilhantemente formulados, mostrou que a matemática estatística pode ser aplicada a dados sociais, em particular algumas equações originalmente desenvolvidas na década de 1920 para fornecer o modelo da relação entre as cifras populacionais de uma espécie predadora e os de sua presa. Marchetti usou-as com sucesso para mostrar que fenômenos tão díspares quanto a disseminação da peste em Londres, a história da Igreja católica, a força numérica do Exército britânico e até a produção criativa de toda uma série de pintores, escritores, músicos, cientistas e inventores coadunavam-se com padrões matemáticos previsíveis. Por meio disso, ele pôde demonstrar, por exemplo, que ao morrer, aos 35 anos de idade, Mozart provavelmente já havia composto quase tudo que escreveria se tivesse uma vida mais longa. Talvez zombemos disso – até nos lembrarmos de que Rossini também havia concluído toda a obra de sua vida aos 37 anos, embora tenha vivido até a avançada idade de 76.

Ao aplicar sua descoberta a fenômenos de longo prazo, como a ascensão e decadência dos impérios, Marchetti constatou que também neles a matemática funcionava de maneira esplêndida: “O fato de o crescimento de um império seguir uma única … equação, durante centenas de anos, sugere que o processo inteiro está sob controle de mecanismos automáticos, muito mais que dos caprichos de um Napoleão ou um Gêngis Khan.” Os resultados de Marchetti oferecem a instigante possibilidade de que, acompanhando a ascensão e queda

da civilização mesopotâmica, aprendamos alguma coisa sobre as leis naturais que moldam todas as civilizações, inclusive a nossa.

Mas os resultados de Marchetti dependiam da coleta de grandes conjuntos de dados. Por exemplo, ele calculou sua curva de Mozart colocando num gráfico a soma cumulativa das obras do compositor no cotejo com os anos de composição delas, ao passo que sua investigação da vitalidade da Igreja católica dependeu da história bem-documentada, com datas e números, da canonização de santos e da construção de catedrais. Até agora, nenhum estudioso abordou o problema de selecionar e acumular algo que se aproxime de ser um conjunto suficiente de dados para aplicar os princípios e processos de Marchetti à época da antiga Mesopotâmia.

Mas, se Marchetti tem razão, se a ascensão e queda das civilizações também seguem leis matemáticas previsíveis, estas devem aplicar-se igualmente à nossa civilização.

Isso deve dar-nos o que pensar, pois também vivemos no fim de uma era. Muitas características do nosso tempo fazem lembrar vivamente os últimos séculos dos impérios Assírio e Neobabilônico. Nossa sociedade também dá claros sinais de perda de confiança no futuro: uma obsessão com o passado, um entusiasmo voraz pela preservação e conservação, uma paixão pela cultura museológica, pela genealogia e pela história – dos quais este próprio livro talvez constitua um exemplo. Sabemos que o estilo de vida da segunda metade de toda a história, baseado como é na exploração irrestrita dos recursos terrestres, não é sustentável para sempre. Reconhecemos que o mundo não poderá sobreviver se todos os camponeses indianos e chineses aspirarem ao estilo de vida do Ocidente abastado. Compreendemos que o aumento populacional contínuo, no ritmo exponencial do presente, com certeza devastará o planeta. E também percebemos que a civilização alfabética de 2.500 anos, que fez de nós o que somos, está sendo seriamente questionada, pela primeiríssima vez, pelos movimentos iniciais de uma nova revelação – o que talvez possamos chamar de Civilização Digital, iniciada com a máquina criada por Hollerith na década de 1890 para fazer o recenseamento. Como disse, por volta de 2000 a.C., o compositor do “Lamento

pela destruição da Suméria e de Ur”: “Quem já viu um domínio da realeza que tenha precedência para sempre? O domínio da realeza foi realmente muito longo, mas estava fadado a se esgotar.”

Se é assim, talvez possamos tirar algum consolo da moral originalmente extraída pelo filósofo Kabiti-Ilani-Marduk, autor do “Mito de Irra, o deus da peste”, lá nos tempos assírio-babilônicos: a ideia de que o nosso é um mundo em que o declínio, o colapso e a destruição sempre pressagiam algum tipo de renascimento; de que, sem eliminar o velho, o novo não pode nascer. E de que, em meio a todos os altos e baixos, nada de realmente valioso se perde em caráter permanente, mesmo que seus criadores possam estar esquecidos há muito tempo. Quando nossa civilização, talvez mais cedo, talvez mais tarde, estiver enfim agonizando na sarjeta, alguns de nós ainda estaremos olhando, como os antigos mesopotâmios nos ensinaram a fazer, para as estrelas.

Leitura adicional

Quando pela primeira vez comecei a explorar a história da antiga Mesopotâmia, busquei orientação acadêmica. Disseram-me: “Você poderia começar por J.N. Postgate, sobre os primórdios da Mesopotâmia, e depois examinar os livros recentes de Marc van de Mieroop, onde há muita bibliografia para ajudá-lo.” É impossível fazer uma sugestão melhor.

A History of the Ancient Near East, ca. 3000-323 BC, de Marc van de Mieroop, professor de história do Antigo Oriente Próximo da Universidade Columbia, foi publicado pela Blackwell em 2004, com uma segunda edição em 2007. Longe de ser um árido compêndio acadêmico, trata-se, ao contrário, de uma narrativa muito acessível, que deve figurar como a obra-padrão nesse campo para o leitor leigo, ao lado de um livro hoje ligeiramente ultrapassado: *Ancient Iraq*, de Georges Roux, um estudioso independente, cuja terceira edição foi publicada pela Penguin em 1992. Para a mais ampla perspectiva possível – embora ainda atrasados em relação às descobertas arqueológicas mais recentes, e talvez sobrecarregados por um sistema idiossincrático de notas de rodapé –, vejam-se os três primeiros volumes da segunda edição de *The Cambridge Ancient History*.

Para uma história cultural, econômica e social, o livro *Early Mesopotamia: Society and Economy at the Dawn of History*, de J.N. Postgate, que na época lecionava estudos mesopotâmicos na Universidade de Cambridge, publicado pela Routledge em 1994, ainda é insuperável, embora não abarque o período inteiro. Para uma exposição completa, desde os primórdios até o fim da Mesopotâmia independente, acrescente-se o erudito *The Ancient Mesopotamian city*, de Marc van de Mieroop, numa edição em brochura publicada pela Oxford University Press em 1999, e o simpático *Mesopotamia: the Invention of the City*,

de Gwendolyn Leick, uma estudiosa independente e guia turística cultural, publicado pela Penguin em 2002.

A história da arte suméria é exposta em sua plenitude no maravilhoso *Sumer: the dawn of art*, um volume da série Arts of Mankind da editora francesa Gallimard, com edição inglesa da Thames and Hudson. Apesar de lançado ainda em 1960, suas ilustrações magníficas e o texto de André Parrot, na época curador-chefe dos museus nacionais da França e um dos diretores do Louvre, fazem dele um recurso indispensável para o estudo da escultura e da pintura da antiga Mesopotâmia.

Outros detalhes sobre minhas fontes aparecerão na seção seguinte. Note-se que muitos itens estão hoje disponíveis na internet, em parte ou no todo, embora algumas coleções de publicações exijam pagamento antecipado ou a inscrição de uma biblioteca participante. Uma busca perseverante os localizará prontamente.

Notas bibliográficas

1. Lições do passado: uma introdução

Diversos autores escreveram sobre Saddam Hussein e seu interesse em se apresentar como sucessor dos monarcas da antiga Mesopotâmia, em especial uma experiente redatora do *New York Times*, Elaine Sciolino, *The Outlaw State: Saddam Hussein's Quest and the Gulf crisis* (John Wiley, 1991), e John Simpson, *The Wars Against Saddam: Taking the Hard Road to Baghdad* (Macmillan, 2003).

A afirmação de Saddam Hussein de ter recebido ordens de Deus para invadir o Kuwait é citada em Umangh Harkhu, "Does history repeat itself?: The ideology of Saddam Hussein and the Mesopotamian era", *Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies*, 33 (2005). O relato da inspiração divina de George Bush apareceu num documentário de Norma Percy, Mark Anderson e Dan Edge intitulado *Elusive Peace: Israel and the Arabs* e transmitido pela BBC em 10, 17 e 24 out 2005. A crítica de Dan Cruickshank à restauração da Babilônia feita por Saddam encontra-se em "Letter from Baghdad", *Architectural Review*, mar 2003.

A história da descoberta de um desconhecido rei de Uruk num cone de argila esquecido é narrada na *University of Minnesota College of Liberal Arts Newsletter* (2008), a consultar na internet em http://cla.umn.edu/discoveries/language.php?entry=138909. O professor finlandês Simo Parpola sugeriu que os sumérios teriam alguma relação linguística com os falantes de línguas uralianas como o finlandês e o húngaro, que se originaram, acredita ele, na região do norte do Cáucaso.

Os versos de Owen Seaman intitulados "On the Instability of Things" foram publicados na revista *Punch*, edição de 18 jul 1923.

2. A realeza desce do céu: a Revolução Urbana

Os relatórios de expedições arqueológicas à antiga Eridu dos quais faço citações podem ser encontrados em H.V. Hilprecht, *Explorations in the Bible Lands during the 19th Century*, originalmente publicado em 1903; e em H.R. Hall, "The Excavations of 1919 at Ur, el-'Obeid, and Eridu, and the History of Early Babylonia", publicado em *Man: Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 25 (jan 1925). Uma excelente descrição atualizada da descoberta das muitas camadas de habitação de Eridu encontra-se em Gwendolyn Leick, *Mesopotamia: the Invention of the City* (Penguin, 2002).

A observação de Colin Tudge sobre as agruras da Revolução Agrícola veio de *Neanderthals, Bandits and Farmers: How Agriculture Really Began* (Weidenfeld & Nicolson, 1998).

A tese de Anthony Donohue de que os sítios religiosos egípcios estariam em locais em que as pessoas viam imagens de suas divindades em características da paisagem foi publicada como "The Goddess of the

Theban Mountain", *Antiquity*, 66 (1992).

A sugestão de que um meteorito poderia ter caído na região pantanosa do sul da Mesopotâmia foi formulada em S. Master, "A Possible Holocene Impact Structure in the Al'Amarah Marshes, near the Tigris-Euphrates confluence, Southern Iraq", *Meteoritics and Planetary Science*, 36 (2001).

Colin Renfrew expôs suas ideias sobre as ligações entre a cultura e a realidade social em *Prehistory: the Making of the Human Mind* (Weidenfeld & Nicolson, 2007).

Thorkild Jacobsen descreveu as origens do Capricórnio de Eridu em *Towards the Image of Tammuz and Other Essays on Mesopotamian History and Culture* (Harvard University Press, 1970).

A passagem iniciada por "Enki, o senhor da abundância" vem da epopeia *Enmerkar and the Lord of Aratta*, traduzida por S.N. Kramer e J.R. Maier em *Myths of Enki, the Crafty God* (Oxford University Press, 1989).

Uma lista mais completa do *Me* é fornecida por Diane Wolkstein e Samuel Noah Kramer em *Inanna, Queen of Heaven and Earth: Her Stories and Hymns from Sumer* (Harper, 1983): "O pastoreio, a realeza, a sacerdotisa da princesa, a sacerdotisa da rainha divina, o sacerdote do encantamento, o sacerdote nobre, o sacerdote das libações, a verdade, a descida ao mundo subterrâneo, a ascensão do mundo subterrâneo, o *kurgarra*, a adaga e a espada, a roupa preta, a roupa colorida, soltar o cabelo, prender o cabelo, o padrão, o tremor, a arte de fazer amor, o beijo do falo, a arte da prostituição, a arte da velocidade, a arte da fala franca, a arte da fala maledicente, a arte de adornar a fala, a prostituta culta, a taberna sagrada, o santuário sagrado, a sacerdotisa sagrada do céu, o instrumento musical sonoro, a arte da canção, a arte do ancião, a arte do herói, a arte do poder, a arte da traição, a arte da franqueza, a pilhagem de cidades, a instituição de lamentações, o júbilo do coração, a falsidade, a terra rebelde, a arte da bondade, a viagem, a moradia segura, o ofício do marceneiro, o ofício do trabalhador do cobre, o ofício do escriba, o ofício do ferreiro, o ofício do trabalhador do couro, o ofício do pisoeiro, o ofício do construtor, o ofício do trabalhador de junco, o ouvido perspicaz, o poder da atenção, os santos ritos de purificação, o comedouro, o empilhar carvão em brasa, o curral de ovelhas, o medo, a consternação, o desânimo, o leão de dentes pontiagudos, o atiçamento do fogo, a extinção do fogo, o braço cansado, a família reunida, a procriação, o atiçamento da discórdia, os conselhos, o consolo, a formulação de julgamentos, a tomada de decisões."

A demografia de Oxirrinco é detalhada em Peter Parsons, *City of the Sharp-Nosed Fish: Greek Lives in Roman Egypt* (Weidenfeld & Nicolson, 2007).

Os versos que expressam o que acontece quando Inana se ausenta do mundo e descrevem a lassidão sexual da cidade encontram-se traduzidos em Stephanie Dalley, *Myths from Mesopotamia* (Oxford University Press, 1989). A história de Inana roubando o *Me* de Enki foi adaptada do poema épico *Inanna and Enki*, conforme tradução do Corpus Eletrônico de Textos de Literatura Suméria da Universidade de Oxford [Oxford University's Electronic Text Corpus of Sumerian Literature], no endereço http://etcsl.orinst.ox.ac.uk.

3. A cidade de Gilgamesh: a regra do templo

O sepultamento de Alarico, o Godo, em Cosenza, no sul da Itália, foi descrito por Edward Gibbon em *The Decline and Fall of the Roman Empire*: "Com o trabalho de uma multidão de cativos, eles desviaram à

força o curso do Busentinus, um riacho que banha as muralhas de Consentia. O sepulcro real, adornado com esplêndidos despojos e troféus de Roma, foi construído no leito vazio; depois, as águas foram devolvidas a seu canal natural." Se a história é verdadeira, é possível que o tesouro levado do templo de Jerusalém pelo general (depois imperador) romano Tito ainda venha a ser encontrado em algum lugar sob as águas do rio Busento. Uma descrição da expedição alemã organizada para investigar restos sob as águas do Eufrates é fornecida em *Geophysical Research Abstracts*, 5 (2003).

A reação de André Parrot à Dama de Uruk, também conhecida como Máscara de Warka, encontra-se em *Sumer: The Dawn of Art* (Thames and Hudson, 1960).

Robert Marett desenvolveu sua ideia de que todas as religiões primitivas envolviam um elemento de encenação em *The Threshold of Religion*, originalmente publicado em 1909.

A afirmação de G.H. Hardy de que o conhecimento científico é inútil vem de seu livro mais famoso, *A Mathematician's Apology* (Cambridge University Press, 1940).

A afirmação de Piotr Michalowski de que Uruk passou por um desenvolvimento revolucionário, e não evolutivo, foi feita em "Tokenism", publicado na *American Anthropologist*, 95 (1993).

As referências ao lápis-lazúli usado para adornar muros de cidades, templos e carros triunfais vêm dos textos de *Lugalbanda and the Anzud Bird*, *Enki's Journey to Nibru* e de *The Building of Ningirsu's Temple*.

O influente ensaio de Thorkild Jacobsen em que ele introduziu a ideia da democracia primitiva intitulou-se "Primitive Democracy in Ancient Mesopotamia", publicado no *Journal of Near Eastern Studies*, 2 (1943).

A exploração da "privação estética da não elite", de David Wengrow, foi publicada como "The Evolution of Simplicity: Aesthetic Labour and Social Change in the Neolithic Near East", *World Archaeology*, 33 (2001). Seu artigo argumentando que a civilização de Uruk foi a inventora original da logomarca é "Prehistories of Commodity Branding", *Current Anthropology*, 49 (2008). A visão do professor Andrew Sherratt (1946-2006) de que os paralelos entre o Neolítico e as Revoluções Urbana e Industrial merecem maiores estudos é citada nesse mesmo ensaio.

O relatório completo da Royal Asiatic Society sobre a decifração da escrita cuneiforme, incluindo as traduções feitas por Fox Talbot, Hincks, Oppert e Rawlinson, está disponível, no momento da redação deste livro, no endereço www.let.leidenuniv.nl/IAA/RAScuco.pdf.

O raciocínio por trás da descoberta de que, dando suporte ao sistema acádio de escrita, tinha de haver outra camada mais antiga de linguagem foi adaptado de Jean Bottéro, *Mesopotamia: Writing, Reasoning and the Gods* (University of Chicago Press, 1992).

O estudioso dinamarquês que propôs que o sumério teria sido uma língua crioula foi Jens Høyrup. Sua sugestão foi feita no artigo "Sumerian: The Descendant of a Proto-Historical Creole?", publicado em ΑΙΩΝ: *Annali del Dipartimento di Studi del Mondo Classico e del Mediterraneo Antico, Sezione linguistica, Istituto Universitario Orientale*, Nápoles, 14 (1994).

4. O dilúvio: uma cesura na história

Uma esplêndida exposição sobre a importância do dilúvio na redação da história é *Noah's Flood: The Genesis Story in Western Thought*, do professor emérito Norman Cohn (Yale University Press, 1999).

Uma lista das expedições em busca de restos da Arca de Noé encontra-se na internet em http://www.noahsarksearch.com/Expeditions.htm.

O artigo lido perante a Sociedade Geológica dos Estados Unidos em 2003, a propósito do rompimento do Bósforo pelo mar Mediterrâneo, intitulou-se "Late Glacial Great Flood in the Black Sea and Caspian Sea", de Andrey Tchepalyga, do Instituto de Geografia, Academia de Ciências da Rússia.

Uma descrição sucinta mas elucidativa sobre George Smith e suas descobertas é fornecida em Robert S. Strother, "The Great Good Luck of Mister Smith", publicado na revista *Saudi Aramco World*, jan-fev 1971. O obituário de George Smith pelo reverendo Archibald Sayce foi publicado na revista *Nature* e reproduzido na *Living Age*, 14 out 1876. Recuperei-o de http://cdl.library.cornell.edu/moa/browse.journals/livn.1876.html. As descrições do próprio George Smith sobre seu trabalho encontram-se em *Assyrian Discoveries: An Account of Explorations and Discoveries on the Site of Nineveh, during 1873 and 1874* (1875) e em *The Chaldean Account of Genesis* (1876).

O "ensaio assustadoramente brilhante" de um estudante de quinze anos é "To what extent can Sir Leonard Woolley be better described as an imperial orientalist than a scientific archaeologist?", de Jacob Gifford Head, City of London School, 2004.

As mudanças momentosas ocorridas por volta de 3000 a.C., quando a ideologia de Uruk entrou em colapso, são detalhadas em Petr Charvát, "The Kish Evidence and the Emergence of States in Mesopotamia", *Current Anthropology*, 22 (1981), e em M. Staubwasser e H. Weiss, "Holocene Climate and Cultural Evolution in Late Prehistoric-Early Historic West Asia", *Quarternary Research*, 66 (2006).

A recente expedição ao sítio de Hamoukar, na atual Síria, foi empreendida pela Universidade de Chicago e pelo Ministério de Antiguidades da Síria. Seus achados estão detalhados em "Earliest Evidence for Large Scale Organized Warfare in the Mesopotamian World", University of Chicago, comunicado à imprensa, 16 dez 2005.

O fracasso do projeto de irrigação do vale do rio Helmand, que tinha apoio dos Estados Unidos, foi descrito em Omar Zakhilwal, *The Helmand Valley Project* (Institute for Afghan Studies, 2004). Recuperei-o em: http://www.institute-for-afghan-studies.org/ForeignAffairs/us-afghan/helmand_o.htm.

A explicação do professor McGuire Gibson sobre as técnicas tradicionais de dessalinização encontra-se em "Violation of Fallow: An Engineered Disaster in Mesopotamian Civilisation", *Irrigation's Impact on Society*, Anthropological Papers of the University of Arizona (University of Arizona Press, 1974).

5. Homens grandes e reis: as cidades-Estado

Um exemplo de matérias muito divulgadas na internet sobre os ataques desferidos pelas cidades iraquianas de Al-Kut e Nassíria, uma contra a outra, encontra-se no endereço http://en.wikipedia.org/wiki/2003_invasion_of_Iraq.

Os comentários de George Barton sobre a onomástica suméria podem ser encontrados em "Religious Conceptions Underlying Sumerian Proper Names", *Journal of the American Oriental Society*, 34 (1915).

A palestra de Jean Bottéro sobre a culinária da antiga Mesopotâmia, proferida na American Oriental Society em 1987, foi publicada como "The Culinary Tablets at Yale", *Journal of the American Oriental Society*, 107 (1987). A receita de torta de ave que Bottéro conseguiu decifrar foi preparada e fotografada para uma reportagem da revista francesa *Actuel*, n.69-70 (jun-jul 1985).

As citações de "As instruções do lavrador" [*The Farmer's Instructions*] foram obtidas do Electronic Text Corpus of Sumerian Literature, http://etcsl.orinst.ox.ac.uk.

Detalhes dos antigos encanamentos sumérios são fornecidos em W. Ludwig, "Mass, Sitte und Technik des Bauens in Habuba Kabira Süd", in J.-Cl. Margueron (org.), *Actes du colloque "Le Moyen Euphrate, zone de contacts et d'échanges"* (E.J. Brill, 1980); e em E. Strommenger, "Habuba Kabira Sud 1974", in *Les Annales Archéologiques Arabes Syriennes* 25 (1975), citado em Jean-Luc Bertrand-Krajewski, *Short Historical Dictionary on Urban Hydrology and Drainage* (2006), em http://jlbkpro.free.fr/shduhdfromatoz/habuba-kebira.pdf.

O experimento para recriar a antiga cerveja mesopotâmica foi descrito por Miguel Civil, "Modern Brewers Recreate Ancient Beer", *Chicago University Oriental Institute News and Notes* (1991), e por Gregg Glaser, "Beer from the Past", in *Modern Brewery Age*, 31 mar 2003.

A canção suméria usada para acompanhar a bebida foi retirada do Electronic Text Corpus of Sumerian Literature, http://etcsl.orinst.ox.ac.uk.

As provas do professor Morris Silver sobre os mercados antigos são fornecidas em "Karl Polanyi and Markets in the Ancient Near East: The Challenge of the Evidence", *Journal of Economic History*, 43 (1983).

Petr Charvát descreve os novos-ricos sumérios em "The Kish Evidence and the Emergence of States in Mesopotamia", *Current Anthropology*, 22 (1981).

Os excertos do *Enuma Elish* foram adaptados da tradução de L.W. King em *The Seven Tablets of Creation*, publicada em 1902.

Dwight W. Young propõe que as incríveis durações dos reinados indicadas na Lista dos Reis Sumérios teriam derivado de exercícios matemáticos da escola dos escribas, em "A Mathematical Approach to Certain Dynastic Spans in the Sumerian King List", *Journal of Near Eastern Studies*, 47 (1988).

Detalhes dos cem anos da guerra entre Lagash e Umma são fornecidos em Georges Roux, *Ancient Iraq*, Mark W. Chavalas, *The Ancient Near East: Historical Sources in Translation* (Blackwell, 2006), e *The Cambridge Ancient History*, v.1, cap.13, "The Cities of Babylonia".

A descrição das pedras das fundas caindo como chuva sobre os muros de Aratta vem da epopeia que os estudiosos chamam de *Enmerkar e o Senhor de Aratta*. Outra descrição clássica da guerra feita com fundas encontra-se em Diodorus Siculus, *Bibliotheca Historica*, Livro XIX, 109. Uma análise mais detalhada dos combates com fundas pode ser encontrada em K.G. Lindblom, *The Sling, Especially in Africa* (Estocolmo: Staten Etnografsika Museum, 1940), e em http://www.lloydianaspects.co.uk/vintageSite/weapons/sling2.html.

As descrições das escavações dos túmulos reais de Ur feitas por Woolley são citadas em Richard Zettler, Lee Horne, Donald P. Hansen e Holly Pittman, *Treasures from the Royal Tombs of Ur* (University of Pennsylvania Museum, 1998), no livro de memórias do próprio sir Leonard Woolley, *Excavations at Ur* (Ernest Benn, 1954), e em Agatha Christie, *An Autobiography* (Collins, 1977).

O artigo do professor Bruce Dickson sobre os teatros da crueldade é “Public Transcripts Expressed in Theatres of Cruelty: The Royal Graves at Ur in Mesopotamia”, *Cambridge Archaeological Journal*, 16 (2006).

“O alimento do reino dos mortos é amargo, a água do reino dos mortos é salobra” é um verso da epopeia conhecida como “A morte de Ur-Nammu”.

As passagens que detalham as reformas de Urukagina foram adaptadas das *Iscrizioni Reali dal Vicino Oriente Antico*, traduzidas por Giuseppe Del Monte (Università di Pisa, Facoltà di Lettere e Filosofia, 2004), de http://history-world.org/reforms_of_urukagina.htm e de Samuel Noah Kramer, *History Begins at Sumer* (University of Pennsylvania Press, 1956).

O provérbio sobre antigos senhores, reis e avaliadores de tributos foi retirado do Electronic Text Corpus of Sumerian Literature, http://etcsl.orinst.ox.ac.uk.

6. Soberanos dos quatro cantos da Terra: a heroica Idade do Bronze

A descrição das comemorações do quinquagésimo terceiro aniversário de Saddam Hussein na revista *Time* apareceram em 21 maio 1990.

A fanfarrice de Sargão, “Qualquer rei que agora queira dizer-se igual a mim, aonde quer que eu tenha ido, ele que vá também!”, vem da exposição conhecida como *Crônica dos reis antigos*.

A estudiosa que destacou que dizer “Sobre mim mesmo e meu reino, o que acarretei?” é como declarar “Não é dos astros, caro Bruto, a culpa, mas de nós mesmos” foi Joan Goodnick Westenholz, em “Heroes of Akkad”, *Journal of the American Oriental Society*, 103 (1983).

O estudo de Paul Treherne intitulado “The Warrior’s Beauty: The Masculine Body and Self-Identity in Bronze Age Europe” foi publicado no *Journal of European Archaeology*, 3 (1995).

O “orgulhoso pescoço arqueado” do cavalo e a censura ao rei de Mari por montar um cavalo, e não uma mula, são citados em David W. Anthony, *The Horse, the Wheel, and Language: How Bronze-Age Riders from the Eurasian Steppes Shaped the Modern World* (Princeton University Press, 2007). O rei sumério que se comparou a “um cavalo estradeiro abanando a cauda” foi Shulgi, da Terceira Dinastia de Ur.

O excerto que descreve a deificação de Naram-Sin é citado em Marc van de Mieroop, *A History of the Ancient Near East*.

A “tradutora mais recente” do “Nin-me-sara” ou “Senhora de todo o *Me*”, de Enheduana, é a dra. Annette Zgoll. As possíveis interpretações diferentes dos primeiros versos são descritas em seu livro *Der Rechtsfall der En-hedu-Ana im Lied Nin-me-sara* (Ugarit-Verlag, 1997).

O selo com a inscrição “Apil-Ishtar, filho de Ilu-bani, servo do Divino Naram-Sin” foi encontrado em Chipre, na década de 1870, por um coronel da Guerra da Secessão norte-americana, arqueólogo amador e primeiro diretor do Metropolitan Museum of Art de Nova York, Luigi Palma di Cesnola.

Detalhes da lista de convidados do banquete comemorativo da compra de várias grandes propriedades por Manishtushu são fornecidos em *The Cambridge Ancient History*.

A impressão de Marc van de Mieroop de que os restos materiais do período sargônico mostram “habilidade, atenção aos detalhes e talento artístico” é declarada em seu livro *A History of the Ancient Near*

East.

Os nomes oficiais dos anos do Império Acádio são citados in J.N. Postgate, *Early Mesopotamia: Society and Economy at the Dawn of History*.

As direções sumério-acádias da bússola foram citadas com base em *The Cambridge Ancient History*.

O relatório sobre a expedição da Universidade Yale a Tell Leilan encontra-se em L. Ristvet e H. Weiss, "Imperial Responses to Environmental Dynamics at Late Third Millennium Tell Leilan", *Orient-Express* (Paris), 4 (2000). A ligação estabelecida pelo dr. Weiss entre a mudança climática e o colapso da civilização foi divulgada numa matéria do *New York Times* de 15 jul 1993. Seu artigo "Desert Storm" saiu em *The Sciences*, maio-jun 1996.

7. Ressurgimento sumério: o Estado dirigista

Os detalhes da vitória de Utu-hegal sobre os gutis vieram do texto conhecido como *A Vitória de Utu-hegal*. O texto babilônico que atribui a queda dos gutis ao fato de eles terem furtado o peixe cozido de Marduk é conhecido como *Crônica de Esagila* e também como *Crônica de Weidner*.

A irrelevância do indivíduo na antiga sociedade suméria é descrita em Marc van de Mieroop, *The Ancient Mesopotamian City*.

A comparação de Piotr Steinkeller entre a economia de Ur III e os arranjos do antigo bloco soviético foi extraída de "Towards a Definition of Private Economic Activity in Third Millennium Babylonia", in Robert Rollinger e Christoph Ulf (orgs.), *Commerce and Monetary Systems in the Ancient World: Means of Transmission and Cultural Interaction* (Franz Steiner Verlag, 2004).

O sistema *bala* da Terceira Dinastia de Ur é descrito em Tonia M. Sharlach, *Provincial Taxation and the Ur III State*, *Cuneiform Monographs*, v.26 (E.J. Brill, 2004).

O aprisco estatal perto de Lagash é descrito em *The Cambridge Ancient History*. O documento que descreve a dívida de trabalho do capataz de uma turma de 37 mulheres que trabalhavam com cereais é detalhada por Robert K. Englund, da Universidade Livre de Berlim, em "Hard Work – Where Will It Get You? Land Management in Ur III Mesopotamia", *Journal of Near Eastern Studies*, 50 (1991).

A análise de Wolfgang Heimpel sobre os registros administrativos do "parque industrial" de Girsu intitula-se "The Industrial Park of Girsu in the Year 2042 B.C.: Interpretation of an Archive Assembled by P. Mander", *Journal of the American Oriental Society*, 118 (1998).

A descrição da padronização dos pesos e medidas em Ur III vem do preâmbulo do código legal de Ur-Namu.

A descrição do julgamento por homicídio em que uma mulher foi acusada de não ter informado às autoridades o assassinato do marido foi adaptado de Marc van de Mieroop, *The Ancient Mesopotamian City*, citando Thorkild Jacobsen, "An Ancient Mesopotamian Trial for Homicide", *Analecta Biblica*, 12 (1959), tradução baseada em J.N. Postgate, *Early Mesopotamia*. A tradução alternativa, na qual a mulher foi absolvida, encontra-se em N. Kramer, *History Begins at Sumer* (University of Pennsylvania Press, 1956).

Diz o artigo 103 da Constituição de 1936 dos Estados da União Soviética: "Os assessores do povo funcionam como 'juízes leigos', com o poder de decidir sobre a culpa ou inocência, mas têm também todos

os direitos e poderes do juiz profissional, inclusive o direito de examinar todos os documentos da investigação, convocar e interrogar testemunhas, examinar provas, determinar a punição e conceder indenizações." Ver Gordon B. Smith, *Reforming the Russian Legal System* (Cambridge University Press, 2008).

A preocupação de Trótski com as consequências da morte de Lênin é citada em Nina Tumarkin, *Lenin Lives!: The Lenin Cult in Soviet Russia* (Harvard University Press, 1997). O poema de A.O. Avdienko em louvor a Stálin – "Tu, que trouxeste o homem à luz, tu, que fecundas a terra" – é citado em Martin McCauley, *Stalin and Stalinism* (Longman, 2003). O poema em louvor ao rei Shulgi, "Hymn Shulgi B", foi obtido no Electronic Text Corpus of Sumerian Literature, http://etcsl.orinst.ox.ac.uk. A exigência de Stálin de que houvesse arranha-céus em Moscou é atribuída pela Wikipédia a Хмельницкий, Дмитрий, 'Сталин и архитектура', гл.11, citando Dimitry Khmelnitsky, "Stalin and Architecture", disponível no site http://www.archi.ru.

A semelhança entre o estilo vernáculo de construção no Iraque moderno e seus antecedentes sumérios é descrita em Raymond P. Dougherty, "Survivals of Sumerian Types of Architecture", *American Journal of Archaeology*, 31 (1927).

A referência de Woolley a Jacó, neto de Abraão, sonhando com anjos que subiam e desciam o zigurate de Ur e seu elogio à sutileza da arquitetura do zigurate encontram-se em sir Leonard Woolley, *Excavations at Ur* (Ernest Benn, 1954).

A descrição da corrida de ida e volta do rei Shulgi entre Nipur e Ur vem do "Hymn Shulgi A", obtido no Electronic Text Corpus of Sumerian Literature, http://etcsl.orinst.ox.ac.uk. As ultramaratonas modernas são descritas em Deane Anderson Lamont, "Running Phenomena in Ancient Sumer", *Journal of Sport History*, 22 (1995).

A descrição feita pelo general Sharrumbani de sua construção da muralha chamada Muriq-Tidnum, "a que rechaça os tidnum", e o relato do general Ishbi-Erra sobre a impossibilidade de levar cereais para Ur foram extraídos de Mark W. Chavalas, *The Ancient Near East, Historical Sources in Translation* (Blackwell, 2006).

A descrição da destruição de Ur por Elam foi extraída do texto conhecido como *Lamento pela cidade de Ur*. A inevitabilidade do fim da realeza em Ur vem do *Lamento pela destruição da Suméria e de Ur*.

A condenação dos bárbaros martus é citada em Georges Roux, *Ancient Iraq*. A identificação dos amoritas com os ancestrais dos hebreus, feita pelo professor William Hallo, é pormenorizada na *Encyclopedia Judaica*, no verbete sobre a Mesopotâmia.

8. Antiga Babilônia: o apogeu

O livro de Peter Ackroyd, *London: A Biography*, foi publicado em 2000.

The Itinerary of Benjamin of Tudela, Critical Text, Translation and Commentary, de Marcus Nathan Adler, foi publicado pela Oxford University Press em 1907.

Uma longa reportagem sobre a descoberta de fragmentos de diorito encontrados no subsolo da rua Knightrider, "da época do mais antigo reino babilônico até hoje conhecido", assinada por Morris Jastrow Jr., saiu no *New York Times* de 11 jan 1891.

A carta do funcionário do palácio de Mari iniciada por “Nenhum rei é verdadeiramente poderoso apenas por si”, a queixa do governante de Qatna ao rei de Ekallatum e a descrição da personalidade do rei Zimri-lin, tal como revelada em suas cartas, foram retiradas de Jack M. Sasson, “The King and I: A Mari King in Changing Perceptions”, discurso presidencial perante a American Oriental Society, Miami, 1997. As críticas de Shamshi-adad a seu filho caçula aparecem em Marc van de Mieroop, *A History of the Ancient Near East*, e em Georges Roux, *Ancient Iraq*.

As instruções sobre como encontrar o caminho para uma dada casa em Ur, “Você deve entrar pelo Grande Portão…”, são citadas em Adam T. Smith, *The Political Landscape: Constellations of Authority in Early Complex Polities* (University of California Press, 2003).

Detalhes das atividades comerciais de Dumuzi-Gamil aparecem em Marc van de Mieroop, *Society and Enterprise in Old Babylonian Ur* (Dietrich Reimer Verlag, 1992), citado em William N. Goetzmann, *Financing Civilisation*, http://viking.som.yale.edu/will/finciv/chapter1.htm.

O excerto do *curriculum vitae* de um escriba babilônio recém-formado foi extraído de Jean Bottéro, in Jean Bottéro, Clarisse Herrenschmidt e Jean-Pierre Vernant, *Ancestor of the West: Writing, Reasoning, and Religion in Mesopotamia, Elam, and Greece*, traduzido por Teresa Lavender Fagan (University of Chicago Press, 2000).

Os excertos da história chamada “Dias de aula”, no texto de seu primeiro tradutor, Samuel Noah Kramer, foram adaptados de Steve Tinney, “Texts, Tablets and Teaching: Scribal Education in Nippur and Ur”, *Expedition*, 40 (1998). A queixa do pai de que seu filho dava muito pouco valor a sua educação foi adaptada do texto conhecido como “O escriba e seu filho perverso”, citado em Karen Rhea Nemet-Nejat, *Daily Life in Ancient Mesopotamia* (Greenwood Press, 1998).

O problema dado aos estudantes babilônios, iniciado por “Com um volume de terra igual a 90, capturarei a cidade hostil a Marduk”, foi adaptado de J.N. Postgate, *Early Mesopotamia: Society and Economy at the Dawn of History*.

O matemático moderno que sugeriu que a abordagem babilônica dos problemas de matemática seria familiar para quem se lembra das aulas antiquadas de álgebra do curso secundário foi Asger Aaboe, em *Episodes from the Early History of Mathematics* (Mathematical Association of America, 1997).

Os exemplos de partos anormais vistos como presságios são de Morris Jastrow Jr., *Babylonian-Assyrian Birth-Omens* (Alfred Töpelman Verlag, 1914).

As instruções do rei de Mari de manter a sra. Nanname longe de outras pessoas, por causa de sua doença infecciosa, foram retiradas de Karen Rhea Nemet-Nejat, *Daily Life in Ancient Mesopotamia* (Greenwood Press, 1998). Os autores da coleção de textos de medicina da Babilônia publicada em 2005 contaram sua história a William Mullen em “Assyrian and Babylonian Medicine Was Surprisingly Advanced”, *Chicago Tribune*, 24 out 2005.

9. Império de Assur: colosso do I milênio

O livro magistral de Henry W.F. Saggs, *The Might That Was Assyria*, foi publicado pela editora Sidgwick & Jackson em 1984.

As ideias meio controvertidas de Simo Parpola sobre a transmissão das crenças e filosofias assírias ao misticismo judaico, cristão e oriental são enunciadas na introdução de *Assyrian Prophecies, State Archives of Assyria*, v.9 (Helsinki University Press, 1997). As críticas rigorosas de Jerrold Cooper às ideias do professor Parpola foram publicadas como "Assyrian Prophecies, the Assyrian Tree, and the Mesopotamian Origins of Jewish Monotheism, Greek Philosophy, Christian Theology, Gnosticism, and Much More", *Journal of the American Oriental Society*, 120 (2000).

M.L. West, professor emérito do All Souls College, de Oxford, escreveu sobre a transmissão da mitologia e da forma poética assírias ao Ocidente em "Near Eastern Material in Hellenistic and Roman Literature", *Harvard Studies in Classical Philology*, 73 (1968), e em *The East Face of Helicon, West Asiatic Elements in Greek Poetry and Myth* (Clarendon Press, 1999).

Os excertos das cartas dos mercadores assírios de Karum Kanesh e suas esposas foram citados a partir de J.N. Postgate, *Early Mesopotamia: Society and Economy at the Dawn of History*, Marc van de Mieroop, *A History of the Ancient Near East*, e Amélie Kuhrt, "The Old Assyrian Merchants", in Helen Parkins e Christopher John Smith (orgs.), *Trade, Traders, and the Ancient City* (Routledge, 1998).

As citações das leis e decretos palacianos do Assírio Médio foram adaptadas de James B. Pritchard, *Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament* (Princeton University Press, 1969), e de G.R. Driver e J.C. Miles, *The Assyrian Laws* (Clarendon Press, 1935).

O professor A.T. Olmstead cunhou a expressão "terror calculado" para o título de seu artigo "The Calculated Frightfulness of Ashur Nasir Apal", *Journal of the American Oriental Society*, 38 (1918). A inscrição de Tiglat-Pileser que compara o rei ao caçador que rasga o ventre de mulheres e cega criancinhas é detalhada em Mordechai Cogan, "'Ripping Open Pregnant Women' in Light of an Assyrian Analogue", *Journal of the American Oriental Society*, 103 (1983).

A impureza das mulheres nos costumes e no direito assírios é descrita em Elisabeth M. Tetlow, *Women, Crime and Punishment in Ancient Law and Society*, vol.1: *The Ancient Near East* (Continuum International Publishing, 2005).

As cifras das movimentações populacionais recentes foram extraídas de *Trends in Total Migrant Stock: The 2005 Revision*, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas, Divisão de Populações. O fluxo de nômades arameus em migração para a Assíria é atribuído a mudanças climáticas por J. Neumann e S. Parpola em "Climatic Change and the Eleventh-Tenth-Century Eclipse of Assyria and Babylonia", *Journal of Near Eastern Studies*, 46 (1987).

Que esticar um arco compósito estaria além da capacidade dos desportistas modernos foi proposto por B.W. Kooi e C.A. Bergman, "An Approach to the Study of Ancient Archery Using Mathematical Modelling", *Antiquity*, 71 (1997).

A Lista dos Cavalos assíria e os condutores israelitas de carros de guerra do exército assírio são descritos em Stephanie Dalley, "Foreign Chariotry and Cavalry in the Armies of Tiglath-Pileser III and Sargon II", *Iraq*, 47 (1985). O papel dos cavalos nas forças armadas assírias e as providências para sua reprodução e manutenção são detalhados em Richard A. Gabriel, *The Great Armies of Antiquity* (Greenwood Press, 2002). Detalhes sobre os postos militares assírios são fornecidos por F.S. Naiden em "The Invention of the Officer Corps", *Journal of the Historical Society*, 7 (2007).

A citação de Assurnasirpal (tetravô de Tiglat-Pileser), detalhando a punição que impôs a uma cidade rebelada, encontra-se em Georges Roux, *Ancient Iraq*.

"O império não é uma extensão de terra, mas uma rede de comunicações pela qual são transportados bens materiais" foi citado a partir de M. Liverani, "The Growth of the Assyrian Empire in the Habur/Middle Euphrates Area: A New Paradigm", *State Archives of Assyria Bulletin*, 2 (1988).

A descrição da realeza assíria feita por Simo Parpola está em "Sons of God: The Ideology of Assyrian Kingship", *Archaeology Odissey Archives* (dez 1999).

A sugestão de que a descrição da corte do rei Salomão no Velho Testamento é, na verdade, um reflexo da realeza assíria como ideal encontra-se em Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman, *David and Solomon* (Free Press, 2006).

O princípio de que todos os assírios eram iguais, inclusive os deportados estrangeiros, é afirmado numa carta ao rei assírio encontrada em Nínive, bem como numa inscrição de Sargão II. Esses detalhes e os referentes aos nomes estrangeiros usados por altas autoridades foram citados com base em Hayim Tadmor, "The Aramaization of Assyria: Aspects of Western Impact", in H.-J. Nissen e J. Renger (orgs.), *Mesopotamien und seine Nachbarn: Politische und kulturelle Wechselbeziehungen im Alten Vorderasien vom 4 bis zum 1 Jahrtausend vor Chr* (Dietrich Reimer Verlag, 1982).

10. Passando o bastão: um fim e um começo

A descrição da invenção da escrita alfabética como uma "invenção utilitária para soldados, negociantes e mercadores" encontra-se em John Noble Wilford, "Discovery of Egyptian Inscriptions Indicates an Earlier Date for Origin of the Alphabet", *New York Times*, 13 nov 1999.

A admoestação para que o escriba não escondesse nada do rei e as afirmações de Assurbanipal sobre seu domínio das habilidades de escriba foram citadas a partir de Steven Roger Fischer, *A History of Reading* (Reaktion Books, 2004).

A carta de Assurbanipal a Shadanu, governador de Borsipa, instruindo-o a recolher documentos para sua biblioteca, foi citada com base em Roy MacLeod, *The Library of Alexandria: Centre of Learning in the Ancient World* (I.B. Tauris, 2004).

O elogio de Austen Layard a Hormuzd Rassam e sua descrição da escavação da biblioteca de Assurbanipal foram extraídos de Austen H. Layard, *Discoveries among the Ruins of Nineveh and Babylon* (Harper & Brothers, 1853).

O curador da Coleção Babilônica da Universidade Yale cuja reação ao descobrimento da biblioteca de Sipar foi relatada no *Washington Post*, em 19 abr 2003, é Benjamin Foster.

A jactância de Assurbanipal sobre sua destruição de Elam foi citada com base em *The Cambridge Ancient History*, v.1, cap.21, "Babylonia in the Shadow of Assyria". A biografia de Adda-guppi, mãe de Nabu-na'id, foi adaptada de James B. Pritchard, *Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament* (Princeton University Press, 1969).

As descrições das pesquisas arqueológicas feitas por governantes da Babilônia basearam-se em Irene J. Winter, "Babylonian Archaeologists of the(ir) Mesopotamian Past", in P. Matthaie, Alessandra Enea, Luca

Peyronel e Frances Pinnock (orgs.), *Proceedings of the First International Congress of the Archaeology of the Ancient Near East* (Dipartamento di Scienze Storiche, Archeologiche e Antropologiche dell'Antichità, Università degli Studi di Roma "La Sapienza", 2000).

A visita de Siegfried Giedion à fábrica de relógios de Boston foi descrita em seu livro *Space, Time and Architecture: The Growth of a New Tradition* (Harvard University Press, 1941).

A descrição do sacerdote Beroso sobre a profecia de destruição da Babilônia feita por Nabucodonosor é citada em Eusébio, Προπαρασκευή Ευαγγελική (*Praeparatio evangelica*, Preparação para o Evangelho). Por sua vez, esse texto é citado em George Rawlinson, *The Testimony of the Truth of Scripture: Historical Illustrations of the Old Testament, Gathered from Ancient Records, Monuments and Inscriptions*, Boston, 1898. Rawlinson, que cita Eusébio, que cita Beroso, que cita Nabucodonosor: um exemplo perfeito de fonte quaternária.

O artigo de Nels M. Bailkey, "A Babylonian Philosopher of History", foi publicado na revista *Osiris*, 9 (1950).

O recibo pelos trabalhos executados no talude do Grande Portão de Enlil foi traduzido em P.A. Beaulieu, "An Episode in the Fall of Babylon to the Persians", *Journal of Near Eastern Studies*, 52 (1993).

As equações que servem de modelo para a relação entre as cifras populacionais de uma espécie predadora e as de sua presa foram elaboradas por Alfred Lotka e Vito Volterra, em homenagem a quem receberam seu nome; elas expressam uma função em forma de S, conhecida como curva logística. Um arquivo da maioria das publicações de Cesare Marchetti é acessível na internet, no endereço http://cesaremarchetti.org. Vale a pena consultar os artigos "Action Curves and Clockwork Geniuses", de 1985; "Looking Forward – Looking Backward: A Very Simple Mathematical Model for Very Complex Social Systems", de 1996; e "Is History Automatic and Are Wars à la Carte? The Perplexing Suggestions of a System Analysis of Historical Time Series", de 2005. Sou grato ao falecido Rex Malik por ter me apresentado ao trabalho do dr. Marchetti.

Internet

Links da rede para imagens de alguns acontecimentos, locais, artefatos, pessoas e construções descritos no texto:

O incêndio de Susa: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Susa-destruction.jpg

O sítio arqueológico de Eridu: http://www.atlastours.net/iraq/eridu.html

O Vaso de Warka: http://oi.uchicago.edu/OI/IRAQ/dbfiles/objects/14.htm

Antigas trilhas ao redor de Tell Brak: http://www-news.uchicago.edu/releases/03/oicorona/oicorona-02.jpg

O Estandarte de Ur: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Standard_of_Ur_-_War.jpg

Projéteis usados em fundas: http://www.newscientist.com/data/images/ns/cms/dn8472/dn8472-1_650.jpg

Enheduana, filha de Sargão: http://www.arth.upenn.edu/smr04/101910/Slide2.19.jpg

O Grande Zigurate de Ur: http://farm1.static.flickr.com/29/46769923_a35c9ac3b5.jpg

Afresco do palácio de Mari: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mari_fresco_Investiture_Zimri_Lim_0210.jpg

Igreja de Mart Shmoni, Baghdeda: http://www.atour.com/education/20040419a.html

Símbolo do deus Assur: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Sumerian_symbology.jpg

Pegada de Deus no Templo de Ain Dara: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:SYRIE_294.jpg

Escribas assírios: http://www.aina.org/images/scribes1.jpg

Nabonido, último rei da Babilônia: http://commons.wikimedia.org/wiki/File: Nabonidus.jpg

Créditos das imagens

1. Friso de Al'Ubaid, *c*.4000 a.C./Museu Britânico.
2. Brinquedo sumério de puxar do IV milênio a.C./Instituto Oriental, Universidade de Chicago.
3. Sinete cilíndrico sumério de *c*.3000 a.C./Museu Britânico.
4. Sinete de Uruk e sua impressão, IV milênio a.C./Museu Britânico.
5. Vasilha de borda chanfrada do IV milênio a.C./Museu Britânico.
6. A primeira assinatura conhecida/Coleção Schøyen, Oslo e Londres.
7. A Dama de Uruk, *c*.3100 a.C./Bridgeman Art Library.
8. Registro superior do Vaso de Warka, *c*.3100 a.C./Bridgeman Art Library.
9. Cemitério real na Grande Cova da Morte, em Ur, *c*.2500 a.C./*Illustrated London News*, Biblioteca Fotográfica Mary Evans.
10. Cemitério dos servos na Grande Cova da Morte, em Ur, *c*.2500 a.C./*Illustrated London News*, Biblioteca Fotográfica Mary Evans.
11. Rei Sargão de Acad, *c*.2300 a.C./Bridgeman Art Library.
12. Gudeia de Lagash, *c*.2120 a.C./Museu Britânico.
13. O Prisma de Weld-Blundell, *c*.1800 a.C./Museu Ashmolean.
14. Estela da Vitória do rei Naram-Sin, *c*.2200 a.C./Museu do Louvre.
15. A Estela dos Abutres, *c*.2500 a.C./Museu do Louvre.
16. Monumento que mostra Shamash, o deus do Sol, *c*.1700 a.C./Museu do Louvre.
17. Mural escultórico do Palácio do Norte, em Nínive, *c*.345 a.C./Museu Britânico.
18. Mural escultórico do palácio de Senaqueribe, em Nínive, 701 a.C./Museu Britânico.
19. A Caça ao Leão, de um mural escultórico do Palácio de Senaqueribe, em Nínive, século VII a.C./Museu Britânico.
20. Detalhe da Caça ao Leão.

Agradecimentos

Meus agradecimentos vão para meu irmão, Frank Kriwaczek, por sua ajuda na obtenção de acesso a documentos e publicações que, de outro modo, não teriam ficado a meu dispor, e vão, como sempre, para minha agente literária e cara amiga Mandy Little, por seu apoio inestimável e sua sábia orientação.

Índice remissivo

abastecimento de água, 1, 2-3, 4
aborto, 1
Abraão, 1, 2, 3-4, 5
Abu Shahrain, 1, 2, 3
Acádia:
    diversão da realeza, 1-2
    fundação, 1
    império, 1-2
    queda, 1-2
Ackroyd, Peter, 1
Adab, batalha de, 1
Adda-guppi, 1-2
adultério, 1, 2, 3
agricultura, 1, 2
    “As instruções do lavrador”, 1-2
    cereais, 1
    economia centralizada, 1-2
    ferramentas, 1
    mito da origem, 1
    origens da, 1-2, 3-4
    perda de cidade, 1

trabalho árduo da, 1
Ain Dara, 1
Akhenaton, 1-2
Alalgar, 1
Alcorão, 1, 2
aldeias, sistema social das, 1
Alemanha, 1
Alexandre da Macedônia (o Grande), 1, 2-3
alfabetização *ver* letramento
alfabetos, 1, 2
álgebra, 1
Al-Hillah, 1, 2
Al-Jazira, 1
Al-Kut, 1
Alulim, 1
Amel-Marduk, 1, 2
amoritas, 1, 2-3, 4
amorreus, conquista de Ur III pelos, 1-2
amuletos, 1, 2
Amurru *ver* amorreus, conquista de Ur III pelos
Anchor Brewing Company, San Francisco, 1
anfictionia, 1
animais, domesticação, 1-2, 3
antiga Babilônia, era da, 1-2
Antitauro, cadeia de montanhas, 1

Anu, 1, 2
Anzu, 1
Apsu, 1, 2-3, 4, 5, 6
arados e aradura, 1, 2-3
arameus, migrações dos, 1-2
Ararat, monte, 1
Aristóteles, 1, 2
armas:
    de bronze, 1
    de ferro, 1, 2
    espadas, 1, 2
    fundas, 1-2
    maças, 1
armazenagem de madeira, 1
arqueiros, 1
arquitetura monumental, 1-2
Ashnakkum, 1
Assaradon, 1
Assíria e assírios:
    abastecimento de água, 1
    agricultura, 1
    ameaças enfrentadas, 1-2, 3
    ascendência, 1
    ascensão, 1-2, 3-4, 5-6
    ataque de Tiglat-Pileser III a Israel, 1-2

bilinguismo, 1
criação do exército, 1-2
custos do império, 1-2
decretos do palácio, 1-2
descendentes, 1-2
e Babilônia, 1-2
e Egito, 1-2
estilo de vida dos negociantes, 1-2
exército, 1-2, 3-4
expansão territorial, 1, 2-3
fim do império comercial, 1-2
fraqueza, 1-2
governantes subalternos, 1-2
guerra, 1
herança, 1-2, 3, 4
identidade étnica, 1
ideologia imperial, 1-2
império, 1-2
império comercial, 1-2
inclusão e igualdade, 1
isolamento feminino, 1-2
lanceiros, 1
leis, 1-2
letramento/alfabetização, 1-2
língua, 1

localização, 1-2
luta com a Babilônia pela dominação, 1-2
meio ambiente, 1
migrações de arameus e, 1-2
militarismo, 1
misoginia, 1-2, 3-4, 5
modelo imperial, 1, 2
monoteísmo, 1, 2-3
nomes bíblicos dos reis, 1
organização militar, 1-2
origem da nação, 1-2
quadrigas/carros de guerra, 1, 2-3
queda de, 1-2
religião, 1-2
reputação de selvageria, 1-2, 3
rotas de comércio, 1
selos/sinetes, 1-2, 3
serviço militar, 1-2
status das mulheres, 1
status divino do imperador, 1-2
união do império, 1-2
vida na corte, 1
Assur, 1, 2, 3, 4-5, 6, 7, 8-9, 10, 11, 12, 13, 14-15, 16, 17-18
Assur-Ahhe-Iddina [Assaradon], 1
Assurbanipal:

biblioteca de, 1, 2-3
campanha da Babilônia, 1
corte de, 1
instrução de, 1, 2-3
morte de, 1
saque de Susa, 1-2
Assur-Dugul, 1
Assur-nadin-shumi, 1
Assur-Ubalit, 1-2
Assyrian Discoveries (Smith), 1
Assyrian Prophecies (Parpola), 1
astrologia, 1
astronomia, 1
Ataturk, 1-2
atletismo, 1-2
Atrahasis, epopeia de, 1, 2, 3
autocracia, 1
autoimagem masculina, Idade do Bronze, modificação da, 1
Babilônia e babilônios:
aproximação da cidade e entrada, 1-2
área de Ka-Dingir-ra, 1-2
ascensão da, 1-2
campanha de Assurbanipal contra, 1
ciência, 1-2
classes sociais, 1-2

código legal de Hamurabi, 1, 2, 3-4
conquista persa da, 1, 2-3
conquistados pelos elamitas, 1
cristãos e, 1
descrição de, por Heródoto, 1, 2-3
descrições clássicas dos, 1
direito de família, 1-2
dívida pessoal, 1-2
dominação persa, 1-2
e os assírios, 1-2, 3-4
educação, 1-2
Esagila, a “Casa que faz elevar a cabeça”, 1
escavação da, 1-2
Estados territoriais, 1
exílio dos judeus na, 1, 2-3, 4, 5-6
Império Neobabilônico, 1-2
inacessibilidade das camadas mais antigas, 1
individualismo, 1, 2
literatura filosófica, 1-2
localização, 1
luta com a Assíria pela dominação, 1-2
medicina e tratamentos de saúde, 1-2
Mês das Corridas, 1
multiculturalismo, 1
muralhas defensivas, 1-2

nas cantigas infantis, 1, 2
ocupação por Marduk-Apla-Iddina [Merodaque-Baladã], 1
ordem social, 1-2
origem do nome, 1
portões, 1-2
primeiras descrições europeias, 1
queda da, 1, 2-3
queda derradeira de, 1-2
reconstrução, 1
religião, 1-2
reputação, 1-2
restaurados por Nabucodonosor, 1-2
restos da baixa era arcaica, 1
saque de Nínive, 1
sistema financeiro, 1-2
tributação, 1
último rei, 1, 2-3
últimos governantes, 1
zigurates, 1-2
ver também Império Neobabilônico
Babylonians (Leick), 1
Badakshan, montanhas de, 1
Bagdá, 1
Bailkey, Nels, 1, 2
bala, sistema, 1

Barco Celestial, 1-2
Barton, George, 1
Beda, são, 1
beduínos, 1
Behistun, 1, 2
Belsazar, 1
Benjamim de Tudela, 1, 2
Berlim, 1, 2
Beroso (sacerdote babilônio), 1, 2
Beyond Numeracy (Paulos), 1
Bíblia, 1
    Apocalipse, 1
    Daniel, 1, 2, 3, 4
    Deuteronômio, 1, 2
    Eclesiastes, 1-2
    Esther, 1
    Gênesis, 1, 2, 3-4, 5, 6, 7, 8
    I Crônicas, 1
    I Reis, 1
    I Samuel, 1, 2-3
    II Macabeus, 1
    II Reis, 1, 2, 3, 4, 5
    II Samuel, 1
    Isaías, 1
    Neemias, 1

biblioteca de Sipar, 1
Bottéro, Jean, 1, 2, 3
Breasted, James Henry, 1
brincadeiras, papel das, 1, 2-3, 4-5
brinquedos, 1-2
bronze, 1, 2-3
Bucolion, 1
burocracia:
    corrupção, 1-2
    registros, 1-2
Bush, George W., 1-2
caça, 1
caçadores-coletores, 1
cães, 1
Cambridge Ancient History, 1, 2, 3
camelos, 1, 2
Canaã, 1
canções para acompanhar a bebida, 1
capitalismo mercantilista, 1, 2-3
Capricórnio, constelação de, 1, 2
Carlyle, Thomas, 1
carros de guerra:
    assírios, 1, 2-3
    sumérios, 1
cassitas, 1, 2

Cauvin, Jacques, 1-2, 3
cavaleiros, 1-2
cavalos, 1-2
    domesticação dos, 1-2
centros religiosos, localização, 1-2
cerâmica, 1, 2
    vasilhas de borda chanfrada, 1-2
cerimônias formais, 1, 2-3
cerveja e sua fabricação, 1-2, 3-4
cervejeiro, 1
Charvát, Petr, 1, 2
China, 1-2
Christie, Agatha, 1
Churupaque, 1
CIA, 1-2
cidades:
    abandono das, 1, 2-3, 4
    divindades fundadoras, 1
    fundação divina das, 1, 2
    helênicas, 1, 2
    imagens de satélite, 1
    índices de mortalidade, 1-2
    nomes, 1-2
    plano físico, 1
    reconstrução, 1

rotina diária, 1-2
sexo e sexualidade, 1-2
sistema econômico, 1-2
cidades-Estado:
confederações, 1
emergência das, 1-2
forças militares, 1-2
rivalidade, 1
ciência babilônica, 1-2
cimento, 1
Ciro, o Grande, 1, 2-3, 4, 5, 6-7
civilização:
disseminação da, 1-2
leis matemáticas e ascensão e queda da, 1-2
mudança de modelo de, 1-2
o papel do lúdico na, 1-2
surgimento da, 1-2, 3-4, 5-6
Civilização Digital, 1
civilizações, declínio das, 1-2
civilizações hidráulicas, 1
classe guerreira, 1
surgimento da, 1
classe sacerdotal, 1
classe social, 1, 2, 3-4
cobre, 1

Cockerell, C.R., 1
Código de Ur-Namu, 1-2
códigos legais:
    assírios, 1
    de Hamurabi, 1, 2, 3-4
    de Ur III, 1-2
comércio, 1-2, 3, 4, 5-6
    rotas comerciais, 1, 2, 3, 4, 5
compêndios jurídicos, 1-2
competições de corrida, 1-2
compreenção, 1-2
concreto, 1
constelações, 1
construção naval, 1
Cooper, Jerrold, 1
Cowper, William, 1
crenças na vida após a morte, 1, 2
Crescente Fértil, 1
    conquista do, por Lugal Zagesi, 1
Creswicke Rawlinson, Henry, 1
criação da religião, 1-2
crime e criminosos, 1-2
cristianismo, 1, 2
    e Babilônia, 1
    reutilização de locais pagãos, 1

rituais, 1
“Crônica dos reis antigos”, 1, 2
cuidados masculinos com a aparência pessoal, 1
cultura, 1
Dama de Uruk, a, 1-2, 3
Daniel, túmulo de, 1
Däniken, Erich von, 1
danna (albergues do governo), 1
Dario III, 1
Dario, o Grande, 1, 2
datação, 1-2
Davi, 1
defesa comum, 1
Delacroix, Eugène, 1
demência senil, 1
democracia primitiva, 1
desenvolvimento científico, 1-2
disseminação do, 1
desenvolvimento tecnológico, 1-2
disseminação do, 1
deuses:
de imanência, 1-2
de transcendência, 1, 2-3
personificações dos, 1-2
status dos, 1, 2

ver também deuses específicos; religião
Diakonoff, I.M., 1
Dião Cássio, 1
“Dias de aula”, 1-2
Dickson, Bruce, 1
dilúvio:
como ponto de demarcação, 1
descrição assíria do, 1-2
descrição bíblica, 1-2
e o declínio de Uruk, 1-2
origens da história do, 1
provas do, encontradas por Woolley, 1-2
Diodoro da Sicília, 1
direitos de pasto, 1
“disputa da África”, 1-2
divórcio, 1-2, 3
Diyala, rio, 1, 2
documentos:
burocráticos, 1-2
criação de uma narrativa nacional, 1
Lista dos Reis Sumérios, 1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9-10, 11
listas léxicas, 1
tradução de, 1
doença, 1, 2-3
Donohue, Anthony, 1

Drehem, 1
Dumuzi-Gamil (negociante), 1, 2-3
Dur-Sin (Cidade do deus da Lua), 1
Eanatum de Lagash, 1, 2-3
Ecbatana, 1
eclipses, 1, 2
edin, 1
educação, 1-2
    descrições da, 1-2
    dias de descanso, 1-2
    equipes de ensino, 1-2
    escrita, 1
    instalações, 1-2
    matemática, 1-2
Egito, 1-2
    expansão das construções, 1
    hieróglifos, 1
elamitas:
    campanha de Assurbanipal contra os, 1
    campanhas de Senaqueribe contra os, 1
    conquista da Babilônia, 1
    ocupação de Ur III, 1
Eliot, T.S., 1
empréstimos, 1, 2-3
en (sacerdotisas), 1

Enheduana, sacerdotisa Zirru do deus Nana, 1-2
Enki, 1-2, 3, 4, 5
    história de Inana e, 1-2, 3
Enkidu, 1
Enlil, 1, 2, 3, 4, 5, 6-7, 8
Enlil-Bani (jardineiro), 1
Enmebaragesi, 1
Enuma Elish (mito babilônico da criação), 1
“Epopeia Dibarra”, 1
Epopeia de Gilgamesh:
    conflito com Aga, rei de Kish, 1-2
    descoberta da, 1
    descrição do dilúvio, 1
    prostituição na, 1
    sepultamento de Gilgamesh, 1-2
    tradução, 1
Eridu, 1
    deus de, 1-2
    falta de indícios do dilúvio, 1
    Lista dos Reis, 1-2
    níveis de habitação, 1
    origem, 1-2
    redescobrimento, 1-2
    surgimento da civilização em, 1-2, 3
    templo de, 1-2

escravidão, 1
    para pagamento de dívidas, 1
escribas, formação dos, 1
escrita aramaica, 1-2
escrita cuneiforme, 1-2, 3, 4, 5, 6
    acádia, 1, 2-3
    alfabeto, 1
    desenvolvimento da, 1-2, 3
    e o lúdico, 1
    educação, 1
    estilete, 1
    fonogramas, 1-2
    gramática, 1
    invenção da, 1
    logogramas, 1
    semítica, 1-2
    símbolos, 1-2
    substituída pela escrita alfabética, 1-2
    tradução, 1-2
    últimos registros em, 1
Eshnunna, 1, 2
esporte, 1
Estados patrimoniais, 1
Estandarte de Ur, 1
Estela de Naram-Sin, 1, 2

Estela dos Abutres, 1, 2
Eufrates, rio, 1
    local de sepultamento de Gilgamesh, 1-2
eunucos, 1, 2
Eusébio de Cesareia, 1
Evetts, B.T.A., 1
exército assírio:
    arqueiros, 1
    cavaleiros, 1-2
    lanceiros, 1-2
    mobilidade, 1-2
    obrigatoriedade do serviço militar, 1-2
    oficiais, 1
    organização, 1
    quadrigas/carros de guerra, 1, 2-3
    tamanho, 1, 2
exércitos:
    armaduras, 1
    artrite, 1
    assírios, 1-2, 3-4
    de Sargão, 1-2
    organização da Assíria, 1
    tamanho da, 1, 2, 3
Exilarca *ver Resh Galuta*
“expansão de Uruk”, 1

expectativa de vida, 1, 2-3
ferro, 1, 2, 3-4
Festival Internacional da Babilônia (1988), 1
Festival Internacional da Babilônia (1990), 1
filosofia, 1-2
Finkelstein, Israel, 1
fome, 1-2, 3-4
fornos, 1
Fox Talbot, William Henry, 1
Fraortes (rei meda), 1
Frazer, James, sir, 1
Gadd, Cyril, 1-2
Gaugamela, batalha de, 1
Giedion, Siegfried, 1
Gilgamesh, 1
    batalha contra Aga, rei de Kish, 1-2
    erroneamente lido como Izdubar, 1
    possível existência de, 1
    reinado de, 1
    sepultamento, 1-2
Girsu, 1, 2-3
glória, 1
Gobrias, general, 1
golfo Pérsico, 1
Grande Deusa, a, 1-2, 3

Grande Zigurate de Ur:
andares, 1-2
aparência, 1-2
curvas, 1
dimensões, 1-2
finalidade, 1-2
restos, 1
Grécia:
mitologia, 1
modelo de sociedade, 1-2
período orientalizante, 1
Grotefend, Georg, 1-2
Gudeia de Lagash, 1, 2
guerra:
números envolvidos, 1
selvageria assíria, 1
surgimento da guerra organizada, 1-2
táticas de, 1
Guerra do Iraque, 1-2, 3
Guerra Irã-Iraque, 1-2
guerras do golfo, 1
gutis, povo, 1-2, 3
expulsão dos, 1
revolta contra os, 1-2
Gutium, 1

Habuba Kabira, 1
Halévy, Joseph, 1-2, 3
Hamoukar, 1, 2-3
Hamurabi, 1
    calotes no pagamento de empréstimos, 1
    código legal, 1, 2, 3-4
    conquista de Mari, 1-2
    datação, 1
    letramento, 1
    sucessores, 1
    tomada de empréstimos, 1
Hanigalbat, 1, 2
Harã, 1-2, 3, 4
Hardy, G.H., 1
haréns, 1-2
Hatusa, 1
Head, Jacob Gifford, 1
hebreus:
    benjaminitas, 1
    língua, 1
    monoteísmo, 1-2
    patriarcas, 1-2
    sistema financeiro, 1
    transição para um governo militar, 1
    ver também judeus

Heimpel, Wolfgang, 1, 2
helenismo, 1-2, 3
    herança, 1-2
Heródoto, 1, 2, 3, 4-5, 6-7
heróis, era de, 1-2
Hesíodo, 1-2
hieróglifos, 1
Hincks, Edward, 1
hinos de louvor, 1-2, 3-4
Hinos do Templo Sumério, 1-2
História de Roma (Lívio), 1
hititas, 1, 2, 3, 4, 5
Homero, 1, 2, 3
Homo ludens (Huizinga), 1-2
honra, 1
hortas, 1
Hrozný, Bedrich, 1
Huizinga, Johan, 1-2
hurritas, 1, 2, 3
Ibbi-Sin, 1, 2, 3
Idade da Pedra, 1, 2
Idade do Bronze, 1
    Hesíodo sobre, 1-2
    sistema econômico, 1-2
Idade dos Metais, 1

identidade, culto da, 1-2
igualdade, 1, 2
Illustrated London News, 1
Ilulu, 1
Ilum Palilis, 1
Imdugud, 1
Imi, 1
Império Neobabilônico, 1-2
    últimos soberanos, 1
Império Otomano, 1
imprensa, 1
Inana, 1, 2-3, 4-5, 6, 7
“instruções do lavrador, As”, 1
interregno dos gutis, 1-2, 3-4
intervenção de alienígenas, 1
inválidos, 1-2
invasores/seguidores, 1-2
Irgigi, 1
Irra-Imiti, rei de Isin, 1
Irra-Nergal, 1-2
irrigação, 1, 2, 3, 4, 5-6, 7
Isaías, 1
Ishbi-Erra, general, 1, 2
Ishtar, 1, 2, 3, 4, 5
Isimud, 1-2

Isin, 1, 2, 3
islamismo:
    as mulheres tal como regidas pelo, 1-2
    e Babilônia, 1
    rituais, 1
islamismo salafi, 1
Israel:
    ataque assírio a, 1-2
    tributos, 1
Isso, batalha de, 1
Jacó, escada de, 1-2
Jacobsen, Thorkild, 1, 2, 3
Jastrow, Morris, Jr., 1
Jericó, 1-2
Jerusalém, destruição do templo de, 1-2, 3
Jezabel, rainha, 1
joalheria, 1-2
Jovens Turcos, movimento dos, 1
judeus e judaísmo, 1
    exílio na Babilônia, 1, 2-3, 4, 5-6
    população, 1-2, 3-4
    propostas de Ciro aos, 1-2
    rituais, 1
    tomada de Canaã, 1
    ver também hebreus

Kabiti-Ilani-Marduk, 1-2, 3, 4
Karum Kanesh, porto, 1, 2-3, 4, 5
Katz, Solomon, dr., 1
Kish, 1, 2-3
    conflito com Uruk, 1-2, 3-4
    conquista de, por Lugal Zagesi, 1
    forças militares, 1-2
    localização, 1-2
    lugalene, 1-2
Koldewey, Robert Johann, 1
Kouros, Yannis, 1
Kramer, Samuel Noah, 1, 2, 3, 4
Kültepe, 1
Kurda, cidade-Estado, 1
Labashi-Marduk, 1
Lagash, 1, 2
    disputa com Umma, 1-2, 3-4
    queda de, 1-2
    reformas de Urukagina em, 1-2
lápis-lazúli, 1-2
    artificial, 1
Larsa, 1
latim, 1
Layard, Austen Henry, sir, 1-2
Leick, Gwendolyn, 1, 2, 3, 4

Leis (Platão), 1
leitura e escrita, fluência na *ver* letramento
Lênin, Vladimir Ilitch Uliánov, 1-2
letramento, 1, 2-3, 4-5, 6-7
liberdade, 1-2
línguas, 1
    acádio, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
    aramaico, 1, 2, 3, 4-5, 6-7, 8, 9
    elamita, 1
    hebraico, 1
    mito de origem, 1
    semítico, 1-2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
    sumério, 1-2, 3, 4, 5-6, 7, 8, 9-10, 11
    turco, 1-2
Lista dos Reis Sumérios, 1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9-10, 11
listas léxicas, 1-2
Lívio, Tito, 1
logomarcas, 1-2
London: The Biography (Ackroyd), 1
Londres, 1, 2-3
Luciano, 1
Luckenbill, D.D., 1
lugal, 1-2
    transformação dos *lugalene* em reis, 1, 2-3
Lugal Zagesi, 1-2, 3, 4

Lugal Zagesi de Umma, 1
Lugal-Ane, 1-2
Lugal-ezen, 1
lulubi, povo montanhês, 1
Macedônia, 1-2, 3
Madia, 1
maldição da Acádia, A, 1-2
Mali, 1
Mallowan, Max, 1, 2, 3, 4
Manishtushu, 1
manufatura:
    Evolução da Simplicidade, 1
    vasilhas de borda chanfrada, 1-2
Mao Tsé-Tung, 1
Maomé II, o Conquistador, 1
marcha, velocidades da, 1
Marchetti, Cesare, 1-2
Marco Polo, 1
Marduk, 1, 2, 3, 4, 5, 6-7
Marduk-Apla-Iddina (Merodaque-Baladã), 1-2
Marett, Robert, 1
Mari, 1, 2-3, 4-5
    arquivo do palácio, 1-2
Mart Shmoni, igreja de, em Baghdeda, 1, 2
martus, 1-2

Marx, Karl, 1
Máscara de Warka, 1
matemática, 1-2
    álgebra, 1
    problemas, 1-2
matemática estatística, 1-2
materiais de construção, 1-2
maternidade, divindade da, 1
“*Me*”, 1-2, 3-4, 5
medas (povo), 1, 2, 3
medicina e tratamentos médicos, 1-2
médicos, 1-2
Mediterrâneo, 1
Memoir on the Ruins of Babylon (Rich), 1-2
Menaém, 1-2, 3-4
mercados, 1-2
Merodaque *ver* Marduk
Mesilim, 1
Meskalamdug, 1, 2
Mesopotâmia:
    batalhas pelo controle da, 1-2
    duração da tradição cultural da, 1-2
    herança, 1, 2-3
Mesopotâmia, a invenção da cidade (Leick), 1
metalurgia:

introdução da, 1-2
ligas, 1
Michalowski, Piotr, 1
Might That Was Assyria, The (Saggs), 1
migrações em massa, 1-2
Minsk, 1-2
Mitani, Estado, 1, 2-3, 4
“mito de Irra, o deus da peste, rei de todas as moradas, O”, 1-2
mitos, 1, 2
gregos, 1-2
modernidade, 1
Moisés, 1-2
monoteísmo, 1, 2-3
monumentos, importância dos, 1-2
mortalidade infantil, 1-2
“morte de Ur-Namu, A”, 1
Moscou, 1
Mossul, 1, 2
mudança, 1-2
mudanças climáticas, 1, 2-3, 4-5
mulheres:
ciclos menstruais, 1
códigos de vestuário, 1-2
divindade das, 1-2
falta de respeito pelas, na religião assíria, 1, 2

isolamento feminino, 1-2
ligação com o mundo natural, 1
no islamismo, 1-2
status das, 1-2, 3
muralhas das paredes, decoração, 1
Museu Ashmolean, Oxford, 1
Museu Britânico, 1-2
Museu Nacional de Antiguidades, Iraque, saque do, 1
Nabonido, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Nabucodonosor, restauração da Babilônia, 1-2
conquista persa da Babilônia, 1, 2-3
preservação do passado, 1-2
sob domínio persa, 1-2
visão do futuro, 1, 2-3
Nabucodonosor II, 1-2, 3, 4-5, 6, 7, 8, 9-10, 11
Nabupolasar, 1
Nana, 1-2, 3
Nanum, 1
não etnicidade, 1
Naram-Sin, 1, 2-3, 4, 5, 6-7, 8, 9, 10
“Naram-Sin e as hordas inimigas”, 1
Nascimento das divindades, nascimento da agricultura (Cauvin), 1
Nassíria, 1
Neardeia, 1, 2
Nergal-Sharu-Usur [Neriglissar], 1

Neville, Richard, 1
“Nin-me-sara”, “Senhora de todo o *Me*”, 1-2
Ningirsu, 1, 2-3, 4, 5
Nínive, 1, 2, 3
    cabeça de Sargão, o Grande, 1, 2, 3
    data da queda de, 1-2
    descoberta da biblioteca de Assurbanipal, 1, 2-3
    saque de, 1
    templo de Ishtar, 1, 2
Nipur, 1, 2, 3, 4, 5
    assembleia de, 1-2
    Shulgi, percurso de ida e volta entre Ur e Nipur num único dia, 1-2
Noé, 1, 2
nomes, 1, 2, 3
nomes dos anos, 1
Nusku, 1
objetos tumulares, 1
obras litúrgicas de Enheduana, 1-2
oferendas nos templos, 1
oficinas, 1
Opie, Iona e Peter, 1
Oppert, Jules, 1
Organização das Nações Unidas (ONU), 1
Oriente Médio, vigilância por satélite, 1-2
origens, 1-2

Oseias, rei de Israel, 1
ovelhas, 1
Oxirrinco, 1
padrão de povoamento, 1
Paracelso, 1
Paris, 1-2
Parpola, Simo, 1, 2, 3
Parrot, André, 1, 2, 3, 4, 5
Pasárgada, 1
Paulos, John Allen, 1
Pchanda, 1-2
persas, 1, 2
    conquista da Babilônia, 1, 2-3
    Império Persa, 1-2
    modelo de sociedade, 1
Persépolis, 1, 2, 3
pesos e medidas, 1, 2
Pitágoras, 1
Platão, 1, 2
Play Power (revista de Neville), 1
poesia, 1
Portão de Ishtar, 1, 2-3
Prehistory, the Making of the Human Mind (Renfrew), 1
pressão reprodutora, 1, 2-3
princípio da câmera estenopeica, 1

prisioneiros de guerra, 1
Prisma de Weld-Blundell, 1, 2
prisões, 1
produtos têxteis, 1-2
progresso, ideologia do, 1, 2, 3
propaganda, 1, 2
propriedade privada, 1-2
prostituição:
    códigos de vestuário, 1
    divindade da, 1, 2-3
Puabi, 1, 2, 3
Pumbedita, 1
punições, 1-2, 3-4
    misoginia assíria, 1-2
    mutilações, 1, 2, 3
Puzrish-Dagan, 1, 2
Puzur-Assur, 1, 2-3
Qal’at Sherqat, 1
quadriga *ver* carros de guerra
rações, 1-2
Rassam, Hormuzd, 1-2
Rawlinson, Henry, 1, 2, 3, 4, 5
Real Sociedade Asiática de Londres, 1, 2, 3
refeições sagradas, 1-2
regime alimentar e alimentos, 1-2, 3-4

distribuição de alimentos, 1-2, 3
receitas, 1
refeições sagradas, 1-2
“rei da batalha, O”, 1
Reichel, Clemens, 1
reis e realeza, 1-2, 3
disseminação dos, 1-2
divindade dos, 1, 2-3, 4, 5
instabilidade, 1-2
origens dos, 1
práticas fúnebres, 1-2
restabelecimento dos, 1-2
status dos, 1-2
surgimento dos, 1-2
religião, 1, 2-3
assíria, 1-2
crença religiosa totalitária, 1
monoteísmo, 1, 2-3
paganismo, 1-2
Renfrew, Colin, 1
República da Turquia, 1-2
Resh Galuta [Exilarca ou Príncipe do Exílio], 1-2
Revolução Industrial, 1-2
Revolução Neolítica, 1-2, 3, 4
Revolução Urbana, 1-2, 3, 4

Rice, David Storm, dr., 1
Rich, Claudius, 1-2
Rim-Sin, rei de Larsa, Isin e Ur, 1, 2
Rimush, 1
ritos fúnebres, 1-2
rituais, 1, 2-3
ritual religioso, 1
roda, 1-2
romanos, crueldade dos, 1
sacrifício humano, 1-2
Saddam Hussein, 1-2, 3-4, 5, 6
Saggs, Henry, professor, 1
Saladino, 1
salários, 1-2
salas de aula, 1
salinização, 1
Salmanasar III, 1
Sargão, o Grande, 1, 2, 3, 4
    ascensão de, 1-2
    cabeça esculpida de, 1, 2, 3
    estabelecendo o império, 1-2
    exército de, 1
    expedição a Purshahanda, 1-2
    fama de, 1
    fundação de Acádia, 1

Império de, 1
lenda da origem, 1
nome, 1-2
nomeia a filha como suma sacerdotisa, 1-2
nos Hinos do Templo Sumério, 1-2
profanação de estátua, 1-2
protetor divino, 1
provas documentais, 1-2
Sargão II, 1, 2
Sasson, Jack, professor, 1
satélites Corona, observações com, 1-2
saúde, 1-2
Seaman, Owen, sir, 1
seca, 1-2, 3
selos, 1-2, 3, 4
assírios, 1-2, 3
Senaqueribe, 1, 2-3
Septuaginta, 1
séquitos reais, 1
sexo e sexualidade, 1-2
Sha'ath, Nabil (ministro), 1
Shadunu, 1
Shamash, 1, 2-3, 4
Shamash-Shumu-Ukin, 1
Shamshi-Adad, 1

Shara, 1
Sharru-kin [Sargão], 1
Shehna, 1-2, 3-4
Sherratt, Andrew, 1
Shubat-Enlil, 1, 2
Shulgi, rei de Ur, 1, 2, 3, 4
    hinos de louvor a, 1-2, 3-4
    leitura e escrita de, 1
    muralha para barrar os martus, 1-2
    percurso de ida e volta do rei entre Ur e Nipur num único dia, 1-2
Shulmanu-Asharidu [Salmanasar], 1
Shumi-Abiya, 1
Shumi-Abum, 1
Shush, 1-2
Shutruk-Nahunte, rei de Elam, 1
Silver, Morris, professor, 1
Simpson, John, 1
Sin, 1, 2, 3-4, 5, 6
Sin-Ahhe-Eriba [Senaqueribe], 1
sinetes *ver* selos
Sin-leqi-unninni, 1
Sipar, 1
Sippar-Amnanum, 1
sistema econômico, 1-2, 3
    babilônico, 1-2, 3-4

concorrência, 1
da Idade do Bronze, 1-2
mercados, 1-2
oficinas particulares, 1
sistema social, 1-2
sistemas de numeração, 1, 2-3
Sitchin, Zechariah, 1
Smith, George, 1-2
Stálin, Josef, 1-2, 3-4
Steinkeller, Piotr, 1
Sura, 1
Susa, 1-2, 3, 4, 5, 6
saque de, 1-2
tabelas de presságios, 1-2
tabuadas de multiplicar, 1-2
tabuadas matemáticas, 1-2
talião, lei de, 1
Talmude babilônico, 1
Taré, 1-2
taxas de juros, 1-2
taxas de mortalidade, 1-2
taxonomias, 1
Taylor, John, 1-2, 3
teares, 1
tecnologia da pedra, 1

Tell al-Asmar, 1, 2
Tell Brak, 1
Tell Leilan, 1, 2
teocracia, 1
Teodoreto, bispo de Chipre, 1-2
teoria musical, 1
Terra Santa, 1
textos, tradução de, 1
Thompson, Reginald, 1, 2
Tiamat, 1
Tiglat-Pileser I, 1, 2, 3
Tiglat-Pileser III, 1, 2-3, 4, 5
Tigre, enchentes do rio, 1
tijolos, 1
    vitrificação, 1
Tirigan, rei dos gutis, 1
topônimos, 1
Torre de Babel, 1
trabalhadores, 1-2
trabalhos e os dias, Os (Hesíodo), 1-2
tradição judaico-cristão-islâmica, 1
tradição, 1
Trajano, imperador de Roma, 1
transferência cultural, 1-2, 3-4
Treherne, Paul, 1

tributação, 1, 2
Trótski, Leon, 1
Tudge, Colin, 1
Tukulti-apil-Ešarra [Tiglat-Pileser], 1
Túmulos Reais de Ur, 1-2
Umma, 1
    disputa com Lagash, 1-2, 3-4
Universo, lógica do, 1
Unug, 1-2, 3-4
Ur, 1
    abandono de, 1
    distrito financeiro de, 1, 2
    Giparu, 1
    provas de inundação, 1
    templo de Nana, 1
    túmulos reais, 1-2
Ur III:
    adulação da realeza, 1-2
    aparelho de Estado, 1-2, 3-4, 5
    comércio, 1
    distribuição de alimentos, 1-2
    economia centralizada, 1-2
    Estado patrimonial, 1
    fome, 1-2
    Império, 1

muralha para barrar os martus, 1-2
ocupação pelos elamitas, 1
percurso de Shulgi de ida e volta entre Ur e Nipur num único dia, 1-2
pesos e medidas, 1
posse da terra, 1
queda de, 1-2
rotina diária, 1-2
sistema de balanço das contas, 1-2
sistema judicial, 1-2
sustentação ideológica, 1
Ur-Namu, 1, 2
construção do Grande Zigurate de Ur, 1-2
Ur-Shulgi, comandante, 1
Uruk, 1, 2
atividade pública, 1-2
atividades de construção, 1-2
comércio, 1
conflito com Kish, 1-2, 3-4
conquistada por Sargão, 1-2
declínio, 1-2
desenvolvimento tecnológico, 1-2
disseminação da cultura, 1, 2
Eana, a Casa Celestial, 1
emergência da civilização em, 1-2
escavações, 1

governantes, 1
Máscara de Warka, 1
migração dos sacerdotes, 1
reinado de Gilgamesh, 1
sistema social, 1-2
tamanho de, 1
templos, 1-2
Vaso de Warka, 1-2, 3, 4, 5, 6
Urukagina, 1-2
Ur-Zababa, 1, 2-3, 4
Ussher, James, 1
Utu, 1
Utu-hegal, rei de Uruk, 1-2, 3, 4-5, 6
Valle, Pietro della, 1, 2, 3
van de Mieroop, Marc, 1, 2
Vaso de Warka, 1-2, 3, 4, 5, 6
vendedores ambulantes de alimentos, 1
vidro, 1, 2
“vitória de Utu-hegal, A”, 1
Voltaire, 1, 2
Weber, Max, 1
Weiss, Harvey, dr., 1, 2-3
Wengrow, David, dr., 1
West, Martin, 1
Westenholz, Joan, 1

Wilford, John, 1
Winter, Irene, 1
Wittfogel, Karl, 1, 2
Woolley, Leonard, 1-2, 3-4, 5, 6, 7-8, 9, 10, 11
xainxá, 1
Xenofonte, 1
Zababa, 1
Zagros, cordilheira de, 1
zero, inexistência de um símbolo para o, 1
Zgoll, Annette, dra., 1
zigurates:
    Babilônia, 1-2
    finalidade dos, 1-2
    Grande Zigurate de Ur, 1-2
Zimri-Lim, 1, 2-3
Ziudsura/Ziusudra, 1
zoroastrismo, 1
Zu, 1

Título original: *Babylon*

(*Mesopotamia and the Birth of Civilization*) Tradução autorizada da primeira edição inglesa, publicada em 2010 por Atlantic Books, um selo de Grove Atlantic Ltd., de Londres, Reino Unido Copyright © 2010, Paul Kriwaczek

Copyright da edição brasileira © 2018: Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de S. Vicente 99 − 1º | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

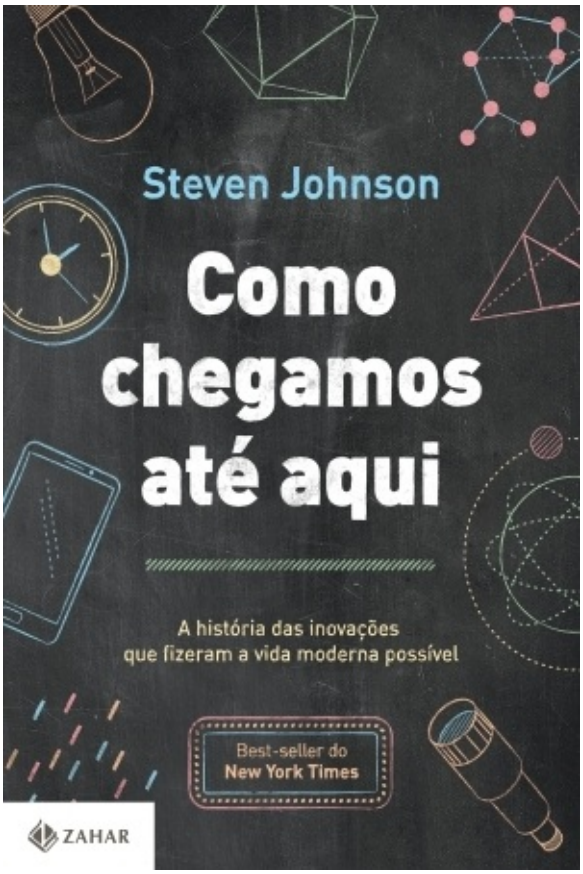
tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98) Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa Mapas e ilustrações © Jeff Edwards Capa: Estúdio Insólito | Imagens da capa: © Historical Picture Archive/Corbis/Corbis via Getty Images; © Anna Krivitskaia/Dreamstime Produção do arquivo ePub: Booknando Livros

Edição digital: janeiro de 2018

ISBN: 978-85-378-1744-5


Steven Johnson
Como chegamos até aqui
A história das inovações que fizeram a vida moderna possível
Best-seller do New York Times
ZAHAR

Como chegamos até aqui

Johnson, Steven 9788537814239
232 páginas Compre agora e leia

Best-seller do New York Times Uma incrível jornada pela história da inovação ao longo dos séculos por um dos mais influentes pensadores da tecnologia Refrigeração, relógios, lentes, água potável, gravação de som e luz artificial - elementos fundamentais de nossa vida diária - são esquadrinhados de forma totalmente original, desde sua remota criação por inventores diletantes, amadores e empreendedores visionários, aos efeitos e evoluções que desencadearam. Entre surpreendentes casos de genialidades acidentais e equívocos brilhantes - como o do editor francês que inventou o fonógrafo antes de Edison, mas se esqueceu de incluir a reprodução; ou do visionário que ganhou uma fortuna transportando água congelada de um lago de Boston para o Caribe -, Steven Johnson deixa claro mais uma vez por que é um dos escritores de não ficção mais admirados no mundo todo.

Compre agora e leia

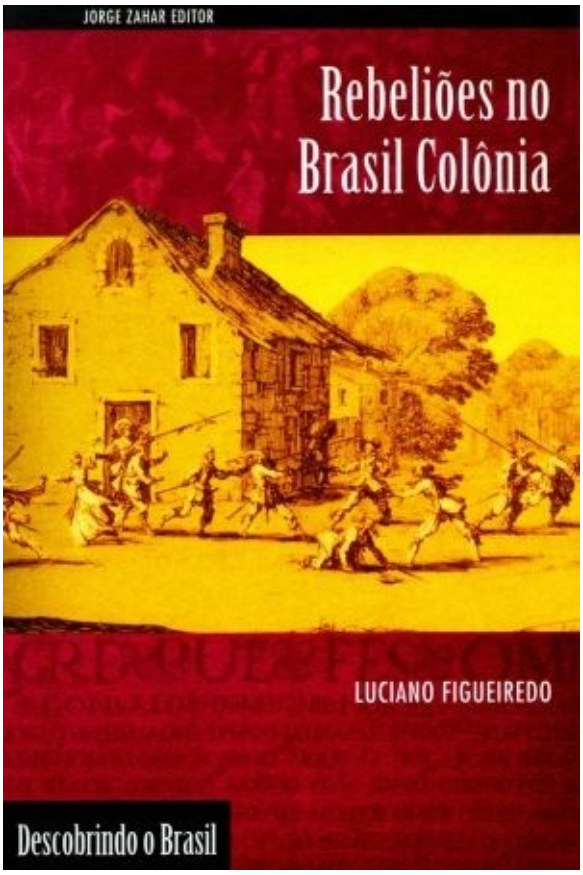

CHARLES WHEELAN
ECONOMIA
O QUE É
PARA QUE SERVE
COMO FUNCIONA
"TRADUZ O JARGÃO DO ECONOMISTA EM UMA LINGUAGEM ACESSÍVEL PARA O LEIGO. CLARO, CONCISO E INFORMATIVO."
CHICAGO TRIBUNE
BEST-SELLER INTERNACIONAL
ZAHAR

Economia

Wheelan, Charles 9788537817438
380 páginas Compre agora e leia

Um livro indispensável para quem deseja entender melhor os desafios do mundo em que vivemos Sem gráficos, equações ou jargões, o renomado economista e professor Charles Wheelan apresenta tudo o que você precisa saber sobre economia e nunca conseguiu compreender. Lançando mão de exemplos cotidianos, Wheelan esclarece as noções e conceitos básicos dessa ciência fascinante. Tudo isso de maneira fácil, prática e muito bem-humorada. Aqui, o leitor entenderá os mecanismos fundamentais e os problemas básicos da economia, tais como: •Por que há inflação? •Que papel governo, bancos centrais e comércio mundial exercem nas economias locais? •Qual o poder dos incentivos públicos? •Por que não foi possível evitar a crise financeira de 2008? •Quais os prós e os contras da globalização? Um livro essencial para estudantes de economia e também para os que simplesmente desejam compreender melhor os desafios do mundo em que vivemos. Com nova capa, este livro é uma reedição de Economia nua e crua. "Recomendo este livro para todos aqueles que querem compreender a base da economia de maneira fácil e divertida." Gary Becker, Prêmio Nobel de Economia "Em poucas lições, Wheelan ensina o leitor a pensar como um economista." Kirkus Reviews "[Wheelan] mostra com lucidez que as consequências econômicas podem ser globais, mas também fazem parte da vida diária." Publishers Weekly "Da simples oferta e demanda ao complexo tema da política monetária, este livro consegue explicar a economia global de forma realmente

interessante." Book Magazine Compre agora e leia

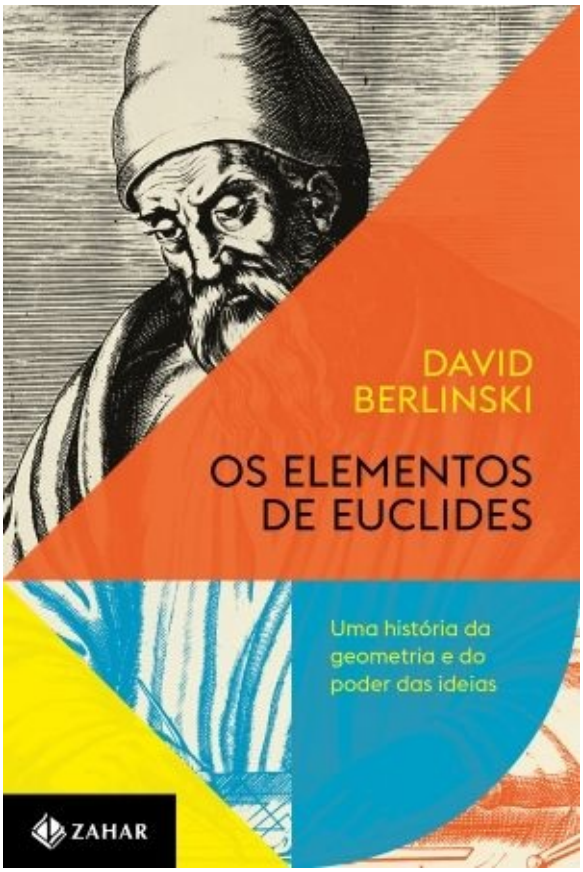

JORGE ZAHAR EDITOR
Rebeliões no Brasil Colônia
LUCIANO FIGUEIREDO
Descobrindo o Brasil

Rebeliões no Brasil Colônia

Figueiredo, Luciano 9788537807644
88 páginas Compre agora e leia

Inúmeras rebeliões e movimentos armados coletivos sacudiram a América portuguesa nos séculos XVII e XVIII. Esse livro propõe uma revisão das leituras tradicionais sobre o tema, mostrando como as lutas por direitos políticos, sociais e econômicos fizeram emergir uma nova identidade colonial.

Compre agora e leia

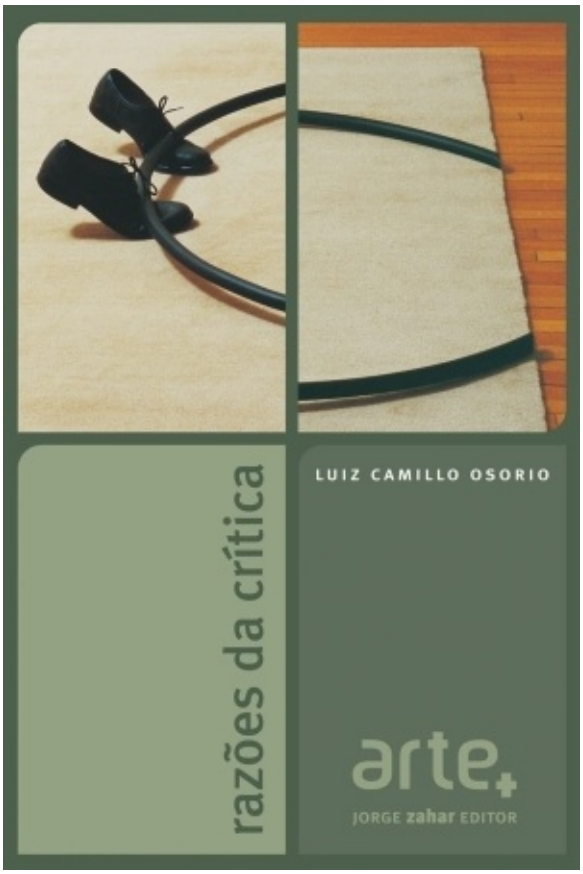

DAVID
BERLINSKI
OS ELEMENTOS
DE EUCLIDES
Uma história da
geometria e do
poder das ideias
ZAHAR

Os elementos de Euclides

Berlinski, David 9788537817452
152 páginas Compre agora e leia

Um rico relato sobre o poder das ideias, capaz de arrebatar desde professores, alunos e interessados em matemática quanto aqueles mais avessos à disciplina Por mais de 2 mil anos, a geometria esteve diretamente associada ao mais antigo e completo tratado matemático: Os elementos, obra máxima de Euclides de Alexandria que descreve um sistema de formas e espaços poderosíssimo, composto por linhas retas, círculos, quadrados, triângulos até números, proporções e teoria da magnitude. Neste livro o professor, crítico e escritor internacionalmente reconhecido David Berlinski lança luz sobre vários aspectos da geometria euclidiana. E explora o universo de axiomas, teoremas e demonstrações criado pelo geômetra que se tornou a base de grande parte da matemática moderna e da forma como entendemos o mundo. Berlinski apresenta ainda as mais variadas interpretações da geometria de Euclides surgidas ao longo dos séculos até o desenvolvimento das geometrias não euclidianas. Combinando brilhantemente matemática, história e filosofia, este livro fascinante é muito mais do que uma narrativa sobre Euclides e a geometria euclidiana. Ele é acima de tudo uma celebração ao poder das ideias. "Para todos aqueles interessados por Euclides, geometria, filosofia da matemática e, sobretudo, que têm apreço por um bom livro. Berlinski apresenta ideias complexas em linguagem simples." New York Journal of Books "O livro de Berlinski é um sucesso não apenas ao traçar uma história da geometria, mas também ao explorar o poder das ideias, substituindo magistralmente a

abstração fria pelo humor e humanidade." Publishers Weekly "David Berlinski nos guia através de um mundo rígido de formas e números com entusiasmo, segurança e humor." The New Yorker Compre agora e leia


razões da crítica
LUIZ CAMILLO OSORIO
arte+
JORGE zahar EDITOR

Razões da crítica

Osorio, Luiz Camillo 9788537807750
70 páginas Compre agora e leia

Entre tudo poder ser arte e qualquer coisa de fato ser arte reside uma diferença fundamental. Esse livro discute o papel e os lugares da crítica na atualidade, bem como sua participação no processo de criação e disseminação de sentido, deslocando-a da posição de juiz para a de testemunha.

Compre agora e leia